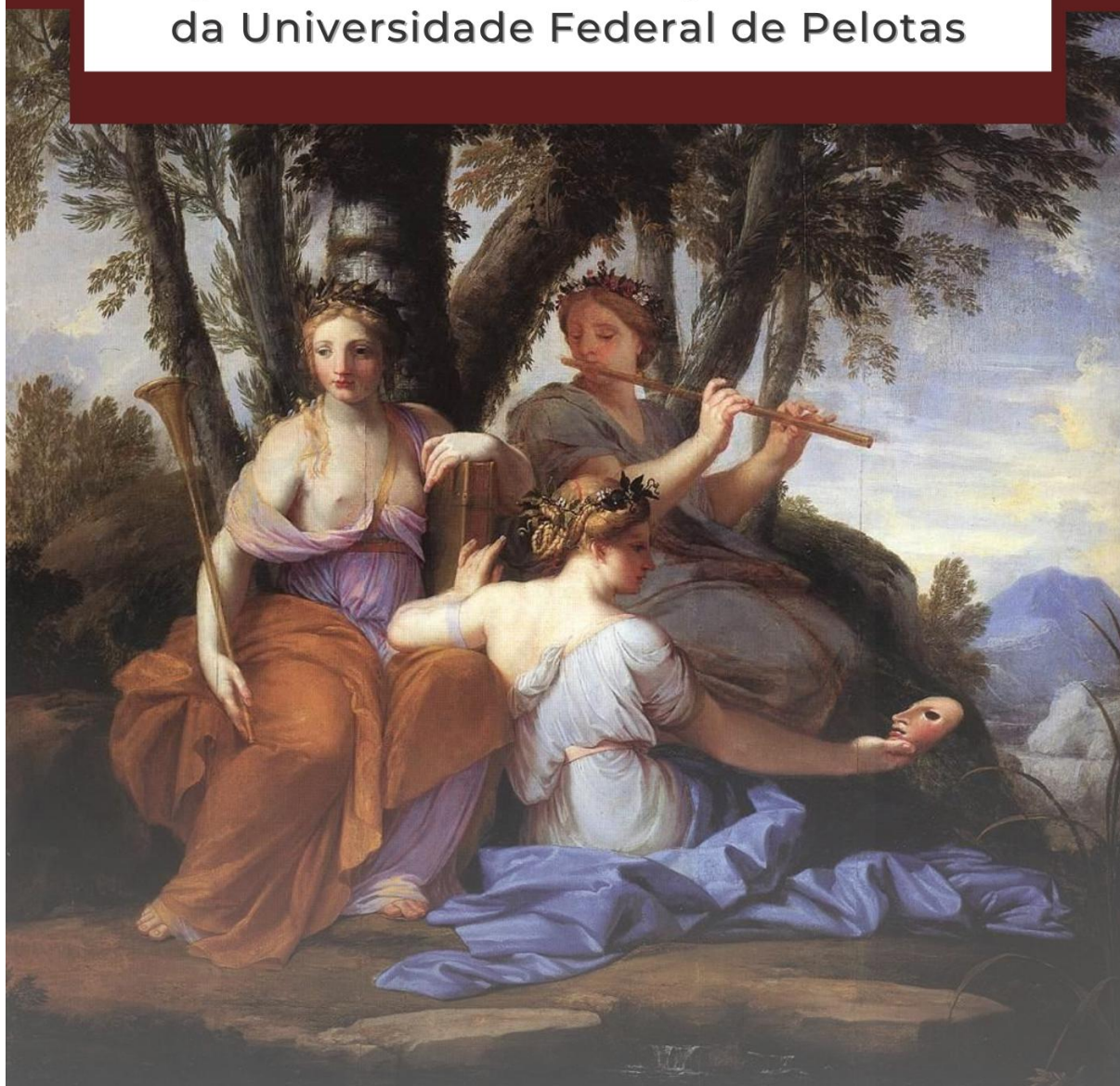


Vol. 11, N° especial | 2026 | ISSN 2527-0525

OFÍCIOS DE *clio*

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO E DO PPG EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Anais do VII Encontro Discente do
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Pelotas



OFÍCIOS DE *clio*

Revista Discente dos cursos de graduação e
do PPG em História da Universidade Federal
de Pelotas

Vol. 11, Nº Especial | 2026 | ISSN 2527-0524



Reitora:

Ursula Rosa da Silva

Vice-Reitor:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Ensino:

Antônio Maurício Medeiros Alves

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Marcos Britto Corrêa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Fábio Garcia Lima

Pró-Reitora de Planejamento e Administração:

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Taís Ullrich Fonseca

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretora:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

EXPEDIENTE

Editor-Chefe:

Prof. Dr. Wilian Bonete - *Universidade Federal de Pelotas*

Editora Assistente:

Laura Bergozza Pereira – *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial:

Alexia Francis Peter Demari – *Universidade Federal de Pelotas*

Amanda Rodrigues Guelso – *Universidade Federal de Pelotas*

Eduardo Goulart Reys Barbosa - *Universidade Federal de Pelotas*

Francine Sedrez Bunde – *Universidade Federal de Pelotas*

Isabelle Brancão Chaves – *Universidade Federal de Pelotas*

Leonardo Silva Amaral – *Universidade Federal de Pelotas*

Pedro da Silva Fouchy – *Universidade Federal de Pelotas*

Víctor Blaskoski Lehugur - *Universidade Federal de Pelotas*

Organização deste nº especial

Alexia Francis Peter Demari – *Universidade Federal de Pelotas*

Beatriz Barbosa Bender – *Universidade Federal de Pelotas*

Darcylene Pereira Domingues – *Universidade Federal de Pelotas*

Douglas Reisdorfer – *Universidade Federal de Pelotas*

Gabriel Gonçalves Ribeiro – *Universidade Federal de Pelotas*

Leonardo Silva Amaral – *Universidade Federal de Pelotas*

Marina Ribeiro Cardoso – *Universidade Federal de Pelotas*

Nubia Sotini dos Santos – *Universidade Federal de Pelotas*

Patrícia Schneid Altenburg – *Universidade Federal de Pelotas*

Capa:

Domínio Público

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^a Dr^a Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Ana Maria Sosa González – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Darlan de Mamann Marchi - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Letícia Sabina Wermeier Krilow - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Patrícia Weiduschadt – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Thiago Amorim – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Para esta edição, excepcionalmente, os artigos foram avaliados e aprovados pelos respectivos orientadores/as dos/as autores/as.

Sumário

Apresentação da Edição Especial - VII Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel)

Equipe do VII Encontro Discente p. 10

1 - Escravidão, pós-abolição e a liberdade no Brasil escravista

Empurrados para becos, cortiços ou vielas? A segregação socioespacial em Pelotas, 1888

Alisson Barcellos Balhego p. 15

Estrutura de posse, compadrio e escravidão em Santo Antônio da Patrulha (1850-1870)

Douglas Reisdorfer p. 31

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava: a venda de mulheres escravizadas e seus filhos no Rio Grande do Sul (1850-1888)

Gianne de Almeida Andrade p. 48

Entre Coerção e Poder: reputação, tortura e o papel de um escravizado nas disputas das elites locais (1876)

Lucas Viscardi Marques p. 61

No berço do mar da Glória, a única proteção: maternidade, emoções e infanticídio no Rio de Janeiro (1842-1844)

Nubia Sotini dos Santos p. 73

O Negro no futebol gaúcho: Uma análise comparativa entre Pelotas e Porto Alegre

Gabriel Gonçalves Ribeiro p. 94

2 – Estudos sobre imprensa, política e poder

A imprensa como fonte para estudos sobre mulheres das elites: as primeiras-damas na Primeira República (1889-1930)

Bethânia Luisa Lessa Werner p. 110

Pixação, assaltos e brigas na trilha dos bondes: imprensa, subculturas urbanas e disputas simbólicas no Rio Grande do Sul

Bruno Coutinho Lucas Pereira p. 125

Arena de papel: o *Diário Popular* e o *Opinião Pública* e a eleição de 1959 em Pelotas

Isabelle B. Chaves p. 144

Do apogeu à queda: o retrato da classe operária rio-grandina em meio ao processo de desindustrialização a partir do *Jornal Agora*

Luiza Rolim André p. 165

O terror na Serra dos Tapes a partir do jornal *A Federação* (Pelotas, 1892)

Vitor Wieth Porto p. 183

Discursos comemorativos em revistas semanais do Rio de Janeiro: reflexões acerca das memórias da abolição

Euler Fabres Zanetti p. 198

3 – Imagens, cultura e representações

Nux Walpurgis: uma Análise das Bruxas em *Puella Magi Madoka Magica* (2011) e *Puella Magi Madoka Magica The Movie Part III: Rebellion* (2013)

Alexia Francis Peter Demari p. 214

Inventar o passado, unificar o presente: a instrumentalização política do imperador Frederico I Barbarossa por meio do *Kaiserpfalz* no processo de unificação alemã

Guilherme dos Santos Lysakowski p. 235

Os contos de fadas dos irmãos Grimm e a construção de um passado em comum no romantismo alemão

Iris Freitas Rodrigues p. 256

O Ritual como Instrumento Diplomático: divergências no padrão de cerimônias de recepção sob Constantino VII e Aleixo I

Leonardo da Silva Lopes p. 275

O Medieval na Ponta dos Pés: uma análise do balé *Raymonda* (2018 e 2019) por meio do conceito de semiosfera

Lóren Cantiliano Ximendes p. 295

Transgressões e Experimentalismos na Escola de Belas Artes de Pelotas (1966-1972)

Guilherme Susin Sirtoli p. 312

Emancipação indígena nas charges do Porantim (1978 – 1979)

Stefany Caroline Pantoja Amorim p. 333

Fotografia e Memória Institucional: o acervo HeMEPT e as representações da Educação Profissional e Tecnológica no Campus Pelotas (1930-1950)

Rafaela Domingues Cavaleiro e Luiz Felipe Pinheiro Berndt p. 351

“Uma mulher grita no bairro muçulmano de Karakol”: mulheres e violência em fotografias da Guerra Civil Libanesa (1975-1990)

Camila Karam Horta p. 372

4 – Estado, crime e poder

A ditadura vista a partir das margens: notas introdutórias sobre o fazer historiográfico nos/sobre os “pacatos” interiores

Darlise Gonçalves de Gonçalves p. 387

A Associação Comercial de Pelotas e o posicionamento frente a implantação do regime militar (1950-1970)

Leonardo Silva Amaral p. 407

O PTB e as eleições municipais no pré-golpe de 1964 no Sul do Rio Grande do Sul

Patrícia Schneid Altenburg p. 419

Do cárcere ao crime organizado: uma análise historiográfica do Comando Vermelho e do PCC

Thyago Santana de Oliveira Lima p. 434

5 – Saúde, meio ambiente e sociedade

Saúde e democracia: o discurso do controle de natalidade e a “participação” das mulheres na revista *Saúde em Debate* (1976-1979)

Amanda Silva Leão p. 452

“O comércio precisa trabalhar!”: a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Grande e São José do Norte e as restrições ao comércio na pandemia de Covid-19

Felipe Trentin Demiranda p. 468

Entre ventos e memórias: fronteira, clima e transição energética em Rivera–Santana do Livramento

Ramon Ribeiro Lucas p. 489

6 – Gênero e trajetórias em diferentes perspectivas

Direitos, trabalho e maternidade: as trajetórias de Helena, Maria, Joana, Lourdes e Ana na Justiça do Trabalho de Pelotas (1943-1953)

Andreina Hardtke Corpes p. 510

Entre ausências e presenças: mulheres urbanas na narrativa criminal do jornal *Diário do Interior* (Santa Maria, RS)

Janaína dos Santos Puchalski p. 524

Do lar às páginas do jornal: educação, casamento e maternidade como estratégias emancipatórias em *O Jornal das Senhoras* (1852), por Juana Manso

Maraysa Araújo Silva p. 543

A lógica biologizante constrói o gênero? Comparando as obras *Sejamos todos feministas* (2015) e *A invenção das mulheres* (2021)

Laura Bergozza Pereira p. 558

O Berço e a Sepultura: o medo da mãe medieval perante a própria morte em Trotula di Ruggiero (Século XV)

Camilla Höehr dos Santos da Silveira p. 573

Vivências em situações de exceção no século XX: a institucionalização a partir do caso de Dalila

Igor Moraes da Silva p. 586

7 – Educação e Ensino de História

Ditadura civil-militar e censura: Uma proposta de aula-oficina

Danilo de Vasconcellos Ferreira p. 607

Representações sobre bruxarias no Programa de Residência Pedagógica: uma prática em sala de aula

Larissa Azevedo da Silva e Sofia Giglio Pires p. 619

A Lei 10.639/03: os movimentos negros e os desafios das relações étnico-raciais na educação

Matheus Goulart Tanhote **p. 633**

Apresentação da Edição Especial - VII Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel)

Prezados(as) leitores(as), autores(as), editores(as) e demais colaboradores da *Revista Discente Ofícios de Clío*, é com grande satisfação que apresentamos esta edição especial, composta a partir dos trabalhos apresentados no VII Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel). O evento ocorreu durante os dias 5, 6 e 7 do mês de novembro de 2025, sediado no Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFPel, e reuniu discentes, pesquisadores, professores, ouvintes e comunicadores de diferentes localidades. Com doze simpósios temáticos (sete presenciais, cinco *online*), a presente edição constitui um panorama da produção historiográfica do PPGH/UFPel, programa que em seus dezessete anos de existência tem contribuído com a pesquisa e com a formação qualificada de pesquisadores no sul do Brasil.

Reafirmando o compromisso da revista com a construção ética, plural e colaborativa do conhecimento histórico, esta edição reúne pesquisas desenvolvidas por discentes de diferentes níveis de formação e de variadas instituições, contemplando múltiplas temporalidades, abordagens teóricas e objetos de análise. Mais do que um espaço de divulgação, buscamos, por intermédio dos trabalhos publicados, evidenciar a vitalidade da produção historiográfica contemporânea, marcada pela diversidade temática, pela ampliação de objetos de análise, assim como a constante problematização das categorias, fontes e sujeitos históricos. Os trabalhos aqui reunidos tencionam não apenas a multiplicidade de abordagens e de temporalidades, mas também a centralidade de questões que atravessam a historiografia, como as relações de poder, as disputas em torno da memória, os processos de exclusão e de resistência, bem como as diferentes formas de produção e circulação de discursos sobre o passado.

O volume contém trinta e sete artigos, resultantes de trabalhos apresentados nos muitos simpósios temáticos do evento. Pela diversidade de assuntos, abordagens e perspectivas, a Equipe Organizadora do VII Encontro Discente optou por organizá-los em sete eixos temáticos, os quais agregam artigos que, por afinidades teórico-metodológicas ou temáticas, possuem contribuições semelhantes. Embora sejam diferentes entre si, os trabalhos agrupados em cada um dos eixos apresentam um significativo quadro da produção acadêmica em suas respectivas áreas de discussão.

Abrindo o volume, a seção *Escravidão, pós-abolição e a liberdade no Brasil escravista* reúne trabalhos que investigam, sob diferentes perspectivas, as dinâmicas do sistema escravista e seus desdobramentos no período anterior à abolição. Os artigos exploram as formas de organização social, estratégias de dominação e as experiências vividas por sujeitos escravizados, livres e libertos, evidenciando as tensões entre coerção e agência. Ao abordar temas como a segregação socioespacial, as relações de compadrio e disputas entre elites locais, os trabalhos contribuem para uma compreensão mais complexa das engrenagens do sistema escravista. Destaca-se, ainda, a atenção às experiências de maternidades vivenciadas por mulheres escravizadas, marcadas por situações de violência, precarização da vida materno-infantil, por intermédio de vendas, e o infanticídio. Ao lado disso, a análise das inserções raciais no pós-abolição, inclusive em espaços como o esporte, amplia o debate para além da formalização da liberdade, evidenciando permanências e reconfigurações das desigualdades raciais.

Na seção *Estudos sobre imprensa, política e poder*, a imprensa é mobilizada como fonte privilegiada para a compreensão das disputas políticas, das representações sociais e das práticas de poder. Os artigos demonstram como os periódicos não apenas registram acontecimentos, mas atuam também como agentes ativos na construção de narrativas, na legitimação de projetos políticos e na produção de identidades sociais. Ao tratar de temas como a atuação de primeiras-damas, as disputas eleitorais, os conflitos urbanos, as transformações no mundo do trabalho e as narrativas de violência, os trabalhos enfatizam a centralidade da imprensa na mediação entre diferentes grupos sociais e na conformação do espaço público. Assim, os textos trabalham com diferentes períodos, oferecendo uma visão ampla sobre os usos da imprensa como fonte e os muitos problemas de pesquisa que podem ser explorados a partir dela.

A seção *Imagens, cultura e representações* indica o crescente interesse da historiografia e de pesquisadores(as) pelas linguagens visuais e por produções culturais como fontes fundamentais para a análise histórica. Os artigos reunidos exploram desde produções audiovisuais contemporâneas até manifestações culturais e artísticas de diferentes períodos, abordando questões como a construção de imaginários, os usos políticos do passado e disputas em torno da memória. Ao analisar questões como as identidades nacionais em formação, as expressões artísticas durante períodos ditatoriais, a fotografia como forma de compreensão do lugar da mulher em situações de conflito bélico, o orientalismo no balé ou a elaboração narrativa e visual das bruxas no *anime*, as pesquisas apresentadas constituem

exemplos da potencialidade da intersecção entre história, iconografia, literatura e mídias, bem como das muitas abordagens metodológicas que o estudo da cultura, da arte e da iconografia apresentam ao historiador.

Em *Estado, crime e poder*, os artigos articulam reflexões sobre instituições, violência e regimes políticos, destacando as múltiplas formas de exercício e contestação de poder. A seção reúne desde análises historiográficas sobre a ditadura e seus desdobramentos em contextos locais, até estudos sobre organizações criminosas e suas dinâmicas de atuação. Ao considerar tanto as estruturas institucionais quanto as experiências vividas por sujeitos às margens, os trabalhos contribuem para a compreensão das relações complexas entre Estado, sociedade e violência. Além disso, apresentam uma variedade de fontes e de abordagens com que se pode investigar o tema do Estado e suas relações com a sociedade.

A seção *Saúde, meio ambiente e sociedade* propõe diálogos entre História, saúde, meio ambiente e questões sociais. Discursos médicos, debates sobre pandemia e circulação de patógenos, a relação entre o ser humano e o meio ambiente: temáticas que adquirem forte importância na contemporaneidade, especialmente à luz do contexto recente de mudanças climáticas, crise pandêmica e tensões sociais em torno dos ecossistemas transformados pelas sociedades humanas. Os artigos historicizam essas questões, nas quais os seus trabalhos evidenciam como as práticas, os discursos e políticas públicas são construídos ao longo do tempo, atravessados por relações de poder, saberes científicos e interesses econômicos.

Já a seção *Gênero e trajetórias em diferentes perspectivas* reúne pesquisas que dialogam com os estudos de gênero, destacando experiências e trajetórias individuais em distintos contextos históricos. Os artigos abordam temáticas como trabalho, maternidade, educação, teoria feminista, religiosidade e institucionalização, evidenciando como as categorias de gênero são historicamente construídas e constantemente disputadas. Com o vigor teórico-metodológico dos estudos de gênero, as pesquisas trazem debates relativos à imposição do gênero na colonização, às relações de mulheres grávidas no mundo do trabalho e as suas lutas trabalhistas através do campo judicial, as expectativas oitocentistas em torno da maternidade e do casamento, as relações entre mulheres e a história cultural do crime e, também, a relação entre maternidade e morte na sociedade medieval. Ao trazerem à tona sujeitos frequentemente marginalizados nas narrativas tradicionais, a seção contribui para o aprofundamento das discussões sobre desigualdades, as estratégias de negociação e a resistência promovida por mulheres.

Por fim, a seção *Educação e Ensino de História* destaca a importância do ensino como espaço fundamental de produção e circulação do conhecimento crítico e histórico. Os trabalhos apresentados propõem reflexões teóricas e práticas sobre o ensino de História, abordando temas como ditadura, censura, bruxaria e relações étnico-raciais. Ao enfatizar aspectos metodológicos, recursos didáticos e perspectivas críticas, a seção reforça o papel do ensino na formação de sujeitos capazes de interpretar o passado de maneira reflexiva e comprometida com a transformação social.

As perspectivas acima apresentadas, por sua diversidade, constituem um panorama vasto da produção historiográfica do Sul e de outros lugares do país. Os(as) autores(as) e pesquisadores(as) que apresentaram seus trabalhos no VII Encontro Discente do PPGH/UFPel manejaram fontes históricas, abordagens teórico-metodológicas e objetos de análise inovadores e clássicos. Assim, esperamos que os(as) leitores(as) apreciem as análises e as pesquisas que se seguem e que possam se inspirar nelas para produzir novas reflexões. Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Atenciosamente,

Equipe Organizadora do VII Encontro Discente do PPGH/UFPel

Alexia Francis Peter Demari

Beatriz Barbosa Bender

Darcylene Pereira Domingues

Douglas Reisdorfer

Gabriel Gonçalves Ribeiro

Leonardo Silva Amaral

Marina Ribeiro Cardoso

Nubia Sotini dos Santos

Patrícia Schneid Altenburg

Escravidão, pós-abolição e liberdade no Brasil escravista

Empurrados para becos, cortiços ou vielas? A segregação socioespacial em Pelotas, 1888

Pushed into alleys, slums, or backstreets? Socio-spatial segregation in Pelotas, 1888

Alisson Barcellos Balhego,¹ UFPEL

Resumo

O fim do século XIX é marcado por um processo de intensificação da racialização das relações sociais. Esse era um movimento que estava em curso desde meados daquele século, no entanto, com o fim do sistema escravocrata a busca por formas de repressão da então população liberta foi asseverada. O resultado foram perseguições a essas pessoas e batidas em suas residências, mas não só. A pressão colocada em cima dessas pessoas visava as afastar do centro das cidades.

As batidas da polícia nas casas delas estão relacionadas a um processo de empurrão, pois estava em curso uma disputa entorno dos espaços mais altos e secos de Pelotas. E como parte importante do grupo populacional menos abastado residia em cortiços espalhados pelo centro da cidade, passaram a sofrer com repressão. E com muitas matérias da imprensa escrita cobrando das autoridades medidas que afastassem os mais pobres para o subúrbio.

Palavras-chave: Pelotas/Rs; Racialização; Habitação; Segregação.

Abstract

The end of the 19th century is marked by a process of intensified racialization of social relations. This was a movement that had been underway since the middle of that century; however, with the end of the slave system, the search for ways to repress the then-freed population intensified. The result was persecution of these people and raids on their homes, but not only that. The pressure placed on these people was aimed at removing them from the city centers. The police raids on their homes are related to a process of pushing and shoving, as there was an ongoing dispute over the higher and drier areas of Pelotas. And since a significant portion of the less affluent population lived in tenements scattered throughout the city center, they began to suffer from repression. And with many articles in the print media demanding that the authorities take measures to move the poorest people to the suburbs.

Keywords: Pelotas/Rs; Racialization; habitation; Segregation.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo construir uma análise sobre o processo de racialização das relações sociais na cidade de Pelotas, no ano de 1888. Nessa empreitada trabalharemos aspectos negativos desse processo, até porque, a população negra também forjou identidade com base em um discurso racial, desenvolvendo elementos positivos dentro desse processo. A nossa lida levará em conta matérias de Periódicos jornalísticos, Lei provincial, Código de posturas e alguns mapas da localidade naquele período.

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em História e Doutorando pela mesma instituição. Bolsista Capes/Ds. E-mail: alissonbarcellos@hotmail.com

O oitocentos é um período marcado pela racialização das relações sociais. Em especial em 1888, pois leis abolicionistas estavam sendo estabelecidas na América do Sul, no Brasil já existia uma normativa que trabalhava o fim do tráfico de pessoas africanas, a Lei do Ventre Livre já estava promulgada, muitas pessoas haviam se libertado e o movimento abolicionista pulsava forte. Além disso, é nesse momento que as teorias raciais chegam ao Brasil e passam a fazer parte do imaginário das elites.

A raça sempre foi a forma de barrar o alcance das pessoas negras escravizadas e livres na busca por direitos ao longo do período escravocrata e passa a ser ressignificada conforme o fim do século XIX se aproxima. Na prática o que está em jogo é um processo de segregação, a população negra passa a ser atacada frequentemente por discursos apresentados na imprensa. Com a abolição da escravidão essa situação se acentua e a imprensa escrita que já produzia e reproduzia preconceito racial, passa a cobrar atitudes das autoridades e forças policiais. O resultado foram perseguições a essas pessoas e batidas em suas residências.

Entretanto, as batidas também estão relacionadas a uma forma de empurrão que estava em curso desde o início da década de oitenta do oitocentos. A disputa era sobre os espaços mais altos e secos de Pelotas. E como parte importante do grupo populacional pelotense menos abastado residia em cortiços espalhados pela área central da cidade, estes espaços passaram a conviver com a repressão.

Nesse sentido, em 1881 é apresentado um código de posturas e nesse documento estava estabelecido o primeiro perímetro de proibição da construção e manutenção dos cortiços. E em 1888 logo após a lei áurea o perímetro foi aumentado. Acirrando um processo de disputa por território.

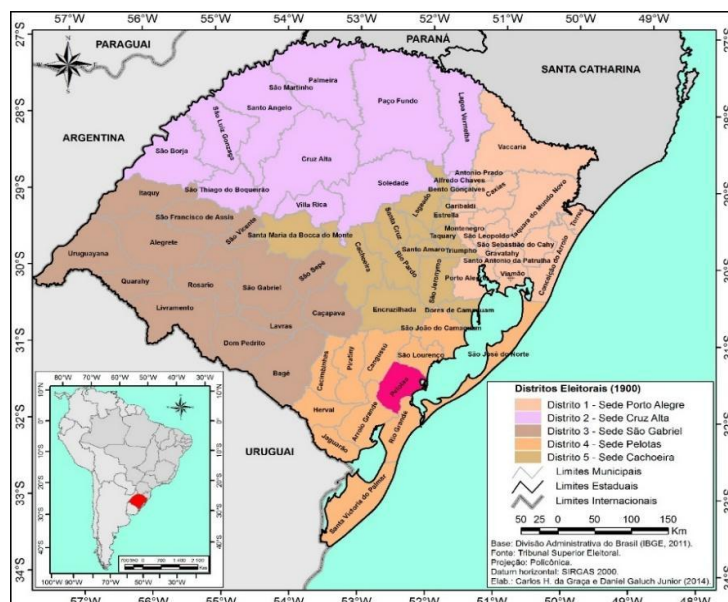
Então a sequência da promulgação da lei que aboliu a escravidão foi uma ampliação da segregação. O que evidencia que além da busca pelo afastamento, este tipo de habitação era comum e distribuída em bom número. Desta maneira, nos próximos tópicos apresentaremos informações sobre a localidade no sentido de construir um contexto que auxilie a compreender um pouco mais da situação local e nos ajude a perceber como a população negra foi perseguida e as dificuldades que esse grupo populacional enfrentou no além da escravidão. Momento que engendrou diversas lutas por cidadania.

Pelotas

A cidade está localizada no extremo sul do Brasil e fez parte de um cinturão charqueador, isto é, um agrupamento de localidades debruçadas a produção de charque para o

Império do Brasil. O que deixou a região em evidência, pois tanto o charque como o couro foram produtos relevantes na pauta das exportações rio-grandenses ao longo do século XIX (Vargas, 2013). No mapa a seguir podemos vislumbrar a posição geográfica da localidade:

Imagem 1 - Mapa do Rio Grande do Sul (1900)



Fonte: MAPA Rio Grande do Sul 1900 Graça, Carlos H. da Galuch Júnior, Daniel 2014.

As charqueadas foram um elemento importante na constituição populacional pelotense, em virtude de o trabalho escravizado ser a base da mão de obra utilizada por essas empresas. Em 1814, 50,7% dos habitantes eram trabalhadores escravizados. Já em 1870 a população da cidade que estava em torno de 25 mil habitantes, tinha pelo menos 8 mil pessoas escravizadas (Vargas, 2013).

Os planos urbanísticos iniciais da cidade demonstram que ela foi desenhada a partir de traços reticulares e com origem hispânica. Esse formato foi desenvolvido para a valorização das praças, pois elas seriam os centros das cidades e em seus entornos estão os principais edifícios de ordem oficial e religiosa. Além disso, a parte urbana se organizou a certa distância das charqueadas, em virtude dos odores liberados por elas no verão (Catharina, 2012).

No fim do século XIX a cidade passou a crescer em direção ao norte, ultrapassando o antigo Passeio Público, atual Avenida Bento Gonçalves, em direção ao Porto, ao sul e para o sudeste da cidade na zona da Várzea. Quanto ao setor oeste, algumas ruas foram abertas e construções levantadas ultrapassando o Arroio Santa Bárbara (Moura, 2006).

Em relação a expansão da cidade, o que nos interessa é a disputa pelos espaços altos e secos e esse enfrentamento se estabelece através de uma pressão exercida pela imprensa escrita, que publica muitas notícias e matérias poucos dias após a abolição. No periódico *Echo do Sul*, jornal de Rio Grande, cidade vizinha a Pelotas, mas que circulava na Princesa do Sul, Jaguarão e por óbvio Rio Grande, apresentava nas suas duas primeiras páginas várias informações sobre o contexto pelotense. Em notícia de 21 de maio de 1888, o jornal *Echo do Sul*, reproduzia a seguinte notícia:

Escreve-nos o nosso correspondente de Pelotas:

(...) Os libertados andam em grupos, ora passeando pelas ruas, ora parados nas esquinas, praças e mercado público, sem se importarem com o trabalho. Consta que as autoridades só aguardam os festejos abolicionistas que devem realizar-se a 3 de Junho próximo para apresentar-lhes o caminho do bem, que é o trabalho, e procederem com o rigor da lei com os que desviarem daquele caminho, considerando os vagabundos (*Echo do sul*, 21 de maio de 1888, p. 2).

No texto acima disposto fica nítida a pressão colocada em cima da camada populacional subalterna. Nesse trecho está exposto o conceito de vadiagem e também o de classes perigosas. E corrobora para a constituição de um estereótipo e cenário de medo a partir do momento que a opinião pública se coloca contra a presença da população negra no centro da cidade, a descrevendo de forma pejorativa. Adiante iremos abordar os dois conceitos para estabelecer um maior entendimento sobre a construção do estereótipo que atendia as pretensões das elites locais.

Vadiagem e vagabundagem.

A vadiagem na mentalidade dos parlamentares do segundo reinado funcionava a partir de um binarismo. Todos os predicados relativos ao mundo do trabalho eram suprimidos quando o objeto de análise era a vadiagem. O ato de vadiagem é pensado como uma ação preparatória do crime, em função disso necessitava ser reprimida. Com o detalhe de que se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir seu sustento, ele não é danoso à ordem social. Apenas a união da vadiagem com a indigência abalaria o senso moral, corrompendo o homem e criando um criminoso (Chalhoub, 2012).

Já o conceito de classes perigosas se torna um dos eixos do debate parlamentar da Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888. Preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a

repressão à ociosidade. Os parlamentares, ávidos leitores de compêndios europeus utilizaram alguns autores franceses, cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações. M. A. Frégier, um alto funcionário da polícia de Paris que com base na análise de inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro influente, denominado "as classes perigosas da população nas grandes cidades", é figura recorrente de leitura dos parlamentares (Chalhoub, 1996).

Para os nobres deputados a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, passa a ser suspeito de não ser um bom trabalhador. E como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, é atribuída aos pobres como a falta da virtude social mais essencial do cidadão. E nestes que não abunda a virtude, grassam os vícios, logo, é dada a expressão "classes pobres e viciosas". Com isso, vemos que as palavras "pobres" e "viciosas" significam a mesma coisa para os parlamentares (Chalhoub, 1996):

Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros (Chalhoub, 1996, p.23).

O que Frégier fez foi construir uma descrição detalhada de todos os tipos de "malfeitores" que agiam nas ruas de Paris. Apesar de seu empenho na análise das estatísticas, ele não foi capaz de resolver um problema decisivo, seu estudo sobre os "malfeitores" acabou resultando numa ampla descrição das condições de vida dos pobres parisienses em geral, e ele não indica com precisão a fronteira entre as "classes perigosas" e as "classes pobres" (Chalhoub, 1996).

E em solo brasileiro esses conceitos foram utilizados para perseguir as camadas mais pobres, mas especialmente pessoas negras. Este é mais um aspecto negativo do processo de racialização das relações sociais, sem esquecer que a perseguição também teve como objetivo espalhar a comunidade negra, na tentativa de deixar para as elites os espaços das cidades que elas almejavam, isto é, o que tivemos em curso ao longo do século XIX no país foi um processo de segregação racial.

Segregação

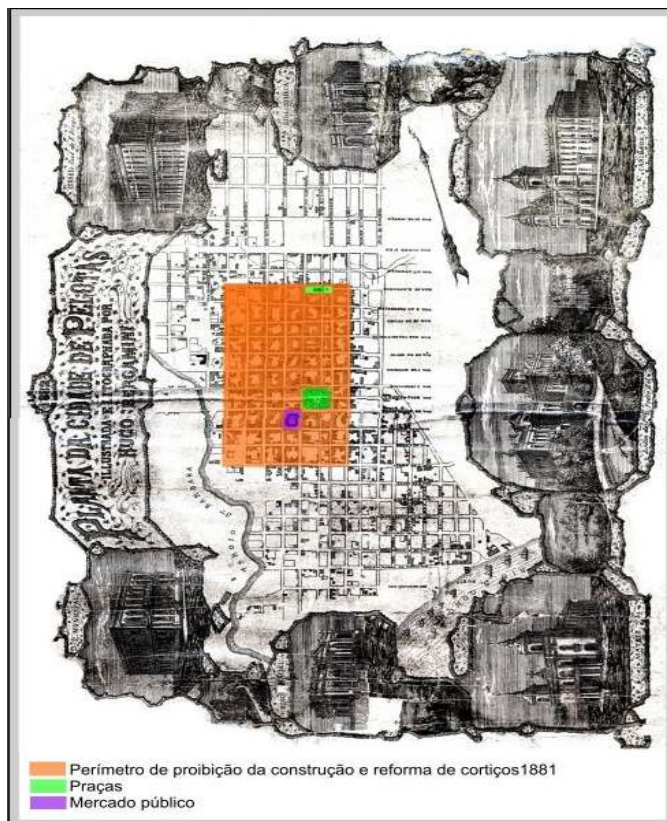
Compreender o processo de segregação que ocorreu em Pelotas demanda que nos debrucemos sobre alguns documentos, nesse escopo, analisaremos detalhes dos códigos de posturas de 1881 e 1888. E também atentaremos ao contexto político nacional, pois as ações orquestradas pelas autoridades respondiam a um temor, mas sobretudo ao desejo de manter um status quo. Neste intuito, importa frisar que:

A segregação se configura como uma ação de afastamento e isolamento de sujeitos em um espaço mediante aspectos socioeconômicos. No Brasil, a segregação não assume apenas uma perspectiva social e econômica, está intrinsecamente ligada, também, a questões étnico-raciais. Tal visão é tão latente que configura-se um novo conceito: a segregação racial. Está tem origem na formação territorial brasileira, em que medidas autoritárias foram tomadas pelas forças hegemônicas proibindo o acesso a terras e aos meios de produção; e subordinando os negros a exploração e dominação (Carvalho, 2024, p. 4).

Em Pelotas no começo da década de 1880, especificamente no ano de 81, o código de posturas apresentava medidas para controlar ou eliminar da zona urbana atividades anteriormente típicas do meio rural, como a proibição de chiqueiros e porcos nos limites da cidade ou a obrigação dos donos de cocheiras as manter limpas, não depositando estrume nas ruas (Moura, 2006).

Em 19 de fevereiro de 1881 os vereadores resolveram proibir as construções denominadas cortiços, dentro de um perímetro compreendido entre as ruas Paysandu, Santo Antônio, Jatahy e 7 de Abril, denominadas atualmente, de forma respectiva, como as ruas Barão de Santa Tecla, Senador Mendonça, Gonçalves Chaves e Dom Pedro II. O que poderemos vislumbrar no mapa da figura pela cor laranja:

Imagem 2 – Mapa do perímetro de proibição de cortiços (1881)



Fonte: Mapa base de 1882. NEAB/FAURB/UFPel.

O poder público não definiu nenhuma explicitação das características que um imóvel teria para ser denominado como cortiço (Moura, 2006). Ainda assim, essa proposição indicou que esse tipo de habitação era comum em Pelotas e não estava dentro do modelo pensado para ocupar os vários terrenos vazios que estavam dentro do perímetro.

A utilização de legislação urbana como uma forma de auxiliar na construção dos limites entre os territórios das elites e o dos pobres, espaço que é até hoje área valorizada da cidade, evidencia que ali se desencadeava a construção de uma divisa de poder por intermédio de uma área potencialmente livre das formas de ser da população mais pobre e, por óbvio, da população negra.

Na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1873 e em São Paulo em 1886 situação parecida aconteceu, em virtude de estar sendo organizada uma guerra para exterminar os cortiços (Chalhoub, 1996). Salvador, Recife e Porto Alegre também buscavam desfazer a proximidade de diferentes grupos sociais nos espaços centrais das cidades (Marins, 1998).

A década de 1880 é o momento de maior força do movimento abolicionista. A tensão é o que irá caracterizar o contexto brasileiro no fim da década de 1880, são muitas as formas

de expressão a favor ou contra o sistema escravista, e mais do que isso, é preciso lembrar que a violência foi um elemento comum que impactou em especial as pessoas que viviam em condição social de escravidão. Junto a esse ambiente são agregadas as grandes crises políticas, movimentos de contestação em curva ascendente que encontravam o governo enfraquecido. A consequência é que o movimento abolicionista se espalhou por variados setores, desorganizando a rotina social e a vida cotidiana. Com isso, a fluidez política aumentou, distinções se esmaeceram, adversários se convertem em apoiadores e daí por diante (Alonso, 2013).

E no ano de 1888 os vereadores apresentaram um novo código de posturas e fizeram incrementos. Dessa vez, determinaram o que seria um cortiço e impuseram punições para aqueles que mantivessem esse tipo de habitação dentro de um espaço delimitado pelo poder público. Informações expostas no artigo 12 e 13 do novo código:

- Art. 12 – Proíbe-se a construção de cortiços dentro da área limitada pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos; Chama-se cortiço, para os efeitos desta postura, todo o prédio em que residir mais de um indivíduo ou família com economia separada e em cuja edificação não sejam observadas as regras normais de disposição das habitações e as estipuladas nestas posturas.
- Art. 13 – Os proprietários de cortiços ficam obrigados a executar nos mesmos, todas as medidas e disposições que a bem da higiene pública e que na forma destas posturas e das leis, decretos e regulamentos em vigor sobre a saúde pública, lhes forem ordenados pela Câmara. (Série Câmara Municipal, 1882, p 2).

A Câmara Municipal havia incluído ainda, no orçamento de 1885, um novo imposto para “as edificações desta cidade, chamadas cortiços”, através Lei Provincial no 1433. Lá estava estabelecida a quantia de 500 réis por cada metro quadrado de terreno edificado com tais prédios, isto é, cortiços. Entretanto, essas medidas foram repudiadas pelos donos desses prédios:

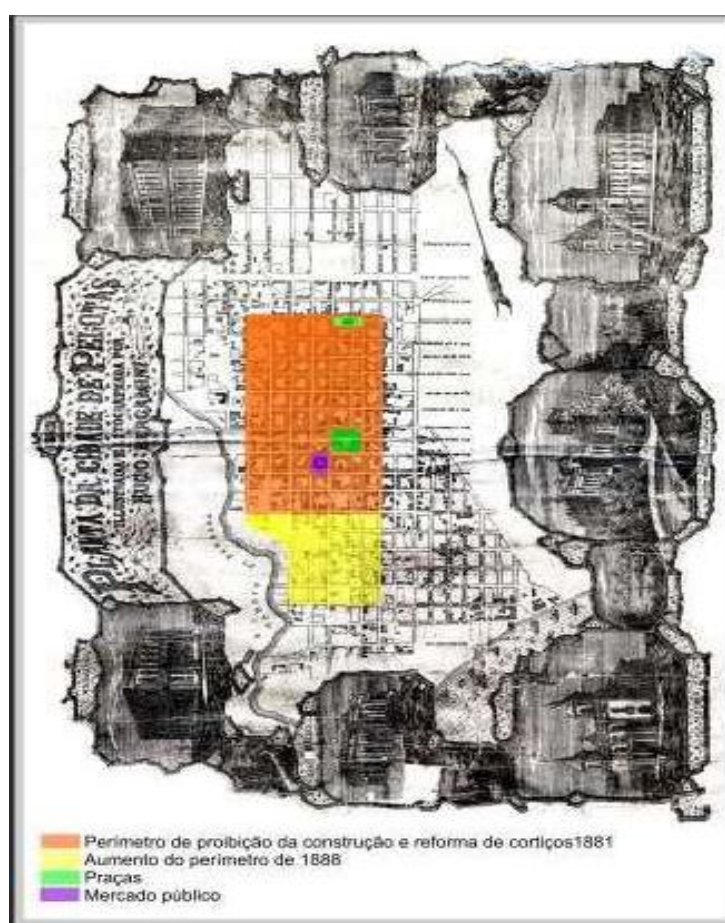
Aquele imposto é, com efeito, um ataque dirigido ao direito de propriedade, uma tirânica surpresa lançada contra os inocentes edificadores d’essas habitações, que empregaram seus capitais n’esses prédios, até então aceitos, na esperança de um honesto lucro, e que vêem agora condenados, sem maior razão, a dar a maior parte do rendimento de tais propriedades aos cofres provinciais e municipais (Correio mercantil, 15 de novembro de 1885, p. 3.)

O novo código aumentou a delimitação que o quadrilátero de 1881 estabeleceu. Foram definidas penas de 30\$000 (trinta mil réis) no primeiro aviso, 60\$000 (sessenta mil réis) na reincidência e a próxima decretaria o fechamento do cortiço. As novas regras ainda apresentaram um novo perímetro formado pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio,

Paysandú e São Domingos. Sendo hoje as ruas Gonçalves Chaves, Senador Mendonça, Barão de Santa Tecla e Benjamin Constant, de modo recíproco (Moura, 2006).

Essas mudanças foram levantadas através da Lei Provincial de número 1.717 de 19 de dezembro de 1888. O texto dessa lei impactou a vida da população negra e pobre da cidade em virtude da tentativa de alterar a fotografia da cidade, isto é, as batidas da polícia passaram a ser mais constantes. Além de que, o novo perímetro cobria toda a parte urbana de Pelotas naquele momento, como poderemos observar na imagem adiante:

Imagem 3 – Mapa do perímetro de proibição da construção e reforma de cortiços



Fonte: Mapa base 1909. NEAB/FAURB/UFPel.

Um detalhe em relação aos cortiços é que existiam três tipos de habitação que eram atreladas a esse tipo arquitetônico, sendo eles o galpão, o portão e o contrafeito. O galpão um espaço voltado para o passeio ou nos fundos de terrenos, se assemelhava a depósitos ou galpões. O portão tinha as mesmas características dos construídos em Porto Alegre e em outras cidades, habitação formada por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote, atrás de um portão, com pequena rua interna onde geralmente estavam as latrinas e os

tanques para uso coletivo. As portas e janelas dessas moradias abrem para um corredor, medindo 1,75 metros. Sendo, 3,20 metros de largura por 5,25 metros de profundidade. E os contrafeitos, pequenos compartimentos, com o telhado constituído por apenas um plano inclinado e a frente voltada para o passeio público, porém afastado quatro metros do alinhamento da calçada (Moura, 2006).

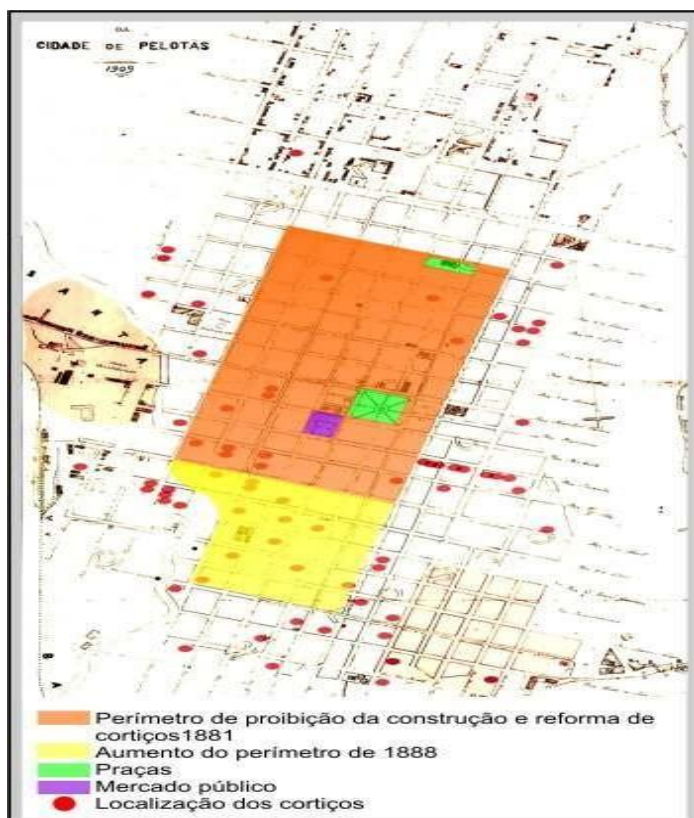
Ainda sobre os contrafeitos, cada unidade dessas mede 2,50 metros de frente por 4,50 metros de profundidade sem subdivisões. Habitações bem simplórias em suas estruturas e propostas para a acomodação de um número grande de pessoas em espaços singelos.

O que a documentação nos coloca é que mais um dos aspectos negativos do processo de racialização é o deslocamento territorial forçado que reverbera também nas formas de se referir aos locais majoritariamente habitados por pessoas negras. É necessário destacar que esse processo não foi efetivo como as elites gostariam, mesmo sendo um processo em continuidade, contudo o contexto da abolição da escravidão agravou a situação. É como lembra Wlamyra Albuquerque:

Cabe dizer que não se trata de estabelecer 1888 como o ano de estreia do racismo no Brasil. Diferenças raciais, de origem e de cor também foram estruturantes nos tempos da colônia e do império, entretanto possuíam parâmetros, propósitos e significados bem distintos dos vivenciados no final dos oitocentos (Albuquerque, 2010, p. 100).

A pesquisadora Rosa Maria Rolim de Moura construiu um mapa a partir do perímetro de 1888 marcando alguns espaços em que haviam cortiços dentro da área central e urbana pelotense. O trabalho de Rosa observa os anos entre 1890 e 1913, momento que dispõe do maior número de documentos que possuíam endereços exatos ou próximos (Moura, 2006). Como podemos contemplar a seguir:

Imagem 4 – Mapa da localização de cortiços e perímetros de proibição



Fonte: Mapa base 1909. NEAB/FAURB/UFPel.

Esse mapa demonstra que apesar das medidas tomadas pelas autoridades, o número de cortiços ainda era expressivo alguns anos após a lei de proibição. A repressão persistiu ao longo dos anos e os espaços que provavelmente as pessoas buscaram refúgio foram o que naquele período era compreendido como subúrbio. O subúrbio de Pelotas era composto pelas vias identificadas como Rua da Nogueira, Estrada do Passo dos Negros, Estrada das Três Vendas, Estrada Domingos de Almeida, Estrada da Guabiroba e Estrada do Fragata.

A luta por direitos, a busca por cidadania são alguns dos aspectos que engendram o além da escravidão e como podemos observar até aqui, no Sul brasileiro houve um processo de segregação racial que precisa ser levado em conta. Nesse escopo, o conceito de segregação socioespacial e o de segregação residencial auxiliam a compreender como esse “empurrão” impactou e impacta a vida das camadas menos abastadas.

As desigualdades sociais tem como efeito natural a segregação socioespacial e esta as torna mais sólida. Portanto, as áreas segregadas existentes nas cidades foram provocadas constante fragmentação dos espaços, pela interferência do capital e dos agentes que o compõe (imobiliário, social, político). Então, a produção do espaço, que é a materialização das

relações sociais, cria diferentes lugares. Como pudemos observar até aqui nos debruçando em documentação da Princesa do Sul e:

[...] pode-se dizer que a segregação socioespacial na cidade é a expressão geográfica das desigualdades sociais. Ela pode se revelar no espaço urbano, por exemplo, quando determinados sujeitos que residem em periferias pobres da cidade concentram-se significativamente em diferentes espaços, dividindo espaços, por exemplo, com condomínios horizontais de luxo (Cavalcanti; Araújo, 2017, p. 4).

Então, os agentes sociais, inseridos nessa temporalidade, são inseparáveis dos processos sociais, estão colocados na forma do ambiente construído, se estruturando como um elemento fundamental da sociedade e do seu movimento. Os agentes da produção do espaço podem ser os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, ou os grupos sociais excluídos.

A segregação socioespacial pode ser percebida na forma das casas. Para essa observação o conceito de segregação residencial é relevante. Sendo esta, uma concentração de diferentes classes sociais, parecidas entre si, alocadas espaço urbano. Logo temos classes sociais próximas, mas diversas entre elas, em determinados locais, contudo separando os mais abastados dos mais pobres.

A raça e a habitação estão interligadas em Pelotas, assim como em todo território brasileiro. Os terrenos relacionados as pessoas pobres, se tratam de espaços precários e de uma parcela da população que tem o menor rendimento do chefe de família. No Nordeste, a moradia das pessoas negras é o mocambo, por vezes infestado de germes e mosquitos das águas poluídas. Em São Paulo, a moradia mais comum era o porão e o cortiço, atualmente conhecidas como favelas. Já no Rio de Janeiro, em relação a população negra o que se tem são as favelas, assentadas nas encostas dos morros (Nascimento, 1978).

A questão da negação da cidadania das pessoas pretas e pobres está colocada em documentos oficiais do Estado brasileiro. A primeira constituição brasileira, depois da abolição e em pleno período republicano, estipulou como uma das premissas da cidadania, ser alfabetizado para poder participar do processo eleitoral. Logo, a grande maioria dos brasileiros pessoas negras e pobres estavam fora do processo eleitoral e de grande parte das decisões políticas do país (Oliveira, 2008).

Consequentemente, visibilidade e a invisibilidade, em nossa sociedade, geralmente, assumem formas abertas e fechadas. Há impossibilidades sócio-econômicas de perceber e enxergar, de alcançar com as nossas vistas o que está próximo, ao redor e nos ambientes em

que frequentamos, situações como estas, de segregação invisível, tanto por negação da presença física, social e cultural, quanto por motivos de defesa dos interesses, de acordo os níveis e as particularidades do grupo dominante (Oliveira, 2008).

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 já demonstrava que face a esta realidade demográfica e territorial, o projeto de nação das elites dominantes tinha como objetivo uma segregação silenciosa dos brasileiros de origem africana, não positivada no direito, mas que os excluía por intervenção de mecanismos informais de natureza social, econômica e cultural. Junto a isso se implantavam políticas imigrantistas como instrumento de branqueamento do país. Esse projeto de nação sonhava, para um futuro não muito distante, com a completa absorção demográfica dos negros pela miscigenação, enquanto no presente a discriminação e a desqualificação social atuavam no sentido de reduzir seu acesso a direito e oportunidades” (Pnud, 2005).

Esse procedimento levado em frente pelas elites e autoridades de Pelotas impactou no funcionamento da cidade. O centro passou a ser um dos espaços mais caros do município e também estruturado, logo, grande parte das empresas e fábricas lá se colocaram. Esse espaço é distante dos bairros mais pobres e a consequência disso são os longos deslocamentos para o trabalho. A busca por tratamento médico também está dentro desse cenário, pois as clínicas, o Pronto Socorro, a Santa Casa lá estão. O resultado disso na prática é que a maior parte da população enfrenta longo trajeto até chegar nesses locais.

Isso posto, o último ponto de necessária reflexão é a territorialidade, porém a considerando conectada aos sentidos e significados que se deseja ou que se rejeita para determinado espaço. E a partir disso classificações são criadas para o uso ou a restrição total ao território. No caso em análise a restrição é a característica principal da repressão vivenciada pela população preta, parda, livre e liberta da localidade, como destaca Daniele Vieira:

A partir disso, entendemos que a territorialidade está diretamente associada aos sentidos e significados que se deseja, ou que se rejeita, para determinado espaço. A partir disso criam-se classificações (cor da pele, idade, gênero, função, classe, religiosidade, etc.) para o uso interno daquele espaço; definindo aqueles que terão livre acesso, acesso restrito parcial (ou condicionado; só pode acessar na condição de trabalhador, por exemplo) ou restrição total ao território. Os elementos que estruturam estas classificações não são fixos, podendo ser combinados de diversas formas de acordo com as intenções para o território num dado momento (Vieira, 2017, p. 39).

Um espaço simbólico pode desencadear identificação ou distanciamento a depender da maneira como as pessoas se percebem em relação aos signos presentes naquele território. O

centro de Pelotas, por exemplo, tem representação simbólica para a população negra local, tanto quando se pensa em cultos, como quando se observa os festejos:

Os elementos e as representações simbólicas que compõem um espaço podem gerar identificação ou distanciamento, dependendo da forma como as pessoas se percebem culturalmente em relação aos signos presentes. Nesta perspectiva, a demarcação dos limites físicos do território está diretamente relacionada à delimitação simbólica: das representações que se deseja para aquele espaço (Vieira, 2017, p. 40).

É imprescindível a vinculação entre espaço físico e sua significação a partir da presença de pessoas negras e/ou de práticas realizadas por elas. Os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados por pessoas negras, porém eles são mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro (Vieira, 2017).

Além de físico e funcional, no sentido de moradia, de trabalho esses espaços ganham significados com base nas relações que neles são desenvolvidas. Em razão disso, também são simbólicos. As mulheres e homens negros que os habitam, efetuam neles práticas e relações, ali constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes os terreiros, as sociedades negras, as escolas, os salões de baile, os clubes de futebol, os blocos e as entidades carnavalescas e com as práticas nelas desenvolvidas. O simbolismo está incutido aos significados e sentidos que homens e mulheres negras constroem sobre estes espaços. O território negro é formatado enquanto espaço físico e simbólico, a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) desenvolvida por mulheres e homens negros, cuja significação é constituída a partir da presença negra ou das atividades desenvolvidas por estas pessoas (Vieira, 2017).

A figura com a localização dos cortiços é um indício de que a área central de Pelotas é um dos territórios negros da localidade, pois ali essas pessoas habitam, trabalham, aproveitam seu lazer, desenvolvem suas práticas culturais, nesse âmbito, não precisamos pensar apenas o carnaval, pois as marchas, as feiras organizadas por esse conjunto populacional são uma constante. Nesse sentido, o processo de segregação racial que existiu no município, não teve a efetividade almejada e buscada pelas elites locais desde o começo do oitocentos.

Considerações finais

O presente texto teve como intuito trabalhar um dos aspectos negativos do processo e segregação racial tendo como foco a cidade de Pelotas e o ano de 1888. Mesmo que a segregação proposta pelas elites locais tenha ocorrido ao longo do oitocentos e avançado no século XX, o ano de 1888 é decisivo pela implementação de normativa provincial para o deslocamento das camadas mais pobres para o subúrbio.

A imprensa escrita tem papel decisivo nessa toada, pois esse mecanismo construiu e reproduziu estereótipos e preconceito racial. São diversas as matérias e reportagens cobrando atitudes da polícia no sentido de promover batidas nos espaços em que a população negra residia.

O movimento de empurrar as pessoas negras para longe do centro da cidade começa no final do século XIX e é intensificado após a abolição da escravidão. O que ocorre através da proibição de cortiços especificamente na área urbana da Princesa do Sul e passa pela repressão da polícia que ficava encarregada de “bater” nas habitações povoadas por pessoas pretas e as fiscalizar.

É a partir desse momento que os bairros do subúrbio começam a receber mais habitantes, espaços distantes do centro. O que coloca para aquelas pessoas que lá residem as dificuldades de estar longe da parte mais estruturada da localidade. Pensando aqui em saneamento básico, iluminação, saúde e lazer.

Portanto, a cidade de Pelotas carece de mais estudos sobre sua população, especialmente a população negra, para que assim sejam estabelecidos entendimentos sobre as mazelas e repressões vividas por esse espectro populacional e que também irão auxiliar na compreensão da formação do local.

Fontes

Arquivo Municipal, Secretaria de Urbanismo (Biblioteca Pública Pelotense).

Série Câmara Municipal, pasta 6, envelope 13, inclusão de novos artigos no Código de Posturas, 1882. (Biblioteca Pública Pelotense).

Código de Posturas, 1881/ 1888 (Biblioteca Pública Pelotense).

Lei Provincial nº 1717 (Biblioteca Pública Pelotense).

Lei Provincial nº 1433 (Biblioteca Pública Pelotense).

Echo do Sul, Rio Grande, 1886 a 1896 (Biblioteca Pública Pelotense).

Correio Mercantil, 1885 (Biblioteca Pública Pelotense).

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. 2010. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social** (UNICAMP), 19:91-108.
- ALONSO, Angela. 2015. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, Sônia Karoline Oliveira. TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO RACIAL: UMA ANÁLISE DO/NO TERRITÓRIO BRASILEIRO. **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**. São Paulo, p. 1-12 2024.
- CAVALCANTI, Lana; ARAÚJO, Manuel. **Segregação socioespacial no ensino de Geografia: um conceito em foco**. ACTA Geográfica, edição especial, p.140-159, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. (1996), *Cidade febril; cortiços e epidemias na Corte imperial* São Paulo, Companhia das Letras.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- MARINS, Paulo Cezar G. *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 3, p. 131-214.
- MOURA, Rosa Maria Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): Entre políticas públicas e investimentos privados**. Porto Alegre, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre: 2006.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1978.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela**. 2008. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PNUD Brasil, **Relatório de Desenvolvimento Humano**, Brasília, 2005.
- SCHWARCZ, L. M. (coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. História do Brasil Nação: 1808-2010. V. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- VARGAS, Jonas Moreira. **“Pelas margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. 2013. 505f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Dissertação de Mestrado em Geografia (POSGEA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2017.

Estrutura de posse, compadrio e escravidão em Santo Antônio da Patrulha (1850-1870)

Ownership structure, patronage and slavery in Santo Antônio da Patrulha (1850-1870)

Douglas Reisdorfer,¹ UFPel

Resumo

Neste texto, procura-se analisar algumas características do município de Santo Antônio da Patrulha durante as décadas de 1850 a 1870, localizado no litoral norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, são analisadas a estrutura de posse da escravidão na localidade e o patrimônio dos principais escravistas daquele termo, utilizando-se para isso os inventários *post-mortem*. Em seguida, investiga-se a relação entre compadrio e escravidão, valendo-se tanto dos registros de batismos do município patrulhense quanto dos que se referem à freguesia de Conceição do Arroio. Destaca-se o fato de que, em ambos os casos, os padrinhos livres adquiriram grande importância entre os pais espirituais de escravizados na metade do século. Sugere-se que a estrutura de posse e a africanidade estão intimamente relacionadas com as dinâmicas do apadrinhamento.

Palavras-chave: Escravidão; Estrutura de posse; Compadrio; Santo Antônio da Patrulha.

Abstract

This text analyzes some characteristics of the municipality of Santo Antônio da Patrulha during the decades of 1850 to 1870, located on the northern coast of the province of São Pedro do Rio Grande do Sul. Initially, it investigates the structure of slave ownership and the fortunes of the city's main slaveholders through *post-mortem* inventories. Subsequently, the article investigates the relation between godparenthood and slavery, using both baptismal records from Santo Antônio da Patrulha and Conceição do Arroio. It highlights that, in both cases, free godparents acquired great importance among the spiritual parents of enslaved people in the mid-19th century. It is suggested that the structure of ownership and African heritage are intimately related to the dynamics of godparenthood.

Keywords: Slavery; Ownership structure; Patronage; Santo Antônio da Patrulha.

Introdução

Neste texto, procuro explorar diversas questões relativas à escravidão no município de Santo Antônio da Patrulha, localizado na região norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Refiro-me, sobretudo, à estrutura de posse, ao compadrio e ao perfil dos principais escravistas da região. A família senhorial Rodrigues Garcia, cuja propriedade localizava-se às margens do rio Rolante, constitui o fio condutor da análise. Formada pelo patriarca José Rodrigues Garcia, por sua esposa Dorotéia Maria do Nascimento e pelos seus quatro filhos, a família administrava a fazenda de São José do Rolante, na qual habitavam

¹ Graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mestre e doutorando pela mesma instituição. Bolsista CAPES/DS. E-mail para contato: dglsreisdorfer@gmail.com

mais de vinte escravizados. Interessei-me por esse núcleo familiar – e não por outros da localidade, que tinham maiores riquezas e mais escravizados – por nele viver a escravizada Maria, então criança. Ao longo das décadas de 1860 e 1870, seu nome deixou rastros em vários documentos criminais. Segui-lo na documentação e explorar o conjunto de relações, significados sociais e conflitos da escravidão que emergem da criminalidade constitui o objetivo da pesquisa de doutorado que desenvolvo.²

Em 1866, Maria foi vendida para Rio Grande. Sua transferência para a urbe portuária foi um dos resultados do crime que ocorreu sob a casa dos Rodrigues Garcia: o assassinato de quatro infantes às margens do rio Rolante, ocorrido entre novembro de 1862 e março de 1863. Quem quer que tenha sido o autor daquela atrocidade, era certamente um morador da fazenda. Como réus, foram pronunciados três sujeitos. Venâncio José de Oliveira Furtado era genro da casa, casado com Tereza Rodrigues Garcia e o proprietário da pequena Maria. Ele tinha notórias desavenças com sua sogra, motivadas tanto por causa de partilha dos bens – depois do falecimento do patriarca – quanto por razões políticas. O escravizado Bartolomeu, por sua vez, espalhou uma intrigante versão dos fatos: as crianças eram vítimas do então finado José Rodrigues Garcia. Ele retornara do além-vida para vingar-se de sua família, porque sua viúva e seus filhos não haviam cumprido a promessa de liberdade feita a alguns de seus escravizados – presume-se – em seu leito de morte. O último réu, o cativo Antônio Nagô, foi visto brincando com uma das crianças pouco antes de seu desaparecimento.

Depois daquele acontecimento, as relações existentes entre os membros da família ruíram. Moravam naquela propriedade a viúva e seus filhos, Vênancio e sua esposa Tereza e os escravizados de ambos os núcleos familiares. A partir do inquérito, do processo-crime e dos julgamentos, a relativa boa convivência deu lugar a uma série de infortúnios. O genro perdeu tudo, endividado que ficou com os bons anos de prisão, os custos com sua defesa e os prejuízos em quaisquer que fossem os seus negócios. Daí é que, para abater seus débitos, vendeu a jovem menina para o comerciante Custódio José de Magalhães Bastos, comerciante rio-grandino. A fazenda de São José do Rolante também não parece ter superado as

² Já escrevi um bom tanto sobre sua trajetória. De modo geral, tomo seu nome como um fio condutor da análise, que procura se dedicar ao estudo da escravidão, da criminalidade, do gênero e da menoridade penal entre a segunda metade do século XIX e o imediato pós-abolição. Trata-se de um trabalho calcado na história social da escravidão e inspirado nas práticas metodológicas da micro-história italiana, sobretudo no “método onomástico”. Sigo um nome – o de Maria Cabeça – através da documentação criminal para investigar uma série de relações e significados que se desvelam a partir dele. Não se trata, propriamente, de uma biografia. Sobre a trajetória de Maria Cabeça, ver: Reisdorfer (2023). Quanto à metodologia que da inspiração ao trabalho de doutorado, ver: Ginzburg e Poni (1989).

adversidades que se seguiram àquela tragédia: o inventário da viúva, aberto na década de 1870, apresenta menos escravizados do que havia dez anos antes.

Os assassinatos deixaram consequências irreparáveis: senão pelos danos materiais, certamente pelas vidas ceifadas e pelos laços familiares rompidos. Aqui, me interesse particularmente por estes. Procuro, inicialmente, traçar uma análise inicial dos principais senhores escravistas do município de Santo Antônio da Patrulha, recorrendo a inventários *post-mortem*. Os Rodrigues Garcia faziam parte de um mundo senhorial medíocre, ao menos em comparação com outras partes da província sulina – não eram muitos os proprietários de considerável envergadura, se é que se pode considerá-los assim. Em seguida, passo para o *outro lado*: as relações entre os escravizados, examinando o compadrio e a escravidão. Busco, assim, reconstituir o conjunto de relações de solidariedade e parentesco em que Maria nasceu e cresceu. Ressalto, ademais, que se trata de um esforço ainda inicial – uma parte, se tanto, do trabalho desenvolvido na pesquisa de doutorado.

Senhores e escravistas em uma sociedade rural: estrutura de posse de escravizados em Santo Antônio da Patrulha

Quem eram os Rodrigues Garcia? Que lugar ocupavam na hierarquia social do município de Santo Antônio da Patrulha? Tais perguntas me levaram a reunir os inventários *post-mortem* abertos na comarca daquele município, a fim de comparar o patrimônio dessa família com o de outros escravistas da região. José Rodrigues Garcia e Doroteia Maria do Nascimento moravam às margens do rio Rolante, local que à época pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha. Além da fazenda de São José do Rolante, da casa de morada e de alguns animais de criação, eram proprietários de vinte e um escravizados, que, somados aos oito cativos do genro Venâncio José de Oliveira Furtado, totalizavam vinte e nove trabalhadores – entre alguns idosos e crianças – na propriedade. A localidade era, em geral, marcada por muitos pequenos senhores, que eram a imensa maioria dos escravistas da região. Assim, embora estivesse muito distante dos maiores proprietários da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, seu inventário o colocava entre os nove maiores proprietários do município.

O patriarca da casa nasceu em Laguna, em 1805, na então capitania de Santa Catarina, sendo o quarto filho dos sete que tiveram os açorianos Antônio da Rosa Garcia e Ana Rosa de Jesus. Doroteia, por sua vez, era natural de Viamão, e veio ao mundo em 1797. Casaram-se em 10 de maio de 1825, união consagrada na Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus de

Porto Alegre. O primeiro rebento daquele matrimônio nasceu em 24 de outubro de 1825 e foi batizado com o nome do pai: José Rodrigues Garcia Filho. Nos anos subsequentes, nasceram os filhos Luiz Rodrigues Garcia, Tereza Rodrigues Garcia e Rodrigo José Garcia. O leitor atento percebeu que, entre o casamento e o nascimento do primeiro filho, passaram-se somente cinco meses! Em outras palavras, antes mesmo de se casarem, Doroteia Maria do Nascimento já estava grávida. Não seria de se espantar que a união entre o casal tenha se dado para legitimar uma gravidez fora do casamento, algo de grande necessidade para a sociedade da época.³

Imagem 1 – Localização do município de Rolante, Rio Grande do Sul⁴



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rolante>

O lugar em que viveram boa parte de suas vidas situava-se no litoral norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que historicamente foi um espaço de travessia do gado levado para o sul (Santos, 2009). O município de Santo Antônio da Patrulha era constituído por quatro paróquias: Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Nossa Senhora de Oliveira de Vacaria e São Paulo da Lagoa Vermelha. Somadas, as paróquias compreendiam uma vasta área do norte da província. De acordo com dados do relatório da Diretoria Geral de Estatística de 1875, a localidade totalizava 24.915 habitantes, sendo 21.206 livres (85,11%) e 3.709 escravizados (14,89%). A majoritária presença dos livres é enganosa. De acordo com Moreira (2015), analisando dados do Censo de 1872 sobre

³ Alguns dados biográficos da família podem ser encontrados na coletânea *Açorianos em Porto Alegre: história, genealogia e cultura* (2022).

⁴ A imagem apresenta a localização atual do município de Rolante, hoje emancipado de Santo Antônio da Patrulha.

Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio, a região era caracterizada por expressiva presença negra, representada pelos homens e mulheres *livres de cor*. Do ponto de vista econômico, era local de agropecuária – como aliás o restante da província – e de produção de cana-de-açúcar, uma particularidade do litoral norte em função da pouca incidência de geadas sobre suas terras. Além do mais, lá abundam muitos mistérios sobrenaturais: casos de fantasmas, almas penadas e vingativas, uma característica que ainda hoje marca a região.

Como já afirmei, o município patrulhense, tal como seus vizinhos, era marcado por uma estrutura de posse de escravizados na qual se sobressaíam os pequenos proprietários. Segundo Moreira (2015, p. 76), entre os anos de 1850 e 1888, os pequenos senhores do litoral norte – compreendendo Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Maquiné e Torres – foram 83,95% dos proprietários escravistas, concentrando em suas mãos cerca de 53% de todos os cativos da região. Os médios e grandes proprietários representavam, juntos, 16,05% de todos os senhores, e concentravam os outros 47% escravizados. Quando se olha unicamente para o município que nos interessa, nota-se uma relativa estabilidade ao longo do tempo:

Tabela 1 – Estrutura de posse a partir dos inventários de Santo Antônio da Patrulha (1842-1870)

Grupo	1842-1850		1851-1860		1861-1870		Total	
	Inv.	Escr.	Inv.	Escr.	Inv.	Escr.	Inv.	Escr.
	Nº/%	Nº/%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 a 4	32 (55,17)	81 (20,66)	62 (56,36)	147 (22,83)	69 (50,36)	132 (16,02)	163 (53,44)	360 (19,35)
5 a 9	14 (24,14)	95 (24,23)	36 (32,72)	244 (37,89)	43 (31,39)	282 (34,22)	93 (30,49)	621 (33,39)
10 a 19	8 (13,79)	112 (28,57)	7 (6,37)	95 (14,75)	19 (13,87)	237 (28,76)	34 (11,15)	444 (23,87)
20+	4 (6,9)	104 (26,54)	5 (4,55)	158 (24,53)	6 (4,38)	173 (21)	15 (4,92)	435 (23,29)
Total	58	392	110	644	137	824	305	1860

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão**: inventários. O escravo deixado como herança. Vol. II. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Como é de se notar pela tabela 1, durante todo o período considerado (1842 a 1870), a maior parte dos senhores eram os de pequenas propriedades, representando 83,93%. Além de serem a maioria, mais da metade dos escravizados concentrava-se em suas mãos: uma importância percentual de 52,74%. Os números em questão, embora concentrados somente em um dos municípios e em um período um pouco diferente, seguem o que foi observado por Moreira (2015). Olhando a evolução da estrutura de posse ao longo do tempo, é interessante notar que o único período no qual os médios e grandes escravistas superaram os demais foi

entre 1842 e 1850, quando tinham em suas mãos 55,11% de todos os cativos. Na década seguinte, há uma queda desse número para a proporção de 39,28%, mas sua importância volta a subir no último período considerado para o percentual de 49,76%.

Chama a atenção que, nessa amostragem, o pico de concentração dos escravizados nas mãos dos maiores senhores encontra-se na década de 1840, antes do fim do tráfico atlântico de escravizados. Tal evolução difere significativamente do observado em outras partes da província, nas quais os maiores senhores possuíam a maior parte dos escravizados precisamente após a Lei Eusébio de Queiroz, quando o preço dos escravizados aumentou. É o caso dos municípios de Pelotas e de Rio Grande (Pessi, 2012; Scherer, 2008). Difícil explicar essa diferença: se se trata de uma simples distorção produzida por uma amostragem limitada ou se ela reflete processos e dinâmicas reais, produzidos pelas particularidades econômicas do litoral norte relativamente a outras partes do extremo-sul do país. O fato é que os inventários *post-mortem*, como é sabido, sobrerepresentam os sujeitos mais ricos de uma sociedade. O uso dos registros de batismos poderia diversificar esse quadro, uma vez que neles os pequenos proprietários aparecem com maior representatividade (Matheus; Farinatti, 2016). Nesse sentido, é de se imaginar que a proporção real dos escravistas remediados seja ainda maior. Entretanto, devido às limitações do presente trabalho, não farei esse exercício metodológico.

Entre os anos de 1850 e 1870, encontrei nove senhores com mais de vinte escravizados. O dono da fazenda de São José do Rolante é o menor deles, com os vinte e um cativos que lá trabalhavam. Para dimensionar seu lugar na hierarquia social, reuni oito⁵ deles na tabela 2, organizados decrescentemente de acordo com o número de escravizados que possuíam. A maior escravista de todo o período foi Ana do Nascimento de Jesus Feijó, que, com seu finado marido, foi dona de terras na paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra. A avaliação de seus bens contabilizou quarenta e cinco escravizado, mas o tamanho de seu patrimônio no inventário não condiz com o que provavelmente foi o tamanho real de sua riqueza em vida. Ela faleceu em 1839, muitos anos antes da abertura do documento; além disso, muitos bens já haviam sido doados quando ocorreu o falecimento de seu marido, cujo inventário não foi encontrado.

Tal como Feijó, os senhores Felisberto Batista de Almeida Soares e o Major Manoel Eugênio de Oliveira Soares também tinham suas propriedades situadas naquela paróquia. Os dois eram irmãos, e tinham, respectivamente, quarenta e um e trinta e sete escravizados. Entre eles encontram-se os dois maiores patrimônios do termo de Santo Antônio da Patrulha, nos

⁵ Deixei de fora o inventário de Reginaldo Alves dos Santos, senhor de vinte e três escravizados. Quando o consultei, o documento estava em mau estado, incompleto, e não apresentava a avaliação de seus bens.

montantes de 6.510,89 e 22.289,12 libras.⁶ Entre os três, o Major Manoel Eugênio tinha a única avaliação de bens detalhada e completa, apresentando não só a totalidade de seus escravizados como também os demais tipos de propriedades.⁷ É também o único equiparável às dos grandes senhores da província, mas ainda estava aquém dos maiores charqueadores e criadores de gado do Rio Grande do Sul. Investigando Pelotas entre 1810 e 1900, Vargas (2013, p. 377) encontrou ao menos vinte e um inventários de charqueadores com patrimônios acima de 25 mil libras esterlinas. Farinatti (2007, p. 54), analisando os maiores proprietários de Alegrete entre os anos de 1831 e 1870, encontrou seis fortunas superiores a 20 mil libras esterlinas, sendo apenas duas delas próximas ao valor de 50 mil. Assim, o patrimônio do Major Manoel Eugênio é mais equiparável quando colocado ao lado de outros criadores, como os da região da campanha.

A tabela 2, apesar de suas evidentes limitações, traz outros elementos interessantes. Se eu a tivesse organizado segundo a ordem da maior para a menor fortuna, o leitor notaria mais facilmente: conforme subimos a escala da renda, diminui a importância dos escravizados no patrimônio como um todo. Assim, no caso do *monte-mor* dos irmãos Felisberto Batista e Manoel Eugênio, os escravizados representavam perto de 22% de seus patrimônios. Os bens de raiz e os bens móveis e semoventes superavam sua importância, sendo especialmente notáveis as propriedades do mais rico senhor do município, com propriedades em Porto Alegre, onde provavelmente morava. Nas fortunas mais modestas, os escravizados eram sempre o elemento mais importante, indo desde os 37,46% do patrimônio de Maria Angélica Pinto até os 89,79% do pequeno montante de Ana Maria da Silva.⁸ Portanto, quanto mais ricos eram os proprietários, menor a relevância dos trabalhadores escravizados no cômputo de suas riquezas.⁹

A exceção foi justamente José Rodrigues Garcia, que tinha nos bens de raiz o percentual de 53,79% de seu *monte-mor*. Vejamos mais detidamente a sua avaliação de bens, realizada em 1866. Entre suas propriedades, o descendente de açorianos possuía cinco bens de raiz: a fazenda de São José do Rolante, avaliada em 8 contos de réis; uma casa de sobrado

⁶ A conversão dos valores em libras é prática já bastante conhecida. Ela é realizada em função da maior estabilidade da moeda britânica, o que possibilita comparações ao longo do tempo.

⁷ No caso de Felisberto Batista de Almeida Soares, há outro inventário, aberto em 1863; entretanto, quando fui ao arquivo, o documento não foi encontrado. É possível que este documento contenha uma avaliação mais completa de seus bens, com um *monte-mor* superior.

⁸ Por sinal, trata-se de outro inventário *post-mortem* que parece não descrever plenamente as posses reais da inventariada.

⁹ Outros aspectos podem ser analisados através dos inventários. A estratificação socioeconômica pode ser analisada em maior detalhe, observando a concentração da riqueza no município como um todo. Todavia, para os fins deste trabalho, restrinjo-me a analisar o topo da pirâmide da renda, pois uma análise mais ampla estaria muito distante do escopo da pesquisa que realizo.

com quintal, arvoredos e bem-feitorias, no valor de 1 conto e 500 mil réis; uma casa térrea, na mesma fazenda, no valor de 400 mil-réis; uma casa com engenho de moer grãos e fazer farinha, na quantia de 5 contos de réis; e 500 braças de terras cobertas de matos, no montante de 500 mil-réis. Todas essas propriedades encontram-se no Rolante. Entretanto, para além do inventário, é possível saber que a família possuía uma casa em Porto Alegre, a qual foi passada para o genro Venâncio José de Oliveira Furtado antes da abertura do inventário. Anteriormente, mencionei que o matrimônio de José Rodrigues Garcia e Doroteia Maria do Nascimento ocorreu na Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus de Porto Alegre. Acredito que o casal passava seus dias entre as terras situadas no rio Rolante e a capital da província, ao menos até a morte do patriarca.

Tabela 2 – Patrimônio dos maiores escravistas de Santo Antônio da Patrulha (1850-1870)

Inventariado	Escravizados	Raiz	Móv. e S.	Monetário	Dívidas	Total
	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%
Ana do N. de Jesus Feijó	1.217,41 (58,64)	858,82 (41,36)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	2.076,24
Felisberto B. de A. Soares	1.431,49 (21,99)	2.760,74 (42,40)	2.318,66 (35,61)	0 (0)	0 (0)	6.510,89
Manoel E. de O. Soares	4.899,36 (21,98)	11.133,47 (49,95)	5.249,55 (23,55)	1.006,73 (4,52)	0 (0)	22.289,12
Ana Maria da Silva	737,41 (89,79)	76,47 (9,31)	5,035	2,37 (0,61)	0 (0)	821,29
Maria Angélica Pinto	1.235,29 (37,46)	938,47 (28,46)	1123,91 (34,08)	0 (0)	0 (0)	3.297,67
Manoel J. F. Guimarães	1.519,79 (83,52)	206,42 (11,34)	93,48 (5,14)	0 (0)	0 (0)	1.819,68
Manoel Antônio Teixeira	1.664,75 (59,95)	554,36 (19,96)	213,81 (7,7)	343,82 (12,38)	0 (0)	2.776,75
José Rodrigues Garcia	1.293,46 (44,18)	1574,64 (53,79)	186,09 (6,36)	691,20 (23,61)	817,99 (27,94)	2.927,40
Total	13.998,97 (32,92)	18.103,39 (42,58)	9.190,54 (21,62)	2.044,13 (2,88)	817,99 (1,92)	42.519,04

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão:** inventários. O escravo deixado como herança. Vol. II. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Além dos escravizados e das terras e casas, o inventário apresentava cinquenta reses de criar e cinquenta bois mansos, uma quantidade bem pouco significativa se comparada à de grandes pecuaristas do sul do Império. Para ficarmos apenas em Santo Antônio da Patrulha, o Major Manoel Eugênio era detentor de duas mil e cem reses de gado chucro, quinhentas e trinta reses de gado manso, duzentos e quarenta bois, além de vários outros animais em expressiva quantidade. Seu irmão Felisberto era possuidor de mais de duas mil reses de criar chucas, além de outras duzentas mansas e outros muitos animais. Tudo indica que os maiores

rebanhos do município encontravam-se na paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, analisada detidamente por Teixeira (2008).

Alguns anos depois, em 1875, faleceu a viúva Doroteia Maria do Nascimento. Seu inventário não tardou muito a ser realizado. A comparação entre os dois documentos, separados por nove anos de distância, evidencia um empobrecimento de sua propriedade. Dos vinte e um escravizados, restaram somente onze. As propriedades e casas continuaram as mesmas, mas houve uma redução no número de animais de criação para a quantidade vinte e três reses de criar. Em termos monetários, as posses da família foram das 2.927,40 para 1.134,44 libras esterlinas, menos da metade. É possível que, depois do falecimento do pai, parte dos bens tenha ficado sob a responsabilidade dos filhos da casa; mas também é possível que seja consequência de uma dinâmica muito comum após o fim do tráfico atlântico de escravizados: a perda de cativos para os maiores proprietários.

Outra possibilidade. Os eventos ocorridos doze anos antes poderiam ajudar a explicar a redução de seu patrimônio? Quando quatro crianças foram encontradas mortas às margens do rio Rolante, Venâncio José de Oliveira Furtado foi considerado pelas autoridades como um dos principais suspeitos de ter cometido o crime. Era ponto pacífico entre as testemunhas o fato de que somente um morador da fazenda seria capaz de cometer tal ato sem ser visto. Venâncio havia se desentendido com sua sogra em função das disputas ocorridas com a partilha dos bens: ele desejava ficar com a casa de morada em Porto Alegre, e tudo leva a crer que sua pretensão não foi facilmente satisfeita. Ocorreram algumas discordâncias entre o genro, sua sogra e seus cunhados, mas, ao final, a propriedade foi passada para ele.¹⁰ O terrível crime que acometeu a paz dos Rodrigues Garcia é o motivo pelo qual o inventário do patriarca foi aberto somente em 1866, quatro anos depois de seu falecimento. Ao final do caso, nenhum réu foi condenado: não foi possível provar nada contra Venâncio, e os outros dois réus – os escravizados Bartolomeu e Antônio Nagô – faleceram durante o processo. Se durante as investigações do caso os laços familiares estremeceram, o falecimento da viúva evidencia sua reunião posterior: na abertura de seu inventário, Venâncio encontrava-se em comum acordo com seus cunhados, deixando para o filho mais novo da casa – Rodrigo José Garcia – o lugar de inventariante.

Impossível saber se durante o período de mais de uma década do assassinato das crianças ao falecimento de Doroteia houve algum acerto de contas entre os familiares, mas tudo indica que sim. De uma forma ou de outra, o que antes era uma propriedade de ao menos

¹⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

vinde e um escravizados reduziu-e para onze, refletindo uma incapacidade da família em manter seu patrimônio, aumentá-lo ou evitar sua fragmentação entre as novas gerações.¹¹

Os registros de batismos no litoral norte: escravidão e compadrio entre Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio

A africana nagô Joana foi batizada no dia 21 de agosto de 1851. O registro lhe dava a idade de cerca de vinte anos. Sem a menor dúvida, a escravizada foi traficada ao Brasil durante o período de ilegalidade do nefando comércio, tal como o nagô João, de vinte e cinco anos de idade, também batizado naquele dia. Aquela pertencia a José Rodrigues Garcia, e este fazia parte das propriedades de seu filho Luiz. Em verdade, quando observamos o livro de batismos de escravizados da freguesia de Santo Antônio da Patrulha, os poucos africanos registrados se situam depois de 1850. Joana, João, José, Justina, Pedro e Luís. A julgar por suas idades, todos mais jovens do que vinte e cinco anos, foram trazidos durante a década de 1840 ou até depois: afinal, o litoral norte da província era lócus de desembarques ilegais mesmo depois da Lei Euzébio de Queiroz.¹²

Não foram poucos os filhos de Joana, que deixou ao menos nove rebentos. Eva, nascida em 15 de fevereiro de 1852; Clemência, de 4 de setembro de 1854; João, que veio ao mundo em 8 de maio de 1856. Os três foram batizados no dia 3 de julho de 1856. Tempos depois, ela deu à luz o menino Cristino, nascido em 5 de novembro de 1857 e batizado no dia 7 de abril do ano seguinte; e Carolina, nascida em 17 de maio de 1859 e batizada em 14 de maio de 1860. Além deles, foi mãe de Antônio, dos gêmeos José e Josefa e de Sipião. Não por acaso, no inventário *post-mortem* de Doroteia Maria do Nascimento, Joana e seus filhos eram oito dos onze escravizados presentes na avaliação de bens. Mas a relação entre mães e filhos não era a única que marcava as relações sociais do cativo. Para além de sua mãe, as

¹¹ Vargas (2013) apontou que, entre os charqueadores mais ricos de Pelotas, uma estratégia comum para manter a unidade de seu poderio econômico era passar a charqueada para o primogênito da família. Era uma *estratégia familiar*, e esteve diretamente relacionada à capacidade dos mais afortunados em preservarem suas fortunas e permanecerem durante longos períodos no topo da hierarquia social. Evidentemente, uma comparação entre as poucas posses dos Rodrigues Garcia e os maiores ricos da província é completamente descabida; entretanto, o contraste serve para ilustrar o quanto a sucessão e a herança eram fundamentais, e a ausência de uma estratégia bem definida poderia prejudicar a manutenção do lugar social que as famílias ocupavam na sociedade.

¹² Um caso conhecido foi o desembarque ilegal malsucedido de 11 de abril de 1852. A embarcação encalhou nas praias de Tramandaí, região que naquele período pertencia à Conceição do Arroio, distrito de Santo Antônio da Patrulha. Dez anos depois, o africano Manoel Congo, em busca de sua liberdade, recorreu às autoridades dizendo ter sido trazido ao Brasil naquele desembarque que fracassou. O navio teria vindo direto da Costa da África, sendo o último desembarque ilegal de que se tem notícia para o Rio Grande do Sul. Para uma análise do caso, ver: Oliveira (2006).

crianças foram apadrinhadas em sua maioria por outros escravizados, o que não era a regra para a região.

A tabela 3 reúne a condição jurídica dos padrinhos de escravizados batizados em Santo Antônio da Patrulha entre 1849 e 1854. A maior parte dos pais espirituais eram livres, representando 49,57% do total. Os padrinhos que tinham a mesma condição dos batizados eram, por sua vez, 40,08%. Embora esses números possam representar uma tendência importante da localidade, o período analisado é muito restrito para se realizar uma análise mais segura. Por quê? Quando abri o livro de batismos de Santo Antônio da Patrulha, buscava encontrar a africana Leonor, mãe de Maria Cabeça, mencionada na introdução do presente trabalho. Assim como Joana, tudo indica que ela chegou ao Brasil durante a ilegalidade do tráfico, mas não pude confirmar a data de sua chegada, pois o documento possuía uma lacuna que vai de 1825 até 1849! Segundo o vigário que assumiu a responsabilidade de anotar os batismos nesse último ano, eles estavam sendo registrados em um livro de óbitos de escravizados – um documento que até hoje não foi encontrado.

Tabela 3 - Condição jurídica dos pais espirituais de Santo Antônio da Patrulha (1849-1854)

Condição do padrinho	Quantidade	Percentual
Escravizado	93	40,08%
Livre	115	49,57%
Forro	11	4,75%
Sem informação	13	5,6%
Total	232	100%

Fonte: Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Santo Antônio da Patrulha**. Livro 03, 1799-1854. p. 104. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Leonor foi madrinha de alguns dos filhos de Joana e vice-versa. Como se vê pela tabela 3, embora a busca por outros escravizados como padrinhos não fosse uma prática incomum, o mais recorrente no litoral norte era que os escravizados buscassem sujeitos livres para apadrinhar seus filhos. Os significados envolvidos no apadrinhamento não são simples de se discernir. Envolvia o estabelecimento de redes de parentesco, solidariedade e resistência; relacionava-se também a um processo de constituição identitária, refletindo um processo de formação de comunidades africanas na diáspora.¹³ Todavia, os homens livres nem sempre foram o grupo preferencial dos escravizados que nasciam ou que chegavam no local.

¹³ O caso de Rio Grande, sobre o qual falarei mais adiante, é exemplar. Em meados da década de 1850, a maior parte dos padrinhos de escravizados batizados naquela cidade eram outros escravizados. Ver: Matheus (2021).

Segundo o trabalho de Santos (2009), entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, a maior parte dos padrinhos dos cativos de Santo Antônio da Patrulha eram sujeitos da mesma condição jurídica. Portanto, tudo indica ter ocorrido um processo de mudança nas práticas de apadrinhamento no litoral norte.

Contudo, com tão poucos anos disponíveis para análise, é difícil estabelecer qualquer constatação mais contundente. Para observar as dinâmicas do compadrio na região, recorri aos registros de batismos de Conceição do Arroio, que até 1857 ainda pertencia a Santo Antônio da Patrulha. Pela proximidade e pela semelhança das duas freguesias, acredito ser possível extrair algumas conclusões – afinal, o livro de batismos de escravizados da localidade vizinha encontra-se em melhor estado.

Tabela 4 – Condição jurídica de pais espirituais de Conceição do Arroio (1815-1854)

Condição do padrinho	1815-1824		1825-1832		1841-1854		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Escravizado	148	42,29%	148	34,42%	116	29,74%	415	35%
Livre	160	45,72%	214	49,76%	261	66,93%	640	54%
Forro	13	3,71%	36	8,38%	4	1,03%	55	4,6%
Não informado	27	7,71%	21	4,88%	6	3,54%	59	5%
Ilegível	2	0,57%	11	2,56%	3	0,76%	17	1,4%
Total	350	100%	430	100%	390	100%	1186	100%

Fonte: Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 03, 1814-1846. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>; Diocese de Porto Alegre. Registros de batismo da Paróquia de Osório. Livro 04, 1841-1860. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

A tabela 4 traz a evolução da condição jurídica dos padrinhos de escravizados batizados em Conceição do Arroio entre 1815 e 1854. Para não me estender muito, ficarei apenas com os dados relativos aos pais espirituais, mas os números das madrinhas são bastante semelhantes. Durante o período que vai de 1815 a 1824, os livres já eram maioria entre os padrinhos, mas por muito pouco: foram 45,72% contra os 42,29% dos escravizados. Nas décadas que se seguiram, os padrinhos livres foram se tornando cada vez mais expressivos, chegando a ocupar 66,93% de todos os pais espirituais de Conceição do Arroio nos anos de 1841 a 1854. Há, portanto, um processo real de mudança das características do apadrinhamento durante a primeira metade do século XIX – similares e próximas, não tenho motivos para crer que no município patrulhense fosse muito diferente.

Mais importante do que apontar a mudança é explicá-la. Como se pode compreender as transformações do compadrio no litoral norte da província? Que fatores podem estar relacionados? Uma primeira explicação reside na própria estrutura de posse. Assis (2020), analisando o município de Castro, observou que os escravizados pertencentes às maiores escravarias buscavam mais frequentemente outros escravizados para serem seus padrinhos. Embora não disponha de um extenso cruzamento entre inventários *post-mortem* e registros de batismos, as relações de apadrinhamento entre os escravizados dos Rodrigues Garcia são ilustrativas de que tal tendência também ocorria entre os cativos de Santo Antônio da Patrulha.¹⁴ Contudo, tanto nesse município quanto em Castro – e outras pequenas localidades similares – os pequenos senhores eram a maioria dos proprietários. Assim, tudo indica que, nas diminutas freguesias do interior, a busca por padrinhos livres era uma característica comum. Cidades como Rio Grande, em contrapartida, tiveram uma trajetória inversa à que se apresenta aqui. Naquela urbe portuária, durante a metade do século XIX, os escravizados já superavam os livres enquanto pais espirituais.

No entanto, isso não esgota nem encerra as dinâmicas que se relacionam com a busca por um pai espiritual. Se Rio Grande tinha como característica ter uma concentração maior de escravizados no topo da estrutura de posse, ao contrário do que se observa em Santo Antônio da Patrulha ou em Conceição do Arroio, essa não era a única característica que a diferenciava. A cidade portuária era marcada pelo fortalecimento de laços de parentesco e de solidariedade entre os africanos, destacando-se os de origem mina ou mina-nagô (Matheus, 2020; Matheus, 2021). Esses sujeitos tinham grande presença na conquista da liberdade, com uma significativa expressão entre as alforrias pagas. Eram, nesse aspecto, maioria: superavam os que nasceram no Brasil nas manumissões, um padrão bastante incomum para o Brasil (Scherer, 2008). É bem possível que essa particularidade tivesse conformado uma dinâmica de compadrio diferente da que se apresentou em outras partes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Ora, no caso do litoral norte, há uma forte evidência de que a africanidade se relacionava intimamente com o apadrinhamento. Cruzando a condição jurídica dos padrinhos escravizados com o lugar de origem dos batizados de Conceição do Arroio (se eram africanos ou crioulos), é possível chegar a um quadro um tanto mais complexo do que foi apresentado até aqui. A tabela 5, abaixo, apresenta o apadrinhamento de crioulos e africanos durante todo

¹⁴ O apadrinhamento de escravizados por outros escravizados é algo observado em outras regiões e contextos nos quais se destacam as escravarias de grande envergadura. É o caso de Inhaúma, na primeira metade do século XIX, estudada por José Roberto Góes (1993).

o período considerado para a localidade em questão. Entre os que nasceram no Brasil, nenhuma surpresa: livres foram 59,09% dos pais espirituais. Quanto aos africanos, há uma diferença significativa: os escravizados foram 46,8% dos padrinhos contra 39,06% de livres. Somando ainda os libertos, tem-se que ao menos 53,87% dos que apadrinharam foram sujeitos com algum vínculo com a escravidão em algum momento de suas vidas. Isso indica que, para além da estrutura de posse, outro aspecto a ser considerado para pensar o compadrio diz respeito ao papel, o peso e a importância da africanidade em diferentes partes da província.

Tabela 5 – Condição jurídica dos padrinhos segundo origem dos batizados de Conceição do Arroio (1815-1854)

Naturalidade	Crianças		Africanos		Naturalidade não informada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Escravo	261	31,22%	139	46,80%	15	28,30%	415	35%
Livre	494	59,09%	116	39,06%	30	56,60%	640	54%
Forro	30	3,59%	21	7,07%	4	7,55%	55	4,6%
Não informado	38	4,55%	18	6,06%	3	5,66%	59	5%
Ilegível	13	1,55%	3	1,01%	1	1,89%	17	1,4%
Total	836	100	297	100	53	100	1186	100

Fonte: Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 03, 1814-1846.

Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>; Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 04, 1841-1860. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Ao que parece, onde os laços e vínculos entre africanos e seus descendentes foram mais fortes, o compadrio entre escravizados se sobressaiu. Como foram muito poucos os africanos registrados no livro de batismos de Santo Antônio da Patrulha, não é possível averiguar se esse padrão se apresentava por lá, mas é bem possível que sim. Quanto à freguesia de Conceição do Arroio, conforme foram diminuindo a presença dos africanos entre os batizados, também caiu o número de padrinhos escravizados, indicando uma forte relação entre estes e aqueles. Para melhor completar a presente investigação e examinar os significados sociais e culturais do compadrio entre esses sujeitos seria necessário prosseguir a outras abordagens, como uma análise de trajetórias específicas de padrinhos que apareceram recorrentemente. No escopo deste texto, não será possível levar um esforço do tipo adiante. Resta constatar que, apesar de divergir de Rio Grande quanto à evolução da condição jurídica dos padrinhos ao longo da primeira metade do século XIX, o litoral norte da província não constituía caso excepcional para o Império como um todo. Em geral, nas regiões marcadas

por uma grande fragmentação das escravarias de menor envergadura experienciavam números similares aos encontrados neste texto: uma expressiva presença dos padrinhos livres.

Conclusão

Neste trabalho, procurei explorar algumas características do município de Santo Antônio da Patrulha entre os anos de 1850 e 1870. Centrei-me especialmente em dois aspectos: na estrutura de posse e nas propriedades dos principais escravistas da região; e na relação entre compadrio e escravidão. No primeiro caso, foi possível averiguar algo já evidenciado em outros trabalhos acerca do litoral norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a predominância de pequenos senhores entre os proprietários da região. As escravarias pequenas, além de serem a maioria (o que não é algo incomum), concentravam mais da metade dos cativos do local. Isso diferencia bastante o local em relação ao extremo-sul da província, como em Pelotas e Rio Grande, onde os médios e grandes senhores eram os que possuíam a maior parte dos escravizados. No que se refere ao patrimônio dos maiores senhores, à exceção do Major Manoel Eugênio de Almeida Soares, grande criador de gado da paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, nenhum deles era equiparável aos montantes e fortunas de lugares dos maiores pecuaristas da região da campanha.

No que se refere à relação entre compadrio e escravidão, ressalto que aqui explorei seu lado quantitativo, mostrando quem eram os padrinhos dos escravizados que eram batizados em Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio. O apadrinhamento tinha significados importantes na sociedade escravista, conformando-se enquanto mecanismo de constituição de parentescos e solidariedades, além de servir como forma de buscar uma proteção. No litoral norte, os padrinhos livres se sobressaíram durante meados do século XIX, ao contrário do que tem sido observado para lugares como Rio Grande, onde escravizados que apadrinhavam outros escravizados constituíram a maioria. Dois aspectos parecem estar relacionados a essas diferenças: a estrutura de posse e a africanidade. O próximo passo da pesquisa é ir além dos números e buscar examinar os significados específicos do compadrio na região, aprofundando a análise das relações sociais como as que tinham Leonor, Joana e seus muitos filhos.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 03, 1814-1846. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 04, 1841-1860. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Santo Antônio da Patrulha**. Livro 03, 1799-1854. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão**: inventários. O escravo deixado como herança. Vol. II. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Referências

ASSIS, Vinícius Augusto Andrade de. **A flor de senzalas miúdas**: escravidão e parentesco nos campos de Castro (1789-1836). Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel *et al.* (orgs.). **Açorianos em Porto Alegre**: história, genealogia e cultura. Porto Alegre: Evengraf, 2022.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito**: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luís Augusto. Registros de batismo e inventários *post-mortem* como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. **Estudos Históricos – CDHRPyB**, n. 16, p. 1-16, 2016.

MATHEUS, Marcelo Santos. Os africanos minas no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora (Rio Grande do Sul, século XIX). In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto (orgs.). **A diáspora Mina**: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020. p. 279-322.

MATHEUS, Marcelo Santos. Cativo e compadrio em um porto atlântico (Rio Grande, 1780- 1850). **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 383-404, 2021.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sou lavrador e curo: saúde e feitiço na sociedade escravista oitocentista (Litoral Norte – RS). In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 67-98.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**: um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006.

PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição**: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REISDORFER, Douglas. A trajetória de “Maria Cabeça”: escravidão, gênero e liberdade entre Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande (1850-1893). **Faces de Clío**, v. 9, n. 18, p. 143-169, 2023.

SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativeiro**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773- 1824). Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade**: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

TEIXEIRA, Luana. **Muito mais que senhores e escravos**: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava: a venda de mulheres escravizadas e seus filhos no Rio Grande do Sul (1850-1888)

Declares the children of enslaved women to be free: sale of enslaved women and their children in Rio Grande do Sul (1850-1888)

Gianne de Almeida Andrade,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo expõe resultados iniciais da pesquisa que realizo como bolsista de iniciação científica, sendo também, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho aplica a abordagem metodológica quantitativa para analisar a documentação das vendas de mulheres escravizadas com seus filhos, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1850 e 1888, porém com foco, especialmente, aquelas que foram vendidas juntamente de seus filhos ingênuos após a promulgação da Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, portanto, mulheres escravizadas vendidas acompanhadas de seus filhos livres, tendo como fonte principal os livros Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Volume I e Volume II².

Palavras-chave: Gênero; Maternidade; Escravidão.

Abstract

This article presents initial results of research I am conducting as an undergraduate research fellow, which is also the subject of my final course project. The work applies a quantitative methodological approach to analyze the documentation of sales of enslaved women and their children in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul, between 1850 and 1888, but focusing especially on those who were sold along with their free children after the promulgation of Law No. 2,040 of September 28, 1871, the Law of the Free Womb; therefore, enslaved women sold accompanied by their free children. The main source is the book Documents of Slavery: Purchase and Sale of Slaves: Collection of the Notaries of Rio Grande do Sul. Volume I and Volume II.

Keywords: Gender; Motherhood; Slavery.

Introdução

No dia 28 de fevereiro de 1879, no 1º tabelionato do município de Caçapava, da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi registrada a venda das escravizadas, Rita, no registro mencionada sua cor, “preta” e sua origem, “crioula”, e Claudina, mencionada sua idade “10 anos”, e origem, “crioula”, ambas da senhora Roza Ahrens, a primeira, vendida ao

¹ Graduanda em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail para contato: gianneandrade8@gmail.com

² Para o presente artigo foram tabelados todos os registros de compra e venda de escravizados da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1850 até 1888. Os documentos estão disponíveis no site do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS.

senhor Belchior de Bem e Canto por 800\$ mil réis, a segunda, ao senhor Patrício Rodrigues de Freitas por 550\$ mil réis. No entanto, devido a uma cláusula de venda que consta nas observações identificamos que as escravizadas eram mãe e filha e que estavam separadas.

Claudina, que era a filha, ficaria em posse do comprador de sua mãe até completar a idade de 12 anos, e após isso seria entregue ao seu comprador.³

Entretanto, em 1869, o Decreto nº 1.695 de 15 de setembro, no artigo segundo, proibia a separação das famílias no momento da venda: “Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”.⁴ E em 1871, com a promulgação da Lei nº 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre, estava novamente determinado a proibição da separação das famílias no momento da venda, no artigo quarto, parágrafo sétimo: “§ 7º Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os conjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe.”.⁵ Portanto, nesse caso, o senhor Patrício Rodrigues de Freitas utiliza-se dessa brecha da lei, pois compra a escravizada Claudina quando esta tem 10 anos, logo, é proibido a separação dela de sua mãe Rita, mas chegando a menor a idade de 12 anos, ela irá para o domínio de seu comprador, uma vez que a lei proibia apenas a separação dos filhos menores de 12 anos.

Os registros de compra e venda possibilitam que os acontecimentos, como o caso dessa mãe e filha, tragam luz a história, do período da escravidão, desses indivíduos, dessa sociedade escravista, e demonstram que mesmo em um contexto de fortalecimento do movimento abolicionista e das leis emancipacionistas,⁶ os direitos de homens e mulheres escravizados eram sistematicamente violados. Rita e Claudina são apenas um exemplo, entre tantos outros do período, e comprovam também que para cada pequeno passo na defesa dos direitos desses indivíduos, ocorria simultaneamente um retrocesso. Um exemplo se dá na questão da separação familiar no momento da venda, o decreto de 1869 permitia que, apenas

³ Observação que consta no registro de venda da escravizada Rita: “Devido a uma cláusula de venda, ficará em poder do comprador uma filha da escrava de nome Claudina (vendida para Patrício Rodrigues de Freitas) até que esta complete a idade de 12 anos.”.

Observação que consta no registro de venda da escravizada Claudina: “Devido a uma cláusula de venda, a escrava ficará em poder do comprador de sua mãe (Belchior de Bem e Canto) até completar a idade de 12 anos, após voltará para o domínio de seu comprador.”.

⁴ Leis do Império do Brasil – 1869.

⁵ Lei nº 2.040 – 1871.

⁶ Para saber mais sobre o Movimento Abolicionista e as Leis Emancipacionistas, ver: Barros, 2008; Nabuco, 2011.

os filhos maiores de 15 anos poderiam ser separados dos pais, já na Lei do Ventre Livre, de 1871, a idade permitida para separação diminui 3 anos, indo para 12 anos.

Mães escravizadas no Rio Grande do Sul

O presente trabalho está vinculado a dois projetos. O primeiro, “Comércio atlântico, elites sociais e escravidão na fronteira sul do Brasil Meridional (século XIX)” coordenado pelo Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas, recebe apoio pelo órgão de fomento CNPq, no qual desenvolvo a pesquisa como bolsista de iniciação científica. O segundo é o projeto “Comércio interno de escravos no Império do Brasil: História Digital”, que tem apoio do órgão de fomento FAPERJ, e é liderado por professores da Universidade Federal Fluminense, com o objetivo de criar um site com os dados dos registros de compra e venda dos escravizados no Império do Brasil, a partir do ano de 1850.⁷

Tendo em vista o objetivo do segundo projeto e através das informações obtidas na fonte, foi desenvolvida uma base de dados, em uma planilha Excel, onde foram tabelados, entre março e agosto de 2025, um total de 8.752 registros com 10.223 escravizados vendidos no período de 1850 a 1888, dos 49 municípios presente nos livros, entre homens e mulheres, adultos, recém-nascidos, crianças e idosos.

Nas tabelas 1 e 2 será apresentado a divisão por gênero e a origem desses 10.223 escravizados que foram vendidos e comprados no período, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:

Tabela 1 – Divisão por gênero dos escravizados

Homens	Mulheres	Sem especificação ⁸	Total
5.258	4.900	65	10.223

Fonte: Documentos da escravidão: compra e venda de escravos - v. 1, v. 2
(<https://www.apers.rs.gov.br/inicial>)

Tabela 2 – Origem dos escravizados

Origem	Total
Crioula ⁹	3.214

⁷ O projeto conta com a participação dos professores Karoline Carula, Tamis Parron, Jonis Freire, Leonardo Marques, Carlos Gabriel Guimarães e inclui o Prof. Jonas Vargas na equipe.

⁸ A categoria “Sem Especificação” tratam-se de crianças, com idades que variam entre 1 mês até 2 anos, que ainda não haviam sido batizadas, portanto não constam nomes nos seus registros de venda.

⁹ Utiliza-se o termo “Crioula(o)” para denominar toda a escravizada(o) que era nascida no Brasil.

Crioulo	3.283
Africana	246
Africano	585
Sem especificação ¹⁰	2.895

Fonte: Documentos da escravidão: compra e venda de escravos - v. 1, v. 2
(<https://www.apers.rs.gov.br/inicial>)

Apesar da historiografia com o recorte de gênero no período da escravidão¹¹, ter iniciado tardiamente conforme pontuado por Souza; Tardivo; Haack (2021, p. 55) “Nos estudos de escravidão é inegável que houve um atraso na recepção do gênero como importante marcador nas experiências de escravizados.”, pois os indivíduos escravizados eram vistos apenas pela ótica da sua mão de obra explorada, as distinções acerca de outros aspectos, como o gênero, eram ignorados porque eram vistos enquanto unidade, por partilharem da mesma condição jurídica.

Alguns autores já trouxeram luz ao debate, evidenciando que as condições de escravidão não são universais, sendo necessário realizar o recorte de gênero, pois as violências vividas por homens e mulheres no cativeiro devem ser analisadas a partir de perspectivas distintas. Visto que, não só a mão de obra da mulher era lucrativa, mas o seu ventre também gerava riquezas, tido como uma forma de produção e manutenção/continuação do sistema escravista. Como afirma Carula (2024, p. 5) “É imprescindível compreender a distinta experiência das mulheres escravizadas, ao mesmo tempo produtoras e reprodutoras de trabalho; [...]”.

O corpo da mulher cativa foi violado de diversas formas nesse sistema, a autora irá afirmar que a partir da lei Lei n.º 581/1850, que tratava da proibição do tráfico negro no Brasil, esses ventres tornavam-se a única forma de perpetuação do sistema¹²:

[...] com o fim efetivo do tráfico transatlântico de cativos, o papel da escravizada como reprodutora de trabalho e de riquezas adquiriu ainda mais

¹⁰ A categoria “Sem Especificação” trata-se das escravizadas(o) que não tinham sua origem mencionada no registro no momento da venda.

¹¹ O presente trabalho estabelece o diálogo com a autora Lélia Gonzalez (2020), em seu trabalho “Por um feminismo afro-latino-americano”, visto que o recorte de gênero trata somente das mulheres escravizadas. Logo, o recorte de raça está intrinsecamente ligado.

¹² Após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, e a proibição do tráfico ultramarino, não somente a reprodução natural tornou-se importante para a perpetuação da escravidão, o comércio intraprovincial e interprovincial foi de suma importância nesse contexto. Voltarei a este assunto mais adiante.

relevo, na medida em que a reposição de mão de obra passou a se dar pelo crescimento natural.” (Carula, 2024, p. 6).

A autora Maria Helena P. T. Machado (2018), irá corroborar com o argumento de Karoline Carula:

Em primeiro lugar, em um contexto de escravidão, que se baseia na apropriação legal dos corpos, o corpo da mulher escrava é duplamente violado. Como escrava, seu corpo é entendido enquanto instrumento de trabalho para geração de riquezas. Porém, por ser mulher, seu corpo é apropriado uma segunda vez pois ele é o espaço da reprodução da escravidão (Machado, 2018, p. 329).

Para Machado, em relação à maternidade dessas mulheres no cativeiro, irá pontuar, que apesar da importância dessa reprodução, o maternar não era algo permitido ser vivido por essas mulheres. A autora aponta que a maternidade é algo da espécie humana, a partir do sexo e do desejo, duas coisas que é retirado dessas pessoas no cativeiro, mas principalmente das mulheres, não convêm a esses corpos, já que os escravizados eram desumanizados, então essas relações íntimas também eram perpassadas pela violência. Em suma, apesar da continuidade do sistema depender, em partes, da maternidade, a essas mulheres era negado o direito de maternar “[...] seu papel como mãe aparece como contraditório.” apesar da “[...] reprodução da escravidão tenha dependido do sucesso da maternidade escrava, a mulher escrava não foi considerada, em nenhum contexto, como mãe.” (Machado, 2018, p. 329).

Logo, a maternidade para essas mulheres era visto como só mais uma obrigação, das quais faziam parte do seu dever no contexto da escravidão. Mas cumprir seu ofício era a prioridade, Machado (2018) destaca as fotografias que retratam o período escravista, em que as amas de leite aparecem, em grande maioria, com os filhos de seus senhores, ou com crianças brancas, e raros os casos em que são fotografadas com seus próprios filhos, nos poucos registros a mulher está sempre trabalhando e seus filhos às costas. Ou seja, a jornada de trabalho com um filho se torna muito mais exaustiva para essas mães.

Uma outra perspectiva é apontada pela autora Maria Luiza Mott de que, justamente por essa carga maior, algumas dessas mulheres optavam pelo aborto, buscando nele, uma forma de livrar-se da dupla exploração:

[...] ou também em ver aumentada com a maternidade, os seus inúmeros trabalhos e já pesados encargos. Apesar de ser hábito em algumas regiões da África as mulheres carregarem seus filhos na costa enquanto trabalham, isto restringe-se a algumas horas por dia. No Brasil tal prática foi levada ao extremo, o que chegou a acarretar transformações no corpo das crianças (Mott, 1989, p. 94).

Além disso, não somente para as mulheres negras em condição de cativo, era negado o direito de matinar, mas igualmente negado para aquelas que já eram livres:

[...] é preciso lembrar que a questão da incapacidade da mulher negra—escrava, libertanda ou liberta – de preencher o papel de mãe extrema, vocacionada ao lar, estava em sua base desafiado pelos próprios papéis sociais destinados às mulheres pobres, que haviam de alcançar o ganho do dia a dia, circulando pelas ruas e trabalhando em casa alheia (Machado, 2018, p. 336).

Em vista disso, nos inserimos no campo da História Social da Escravidão, considerando a importância de estudos de gênero e maternidade ora apresentados, e a partir das informações disponíveis no banco de dados desenvolvido, foram filtrados e realizados cruzamentos visando chegar ao total desse grupo, mães escravizadas vendidas com/ou acompanhadas de seus filhos, escravizados ou livres, em primeiro filtrado por tipo de acompanhantes dessas mulheres¹³:

Tabela 3 – Acompanhavam as escravizadas no momento da venda

Categoria de Acompanhantes	Total de Registros
Família ¹⁴	7
Filho	361
Filhos ¹⁵	109
Ingênuos	383

Fonte: Documentos da escravidão: compra e venda de escravos - v. 1, v. 2
(<https://www.apers.rs.gov.br/inicial>)

Após a promulgação da Lei 2.040 declarando em seu artigo primeiro que: “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.”¹⁶ como resultado, surge com ela uma nova categoria jurídica, os ingênuos, filhos de ventres escravizados, porém livres, com essa lei o Brasil aboliu o princípio do Direito Romano, o *partus sequitur ventrem*, ou “sorte do ventre”, no qual o filho herda a

¹³ No presente trabalho não foram computadas as mães e filhos que possam ter sido vendidas em lotes, isto é, quando se trata de 3 ou mais escravizados registrados em uma mesma venda.

¹⁴ Sempre a composição sendo, pai, mãe e filho(s).

¹⁵ A partir de 2 filhos ou mais.

¹⁶ Lei nº 2.040 - 1871.

categoria jurídica da mãe, ou seja, nascido de ventre livre era livre, nascido de ventre escravizado era escravizado. Porém, conforme a lei, apenas os nascidos a partir do ano de 1871 adentraram a essa nova categoria jurídica, e por esse motivo se dá a separação nas próximas duas tabelas que serão apresentadas, pois haviam as mulheres escravizadas vendidas com seus filhos, ou seja, crianças também escravizadas que eram efetivamente compradas, e as mulheres escravizadas que eram vendidas, mas as acompanhavam seus filhos que nasceram após 1871 e a promulgação da Lei do Ventre Livre, os ingênuos, crianças livres.

Tabela 4 – Escravizadas vendidas que acompanhavam filhos ingênuos

Vendidas COM Ingênuos	Total de Mulheres
Africanas	0
Crioulas	249
Sem Especificação ¹⁷	134

Fonte: Documentos da escravidão: compra e venda de escravos - v. 1, v. 2
(<https://www.apers.rs.gov.br/inicial>)

Tabela 5 – Escravizadas vendidas que não acompanhavam filhos ingênuos

Vendidas SEM ingênuos	Total de Mulheres
Africanas	31
Crioulas	269
Sem especificação ¹⁸	94

Documentos da escravidão: compra e venda de escravos - v. 1, v. 2
(<https://www.apers.rs.gov.br/inicial>)

A separação entre as mães, “com ingênuos” e “sem ingênuos” se faz necessária para chegar no número total do grupo, porque uma mesma mulher vendida, após a promulgação da lei, poderia ser comprada junto a um filho escravizado e também estar acompanhada de filhos ingênuos, ou sendo comprada sozinha, mas estar acompanhada de filhos ingênuos, então para que não sejam contabilizadas duas vezes se faz a separação, como é o caso de Juliana e Eufrásia, que irei apresentar a seguir.

¹⁷ A categoria “Sem Especificação” trata-se das escravizadas que não tinham sua origem mencionada no registro no momento da venda.

¹⁸ A categoria “Sem Especificação” trata-se das escravizadas que não tinham sua origem mencionada no registro no momento da venda.

Juliana, “solteira”, de cor “preta” com “24 anos” e “desta Província”,¹⁹ foi vendida juntamente com seu filho Fermino, de cor “preto” com “6 anos” e “desta Província”, por 1 conto e 500 mil réis, pelo senhor Sezefredo José de Bittencourt. O comprador era Delfino Alves de Bittencourt e o acerto deu-se em 7 de outubro de 1874, sendo que nas observações consta “Acompanham a escrava dois filhos ingênuos de nomes Jovêncio (preto, desta Província, “nascido de ventre livre”) e Julia (preta, desta Província, “nascida de ventre livre”)”. O outro caso foi o de Eufrásia, “solteira”, de cor “parda”, com “39 anos” e “sem profissão”,²⁰ que foi vendida no dia 29 de maio de 1876, no município de Cruz Alta, por José da Silveira Loureiro, para Francisco Cardoso de Carvalho, pelo valor de 700 mil réis. Nas observações constam que “Acompanham a escrava três filhos livres de nomes Justina (parda, nascida em 02/06/1872), Josefa (parda, nascida em 18/03/1874) e João (nascido em, 08/02/1876).”.

As duas mulheres acima estão no grupo de mães da tabela 4, Juliana na faixa das “Crioulas”, porque tem sua origem mencionada no registro, comprada junto a seu filho Fermino e acompanhada de filhos ingênuos, e Eufrásia na faixa “Sem Especificação”, pois não conta sua origem no registro, somente ela é comprada, mas estava acompanhada de filhos ingênuos.

O número de filhos escravizados não foram computados, mas somente os ingênuos, são 665. Acontece que apesar de serem livres, segundo o artigo primeiro da lei 2.040, em seu próximo parágrafo podemos notar o caráter ambíguo dessa “liberdade”:

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos.

Esse parágrafo segundo explicita que o ingênuo não é de fato livre, e sim a vontade senhorial que estava sendo resguardada, uma vez que é o senhor quem iria decidir sobre o futuro dessa criança, se ela seria entregue ao Estado para que o próprio senhor recebesse uma indenização ou se ele iria utilizar da mão de obra do menor, por um período de 13 anos, dos seus 8 anos até os seus 21 anos. Após a criança chegar na idade de 8 anos, o proprietário tinha

¹⁹ “Desta Província” significa que a origem de Juliana é Crioula, pois é nascida no Brasil, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

²⁰ É provável que esteja identificada como “sem profissão” por não possuir nenhum ofício especializado, como por exemplo, costureira, cozinheira, lavadeira etc.

até 30 dias para declarar a solicitação de indenização, se não o fizesse ficava subentendido que ele iria utilizar dos serviços.²¹

Nos registros computados para a presente pesquisa, as vendidas somente com os filhos são 477, chegamos ao total do grupo com 777 mulheres mães escravizadas vendidas no período de 1850 a 1888.

Conforme os dados da tabela 4, vemos que o total de mães escravizadas vendidas acompanhadas são 383, o número de filhos escravizados não foram computados, mas só os filhos ingênuos chegaram a um total de 665, e variam de 1 até 7, com uma mesma mulher.

São dados importante pois, demonstra a importância desses ventres nesse sistema, dado que somado apenas uma das categorias de filhos, os livres, já temos quase o total do grupo de mães, que são de 777, quando somado também os filhos escravizados, é muito provável que número total do grupo de filhos em geral, será bem maior que o de mães.

Além disso, se analisado, somente o recorte de filhos ingênuos e o segundo parágrafo da lei do ventre livre, entendemos o motivo dos proprietários comprarem uma escravizada, mesmo quando acompanhada de filhos livres. Porque, a depender da idade do menor acompanhante, em pouco tempo o senhor obteria um retorno, seja recebendo uma indenização de 600 mil réis ou com uma mão de obra a mais para explorar, mesmo sem ter pago por ela, visto que era um indivíduo livre.

O recorte temporal do presente trabalho está relacionado diretamente por tratar-se do ano em que ocorreu a promulgação da Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850.²² Sendo mais uma do conjunto de leis emancipacionistas, que visavam o fim gradual da escravidão, a lei conhecida como Lei Eusébio de Queiróz, tinha o objetivo de dar fim definitivo ao tráfico transatlântico, uma vez que a Lei de 1831²³, tinha o mesmo propósito, porém não teve êxito.

Com o fim do tráfico, a reprodução natural tornou-se de suma importância como forma de reposição da mão de obra, uma vez que estava proibido o tráfico de africanos: “Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.”.²⁴

Entretanto, para além da reprodução natural, outra forma utilizada pelos escravistas, para permanência desse sistema, e solução desse problema advindo da lei foi o comércio

²¹ BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**: “[...] No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.”

²² BRASIL. **Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850**: “Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.”.

²³ Lei de 7 de novembro de 1831.

²⁴ Lei nº 581 – 1850.

interno. Conhecidos por tráfico interprovincial, quando a compra e venda é realizada entre uma Província para outra, ou tráfico intraprovincial, quando a compra e venda é realizada entre municípios diferentes, mas dentro de uma mesma Província. Alguns autores apontam que o sudeste cafeicultor foi a região que mais recorreu ao comércio interno, comprando escravizados das Províncias do nordeste.²⁵

Para o Rio Grande do Sul, o autor Jonas Vargas apresenta que a queda no número de cativos também foi significativa:

Amparando-se no censo geral de 1872, muitos encontraram estatísticas bastante contundentes para sustentar a suposta perda de escravos no Rio Grande do Sul, ainda na década de 1860. Em 1872, a população cativa recenseada na Província foi de 67.791 escravos. Já os indicadores de 1863 apresentavam 77.419 cativos, ou seja, num intervalo de 9 anos, o Rio Grande do Sul teria subtraído quase 10 mil escravos - mais de mil por ano (Vargas, 2012, p. 279).

Na próxima tabela será apresentado as categorias de vendas, dentre elas o tráfico interprovincial e intraprovincial, nos quais essas mães e filhos foram vendidos:

Tabela 6 – Tipos de venda

Categoria da Venda	Total de Registros
Internacional	3
Interprovincial	4
Intraprovincial	60
Local ²⁶	403

Fonte: Documentos da escravidão: compra e venda de escravos - v. 1, v. 2
(<https://www.apers.rs.gov.br/inicial>)

Uma dessas mulheres vendidas nesse comércio interno era, Rita de cor “preta”, com “26 anos” e “desta Província” e sua filha Joaquina, de cor “preta”, com “8 anos”, sua proprietária a senhora Margarida da Silva Cardoso, foram vendidas por 1 conto e 100 mil réis,

²⁵ Para saber mais sobre o comércio interno, ver: Graham (2002); Motta (2000); Vargas (2012).

²⁶ Devido à falta de regulamentação, os registros eram produzidos sem o seguimento de um padrão, sendo assim, informações importantes não eram, obrigatoriamente, referidas no momento da compra e venda, ficando a critério do cartório e do escrivão, tanto as informações sobre os escravizados, como as dos vendedores e compradores. Logo, não se pode afirmar que o número de vendas do tipo “Locais” foram de fato a maioria ou se tratam de casos em que a informação da província/município em que residiam o comprador ou vendedor, apenas não foram mencionadas no registro.

ao senhor Joaquim de Souza Cardoso morador na Província de São Paulo, no 02 de janeiro de 1878, no município de Arroio Grande, trata-se de uma venda interprovincial. Para além de todas as violências sofridas no cativeiro, as vendas intraprovinciais e interprovinciais, eram uma outra forma de violência pois retiravam essas pessoas de suas redes de sociabilidade, em alguns casos, até mesmo de seus laços de parentesco, visto que, em uma mesma escravaria haviam duas ou mais gerações de uma mesma família. A experiência da viagem também era algo terrível, Rita por exemplo, sendo “Crioula”, ou seja, nascida no Brasil, não passou pela experiência do tráfico transatlântico. O autor Graham (2002) destaca que as experiências dos escravizados nesse comércio não eram boas, muitas vezes iam sem saber seu destino final e não passavam diretamente do proprietário original para o novo. Dentre tantas situações ruins, uma das situações apontadas por Graham (2002, p. 143) é: “[...] dos portos do Rio de Janeiro e Santos os escravos eram forçados a andar longas distâncias para as fazendas do interior de São Paulo, Minas Gerais ou na própria província do Rio de Janeiro.”.

Não é possível afirmar que Rita e Joaquina tenham passado por essa experiência que traz o autor, mas de fato passaram pela violência de serem retiradas do local no qual conheciam para serem enviadas para um destino ainda mais incerto, sem suas redes de afetividade e sociabilidade.

Considerações finais

É inegável a importância dos estudos a respeito do período da escravidão, principalmente em se tratando de um país como o Brasil, que desde o princípio de sua colonização tem a exploração da mão de obra escrava, primeiramente com povos originários, e na sequência o tráfico dos povos do continente africano, sendo o último país das Américas a abolir a escravidão, se faz mais que necessário os estudos desses mais de três séculos da história do país.

Nas últimas décadas os estudos a respeito da História da Escravidão no Brasil, dentro dessa perspectiva de gênero avançaram significativamente, e para diferentes regiões. Em se tratando do Rio Grande do Sul, é importante esse recorte, pois por muito tempo acreditou-se que a escravidão no sul do Brasil estaria ligada diretamente ao trabalho no campo, ou no caso especificamente de Pelotas, as charqueadas, seria então trabalhos braçais, que exigiam primordialmente da força, portanto restritamente vinculados aos homens, é importante observar onde estão essas mulheres, quais espaços estão ocupando e quais serviços cabiam a elas nesse cenário.

Em vista disso, o presente trabalho justifica-se, buscando trazer novos dados para a História Social da Escravidão para o Rio Grande do Sul, com o recorte de gênero, especificamente dessas mulheres mães, com o objetivo de contribuir para a historiografia das mulheres negras escravizadas e suas condições de maternidade, importante também pelo fato de que, não há nenhum trabalho analisando as vendas das mulheres negras escravizadas dentro do Rio Grande do Sul no período.

Fontes

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso: 18 de novembro de 2025.

BRASIL. **Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2025.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1869, Página 129 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>. Acesso: 18 de novembro de 2025.

Legislação Informatizada - LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831 - Publicação Original. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acesso em: 18 de novembro de 2025.

SCHERER, Jovani de Souza; ROCHA, Márcia Medeiros da (Coord.). **Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos Tabelionatos do Rio Grande do Sul (1763 – 1888).** Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. 1v. e 2v.

Referências

BARROS, José D. Assunção. Emancipacionismo e abolicionismo. Tensões de um debate no Brasil escravista. **Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 25, p. 199-231, 2008.

CARULA, Karoline. MATERNIDADE E TRABALHO NA ESCRAVIDÃO-BRASIL, SÉCULO XIX. **Almanack**, n. 38, p. ef00424, 2024.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil - 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

e diálogos. Editorial: Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 121-160, 2002.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade?”. In: LIMA, Ivana Stolze, GRINBERG, Keila, REIS, Daniel Aarão (orgs.).

Instituições Nefandas. O fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018a, p.327-338.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, n. 120, p. 85-96, 1989.

MOTTA, José Flávio; MAROONDES, Renato. "O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870". **Estudos Econômicos**, vol. 30, abr./jun. 2000, p. 267-299.

NABUCO, J. **O abolicionismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. 161 p. ISBN: 978-85-7982-070-0. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

SANTOS, Jorge Viana; ZOPPI-FONTANA, Mônica. Lei, arquivo e acontecimento no Brasil escravista: sentidos de liberdade na Lei do Ventre Livre (Law, archive and event in Slavery Brazil: meanigs of freedom in Free Born Law). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 39–54, 2011. DOI: 10.22481/el.v9i2.1154. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/estudosdalinguagem/article/view/1154>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SOUSA, Caroline Passarini; TARDIVO, Giovana Puppín; HAACK, Marina Camilo. Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho. **Revista Cantareira**, n.34, 2021

TEIXEIRA, Luana. “Atrevidos e belicosos”: cativos insubmissos no comércio interprovincial de escravos. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, p. 131-149, 2018.

VARGAS, Jonas M. **Das charqueadas para os cafezais?** O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina L. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

Entre Coerção e Poder: reputação, tortura e o papel de um escravizado nas disputas das elites locais (1876)

Between Coercion and Power: reputation, torture, and the role of an enslaved man in local elite disputes (1876)

Lucas Viscardi Marques,¹ UFPEL

Resumo

Em 1876, na freguesia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz, homem escravizado, foi acusado de participar de uma emboscada contra Antônio José Gomes, supostamente a mando de seu senhor, José Ferreira de Castilhos. A confissão, obtida sob tortura e acompanhada de promessas de liberdade, sustentou a versão defendida pelo subdelegado local, possivelmente envolvido em antigas disputas com Castilhos. Contudo, tanto Luiz quanto seu senhor foram absolvidos ao final do processo-crime preservado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho analisa como a “má fama” de Luiz foi central para justificar sua incriminação e as práticas policiais empregadas na investigação, revelando o peso da reputação social de escravizados na construção de narrativas jurídicas no Brasil imperial.

Palavras-chave: Escravidão; Processo-crime; Polícia; Reputação; Império do Brasil.

Abstract

In 1876, in the parish of São Francisco de Paula de Cima da Serra, in the province of São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz, an enslaved man, was accused of taking part in an ambush against Antônio José Gomes, allegedly at the command of his master, José Ferreira de Castilhos. The confession obtained under torture and accompanied by promises of freedom supported the version put forward by the local deputy sheriff, who was possibly involved in longstanding disputes with Castilhos. Nevertheless, both Luiz and his master were acquitted at the end of the criminal trial preserved in the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul. This study analyzes how Luiz’s “bad reputation” was central in justifying his incrimination and the policing practices employed during the investigation, revealing the weight of the social reputation of enslaved individuals in shaping legal narratives in imperial Brazil.

Keywords: Slavery; Criminal case; Police; Reputation; Empire of Brazil.

Introdução

Ao anoitecer do dia 7 de novembro de 1876, na região de Cima da Serra, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um homem chamado Antônio José Gomes, ao voltar de Lajeado, atravessava a cavalo um capão conhecido como Pinheirinho quando foi alvo de três

¹ Graduado no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: lucasmrques.lic@gmail.com.

disparos de revólver, tendo apenas um dos tiros o atingido no braço esquerdo. Sem conseguir ver quem era o atirador, a vítima então disparou em direção à sua casa em busca de auxílio. Não demorou muito para que diversas pessoas da região fossem até sua moradia para tentar compreender o que havia acontecido. Nesse cenário conturbado, ao adentrar a cozinha da casa, um homem chamado Quintiliano Pereira Soares encontrou um escravizado pertencente a um membro da elite local e próximo da família Gomes, pedindo um pouco de açúcar. Esse gesto aparentemente trivial teria novos desdobramentos em poucas semanas, quando o cativo seria acusado de ser o autor da tentativa de homicídio (APERS, 1877).

O cenário apresentado faz parte da narrativa construída pelas testemunhas no inquérito policial instaurado para investigar a tentativa de homicídio supostamente cometida por um escravizado chamado Luiz. Diante dos subdelegados de polícia do distrito de São Francisco de Paula da Cima da Serra, coronel José Inácio da Silva Ourives e Manoel Cidade Garcez, tanto o acusado quanto as testemunhas contribuíram para a formação dessa narrativa inicial e, a partir da confissão de Luiz de que teria agido a mando de seu senhor, o caso seguiu para julgamento.

Na fase judicial, aspectos dessa confissão seriam retomados por advogados e testemunhas, além de uma mudança de versão apresentada pelo cativo, que afirmaria ter sido forçado a confessar mediante tortura e promessas do subdelegado Garcez, o qual buscava prejudicar seu senhor. A partir desses desdobramentos, o documento judicial permite acessar importantes facetas que permeavam as relações sociais daqueles indivíduos.

O uso de processos criminais como forma de acesso à fragmentos do cotidiano cativo no Brasil não é novidade na historiografia. Desde meados da década de 1980, o poder elucidativo deste tipo de fonte tem sido reconhecido por diversos autores da história social da escravidão. Uma das precursoras do campo no Brasil, Maria Helena P. T. Machado argumenta:

A consideração dos autos criminais permite a abordagem de aspectos sociais da vida das camadas dominadas, tais como as relações de amizade, parentesco ou vizinhança, os padrões familiares e mesmo a organização do trabalho e sobrevivência daqueles que foram alijados das tarefas socialmente dignificadas. Porém, é o evento criminoso que condiciona as confissões e revela-se como o fio condutor do documento, emprestando significado à pluralidade dos fatos registrados. O processo criminal conduz o historiador, em primeira instância ao crime, e deste à sua remontagem, no quadro das tensões sociais que o geraram e na multiplicidade de eventos que o qualificam como ato social (Machado, 1987, p. 23).

Dessa forma, reconhecendo as múltiplas camadas do cotidiano daquela sociedade passíveis de estudo no interior do processo criminal aqui analisado, um trabalho anterior, de maior fôlego que este artigo, já fora desenvolvido no trabalho de conclusão de curso deste autor (Marques, 2025). Para o presente trabalho, através da análise documental, busca-se aprofundar alguns aspectos específicos evidenciados pela fonte, tais como as formas pelas quais a reputação e a personalidade dos cativos podiam ser mobilizadas para legitimar suspeitas e práticas coercitivas no âmbito das investigações policiais em meados do oitocentos, além dos possíveis papéis dos escravizados nas disputas entre as elites locais.

Criminalidade e práticas policiais nos Campos de Cima da Serra

O século XIX representou, para as antigas colônias sul-americanas de origem ibérica, um momento de busca pela consolidação de seus Estados nacionais. A partir dessa questão, o cenário brasileiro foi marcado por diversas tensões políticas que atravessaram a crescente burocratização do Estado e o desenvolvimento de suas instituições, entre elas o aparato repressivo. Principalmente a partir da segunda metade do século, embora ainda carecesse de métodos de investigação consistentes e a justiça permanecesse atravessada por disputas políticas, houve um significativo fortalecimento deste aparato, fazendo com que muitos crimes, que antes seriam resolvidos em âmbitos particulares, passassem a ser levados às autoridades e julgados por seus competentes.

Em relação à polícia, de acordo com a análise de Marcos Luiz Bretas (1997), ela não pode ser interpretada meramente como uma ferramenta do poder exterior, devendo-se reconhecer que policiais, muitas vezes, agiam de acordo com interpretações próprias da lei e da realidade, o que podia produzir resultados diversos daqueles esperados pela administração central. Dessa forma, reconhecendo a autonomia das autoridades policiais sobre suas práticas e sua atuação cada vez mais frequente na resolução de conflitos locais, visualizamos um cenário que criou tensões em diversos momentos e localidades do Brasil imperial entre agentes do Estado, elites e camadas populares.²

Referente aos subdelegados de polícia, Ivan de Andrade Vellasco (2004) comenta que estes não faziam parte, obrigatoriamente, da elite econômica de suas localidades, entretanto, o pertencimento às forças policiais indicaria uma atuação bem relacionada com a elite local. No

²A instituição escravista foi severamente abalada por essa questão. Ferreira (2011) observa que a transformação da rebeldia em crime representou uma das intromissões mais espinhosas do poder normativo do Estado em conflitos antes resolvidos no âmbito senhorial, instaurando uma zona de atritos e negociações entre senhores e instituições públicas.

entanto, cabe uma consideração ao pensamento de Vellasco: as chamadas elites locais, em diversas ocasiões, entravam em conflito entre si. Assim, a atuação no âmbito da repressão, por si só, não é suficiente para entendermos quais foram as motivações das múltiplas práticas desenvolvidas por seus agentes.

O levantamento desses aspectos sobre a prática policial em meados do século XIX permite entender a polícia não apenas como braço do Estado, mas como espaço de negociação e de decisões autônomas que impactavam diretamente a forma como sujeitos de diferentes grupos sociais eram reprimidos, investigados e processados. Dentro de uma sociedade escravista, certamente os escravizados tiveram suas especificidades no tratamento dado pelos agentes da repressão por todo o império. Ricardo Ferreira (2011), ao analisar as distinções entre a criminalidade livre e escravizada para o município de Franca, comenta que todas as vezes em que o limite do tolerável era ultrapassado, a fronteira entre a escravidão e a liberdade era reafirmada, seja por senhores ou autoridades, fazendo com que ao serem investigados e sentarem nos bancos dos réus, livres e escravizados tivessem diferentes tratamentos, reforçando a estrutura da sociedade escravista.

Portanto, em busca de compreender melhor quais eram os diversos cenários de atuação das autoridades no Império do Brasil, cabe aqui uma redução na *escala de observação*,³ voltando-nos para um caso ocorrido em um distrito periférico da província de São Pedro no ano de 1876. No processo criminal, aparecem dois homens que exerceram o cargo de subdelegado de polícia da região: José Inácio da Silva Ourives e Manoel Cidade Garcez.

Em levantamento realizado em trabalho de conclusão de curso, foi constatado que José Inácio da Silva Ourives, com já seus setenta anos de idade, tinha uma longa inserção em cargos de prestígio dentro da administração pública, da guarda nacional e do exército imperial, obtendo uma remuneração anual de 800\$000 em 1875.⁴ (Marques, 2025). Além desses cargos, este homem é citado em um auto de perguntas realizado pela polícia de Porto Alegre, que faz referência à um desembarque clandestino de escravizados nos arredores de Tramandaí em 1852, como sendo responsável pela receptação e distribuição dos africanos chegados no litoral norte da província (Matheus e Moreira, 2023). Portanto, o subdelegado a registrar o primeiro depoimento de Luiz era um homem pertencente à elite, com poder

³ Utiliza-se aqui o conceito tal como desenvolvido pela micro-história italiana, que propõe a redução do foco analítico para unidades menores, como indivíduos, comunidades ou eventos específicos, com o objetivo de revelar dinâmicas sociais, culturais e políticas dificilmente perceptíveis em estudos de maior abrangência. Ver: Revel (1998).

⁴ A maior renda anual declarada da região neste ano foi de Felisberto Batista de Almeida Soares com 2:000\$000. O valor declarado por Ourives colocava-o entre as vinte maiores rendas do distrito.

político e econômico considerável na região, além de profundamente comprometido com a instituição escravista.

Com breve atuação no processo criminal, Ourives não interferiu tanto quanto Manoel Cidade Garcez, homem que retirou a confissão dos lábios de Luiz pela primeira vez. São poucas as informações que detemos sobre essa figura no período anterior ao caso aqui analisado, no entanto, temos no documento a informação que este tinha uma “venda” na região, onde as testemunhas do processo se encontravam antes de serem chamadas para testemunhar a confissão do cativo. Além disso, em 1875, aos quarenta anos de idade, Garcez declara ser negociante na Relação Eleitoral do distrito, afirmando possuir uma renda anual de 500\$000, o que também o colocava, de certo modo, entre a elite daquele distrito, pois era uma das cinquenta maiores rendas naquele ano (Alves, 2008).⁵

Tendo poucas informações sobre os agentes, o que pode ajudar-nos a construir melhor as práticas policiais desenvolvidas pelos agentes da repressão na região é compreender o contexto da criminalidade local. O distrito de São Francisco de Paula de Cima da Serra foi destacado por Teixeira (2008), Weimer (2007) e Oliveira (2006) como área de captação do tráfico ilegal de escravizados e de intensa circulação de pessoas, em que as condições de trabalho e as características geográficas favoreciam fugas de escravizados, a formação de quilombos, emboscadas e roubos de gado. Dentro desse contexto, obviamente, tínhamos a derrocada da instituição escravista na segunda metade do oitocentos e, portanto, o acirramento das tensões do cativo e o consequente aumento da criminalidade cativa.⁶ Certamente, este cenário conturbado trouxe diversas tensões para aquela comunidade e seus agentes policiais tentaram diferentes métodos para manter a ordem e, uma das aparentes formas de investigação policial da região parece ter sido a tortura.

Luana Teixeira (2008) analisou um processo-crime decorrente do assassinato de Rafael de Souza Monteiro em 1861. Durante as investigações, seu escravizado Mateus foi apontado como principal suspeito e chegou a confessar o crime, alegando ter atirado contra o

⁵ A relação eleitoral da paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra foi consultada a partir de uma transcrição realizada por Luiz Antônio Alves e publicada na coletânea Raízes de Antônio Prado, organizada com base nas comunicações apresentadas no XVII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha (2008). O autor, entretanto, não informa a localização arquivística do documento original. Foi tentado contato com o pesquisador, com a finalidade de verificar a possibilidade de acesso às imagens da fonte primária, mas não houve retorno. Reconhece-se que a consulta direta ao documento seria metodologicamente ideal, porém limitações práticas, como a distância e questões logísticas, impossibilitaram tal procedimento. Ainda assim, a transcrição utilizada revela alto grau de confiabilidade, dado que diversos nomes nela presentes também aparecem no processo-crime analisado neste estudo, permitindo sua utilização como fonte complementar válida.

⁶ Para Santo Antônio da Patrulha, município em que São Francisco de Paula de Cima da Serra era subordinado, entre as décadas de 1850 e 1860, observou-se crescimento de 266,7% nos processos criminais com cativos como réus (APERS, 2010).

senhor após os castigos sofridos naquele dia. No entanto, em julgamento, ele alterou sua versão, afirmando que a confissão havia sido arrancada sob tortura por membros da Guarda Nacional local. Com uma história semelhante, a veracidade dos testemunhos de tortura fornecidos por Mateus e Luiz é impossível de ser comprovada. No entanto, o que importa aqui é a constatação de que, mesmo em caso de falsa acusação, o uso do relato de tortura como estratégia de defesa para justificar uma confissão revela que tal recurso tinha fundamento naquela sociedade.

Desse modo, embora em uma região onde o trabalho cativo muitas vezes se aproximava do trabalho livre nas práticas cotidianas, os escravizados, ainda vivenciavam uma experiência singular, na qual a violência física, legitimada naquela sociedade e prática comum da instituição escravista, permanecia no horizonte de possibilidades dessas pessoas, e aparentemente, não somente por aplicação de seus senhores (Teixeira, 2008). Na trajetória de Luiz, para além de seu senhor, o subdelegado Manoel Cidade Garcez foi uma das pessoas que reafirmaram essa experiência, tendo seus atos legitimados em meio a diversas testemunhas.

“Empregava a mesma autoridade seus meios de confissão e violência”: a tortura em Luiz

Baseado na confissão de Luiz e em relatos de testemunhas não oculares, o sucinto inquérito policial foi estruturado para acusar o cativo e seu senhor, José Ferreira de Castilhos, da tentativa de assassinato contra Antônio José Gomes. No que diz respeito aos testemunhos, estes buscaram, de forma evidente, fortalecer a construção de culpa sobre o cativo, ainda que alguns negassem a participação ou o mando senhorial no ato, resultando em desdobramentos mais significativos apenas na fase judicial. Portanto, para compreender melhor a formação da acusação, é necessário analisar a parte que a atuação das testemunhas se tornou mais evidente, bem como as condições em que a confissão do cativo foi obtida. Passemos, então, ao julgamento.

Desde o primeiro testemunho da fase judicial já se colocava os meios de obtenção da confissão de Luiz em xeque. O advogado de José Ferreira de Castilhos questionava, pela primeira vez, o que faria com todas as nove testemunhas do processo: por que a declaração do cativo de que havia cometido o crime a mando de seu senhor tinha sido “denegrida”? Em nenhum momento anterior foi registrado no documento algo que justificasse a dúvida sobre a confissão de Luiz, o que indica que possivelmente na região já circulavam boatos sobre o

ocorrido com o cativo, de forma a modificar as percepções entre as fases de inquérito policial e julgamento do processo.

Testemunha à testemunha, detalhes foram aparecendo sobre o que ocorreu com Luiz no dia de sua primeira confissão perante o subdelegado Manoel Cidade Garcez. Já nos confins do julgamento, foi dado a palavra a Luiz mais uma vez, que desta vez, se defenderia de todas as acusações, mudando sua versão completamente. Segundo o cativo, ele teria sido levado até a casa do subdelegado, onde teria sido instado diversas vezes a confessar o crime, e por conta de sempre optar pela negação, teria sido guiado até uma estrebaria onde sofreria diversos tipos de torturas:

Nada conseguindo por essa forma por qual ele respondente sempre se manifestava pela negativa, foi conduzido para uma estrebaria onde o dito subdelegado o estaqueara em uma canga causando-lhe assim graves dores, inchaço no peito e sangue pelo nariz. Nesta posição e sendo de vez em quando apertadas as cascas das mãos, dos pés e mais uma outra que prendendo-lhes os dedos das mãos os puxara para trás como para quebra-los e depois de muito instado pelo referido subdelegado para confessar o delito ainda assim respondeu sempre a aquela autoridade pela negativa, a que não obstante empregava a mesma autoridade seus meios de confissão e violência, aconselhando ao mesmo tempo que se declarasse pela afirmativa para dar um conhecimento ao acusado Castilhos pois que era muito malcriado e malvado (APERS, 1877, p. 60).

Após tudo o que relatou, de acordo com Luiz, ele permanecia negando o crime, apenas chegando a confessar quando o subdelegado Garcez fez uma promessa de “liberdade”, que passaria por uma deportação do cativo para fora do distrito, auxiliada pela autoridade. Dessa forma, ao juntarmos essa questão à parte final do trecho aqui trazido, podemos observar que, segundo a narrativa apresentada pelo cativo, a obtenção da confissão por parte do subdelegado não tinha como intenção acusar criminalmente Luiz, mas sim seu senhor, quando este comenta que, diversas vezes, Garcez instava-o à confessar que o crime teria sido à mando de José Ferreira de Castilhos, que era “muito malcriado e malvado”. Esta percepção é também defendida por Castilhos em seu depoimento, que atribuiu a denúncia em virtude do subdelegado não gostar de sua pessoa.

Oriundo de uma família tradicional da região,⁷ na Relação Eleitoral de 1875, José Ferreira de Castilhos aparece como um dos homens com maior renda anual daquele distrito. Além disso, como profissão, além de fazendeiro, se declarava na relação eleitoral como sendo

⁷ José Ferreira de Castilhos era meio-irmão de Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Júlio de Castilhos. Ambos eram filhos de Carlos Moreira de Castilhos, mas de mães diferentes. A família possui raízes profundas no sul do império, sendo José Ferreira descendente dos pioneiros que ocuparam o planalto do Rio Grande do Sul (Martiny, 2018).

um funcionário de tesouraria, o que indicava vínculo com as instituições estatais, possivelmente a nível municipal (Alves, 2008). Desse modo, pertencente à elite local e certamente agindo em prol de seus interesses, Castilhos fez alguns aliados e inimigos ao longo de sua trajetória, alguns mais poderosos que outros.

É interessante pensar no que as relações sociais de seu senhor influenciaram nas experiências vividas por Luiz. Segundo João José Reis e Eduardo Silva (1989), alguns escravizados faziam uso da reputação e influência de seus senhores em prol de seus interesses em conflitos com autoridades e pessoas livres, no entanto, o que parece ter ocorrido neste caso, é justamente o contrário, ou seja, um escravizado que foi extremamente prejudicado ao ser inserido em disputas entre autoridades e seu senhor.

Ao término do processo, fica evidente a conspiração das autoridades para obtenção da confissão e a construção de um inquérito que prejudicasse José Ferreira de Castilhos e ambos os réus acabam por ser inocentados. No entanto, resta-nos compreender os motivos possíveis que resultaram na escolha de Luiz para ser o escravizado envolvido nessa trama entre as elites daquela pequena sociedade, dentre outros da escravaria de Castilhos. Uma de nossas hipóteses passa pela “má fama” de Luiz na região.

“O senhor deste mesmo não deposita menor confiança nele, e que é detestado pelos seus próximos”: a reputação de Luiz

Para compreender a reputação de Luiz no distrito, é necessário pontuar algumas questões sobre as características da região. Sumariamente rural e pouco povoado, os chamados Campos de Cima da Serra formavam um espaço de intensa mobilidade espacial de seus moradores, onde certamente formaram-se diversas relações entre diferentes grupos sociais.⁸ Além disso, as práticas econômicas da região contribuem para essa característica, pois, tendo a pecuária como principal atividade, as especificidades do trabalho no campo faziam com que trabalhadores campeiros, tanto livres, quanto escravizados, cruzassem diversas paisagens daqueles terrenos serranos.⁹

Dessa forma, podemos imaginar Luiz, um escravizado campeiro e roceiro, galopando a fim de desempenhar suas atividades e uma hora ou outra tecendo redes de sociabilidade

⁸ A mobilidade espacial como característica da região foi fruto de relações históricas que remontam à sua ocupação no século XVIII. Ver: Teixeira (2008).

⁹ Por muito tempo, as particularidades do trabalho campeiro levaram parte da historiografia gaúcha a desconsiderá-lo como uma atividade possível de ser desempenhada por pessoas escravizadas. Essa interpretação, contudo, já foi revista. Ver: Zarth (2010).

naquele distrito, nem sempre de forma amigável.¹⁰ Este cenário se fortifica quando temos acesso à tentativa de defesa de Luiz no julgamento, quando este comenta que diversas testemunhas ali presentes eram suas “inimigas” e que teriam assistido sua confissão forçada. No entanto, o que nos parece a relação mais conflituosa existente na vida do cativo era justamente a com seu senhor. Podemos perceber isso ao ponto em que, ainda na formação do inquérito policial, a confiança do senhor em Luiz vinha sendo comentada pelos depoentes.

Uma dessas testemunhas era Manoel Pereira da Silva, um lavrador nos seus trinta e poucos anos, que já no inquérito policial comentava que “o senhor deste mesmo não deposita menor confiança nele, e que é detestado pelos seus próximos e com especialidade o de nome Salvador”. Por outro lado, para Laurentino José Francisco o fato de que o senhor não lhe depositava “a menor confiança” fazia com que este fosse impossível de ser o mandante do crime (APERS, 1877, p. 12).

Entre os motivos pelos quais Castilhos não confiava em Luiz possivelmente estavam suas resistências ao cativo. No depoimento de Quintiliano Pereira Soares perante o tribunal, é mencionada uma fuga de caráter reivindicatório,¹¹ em que Luiz teria buscado o apadrinhamento da irmã de Antônio José Gomes. Além desse ato, Luiz foi acusado de ser “fujão”, entre outras coisas, diretamente por seu senhor durante o julgamento:

Perguntado qual a razão por que o escravo lhe atribuiu a autoria do crime? Respondeu que é por que esse escravo não gosta do respondente por ser passeador, velhaco, ladrão e fujão, dando isso lugar a que o mesmo respondente como seu senhor o haja surrado, não lhe tinha confiança e tinha pretendido vendê-lo (APERS, 1877, p. 38).

É impossível mensurar o quanto as palavras de terceiros sobre Luiz são confiáveis, no entanto, é possível inferir que ele era, provavelmente, o escravizado menos querido da escravaria de José Ferreira de Castilhos. De conhecimento geral entre os moradores da região, a personalidade forte do cativo pode ter sido o fator determinante para sua escolha pelo subdelegado Garcez como agente incriminador de seu senhor. É provável que Garcez já contasse com a possibilidade de oferecer a Luiz a promessa de deportação mediante confissão, proposta mais passível de aceitação por um escravizado considerado “rebelde” do que por um tido como “leal” ao seu senhor.

¹⁰ O fato de Luiz não ser apenas campeiro, mas também roceiro, suscita questões sobre sua mobilidade espacial. Devido à dificuldade da prática agrícola no alto da serra, era comum que os senhores possuísem terras mais férteis no litoral e que, sazonalmente, enviassem seus escravizados a essas propriedades para o trabalho de roça. Ver: Weimer (2007).

¹¹ Para João José Reis e Eduardo Silva (1989), as fugas reivindicatórias constituíam reações de pessoas escravizadas diante de quebras de acordos por parte de senhores ou feitores severos, buscando estabelecer os limites da dominação, sem, no entanto, romper com o cativo.

Passeador, velhaco, ladrão, fujão, ou nada disso, Luiz foi, ao que tudo indica, inserido em rixas entre a autoridade policial e seu senhor, membros de uma pequena elite local, rixas das quais provavelmente pouco lhe interessava participar. Ainda assim, diante dos acontecimentos, esse homem atuou ativamente, ora confessando, ora alterando sua versão, em prol de seus próprios interesses.

Considerações finais

A análise do processo criminal referente à acusação movida contra Luiz, em 1876, revela a complexidade das relações sociais e de poder presentes na sociedade escravista dos Campos de Cima da Serra na segunda metade do século XIX. O caso permite observar como as autoridades responsáveis pela investigação, longe de atuarem apenas como executoras da lei, participavam ativamente das tensões políticas e pessoais que marcavam o cotidiano local, podendo utilizar a repressão como instrumento de disputa entre diferentes grupos da elite.

A trajetória de Luiz evidencia ainda como a condição escravizada estava associada a uma experiência singular perante o sistema de justiça imperial. As práticas repressivas, que aparentemente incluíam a tortura como possibilidade concreta e reconhecida, ocorriam dentro de um universo em que a violência física era institucionalizada e socialmente legitimada. Ao longo do processo, a confissão do cativo foi construída em um contexto de coação, sendo posteriormente contestada no ambiente judicial, o que mostra que, mesmo submetido à lógica da violência, Luiz atuou de forma ativa, modificando suas estratégias e versões de acordo com seus interesses e expectativas de sobrevivência.

Outra questão fundamental identificada é o papel da reputação. Longe de ser apenas um traço moral, ela funcionava como elemento estruturante das interpretações sobre indivíduos escravizados, podendo justificar suspeitas, legitimar práticas violentas e influenciar decisões judiciais. A má fama atribuída a Luiz dificilmente surgiu apenas a partir da acusação, mas já circulava na região, sendo acionada pelos agentes da repressão e por habitantes locais para reforçar sua imagem de indivíduo perigoso e, assim, tornar plausível sua incriminação.

O caso estudado também reforça os processos criminais como fontes privilegiadas para a compreensão das dinâmicas de poder que atravessavam a vida cotidiana de pessoas escravizadas, permitindo observar conflitos, negociações, resistências e estratégias de sobrevivência, iluminando dimensões que não aparecem nos registros oficiais das elites ou na documentação administrativa. A partir da redução da escala de observação, é possível acessar experiências individuais e, por meio delas, refletir sobre estruturas mais amplas, como a

atuação da polícia, a crise da escravidão e a tensão permanente entre senhores, autoridades e pessoas cativas.

O episódio envolvendo Luiz não representa apenas uma disputa judicial, mas o encontro entre diferentes formas de autoridade, projetos de poder e expectativas de liberdade. Sua trajetória, ainda que atravessada pela violência, também revela a agência de sujeitos que, mesmo em condições adversas, atuavam dentro dos espaços possíveis para interferir nos rumos de suas vidas. Portanto, a investigação aqui apresentada reforça a importância de se compreender os processos criminais como espaços de produção de narrativas, confrontos e reivindicações daqueles que viviam diretamente os limites e as possibilidades da sociedade escravista.

Fontes

APERS, Acervo do Judiciário, Comarca de Santo Antônio da Patrulha 1858-1878, Vara Cível e Crime, **Processo-crime nº 2056**. Ano: 1877.

Referências

ALVES, Luiz Antônio. **Relação de Eleitores**: Paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra - 1875. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 869-888.

APERS. **Documentos da escravidão**: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Editora Unesp, 2005.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

MARQUES, Lucas Viscardi. **A confissão de Luiz**: agência, resistência e a esperança de liberdade de um escravizado no sul do Império (São Francisco de Paula de Cima da Serra, 1876). 2025. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

MARTINY, Carina. **O chefe político dos mais avançados**: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). 2018. 382 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MATHEUS, Marcelo; MOREIRA, Paulo. O tráfico e a escravização ilegal de africanos no Rio Grande do Sul (c. 1831–1850). In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; PEDROZA, Antonia M. N. (org.). **Escravidão ilegal no Brasil**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023, p. 155-190. DOI: <https://doi.org/10.29327/5398682>.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**: um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In. _____. (org). **Jogos de escalas**: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TEIXEIRA, Luana. **Muito mais que senhores e escravos**: relações de trabalho, conflito e mobilidade social em um distrito agropecuário do Sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduições da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX. Bauru: EDUSC, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. 2007. 337 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. A. Escravidão nas estâncias pastoris da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário (org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

No berço do mar da Glória, a única proteção: maternidade, emoções e infanticídio no Rio de Janeiro (1842-1844)

In the cradle of the sea of Glory, the only protection: motherhood, emotions and infanticide in Rio de Janeiro (1842-1844)

Nubia Sotini dos Santos,¹ UFPel

Resumo

Este trabalho investiga o caso de Angela Maria, uma mulher escravizada que foi julgada e absolvida por infanticídio no Rio de Janeiro em 1842, articulando maternidade, trabalho reprodutivo e punição na escravidão. A partir da análise da imprensa jurídica, objetivo tencionar que sua experiência enquanto mulher, mãe, esposa e trabalhadora foi atravessada pelo ofício de ama de leite, pelas rupturas de vínculos familiares e a ameaça de coerção. Argumento que, a partir das fontes estudadas, o gesto extremo de Angela Maria evidencia os limites impostos à maternidades de mães escravizadas e a precarização estrutural que regulava a vida e a reprodução de mulheres escravizadas no século XIX.

Palavras-chave: Infanticídio; Maternidade; Trabalho Reprodutivo; Ama de Leite.

Abstract

This work investigates the case of Angela Maria, an enslaved woman who was tried and acquitted of infanticide in Rio de Janeiro in 1842, articulating motherhood, reproductive labor, and punishment in slavery. Based on the analysis of the legal press, I aim to show that her experience as a woman, mother, wife, and worker was traversed by the occupation of wet nurse, by the ruptures of family ties, and the threat of coercion. I argue that, based on the sources studied, Angela Maria's extreme act highlights the limits imposed on the motherhood of enslaved mothers and the structural precarity that regulated the life and reproduction of enslaved women in the 19th century.

Keywords: Infanticide; Motherhood; Reproductive Labor; Wet Nurse.

Introdução

Em outubro de 1842, Angela Maria, uma mulher escravizada, lançou no mar da Glória, no Rio de Janeiro, seu filho mais velho Pio, e em seguida, atirou-se junto com Ephigenia, sua filha mais nova. Entre a tentativa de suicídio e o fatal infanticídio, o episódio foi noticiado pelo *Jornal do Commercio* (1842), e mais tarde, a partir do processo criminal, pelo *Gazeta dos Tribunaes*, periódico jurídico que publicou parcialmente as transcrições de

¹ Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestra em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lorena Almeida Gill. Bolsista CAPES. E-mail: nubiasotini.santos@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7812386469534598>

seus dois julgamentos. Ambos os julgamentos ocorreram em 1843, no entanto, o *Gazeta dos Tribunaes* publicou o segundo julgamento apenas em 1844. Acusada de homicídio – apesar do periódico retratar o crime como infanticídio – e ameaçada com a pena de morte, Angela foi primeiramente absolvida. A partir do descontentamento do juiz, e a apelação que essa autoridade realizou, fora submetida a um segundo julgamento, em que, novamente, foi considerada como não criminosa, mas sob a justificativa de que agiria em estado de alienação mental.

O caso, que poderia ser lido apenas como um episódio criminal ou como um ato de perturbação mental momentânea, revela-se, no entanto, como um acesso para questões centrais. A maternidade de mulheres cativas, a violência senhorial, a justiça criminal e os modos pelos quais a morte, no interior da escravidão, poderia se tornar uma experiência paradoxal de denúncia e de proteção, traduzida em seu ápice como a liberdade (Turner, 2017).

Mais do que a exploração econômica de corpos cativos, a escravidão implicou também na ruptura de laços sociais e afetivos. Como afirmado por Jennifer Morgan (2018), o corpo da mulher escravizada foi duplamente violado: como força de trabalho e como corpo reprodutivo. Produção e reprodução, dessa maneira, não se distinguem, ao contrário, constituíam-se como dimensões complementares da exploração, mas sendo específica ao gênero. Nesse sentido, a maternidade escravizada esteve sistematicamente subordinada às demandas senhoriais, negando frequentemente o direito à maternidade plena. Em diálogo com tal perspectiva, Maria Helena Machado (2018) e Karoline Carula (2022), demonstraram que a maternidade não pode ser reduzida a uma função biológica – a gestação e lactação/amamentação –, mas deve ser compreendida como um campo em disputas, estando atravessadas por violências, coerções, separações forçadas e rupturas afetivas.

Nas últimas décadas, a historiografia social da escravidão ampliou seu escopo para incorporar de forma mais complexa as experiências de homens e mulheres que viveram sob o cativeiro. Com base em uma perspectiva da História Social, ancorada no modelo thompsoniano, estes novos trabalhos abriram caminhos para a análise da vida cotidiana, das estratégias de resistência e das redes de solidariedade (Chalhoub, 1990, 2012). Pesquisas mais recentes têm apresentado maior diversidade de experiências sob o cativo ao integrar em suas análises dimensões de gênero, condições de saúde, etnicidade, geração e origem, aos estudos da escravidão (Chalhoub, 1990, 2012; Telles, 2022). Dentre as diversas temáticas no rol da historiografia, cenários da maternidade, família e redes de solidariedade, têm se tornado

centrais para a compreensão de mecanismos de resistência e sobrevivência em meio às estruturas de coerção (Bernardo, 2023; Machado *et. al.*, 2021).

Inserir a maternidade escravizada nesse debate implica, contudo, enfrentar os limites documentais. As fontes disponíveis, como inventários, registros paroquiais, processos criminais, imprensa, carregam silêncios e reduzem a experiência feminina a fragmentos, muitas vezes mediados pelo olhar e/ou voz masculina. Como argumentado por Maria Odila Dias (1983, 2019), propor uma epistemologia feminista na História, exige atenção a esses silêncios e àquilo que é soterrado em narrativas oficiais. Isso implica não apenas em reconhecer ausências, mas também em construir estratégias para reconstituir, mesmo que parcialmente, os sentidos implícitos e os afetos apagados dos arquivos. Dessa forma, a metodologia adotada para o trabalho se constituiu por intermédio da microanálise (Vendrame, 2025) para discutir como o sistema escravista produziu experiências profundamente ambivalentes de maternidade perante a própria precariedade estrutural.

A análise do caso de Angela Maria, portanto, se insere na confluência entre escravidão, raça, gênero, maternidade e justiça criminal. Questiona-se, então, como sua experiência extrema – o infanticídio e a tentativa de suicídio – pode ser interpretada não como loucura ou irracionalidade, mas como a expressão de uma racionalidade trágica e de uma denúncia social frente às violências sofridas? A partir deste questionamento, este artigo busca evidenciar como o gesto de Angela Maria ilumina – e ilustra – os paradoxos da maternidade cativa: entre nutrir os filhos de outrem e proteger os seus, entre resistir e padecer, entre a vida e a morte.

Migração, casamento e maternidade: cenários de uma mãe e ama de leite escravizada

Após ser acusada de assassinar seus dois filhos pequenos, Pio e Ephigenia, em outubro de 1842, Angela Maria, no decorrer do inquérito de seu segundo julgamento, apresenta uma gama de cenários atenuantes e percebidos como impactantes em sua tentativa de suicídio e na morte de seus filhos. Longe de oferecer verdades e conjecturas absolutas, a fala da ré me conduz a uma finalidade específica a ser desenvolvida neste momento: compreender os dilemas emocionais enfrentados por uma mulher, mãe, esposa e escravizada. As complexidades do cenário vivenciado por Angela Maria perpassam desde a sua migração forçada até o momento em que encarou os paredões do mar da Glória, estando presa até a sua absolvição final em dezembro de 1843. Sua fala, embora secundarizada e parcial, esboça em poucas linhas uma variedade de cenários que tencionaram o crime cometido.

Em 1844, o periódico jurídico *Gazeta dos Tribunaes*, divulgou parcialmente uma sessão ocorrida no dia 18 de dezembro 1843, período em que Angela enfrentou novamente relações com juízes, promotores e seu curador. Sob a presidência do juiz Sr. Dr. José Joaquim de Siqueira, o periódico transcreveu partes significativas do interrogatório. Nele, José Joaquim de Siqueira e Angela Maria apresentam os caminhos e motivações para a compreensão dos cenários vividos por uma mãe que se encontrava na condição de ré:

J.: Como se chama? – R.: Angela Maria.
J.: De onde é natural? – R. De Barbacena.
J.: Qual é o seu estado? – R.: Casada.
J.: Que idade tem? –R.: Não sei.
J.: É livre ou escrava? – R.: Escrava do Sr. José Vidal Dias.
J.: Em que se ocupava? – R.: Era ama.
J.: De algum filho de seus senhores? – R.: Sim, Sr (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844).

As respostas da ré ao juiz, se encontram longe de oferecerem acesso pleno sobre sua vida e rotina, no entanto, emergem como fragmentos significativos para tencionar uma análise crítica a respeito da migração forçada, casamento, maternidade e ofícios para uma mulher escravizada. No entanto, em todos esses cenários, o que se sobressai é um movimento contrário, em que a ausência se torna a regra já estabelecida pela escravidão: a dissolução de laços de solidariedade e afetivos e a ausência da plenitude do exercício materno (Giacomini, 2012). Todavia, como adentrar no universo vivenciado por Angela Maria perante a parcialidade do periódico?

Considero que os julgamentos divulgados pelo *Gazeta dos Tribunaes*, em 1843 e 1844, oferecem possibilidades analíticas significativas, em especial para a compreensão da materialidade do infanticídio e da tentativa de suicídio da ré. Porém, o material se torna insuficiente para investigar o cerne do problema de Angela Maria, e em particular, os cenários atenuantes de seus próprios dilemas emocionais. Na tentativa de analisar o universo vivenciado por Angela Maria, a pesquisa adotou a microanálise como um caminho metodológico para uma aproximação – mesmo que minimamente e recheada de lacunas – de sua trajetória. Como argumentado por Maíra Vendrame (2025, p. 08), a microanálise implica em utilizar “diferentes procedimentos analíticos para apreender dados nem sempre imediatamente visíveis nas fontes”. Dessa forma, para além do periódico jurídico, analiso a árvore genealógica do escravista José Vidal Dias, proprietário da ré aqui analisada.

Por intermédio da análise dos dados disponibilizados no *FamilySearch*, constatamos que, José Vidal Dias, também nascido em Barbacena (MG) como sua escravizada Angela

Maria, nos anos de 1837 e 1838, junto de sua esposa Francisca Teresa Vidal Leite Ribeiro, se mudou para a Corte Imperial. Apesar da ausência de fontes que evidenciem detalhadamente a mudança entre as províncias, o corpo de Angela Maria, negro, feminino e escravizado, se tornou parte da rota de riqueza, sendo forçada a migrar com a família Vidal Dias.

Angela, por sua vez, também era natural de Barbacena, de idade desconhecida, casada, mãe de dois filhos e ama de leite. O Rio de Janeiro passaria a ser sua nova moradia, bem como a de seus filhos. Nesse novo território, possivelmente a ré foi reinscrita em um novo regime de escravização. Talvez mais penoso, mais controlado ou simplesmente distinto em suas formas de coerção e vigilância. O que é possível inferir, a partir das fontes de análise, é que Angela Maria foi afastada de suas redes de solidariedade, seja de seu marido ou outros familiares e amigos de Barbacena. Chamo atenção para a figura do esposo de Angela, um sujeito sem nome, sem idade, sem cor e condição jurídica.

O que significaria o matrimônio para uma mulher escravizada? Maria Helena Machado (2018) observou que a historiografia tradicional negligenciou as peculiaridades provenientes do gênero na escravidão. Longe de descredibilizar a importância da família escrava, da qual a autora reconhece o seu papel significativo na formação de laços familiares, Machado (2018) salientou a ausência de estudos a respeito das diferentes implicações do casamento e maternidade na vida de homens e mulheres escravizados. Para as mulheres, ser esposa e ser mãe podia implicar em desafios consideráveis, como os riscos de gravidez, a própria maternidade e a comercialização de seu período de lactação, assim como as dificuldades de criação de filhos e filhas sob o jugo da escravidão (Machado, 2018).

A ausência de informações a respeito dos laços familiares formados por Angela Maria e seu marido desconhecido, infelizmente, nos impede de avançar a fundo nas dinâmicas matrimoniais entre escravizados, contudo, sua ausência também é significativa. É significativa, visto que, a migração forçada de Angela Maria não significou apenas uma mudança geográfica, mas também uma representação profunda de rupturas de vínculos afetivos e sociais, com implicações diretas em sua experiência subjetiva como mulher, mãe, esposa, trabalhadora e escravizada. Como considerado pelas autoras Enidelce Bertin, Caroline Mariano, Lygia Souza e Marina Haack (2022), os arranjos familiares e vínculos de parentescos foram significativos para a construção de estratégias de sobrevivência e resistência entre os sujeitos escravizados. A ausência destes meios afetivos certamente tornou os cenários vivenciados por Angela Maria ainda mais agravantes, em particular, ao

tencionarmos uma análise crítica para a possível ausência de seu marido, podendo este ter continuado em Barbacena.

A saída da província mineira para a Corte Imperial não apenas reconfigurou a sua condição de escravizada no lar senhorial, mas também se tornou uma característica significativa perante as formas que Angela Maria experienciou sua maternidade nesse novo contexto. Tenciono agora para o nascimento de seu primeiro filho, Pio, que em sua data de falecimento, possuía cerca de cinco anos. É possível conjecturar que os contornos que Angela Maria ansiava em atribuir à sua maternidade foram duramente abalados com a sua saída de Barbacena. Este argumento se intensifica, uma vez que, se considerarmos que o local de origem não representa somente raízes geográficas, mas também a manutenção de vínculos e laços de afetividades, além de suas maneiras próprias de vivenciar e/ou ressignificar a condição de mulher-mãe (Cowling, 2018). Então, este corpo, deslocado para o Rio de Janeiro pode ter vivenciado situações ainda mais vulneráveis. No caso da ré aqui analisada, o próprio ato de matinar pode ter sido alterado ou restringido diante das novas exigências do outro território, tornando-se mais agravante devido sua função como ama de leite. Se Pio, provavelmente nascido em 1837, seja também natural de Barbacena, é possível imaginar que a maternidade na província mineira pudesse ter sido vivida de outro modo, talvez menos controlada e fragmentada ou apenas mais enraizadas nas referências afetivas que a moradia na Corte não a contemplava.

Os dados nos permitem fabular que Angela Maria foi obrigada a empreender este deslocamento de Barbacena (MG) para a Corte do Rio de Janeiro, uma distância de mais de 270 quilômetros, fragilizada fisicamente pela sua recente gravidez e pelo nascimento de seu filho Pio (Florentino, 1997). O imprevidente casal de senhores colocou em risco a mãe, mas principalmente o seu filho, ainda de colo, nessa longa diáspora interna.

Neste cenário de precarização, a maternidade se torna um território amplamente em disputa (Glenn, 1994), estando vulnerável aos interesses senhoriais. Estas constantes desestabilizações, como argumentado pela historiadora Camillia Cowling (2018), permeadas através das práticas de venda, aluguel, troca de senhores, e no pior dos casos, as migrações, não atingiam somente o corpo, mas também implicava em uma desarticulação de redes de apoio, e em particular, nos vínculos maternos. Nesse contexto, Angela Maria perpassou e viveu a precarização e a negação de sua maternidade e de suas experiências enquanto uma mulher, esposa e mãe. Essa perspectiva se intensifica ainda mais perante o seu ofício de ama

de leite. Sendo mãe e ama de leite, até onde a maternidade Angela Maria esteve entre a cruz e a espada?

A abolicionista Harriet Jacobs em “Incidentes na vida de uma menina escrava” (2019) relatou a experiência de sua avó que também era uma ama de leite:

A senhora da minha mãe era a filha da senhora minha avó. Ela era irmã adotiva da minha mãe: as duas tinham sido alimentadas no peito da minha avó. Na verdade, minha mãe tinha sido desmamada aos três meses para que a criança da senhora pudesse obter alimento suficiente (Jacobs, 2019, p. 08).

A memória da autora, que em seu livro atribuiu o pseudônimo de Linda Brent, aborda a interrupção precoce da amamentação de sua mãe para a “irmã adotiva”, evidenciando as vivências de mulheres que exerceram este ofício, assim como também tensiona os paradoxos de filhos e filhas que experienciaram o desmame precoce. A prática de privar a amamentação – total ou parcial – dos filhos fruto de mães escravizadas não fora um acidente ou uma exceção, mas sim uma prática estruturante da função complexa que era ser uma ama de leite. As autoras Emily West e R. J. Knight (2017) enfatizam que a amamentação praticada por amas de leite foi um exclusivo tipo de exploração de gênero e que, sob a escravidão, representa o ponto em que a exploração das mulheres escravizadas como trabalhadoras e reprodutoras, literalmente se cruzavam. A prática em si, constituiu uma forma específica – e também distinta – de comercialização das mulheres cativas (West, Knight, 2017). Sua fisiologia feminina, inserida na capacidade de reproduzir e lactar, contrapôs a sua própria e plena realização materna (Morgan, 2004; West, Knight, 2017).

A análise do caso de Angela Maria e sua função como ama de leite na família Vidal Dias, permite-nos tencionar a negação de sua maternidade, ou como considerado por Mariana Muaze (2018), o silenciamento dela. Através da árvore genealógica da família Vidal Dias no *FamilySearch*, conjecturo algumas hipóteses importantes sobre a posição ocupada por Angela Maria no interior desta família senhorial, assim como as considero enquanto fatores atenuantes que resultaram na morte de seus filhos e em sua tentativa de suicídio. Para tanto, é preciso analisar a sobreposição de partos e nascimentos dos filhos de Francisca e de Angela.

José Vidal Dias (filho) nasceu em 1837, seguido de Anna Thereza Vidal Dias em 1841. Em 1843, Francisca gerou mais dois filhos, Leopoldina Vidal Dias Ribeiro e José Vidal Dias Leite. Angela Maria, por sua vez, possuía dois filhos pequenos, Pio, com cerca de cinco anos em 1842, nascido em algum momento de 1837, e Ephigenia, com aproximadamente um ano e cinco meses, nascida em 1841. Os dados sugerem que, ao longo de pelo menos cinco

anos, Angela Maria esteve envolvida e encarregada dos cuidados dos filhos e filhas de Francisca Tereza e José Vidal Dias, seja como ama de leite ou como ama seca.

Considero que Angela Maria tenha sido ama de leite de José Vidal Dias (filho), nascido em 1837, época em que Pio ainda era um bebê e que também necessitava de amamentação. A sobreposição entre os nascimentos de seus próprios filhos e os das crianças da casa senhorial, sugere que o leite materno tenha sido desviado – total ou parcialmente – para alimentar também os filhos de seus senhores. Esta hipótese se intensifica com o nascimento de Anna Thereza e seu falecimento precoce em 1842. Nesse mesmo período, Angela Maria poderia estar amamentando Ephigenia. Tal como o ocorrido com Pio, a simultaneidade de sobreposição de partos e nascimentos, implica na hipótese de Angela tenha sido forçada a interromper, reduzir ou dividir a amamentação da própria filha em favor da filha de Francisca. Após o infanticídio e sua absolvição judicial em dezembro de 1843, os registros da família Vidal Dias indicam o nascimento de duas novas crianças. José e Leopoldina. Se Angela permaneceu na casa após a sua absolvição, certamente ela tenha voltado ao exercício de ama, no entanto, na condição de ama seca, função que, embora não exigisse a lactação, matinha a lógica de apropriação do cuidado.

West e Knight (2017) ao analisarem o relato de Mary Jane Jone's sobre sua mãe, ressaltaram como a reprodução esteve intimamente relacionada com a capacidade de produção de leite, e mais, argumentam como as mulheres brancas manipulavam e modificavam os contornos desejados à maternidade de mulheres escravizadas:

I was . . . the last litter of my mother's children. She was the mother of sixteen head of children and raised eleven of them [presumably the others died]. You see, my mother was a wedding gift to my marster at the time of his marriage; was given to him as a kind of nest egg to breed slaves for him, and jest as soon as he carried her home, he bought a slave husband fur her and children came to both families thick and fast. My mother would have a baby every time my mistress would have one, so that my mother was always the wet nurse for my mistress (American Slave, vol. 8, p. 1234 *apud* West, Knight, 2017, p. 51)².

² Tradução de autoria própria: “Eu era ... a última ninhada dos filhos de minha mãe. Ela era mãe de dezesseis filhos e criou onze deles [presumivelmente os outros morreram]. Veja bem, minha mãe foi um presente de casamento para meu mestre na época de seu casamento; foi dado a ele como uma espécie de pé-de-meia para criar escravos para ele, e assim que ele a carregou para casa, ele comprou um marido escravo para ela e os filhos vieram para ambas as famílias rapidamente. Minha mãe teria um bebê toda vez que minha patroa tivesse um, de modo que minha mãe sempre foi a ama de leite de minha patroa” (American Slave, vol. 8, p. 1234 *apud* West, Knight, 2017, p. 51).

Entre a cruz e a espada, Angela Maria certamente se encontrou entre cuidar e nutrir os filhos de outrem e procurar meios de tentar nutrir e proteger os seus, mesmo que através da morte.

Infanticídio e suicídio: no imaginário do crime através do *Gazeta dos Tribunaes* (1843-1844)

As revistas jurídicas constituem, desde sua emergência, por volta do século XVIII ao XIX, um importante meio de difusão e de construção do conhecimento jurídico (Silveira, 2014). De acordo com Mariana de Moraes Silveira (2014), as publicações em periódicos da área jurídica se pautaram, com grande frequência, pela “busca por intervir em debates públicos relevantes, ao mesmo tempo em que consolidavam discussões teóricas e práticas em torno do direito” (Silveira, 2014, p. 99). É neste contexto que o jornal *Gazeta dos Tribunaes* se situa. O Brasil, assim como a Espanha, Portugal e Argentina, apresenta trajetórias semelhantes quanto ao surgimento de revistas jurídicas, que, entre as décadas de 1830-1840, apresentaram um momento em que debates acerca da codificação e iniciativas de organização da profissionalização dos advogados se intensificavam (Silveira, 2014; Souza, 2018).

O exemplar inaugural do periodismo jurídico no Brasil, o *Gazeta dos Tribunaes*, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 1843. Publicado no Rio de Janeiro, o jornal fora dirigido pelo Conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão, que utilizaria as páginas da imprensa para “militar a favor da criação do Instituto dos Advogados Brasileiros” (Silveira, 2014, p. 100), o que se efetivou ainda no mesmo ano. Em linhas gerais, a finalidade e objetivo do periódico se mediava a partir da utilidade pública, resultando em uma gazeta que tratasse dos tribunais do Brasil (Souza, 2018). Embora pioneira, a iniciativa de Francisco Aragão foi curta, encerrando as atividades e publicações do *Gazeta dos Tribunaes* em 1846.

Durante seu breve período de circulação, segundo o programa de seus editores, o periódico publicaria legislação do Império e os atos do Poder Executivo, compilados a partir da seção oficial do *Jornal do Commercio*, enfatizando suas relações com outros impressos (Silveira, 2014). É neste cerne que Angela Maria emerge na imprensa. Na Repartição da Polícia, em 8 de outubro de 1842, o *Jornal do Commercio* noticiou o caso sob o título de “Extrato diário de 6 de outubro”. Angela, assim, saiu do âmbito privado, sendo tornado público para os leitores do periódico o seu ato extremo:

Na freguesia da Glória, foi presa a preta Angelica [Angela], escrava de José Vidal Dias, por se ter, ontem, às 11 horas da manhã, arrojado ao mar, com dois filhos, um de idade 5 anos, e outro de 16 meses, os quais pereceram

logo, conseguindo-se apenas salvá-la. Já se procedeu o corpo de delito nos cadáveres das duas crianças mortas (*Jornal do Commercio*, 1842).

A partir do breve relato da Repartição da Polícia em 1842, Angela Maria emerge pela demarcação do crime e escravidão. Nos julgamentos transcritos parcialmente no *Gazeta dos Tribunaes*, em particular o segundo, publicado somente em 1844, é possível traçar os caminhos percorridos por Angela Maria na semana em que as crianças padeceram. Sua senhora, Francisca Tereza, entre os dias 30 de setembro e 01 de outubro de 1842, deu falta de uma salva de prata. A ausência da bandejinha de prata imediatamente tornou Angela a principal acusada de furto. A acusação de Francisca Tereza também veio acompanhada de punições severas: a senhora ameaçou mandá-la para a Casa de Correção, instituição coerciva e punitiva, onde seria privada do contato com seus filhos e ainda sofreria humilhações e castigos físicos. Ao ser acusada, Angela Maria insistiu que nada havia sido furtado, no entanto, a senhora ainda ameaçava de puni-la severamente. No único inquérito transcrito pelo periódico – isto é, o segundo julgamento –, a ré reiterou sua versão para o juiz:

J.: Que razão teve para matar seus filhos? – R.: Sumiu-se de casa uma bandejinha de prata, e a Sra. disse que a tinha tirado, **e que me havia de mandar para castigar na casa de correção**, e eu não a tinha tirado, depois apareceu lá mesmo. **Eu, desesperada, fui-me atirar ao mar** (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844. Grifos da autora).

A bandeja de prata teria aparecido no mesmo dia que a senhora deu falta, e apesar de insistir de que nada roubou, as palavras de mandá-la para a instituição punitiva não. Apesar do desespero, como expresso por Angela Maria em seu interrogatório, a ré alega que esperou quatro dias, para então se matar junto dos filhos. Ao explicar que a salva de prata estava sumida há semanas, Angela esboça caminhos que conduz para uma racionalidade, mesmo que perante a morte:

J.: Que tempo tinha a salva de sumida? – R.: Semanas.
J.: E em que dia se deu falta? – R.: No mesmo dia em que a Sra. disse que me havia mandar pegar.
J.: E quantos dias depois você foi se atirar ao mar? – R.: 4 dias.
J.: Então a Sra. deu por falta da salva e queria castigá-la, e no fim de 4 dias é que você se lembrou de matar-se? R.: Foi naquela mesma hora (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844).

Ao que parece, mediante a fala da ré, embora tomada por emoções e dilemas conflituosos, entre viver e morrer, Angela avaliou a sua situação e a de seus filhos. A espera, como analisado, foi também percebida como espanto para o juiz. Calculado ou não, Angela

afirmou que encarou os paredões do mar da Glória, visto que não se lembrava se teria percorrido ou não as escadarias:

J.: Em que lugar os atirou no mar? – R.: Foi da banda da Gloria.

J.: Na Gloria ou no Flamengo? – R.: Na Gloria.

J.: Então desceu por aquelas escadas? – R.: Não me lembro por onde desci.

J.: Então atirou-se de cima do paredão? – R.: Sim, Sr. (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844).

Perante o desespero, Pio e Ephigenia – assim como a vontade inicial de Angela, o suicídio – encontraram a morte como o berço da proteção. Embora a fala da ré tenha sido reduzida e traduzida por uma perspectiva jornalística e jurídica, há determinadas racionalidades em sua decisão final, uma vez que, mesmo perante o desespero, a escravizada, aguardou quatro dias para enfim atirar-se ao mar junto dos filhos. Os juristas, e em particular, seu curador, não interpretaram a atitude da ré dessa forma. Em seu primeiro julgamento, ocorrido no dia 21 de abril de 1843, sob presidência de Manuel de Jesus Valdetaro, o Júri da Corte foi sustentado pelo embate travado entre o promotor público, o Sr. Dr. José Ferreira Baptista e o curador da ré, Sr. Dr. Francisco Candido Marciano Fontoura e Castro.

Com base na transcrição realizada pelo *Gazeta dos Tribunaes* em 1843, há três perspectivas, sendo duas distintas e uma complementar e que neste momento analisarei: a) a mãe assassina; b) a mãe afetuosa; c) a loucura. A primeira fora utilizada pelo promotor público, José Baptista e as duas últimas, pelo curador, Francisco Fontoura e Castro.

A princípio, o promotor público sustentou sua acusação por declarar que, não somente a confissão da ré evidencia a materialidade do crime, como também por outras provas presentes no processo. Para o promotor, não havia dúvidas de que Angela Maria “tinha assassinado seus dois filhos menores, lançando-os ao mar, e que por isso, devia ser punida” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843). A ré, por ser considerada uma escravizada de confiança, fez com que José Baptista tensionasse suas acusações, sustentando a argumentação de aplicar em seu julgamento circunstâncias agravantes, pois, para o promotor, houve “abuso de confiança por parte da ré, assim como superioridade em forças” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843).

O crime “tão horroroso”, como consta no periódico, enfatizou a sentença proposta pelo promotor: “[...] A pena pedida no libelo acusatório do senhor doutor promotor foi a do art. 192 do código criminal, grau máximo – a de morte” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843). Como tensionado pelo jornal, o promotor insistiu que as motivações de Angela Maria para o infanticídio e tentativa de suicídio “não era motivo [o] bastante para a ré [assim] praticar”, devendo esta ser punida “com rigor” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843).

A solicitação do promotor público em sentenciar Angela Maria, baseada no Código Criminal de 1830 – sob a acusação de homicídio e não de infanticídio –, motivou o curador em “mover as sensibilidades dos Srs. jurados a favor da ré” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843). Fontoura e Castro, objetivou mobilizar dois discursos, que embora se distanciem em partes, se aproximam na sua contribuição – ou intenção – de inocentação da ré. O curador, em suas averiguações, inicialmente recorreu à retórica materna, abrindo espaço para a então sensibilidade noticiada pelo jornal.

Fontoura e Castro em nenhum momento rejeitou a materialidade do caso, ou seja, a própria confissão da ré, de que sim, Angela Maria matou seus dois filhos, mas induziu um discurso de que apesar de matá-los, também os amava. A ótica apresentada pelo curador era de que Angela era uma “mãe cujo coração existe sempre no subido grau [d]o amor maternal” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843). Se a ré, como apresentado por Fontoura e Castro, possuía o nomeado amor materno e ainda assim matasse os filhos, só se provaria quão afetuosa está era com as crianças, pois “[...] se via que a ré também se quis suicidar-se, lançando-se ao mar na mesma ocasião em que precipitaria os filhos, e de onde foi tirada conjuntamente com os mesmos” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843). Em linhas gerais, o jornal fomenta que o curador construiu suas argumentações, considerando que Angela, ainda que ré, era antes de tudo uma mãe. No entanto, apesar de amar os filhos, a mesma seria privada da plena lucidez, resultando no assassinato de seus filhos, mas que tomada pelo afeto, igualmente tentou tirar sua vida. Fontoura e Castro reiterou que:

[...] e que por esta razão **não se podendo supor que ela estava em gozo do seu estado moral**, não podia ser considerada criminoso, uma vez que não havia pleno conhecimento do mal, e direta intenção de o praticar (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843. Grifos da autora).

Talvez considerando que a ótica do discurso de mãe escravizada amorosa não fosse o suficiente para fomentar as sensibilidades dos jurados e diminuir a pena pretendida pelo promotor, Fontoura e Castro alegou a ausência de plenitude mental de Angela, ou seja, induz que Angela Maria estivesse sendo atravessada por um momento de loucura. A concepção de que Angela, durante o dia 5 de outubro de 1842 tenha sido acometida por um acesso de loucura, endossou sua argumentação, sustentando que o Código Criminal de 1830 isentava os loucos de suas criminalidades: “Art. 10: Também não se julgarão criminoso: [...] §2º Os loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos, e neles, cometerem o crime” (Brasil, 1830).

Através do discurso da loucura, o curador solicitou que os jurados julgassem a ré, mas que desconsiderassem as circunstâncias agravantes mencionadas pelo curador, como o abuso de confiança e superioridade de forças, pois, mesmo que condenada, seria punida com rigor, mas não com a pena de morte. Caso os jurados concordassem com a pena pedida pelo promotor, Fontoura e Castro considerou que “seria uma decisão bárbara e iníqua, muito mais a respeito de uma mãe, embora na condição de ré” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843). A defesa de Fontoura e Castro corroborou para a promulgação da sentença: a absolvição. Todavia, o juiz solicitou um novo julgamento, apelando para o Tribunal da Relação, sob a justificativa de não se conformar com a decisão, pois lhe parecia “contrariar a evidência resultante dos debates” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1843). Presa desde o dia 5 de outubro de 1842, Angela Maria precisou aguardar até o seu novo julgamento, que ocorreu no dia 18 de dezembro de 1843, mas que foi publicado somente em 1844 pelo *Gazeta dos Tribunaes*.

O segundo julgamento da ré apresenta uma instância crucial para compreender o entrelaçamento entre maternidade, escravidão e a interpretação legal da loucura. Conduzida pelo juiz presidente Dr. José Joaquim de Siqueira, o processo contou com um conselho de jurados e o curador da ré, Fontoura e Castro³. A transcrição disponibilizada pelo periódico em 1844 revela novamente a tensão entre a materialidade do ato – o afogamento de Pio de Ephigenia – e a interpretação subjetiva de sua motivação e o suposto estado mental da ré.

Durante o interrogatório, Angela Maria reiterou que sua ação foi motivada pelo medo da Casa de Correção e pelo anseio de querer proteger os filhos de todos os possíveis sofrimentos futuros:

J.: É verdade que matou a seus dois filhos atirando-os ao mar? – R.: **Eu atirei-me no mar e não queria que eles ficassem padecendo, por isso atirei-me junto com eles.**

J.: E eles morreram? – R.: Morreram, sim, Sr. (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844. Grifos da autora).

A acusação, sustentada pelo promotor interino, considerou o crime plenamente provado, apoiando-se na confissão da ré e em depoimentos de testemunhas, que confirmaram a materialidade do ato. A mobilização discursiva do promotor retorna a do primeiro julgamento: uma mãe assassina, e mais do que assassina, assassinou seus filhos por motivos frívolos e inconsequentes. De acordo com o promotor, a ameaça de ir para a Casa de Correção não era uma justificativa para o afogamento dos filhos, logo, Angela deveria ser

³ Na transcrição do segundo julgamento, o *Gazeta dos Tribunaes* não mencionou o nome do promotor público, apenas as suas averiguações. Dessa forma, neste momento me refiro à ele somente como promotor e/ou acusação, visto a ausência de seu nome.

responsabilizada pelo crime. A partir do exposto pelo *Gazeta dos Tribunaes* (1844), a acusação defendia que a ameaça de ir para a Casa de Correção só poderia justificar o suicídio da ré (ou a sua tentativa), mas nunca o afogamento das crianças. De acordo com as discussões mobilizadas no julgamento, o *Gazeta dos Tribunaes* publicou que:

A ré alega em sua defesa ter sido ameaçada por sua senhora de um castigo na casa de correção, em consequência do desaparecimento de uma salva de prata; mas essa coarctada não pode valer-lhe, por isso que, segundo sua mesma confissão, nenhuma ação se havia ainda empregada contra ela; não tinha sido presa; esse castigo de que ela fala não tinha passado de um simples dito de sua senhora; mas ainda mesmo que tal razão pudesse prevalecer, ela só poderia justificar o suicídio da ré, e nunca o afogamento de seus dois filhos (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844).

A acusação, por sua vez, insistia de que a ré era uma “criminosa”, uma mãe assassina. O promotor, possivelmente encontrando como um caminho reforçar tal ideia, sustentou que está opinião não apenas da acusação, mas também do “juiz de direito que apelou [a] sentença, assim como é a da Relação, que julgou procedente o recurso, e por conseguinte, injusto o primeiro julgamento” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844). Retornar para a absolvição ocorrida em 21 de abril de 1843 se tornou um sustentáculo para reafirmar que o “crime [está] plenamente provado”, e de que a ré deveria ser condenada no máximo das penas, logo, com a pena de morte. Para a acusação, o infanticídio cometido era um “motivo frívolo”, e que havia “abuso de confiança e superioridade em forças da parte da delinquente” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844). A acusação, novamente, pedia a pena de morte para Angela Maria.

Em seu oposto, a defesa do curador Fontoura e Castro, caminhou novamente para o mesmo discurso mobilizado no primeiro julgamento: ora mãe afetuosa, ora mãe em estado de alienação mental. Para o curador, durante o momento do crime, a ré se encontrava ausente de suas faculdades mentais, logo, era incapaz de compreender plenamente seus atos. O advogado argumentou que Angela estava em um momento de “perfeita alucinação” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844), em especial, pois, a mesma tentou se suicidar. Na linguagem promovida pelo curador, aquele que tenta a morte de si mesmo não estaria no uso perfeito de suas faculdades. Através de uma narrativa percebida também como religiosa cristã, Fontoura e Castro buscou evidenciar a todo custo que, “aquele que tenta suicidar-se não está no uso de sua razão, e desta proposição, tira o argumento para mostrar a **não criminalidade da ré**” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844. Grifos da autora).

Em sua retórica de mãe afetuosa, o curador também utilizou a verbalização da ré, possivelmente após ser resgatada e vendo que seus filhos já estavam mortos:

A linguagem da ré no momento de ver seus filhos assassinados foi: – **Eu não quero mais viver, porque meus filhos já não vivem – e esta linguagem não é de uma mãe perversa. É a de um momento de desespero.** Resta indagar as causas que deram lugar a esse desespero, e por conseguinte, à perpetração do crime (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844. Grifos da autora).

Conforme o periódico – e possivelmente, por intermédio das falas do curador – Angela Maria foi descrita como uma “escrava de boa conduta”, respeitosa com seus senhores, e que por eles, era muito “estimada” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844). Seu comportamento, dessa forma, “nunca [...] deu a menor prova de [que] ela [seria] capaz de cometer crimes; seus senhores são próprios [pois] lhe confiam uma filha para criar” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844). A acusação de furtar uma bandeja de prata, a ameaça de sofrer açoites na Casa de Correção, foram os elementos considerados pelo curador para investigar o lugar de desespero da ré. Fontoura e Castro torna tais características como centrais para a materialidade do crime, ao passo que também a inocenta pelo discurso da loucura. No entanto, o curador pouco fala sobre as outras aflições que Angela vivenciou desde 1837, como elencado no início deste artigo. Possivelmente, a ameaça da Casa de Correção foi o estopim da ré aqui analisada, uma vez que a soma de suas aflições e dilemas emocionais se iniciaram antes mesmo do crime. Considero e reitero que o crime de Angela Maria foi permeado por uma racionalidade, mesmo que trágica, porém, o desespero da ré é dado pelo curador – e pela transcrição do periódico – como uma razão ofuscada. A loucura de Angela Maria se dá pelo *querer morrer* e com essa mesma alucinação, quer a morte de seus filhos:

[...] e para evadir-se à pena, corre a lançar-se ao mar, **quer morrer**, e como essa mesma alucinação, lhe pinta seus dois filhos **como próximos a serem vítimas de maus tratos infligidos por aqueles que a ameaçavam**, entende que os deve esquivar a esse sofrimento, **dando-lhes a morte em sua companhia** (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844. Grifos da autora).

É neste interior de alegações que o curador de Angela sustenta suas próximas argumentações: as falas da promotoria de nada valiam, visto que o que Angela queria evitar, matando-se, eram os açoites, mesmo que a ameaça não tenha se materializado até o momento do crime. Fontoura e Castro, assim, reconheceu – e fez com que os jurados também reconhecessem – que a ré “estava alienada no momento de cometer o delito” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844). A análise judicial, dessa forma, evidencia que a ação de Angela não foi uma motivação frívola, como a acusação a sentenciou desde o primeiro julgamento, ou por perversidade. A ação de Angela, segundo a ótica judicial mobilizada pelo seu curador, foi por

impulso e de desespero extremo, desencadeado pela ameaça de punição e pelo medo do futuro de seus filhos.

Ao identificar que a ré não tinha plena consciência do ato, o júri absolveu Angela Maria, ressaltando que a tentativa de suicídio e a percepção de risco aos filhos não se tratava de um crime moral, mas sim de um episódio de alienação mental. Unanimemente, os jurados responderam que sim, a ré estava alienada quando “deitou seus dois filhos ao mar” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844). A partir da decisão do júri, o juiz Dr. José Joaquim de Siqueira absolveu a ré da acusação.

O segundo julgamento de Angela Maria, ao reconhecer a alienação mental no momento do crime, não apenas absolve a ré formalmente, mas também evidencia a complexidade das experiências de mulheres escravizadas confrontadas com ameaças, punições e dilemas maternos extremos. A decisão judicial revela como a percepção de riscos e/ou preocupação com os filhos e o impulso de desespero podem ser interpretados como estados de alienação, tensionando a fronteira entre a responsabilidade moral e legal. Considero que o caso de Angela Maria ilumina as condições de vulnerabilidade e coerção às quais mães escravizadas estiveram submetidas, evidenciando que atos considerados criminosos podem, em certos contextos, refletir estratégias de proteção e resistência, bem como tentativas de preservação de laços afetivos, ainda que atravessadas pela experiência da morte.

“Dando-lhe a morte em sua companhia”: algumas reflexões sobre a morte

As aflições de Angela Maria, longe de serem traduzidas somente pelo medo do açoite na Casa de Correção, se iniciou sobretudo, desde a sua migração forçada. Desde 1837, a ré provavelmente carregou os infortúnios da escravidão. Separada de seus laços de afetividade, o medo de ir para a instituição punitiva pode ter sido apenas o seu estopim, o seu limite. Entre medos e desespero, somada à angústia de não saber do futuro de seus filhos, o caso de Angela Maria nos permite tencionar à morte como um horizonte: um horizonte de algo melhor. Refletir sobre a morte é também refletir sobre a vida e as circunstâncias em que ela acontece, em particular, as suas fragilidades (Radünz, Siuda-Ambroziak (2021). Nessa perspectiva, não basta apenas argumentar as razões que levaram Angela Maria ao infanticídio e tentativa de suicídio, mas também investigar causas possíveis em vida que lhe fez conjecturar a morte como um cenário de algo melhor, já esboçado até o momento. Como argumentado por

Roberto Radünz e Renata Siuda-Ambroziak (2021, p. 04) “o fato de um sujeito ter escolhido a morte de entes queridos e/ou sua própria morte pode se configurar numa denúncia social”.

Talvez Angela Maria tenha encontrado na morte de seus filhos – e em sua própria tentativa de suicídio – aquilo que as autoras Sasha Turner (2017) e Saidiya Hartman (2021) consideraram como um retorno para a casa. Nessa concepção, a casa e a morte se transmutam em seu sentido espiritual, visto que, mortos, não há escravidão, encontrando, por fim, a liberdade do sistema escravista. Mas talvez, matar os filhos e tentar se matar tenha sido a denúncia completa que Angela Maria encontrou perante suas adversidades. Sem sua rede de apoio, possivelmente construída na província mineira, talvez a ré tenha encontrado no berço do mar da Glória a única proteção: o fim de um compilado de sofrimento que há tanto tempo carregou.

Longe de exaurir quaisquer reflexões oriundas sobre os significados atribuídos à morte, neste último momento objetivo tencionar algumas argumentações profícuas para o caso de Angela Maria. De denúncia social à fome pelo retorno, a compreensão do infanticídio e suicídio carrega alguns dilemas, cabendo questionar: entre a maternidade, emoções e infanticídio, quais os significados possíveis da morte?

A maternidade de Angela Maria, bem como de diversas mulheres escravizadas no Brasil Colonial e Imperial, esteve entre a cruz e a espada, entre cuidar dos seus, mas também ter que cuidar – e ser obrigada a tal – de filhos de outrem (Telles, 2022). O infanticídio, neste contexto, requer um olhar atento. Lorena Telles (2022) argumentou que, para além de uma combinação de “resistência reprodutiva” – somada com o aborto –, o infanticídio combinou sentimentos complexos, de desespero, medos e atos de desacatos aos interesses senhoriais por parte de mulheres cativas. A referida autora também sugere um outro olhar para a temática: uma análise para as experiências traumáticas da maternidade no contexto de dureza da própria escravidão, quando criar filhos “torturava mulheres escravizadas” (Telles, 2022, p. 43). Em uma encruzilhada, ter e cuidar de seus filhos e filhas implicava diversos dilemas: orgulho e dignidade, espaço de refúgio e construção de laços e carinho com seus rebentos e suas comunidades, mas também à luta pela sobrevivência em criar tais crianças em condições extremamente adversas e complexas (Telles, 2022; West, Shearer, 2017).

Entre os seus e os de outrem, Angela Maria encontrou na morte um caminho. O comportamento infanticida e suicida, como ressaltaram Radünz e Siuda-Ambroziak (2021) é uma manifestação humana, que responde não apenas às complexidades individuais, mas também às complexidades sociais, culturais e históricas de cada época/espço. A esta altura,

Angela Maria no mar da Glória, ao matar os filhos e desejar a sua própria morte, nos conduz a pensar em uma racionalidade, mesmo que trágica e paradoxal. Denunciando a escravidão e os traumas que no cativeiro viveu, a ré, apesar de ser considerada louca pela ótica judicial, enfatizou que “[...] Eu atirei-me ao mar e não queria que eles ficassem padecendo, por isso, atirei-me junto com eles” (*Gazeta dos Tribunaes*, 1844). Com seus diversos motivos e dilemas emocionais, a sua espera de quatro dias indica à sua racionalidade em desejar, mesmo que tragicamente e paradoxal, a proteção de seus filhos.

Resguardando os filhos daquilo que Angela Maria nomeou como padecimento, a morte, assim, assume uma gama de significados políticos, podendo ser traduzida também como uma denúncia da escravidão e de suas múltiplas violências (Moreira, Haack, 2017). Mas também revela uma fome por um retorno. Um retorno do local que nunca esteve:

[...] o retorno é aquilo a que você se agarra após ter sido arrancada de seu país, ou quando você se dá conta de que não há futuro no Novo Mundo, ou de que a morte é o único futuro. O retorno é a fome por todas as coisas que um dia você desfrutou ou a ânsia por tudo que você nunca desfrutou. [...] Como o mito da mãe, a promessa de retornar é tudo o que resta na esteira da escravidão. Ao fechar os olhos, é possível imaginar novamente a proteção dos braços dela. Com o rifle apontado para o peito, pode-se viajar para casa (Hartman, 2021, p. 125).

Com a ânsia pelo retorno da vida que nunca lhe havia sido dada e ofertada, o mar da Glória se torna o local de proteção, de si e de seus filhos. No interior da escravidão, a morte de si e do seus, se convertem também como um cuidado, uma denúncia, um retorno.

Considerações finais

O caso de Angela Maria reverbera em múltiplas camadas as violências que atravessaram a vida de mulheres escravizadas no Brasil Oitocentista. Migrada à força de Barbacena para a Corte, afastada de vínculos familiares e inserida em um regime de trabalho que negava a plenitude de sua maternidade, Angela possivelmente vivenciou uma sucessão de rupturas que culminaram na escolha da morte – de si e de seus filhos.

Diante da análise de seus julgamentos, a sua fala referente ao intervalo de quatro dias que antecedeu a sua tentativa de suicídio e infanticídio, provoca-nos em refletir como Angela Maria não agiu sob uma suposta alienação mental, ou loucura momentânea, como fora sustentado em júri. A espera de quatro dias, nos induz a cogitar que Angela, apesar do desespero emergente, agiu dentro de uma racionalidade trágica, mesmo que atravessada por diversos sentimentos e emoções conflitantes. A tentativa de se matar e a morte de seus filhos,

dessa forma, deve ser compreendida como uma resposta às condições estruturais da escravidão, e que, por intermédio da morte, Angela a assumiu como forma de denúncia. Nesse gesto, essa maternidade silenciada, negada, encontrou como sua última expressão a proteção dos filhos: a morte seria um destino melhor, perante os possíveis padecimentos que Pio e Ephigenia poderiam sofrer em um contexto permeado por coerções e violências.

A partir da reconstituição de sua trajetória enquanto mulher, mãe, esposa, ama de leite e escravizada, mesmo que ramificado em virtude dos limites das fontes disponibilizadas para análise, Angela Maria e a morte de seus filhos convoca-nos a refletir historicamente as fronteiras entre a vida e a morte, o silêncio e a voz, o desespero e a razão, dicotomias que, consciente ou inconsciente, dialogam entre si na eira da escravidão. Ao analisarmos a escolha de uma mãe, que compreendeu que a morte de si e de seus filhos como o caminho ideal diante do contexto vivenciado, vemos mais uma possibilidade de compreender os impasses maternos de uma mãe escravizada: a constante negociação entre resistir, padecer e reinventar-se perante as violências estruturais.

Fontes

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 30 de nov. 2025.

BRASIL. **Minas Gerais, Registros da Igreja Católica**, 1706-2018. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/search/linker?ark=/ark:/61903/1:1:QGTH-F1YN&id=K8JL-S2L&hinting=/tree/person/details/>>. Acesso em: 30 de nov. 2025.

TRIBUNAES, Gazeta dos. Edição 00029, 1843.

TRIBUNAES, Gazeta dos. Edição 00096, 1844.

COMMERCCIO, Jornal do. Edição 00268, 1842.

Referências

BERNARDO, Maria Eloah. **Famílias negras entre negociações e resistências**: as ações de tutela e a coerção do trabalho de ingênuos e libertos no Juízo de Órfãos de Pirai (1870-1910). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

BERTIN, Enidelce; MARIANO, Caroline; SOUZA, Lygia; HAAK, Marina. Relações de Gênero, Corpos e Subjetividades em Contexto de Escravidão. **Revista de História Comparada**. Ano 16, edição 16, número 1, pp. 171-199, 2022.

CARULA, Karoline. Maternidade escrava e amas de leite na imprensa do Rio de Janeiro do Oitocentos. IN: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília. (Orgs.). **Escravidão e maternidades no mundo atlântico**: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX. Niterói: EDUFF, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 3ª edição, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e o Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. **Revista de História**, [S.L], n.114, 1983.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Curitiba: Editora Appris, 1ª edição, 2012.

GLENN, Evelyn Nakano. Social constructions of mothering: a thematic overview. IN: CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie; GLENN, Evelyn Nakano (orgs.). **Mothering**: ideology, experience, and agency. New York: Routeldge, 1994.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª edição, 2021.

JACOBS, Harriet Ann. **Incidentes na vida de uma menina escrava**: escrito por ela mesma. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2019.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. IN: **Dicionário da escravidão e liberdade**. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2018.

MACHADO, Maria Helena *et. al.* (org.). **Ventres Livres?** Gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; HAACK, Marina Camilo. O crime de Leopoldina: relações familiares e resistência em um contexto de escravidão (Cachoeira, século XIX). **HISTÓRIA UNICAP**, Recife, PE, Brasil, v. 3, n. 6, p. 399–415, 2016.

MORGAN, Jennifer. *Partus sequitur ventrem*: law, race, and reproduction in Colonial Slavery. **Small Axe**, vol.22, n.1, 2018.

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Celia Lima. (org.) **Do tráfico ao pós-abolição**: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.

RADÜNZ, Roberto; SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Infanticídio e tentativa de “morte de si mesmo”: atos extremos no universo escravista. **Anos 90**, Porto Alegre, vol.28, 2021.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Revistas jurídicas brasileiras: “cartografia histórica” de um gênero de impressos (anos 1840 a 1940). **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 98–119, 2014.

SOUZA, Marjorie Carvalho de. **Periodismo jurídico oitocentista: a Revista do IAB na cultura das revistas jurídicas brasileiras do século XIX (1862–1888)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)**. São Paulo: Editora Unifesp, 2022.

TURNER, Sasha. The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery. **Slavery & Abolition**, 38:2, 2017.

VENDRAME, Maíra. A micro-história no Brasil: recepções, itinerários e permanências. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol 38, nº 85, 2025.

WEST, Emily; KNIGHT, R. J. Mothers' milk: slavery, wet-nursing, and black and white women in the Antebellum South. **Journal of Southern History**, 83 (1), 2017.

WEST, Emily; SHEARER, Erin. Fertility control, shared nurturing, and dual exploitation: the lives of enslaved mothers in the antebellum United States. **Women's History Review**, 2017.

O Negro no futebol gaúcho: Uma análise comparativa entre Pelotas e Porto Alegre

The Black Man in Gaucho Football: A comparative analysis between Pelotas and Porto Alegre

Gabriel Gonçalves Ribeiro,¹ UFPel

Resumo

Este estudo tem como objetivo a análise de clubes esportivos do futebol gaúcho no período do pós-abolição até o início da década de 1930, quando a modalidade foi profissionalizada no Brasil. A pesquisa discorre acerca das similaridades e peculiaridades da Liga José do Patrocínio, de Pelotas, e da Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, também conhecida como Liga da Canela Preta, de Porto Alegre, ambas compostas por clubes de negros e de operários durante as três primeiras décadas do século XX. O trabalho faz uso de pesquisa bibliográfica em obras que abarcam o futebol nacional, principalmente as que remetem à gênese desse esporte no Rio Grande do Sul. Ademais, o estudo traz em suas considerações a importância do futebol nas cidades analisadas enquanto cenário de resistência ao preconceito racial e de distinção social promovida pelas elites locais no início da prática desse esporte.

Palavras-chave: Futebol; Pelotas; Porto Alegre; Pós-abolição.

Abstract

This study aims to analyze sports clubs in the Rio Grande do Sul state football scene from the post-abolition period until the beginning of the 1930s, when the sport became professionalized in Brazil. The research discusses the similarities and peculiarities of the Liga José do Patrocínio, from Pelotas, and the Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, also known as Liga da Canela Preta, from Porto Alegre, both composed of clubs of Black people and workers during the first three decades of the 20th century. The work uses bibliographic research in works that cover national football, mainly those that refer to the genesis of this sport in Rio Grande do Sul. Furthermore, the study considers the importance of football in the cities analyzed as a scenario of resistance to racial prejudice and social distinction promoted by local elites at the beginning of the practice of this sport.

Keywords: Football; Pelotas; Porto Alegre; Post-abolition.

Introdução

O futebol brasileiro é pentacampeão do mundo. Essa afirmação, de domínio público, coloca o Brasil como o país com o maior número de títulos mundiais. Campeão das copas de 1958 na Suécia, 1962 no Chile, 1970 no México, 1994 nos Estados Unidos e 2002 no Japão e Coreia do Sul, a seleção brasileira atrai e desperta o interesse de milhões de pessoas,

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Política Social e Direitos Humanos. Licenciado em História e graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9761280162416322> Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2114-6329> E-mail: gabrielribeirojornal@gmail.com

brasileiros e estrangeiros. Acredita-se que a seleção brasileira de futebol produziu e entregou ao mundo um dos melhores jogadores de todos os tempos, senão o melhor. Trata-se de Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, campeão das copas de 1958, 1962 e 1970. Ademais, mais recentemente, do território brasileiro também saíram inúmeros grandes jogadores, como Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo Nazário, Romário, Vini Jr., Rivaldo e Neymar. Todos esses, grandes jogadores, segundo critérios técnicos do futebol internacional. Todos esses, grandes jogadores negros.

Obviamente, jogadores brancos também fizeram sucesso com a camisa da seleção brasileira, como Zico e Falcão, por exemplo, porém os nomes citados anteriormente demonstram a força e importância dos jogadores negros no futebol brasileiro. Se não fosse por eles, o Brasil não seria pentacampeão mundial e a potência que é no cenário futebolístico. Porém, até que os negros alcançassem certo protagonismo muitas transformações ocorreram. Os avanços para isso foram lentos – como continuam sendo - e atingiram com o passar do tempo não só o futebol, mas a sociedade brasileira como um todo.

Para melhor compreensão de tais mudanças é preciso partir do ponto zero, do berço inglês. O futebol, em meados do século XIX, foi utilizado pelas universidades da Inglaterra como instrumento de formação para os filhos da elite (Matias, 2020). Assim, era possível identificar e construir novas lideranças por meio da imposição e respeito às regras, do máximo desempenho durante a prática da modalidade e da construção de um trabalho em equipe. Essa regulamentação possibilitou aos membros da elite inglesa desfrutar dessa atividade como um passatempo, porém essa mesma elite também utilizava o futebol para controle de seus operários, já que com o aumento do tempo de não-trabalho, a prática da modalidade oportunizava que esses funcionários praticassem uma atividade não-violenta, a qual não prejudicava a presença deles no local de trabalho no dia seguinte.

Ribeiro (2025, p. 37) destaca que “a elite resistia à profissionalização, pois era mais digno à época se negar a disputar uma partida ou competição contra os operários ao entrar em campo e ser derrotada”. Nesse sentido, fica evidenciado que a gênese do futebol inglês na metade do século XIX em muito pouco se difere dos primeiros jogos com bola em território brasileiro. Afinal, ambas foram atividades de forma exclusiva das elites, que tomaram para si o domínio e, conseqüentemente, a ação de decidir quem poderia e quem não poderia praticar o esporte.

No Brasil, a trajetória do futebol tem seu começo na cidade de São Paulo, pois foi lá que esse esporte desembarcou. Charles William Miller foi um jovem brasileiro que estudou

em Southampton, na Inglaterra, no final do século XIX. Das terras inglesas, em 1894, trouxe duas bolas de futebol e um livro com as regras do jogo. Foi ele quem, em 14 de abril de 1895, organizou e fez o registro daquele que seria o primeiro jogo de futebol com regras, ou seja, o primeiro jogo de futebol do país (Ribeiro, 2025).

Após, em seus primeiros anos, o futebol no Brasil foi praticado pelas elites paulistas, classe predominantemente de pessoas brancas e que viam nesse esporte um lazer refinado. As partidas eram organizadas pelos clubes sociais da época e disputadas em locais fechados. Negros e mulatos foram fortemente excluídos dessas atividades. A exclusividade do futebol por parte das elites se espalhou por grande parte dos estados brasileiros. Porém, o esporte também começou a ser praticado cada vez mais por um número maior de pessoas oriundas das camadas populares da sociedade, principalmente da população negra urbanizada, no pós-abolição.

O jornalista e escritor Mário Filho², autor da obra “O negro no futebol brasileiro”, abre o capítulo intitulado Raízes do Saudosismo externando uma desconfiança que à época da publicação do livro, em 1947, apontava a forma costumeira e naturalizada acerca das recordações sobre os primeiros anos do futebol no Rio de Janeiro no período de pós-abolição:

Há quem ache que o futebol do passado é que era bom. De quando em quando a gente esbarra com um saudosista. Todos brancos, nenhum preto. Foi uma coisa que me intrigou a princípio. Por que o saudosista era sempre branco? O saudosista sempre branco, nunca preto, dava para desconfiar. E depois, a época de ouro, escolhida pelo saudosista, era uma época que se podia chamar de branca. Os jogadores claros, bem brancos, havia até louros nos times, ia-se ver: inglês ou alemão. Poucos morenos. Os mulatos e os pretos, uma raridade, um aqui, outro ali, perdiam-se, nem chamavam atenção (Filho, 2010, p. 29).

Por mais que as elites do centro do país – eixo Rio-São Paulo – fizessem de tudo para afastar os negros e pobres da prática do futebol na primeira década do século XX, os jogadores das classes populares começaram a se infiltrar nas disputas dos jogos. A partir de 1910, ocorreu a fundação de inúmeros clubes de operários e de bairros, os quais deram espaço para que pessoas pertencentes às classes mais baixas praticassem o esporte. Esses clubes passaram a aparecer no cenário do futebol brasileiro de maneira cada vez mais numerosa, atravessando fronteiras e se instalando nas principais cidades do Brasil.

² O nome oficial do emblemático estádio do Maracanã é Estádio Jornalista Mário Filho. A homenagem se dá ao fato de Mário Filho ter sido, através da imprensa, crônica esportiva e de suas obras, um dos maiores incentivadores em popularizar o futebol no Rio de Janeiro e no Brasil.

Um dos estados em que o futebol se espalhou foi o Rio Grande do Sul. Nos primeiros anos do século XX é possível encontrar registros de jornais acerca de disputas de jogos em cidades gaúchas, principalmente nos municípios da metade sul e na capital do estado. Desse modo, as similaridades e peculiaridades do futebol em Pelotas e Porto Alegre compõem o objeto de estudo da análise comparativa realizada nesta pesquisa. Como corpus documental está uma revisão bibliográfica que perpassa obras acerca do futebol em âmbito nacional e local, nesse caso, de Pelotas e Porto Alegre. Ademais, foram realizadas consultas a acervos de periódicos impressos e radiofônicos.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo aprofundar uma análise diante dos principais momentos do futebol pelotense e porto-alegrense. Assim, busca evidenciar a importância dos clubes e atletas negros, logo nos anos incipientes do pós-abolição. Além disso, visa contextualizar as conquistas e os atos de resistência e luta contra o preconceito desde a chegada do futebol ao Rio Grande do Sul no início do século XX até os dias de hoje, quando o futebol se apresenta, ainda, como um esporte entranhado em racismo e preconceito.

A importância do Vovô nos primeiros passos do futebol gaúcho

Assim como o futebol inglês e brasileiro, mesmo com meio século de diferença, apresentam inúmeras semelhanças em suas gêneses – controlados por elites que afastaram o esporte das camadas populares – o futebol das cidades de Pelotas e Porto Alegre também muito se parecem. O primeiro ponto em comum é a participação do Sport Club Rio Grande nas primeiras partidas oficiais promovidas. Fundado no dia 19 de julho de 1900³, o clube do município de Rio Grande, foi o responsável pela primeira partida de futebol tanto na cidade de Pelotas, como na capital Porto Alegre.

O Rio Grande, por ser o clube brasileiro a mais tempo em atividade, recebe o apelido de Vovô do Futebol Brasileiro. No início do século XX teve papel significativo na difusão do futebol por diversas cidades do Rio Grande do Sul, principalmente nos municípios da metade sul do estado. Região essa que, entre os anos de 1919⁴ e 1939, teve grande protagonismo nos campeonatos estaduais. Nesse período de 20 anos, foram disputadas 18 edições de

³ A data de 19 de julho, dia da fundação do Sport Club Rio Grande, clube mais antigo do país, também é considerada como o Dia do Futebol Brasileiro.

⁴ 1919 foi o ano de disputa da primeira edição do Campeonato Gaúcho promovido pela Federação Gaúcha do Rio Grande do Sul (FGF).

Campeonato Gaúcho⁵, onde por dez ocasiões o título da principal competição do Rio Grande do Sul ficou com clubes da metade sul.

Desse modo, é possível constatar que, assim como no centro do país, até a inserção das camadas populares no futebol e da profissionalização da modalidade em 1933 (Matias, 2020), os clubes das elites da metade sul competiam de igual para igual com os da capital Porto Alegre, que já se apresentava de forma mais desenvolvida industrial e economicamente, assim como detentora de uma população bem mais numerosa do que as demais cidades gaúchas.

No entanto, antes disso, se faz necessário compreender o futebol de Pelotas e de Porto Alegre nessas três primeiras décadas do século XX. Como mencionado, o Sport Club Rio Grande apresentou o futebol nessas localidades. Primeiro, conforme Éder (2010), foi na elitizada Pelotas, mais precisamente no dia 6 de outubro de 1901 quando “aceitou o convite da União Gaúcha para abrilhantar a festa de seu segundo aniversário e posse de sua nova diretoria. Viajou com dois times, que disputaram em Pelotas o primeiro jogo de futebol da cidade” (Éder, 2010, p. 12).

À época, Pelotas despontava em plena ascensão econômica. O estado do Rio Grande do Sul abastecia o mercado nacional com produtos da base primária, como o charque, por exemplo. E foi através dessa mercadoria que a cidade evoluiu consideravelmente. Tanto que, em 1906, foi fundado em Pelotas o Banco Pelotense, o qual chegou a ser um dos três maiores do país em número de depósitos realizados. Assim, torna-se entendível que o deslocamento do Sport Club Rio Grande, mesmo localizado em uma cidade vizinha a 70 Km de distância, viesse através de um convite por parte da elite local, no caso, de um dos clubes sociais elitizados de Pelotas na ocasião.

Já em Porto Alegre, a bola rolou em um campo de futebol dois anos depois. Mais uma vez com uma visita do Sport Club Rio Grande. Porém, a distância até a capital era muito maior. Então, a viagem da delegação rio-grandina para Porto Alegre se deu através de um navio, o Aymoré. Santos (2018), destaca que em agosto de 1903 o jornal “A Federação” noticiava os preparativos para recepcionar as atletas do Sport Club Rio Grande em Porto Alegre. Assim como em Pelotas, a visita se deu por meio de um convite. Na capital, a ida do Rio Grande foi promovida por integrantes da elite porto-alegrense, majoritariamente descendentes de alemães e portugueses.

⁵ Nos anos de 1923 e 1924 o Campeonato Gaúcho não foi realizado por circunstâncias da Revolução de 1923, onde se enfrentaram adeptos do presidente do Rio Grande do Sul à época, Borges de Medeiros, denominados Ximangos, e os revolucionários aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, conhecidos como Maragatos.

Além da participação da elite local, Santos (2018) aponta para a participação ativa do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) na promoção desse evento. Em 1884, o PRR criou um jornal para expandir seus princípios, o já citado “A Federação”. O objetivo político-eleitoral embutido na circulação desse jornal era o de difundir as ideias do partido em todo o Estado. Dessa maneira, o PRR enxergou no futebol uma nova maneira de atrair uma fatia maior da população para as suas bandeiras. O autor complementa:

Portanto, entendo que o início do futebol em Porto Alegre fazia parte do projeto político do PRR. A finalidade era aproximar as massas proletárias de sua plataforma política de integração ordeira à sociedade, tendo como meios a educação, a higienização pública e o esporte (Santos, 2018, p. 42).

Enfim, no dia 7 de setembro de 1903, foi realizado o primeiro jogo de futebol na cidade de Porto Alegre. Segundo o jornal “A Federação” de 08/09/1903, aproximadamente 1.500 pessoas acompanharam a partida. Pelo pequeno público presente, se comparado a toda publicidade investida, estima-se que a apresentação possa ter sido restrita às elites, diferentemente dos outros eventos envolvendo o Sport Club Rio Grande desde a chegada do navio Aymoré, que contaram com grande presença do público local, em especial das classes populares (Santos, 2018).

Assim, fica evidenciado que o futebol desde seus primeiros passos no Rio Grande do Sul apresentou de forma descortinada seu viés de mecanismo de distinção social em Pelotas e Porto Alegre. As apresentações do Sport Club Rio Grande foram essenciais para que o esporte se alastrasse nas cidades visitadas. O que já acontecia em São Paulo e no Rio de Janeiro estava ultrapassando fronteiras e atingindo novos territórios, onde se via a participação em peso das classes sociais menores, principalmente envolvendo negros e pobres. A construção do futebol para tantas pessoas passa por: a democratização do esporte através da inserção das camadas populares. E é o abordado no próximo capítulo, através da dicotomia e contradição existente acerca dos ditos clubes populares.

A contradição na dicotomia Clube do Povo x Clube da Elite

É muito comum que, nos mais diversos municípios brasileiros que possuem no mínimo dois clubes, existir a seguinte segmentação: time/clube do povo e time/clube da elite. Porém, em grande parte dessas cidades essa denominação aconteceu, principalmente, quando algum clube passou a permitir a inclusão de negros e pobres em seus quadros. No Rio Grande do Sul, mais precisamente no objeto desse estudo – o futebol em Pelotas e Porto Alegre, essa

dicotomia ainda é bastante acentuada, mesmo sendo algo que vai de encontro ao surgimento destes clubes que atualmente buscam utilizar a bandeira de instituição popular.

Em Pelotas, atualmente existem dois clubes disputando competições oficiais da Federação Gaúcha de Futebol (FGF): o Esporte Clube Pelotas e o Grêmio Esportivo Brasil. Já em Porto Alegre existem mais clubes que disputam as competições da FGF, porém pela tradição e relevância, os clubes da capital analisados são o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e o Sport Club Internacional. Antes de traçarmos a análise proposta entre a gênese desses clubes e a dicotomia entre clube do povo x clube da elite, é necessária uma breve apresentação dessas instituições.

Iniciando por Pelotas, a cidade, como descrito anteriormente, recebeu o Sport Club Rio Grande em 6 de outubro de 1901, naquele que é considerado o primeiro jogo de futebol realizado na cidade. Dois anos depois, em novembro de 1903, novamente a convite do clube União Gaúcha, esteve em Pelotas o Sport Club União, também da cidade de Rio Grande. A apresentação ocorreu em homenagem ao projetado monumento à memória de Domingos José de Almeida⁶, no antigo Prado Pelotense, onde a equipe visitante saiu vitoriosa pelo placar de 2 a 0 (Éder, 2010).

Em 1904, através de Octávio Mascarenhas, que trouxe de Montevideu uma bola de futebol, foi fundado o Athletico Foot-Ball Clube, considerado o primeiro clube de futebol da cidade de Pelotas (Alves, 1984). Logo em seguida, como apontam Mackedanz, Silva e Rigo (2021), no ano de 1906 mais seis clubes foram criados: Club Sportivo (1º/01/1906), Club Sportivo Internacional (10/01/1906), Foot Ball Club (27/05/1906), Sport Club União (1º/06/1906), Sport Club Esperança e Club Esportivo 7 de Setembro. Sendo esses dois últimos, sem registro de suas datas de fundação nos jornais disponíveis na Bibliotheca Pelotense.

Com tantos clubes surgindo, de imediato, em 1907, foi fundada a Liga Pelotense de Futebol (LPF). No ano seguinte, com a participação de três clubes (União, Foot Ball e Internacional) foi realizado o primeiro campeonato da LPF, o qual teve o Foot Ball clube como campeão. Nos anos seguintes, a LPF não organizou mais campeonatos, o principal motivo foi a fusão de dois dos três clubes que disputaram a primeira edição: o Internacional e o Foot Ball. “O plano dos dirigentes era fundar, na época, uma entidade esportiva que

⁶ Domingos José de Almeida foi um fazendeiro, político, jornalista e militar brasileiro. Em Pelotas, se dedicou a venda de charque ao centro do país e ao exterior. Foi considerado à época da Revolução Farroupilha (1835-1945) um dos mais prósperos industriais do Rio Grande do Sul. Em 20 de setembro de 1885 recebeu a primeira homenagem a um republicano no Brasil: o Obelisco de Pelotas.

acompanhasse o progresso da cidade. Em homenagem a ela, o novo clube decidiu usar as cores azul e amarela, além de levar seu nome” (Éder, 2010, p. 13). Assim, em 11 de outubro de 1908, em reunião realizada no Clube Caixeral, foi fundado o Sport Club Pelotas⁷.

Três anos depois, no dia 7 de setembro de 1911 foi fundado o Grêmio Sportivo Brasil⁸. A criação do novo clube se deu após uma divergência no Sport Club Cruzeiro do Sul, mantido e dirigido por funcionários da Cervejaria Haertel. Ao ser criado, o Grêmio Sportivo Brasil vestiu, por três meses, as cores verde e amarelo, alusivos à bandeira nacional. Porém, “por sugestão do fundador Manoel Ayres Filho, membros do Clube Diamantinos, e pelo fato das cores serem parecidas com a do Pelotas, foram mudadas para vermelho e preto” (Amaral; Osório, 2008, p. 19).

Acerca das fundações de Pelotas e Brasil, é importante destacar que as cores utilizadas e eternizadas nas camisas das duas agremiações são as mesmas de dois clubes sociais da elite pelotense do início do século XX: Clube Caixeral, que ostenta as cores azul e amarela, e o Clube Diamantinos, de bandeira vermelha e preta. Portanto, a questão clube do povo x clube da elite, aparece somente décadas depois, quando da inserção de negros e operários nesses clubes. O primeiro jogador negro a vestir a camisa do Esporte Clube Pelotas foi Borches, durante o período de 1924 até 1929 (Mendes, 2024).

Diferentemente do Esporte Clube Pelotas que tem seu estádio⁹ – denominado de estádio da Avenida e, posteriormente, de estádio Boca do Lobo - no mesmo local desde o ano de sua fundação, o Grêmio Esportivo Brasil teve distintos endereços. De 1913 a 1927 alugou o Campo da Estação, mais tarde denominado de Estádio Getúlio Vargas, pertencente ao Clube Atlético Bancário¹⁰. Foi durante esse período, a partir da década de 1920, que o clube passou aceitar negros em suas formações. Amaral e Osório (2008) apontam que na época em que o Brasil jogava no Campo da Estação, o clube era chamado de Negrinhos da Estação. Desse modo, com a inserção de jogadores negros ocorrendo concomitantemente na maioria dos clubes da cidade de Pelotas, é contraditório estabelecer que o pioneirismo dessa aceitação, por parte de uma ou de outra agremiação, seja o critério para definir quem é o clube do povo e quem é o da elite. Até mesmo, como abordado no subcapítulo seguinte, os negros e operários

⁷ Após a Formulário Ortográfico de 1943, que unificou a ortografia do português no Brasil, o Sport Club Pelotas passou a ser Esporte Clube Pelotas.

⁸ Assim, como o rival, depois do Formulário Ortográfico de 1943, o Grêmio Sportivo Brasil mudou para Grêmio Esportivo Brasil.

⁹ Fundado em 25 de outubro de 1908, o estádio da Avenida, posteriormente estádio Boca do Lobo, é o estádio de futebol mais antigo no país.

¹⁰ O estádio Getúlio Vargas existe ainda hoje. É utilizado pela equipe amadora em disputas de categorias de base pelo Progresso Futebol Clube.

nas três primeiras décadas do século XX pertenciam a outros clubes, à margem desse futebol elitizado em que se encontravam o Sport Club Pelotas e o Grêmio Sportivo Brasil.

Na capital gaúcha, a situação também era bastante similar à da cidade Pelotas. E para uma compreensão ainda mais objetiva, se faz necessário apresentar as peculiaridades das fundações de Grêmio e Internacional. A ida do Rio Grande à capital no dia 7 de setembro de 1903, naquele considerado o primeiro jogo de futebol de Porto Alegre, resultou na criação de outros dois clubes oito dias após aquele evento. Em 15 de setembro de 1903 foram fundados o Grêmio Foot Ball Porto Alegrense e o Fussball Club Porto Alegre. O Sport Club Internacional veio a surgir mais além, no dia 4 de abril de 1909. Porém, entre as fundações de Grêmio e Internacional também foi fundado o Sport Club Rio-Grandense, o terceiro clube a ser criado em Porto Alegre, sendo essa uma agremiação composta por negros (Santos, 2018).

Assim, portanto, fica evidenciado que, como em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Pelotas, os clubes que hoje ostentam jargões como Clube do Povo, no caso do Internacional, e berço de Tesourinha, como no Grêmio, na realidade representavam segmentos da elite porto-alegrense daquela época, excluindo assim pobres, operários e negros de seus quadros de atletas. Tanto que, como trazido por Santos (2018, p.87) “em 12 de abril de 1910 é criada a Liga Porto-Alegrense”, a qual era composta pelos sete maiores clubes da capital: Grêmio Foot Ball Porto Alegrense, Sport Club Internacional, Fussball Club Porto Alegre, Sport Club Nacional, F.M. Frisch Auf, Grêmio Foot Ball 7 de Setembro e Militar Foot-Ball Club. Cabe ressaltar que, nesse período até a profissionalização, os considerados grandes clubes não aceitavam atletas negros.

O Sport Club Rio-Grandense – clube composto por dirigentes e atletas negros – não adentrou a essa liga. Conforme Santos (2018), em 1911 o Rio-Grandense iria jogar uma partida que lhe daria a oportunidade de disputar a adentrar a Liga Porto-Alegrense. Porém, o Sport Club Internacional, que tinha seu representante como presidente da liga, não aceitou que o Rio-Grandense fosse inserido. O fato denota a face elitizada do Internacional naquele momento de primeiros passos do futebol da capital.

Longe de um clube popular, voltado às camadas menos favorecidas da população se encontrava o Grêmio Foot Ball Porto Alegrense. O clube foi o último a aceitar negros. Santos (2018) ressalta que no estatuto do clube dizia que ele perderia o seu campo se aceitasse pessoas de cor em seus quadros. O Grêmio veio a abolir essa cláusula pelo mesmo motivo que a maior parte dos clubes do eixo Rio-São Paulo e do resto do país fizeram: identificaram em

ligas de clubes negros, atletas que poderiam contribuir com alto desempenho em seus principais times.

Dessa forma, as ligas secundárias, mas principalmente as compostas por clubes negros foram de fundamental importância para democratizar o futebol no Rio Grande do Sul. Porém, cabe destacar que até a profissionalização da atividade em 1933, os jogadores negros pouco espaço tiveram nos clubes até então das elites locais. Essa jornada das três primeiras décadas do século XX, expressas pela Liga José do Patrocínio, em Pelotas, e pela Liga da Canela Preta em Porto Alegre, é a essência para a sequência desta pesquisa, a qual é apresentada na sequência.

As ligas José do Patrocínio e Canela Preta

Muito além de serem ligas criadas para organizarem as disputas dos clubes de jogadores negros, tanto a Liga José do Patrocínio, em Pelotas, como a Liga da Canela Preta, em Porto Alegre, são essencialmente representações simbólicas da resistência ao preconceito racial existente nessas duas cidades nas três primeiras décadas do século XX. Em um momento em que o futebol dessas localidades era controlado pelas elites, as fundações dessas ligas foram um marco para que os negros, mesmo com seus clubes excluídos das ligas principais, pudessem disputar competições, ao mesmo tempo em que promoviam a ocupação de importantes espaços de sociabilidade da população afrodescendente da época.

Já no início do período de pós-abolição, em 1890 os negros já representavam um terço da população urbana de Pelotas (Mackedanz; Silva; Rigo, 2021). Como visto anteriormente, o primeiro jogo na cidade foi em 1901, o primeiro clube fundado é de 1904, em 1906 mais seis clubes são fundados e em 1907 é criada a Liga Pelotense de Futebol, que é suspensa por quatro anos e retoma suas competições em 1913. Ademais, o futebol cresceu tanto no município que, em 1914, é fundada a Liga Cassiano do Nascimento, uma espécie de segunda divisão do futebol pelotense. Alves (1984) aponta que existia uma desvalorização dos clubes dessa liga, pois nem sempre o campeão ascendia à Liga Pelotense de Futebol. Muitas vezes, os clubes mais elitizados ameaçam se retirar da liga quando a equipe que conquistasse o acesso não os interessava.

Eis que, em meados de junho de 1919, é criada a Liga José do Patrocínio, composta por clube de dirigentes e atletas negros da cidade de Pelotas. Participaram de sua fundação, os clubes: Sport Club Juvenil, Sport Club América do Sul, Sport Club Universal e Grêmio Sportivo Vencedor. Entre 1923 e 1935, juntaram-se o Grêmio Sportivo Democrata e o Grêmio

Sportivo Luzitano. A primeira partida da liga ocorreu em 13 de julho de 1919, em um confronto entre o América do Sul e o Universal, no campo do América do Sul (Mackedanz; Silva; Rigo, 2021).

De acordo Mackedanz (2016), os clubes integrantes da Liga José do Patrocínio não concentravam suas ações apenas na esfera esportiva. Socialmente, os clubes tinham em suas rotinas a promoção de bailes, quermesses e festividades. Outro fato destacado pelo autor é a participação das mulheres negras nesses clubes. Diferentemente das mulheres brancas, elas participavam ativamente das atividades sociais promovidas, cabendo a elas não somente acompanhar seus maridos e/ou familiares, mas sim ocupando posições relevantes dentro desses clubes.

Em Porto Alegre, nos primeiros anos de 1910, passaram a existir três ligas de futebol. Nesse momento, recorda Santos (2018) como sendo o da fábula das três ligas. Essas ligas seriam divididas em: sabonete (limpa e cheirosa), composta pela elite; sabão (limpa), contendo a classe média; e canela preta (higienista), formada por negros e mestiços, conforme discorre o autor:

Naqueles primeiros anos de 1910, passaram a existir três ligas de futebol na cidade: a Liga Porto Alegrense de Foot-Ball, a Associação Desportiva de Foot-Ball e a Liga de Foot-Ball Sul-Americana. Possivelmente, foram essas congregações esportivas que deram asas à memória social que construiu “a fábula das três ligas”. A primeira, seria “a liga do sabão”, a qual organizaria os clubes formados pelas elites brancas e economicamente privilegiadas. A segunda, seria “a liga do sabonete” e congregaria os clubes que não eram aprovados na primeira, mas estavam muito próximos social e racialmente desta. A terceira associação esportiva era a “dos canelas pretas”, composta, na sua maioria, por negros operários. [...] A memória de exclusão e de segregação dos negros na história do futebol da cidade foi reatualizada constantemente com o sentido de definir um lugar subalterno e estereotipado para esta população (Santos, 2018, p. 142).

Nota-se que Santos (2018) confunde as nomenclaturas “sabonete” e “sabão”, pois na introdução da obra “Liga da Canela Preta – a história do negro no futebol” ele faz uso de sabonete para se referir à liga das elites e no subcapítulo intitulado “A fábula das três ligas” utiliza o termo para remeter à classe média. Porém, o autor destaca outro ponto bastante importante em meio às nomenclaturas. Ao apresentar a Liga Nacional de Foot-Ball Porto Alegrense, criada em abril de 1920, ele explica que, apesar desta ter sido considerada a Liga da Canela Preta, existiram outras ligas de negros que eram chamadas assim. Dessa forma, no início da década de 1910 a Liga da Canela Preta teria sido a Liga de Foot-Ball Sul-Americana

e, a partir de abril de 1920, a Liga Nacional de Foot-Ball Porto Alegrense teria também feito uso da expressão.

Portanto, diferentemente da Liga José do Patrocínio, em Pelotas, na capital existiram diversas ligas de clubes negros, sendo que em cada momento das primeiras décadas do século XX diversas receberam o rótulo depreciativo Liga da Canela Preta. Depreciativo porque canela ou canelada no futebol remete a um jogador ruim. A expressar “dar de canela” é atribuída a atletas com pouca habilidade com a bola nos pés. Por isso, a expressão Canela Preta em nada carrega consigo aspectos positivos para a memória da população afrodescendente de Porto Alegre. Porém, contrapondo as expressões depreciativas da época, na capital era comum que atletas e dirigentes dos clubes negros fizessem parte também de redações de jornais, sendo o periódico “O Exemplo” o mais expressivo nesse contexto.

Mascarenhas (1999), aponta que as ligas negras parecem ser uma singularidade do Rio Grande do Sul e, sim, realmente foram. Pois, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a inclusão dos negros no futebol, até então praticado pelas elites, seu deu de forma menos organizada. Os clubes paulistas e cariocas, cada um em seu momento, foram abrindo suas portas para as camadas mais pobres da sociedade. Depois, exemplos oriundos do eixo Rio-São Paulo expressam esse processo de inclusão e aceitação:

O primeiro deles é o do Bangu Atlético Clube, que foi um dos primeiros clubes do Brasil a estabelecer uma relação entre empresa fabril e clube de futebol. Criado em 1904 por trabalhadores ingleses da Companhia Progresso Industriais no Rio de Janeiro, o clube recebia apoio dos donos e diretores da Companhia. [...] Como a fábrica ficava localizada longe do centro e das áreas das classes altas, havia dificuldade para se chegar no número necessário de jogadores. [...] Os operários selecionados gozavam de alguns favorecimentos. [...] O outro exemplo é o do Sport Club Corinthians Paulista, o qual foi fundado em 1910 por moradores do bairro do Retiro, localizado na cidade de São Paulo, composto naquele tempo majoritariamente por imigrantes e operários. A criação desse clube na cidade onde o futebol mais se desenvolvia visava formar um clube para as massas, com a participação de negros, brancos, imigrantes e operários. Dessa maneira, sua criação foi pioneira no rompimento com os pré-requisitos inventados pelas elites para definir quem poderia ou não praticar a modalidade (Ribeiro; Pereira, 2025, p. 6).

“Assim, a fundação do Bangu, no Rio de Janeiro, e do Corinthians, em São Paulo, alguns anos depois, representou a abertura do futebol para as massas” (Magalhães, 2010, p. 19). Nota-se, assim, que no centro do país a inclusão se deu de forma mais gradual e com menor preconceito. Obviamente que o preconceito existia, mas não tão fortemente quanto o permeado no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX. Desse modo, fica

evidenciado que, tanto no eixo Rio-São Paulo, como no Rio Grande do Sul, o futebol rompeu barreiras sociais ao combater através seus clubes o racismo estrutural existente. Porém, além disso, no caso do Rio Grande do Sul, as ligas José do Patrocínio e Canela Preta foram preponderantes, ao promover campeonatos próprios e organizar estruturas administrativas nos seus clubes, para contestar a ideologia racial dominante que colocava o negro como inferior. As ligas serviram como espaço de visibilidade da comunidade, demonstrando disciplina, organização e talento de uma população posta à margem da sociedade daquele período.

Considerações finais

Galeano (2024, p. 49) relembra que “em 1921, a Copa América ia ser disputada em Buenos Aires. O presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, baixou um decreto de brancura: ordenou que não se enviasse nenhum jogador de pele, por razões de prestígio pátrio”. Dessa maneira, se apresentava o futebol no país e em cada uma das cidades onde ele fosse praticado: imerso em um brutal racismo, estruturado logo nos primeiros anos do pós-abolição de 1888. Nesse mesmo período da disputa entre seleções sul-americanas na Argentina, o Rio Grande do Sul tinha nas ligas José do Patrocínio, em Pelotas, e naquelas denominadas da Canela Preta, em Porto Alegre, o auge dos clubes e atletas negros na linha do tempo do futebol até então.

Essas duas ligas oportunizaram, através de muito esforço e sacrifício de homens e mulheres negras, espaços de sociabilidade, lazer e afirmação cultural à população afrodescendente da época. Essas práticas, respondiam e combatiam a exclusão promovida pelos clubes e sociedade elitista daquele momento. Nessas ligas, o futebol se misturava com bailes, quermesses, festas e eventos, consolidando assim grupos de resistência e de combate ao preconceito. O futebol, em si, tinha por função reforçar e promover a centralidade dos clubes pertencentes a essas ligas perante a comunidade negra.

Cabe destacar que os clubes negros deram celeridade ao processo de profissionalização do futebol no Brasil. Muitos dos atletas que se tornaram destaque em clubes das principais ligas de Pelotas e Porto Alegre foram forjados nas ligas José do Patrocínio e Canela Preta, respectivamente. Por isso, a presença de atletas negros em grandes clubes do país, a partir da década de 1930, não pode ser compreendida sem a herança desse legado deixado pelas ligas de clubes negros.

Tais ligas transcenderam as quatro linhas, o mundo do futebol. Elas foram responsáveis por fazer a população negra daquela ocasião atingir dimensões sociais, culturais

e políticas até então suprimidas pela elite branca de Pelotas e Porto Alegre. Ademais, foi através delas que se formatou um futebol popular e mestiço, que quando da inclusão do negro já no período da profissionalização – com as ligas já extintas ou sem protagonismo – serviu para a ascensão desses atletas também em outros grandes clubes, além das fronteiras do Rio Grande do Sul.

Assim, este estudo, ao remontar o início do futebol nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, através das ligas José do Patrocínio e Canela Preta, identifica e destaca a importância dessas entidades em servir, muito além de entretenimento esportivo, como uma ferramenta da população negra de ser vista, de ser ouvida, de ser conhecida e reconhecida. Não existiria o futebol que conhecemos no Brasil sem o negro. Não existiria o futebol que conhecemos no Rio Grande do Sul sem as ligas de clube negros.

Referências

- ALVES, Eliseu. **O futebol em Pelotas**. Pelotas: Livraria Mundial, 1984.
- AMARAL, Mário; OSÓRIO, Sérgio. **A História dos Bra-Péis**. Pelotas: Editora Signus Comunicação, 2008.
- ÉDER, Jota. **BRAPEL: A rivalidade no sul do Rio Grande**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2010.
- FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 5 ed. 2010.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2024.
- MACKEDANZ, Christian. **Racismo nas “quatro linhas”**: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/5562/Christian%20Ferreira%20Mackendanz_Dissertacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acessado em 12/07/2025.
- MACKEDANZ, Christian; SILVA, Daniel; RIGO, Luiz. Liga de Futebol José do Patrocínio (1919-1936): Um símbolo de resistência ao preconceito racial no futebol pelotense. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 70, p. 235, 2021: Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/49714/pdf> Acessado em 15/03/2025.
- MAGALHÃES, Livia. **Histórias do Futebol**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010
- MASCARENHAS, Gilmar. O futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre (RS). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação em História**, Porto Alegre, v. 1, p. 144-161, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6546/3898> Acessado em 06/06/2025.
- MATIAS, Wagner. **Futebol de Espetáculo**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.
- MENDES, Fred. No Dia da Consciência Negra, relembramos Borches, o primeiro atleta negro a vestir a camisa do Pelotas. **Arquivo Lobão**. 20 nov. 2024. Disponível em:

<https://arquivolobao.com.br/no-dia-da-consciencia-negra-relembramos-borches-o-primeiro-atleta-negro-a-vestir-a-camisa-do-pelotas/> Acessado em 11/08/2025.

RIBEIRO, Gabriel. **Entre a espetacularização e a exploração no mundo da bola** – o jogador de futebol enquanto mercadoria: Estudo de caso Projeto Atletas Livres – Polo Pelotas do Siapergs. Pelotas: Editora Morus, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bPOLYEFoMA-4E4tIu9NqDts2nh9mrPvI/view?usp=sharing> Acessado em 21/01/2025.

RIBEIRO, Gabriel; PEREIRA, Vanessa. Futebol no modo de produção capitalista. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, v. 14, n. 1, p. e1492, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1492> Acessado em 14/01/2025.

SANTOS, José Antônio dos. **Liga da Canela Preta**: a história do negro no futebol. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018.

Estudos sobre imprensa, política e poder

A imprensa como fonte para estudos sobre mulheres das elites: as primeiras-damas na Primeira República (1889-1930)

The press as a source for studies on elite women: first ladies in the First Republic (1889–1930)

Bethânia Luisa Lessa Werner,¹ UDESC

Resumo

A partir de financiamentos e projetos, diferentes instituições dedicam-se à digitalização e disponibilização de fontes em plataformas digitais gratuitamente, como a Hemeroteca Digital Brasileira e a Hemeroteca Digital Catarinense. Com ampla variedade de fundos documentais, tais plataformas colaboram com pesquisas que utilizam a imprensa como fonte. Nessa perspectiva é que se insere este recorte de pesquisa. Com o objetivo de analisar as atuações políticas das primeiras-damas na Primeira República (1889-1930), utilizamos, dentre outras fontes, a imprensa. No artigo apresentamos, portanto, desafios, alternativas e caminhos dessa fase inicial da pesquisa. São propostas reflexões sobre os usos da ferramenta de busca nominal e suas implicações na pesquisa, bem como reflexões acerca das potencialidades dessa fonte para a análise de atuações políticas das primeiras-damas na Primeira República.

Palavras-chave: imprensa; Hemeroteca Digital Brasileira; Hemeroteca Digital Catarinense; primeiras-damas; atuação política feminina.

Abstract

Through various funding initiatives and projects, different institutions have undertaken the digitization and free online dissemination of sources on digital platforms, such as the Hemeroteca Digital Brasileira and the Hemeroteca Digital Catarinense. Offering a wide range of documentary collections, these platforms support research that employs the press as a primary source. It is within this framework that the present research segment is situated. Aiming to analyze the political roles of First Ladies during the First Republic (1889–1930), we draw on the press among other sources. This article, therefore, presents the challenges, alternatives, and pathways identified in this initial stage of the research. We offer reflections on the use of nominal search tools and their implications for the research process, as well as considerations regarding the potential of this source for analyzing the political activities of First Ladies in the First Republic.

Keywords: press; Hemeroteca Digital Brasileira; Hemeroteca Digital Catarinense; First ladies; First Republic; women's political activity.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestra, licenciada e bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: wernerbethania@gmail.com

Introdução

O estudo das elites enquanto grupo social não é uma novidade na historiografia. A partir de renovações teórico-metodológicas, no entanto, a história vem propondo novos questionamentos e problemas, os quais fazem emergir novas leituras sobre trajetórias, relações sociais e atuações desses indivíduos. Nesse sentido, é possível apontar para a emergência de outros olhares para as fontes, como a imprensa. Está, ao possibilitar diferentes leituras sobre o cotidiano social, político, cultural e econômico de uma época, se apresenta enquanto potente elemento para o estudo das dinâmicas das elites, tanto no passado quanto no presente.

Historicamente associada aos acontecimentos do mundo da política (Luca, 2008, p. 153), as folhas diárias, semanais e quinzenais apresentavam, e ainda hoje apresentam, aspectos das atuações de diferentes personagens nesta esfera. Contemporaneamente, portanto, é possível afirmar que a imprensa ocupa um lugar privilegiado enquanto fonte de informações a nível nacional e internacional sobre as diferentes elites, especialmente em relação ao advento de uma sociedade digital. Esta sociedade, de acordo com Barros, “apresenta uma paisagem própria, além de instaurar novas formas de sociabilidade e possibilidades várias relacionadas a informação e comunicação” (Barros, 2022, p. 12). Tais dinâmicas, segundo o autor, também afetam a historiografia e a produção do conhecimento histórico, sendo percebidas, por exemplo, no processo de ampliação de acesso às fontes a partir de projetos de digitalização e do uso de ferramentas digitais para sua análise. No âmbito dessas discussões, portanto, é que se apresenta a proposta deste artigo.

Com o objetivo de apresentar limites e possibilidades em relação ao uso da imprensa enquanto fonte para o estudo das mulheres das elites na Primeira República, especialmente as primeiras-damas, o presente artigo é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento.² Dessa maneira, ao narrar alguns desafios de cunho metodológico para o empreendimento desta pesquisa, buscamos pontuar alternativas práticas e expor interlocuções teóricas a partir de discussões sobre as relações de gênero inscritas na produção destas fontes, assim como a presença das mulheres no cenário público e político no início do século XX.

Nessa perspectiva, a opção por uma história social das elites, em diálogo com Heinz, busca contribuir a partir da “observação histórica dos grupos sociais em suas dinâmicas

² Este recorte de pesquisa se insere no âmbito do projeto de tese que busca analisar as atuações políticas das primeiras-damas na Primeira República (1889-1930), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

internas e em suas relações com os outros grupos e com o espaço do poder” (Heinz, 2006, p. 12), centralizando a figura das primeiras-damas nesta análise social. No entanto, a eleição da imprensa enquanto uma fonte para a observação das atuações políticas destas personagens é cercada por reiterados esforços teórico-metodológicos, desde o acesso até o encontro dessas mulheres nas páginas da imprensa.

De acordo com Barros, “vivemos em uma época em que os grandes arquivos e bibliotecas que existem no mundo físico avançaram bastante na digitalização de seus acervos. A um toque de dedos, no ambiente da internet, podemos acessá-los” (Barros, 2022, p. 73). Nessa perspectiva, encontram-se diferentes iniciativas que ampliaram o acesso às fontes por historiadores em várias partes do mundo, como por exemplo a plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional e a plataforma da Hemeroteca Digital Catarinense da Fundação de Cultura Catarinense.

Segundo as informações disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital, a Hemeroteca Digital Brasileira pode ser consultada por pesquisadores(as) em qualquer local e gratuitamente, sendo possível o acesso “a títulos que incluem desde os primeiros jornais criados no país - como o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos fundados em 1808 - a jornais extintos no século XX, como o *Diário Carioca* e *Correio da Manhã* [...]” (BNDigital, 2025). A partir dessa iniciativa, a Biblioteca Nacional promove a ampliação do acesso às chamadas fontes digitais, as quais, de acordo com Barros, seriam “[...] digitalizações de fontes que existem no mundo físico” (Barros, 2022, p. 73). Lançada em 2012, a HDB se insere no projeto BNDigital, que por sua vez foi lançado em 2006, e tem como objetivo “digitalizar e disponibilizar periódicos históricos, possibilitando o acesso remoto a jornais e revistas que integram o acervo da Biblioteca Nacional do Brasil” (Nepomuceno, 2025, p. 329), sendo este seu maior foco de atuação.

Da mesma forma, a iniciativa da Hemeroteca Digital Catarinense, que contou com o trabalho conjunto de profissionais da Biblioteca Pública de Santa Catarina e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), também promove o acesso cerca de 193 títulos de impressos que circularam na região desde o dia “28 de julho de 1831, em sua capital Desterro, quando passa a circular a edição pioneira do periódico *O Catharinense*” (Machado; Borszcz, 2020, p. 12). Cabe destacar que a escolha pela busca em ambas as plataformas se justifica a partir da configuração destas, à nível nacional, enquanto iniciativas pioneiras na organização de hemerotecas com acesso amplificado e gratuito às fontes da imprensa no Brasil. Nesse

sentido, é a partir desse vasto conjunto de documentos - dentre os quais figuram jornais, boletins, revistas, semanários e anuários, por exemplo - que emergem as reflexões a seguir.

Com o objetivo de refletir sobre o uso da imprensa a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e da Hemeroteca Digital Catarinense para o estudo das mulheres das elites, neste caso as primeiras-damas da Primeira República, o presente artigo se divide em três seções. Na primeira parte, buscamos observar de que maneira o uso destas plataformas incide sobre a produção da pesquisa em história, analisando potencialidades e desafios da incorporação desta ferramenta pela historiografia. Nesse momento, serão discutidas questões que envolvem a ampla abertura de arquivos e documentos para a realização de novas pesquisas de maneira geograficamente descentralizada, assim como o uso da ferramenta de busca por palavras-chave e suas implicações na leitura e análise das fontes. São apresentados, portanto, em diálogo com as teorias e metodologias associadas ao uso da imprensa como fonte na história, alguns dos desafios ao trabalho dos historiadores e historiadoras da imprensa a partir dessa nova forma de contato e acesso às fontes.

Já na seção seguinte, tais discussões serão exemplificadas a partir de um estudo de caso que faz referência ao recorte de pesquisa mencionado no início desta introdução. Nessa perspectiva, a partir de um breve histórico sobre a história da imprensa no Brasil, serão discutidas questões acerca do estudo das mulheres das elites nestas fontes. Serão pontuadas, portanto, dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, como a localização das primeiras-damas nas páginas da imprensa durante a Primeira República (1889-1930), assim como caminhos possíveis e alternativos a essas adversidades no percurso de desenvolvimento da pesquisa. Paralelamente, também buscamos pontuar os reflexos que historicamente as relações de gênero e poder inscrevem em dinâmicas sociais, políticas e culturais, as quais podem ser percebidas a partir de leituras críticas das fontes.

Por fim, na última seção são pontuadas algumas questões que interseccionam as discussões apresentadas ao longo do artigo. Dentre essas, destaca-se a hipótese de que as dificuldades para o encontro dessas mulheres na imprensa possam estar associadas aos poucos estudos que ainda são realizados na historiografia sobre as primeiras-damas e suas trajetórias no início da República no Brasil. Buscamos apresentar, no entanto, alternativas que reforçam a importância do empreendimento dessas pesquisas, evidenciando os potenciais da imprensa enquanto fonte para o estudo da história e para a compreensão de diferentes contextos, passados e presentes, suas continuidades e transformações. Elencamos, ainda, as plataformas das hemerotecas digitais como fundamentais na disponibilização de fontes aos pesquisadores

e pesquisadoras, mas também enquanto elemento que potencializa e traz renovações às pesquisas e metodologias na área da história.

Desafios, limites e possibilidades das hemerotecas

A escolha pela breve apresentação das plataformas da Hemeroteca Digital Brasileira e da Hemeroteca Digital Catarinense busca demonstrar algumas das transformações que tais tecnologias promoveram na pesquisa histórica. O uso da imprensa como fonte de estudos sobre cotidianos e contextos em diferentes períodos permite compreender “uma multiplicidade de aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, materiais e imaginários” (Barros, 2022, p. 91). No entanto, a partir do contato por meios digitais dos/das historiadores(as) com estas fontes, como as hemerotecas citadas acima, a quantidade de materiais disponíveis para consulta aumentou consideravelmente, movimento que alterou não apenas o acesso, mas também os tratamentos direcionados a essas fontes.

Nessa direção, Brasil e Nascimento destacam que “muitas pesquisas atuais na área de história têm utilizado recursos digitais sem que o pesquisador empenhe-se em realizar um debate aprofundado sobre as especificidades teórico-metodológicas de sua utilização” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 199). Em seu artigo, os autores apontam para os riscos à pesquisa histórica quando do uso indiscriminado da ferramenta de busca nominal, a qual encontra-se disponível para leitura dos metadados por um leitor óptico das hemerotecas, facilitando o encontro de ocorrências de termos específicos em uma ampla quantidade de páginas dos documentos. Nessa perspectiva, em relação ao uso desta ferramenta para localização de determinados termos em jornais e revistas, é possível verificar que tal procedimento “permite acelerar o foco da atenção do historiador em relação a temas e assuntos de seu interesse de pesquisa” mas, por outro lado, também pode ser uma fonte de equívocos na análise, pois “o encontro de um termo de interesse pode vir a fragmentar a relação com o documento histórico, pois a busca automática subtrai a compreensão acerca do contexto de aparição da própria palavra” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 203).

A utilização da ferramenta de busca nominal, no entanto, promove o acesso facilitado a uma ampla quantidade de materiais, identificando períodos, localidades e títulos pertinentes sobre cada temática aos pesquisadores(as). Seu uso, portanto, precisa ser mediado por rigorosos critérios metodológicos, não limitando-se apenas ao encontro da ocorrência na página indicada, mas também explorando as outras facilidades disponibilizadas por essas plataformas. Sobre tais elementos, no âmbito das buscas na HDB, Brasil e Nascimento

destacam que também é possível “buscar e navegar pelos acervos completos dos periódicos” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 212-213), sendo essa uma opção igualmente disponível na Hemeroteca Digital Catarinense.

A partir do acesso às edições completas e seriadas, pesquisadores e pesquisadoras podem, portanto, realizar a leitura integral das edições, sendo essa uma alternativa para a não ocorrência em leituras e interpretações fragmentadas que sejam limitadas às ocorrências dos termos de determinada pesquisa. Ambas as hemerotecas apresentadas também possibilitam a verificação de informações sobre o acervo de cada periódico, apresentando o nome, as edições, o período de circulação e o número de páginas de cada fonte. Tais ferramentas permitem reunir dados mais detalhados sobre cada material, sendo possível, ainda, confrontar os mesmos “com demais fontes e com a bibliografia” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 213). Apresentam-se, portanto, alternativas possíveis para a manutenção do rigor e da crítica metodológica no tratamento das fontes em pesquisas históricas a partir do acesso destas a partir de plataformas digitais.

Nessa perspectiva, importa salientar as transformações que o uso da imprensa como fonte apresenta a partir da elaboração e divulgação destas ferramentas. Guardadas as necessárias atenções teórico-metodológicas apresentadas brevemente até esse momento, cabe destacar a importância de ambas as hemerotecas citadas para a realização de pesquisas de maneira geograficamente descentralizada, promovendo a concretização de pesquisas dirigidas por pesquisadores(as) que se localizam fora destes centros urbanos. Da mesma forma,

A implantação desse mecanismo cumpre a função de difusão da memória histórica e da produção intelectual brasileira, porque proporciona acesso mediado e imediato, por meio do portal BNDigital e Hemeroteca Digital, a conteúdos originais constantemente atualizados. Além do acesso a obras integrantes das coleções da biblioteca, os portais também produzem e divulgam artigos resultantes de pesquisas realizadas em seus acervos como forma de ampliar a visibilidade dos resultados, bem como das potencialidades de pesquisa e produção de conhecimento (Pereira; Santos, 2023, p. 366).

Caracterização semelhante se aplica ao caso da Hemeroteca Digital Catarinense que, por sua vez, além da digitalização, preservação e divulgação de jornais e obras que fazem parte da história da imprensa catarinense, também promove distintas ações em parceria com o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da UDESC.³ A partir da

³ De acordo com o último relatório disponibilizado no site da Hemeroteca Digital Catarinense, compreendendo o período de 2013 a 2016, algumas das ações desenvolvidas pelo grupo responsável foram a exposição de capas

compreensão das potencialidades e dos necessários cuidados teórico-metodológicos inscritos no uso dessas plataformas, reforçam-se as concepções da imprensa enquanto uma importante fonte para análise de diferentes temáticas, dentre as quais destacamos, portanto, os estudos sobre “o poder em todas as suas manifestações - dos macropoderes políticos aos micropoderes que enredam a vida privada e que se impõem a vida cotidiana [...]” (Barros, 2022, p. 91). Nessa perspectiva, compreendendo a imprensa enquanto veículo de narrativas que devem ser questionadas e problematizadas pelo olhar historiográfico, buscamos observar as escolhas editoriais, o uso das palavras e os silêncios inscritos em suas páginas (Barros, 2022, p. 92), como demonstrado no exemplo de pesquisa a seguir.

Primeiras-damas, Primeira República e imprensa

A história da imprensa no Brasil é marcada por distintas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas. Seu estabelecimento no país, especialmente a partir do século XIX, esteve ligado às articulações do cenário político e ao processo de modernização empreendido a partir da instalação da República, em 1889. Nesse sentido, enquanto produtos e produtoras de seus tempos, as folhas diárias, semanais e quinzenais apresentam diferentes aspectos para a leitura e compreensão sobre os passados e sobre os presentes que a constituíram e constituem.

Enquanto objeto e fonte de estudo para a história, importa destacar que a imprensa passou por distintas transformações que acompanharam o período em que esta se consolidou. Este, por sua vez, “foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento [...]”, evidenciando mudanças sociais e políticas em curso no final do século XIX, as quais encontravam-se aliadas, ainda, à “[...] prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços [...] extensão da malha ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial [...]” (Luca, 2008, p. 151). Tais mudanças provocaram, portanto, um cenário de aceleração do cotidiano e do modo de vida, impulsionando uma maior demanda por informações e criando um cenário frutífero para a propagação de diferentes folhas naquele período.

A ampliação da circulação de informações foi acompanhada, portanto, por mudanças na própria produção e nas funções exercidas pela imprensa. Estas, por sua vez, foram desde a composição de sua estrutura interna, diversificando temáticas e conteúdos abordados, até as

de jornais catarinenses digitalizados, realizada na Biblioteca Pública de Florianópolis, e a digitalização, edição e gravação em DVD do jornal *Zero* (1892-2016) (FCC, 2016).

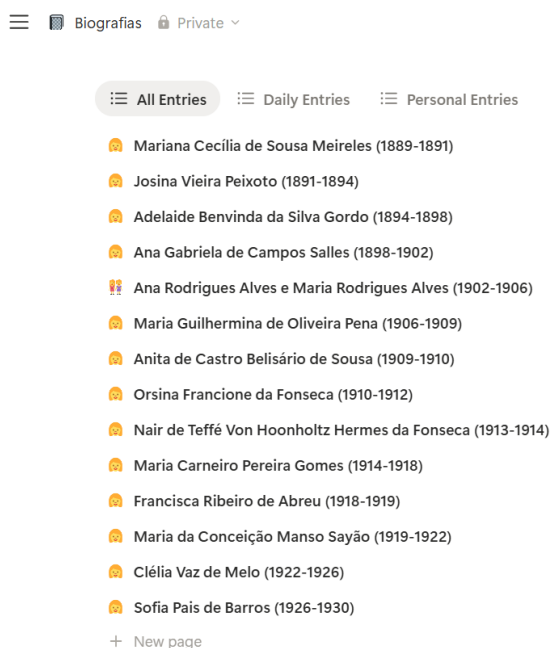
suas funções e usos político e ideológicos. Assim, compreendida enquanto uma reconstrução seletiva que foi fruto de escolhas daqueles que a produziram, o uso da imprensa enquanto objeto ou fonte para a história requer mais do que a compreensão de seu contexto de formação, mas também a compreensão das atribuições associadas a estas páginas.

A estreita vinculação da imprensa inicialmente com o mundo da política fez com que vários desses periódicos tivessem caráter político-ideológico bastante marcantes, por vezes sendo produzidos e mantidos por partidos como o jornal *A Federação*, no Rio Grande do Sul, órgão de divulgação do Partido Republicano Rio-Grandense à época, o jornal *A República*, órgão do Partido Republicano, no Paraná e o jornal *A Província*, órgão do Partido Liberal, de Pernambuco, por exemplo. Essa vinculação com o âmbito político fez com que as páginas da imprensa se tornassem espaço privilegiado para a divulgação de ações e atuações públicas de personagens destes partidos, majoritariamente representados em figuras masculinas. O presente artigo busca tensionar, no entanto, tal predominância.

A partir da pesquisa que propõe analisar as atuações políticas das primeiras-damas federais na Primeira República (1889-1930) - a qual utiliza, entre outras fontes, a imprensa - pontuamos desafios e questões emergentes em seu processo de desenvolvimento. Inicialmente, cabe destacar o uso da ferramenta de busca nominal, anteriormente discutida, para o encontro e rastreio das personagens. Tal uso, contudo, foi acionado após a realização de um levantamento bibliográfico sobre cada uma das primeiras-damas do período, buscando reunir informações que permitissem melhor conhecimento do objeto de pesquisa de maneira prévia ao uso da busca na plataforma das hemerotecas. Foram organizadas, portanto, fichas de informações na plataforma *Notion*, para cada uma das personagens, centralizando dados biográficos, políticos e sociais de cada mulher. Ao lado do nome que identifica cada uma das fichas, foi adicionado o período em que estas exerceram a função de primeira-dama (Imagem 1).⁴

⁴ A partir do levantamento bibliográfico realizado sobre o tema, destacamos a obra intitulada *Todas as mulheres dos presidentes – a história das primeiras-damas desde o início da República* escrita por Ciza Guedes e Murilo Fiuza de Melo. Publicada em 2019, a obra apresenta informações sobre acervos, dados biográficos, acontecimentos e imagens das primeiras-damas do Brasil, tornando-se um ponto de partida fundamental para pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

Imagem 1 - Fichas de informações das personagens desenvolvida na plataforma *Notion*



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Posteriormente, foram selecionados termos específicos, os quais foram eleitos como palavras-chave para orientar as buscas nas plataformas da Hemeroteca Digital Brasileira e da Hemeroteca Digital Catarinense. A partir do início da realização destas buscas, portanto, surgiram as inquietações que motivaram este texto. A primeira delas esteve diretamente relacionada à escolha dos termos de busca, sendo bastante dificultado o encontro de menções às primeiras-damas a partir de seus nomes completos e compostos. Enquanto exemplo, servem-nos os casos de duas primeiras-damas, Mariana Cecília de Sousa Meireles e Josina Vieira Peixoto.

Para a primeira, foram selecionadas nove terminologias distintas para aplicação nas pesquisas, sendo elas: “Mariana Meireles”, “Mariana da Fonseca”, “Marianna da Fonseca”, “Sra. Deodoro da Fonseca”, “esposa Deodoro da Fonseca”, “Mariana Meireles da Fonseca”, “esposa”, “marechala” e “Deodoro da Fonseca e família”. A adoção do sobrenome de seu marido, portanto, foi um elemento importante no encontro da personagem nas páginas da imprensa, sendo verificado o encontro de menções à primeira-dama Mariana em cerca de 30 jornais de diferentes estados brasileiros a partir da Hemeroteca Digital Brasileira entre o

período de 1880 a 1899.⁵ As buscas foram reproduzidas na plataforma da Hemeroteca Digital Catarinense, no entanto nenhuma menção à personagem foi identificada.

Em relação à primeira-dama Josina Vieira Peixoto, também foram múltiplos os termos eleitos para as buscas nas plataformas, destacando: “Josina Vieira Peixoto”, “Josina Peixoto”, “Sra. Floriano Peixoto”, “marechala”, “esposa Floriano Peixoto”, “Josina” e “Floriano Peixoto e família”. Novamente a inclusão da figura masculina ampliou o escopo de buscas pela personagem, sendo encontradas ocorrências em dez periódicos ao longo do período de 1880 a 1889 na Hemeroteca Digital Brasileira. Importa ressaltar, da mesma forma, o caráter de desenvolvimento da pesquisa em questão, sendo estes seus dados iniciais. As dificuldades do encontro das primeiras-damas a partir de seus nomes próprios, no entanto, permite que sejam discutidas tanto noções de gênero quanto de poder inscritas nestas fontes.

A presença delas ao lado dos maridos em recepções, festividades ou encontros sociais permite que sejam percebidas algumas das centralidades ocupadas por essas mulheres enquanto primeiras-damas, mas também seus papéis sociais enquanto esposa do presidente da República. O acompanhamento do marido em diferentes eventos sociais, portanto, se constituía em um dos poucos momentos de aparição destas mulheres nas páginas da imprensa, aspecto presente especialmente em relação às duas primeiras-damas citadas anteriormente, fazendo referência a hierarquias de gênero que constituíam os contextos e interações entre grupos sociais, como as elites, no final do século XIX. Nessa perspectiva, compreendemos o gênero enquanto “uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam” (Connel; Pearse, 2015, p. 47), sendo necessário o olhar para tais relações para compreensão das dinâmicas de poder que as orientam.

Quando comparados os resultados referentes às buscas pelos nomes de seus maridos, por exemplo, o número de ocorrências encontrado sobre as primeiras-damas a partir da ferramenta de buscas nominais é bastante reduzido, ao menos até o presente momento na pesquisa.⁶ Tal concepção encontra-se em diálogo, de modo especial, com o exercício da

⁵ Enquanto uma pesquisa em desenvolvimento, cabe destacar que tais dados apresentam um reflexo de um levantamento parcial e inicial realizado até o momento de publicação deste artigo. As buscas serão ampliadas a outros recortes que compreendam o período de pesquisa da Primeira República, entre 1889 e 1930, buscando observar as atuações dessas mulheres também após os períodos em que foram primeiras-damas. No caso apresentado acima, no entanto, destacam-se as quantidades de ocorrências encontradas pois estas fazem referência e englobam justamente ao recorte temporal em que a personagem ocupou a função de primeira-dama no país.

⁶ Como exemplo dessa disparidade, podemos verificar o caso das buscas na Hemeroteca Digital Brasileira onde a busca pelo termo “Josina Peixoto” no período de 1890 a 1899 apresenta 287 ocorrências, enquanto a busca pelo termo “Floriano Peixoto” no mesmo recorte temporal apresenta 26.432 ocorrências. Da mesma forma, a busca realizada na plataforma da Hemeroteca Digital Catarinense também reflete tais diferenças, sendo localizadas 2 ocorrências a partir da busca pelo termo “Josina Peixoto” e 6.934 ocorrências a partir do termo

função de primeiras-damas pelas mulheres ainda inscritas no recorte temporal do século XIX, o que também pode estar associado às fronteiras entre os espaços público e privado. Nessa perspectiva, é possível perceber que tais ausências remetem a percepção da “rígida divisão entre o público e o privado estabelecida pelo pacto democrático liberal, onde o público é o lugar da cidadania política e o privado da família e das relações entre os gêneros” (Pinto, 2001, p. 101). Essa compreensão alia-se, portanto, a outros caminhos metodológicos adotados na presente pesquisa, sendo eles a busca pelo mapeamento das redes de relações destas mulheres e a leitura de colunas com temáticas possivelmente associadas a elas na imprensa.

Buscando contornar alguns dos desafios inerentes à prática historiográfica que tem como base o acesso à imprensa a partir das hemerotecas digitais, o mapeamento de redes das personagens investigadas se apresenta enquanto ferramenta fundamental para o encontro destas em diferentes espaços de sociabilidade e convívio. A partir do levantamento dos dados biográficos realizado anteriormente às buscas por palavras-chave nas plataformas, foram verificados alguns vínculos das personagens que apontam para possíveis caminhos e outras fontes da pesquisa. Enquanto exemplo deste aspecto, encontra-se o caso do livro *O Diário de Bernardina* (2009), organizado por Celso Castro e Renato Luís do Couto Neto e Lemos. O livro reúne relatos diários de Bernardina Botelho de Magalhães, filha de Benjamin Constant,⁷ onde a personagem descreve acontecimentos cotidianos em meio ao período de instalação e do golpe da República no Brasil, processo no qual seu pai esteve diretamente envolvido.

Na narrativa de Bernardina é possível encontrar referência à vários personagens dos círculos político e militar da Primeira República, dentre os quais encontramos a figura de Mariana Meireles, esposa do Marechal Deodoro da Fonseca, antes de tornar-se a primeira primeira-dama do país. Ao referir-se à personagem, no entanto, Bernardina a descreveu como “d. Marianinha”, um termo de caráter mais íntimo associado a personagem. A autora do diário também lembrou, ao evocar a figura de Mariana, dos episódios em que ela colaborou com a definição e a elaboração da bandeira republicana, tendo sido essa “objeto de disputa entre as correntes político-ideológicas envolvidas na derrubada da Monarquia” (Magalhães, 2009, p. 96). Ainda que não seja o foco central de discussão neste artigo, tais fontes também permitem

“Floriano Peixoto”. Ainda que sejam figuras centrais em relação à administração e governo federal, possuindo, portanto, maior visibilidade, tais diferenças em relação à figura dos presidentes também evidenciam as dinâmicas sociais e de gênero inscritas no espaço público.

⁷ Nascido em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1837, Benjamin Constant foi um militar, defensor do positivismo, que participou da efetivação do golpe republicano em 1889 no Brasil. Ocupou, a partir de então, o posto de ministro da Guerra entre 1889 e 1890 e, posteriormente, a função de ministro de Instrução Pública, entre 1890 e 1891. Para mais informações, ver: Lemos, 2010.

observar possíveis atuações da personagem em meio às articulações políticas da época, reforçando as justificativas que embasam a elaboração desta pesquisa.

De volta à imprensa, o segundo aspecto mencionado anteriormente, também associado às dificuldades de rastreio das primeiras-damas nas páginas da imprensa, apresenta a elaboração de hipóteses sobre temáticas que podem estar associadas às personagens. Tais hipóteses conduzem à leitura de colunas sociais, voltadas à eventos e reuniões com outros integrantes das elites, por exemplo, buscando encontrar menções às primeiras-damas, as quais nem sempre encontram-se mencionadas nominalmente, mas a partir de designações como “Floriano Peixoto e senhora”. Em relação a este aspecto, destaca-se o exercício de uma visibilidade controlada que, de acordo com Martins (2023), estaria explícita a partir da maneira pela qual as mulheres casadas eram nominadas na imprensa ou em eventos públicos. De acordo com a autora, essas mulheres “na maioria eram apresentadas como esposas de um homem, suprimindo seus nomes próprios, a lembrar sempre de seu estatuto de mulher casada com um homem respeitável” (Martins, 2023, p. 69). Tal estatuto, portanto, dialoga com a importância de adoção dos termos de busca plurais para as investigações nas hemerotecas digitais, incluindo as figuras masculinas com as quais tais mulheres foram casadas.

Da mesma forma, o movimento metodológico de verificação de temáticas associadas às personagens se orienta a partir da compreensão de que nas plataformas das hemerotecas, apesar de disporem das ferramentas de buscas nominais, “as ocorrências a que temos acesso não correspondem à totalidade das vezes que o termo aparece no periódico, mas, sim, às vezes que a ferramenta de busca foi capaz de encontrar o tal termo pelo Reconhecimento Ótico de Caracteres” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 211). Assim, enquanto caminho metodológico alternativo para esse aspecto, uma das temáticas elencadas, a partir de um conhecimento prévio das personagens, foi a prática da assistência social.

Em meio às pesquisas sobre esta temática, Martins evidencia que uma “fonte privilegiada para traçar esses itinerários do associativismo feminino filantrópico é, sem dúvidas, a imprensa” (Martins, 2023, p. 78). Seja através da participação em eventos para arrecadação de materiais ou financiamentos para as instituições de assistência social, as mulheres das elites exerceram papel importante no desenvolvimento destas. A partir dessas participações, portanto, essas mulheres ocupavam também as páginas da imprensa, de modo a construir tanto seus prestígios social, cultural e político, mas também suas presenças no espaço público.

Nesse sentido, a leitura e observação das matérias sobre assistência social, assim como sobre aspectos relacionados à educação infantil, foram incorporadas ao longo do levantamento de fontes para a formação do *corpus documental*. Através dessas verificações, portanto, também se torna possível observar “além da persistência/continuidade, o potencial de retenção de autoridades [...]” quando da análise de integrantes de famílias das elites, “pois informa seu lugar em cadeias de ajudas mútuas e de confianças recíprocas” (Reis; Grill, 2017, p. 144). Associa-se a essa prática, portanto, o mapeamento das redes individuais e coletivas das personagens enquanto fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ainda nessa perspectiva, outro elemento fundamental nessa análise dos materiais da imprensa diz respeito às narrativas reproduzidas sobre essas mulheres, as quais serão objeto de análises futuras no âmbito desta pesquisa. Martins pontua que “os registros dos jornais devem ser entendidos muito mais como parte da construção de uma imagem positiva das mulheres de elite e não como registro memorialístico” (Martins, 2023, p. 78), ressaltando o que Brasil e Nascimento (2020) também pontuaram sobre a necessária leitura crítica, rigorosa e atenta às fontes enquanto prática comum do ofício dos historiadores e historiadoras. As ausências e as escassas referências às primeiras-damas nas páginas de jornais e revistas ao longo da Primeira República permitem observar não somente desafios metodológicos inscritos na pesquisa, mas também elementos sociais e culturais do contexto que se relacionam com as divisões e ordens de gênero inscritas naquela sociedade.

Considerações finais

A partir das discussões apresentadas, buscamos evidenciar alguns desafios inerentes às práticas historiográficas, especialmente aquelas voltadas ao uso da imprensa a partir de plataformas digitais como a Hemeroteca Digital Brasileira e a Hemeroteca Digital Catarinense. Tais diálogos tiveram como objetivo refletir sobre aspectos teóricos e metodológicos relacionados ao estudo das mulheres das elites a partir da imprensa, apontando para a possibilidade de realização destes.

Nessa perspectiva, a escassez de estudos sobre essas mulheres, suas atuações e trajetórias políticas, por exemplo, pode estar relacionada ao difícil acesso às fontes que permitam essas análises. Tal hipótese encontra-se em diálogo com a perspectiva fundamentada por Martins quando a autora ressalta que a ausência de documentação sobre as mulheres das elites possui caráter paradoxal, “[...] afinal, pertenciam às classes sociais mais privilegiadas, tinham acesso a bens materiais e em sua época ganharam sempre a atenção da

imprensa por seu envolvimento com campanhas e obras de benemerência [...]” (Martins, 2023, p. 22), mas nem sempre são encontradas em uma grande quantidade de materiais ou facilmente pelos pesquisadores e pesquisadoras.

A utilização da imprensa, no entanto, favorece tais caminhos. Este uso, contudo, precisa estar associado a criação de estratégias metodológicas que consigam contornar os desafios que o acesso a essas fontes podem apresentar a partir do uso das hemerotecas digitais. Em relação a estas, Nepomuceno destaca que a partir da análise dos Critérios de Avaliação de Alto Nível em hemerotecas digitais em português realizado pelo autor, estão presentes de maneira mais expressiva a crítica das fontes, a qual “avalia a transparência das informações sobre os documentos digitalizados, metadados e processos de digitalização”, a busca de conteúdo, que se refere à possibilidade de “mensurar a amplitude e sofisticação das ferramentas de pesquisa”, e os filtros de conteúdo, os quais “examinam os mecanismos de refinamento de resultados” (Nepomuceno, 2025, p. 340). A partir dos casos aqui apresentados com a Hemeroteca Digital Brasileira e com a Hemeroteca Digital Catarinense, tais elementos encontram-se presentes através da possibilidade de verificação e leitura das edições completas dos jornais e revistas, assim como o acesso às informações sobre o acervo, como a quantidade de páginas digitalizadas e as edições, por exemplo.

Assim, apesar de tais dificuldades elencadas ao longo do texto, a presente discussão busca evidenciar que, ainda assim, é possível que se elaborem narrativas que reflitam criticamente sobre as histórias das mulheres das elites. Seja a partir da imprensa ou de outras fontes, como os livros de memórias e/ou autobiográficos, o encontro dessas personagens pode ser efetivado e, para isso, o uso das tecnologias e ferramentas digitais se apresenta enquanto fundamental. Logo, o uso das hemerotecas digitais, quando aplicado criticamente e de maneira rigorosa a partir de discussões teóricas e metodológicas, pode promover não apenas a ampliação do acesso às fontes para um público mais amplo, mas também colaborar na promoção de pesquisas que, outrora, pareciam improváveis de serem realizadas, assim como na adoção de metodologias atentas aos avanços tecnológicos no campo da história.

Referências

BARROS, José D’Assunção. Revolução digital, sociedade digital e História. In: BARROS, José D’Assunção (org.). **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p. 11-100.

BNDigital. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso realizado em 22/11/2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. [Trad. Maria Helena Kühner] 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. A questão do gênero. In: CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. (org.) **Gênero**: uma perspectiva global. [Tradução de Marília Moschkovich]. São Paulo: nVersos, 2015, p. 29-50.

FCC. Fundação Catarinense de Cultura. **Hemeroteca Digital Catarinense**. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/HEMO.html> Acesso realizado em 25/11/2025.

FCC. Fundação Catarinense de Cultura. **Relatório 2016**. Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/Relatorio%202013-2016.pdf> Acesso realizado em 24/11/2025.

GUEDES, Ciça. MELO, Murilo Fiuza de. **Todas as mulheres dos presidentes** – a história das primeiras damas desde o início da República. Rio de Janeiro: Máquina dos Livros, 2019.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEMONS, Renato. Verbetes sobre Benjamin Constant. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT,%20Benjamin.pdf> Acesso realizado em 24/11/2025.

LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (org.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

MACHADO, Alzemi. BORSZCZ, Iraci. **A imprensa catarinense no século XIX**: Catálogo descritivo e ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Hemeroteca Digital Catarinense. FCC Edições. Florianópolis, 2020.

MAGALHÃES, Bernardina Botelho de. **O diário de Bernardina**: da Monarquia à República pela filha de Benjamin Constant. [organização, introdução e notas: Celso Castro e Renato Luís do Couto Neto e Lemos]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Faces femininas do conservadorismo**: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX. 1ª ed. Teresina, Cancioneiro, 2023.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. Interfaces de hemerotecas digitais em português: análise crítica e desafios para o desenvolvimento de uma nova geração de acervos históricos. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 65, p. 325-346, mai./ago. 2025.

PEREIRA, Juliana Regina. SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Entre páginas de revista e páginas da web: Uma experiência de pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, v. 19, n. 58, p. 362-379, out./dez. 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, nº 49, p. 98-112, março/maio 2001.

REIS, Eliana Tavares dos. GRILL, Igor Gastal. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v.29, n.3, p. 137-159, dez. 2017.

Pixação, assaltos e brigas na trilha dos bondes: imprensa, subculturas urbanas e disputas simbólicas no Rio Grande do Sul

Pixação, muggings, and fights on the bondes trail: press coverage, urban subcultures, and symbolic disputes in Rio Grande do Sul

Bruno Coutinho Lucas Pereira,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo analisa o acervo digital disponibilizado na página de Instagram @reliquias_do_pixo_gaúcho, concebida como um “Museu do Pixo Gaúcho”. A pesquisa discute as representações discursivas e visuais da pixação e dos bondes no Rio Grande do Sul, especialmente aquelas veiculadas pela imprensa local, à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, com destaque para o conceito de Campo de Produção Ideológica (CPI). Para isso, foram examinados recortes jornalísticos publicados em veículos como Diário Gaúcho e Jornal NH, confrontando-os com registros e memórias produzidos pelos próprios pixadores. Os resultados indicam que, embora a mídia tenha reiteradamente criminalizado o fenômeno, ela também desempenhou papel central na sua visibilidade pública, estabelecendo paradoxais formas de reconhecimento.

Palavras-chave: Pixação; Imprensa; Campo de Produção Ideológica; Subculturas.

Abstract

This article analyzes the digital collection available on the Instagram page @reliquias_do_pixo_gaúcho, conceived as a “Museum of Pixo Gaúcho.” The research discusses the discursive and visual representations of pixação and bondes in Rio Grande do Sul, especially those disseminated by the local press, in light of Pierre Bourdieu’s theory of fields, with emphasis on the concept of the Ideological Production Field (CPI). To this end, newspaper clippings published in outlets such as Diário Gaúcho and Jornal NH were examined and compared with records and memories produced by the pixadores themselves. The results indicate that, although the media repeatedly criminalized the phenomenon, it also played a central role in its public visibility, establishing paradoxical forms of recognition.

Keywords: Pixação; Press; Ideological Production Field; Subcultures.

Introdução

O presente artigo realiza uma análise do acervo digital presente na página do Instagram @reliquias_do_pixo_gaúcho, também nomeada de Museu do Pixo Gaúcho, que reúne registros visuais e textuais de pixações e bondes² de pixadores atuantes principalmente

¹ Mestrando em História do PPGH da UFPel. E-mail: brunoclucasp@gmail.com

² No contexto da pixação gaúcha, bonde designa um grupo que atua de forma coletiva, geralmente organizado em torno de laços de amizade, bairro ou afinidade estética. A expressão, amplamente utilizada em diferentes periferias urbanas brasileiras, remete à ideia de deslocamento em conjunto (como um trem ou comboio), enfatizando a força do coletivo e a proteção que o grupo oferece a seus integrantes durante as ações. Os bondes,

na região da Grande Porto Alegre, da década de 1990 até os dias atuais. Além das imagens de intervenções urbanas e retratos de grupos, a página compartilha recortes de matérias jornalísticas da época, frequentemente enviadas pelos próprios sujeitos retratados como formas de auto-reconhecimento. Este fenômeno levanta questões sobre identidade, pertencimento e disputas simbólicas por legitimidade de grupos historicamente marginalizados. O trabalho investiga como tais práticas e registros, especialmente os jornalísticos, podem ser interpretados à luz do pensamento de Pierre Bourdieu (2015, 2016), com base em sua teoria dos campos sociais, em particular o Campo de Produção Ideológica (CPI).

Em um cenário contemporâneo marcado pela expansão de acervos digitais informais, torna-se relevante observar como sujeitos periféricos apropriam discursos para construir narrativas próprias acerca da memória coletiva. Nesse sentido, a página do Instagram analisada atua como um espaço de memória visual e textual das práticas do pixo e das subculturas³ urbanas associadas a ele. O estudo desse acervo, à luz da teoria bourdieusiana, permite compreender os modos como a mídia representava esses sujeitos e como tais representações foram ressignificadas.

Tendo isso em vista, emerge a seguinte problemática: como as representações discursivas e visuais dos pixadores e dos bondes, especialmente aquelas associadas à imprensa, presentes no perfil @reliquias_do_pixo_gaicho, revelam disputas simbólicas no Campo de Produção Ideológica, segundo a teoria de Pierre Bourdieu? Considera-se a resolução desse problema o objetivo principal da pesquisa.

Visando alcançar essa meta, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, com análise de uma seleção de publicações da página, tendo em vista que o número atual de postagens ultrapassa 1000. O corpus inclui imagens de pixações e recortes de matérias jornalísticas compartilhadas na página. As reportagens da imprensa serão analisadas a partir da análise de discursos, segundo Milton Pinto (2002), considerando o contexto de produção e o ethos⁴ construído pelos enunciadores, conforme Dominique Maingueneau (2001, 2020).

nesse cenário, são frequentemente associados a violência e vandalismo juvenil, como brigas em escolas e depredação de espaços públicos.

³ O conceito de subcultura, conforme Cucho (1999), refere-se a formas específicas de expressão associadas a grupos com origens sociais, étnicas ou geracionais comuns, que os distinguem da cultura dominante. Importa frisar que o termo não implica inferioridade cultural, mas sim uma forma particular de expressão inserida em um contexto social mais amplo.

⁴ O termo ethos, na análise do discurso, refere-se à imagem de si construída pelo enunciador no ato da enunciação. Trata-se de uma representação discursiva que busca instaurar credibilidade, autoridade ou proximidade com o interlocutor, sustentando a eficácia persuasiva do texto (Maingueneau, 2020).

Em consonância, o arcabouço teórico será centrado, principalmente, em Pierre Bourdieu (2015, 2016) e Stuart Hall (2006). Do primeiro, será mobilizada a teoria dos campos sociais, sobretudo, do Campo de Produção Ideológica, com o objetivo de compreender como diferentes agentes disputam legitimidade no espaço das representações públicas, principalmente no que diz respeito à imprensa. Já do segundo, será adotada a concepção de identidade cultural como processo histórico e social, com ênfase em sua abordagem pós-moderna, que entende a identidade como uma construção dinâmica marcada por deslocamentos e contradições.

O Pixo

Em primeiro plano, é importante diferenciar pichações de pixações, assim como distinguir o pixo do grafite. Pichação, com ch, é um termo mais amplo para qualquer escrita realizada em muros ou paredes, enquanto a pixação, ou pixo, refere-se a um movimento urbano específico que surgiu em São Paulo na década de 1980 (Oliveira; Primiani; Alves, 2014). Em relação ao que diferencia do grafite, uma forma de arte plástica, Gitahy (1999) destaca que a pixação deve ser entendida como uma prática marcada pela transgressão de normas e pelo questionamento de valores estabelecidos. Diferentemente do grafite, que se insere de forma mais ampla no campo das artes visuais, o pixo se constrói principalmente a partir da escrita, dando centralidade à palavra. Essa distinção ajuda a compreender por que a pixação se consolidou principalmente nas grandes metrópoles, funcionando como um meio de expressar frustrações sociais e sentimentos de exclusão.

Segundo Gitahy (1999), o fenômeno da pixação, na década de 1980, pode ser compreendido em quatro fases. Inicialmente, os pixadores espalhavam repetidamente seus nomes pela cidade, buscando visibilidade e rompendo o anonimato. Na segunda fase, surgem disputas pelo espaço, com o uso de pseudônimos ou símbolos de grupo, estimulando novas formas de letras. A terceira fase privilegia intervenções em locais elevados e de difícil acesso, aumentando o prestígio dos autores e atraindo atenção da mídia. Por fim, a quarta fase marca o auge do movimento, em que a cobertura jornalística se torna o principal objetivo. Jaeger (2019), ao estudar o contexto porto-alegrense, observa que com o passar do tempo, o que ocorreu foi uma simbiose das quatro fases, com elementos de cada etapa coexistindo simultaneamente no espaço urbano. Para a presente pesquisa, todas essas etapas são relevantes, embora a última tenha maior peso, por valorizar a visibilidade midiática; ainda assim, ela permanece intrinsecamente ligada à primeira, que busca romper o anonimato. A hipótese que orienta este estudo é de que as pixações analisadas buscam justamente a

visibilidade de seus autores e dos grupos que representam, e que essa visibilidade, especialmente quando alcançada na mídia, funciona como uma conquista simbólica.

A página como museu

A presença da página analisada em uma plataforma como o *Instagram* possibilita a coleta e o estudo de conteúdos antes dispersos ou de difícil acesso. Dessa forma, pode-se afirmar que o ambiente digital é uma nova esfera pública, capaz de transformar tanto as relações sociais quanto a própria prática historiográfica (Lucchesi, 2013, p. 12), na qual as pixação ganham um acervo acessível, passível de consulta e reflexão. Assim, a página assume funções semelhantes às de um museu: reunir, conservar e expor, ainda que em um formato não institucional e colaborativo. Esse processo abre caminho para uma dimensão social importante, possibilitando a ações que normalmente são alvo de criminalização passarem a ser compreendidas como patrimônio cultural, deslocando os limites do que tradicionalmente se entende por arte ou acervo histórico.

Além de sua função de preservação cultural, o perfil também se organiza como um espaço interativo, oferecendo diferentes canais para engajamento dos seguidores e acesso a materiais complementares, como pode ser visualizado abaixo (Figura 1):

Figura 1 – Perfil @reliquias_do_pixo_gaucho no Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucho/

É possível perceber que o repositório possui mais de 6.500 seguidores e que, em sua bio⁵, há um *e-mail* para envio de memórias e um convite para que os seguidores se tornem apoiadores, com a afirmação de que “qualquer apoio, mantém nossas atividades”. A página também disponibiliza um *link* para um canal no *YouTube*, no qual são realizadas entrevistas com pixadores locais. Essas entrevistas configuram fontes valiosas para compreender as experiências e trajetórias dos sujeitos envolvidos no movimento; contudo, por uma opção de recorte e limitação de tempo para o desenvolvimento do estudo, elas não serão analisadas nesta pesquisa, podendo ser exploradas em investigações futuras.

Ademais, no momento em que esta pesquisa está sendo desenvolvida, a @reliquias_do_pixo_gaucho destaca, tem como sua foto de perfil, um convite para uma festa intitulada “Nostalgia Pura”, a ser realizada na zona sul de Porto Alegre. O *post* fixado (Figura

⁵ Bio é uma abreviação de biografia e, no contexto de redes sociais como o Instagram, refere-se à seção do perfil em que o usuário apresenta informações resumidas sobre si ou sobre a página, incluindo dados de contato, links e descrições.

2), que aparece em primeiro lugar no ordenamento da página, também refere-se à mesma festa, fornecendo informações sobre seu adiamento devido a condições climáticas:

Figura 2 - Post fixado



Fonte: https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucha/

A publicação fixada detalha que o evento será realizado na rua, com atividades de pintura e churrasco, sendo esse o motivo do adiamento devido às condições climáticas que inviabilizariam tais práticas. É interessante notar que a pintura reforça a ligação com os pixadores, considerando a proximidade histórica entre o movimento da pixação e o grafite. Já o churrasco, por sua vez, constitui uma prática típica de sociabilidade no Rio Grande do Sul, funcionando como ponto de encontro e promovendo interação entre os participantes. A postagem indica que o Museu do Pixo Gaúcho mantém uma comunidade engajada, conectando pessoas que viveram aquele período e fortalecendo vínculos em torno da memória coletiva do movimento.

Hibridismos subculturais

Essa dimensão comunitária, marcada tanto pelas práticas de rua quanto pela sociabilidade expressa na postagem, aproxima-se da lógica das subculturas urbanas. Como

aponta Cuche (1999), uma subcultura não deve ser entendida como forma inferior ou desviada de cultura, mas como uma manifestação cultural específica inserida em um contexto social mais amplo. Nesse sentido, os bondes de pixadores configuram-se como subculturais, pois possuem símbolos, rituais e códigos próprios, atuando de maneira estruturada em suas práticas urbanas. O ato de pixar, porém, não se restringe a esses grupos: ele se articula com outras subculturas urbanas, como torcidas organizadas, punks e skinheads. Majoritariamente ligadas à juventude das periferias, essas subculturas tornam-se espaços de construção de identidade, pertencimento e expressão, consolidando modos de sociabilidade e visibilidade próprios, muitas vezes em tensão com normas e valores dominantes da sociedade.

Essa articulação entre grupos pixadores e demais coletivos de jovens pode ser observada de forma particular na relação com as torcidas organizadas dos principais clubes de futebol da capital gaúcha, Grêmio e Internacional. Essas torcidas, conhecidas pela forte presença nas ruas e estádios, compartilham com os pixadores práticas de ocupação do espaço urbano, produção de símbolos visuais e rituais coletivos que reforçam pertencimento e identidade. Em muitos casos, a estética das torcidas (bandeiras, faixas e murais) dialoga diretamente com o universo gráfico do pixo, ao mesmo tempo em que membros transitam entre os dois grupos, evidenciando sobreposições de redes culturais e sociais. Essa intersecção revela que o pixo se insere em uma constelação mais ampla de práticas juvenis.

Tal vínculo aparece de forma clara nas postagens da página, que registram a presença de torcidas organizadas, principalmente do Grêmio. As imagens divulgadas mostram membros das organizadas, além de aparecem pixações que fazem referência direta às torcidas (Figura 3), funcionando como marcações territoriais que reforçam a rivalidade histórica entre os dois clubes da capital gaúcha. Ademais, uma publicação mostra uma faixa escrita “Máfia Riskos” (Figura 4), o que parece indicar a existência de um núcleo interno de pixadores dentro da torcida organizada Máfia Tricolor (nessa mesma foto, que estima-se que seja de 2008, é exibida uma faixa de uma torcida rival como uma forma de troféu de guerra).

Figura 3 - Geral do Grêmio 2017



Fonte: https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucho/

Figura 4 - Máfia Riskos



Fonte: https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucho/

Essa sobreposição de experiências entre diferentes subculturas evidencia uma identidade móvel e dinâmica, em uma perspectiva que dialoga diretamente com o conceito de identidade pós-moderna de Stuart Hall (2006), que entende a identidade não como um traço fixo ou essencial, mas como constituída continuamente por processos históricos, culturais e sociais, e em constante negociação. No caso dos pixadores gaúchos, a alternância entre ruas e estádios, assim como o entrelaçamento de elementos de torcida e pixo, mostra que sua identidade se constrói em movimento, incorporando múltiplas influências. Afinal, assumem ao mesmo tempo perfis identitários de pixadores e de torcedores organizados. Tal dinâmica evidencia que a identidade desses jovens é fruto de interações contínuas com espaços urbanos e grupos sociais, ilustrando a natureza fluida das identidades contemporâneas.

Essa fusão faz do movimento um exemplo claro do que Hall descreve como uma "celebração móvel", ou seja, a identidade é "formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam" (Hall, 2006, p. 13). Esse hibridismo explica tanto sua força como movimento cultural quanto sua capacidade de adaptação e sobrevivência em diferentes contextos.

Além da relação com torcidas organizadas, outro aspecto que aparece nas postagens é a autodenominação de bondes específicos como *nikeiros* e *adideiros*, em referência direta às marcas esportivas Nike e Adidas. Embora, à primeira vista, a adoção desses nomes e a exibição das roupas das marcas pareçam apenas práticas de consumo, a hipótese interpretativa deste artigo é que constituíam parte de uma estética de identidade em construção. Assim como o pixo, que rompe o anonimato ao inscrever seus nomes nos muros da cidade, o uso dessas marcas projetava visibilidade e distinção, inserindo os sujeitos em um jogo simbólico que dialoga tanto com a cultura global quanto com contextos locais. Desse modo, a identidade dos pixadores se mostrava novamente em movimento: ao mesmo tempo em que era periférica, era conectada às referências internacionais, coletiva, transgressora e estilizada. Assim, revelando a fluidez e a multiplicidade próprias das identidades pós-modernas.

Nesse sentido, a utilização dessas marcas de roupa há de ser compreendida como um modo de acumular capital simbólico dentro do universo em que esses grupos estavam inseridos. Para Bourdieu (2016), o capital simbólico é o reconhecimento social que confere prestígio e legitimidade dentro de um espaço (campo) específico. No caso desses coletivos, a exibição de roupas Nike e Adidas funcionava como um marcador de distinção, sinalizando pertencimento a uma subcultura e ao mesmo tempo hierarquizando posições no interior dela. Tal distinção não se dava pelo valor econômico do vestuário em si, mas pela carga simbólica que ele carregava, inscrevendo-se em uma lógica de visibilidade e status.

A imprensa e o CPI

Ao deslocar a análise para o acervo de reportagens jornalísticas, torna-se pertinente recorrer à teoria dos campos de Pierre Bourdieu (2015). Segundo o autor, a sociedade é composta por campos relativamente autônomos (como o político, o artístico, o acadêmico e o midiático), cada qual estruturado por agentes que disputam capitais específicos e buscam legitimar suas posições. O campo jornalístico, inserido no que Bourdieu denomina campo de produção ideológica (CPI), exerce papel central ao disputar o poder de nomear e classificar os

fenômenos sociais, estabelecendo representações que podem reforçar ou tensionar percepções já existentes. Assim, se no interior do universo da pixação o capital simbólico se construía a partir de práticas estéticas e sociais específicas, como o uso de marcas globais, para afirmar distinção, a inscrição de nomes nos muros como forma de reconhecimento público, ou ainda a associação a coletivos como torcidas organizadas, nas páginas da imprensa ele se converte em outro tipo de disputa: a luta pelo monopólio da palavra legítima sobre o que é o pixo e quais valores ele carrega.

É importante, entretanto, ressaltar que não foi realizado um levantamento direto nos jornais da época, tendo como fonte a página de Instagram utilizada como um museu virtual pelos próprios pixadores. Isso significa que o acervo pode refletir a interpretação do que foi considerado uma conquista pelos autores, possivelmente excluindo publicações que não foram vistas com bons olhos. Por exemplo, não foram encontradas, entre as publicações analisadas, reportagens do jornal *Zero Hora* (ZH). Contudo, pesquisas como a de Jaeger (2019), demonstraram que, na década de 2010, os pixadores foram descritos como “pragas” pelos colonistas do ZH.

Em contrapartida, o *Diário Gaúcho* (DG) aparece com frequência no acervo. Diferentemente do *Zero Hora*, que historicamente manteve um tom mais elitizado e voltado a um público de classe média e alta, o DG foi concebido para dialogar com leitores de camadas mais populares da Região Metropolitana de Porto Alegre, utilizando linguagem acessível, manchetes chamativas e grande apelo visual. Essa diferença de enfoque editorial ajuda a explicar por que o *Diário Gaúcho* aparece de maneira recorrente nas publicações do museu, pois embora criminalizasse práticas como a pixação, o jornal também as tornava visíveis, buscava compreender seu universo, inserindo os sujeitos retratados no espaço midiático e, assim, oferecendo-lhes uma forma indireta de reconhecimento público. Um exemplo emblemático desse enquadramento pode ser observado em uma capa do DG, cuja manchete (Figura 5) anuncia: “Pichação, assaltos e brigas na trilha dos bondes”.

Figura 5 - Manchete do DG



Fonte: https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucha/

A capa, a qual estima-se que seja de 2008⁶, ilustra como a imprensa tem o potencial de produzir ideologias ao vincular determinados grupos a categorias morais negativas. O

⁶ Essa estimativa baseia-se em uma fração da capa que destina-se a informar sobre a votação da competição “Garota Gaúcha”. Embora a qualidade da imagem esteja baixa, é possível ler “2008” abaixo do título do torneio. Ademais, comentários da postagem também indicam que esse tenha sido o ano da matéria.

discurso jornalístico em questão opera a partir de um ethos de guardião da ordem social, posicionando-se como voz autorizada a nomear e diagnosticar os problemas urbanos. Esse ethos de autoridade se constrói pela combinação de manchetes alarmistas, tipografia de impacto e associações léxicas que fundem “pichação”, “assaltos” e “brigas” em um mesmo campo semântico da ameaça. Além do mais, vale notar que o termo pichação é escrito com ch, demonstrando desconhecimento ou desinteresse por diferenciar pixo e picho.

Nesse processo, o jornal institui um modo de reconhecimento marcado pela estigmatização, em que os sujeitos só se tornam inteligíveis publicamente quando traduzidos em linguagem policial. O efeito não é simplesmente ambíguo, mas paradoxal, tendo em vista que os pixadores aparecem no espaço midiático não como agentes culturais de uma prática estética, mas como “personagens-problema”, cuja presença é legitimada justamente por meio da narrativa da criminalidade. Assim, mais do que uma díade entre marginalização e visibilidade, a cobertura evidencia a força do campo jornalístico em regular os termos do reconhecimento, estabelecendo as condições sob as quais determinados grupos podem ou não existir simbolicamente na esfera pública.

Além da manchete, colaboradores do Museu do Pixo Gaúcho também disponibilizaram fragmentos da reportagem publicada, permitindo uma visão mais ampla da forma como o jornal enquadrou o fenômeno. A matéria combina linguagem direta, recursos visuais marcantes e depoimentos de autoridades, configurando um retrato que constrói um cenário de ameaça, articulando juventude, violência urbana e cultura digital emergente. A seguir, reproduz-se a página em questão (Figura 6), que serve de base para a análise:

Figura 6 - Trecho da reportagem



❤️ 119 💬 14 ↻ 🔍 39



Curtido por evo_1903 e outras pessoas

reliquias_do_pixo_gaucho ... matéria editada no diário gaúcho c alguém souber a data está faltando a... mais

Fonte: https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucho/

O fragmento aprofunda a narrativa da capa já discutida e traz elementos reveladores do modo como o *Diário Gaúcho* construía discursivamente a juventude periférica. O jornal enfatiza a faixa etária dos envolvidos, adolescentes entre 13 e 17 anos, o que reforça a ideia de imaturidade associada ao risco social. A grafia “pichação”, com *ch*, é novamente utilizada, reduzindo a prática a mero ato de vandalismo, destituído de sentido cultural, social ou

político. Outro ponto central é a menção da rede social Orkut como espaço de proliferação e organização dos grupos, evidenciando tanto o papel pioneiro da digitalização nas sociabilidades juvenis quanto o fato de que se tratava da primeira geração com acesso mais amplo a computadores no Brasil, anterior à popularização dos *smartphones*. Nesses ambientes digitais, jovens exibiam registros de seus pixos, mas também de armas, encenando performances de poder que transbordavam do espaço físico para o virtual. A reportagem também destaca os “arrastões”, constantemente associados a esses coletivos, e cita a morte de dois adolescentes como consequência dos confrontos, consolidando a chave da violência como eixo principal de inteligibilidade.

Nesse sentido, a reportagem parece direcionar-se de maneira específica aos pais de adolescentes, estruturando-se como um alerta moral. O ethos elaborado é o de quem detém acesso privilegiado a um submundo invisível, apresentando-se como mediador entre o universo oculto da juventude e os responsáveis por sua tutela. Ao recorrer à voz de um delegado que afirma que “os pais acham que o filho está seguro em frente ao computador. Mal sabem que o guri está marcando um arrastão”, o jornal legitima esse posicionamento e reforça o efeito de denúncia, fazendo-se porta-voz daquilo que os pais não podem ver. Esse recurso amplia a dimensão pedagógica da reportagem, que prescreve uma postura de vigilância familiar, alinhando-se ao papel do campo midiático no interior do CPI: o de orientar, controlar e normatizar condutas sociais sob a aparência de serviço público.

Vale também ressaltar que a palavra “bonde” aparece como categoria já incorporada ao vocabulário local, sinalizando sua circulação social para além do universo dos pixadores. A inserção do funk reforça o vínculo entre o fenômeno e expressões culturais periféricas, enquanto a noção de “troféus de guerra” aponta para práticas de apropriação simbólica, como o roubo de roupas de rivais, que ecoam disputas territoriais e identitárias próprias de outros campos da cultura popular, como as torcidas organizadas. Não por acaso, tal lógica lembra episódios como o da Figura 4, no qual a faixa da *Máfia Riskos* aparece sobreposta à de uma torcida rival, exibida de cabeça para baixo, gesto de humilhação e afirmação de superioridade.

Além do *Diário Gaúcho*, o acervo traz também menções ao *Jornal NH*, de Novo Hamburgo. Enquanto o ZH possuía um perfil elitizado e o DG voltava-se ao público popular da capital, o NH se posicionava de forma distinta, com foco regional no Vale do Sinos. Sua cobertura revela que a lógica de criminalização acompanhada de visibilidade não era exclusiva da imprensa porto-alegrense, mas também se estendia a veículos de caráter local. Dessa forma, o ponto central é que a presença do *NH* indica a força e a extensão do pixo para

além de Porto Alegre, alcançando cidades da região metropolitana e demonstrando que se tratava de um movimento subcultural com circulação regionalizada, não restrito apenas ao espaço urbano da capital.

Uma das matérias do NH traz a manchete “Expressão criminosa pelas ruas” (Figura 7), que já estabelece de imediato a chave de leitura do fenômeno. O fragmento reproduzido combina a ênfase no enquadramento jurídico-policial com a exibição fotográfica de um muro pixado, compondo um quadro discursivo de denúncia. Ainda que se trate de um periódico de circulação mais localizada, sua inserção no campo midiático o alinha à mesma lógica de classificação e ordenamento de práticas associadas à juventude periférica.

Figura 7 - Reportagem do Jornal NH



reliquias_do_pixo_gaucho Acervo enviado por
@ronaldochl gratidão mostro

4 de junho

Fonte: https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucho/

Em termos de conteúdo, a reportagem do NH aproxima-se daquelas veiculadas pelo *Diário Gaúcho* por diferentes elementos: a grafia “pichação”, com *ch*, que reduz a prática a vandalismo desprovido de sentido; a centralidade da criminalização como eixo narrativo; e a

legitimação por meio da voz policial, aqui materializada novamente na declaração de um delegado, que dessa vez reclama da “brandura” da lei. Contudo, nota-se também uma diferença de abordagem: enquanto o DG espetacularizava o universo juvenil, mobilizando categorias como “bondes”, menções ao funk, ao Orkut e a disputas territoriais, o NH adota um tom mais institucional e formal, centrando-se na dicotomia grafite/pichação e na degradação do patrimônio. Se no primeiro caso o ethos era o de quem revela aos pais um “submundo oculto”, no segundo predomina o ethos jurídico-moral, em que o jornal atua principalmente como porta-voz da autoridade legal e defensor da ordem pública.

Considerações finais

A investigação do acervo digital do @reliquias_do_pixo_gaúcho revelou que a pixação, mais do que uma simples inscrição em muros urbanos, deve ser compreendida como prática subcultural complexa, que articula dimensões estéticas, sociais e políticas. Os bondes expressam formas de sociabilidade juvenil marcadas pela busca de reconhecimento e pertencimento, operando dentro de lógicas próprias de distinção e prestígio. O uso de marcas globais como Nike e Adidas, bem como a intersecção com outras subculturas, como torcidas organizadas, evidenciam que a identidade desses jovens se constitui de forma híbrida e em constante movimento, dialogando tanto com referências locais quanto com fluxos culturais globais.

Ao deslocar o olhar para as representações midiáticas, fica claro que o campo jornalístico, no interior do Campo de Produção Ideológica, desempenhou papel central na classificação e na publicização do fenômeno. Reportagens de jornais como Diário Gaúcho e Jornal NH reiteraram a criminalização do pixo, associando-o sistematicamente a violência, arrastões e degradação urbana. Contudo, a análise mostrou que essa visibilidade trata-se de um paradoxo constitutivo, no qual os pixadores só se tornam inteligíveis publicamente quando enquadrados em categorias negativas, construindo-se um ethos estigmatizado da juventude periférica. Ao mesmo tempo, o ethos dos jornais reforça sua própria autoridade, ora como guardiões da moral familiar, ora como porta-vozes da lei, instituindo-se como instância legítima de nomeação do social.

Nesse cenário, a emergência do Museu do Pixo Gaúcho como repositório digital de memórias coletivas ganha relevância particular. Ao reunir registros dispersos, compartilhados pelos próprios sujeitos envolvidos, a página tensiona as narrativas hegemônicas da imprensa e propõe novas formas de visibilidade. Em vez de figuras reduzidas ao vandalismo, os

pixadores reaparecem como agentes de uma história urbana, produtores de símbolos e práticas que, embora marginais, compõem o tecido cultural do Rio Grande do Sul. Assim, o ambiente digital funciona como espaço de preservação, reconhecimento e disputa simbólica, permitindo que práticas antes estigmatizadas possam ser reapropriadas como patrimônio cultural e como expressão identitária.

Dessa forma, conclui-se que compreender o pixo exige reconhecer sua condição de prática subcultural e identitária, atravessada por tensões entre criminalização, visibilidade e memória. O estudo do acervo digital, articulado à teoria bourdieusiana, demonstra que esse fenômeno, além de ser uma forma de transgressão urbana, é um campo de disputas simbólicas em que imprensa, subculturas juvenis e plataformas digitais produzem, simultaneamente, representações e formas de reconhecimento. O pixo, sob essa perspectiva, se revela como uma inscrição social e política que ocupa a cidade e intervém no espaço urbano.

Fontes

Museu do Pixo Gaúcho. Instagram. Disponível em:
https://www.instagram.com/reliquias_do_pixo_gaucha/. Acesso em: 27/11/2025.

Referências

- BOURDIEU, PIERRE. A dinâmica dos campos. In: BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2015. p. 212-239.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In.: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016. p. 57-72.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Poder Simbólico. In.: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016. p. 8-15.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. - Bauru: EDUSC, 1999.
- GITAHY, Celso. **O que é graffiti**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2016.
- JAEGER, Barbara Marques. **Falando alto para ser gigante: o pixo como forma de ocupação da cidade e fenômeno ativo na construção do imaginário urbano de Porto Alegre**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Trad. Marcos Marcionilo. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2020.

OLIVEIRA, Ana Paula Ferreira; PRIMIANI, Graziela Roberta Moreno; ALVES, Laísa Camargo. **Entre muros, prédios e tintas**: o perfil do pixador paulistano. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Faculdades Integradas Rio Branco, São Paulo, 2014.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. 2 ed. São Paulo: Hacker, 2002.

Arena de papel: o *Diário Popular* e o *Opinião Pública* e a eleição de 1959 em Pelotas

A Paper Arena: Diário Popular, Opinião Pública, and the 1959 Municipal Election in Pelotas

Isabelle B. Chaves,¹ UFPEL

Resumo

O artigo analisa a campanha eleitoral de 1959 em Pelotas, focalizando o papel do *Diário Popular* e *Opinião Pública* na disputa entre o PTB e a coligação liderada pelo PDC, PSD, UDN e PL. A partir da classificação dos santinhos publicados nos jornais e da leitura das matérias “a pedido”, demonstra-se que os periódicos atuaram como agentes políticos, construindo narrativas favoráveis aos conservadores e críticas ao trabalhismo. O estudo mobiliza autores como Barbosa, Eleutério, Alsina e Bakhtin para compreender a imprensa como produtora de discursos e participante da luta simbólica local. Apesar da forte ofensiva editorial contra o PTB, a chapa trabalhista, formada por João Carlos Gastal e Joel Monteiro, saiu vitoriosa, revelando limites da influência midiática. O caso evidencia como a imprensa regional disputa hegemonias ao construir sentidos sobre progresso e identidade política.

Palavras-chave: Imprensa; Campanha eleitoral; PTB; Pelotas; Discurso político.

Abstract

This article analyzes the 1959 municipal election in Pelotas, focusing on the role of *Diário Popular* and *Opinião Pública* in the dispute between the PTB and the coalition led by the PDC, PSD, UDN, and PL. By classifying campaign leaflets and examining “by request” articles, the study shows how the newspapers acted as political agents, constructing narratives favorable to conservative groups. Drawing on Barbosa, Eleutério, Alsina, and Bakhtin, it interprets the press as a producer of discourse and an active participant in local symbolic struggles. Despite the strong editorial offensive against the PTB, the laborist ticket – João Carlos Gastal and Joel Monteiro – won the election, revealing limits of media influence. The case highlights how regional newspapers shape meanings around progress and political identity.

Keywords: Press; Electoral campaign; PTB; Pelotas; Political discourse.

Introdução

O cenário político do Rio Grande do Sul, na década de 1950, foi profundamente moldado pelo processo de redemocratização que se seguiu ao fim da ditadura de Getúlio Vargas. A recomposição das forças partidárias e o acirramento das disputas ideológicas marcaram esse momento, à medida que diferentes grupos se posicionavam entre a continuidade ou a rejeição das políticas varguistas. Como observa Pesavento (1980), a União

¹ Bolsista CNPq de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade de Pelotas. E-mail para contato: isabelle.ufpel@gmail.com

Democrática Nacional (UDN) consolidou-se como a principal articulação das correntes oposicionistas, defendendo um “liberalismo democrático” que mobilizou setores da classe média e lideranças como Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Borges de Medeiros. A agremiação tornou-se o espaço privilegiado de uma burguesia liberal que, até 1946, também abrigava “elementos de esquerda não ligados ao comunismo”. A fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com foco no operariado, reconfigurou em parte esse quadro (Flach e Cardoso, 2007).

Em sentido distinto, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surgiram sob a égide de Vargas como pilares de sustentação de seu projeto político, embora dirigidos a segmentos sociais e expectativas muito diferentes. O PSD expressava os interesses das elites locais e defendia uma orientação liberal-conservadora, ao passo que o PTB se estruturava sobre a mobilização dos trabalhadores urbanos, grupos que, insatisfeitos com os limites do sindicalismo do Estado Novo, buscavam uma via que, sem se definir como socialista, respondesse às demandas do mundo do trabalho. Assim, ambos os partidos condensavam projetos e sensibilidades distintas dentro do arranjo varguista (Flach e Cardoso, 2007).

Além dessas agremiações, o Partido Liberal (PL) buscou ampliar sua atuação em escala nacional após a proibição dos partidos regionais. Ao adotar o parlamentarismo como bandeira e ao reunir antigos aliados sob uma mesma estrutura, conquistou posição expressiva no cenário gaúcho, chegando a ultrapassar a UDN como força política de referência. A política estadual também foi marcada pela presença de partidos de alcance mais restrito, como observam Flach e Cardoso, que descrevem a pluralidade das legendas então ativas:

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), [...] possuía estrutura fortemente centralizada. [...] atingiu o eleitorado dos principais centros urbanos, onde suplantou a votação obtida pelo PTB. O PRP [Partido Republicano Progressista], criado em 45, apresentava-se como herdeiro do integralismo da década de 30, representado pela Ação Integralista Brasileira, possuía bases eleitorais mais focalizadas em regiões de colonização alemã e italiana [...]. O Partido Democrata Cristão (PDC) tinha sua base nos centros urbanos do centro-sul. Já os partidos Republicano (PR), Libertador (PL) e o Social Progressista (PSP), possuíam suas bases eleitorais em praticamente um único estado cada um (Flach, Cardoso, 2007, p. 60).

Flach e Cardoso (2007) destacam que a organização partidária no Rio Grande do Sul expressava de forma nítida o antagonismo entre forças alinhadas ou contrárias ao legado de Vargas. Dessa polarização resultaram dois blocos centrais: de um lado, o bloco populista

vinculado ao PTB e, de outro, um agrupamento conservador-liberal que se consolidou como frente anti-PTB (Flach e Cardoso, 2007, p. 61).

No interior do próprio PTB, Cruz (2017) identifica três correntes fundamentais cuja formação no estado dialogava diretamente com as orientações nacionais. O autor ressalta tanto as “características mais amplas da transição (continuidade na mudança)” quanto a “dinâmica própria do partido (sua base getulista, trabalhista e sindical [...])” (Cruz, 2017). Ao mesmo tempo, argumenta que o PTB gaúcho, embora ancorado em diretrizes nacionais, incorporou especificidades regionais que, em momentos decisivos, chegaram a influenciar o rumo da própria estratégia partidária no plano nacional (Cruz, 2017).

Cruz (2017), dialogando com Bodea (1992), identifica três correntes internas que estruturaram o PTB em seus primeiros anos no Rio Grande do Sul. A primeira é a corrente sindicalista, que formou o núcleo inicial da legenda e manteve vínculos com o setor trabalhista do PSD. A segunda é a corrente doutrinário-pasqualinista, composta por intelectuais progressistas influenciados pelo pensamento de Alberto Pasqualini. A terceira é a corrente pragmático-getulista, integrada por políticos profissionais oriundos do PSD. Cruz (2017) observa que essas divisões iniciais foram importantes na conformação do partido, mas não permaneceram rígidas ao longo do tempo, sofrendo transformações conforme a dinâmica política se alterava.

Noll e Trindade (2004) apontam que a rápida ascensão eleitoral do PTB, associada à baixa representatividade individual das demais legendas, configurou um cenário particular no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1962. Em diálogo com esses autores, Cruz (2017, p. 36-37) identifica duas características centrais dessa especificidade: “a participação prematura de um grupo social reformista” e o fato de que essa presença reformista “garantiu muito cedo feições progressistas à atuação local da agremiação”. Assim, o PTB gaúcho já apresentava um perfil claramente progressista antes mesmo de a ideologia trabalhista consolidar-se em âmbito nacional, o que o distinguia das experiências de outros estados. Cruz (2017) acrescenta ainda que uma análise mais aprofundada da corrente pragmática-getulista requereria considerar o impacto da atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho.

A polarização partidária no Rio Grande do Sul, conforme explicam Noll e Trindade (2004), deve ser compreendida no interior de uma cultura política de matriz platina, marcada historicamente por confrontos entre grupos antagônicos, como “federales” e “unitários” na Argentina ou “blancos” e “colorados” no Uruguai. Para os autores, a disputa entre o PTB e os movimentos anti-PTB no pós-1945 não segue exatamente o padrão brasileiro de conflito

político, mas reproduz uma lógica de antagonismos profundamente enraizados na história regional. Essa polarização retoma clivagens que remontam a eventos como a Revolução Farroupilha e que ultrapassam divergências ideológicas, articulando identidades políticas de longa duração (Noll, Trindade, 2004).

Os mesmos autores observam que o fortalecimento do PTB alterou de maneira decisiva o equilíbrio das forças políticas gaúchas. O crescimento eleitoral trabalhista provocou a reorganização dos grupos de oposição, que passaram a convergir em torno do PSD. Ao aproximar-se do perfil adotado pela UDN e adotar uma postura mais crítica ao governo central, o PSD gaúcho rompeu com a tradicional aliança mantida com o varguismo. Esse processo de “udenização”, como definem Noll e Trindade (2004), levou o partido a assumir um posicionamento de confronto em relação tanto ao PTB quanto à liderança de Getúlio Vargas.

Nesse cenário, a imprensa emerge como elemento decisivo para compreender as transformações políticas e sociais no Brasil, como observa Barbosa (2007)². Para a autora, a imprensa, portanto, não apenas informa, mas se posiciona, assume disputas e molda percepções,

[o]s jornais [são] – a par da imagem construída a posteriori em relação aos ideais de objetividade e neutralidade, introduzidos com as reformas – lugares fundamentais para a tomada de posição política, onde o confronto se destaca. Por outro lado, no exercício do jornalismo permanecem se auto atribuindo o papel de único intermediário possível entre o poder público e o público” (Barbosa, 2007, p. 163).

Em continuidade, Barbosa (2007) destaca que esse processo se sustenta em práticas sociais específicas, afirmando que “[...] o valor da opinião é talvez a mais significativa. Há que se considerar nesse processo, o analfabetismo da sociedade, que favorece o aparecimento de práticas de leitura oralizada e a valorização da opinião como fundamental para a narrativa jornalística” (Barbosa, 2007, p. 164). No contexto pelotense, compreender o papel da imprensa na campanha municipal de 1959 implica reconhecer que os veículos de comunicação ultrapassavam a função de registrar acontecimentos. Como explica Eleutério (2011), a mídia difundia a ideia de que o progresso material constituía o caminho privilegiado

² As reflexões de Barbosa (2007) e Eleutério (2011) situam-se em contextos distintos da Pelotas de 1959, uma vez que Eleutério analisa a imprensa carioca do início do século XX e Barbosa examina jornais do Rio de Janeiro na década de 1950. Mesmo assim, suas contribuições oferecem ferramentas teóricas e metodológicas fundamentais para compreender a imprensa como espaço de disputa simbólica e instrumento político. Os paralelos entre os padrões editoriais, as estratégias de legitimação discursiva e a atuação dos jornais estudados pelas autoras permitem estabelecer aproximações interpretativas com a imprensa pelotense de 1959, enriquecendo a análise crítica do periódico local.

para o moderno e, ao fazer isso, moldava expectativas sociais em um período marcado pela industrialização. Essa lógica fortalecia a associação entre modernização, bem-estar e identidade nacional. Assim, ao promover tal agenda, os jornais atuavam na legitimação das mudanças políticas e econômicas em curso, influenciando diretamente o comportamento e as escolhas dos eleitores (Eleutério, 2011).

Eleutério (2011) argumenta que a mídia brasileira não apenas moldava a percepção da realidade, mas também projetava expectativas sobre o futuro. Ao incorporar o discurso do progresso como eixo central, a imprensa assumia uma função ideológica, apresentando a modernização como valor estruturante da vida nacional. Em um país marcado por profundas desigualdades sociais e disparidades regionais, essa narrativa contribuía para a construção de uma identidade voltada ao desenvolvimento. No caso de Pelotas, onde a economia e a vida cultural exerciam grande influência no cenário estadual, esse papel da imprensa se intensificava, tornando-se elemento decisivo durante a campanha municipal de 1959.

Nesse contexto, o Diário Popular e o Opinião Pública, jornais analisados neste estudo, ocupam lugares de destaque. Fundado em 27 de agosto de 1890, o Diário Popular consolidou-se como um dos periódicos mais tradicionais do Rio Grande do Sul. Seu surgimento está associado a um momento de efervescência política local e a vínculos iniciais com o coronel Pedro Osório, liderança expressiva do Partido Republicano Rio-grandense na região. Sob a direção de Theodozio de Menezes, o jornal tornou-se um ator relevante nos debates políticos e sociais que atravessaram o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, frequentemente alinhado a posições conservadoras e liberais (Oliveira, 2024). Como muitos periódicos da época, também se caracterizava por importar notícias de jornais do Sudeste, especialmente das capitais, reproduzindo conteúdos sobre política internacional com ênfase em acontecimentos dos Estados Unidos e da Europa, que frequentemente ocupavam a primeira página.

Os candidatos trabalhistas

Na eleição municipal de Pelotas em 1959, a disputa principal ocorreu entre as chapas do PTB e do PDC (Partido Democrático Cristão). Pelo PDC, concorriam Oscar Rheingantz para prefeito e Cândido Lopes Neto para vice. Já o PTB lançou João Carlos Gastal como candidato a prefeito e Joel da Silva Monteiro como vice. Segundo Lemos (2020), Gastal, nascido em Pelotas em 5 de fevereiro de 1915 e falecido em Porto Alegre em 1º de maio de 1986, construiu uma trajetória marcada pelo vínculo com a educação e pela atuação pública.

Estudou no Ginásio Pelotense (atual Colégio Municipal Pelotense) e formou-se em Direito em 1935, então pela Faculdade de Direito da UFRGS, hoje integrada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Ainda conforme Lemos (2020), Gastal foi um dos fundadores do PTB no município e ocupou diferentes cargos pelo partido: vereador entre 1952 e 1955, deputado estadual entre 1958 e 1959 e, posteriormente, prefeito de Pelotas no período de 1960 a 1963 — gestão que sucede a campanha analisada neste estudo. Durante seu mandato, concluiu a construção do prédio do Colégio Municipal Pelotense, instituição em que estudara. Após deixar a prefeitura, retomou a carreira no Ministério Público e mais tarde atuou como advogado. No início da década de 1970, retornou à vida política pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), exercendo mandato de deputado estadual entre 1970 e 1974 e chegando à presidência da Assembleia Legislativa.

A trajetória de João Carlos Gastal esteve profundamente vinculada ao trabalhismo e às figuras centrais do movimento, como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Entre suas referências intelectuais, destacava-se Alberto Pasqualini, considerado o principal formulador do pensamento trabalhista. Lemos (2020) enfatiza ainda sua participação na Campanha da Legalidade, em 1961, quando, já como prefeito, atuou ativamente na defesa da ordem constitucional. Ao longo de mais de trinta anos de vida pública, Gastal concorreu a diversos cargos eletivos, inicialmente pelo PTB e, após o estabelecimento do bipartidarismo pelo Ato Institucional nº 2 em 1965, pelo MDB, acumulando uma trajetória política contínua e influente.

O candidato a vice-prefeito na chapa de Gastal, Joel Monteiro, é uma figura sobre a qual há poucas informações disponíveis, o que torna valiosas as referências presentes nos periódicos da época. Um texto publicado no Diário Popular em 8 de novembro de 1959 apresenta Monteiro de forma depreciativa, caracterizando-o como alguém que teria mudado de posição política de maneira oportunista. Na terceira página da edição, em uma longa coluna sem autoria, lê-se:

A pedido: esclarecimentos aos eleitorados: ... sim, senhores. não é de ontem, é de hoje que o senhor Joel Monteiro muda ou de roupa partidária. Não é de anos, nem é de meses, mas é de dias essa mudança para um trabalhismo que nunca professou, que até mesmo combateu de porta em porta, quer adotando outros princípios programáticos, quer praticando atos contrários ao interesses das massas trabalhistas do Brasil [...] Joel e eu trabalhamos juntos como republicanos, com uma diferença que eu a favor de Brizola e Joel contra Brizola e o Partido Trabalhista Brasileiro. Eu estou coerente com o meu passado, enquanto que Joel não pode explicar a sua atitude. Eu era e

continuo sendo contra o comunismo que invadiu o nosso Partido, meu e dele, Joel, enquanto que Joel Monteiro está ao lado dos comunistas muito embora não goste deles. [...] E nesta escolha devem merecer a preferência [ilegível] os nomes de Oscar Rheingantz e Cândido Lopes Neto, acompanhados dos candidatos a Vereadores que integram a chapa do Partido Socialista Brasileiro que os apoiam (Diário Popular, 08/11/1959, p. 3).

Embora o texto não apresente autoria, é possível interpretá-lo como parte da campanha da coligação do PDC, sobretudo porque, como se observa nas publicações seguintes, todos os materiais identificados como “a pedido” dirigem críticas ao PTB ou a seus candidatos e, ao final, conclamam explicitamente o voto em Rheingantz e Neto. A coligação do PDC reunia ainda o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Libertador (PSD, UDN e PL, respectivamente). Já a chapa trabalhista era apoiada pelo Partido Social Progressista e pelo Partido Republicano (PSP e PR).

A campanha política nas páginas do Diário Popular

Segundo Loner (*apud* Bandeira, 2018), a Proclamação da República transformou profundamente o panorama da imprensa pelotense, resultando quase no desaparecimento dos periódicos existentes, com exceção do Correio Mercantil. Nesse contexto de renovação surgiram o Diário Popular (1890) e A Opinião Pública (1896), ambos alinhados ao ideário republicano, ao lado de outros jornais que reorganizaram os interesses das antigas elites para adequá-los ao novo regime. Fundado em 27 de agosto de 1890 por Theodósio Menezes e hoje preservado para pesquisa na Bibliotheca Pública Pelotense, o Diário Popular consolidou-se como órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) até a década de 1930. Sua vinculação partidária foi inicialmente explícita, com defesa direta das chapas e dos princípios conservadores do partido, mas tornou-se gradualmente mais discreta a partir da década de 1910, desaparecendo completamente em 1938. Mesmo sem evidências de envolvimento político direto de seu fundador, o jornal desempenhou papel ativo na defesa do republicanismo castilhistas, garantindo prestígio, ampla circulação e continuidade durante a República Velha. Esse posicionamento, no entanto, gerou enfrentamentos com periódicos opositores, como O Rebate e O Libertador. Após os anos 1930, embora a filiação partidária já não fosse explicitada, o jornal seguia declarando fidelidade aos princípios do republicanismo.

A análise da atuação do Diário Popular nas eleições municipais exige o diálogo com a teoria da construção da notícia proposta por Alsina (1989). Para o autor, os meios de comunicação não se limitam a registrar acontecimentos, mas os constroem, selecionando e hierarquizando informações de acordo com critérios de relevância, interesse e

intencionalidade. No caso do periódico pelotense, esse processo se revela na ênfase sistemática nas falhas atribuídas aos partidos progressistas, orientando a interpretação pública em favor dos conservadores. Publicações “a pedido” da campanha do PDC, como discutido anteriormente, reforçam essa dinâmica, evidenciando um uso da cobertura jornalística como instrumento de disputa eleitoral e de formação de opinião.

Para a realização deste estudo, identificou-se e catalogou-se a presença de santinhos de campanha política publicados pelo Diário Popular, classificando-os por partido e por modelo, conforme detalhado adiante. O primeiro registro encontrado é um santinho do PDC, datado de 6 de setembro de 1959, no qual aparece apenas o nome do candidato a prefeito, Oscar Rheingantz, representante da coligação PDC-PSD-UDN-PL. Na mesma edição, a folha matutina traz a primeira menção ao PTB no período de campanha, por meio de uma nota informando a realização da convenção municipal do partido. O texto anunciava:

O P.T.B. de Pelotas Escolherá, Hoje, Em Convenção, Os Seus Candidatos Ao Próximo Pleito: Realizar-se-á, hoje, com início às 16 horas, a Convenção Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, a fim de escolher seus candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores. Como se sabe, a Comissão Executiva deliberou indicar à Convenção, como candidato a prefeito, o deputado estadual João Carlos Gastal, que aceitou o convite para disputar o pleito de novembro próximo. Quanto ao posto de vice, a Liga da Juventude Trabalhista resolveu indicar à convenção o nome do vereador Mozart Bianchi Rocha, não podendo a reportagem apurar se outros nomes serão levados à reunião de hoje. Por outro lado, também serão hoje escolhidos os candidatos à vereança (Diário Popular, 6/09/1959, folha matutina, p. 1).

No dia 9 de setembro, a convenção do PTB reaparece no jornal em uma matéria breve, porém com maior destaque visual do que a anterior, localizada no canto inferior direito da folha matutina. O periódico informa que a “Convenção do P.T.B. local escolheu seus candidatos: Dep. João Carlos Gastal, para prefeito e sr. Joel Monteiro para vice-prefeito – a chapa de vereadores – Sr. Adolfo Fetter³ não indicou nem apoia a candidatura Joel Monteiro.” (Diário Popular, 09/09/1959, folha matutina, p. 1).

A partir de 13 de setembro de 1959, os santinhos do PTB passam a aparecer de forma regular nas edições do Diário Popular. O primeiro deles surge na quinta página, na parte inferior, trazendo as fotografias de João Carlos Gastal e Joel Monteiro acompanhadas da frase “Unidos pelo progresso de Pelotas: Para prefeito João C. Gastal; Para vice Joel Monteiro. Partido Trabalhista Brasileiro”. Em 15 de setembro, o material volta a ser publicado, desta vez na terceira página, logo após a seção de anúncios econômicos, mantendo o mesmo formato,

³ Prefeito da cidade de Pelotas pelo PSD entre 1956 e 1960.

com uma foto de cada candidato. Esse padrão permanece até 20 de setembro, quando começam a aparecer, no periódico, os santinhos da coligação do PDC. A cobertura também inclui notas de teor político, como a matéria publicada em 17 de setembro, oriunda de jornais do Rio de Janeiro, mencionando uma “forte tendência no PTB em prol da adoção do parlamentarismo” (Diário Popular, 17/09/1959, folha matutina, p. 1). Em 23 de setembro, uma crítica sem autoria é veiculada na folha matutina, atribuindo ao PTB falhas na atuação da bancada na Câmara Municipal, especialmente por rejeitar um pedido do Executivo para suplementação de verbas.

Uma mudança significativa na presença do PTB no jornal ocorre apenas em 4 de outubro, quando a campanha do PDC passa a ocupar o espaço anteriormente disponível aos trabalhistas. Nessa data, a terceira página, antes dominada pelas peças petebistas, passa a exibir os materiais da coligação conservadora logo após os anúncios econômicos. A partir desse momento, os santinhos do PTB são deslocados para páginas mais internas, revelando um padrão editorial revelador. Tudo indica que a visibilidade inicial concedida ao PTB estava condicionada à ausência de propaganda concorrente. Quando o PDC inicia sua campanha de forma estruturada, ocupa prontamente o espaço já reconhecido pelo leitor como o local habitual para matérias de conteúdo político, substituindo a centralidade antes atribuída ao PTB.

A partir do levantamento dos santinhos publicados pelo Diário Popular, foi possível classificá-los em três modelos distintos.

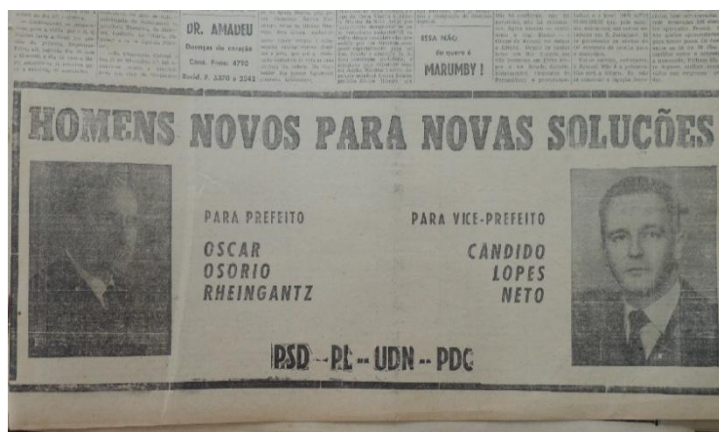
O **Modelo 1** corresponde ao santinho de formato maior, que ocupa toda a largura inferior da página. No caso do PTB, trazia o slogan “Unidos pelo progresso de Pelotas”, enquanto, para o PDC, aparecia a frase “Homens novos para novas soluções”. As imagens 1 e 2 ilustram esse modelo.

Imagem 1 – Modelo 1 de Santinho do PTB



Fonte: Diário Popular, 13 de setembro de 1959.

Imagem 2 – Modelo 1 de Santinho do PDC



Fonte: Diário Popular, 27 de setembro de 1959.

O **Modelo 2** corresponde ao santinho de tamanho médio, posicionado geralmente nos cantos direito ou esquerdo da página. No caso do PTB, apresentava o texto “PTB para prefeito Gastal para vice Joel”, enquanto o PDC utilizava o slogan “Nunca foi tão fácil escolher, Oscar Rheingantz e Lopes”. As imagens 3 e 4 ilustram esse formato.

Imagem 3 – Modelo 2 de Santinho do PTB



Fonte: Diário Popular, 15 de setembro de 1959.

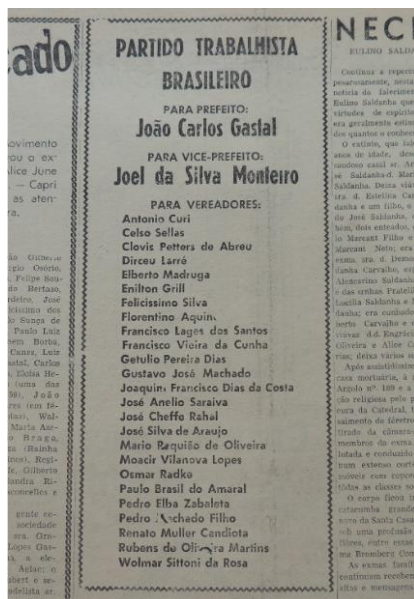
Imagem 4 – Modelo 2 de Santinho do PDC



Fonte: Diário Popular, 6 de outubro de 1959.

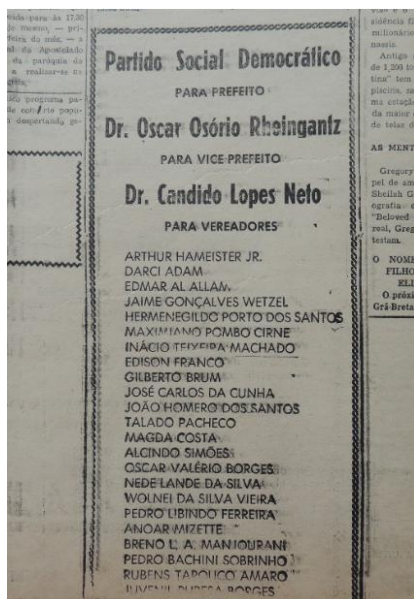
O **Modelo 3** refere-se ao santinho de menor tamanho, também inserido nos cantos direito ou esquerdo da página. Nele, o PTB repetia o texto “PTB para prefeito Gastal para vice Joel”, enquanto o PDC utilizava novamente o slogan “Nunca foi tão fácil escolher, Oscar Rheingantz e Lopes”. As imagens 5 e 6 apresentam exemplos desse modelo.

Imagem 5 – Modelo 3 de Santinho do PTB



Fonte: Diário Popular, 31 de outubro de 1959.

Imagem 6 – Modelo 3 de Santinho do PDC



Fonte: Diário Popular, 1º de novembro de 1959.

A seguir, apresenta-se uma tabela que reúne a quantidade de santinhos identificados no *Diário Popular* entre 6 de setembro, data da primeira aparição desse material, e 8 de novembro de 1959, dia da eleição municipal.

Tabela 1 - Quantidade e partido político dos santinhos no *Diário Popular*

Partido	Santinho	Posição na Página	Quantidade
PTB	Modelo 1	Toda largura inferior	10
	Modelo 2	Cantos direito ou esquerdo	34
	Modelo 3	Cantos direito ou esquerdo	4
PDC	Modelo 1	Toda largura inferior	5
	Modelo 2	Cantos direito ou esquerdo	24
	Modelo 3	Cantos direito ou esquerdo	14

Embora o número de santinhos do PTB publicado pelo *Diário Popular* seja maior que o do PDC, é importante destacar três momentos decisivos da campanha e lembrar que a inserção desses materiais no jornal não era uma iniciativa editorial, mas resultado de investimento das próprias coligações. O primeiro momento ocorre em 18 de outubro, quando o periódico publica, pela primeira vez naquela eleição, um conteúdo partidário na primeira página — espaço geralmente reservado a notícias internacionais — convocando eleitores de Oscar Rheingantz para colaborar na organização de comitês. O segundo momento aparece em 1º de novembro, novamente na primeira página, com o texto “O comício de ontem: Omitiu-se o governador Leonel Brizola a respeito dos reais interesses de Pelotas”. Trata-se de uma publicação “a pedido” da campanha do PDC, que critica o então governador e associa suas promessas à fadiga política da população. No texto, lê-se:

[...] naturalmente, o povo pelotense, como de resto, o Rio Grande todo, está habituado e, porque não dizer, cansado, de ouvir o sr. Brizola, de escutar suas promessas e as suas tiradas demagógicas, que não visam a nenhum objetivo sério e capaz de impressionar a quem quer que seja. [...] Mais adianta, o sr. Leonel Brizola referiu-se aos candidatos do seu partido a sucessão municipal. pediu voto dos pelotenses para aqueles candidatos e afirmou que, dessa maneira, Pelotas estaria prestigiando o seu governo. e, finalmente, asseverou, com ênfase que os eleitos Gastal e Joel, o governo do estado estabelecerá, com o do Município, um entrosamento e um esforço conjunto para superar as dificuldades e os problemas da comuna.[...] (Mandado publicar pela Campanha Democrática)” (*Diário Popular*, 1º/11/1959, p. 1).

O terceiro momento ocorre em 5 de novembro, quando o jornal volta a utilizar a primeira página para veicular um santinho intitulado “Eles prometem... os preços sobrem”, no qual se critica a escalada inflacionária durante o governo Brizola. O texto afirma: “[...] enquanto o cabo eleitoral do candidato do PTB vem para praça pública e ‘vai ao ar’ as sextas-feiras, os preços ‘voam’ diariamente, mas não se desespere. Vote agora em Rheingantz e Cândido.” (Diário Popular, 5/11/1959, p. 1). A presença desse material na capa novamente reforça o esforço do PDC em disputar o espaço de maior visibilidade do periódico.

Nesse estágio da campanha, o *Diário Popular* já atuava de maneira estratégica, publicando artigos e editoriais que colocavam em dúvida a capacidade dos partidos progressistas de promover transformações concretas na cidade. À luz das reflexões de Alsina (1989), tal posicionamento não pode ser entendido como uma decisão editorial neutra, mas como parte de um processo de construção da notícia que associa o progresso a promessas vazias e o conservadorismo à ideia de estabilidade e segurança. O jornal escolhia, enfatizava e organizava determinados conteúdos de modo a produzir uma narrativa crítica às legendas progressistas, destacando suas supostas falhas e reforçando a percepção de que suas propostas eram ilusórias. Dessa forma, o periódico não apenas registrava o andamento da campanha eleitoral, mas contribuía ativamente para moldar o sentido do voto, consolidando um enquadramento favorável aos grupos conservadores.

A partir do final de outubro, o *Diário Popular* passa a reproduzir trechos das palestras radiofônicas do prefeito Adolfo Fetter (PSD), todas marcadas por críticas contundentes ao PTB. Em 31 de outubro, o jornal destaca seu argumento de que “o povo não erra duas vezes”, retomando uma lista de falhas atribuídas à gestão trabalhista, como problemas no abastecimento de água, fechamento de escolas e endividamento municipal (Diário Popular, 31/10/1959). A fala buscava reforçar a ideia de incompetência administrativa do PTB e conclamava os eleitores a apoiarem Rheingantz e Cândido.

Em 6 de novembro, outro texto “a pedido”, desta vez assinado pelo vereador Elberto Madruga, volta a atacar o PTB e seu eleitorado, acusando-o de ser facilmente enganado e afirmando que a população deveria votar com “consciência” para impedir a continuidade da “demagogia” trabalhista (Diário Popular, 6/11/1959). O artigo reitera a narrativa de descumprimento de promessas, já explorada pelo jornal em outros momentos da campanha.

No dia seguinte, 7 de novembro, o periódico publica nova crítica, defendendo que os pelotenses não poderiam “esquecer” os prejuízos supostamente causados pelo PTB. O texto descreve o partido como enganoso e ineficiente, afirmando que votar em Rheingantz e Lopes

significaria garantir “progresso” e evitar a repetição dos erros da gestão trabalhista (Diário Popular, 7/11/1959).

À luz da abordagem proposta por Alsina (1989), a repetição constante de determinados temas no Diário Popular — como a suposta falta de resultados concretos das gestões progressistas e a ideia de que esses partidos “prometeram muito e cumpriram pouco” — revela um processo deliberado de construção do acontecimento. A notícia, nesse sentido, não aparece como relato espontâneo ou neutro, mas como produto de escolhas intencionais que moldam a percepção pública. Ao organizar e reiterar esses enunciados, o jornal criava um ambiente de desconfiança em relação ao PTB, convertendo uma preferência conservadora em uma “realidade” percebida, na qual o voto nos partidos opositores surgia como alternativa mais segura e racional para o futuro da cidade.

Otazu (2014) complementa essa perspectiva ao defender que o jornal deve ser compreendido também como uma mercadoria, isto é, um produto submetido às dinâmicas de mercado. Sob esse prisma, o conteúdo divulgado depende da aceitação do público leitor, já que a venda dos exemplares e a manutenção dos patrocinadores influenciam diretamente as escolhas editoriais. Assim, a seleção de temas e o destaque concedido a determinadas narrativas seguem uma lógica de retorno financeiro, além de poderem refletir alianças políticas e interesses específicos. Em outras palavras, o jornal opera simultaneamente como agente econômico e ator político, influenciando a opinião pública enquanto assegura sua própria posição no mercado.

É nesse contexto que, no dia 8 de novembro, data das eleições, o Diário Popular publica, na sexta página, um texto assinado pelo próprio PTB em resposta às críticas acumuladas ao longo da campanha. Intitulado “O nosso problema não é apenas vencer uma eleição”, o artigo busca reafirmar os princípios do partido e contestar as acusações da coligação adversária. Nele, lê-se:

O que pretendem os trabalhistas, não é simplesmente vencer uma eleição e controlar o governo. O nosso objetivo é, também, e principalmente, criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos. Sendo hoje tidas, novas eleições, eu oportuno necessário que recordemos os princípios trabalhistas, queremos nos definir, desejamos tornar claros os nossos objetivos. Por isso, para que ninguém se equivoque em respeito do PTB reafirmamos que os princípios de solidariedade social impõem aos que tem demais o dever de contribuir para resolver os problemas dos que tem de menos. Os individualistas naturalmente não concordarão conosco, por isso é possível que se afastem ou não se aproximem de nós. Será lamentável, de qualquer maneira, mais importante que o voto, para nós é a aceitação das nossas

ideais. O voto de quem ignora ou rejeita as ideias trabalhistas, para o PTB, não tem valor. Um voto assim, na realidade, é um voto para a nossa derrota e não para a nossa vitória. Mais importante que vencer uma eleição para nós, trabalhistas, é criar uma certa mentalidade social, porque só havendo uma mentalidade social que se baseie no princípio de que o trabalho deve ser sempre uma atividade socialmente útil, só assim, um partido trabalhista poderá, uma vez, não poder realizar realmente o seu programa. Nosso problema, portanto, não é apenas vencer uma eleição. O partido trabalhista preocupa-se, primeiramente, com a conquista das consciências, porque a considera mais importante que a simples conquista de votos. A principal função do PTB, como partido político, é congregar o maior número possível de brasileiros em torno das ideias trabalhistas, arregimentada na opinião pública em torno de um conjunto de ideias e soluções. O partido trabalhista procura, então, dar-lhe força decisória através de voto livre consciente. Imaginando dessa forma, o PTB está certo de contribuir para o aprimoramento da democracia brasileiro e que os trabalhistas não se esquecem que democracia além de ser o governo do povo para o povo é também o governo pelo povo, isto é, o regime em que o povo se governa a si mesmo (Diário Popular, 8/11/1959, p. 6).

A abordagem do Opinião Pública

Fundado em 1896, o *Opinião Pública* foi um dos principais jornais de Pelotas e, assim como o *Diário Popular*, desempenhou papel decisivo na cobertura da eleição municipal de 1959. No entanto, seu tom editorial diferenciava-se de maneira significativa. Enquanto o *Diário Popular* adotava um discurso mais institucional e contido, o *Opinião Pública* assumia uma postura sensacionalista, agressiva e direta, que refletia a linha de confronto característica da coligação conservadora liderada por Oscar Rheingantz (PDC).

Esse estilo marcante é destacado por Lemos (2020), que observa a tendência do jornal de alinhar-se às forças conservadoras por meio de uma retórica populista destinada a influenciar a percepção dos eleitores. A utilização de um tom provocativo, especialmente dirigido ao PTB e a seus candidatos, João Carlos Gastal e Joel Monteiro, não buscava apenas desqualificar adversários políticos; pretendia também criar um ambiente de desconfiança e desgaste público em relação à candidatura trabalhista.

A atuação do *Opinião Pública* confirma a dinâmica descrita por Alsina (1989), segundo a qual os jornais não se limitam a relatar fatos, mas produzem narrativas orientadas por interesses específicos. O periódico pelotense construía sistematicamente uma imagem negativa do PTB, associando-o à ineficiência e às promessas não cumpridas, ao mesmo tempo em que projetava Rheingantz como alternativa legítima e necessária. Como lembra Eleutério (2011), essa prática ultrapassa a simples denúncia e constitui um esforço ativo de moldar a percepção pública por meio de estratégias retóricas que reforçam determinadas interpretações sobre a realidade política.

Um exemplo explícito desse estilo editorial aparece em 6 de novembro de 1959, quando o jornal estampa a manchete: “É imbecil o eleitor do PTB” (Opinião Pública, 6/11/1959, p. 1). A linguagem abertamente ofensiva buscava incitar desprezo pelos eleitores trabalhistas e reforçar a ideia de que optar pelo PTB seria um gesto irracional. O uso de termos como “imbecil” procurava produzir impacto emocional e persuadir os leitores por meio da ridicularização do adversário.

No dia seguinte, em 7 de novembro de 1959, o *Opinião Pública* volta a atacar diretamente Gastal e Monteiro, qualificando-os como “incompetentes” e “demagogos” e relacionando a gestão anterior do PTB à falta de obras e à estagnação administrativa. O texto afirma: “O PTB é um partido de promessas vazias. Os candidatos que ele apresenta não têm capacidade para transformar a cidade. Não podemos mais confiar nas mentiras de quem já governou e falhou” (Opinião Pública, 7/11/1959, p. 3).

A insistência nesse tipo de narrativa, repleta de ataques pessoais, segue uma lógica de desconstrução do adversário similar à que Noll e Trindade (2004) identificam em veículos de comunicação alinhados a interesses partidários. Ao reforçar a ideia de incapacidade administrativa do PTB, o jornal buscava fragilizar a imagem de seus candidatos e influenciar diretamente a avaliação pública sobre a aptidão do partido para governar.

Outro elemento relevante da campanha conduzida pelo *Opinião Pública* foi o uso estratégico dos santinhos eleitorais, cuja presença se intensificou nas últimas semanas antes da votação. Embora o padrão de distribuição dos santinhos se assemelhasse ao do *Diário Popular*, o jornal concentrava maior volume desses materiais na reta final da campanha, provavelmente com a intenção de maximizar a visibilidade de Rheingantz no momento decisivo da escolha dos eleitores. Assim, o material de propaganda da coligação PDC-PSD-UDN-PL tornou-se cada vez mais frequente nas páginas do periódico à medida que a eleição se aproximava.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos santinhos publicados pelo *Opinião Pública* entre 6 de setembro e 8 de novembro de 1959. Para essa análise, utilizou-se o mesmo método de classificação dos modelos de santinhos aplicado ao *Diário Popular*, permitindo comparar de forma consistente os padrões de veiculação entre os dois periódicos.

Tabela 2 - Quantidade e partido político dos santinhos no *Opinião Pública*

Partido	Santinho	Posição na Página	Quantidade

PTB	Modelo 1	Toda largura inferior	9
	Modelo 2	Cantos direito ou esquerdo	4
	Modelo 3	Cantos direito ou esquerdo	1
PDC	Modelo 1	Toda largura inferior	5
	Modelo 2	Cantos direito ou esquerdo	24
	Modelo 3	Cantos direito ou esquerdo	14

A distribuição dos santinhos no *Opinião Pública* foi especialmente intensa nos dias que antecederam a eleição, totalizando 24 santinhos de tamanho médio e 14 pequenos. Esse padrão revela uma estratégia clara do jornal: concentrar esforços na reta final para maximizar o impacto sobre os eleitores indecisos. Diferentemente do *Diário Popular*, que manteve um fluxo contínuo de publicações ao longo de toda a campanha, o *Opinião Pública* adotou inserções mais calculadas, provavelmente buscando provocar um “último impulso” de visibilidade para os candidatos da coligação conservadora no momento decisivo.

O uso desses santinhos esteve diretamente associado à retórica de ataque ao PTB, amplamente presente nas páginas do jornal. À medida que o PTB perdia espaço e a campanha do PDC ganhava visibilidade, o *Opinião Pública* intensificou sua estratégia discursiva ao reforçar a imagem de incompetência e falência administrativa atribuída ao partido trabalhista. Em 18 de outubro de 1959, por exemplo, o jornal publicou o artigo “O povo não pode errar novamente”, no qual se afirmava: “A cidade já experimentou o fracasso da gestão do PTB. Agora é hora de corrigir esse erro e eleger pessoas competentes como Rheingantz e Lopes Neto” (*Opinião Pública*, 18/10/1959, p. 3). A mensagem, direta e contundente, procurava reforçar a memória negativa das gestões trabalhistas e orientar o voto para a coligação conservadora.

Esse tipo de discurso se alinha à lógica de polarização descrita por Barbosa (2007), na qual a mídia amplifica antagonismos políticos e constrói uma dicotomia moral entre “bons” e “maus” candidatos. Ao destacar repetidamente as supostas falhas do PTB e apresentar Rheingantz e seus aliados como salvadores da cidade, o *Opinião Pública* operava como um agente que moldava percepções e estruturava sentidos políticos. A crítica constante e

adjetivada funcionava como ferramenta para fragilizar o adversário e fortalecer uma alternativa conservadora, evidenciando o uso de estratégias de desinformação e manipulação simbólica, como também apontam Noll e Trindade (2004).

Apesar dessa campanha editorial intensa, o resultado das eleições de 1959 revelou que o PTB, mesmo sob forte ataque midiático, alcançou uma vitória expressiva. João Carlos Gastal foi eleito prefeito, e Joel Monteiro, vice-prefeito, com uma margem de votos capaz de superar a pressão contrária. O êxito do partido trabalhista indica que parcela significativa do eleitorado estava mais alinhada às propostas progressistas do que às narrativas de ataque difundidas pelos jornais. Como destaca Lemos (2020), o PTB demonstrou resiliência ao mobilizar suas bases sociais e manter a confiança de amplos setores populares, reforçando que a influência da mídia encontra limites diante de um eleitorado organizado e politicamente engajado.

Esse resultado confirma também as observações de Alsina (1989) sobre a construção da notícia: embora a mídia tenha poder para moldar percepções e influenciar preferências, ela não é capaz de determinar integralmente o comportamento político dos cidadãos, sobretudo quando enfrenta estruturas de sociabilidade e de solidariedade política previamente consolidadas. A vitória do PTB evidencia uma disputa entre narrativas midiáticas e experiências concretas do eleitorado, nas quais o discurso jornalístico não prevaleceu.

Considerações Finais

A comparação entre *Diário Popular* e *Opinião Pública* demonstra como ambos os jornais, ainda que pertencentes ao mesmo grupo editorial, desempenharam papéis distintos na campanha de 1959. Enquanto o *Diário Popular* adotou um tom mais formal, estratégico e alinhado ao conservadorismo, o *Opinião Pública* recorreu a linguagem agressiva e sensacionalista, empenhando-se abertamente na desconstrução da imagem de Gastal e Monteiro. Em ambos os casos, o jornalismo ultrapassou a função informativa e atuou como produtor de sentidos políticos, modulando expectativas e reforçando visões de mundo.

Ao longo da campanha, os dois periódicos construíram narrativas que associavam o PTB a promessas não cumpridas e a falhas administrativas, enquanto apresentavam a coligação PDC-PSD-UDN-PL como alternativa de ordem e progresso. A repetição de temas, o uso estratégico dos santinhos e o tratamento desigual das candidaturas contribuíram para a produção de um ambiente discursivo polarizado. Ainda assim, essa intensa campanha

mediática não foi suficiente para impedir a vitória petebista, evidenciando que a imprensa pode influenciar, mas não controlar totalmente os resultados eleitorais.

A análise da eleição de 1959 em Pelotas evidencia, portanto, tanto o poder quanto os limites da atuação da imprensa. Como argumentam Alsina (1989) e Eleutério (2011), a mídia não apenas informa, mas constrói narrativas, produz significados e participa diretamente das disputas políticas. No entanto, como demonstram Noll e Trindade (2004), esses discursos encontram resistência quando confrontados com práticas políticas enraizadas e com um eleitorado capaz de interpretar criticamente o que lê. O estudo da imprensa pelotense nesse contexto oferece, assim, importantes contribuições para a compreensão da relação entre mídia, política e opinião pública no Brasil.

Dessa forma, a campanha de 1959 reforça a necessidade de se abordar criticamente o papel da imprensa em cenários de acirrada polarização. Embora os jornais atuem como instrumentos de construção de discursos e articulação de interesses, sua capacidade de determinar resultados é limitada quando confrontada com um eleitorado consciente, mobilizado e inserido em redes sociais e políticas que ultrapassam o alcance editorial.

Fontes

OPINIÃO PÚBLICA (Pelotas). Edições consultadas no ano de 1959. Pelotas. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR (Pelotas). Edições consultadas no ano de 1959. Pelotas. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.

Referências Bibliográficas

ALSINA, Miquel Rodrigo. El Acontecimiento. In: RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989

BANDEIRA, Ana da Rosa. **Diário Popular de Pelotas, RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890-2016)**. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BARBOSA, Marialva. “Cinquenta anos em cinco”: Consolidando o mito da modernização (1950 – 1960). In: BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

CRUZ, J. B. C. da. Aos trabalhadores do Brasil, um novo partido: a formação do PTB no Rio Grande do Sul. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2017.

ELEUTÉRIO, Maria de Lurdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania de. **História da imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O Sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GOLIN, Tau, BOEIRA (Dir.). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar 1930-1985. Passo Fundo: **Méritos**, v. 4, 2007, p. 59-82

LEMOS, Daniel. O deputado João Carlos Gastal e a questão da democracia no Brasil. In: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs.) **Contribuições recentes sobre História e Política**: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hégio (coord.). **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul**: 1823/2002. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2004.

OTAZU, E. da S. (2014). “O QUE HÁ DE NOVO NA POLÍTICA?”: O JORNAL DIÁRIO POPULAR (PELOTAS-RS) FRENTE À REABERTURA POLÍTICA DE 1945. **Oficina Do Historiador**, 54–72. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/18951>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor (org.). **Mikhail Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos: Pedro & João, 2010.

Do apogeu à queda: o retrato da classe operária rio-grandina em meio ao processo de desindustrialização a partir do Jornal Agora

From peak to decline: a portrait of the working class in Rio Grande do Sul amid the process of deindustrialization, based on the newspaper Jornal Agora

Luiza Rolim André,¹ UFPel

Resumo

A cidade de Rio Grande vê, a partir da segunda metade do século XX, surgir um dos seus principais veículos de comunicação: O Jornal Agora. Neste mesmo período, a partir de 1980, observa-se o início do processo de desindustrialização alterando drasticamente o cenário fabril e o cotidiano do trabalho da região, atingindo principalmente o setor pesqueiro, principal potência industrial do período. Concomitantemente, o periódico torna-se uma das principais fontes de informação acerca do cenário econômico e político da cidade, dando ênfase principalmente em assuntos relacionados à situação do trabalhador local. Com isso, o presente artigo pretende demonstrar como o Jornal Agora, entre as décadas de 1980 a 2000, tornou-se uma fonte valiosa no estudo sobre o contexto industrial da cidade, bem como sobre as formas de mobilizações e articulações de luta por parte dos trabalhadores frente à crise.

Palavras-chave: Desindustrialização; Imprensa; Trabalho; Luta Operária.

Abstract

In the second half of the 20th century, the city of Rio Grande saw the emergence of one of its main media outlets: the newspaper Agora. During this same period, beginning in 1980, the process of deindustrialization began, drastically altering the manufacturing landscape and daily work life in the region, mainly affecting the fishing industry, which was the main industrial powerhouse at the time. At the same time, the newspaper became one of the main sources of information about the city's economic and political landscape, with a particular emphasis on issues related to the situation of local workers. Thus, this article aims to demonstrate how Jornal Agora, between the 1980s and 2000s, became a valuable source in the study of the city's industrial context, as well as the forms of mobilization and articulation of struggle by workers in the face of the crisis.

Keywords: Deindustrialization, Press, Work, Workers' struggle.

Introdução

A imprensa, enquanto fonte, percorreu um longo caminho dentro do campo historiográfico. Se antes os periódicos eram vistos com olhar de desconfiança, a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento da Nova História e, conseqüentemente, da renovação das fontes e temáticas dentro do campo disciplinar, este tipo de fonte textual passa

¹ Graduada em História Licenciatura. Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas/ Bolsista CAPES. Email: luizarolim44@gmail.com.

a ganhar cada vez mais espaço dentro das pesquisas acadêmicas, sobretudo, no campo da História. Juntamente com a ampliação de possibilidades de fontes, observa-se também o crescimento de análises voltadas para processos históricos a partir da “História vista de baixo”, movimento impulsionado por historiadores marxistas britânicos como Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm. Com efeito, as análises historiográficas passaram a incluir assuntos relacionados às mentalidades, mulheres, crianças, classe operária e demais questões que anteriormente pouco se faziam presentes no debate acadêmico.

Em meio às transformações que o campo da História atravessava, os periódicos ganharam a atenção de pesquisadores por permitirem o acesso a grupos que até então permaneciam à margem dos documentos oficiais. Segundo Tania Regina de Luca (2005, p. 13) as experiências de setores sociais antes ignorados pela historiografia “inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência”, consequentemente, estudos sobre o cotidiano desses grupos também passaram a ganhar espaço na academia. Um dos exemplos de produções analíticas que partiam desse pressuposto é a história do movimento operário que, a partir da década de 1970 “(...) encontrou na imprensa uma de suas fontes privilegiadas” (Luca, 2005, p. 119).

A cidade de Rio Grande, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, teve sua imprensa reconhecida como referência regional e estadual, obtendo grande influência durante os séculos XX e XXI (Alves, 1998). Acompanhando as fases de expansão da cidade, os periódicos da região abordavam tanto aspectos cotidianos quanto políticos e socioeconômicos. O município, devido à sua localização estratégica compreendida entre as águas do oceano Atlântico e da Lagoa dos Patos, tem como principal característica a denominação de cidade portuária. Este fator está diretamente vinculado à expansão industrial que a cidade viria a sofrer entre os séculos XX e XXI. Ao todo, Rio Grande passou por dois ciclos industriais, o primeiro, caracterizado principalmente pelas fábricas de tecidos e conservas, remonta ao ano de 1873, marcado pela instalação da Fábrica Rheingantz, primeira fábrica têxtil do estado do Rio Grande do Sul é referência no ramo de tecidos em âmbito regional e nacional. Este ciclo tem seu fim em 1965, com o fechamento massivo das primeiras grandes fábricas e sua substituição pelas indústrias vinculadas ao setor pesqueiro e ao novo porto (Martins, 2023).

Esta cidade, que passa a ser conhecida popularmente como “a cidade das chaminés” (Torres, 2015, p. 8), devido à grandiosidade de seu complexo fabril, também é palco de conflitos, greves e articulações de um corpo operário organizado. Essas especificidades da região irão moldar a constituição da imprensa local, a qual irá acompanhar os aspectos

cotidianos desse universo fabril juntamente com seus ciclos industriais, desde sua formação até o início da desindustrialização, processo iniciado ao final da década de 1980 e responsável por alterar drasticamente o cotidiano do trabalho no município.

Dentre os principais periódicos atuantes em Rio Grande está o Jornal Agora, o qual teve suas atividades iniciadas em 1975, atuando como principal veículo de imprensa local até 2020, quando encerrou suas atividades (Goulart *et al.*, 2025). O periódico em questão abrangia as cidades de Rio Grande, São José do Norte e região, abordando as mais variadas temáticas, desde assuntos relacionados ao lazer, até aqueles referentes a aspectos políticos e econômicos da cidade. Neste sentido, o Jornal Agora se estabelece como fonte privilegiada no que tange aos assuntos relacionados aos processos industriais do município, principalmente durante o processo de desindustrialização, sendo muitas vezes porta voz de entidades sindicais para denunciar a crise que irá permear as indústrias rio-grandinas, principalmente aquelas vinculadas ao setor pesqueiro.

Frente ao exposto, o presente artigo, portanto, tem como proposta analisar a atuação do movimento operário, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores vinculados ao setor pesqueiro, na cidade de Rio Grande através de exemplares do Jornal Agora durante as décadas de 1980 e 2000. Busca-se, portanto, realizar uma breve contextualização sobre a formação da classe operária local, bem como seu histórico de luta e organizações durante os ciclos industriais compreendidos desde a chegada e assentamento das primeiras fábricas até a consolidação e queda do setor pesqueiro². Por fim, compreendendo o conceito de classe em sua diversidade e atentando-se ao recorte de gênero dentro das discussões que envolvem as mulheres e os mundos do trabalho, esta pesquisa pretende também analisar a representação das operárias nas ilustrações e fotografias do periódico. Além disso, pretende-se problematizar a ausência de menções às trabalhadoras no corpo textual do Jornal, processo que resulta no apagamento da figura das trabalhadoras e no silenciamento da sua presença e importância na constituição do parque fabril da cidade.

Para isso, foram analisados exemplares do período que compreende o início e a consolidação do processo de desindustrialização na cidade (1980 – 2000). Mais precisamente, foram analisados quatro períodos de cada ano: janeiro, fevereiro, maio e dezembro. O material utilizado encontra-se na Biblioteca Rio-Grandense e a escolha desses meses justifica-se porque todos abrangem o período de safra da produção pesqueira, bem como em maio é

² Vale ressaltar que o debate exposto neste estudo pertence a um recorte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado de mesma autoria, a qual ainda se encontra em processo de escrita, mas já apresenta alguns dados de pesquisa e análise.

comemorado o Dia do Trabalhador, momento em que ocorre uma rápida revisão da situação operária no contexto nacional e regional. O motivo da escolha do recorte temporal a ser analisado deve-se ao fato de que o processo de desindustrialização permite compreendermos como se constroem as articulações da classe operária em meio aos momentos de crise e qual o espaço das mulheres operárias na sociedade rio-grandina através das percepções da imprensa durante o período.

Da industrialização à desindustrialização: o retrato da cidade industrial

Como anteriormente mencionado, a cidade de Rio Grande, “por meio da acumulação comercial derivada das atividades de importação e exportação, consegue criar um parque fabril importante em termos nacionais a partir do final do século XIX” (Martins; Pimenta, 2004, p. 85). Porém, a partir da segunda metade do século XX, a região é atingida por uma série de processos que alteram drasticamente seu setor industrial, levando ao “fechamento de parte substancial do parque produtivo até então instalado” (Martins, 2022). O fim da Segunda Guerra Mundial foi crucial para a crise das indústrias regionais, pois, com a retomada da economia internacional, as indústrias que, anteriormente, tinham como principal foco a exportação de produtos para o exterior (Martins, 2022) agora precisavam tentar readaptar-se com a nova realidade.

Somando isso a defasagem tecnológica do maquinário regional quando comparado às indústrias dos grandes centros como o de São Paulo, Rio Grande observa suas grandes fábricas, principalmente as vinculadas aos setores têxteis, como é o caso da Rheingantz, serem atravessadas por um processo de estagnação (Martins; Pimenta, 2004). O fato resulta no fechamento de suas portas entre as décadas de 1950 e 1960. As fábricas que permaneceram foram aquelas vinculadas à alimentação, sobretudo, ao setor de pescados. Nesse meio tempo de transição entre um ciclo e outro, em 1975 é criado o Jornal Agora pelo empresário Germano Leite (Goulart *et al.*, 2025), no período, Rio Grande ainda se estabelecia como um dos principais polos industriais do Rio Grande do Sul, grande parte por conta do setor pesqueiro que se torna referência nacional. Devido ao contexto, o periódico adquire uma preocupação em abordar os assuntos relacionados à indústria rio-grandina e fazer dela parte central de suas temáticas abordadas.

Segundo Capelato (2015) a imprensa atua em uma ação dialética junto à sociedade, ao mesmo tempo que opera como dispositivo de condução e formação de opinião pública também é moldada pelo meio social que se insere. No Jornal Agora é possível ver esse

processo a partir da ênfase dada aos assuntos que se referem aos aspectos industriais da cidade. No dia 25 de maio, por exemplo, compreendido como o Dia da Indústria, o periódico anualmente faz questão de fazer um panorama geral do contexto industrial e exaltar o parque fabril da cidade. No ano de 1992, em um texto publicado, logo de início destaca-se a importância da data para a cidade, enfatizando a influência industrial no crescimento econômico do município ao escrever que

Para o Rio Grande a data é significativa, tendo em vista a presença marcante do setor no desenvolvimento de nossa economia (...) Ficou conhecida como ‘cidade das chaminés’ e em 1940 chegou a ter 6200 trabalhadores na indústria” (Agora, 23/05/1992, p. 9).

Além disso, no texto destacam-se as grandes fábricas que fizeram parte do primeiro ciclo industrial como a União Fabril³, Leal Santos⁴ e Swift⁵, reforçando a grandiosidade do passado fabril da cidade.

O trecho em questão foi escrito em um período no qual a cidade já era atravessada pelo processo de desindustrialização, no qual, de modo geral, ocorreu a queda “da participação do emprego industrial no emprego total” (Speranza, 2023, p. 14). Esse processo atinge fortemente a cidade a partir do final da década de 1980, quando parte significativa das fábricas pesqueiras passam a fechar suas portas. Neste período, apesar de não mais possuir a mesma imponência industrial quando comparado aos ciclos anteriores, o Jornal Agora permite observar como a sociedade rio-grandina ainda se colocava enquanto cidade fabril, alimentando o sentimento nostálgico ao fazer referência a esse passado glorioso do município. Para Susana Gastal (2006) o uso do artifício nostálgico muitas vezes é utilizado em oposição às perdas vividas no tempo presente, portanto, “tal nostalgia carregaria em si uma evasão do presente, acompanhada de uma idealização do passado como edênica idade de ouro” (Gastal, 2006, p. 144). Neste sentido, é possível perceber como o periódico, sendo contemporâneo ao fim do grande complexo fabril da cidade, recorre ao passado como forma de perpetuar o imaginário da cidade das chaminés.

Outra prova de como o processo de desindustrialização era fortemente sentido nos setores industriais do período, pode ser observado nas notícias referentes ao setor pesqueiro. As fábricas de pescados, apesar de estarem presentes na região desde as primeiras décadas do

³ Companhia União Fabril Rheingantz, já mencionada anteriormente no texto.

⁴ Instalada em 1889, era filial de uma empresa portuguesa e iniciou suas atividades produzindo alimentos em conserva, posteriormente passou também a produzir biscoitos, mas a partir da segunda metade do século XX voltou suas atividades principalmente para o tratamento de pescados, setor que atua até os dias atuais.

⁵ Frigorífico de grande porte instalado no ano de 1917, chegou a abrigar 1.500 operários e teve suas portas fechadas em 1954.

século XX, principalmente com a instalação da fábrica Leal Santos em 1889, passam a ganhar força no cenário econômico e industrial a partir de 1930, momento em que outras empresas vinculadas ao setor passam a se instalar na cidade. Mais uma vez, as águas aparecem como fator determinante para a expansão e a espacialização do novo ciclo industrial. Segundo Martins e Pimenta (2004, p. 96):

A espacialização das empresas pesqueiras pela cidade do Rio Grande se deu sempre junto aos cursos d'água por questões óbvias, com predominância junto ao canal do Rio Grande; ficaram assim distribuídas a Norte do pontal arenoso onde está localizado o sítio urbano.

Segundo Martins (2022, p. 200) “o parque industrial pesqueiro do Rio Grande sempre foi considerado um dos mais tradicionais setores industriais da cidade, devido à longevidade e ao pioneirismo desse ramo produtivo, este em termos de Brasil”. O ápice desse setor ocorreu no ano de 1970, através de uma série de incentivos e financiamentos estatais “via Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (Sudepe)” (Martins; Pimenta, 2004, p. 96). Como consequência, Rio Grande passa a contar com cerca de vinte fábricas pesqueiras atuando simultaneamente, sendo uma delas a Empresa Pescal, que se tornou destaque no setor de pescados em âmbito nacional, chegando a empregar cerca de 850 trabalhadores simultaneamente. O crescimento do ramo foi significativo também na absorção dos trabalhadores que se encontravam desempregados devido ao fechamento das antigas fábricas.

O crescimento do setor perdura até a segunda metade da década de 1980, período em que se tem o início da desindustrialização. Em 1982, o jornal, ao publicar no dia 18 de dezembro um texto intitulado *Armador Industrial vê futuro negro para a pesca brasileira*, listava alguns dos problemas que poderiam prejudicar o setor pesqueiro, prevendo o cenário que se apresentaria no início da virada da década. Dentre os principais problemas citados, a sobrepesca aparece em evidência. Segundo o texto “a crescente predação dos estoques de pescado nacional, que progride geometricamente sob a conivência de órgãos fiscalizadores como a SUDEPE (...)” seria um dos principais motivos de uma possível crise nas fábricas pesqueiras, o órgão estatal era acusado de “(...) não adotar uma política de maior rigor para dar solução imediata ao problema social” (Agora, 18/12/1982, p. 3).

Como previsto, a crise atingiu fortemente a cidade a partir de 1990, através de “um complexo de fatores que resultaram na falência de boa parte das empresas instaladas” (Martins, 2022, p. 203). Este período será fortemente lembrado como a “década perdida”. Em uma matéria publicada pelo Jornal em 6 de dezembro de 1995 intitulada *Governo do Estado poderá fechar a indústria pesqueira* são evidenciados alguns dos problemas que o

setor pesqueiro atravessava. Nos trechos é mencionada “a falta de definição e decisões por parte do governo do Estado” em relação às indústrias instaladas na cidade, sendo ocasionada pela desregulamentação das atividades pesqueiras e pelo fim do financiamento estatal ao setor com a extinção da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)⁶. Segundo Martins e Renner (2014, p. 58-59),

O desmonte das estruturas estatais, comprometeram inclusive a divulgação dos dados do setor e colocaram o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como o principal financiador do complexo pesca (pesca, indústria da pesca e aquíicultura). As empresas que tinham a racionalidade da produção baseada na lógica da regulação estatal da extensão das atividades de industrialização em um mercado nacional protegido, foram obrigadas a mudar as suas estratégias no começo dos anos de 1990 ou iniciaram um processo de encerramento das atividades.

O fechamento em massa do complexo fabril pesqueiro atinge também fortemente o cotidiano do trabalho na cidade de Rio Grande. Para adaptar-se ao processo e resistir ao desemprego ou à precarização do trabalho, os trabalhadores precisaram recorrer à velha atividade já praticada há muito tempo na cidade: a de se organizar por meio de greves e ocupações, como veremos na próxima seção.

Um retrato da classe trabalhadora rio-grandina: articulações em momentos de crise

Segundo Petersen e Schmidt (2004, p. 212) a história da classe trabalhadora está intrinsecamente ligada aos “seus esforços para criar instituições que expressassem sua identidade de classe”, sendo “a história de suas experiências e lutas coletivas em defesa de direitos e pela transformação da sociedade que os oprimia”. Essas experiências eram resultado direto do processo de fazer-se classe, definido por Thompson (1987) como um processo contínuo envolvendo experiências em comum vivenciadas entre sujeitos e que

Acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens, cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus (Thompson, 1987, p. 10).

No que diz respeito ao Rio Grande, seu complexo fabril estava muito longe de restringir-se apenas às fábricas e ao maquinário, dentro desses espaços existiam aqueles que serviam como base para sua expansão: a classe trabalhadora. Desde o primeiro ciclo industrial, Rio Grande contava com um grande fluxo de trabalhadores vivendo em suas

⁶ Órgão estatal criado em 11 de outubro de 1962, por meio da Lei Delegada Nº 10, tinha como principal função elaborar e executar políticas para o setor pesqueiro (Filho, 2017).

dependências. Segundo Martins e Pimenta (2004, p. 87), “somente a primeira dezena de empresas industriais instaladas nesse interstício de tempo apresentava, individualmente, mais de uma centena de operários, e algumas ultrapassavam a cifra de mil trabalhadores.” As condições de vida desse operariado não eram as melhores, e por isso, a tendência à articulação e ao associativismo acompanhou a formação dos movimentos operários. Diferentes fatores provenientes das explorações laborais cotidianas, como a convivência devido às longas jornadas de trabalho, somado a alta periculosidade nos ambientes fabris, resultaram na formação de associações trabalhistas organizadas com o intuito de proteger-se contra as precárias situações laborais. A organização em grupo partia do entendimento de que as questões exploratórias que atingiam não apenas os trabalhadores, mas também seu núcleo familiar, não poderiam ser enfrentadas e combatidas de forma individual.

Tais movimentações eram comuns nas sociedades industriais, não sendo diferente em Rio Grande. O município destacou-se por possuir “um polo de tendências revolucionárias, tendo sido palco de reivindicações trabalhistas materializadas por meio de greves operárias, passeatas e confrontos com a polícia.” (Goulart *et al.*, 2025, p. 17). Esse movimento operário tem sua organização aprofundada a partir do século XX e sofreu influência das diferentes ideias que circulavam entre os diferentes grupos que ocupavam a região. O grande fluxo de imigrantes trouxe consigo ideias socialistas e anarquistas que foram incorporadas pelo operariado (Petersen, Schmidt, 2004). Outras lutas como aquelas vinculadas às ideias oriundas do período de pós-abolição em prol do trabalho livre e da reinserção das populações emancipadas no corpo operário também tiveram influência nas demandas da classe operária, moldando as características do movimento operário local (Bresolin, 2023). A consolidação do movimento operário rio-grandino ocorreu a partir de 1890 com a fundação de entidades associativas como a Liga Operária e o Centro Operário (Torres, 2015).

Segundo Petersen e Schmidt (2004), os periódicos tornaram-se uma das principais fontes de informação sobre movimento operário por se tratarem de um dos principais instrumentos de organização e disseminação de suas ideias. No caso de Rio Grande, o crescimento de urbanização da cidade e seu estabelecimento enquanto referência industrial resultou na criação de uma imprensa que também refletia as transformações e características da cidade. No ano de 1896 o jornal *Echo Operário* passa a circular na cidade, tornando-se um dos principais periódicos operários do país. A imprensa militante da região por muito tempo reconhecia o município como “cidade vermelha” (Torres, 2015, p. 46). Para Bresolin (2023, p. 17) esse reconhecimento “configurou um perigo constante para a classe dominante na

manutenção da ordem e implicou uma maior repressão e severo controle das organizações sindicais por parte do Estado.”

Apesar de o Jornal Agora nunca ter se colocado como imprensa operária ou militante, o periódico ocupou uma posição importante para as demandas da classe operária. Sua criação se deu no auge da ditadura civil-militar (1975), período em que as perseguições às movimentações trabalhistas se intensificaram à medida que a condição de vida desses trabalhadores se deteriorava. Mesmo tratando-se de um contexto de forte censura, o jornal se manteve ativo durante todo o período, tornando-se um importante instrumento de denúncia na cidade. Por este motivo, deve-se destacar que “a produção do Jornal Agora não pode ser reduzida a um projeto coletivo e deliberado de oposição ao regime, por outro, é incontestável que os artistas ali envolvidos não se furtaram ao enfrentamento dos dilemas de seu tempo.” (Goulart *et al.*, 2025, p. 42).

Um exemplo dessa ligação com a causa trabalhista são as sessões dedicadas ao feriado do dia do trabalhador comemorado no primeiro de maio, quando o jornal dedica-se a expor um panorama geral da situação do trabalhador rio-grandino, bem como evidenciar as comemorações e atividades dedicadas ao dia na cidade. Em 1988, por exemplo, a seção dedicada ao feriado traz em primeiro plano a manchete *Hugo diz que trabalhador nada tem para comemorar*, demonstrando como se encontra a classe operária naquele período.

No texto são levantados alguns dos problemas que atingem o trabalhador, indicando que “por mais que o trabalhador tente ganhar condições de subsistência, a inflação astronômica e os desmandos da política econômica corroem seus ganhos e o afastam cada vez mais dos bens de consumo necessários a uma vida digna” (Agora, 1/6/1988, p. 5). O contexto de publicação remonta ao processo de reabertura democrática e início da desindustrialização que, ao atingirem a cidade de Rio Grande, a partir da segunda metade da década de 1980, alteram não apenas o sistema produtivo da região, mas também afetam significativamente a vida dos trabalhadores que passam a vivenciar a precarização das condições de vida, a intensificação da exploração no trabalho e o desmantelamento das organizações sindicais.

Ainda na mesma página, o Jornal também utiliza o espaço para expor as programações do feriado no município de Rio Grande que variam entre protestos e greves. No texto intitulado *Programação do 1º de Maio*, são reforçadas as condições trabalhistas, mas também evidenciadas algumas comemorações:

Em forma de festa ou de protesto, várias comemorações serão realizadas pela passagem no Dia do Trabalho, hoje, em Rio Grande. Na maior parte

delas, é certo, haverá o protesto pelos baixos salários e poucas condições de vida (Agora, 1988, p. 5).

Neste sentido, além de dar continuidade à crítica e denúncia sobre a precarização da classe trabalhadora rio-grandina, o texto também evidencia o forte engajamento da cidade no feriado, demonstrando como mesmo em meio a momentos de crise, os setores trabalhistas buscavam se articular, seja de forma ativa por meio de greves e atos, seja por meio de comemorações, reforçando também certo orgulho pela causa operária.

Ainda assim, a preocupação em expor notícias referentes às greves e demais movimentações operárias não ficava restrita apenas ao dia do trabalhador, no dia 11 de maio de 1994 é publicado no Jornal Agora uma manchete intitulada *Funcionários ocupam empresa*, na qual informava que

[...] os funcionários da Atlantis Pescados S.A ocuparam o escritório e paralisaram as atividades da fábrica com o objetivo de protestar e orçar uma solução para a difícil situação em que se encontram. Os 22 funcionários da Atlantis, pessoal do escritório e da produção, até o momento não receberam o salário relativo ao mês de abril

O texto em questão demonstra a difícil situação em que os trabalhadores das indústrias pesqueiras se encontravam. Os fechamentos das fábricas e demissões em massa eram uma realidade na região. Neste caso, a falta de salário levou à organização e ocupação dos trabalhadores nas fábricas, mostrando como o momento de crise impulsionava sua mobilização. Acontecimentos como este solapam a ideia difundida de uma classe trabalhadora submissa e passiva, pois, à medida que a desindustrialização avançava, greves e passeatas eram cada vez mais frequentes no cenário industrial rio-grandino.

Até aqui, foi possível observar como a imprensa se torna importante no mapeamento da atuação da classe operária em Rio Grande, e como através de associações combativas e realização de grandes movimentações, foram denunciadas as precárias situações de trabalho vividas principalmente durante o processo de desindustrialização da cidade. Ainda assim, a imprensa deixa uma lacuna evidente, afinal, ela se esquece de uma parte fundamental para a expansão e consolidação da indústria rio-grandina: as mulheres operárias. Se elas quase não aparecem nas manchetes, onde estavam as mulheres trabalhadoras da cidade? Será que elas também estavam envolvidas nessas movimentações? Se sim, a que se deve esse silenciamento em relação à sua presença?

Onde elas estão? O apagamento das mulheres trabalhadoras na luta laboral e ofício

A marginalização de determinados grupos sociais, como é o caso da classe operária, às vezes, impõe o apagamento de seus rastros para quem decide pesquisá-los. Esse apagamento adquire mais camadas quando são inseridos os recortes de raça e gênero. A imprensa, apesar de surgir como uma fonte muito importante para o acesso à classe operária, por muitos anos foi ocupada majoritariamente por um grupo homogêneo formado por homens brancos. Segundo Matoso (2024, p. 122) “as representações de gênero foram moldadas e transmitidas através das narrativas, contribuindo para a construção da memória coletiva em torno desses eventos”, em outras palavras, o gênero de quem compõe o corpo editorial tem influência direta nas decisões de como os trabalhadores serão representados. Logo, a construção do discurso presente no periódico é determinada pelo grupo social que o escreve. Em um editorial formado preponderantemente por editores e jornalistas homens, a visão de mundo que prevalece é aquela que condiz com as suas experiências sociais. Tratando-se especificamente de assuntos que tangem à classe trabalhadora, o resultado é um discurso que entende o grupo sob uma perspectiva também homogênea, sem levar em consideração os atravessamentos de marcadores como gênero e raça nos indivíduos referenciados.

Essa narrativa construída pela imprensa ocasiona o apagamento da presença e protagonismo das mulheres nos mundos do trabalho, como consequência, as demandas e lutas das trabalhadoras são desconsideradas, e sua presença é vista como irrelevante nos setores fabris. No caso de Rio Grande, o corpo operário feminino esteve fortemente presente nas fábricas rio-grandinas. As mulheres compunham maioria nos setores têxteis e pesqueiros (Silva; Spolle, 2013), sendo mão de obra base para a sua expansão econômica e tornando-se inclusive muitas vezes símbolo das representações sobre a indústria. Um exemplo disso pode ser visto na figura abaixo, em uma das ilustrações utilizadas pelo Jornal Agora na seção reservada à comemoração do Dia da Indústria.

Imagem 1 - Ilustração de comemoração ao Dia da Indústria



Fonte: Acervo Jornal Agora, 1995.

Na imagem 1, a alegoria escolhida para representar a data comemorativa remete à uma mulher trabalhando no que parece ser uma máquina voltada para o ramo de tecidos. A escolha não é aleatória, afinal, como aponta Matoso (2024), toda comunicação é feita a partir de uma intencionalidade. Neste caso, Rio Grande por muitos anos tornou-se referência como potência industrial do Rio Grande do Sul. Apesar de não haver mais fábricas do ramo no ano de 1995, o periódico, através do tipo de máquina escolhida, opta por remeter a esse tempo. A fábrica Rheingantz, por exemplo, tinha em seu corpo operário a predominância de mulheres devido a imposição da divisão sexual do trabalho, definido por Kergoat (2009, p.67) como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo”. Esta organização é imposta a partir dos papéis socialmente construídos e atribuídos entre os sexos e designam funções entre homens e mulheres, estabelecendo sempre uma posição hierárquica e de dominação do primeiro em relação ao segundo. Neste sentido, por se tratar de uma fábrica têxtil e o trabalho desempenhado necessitar de habilidades ligadas ao cuidado, as operárias passam a ocupar massivamente esses setores.

Nota-se também que ao retratar a figura de uma trabalhadora, a ilustração não foge da clássica representação do ideal de mulher. Danièle Kergoat (2012), ao trabalhar o conceito de consubstancialidade, estabelece que os classificadores de gênero, raça e classe estão unidos em um nó onde se constroem de forma mútua e dentro deles se atravessam relações de dominação e opressão. As operárias, portanto, têm suas experiências moldadas a partir dessas três categorias e a ilustração escolhida é um ótimo exemplo de como essa opressão é

construída. A representação é composta por uma mulher de pele branca, cabelos muito bem presos e roupa muito bem ajustada ao corpo magro e delicado. Tais características sintetizam a dinâmica de disciplina e apagamento impostas do corpo da mulher operária, delineando a ideia de uma trabalhadora ideal, aquela obediente, branca, passiva e delicada, afastando qualquer impressão de imponência ou dureza.

Neste sentido, a ilustração reforça a invisibilização da diversidade operária e das trabalhadoras enquanto sujeitos ativos no movimento sindical e trabalhista. Ainda assim, apesar de, historicamente, os espaços de reivindicação estarem fortemente atrelados a uma masculinidade hegemônica, as mulheres também se fizeram presentes nas mobilizações operárias, e não hesitaram em desenvolver formas de tornarem suas demandas visíveis dentro da luta trabalhista (Matoso, 2024). Petersen e Schmidt (2004, p. 228), ao discorrer sobre a pluralidade dos movimentos operários, destacam a presença massiva de mulheres logo nas primeiras grandes greves organizadas no início do século XX, segundo os autores:

Na greve de 1906, as mulheres também saíram às ruas e praças em prol de reivindicação das 8 horas de trabalho. No dia 5 de outubro daquele ano, ocorreu um grande comício nos Navegantes. Segundo o *Petit Journal*, de Porto Alegre ‘a nota [...] de entusiasmo era dada pelas moças operárias que chegavam a rasgar os vestidos encarnados e colocar no peito topes com o símbolo da classe.

Este fato refuta a ideia atrelada à mulher enquanto indivíduo passivo e submisso, ao mesmo tempo que subverte a visão perpetuada por muitos anos de que esses corpos estavam destinados apenas a reproduzir como já apontava Michelle Perrot (1995). Em outras palavras, desde sua entrada nos mundos do trabalho, as operárias estiveram ativas nas suas reivindicações, seja de forma mais direta, atuando em greves e passeatas, seja de forma mais velada através de sabotagens no seu trabalho e ações de solidariedade entre colegas.

Assim como nas empresas têxteis, as empresas pesqueiras também são marcadas pela divisão sexual do trabalho e constituídas preponderantemente por mão de obra feminina, sobretudo no setor dos Trabalhadores Transitórios da Indústria do Peixe, ou comumente conhecido como *tarefa*. Um exemplo disso, aparece estampado na primeira página do Jornal Agora no dia 29 de janeiro de 1989.

Imagem 2 –Primeira página do Jornal Agora estampando mulheres trabalhadoras do setor de pescados



Fonte: Acervo Jornal Agora, 1989.

Na imagem 2, ao falar sobre o mercado de pescado rio-grandino, o periódico opta por utilizar a fotografia de mulheres trabalhando no setor. Suas roupas brancas e posição em frente às esteiras indicam serem mulheres ocupando o ofício da tarefa, muito característico das fábricas pesqueiras da região. O ofício da tarefa consiste na realização da limpeza e do tratamento do peixe para o consumo. Trata-se de uma ocupação desempenhada em pé, em frente às esteiras nas quais o pescado é passado em caixas para que possa ser devidamente tratado. Normalmente utilizam-se facões para a realização da limpeza e quanto maior a produção da tarefa, maior a sua remuneração. Segundo Silva e Spolle (2013, p. 1), assim como a têxtil, esse tipo de indústria é “desde a sua formação, no final do século XIX, composta pela maior presença de força de trabalho feminina nas atividades relacionadas à limpeza e à conservação do pescado realizadas no chão da fábrica.”. A presença das mulheres é facilmente constatada através da fotografia escolhida pelo jornal, entretanto, apesar de serem as tarefeiras as escolhidas para representar visualmente os trabalhadores do setor pesqueiro, sua presença é limitada à esfera simbólica, pois elas pouco são mencionadas nos textos do periódico. Disso resulta o apagamento da categoria criando o imaginário coletivo que reforçava a desimportância das trabalhadoras na expansão econômica e industrial da cidade, principalmente no setor pesqueiro. Silva e Spolle (2013, p. 3), ao realizarem um estudo sobre a presença das trabalhadoras nas empresas de peixe, comprovam como esse imaginário não se aplica na materialidade da cidade rio ao destacarem que: “em 1990, as nove fábricas instaladas no município, empregavam 670 homens e 1.350 mulheres. Nos anos de

1995-2003/2009 às trabalhadoras compunham mais de cinquenta por cento do total de trabalhadores”. Atualmente, apesar de em menor quantidade, esse tipo de ofício ainda existe nas fábricas de pesca, e permanece sendo desempenhado massivamente por mão de obra feminina.

Neste sentido, o Jornal Agora, apesar de atribuir destaque às movimentações trabalhistas, ainda faz parte de um período onde o corpo editorial era composto principalmente por homens, logo, a visão hegemônica masculina ignorava os diferentes recortes existentes dentro dele e a complexidade das suas vivências experienciadas. O periódico, neste sentido, realizava um movimento dialético que reproduzia os consensos de seu tempo, mas também, por ocupar uma posição importante enquanto veículo de influência, também moldava a opinião pública rio-grandina. O fato resultou no apagamento e silenciamento da presença e história das mulheres dentro das fábricas rio-grandinas, mas que, ainda assim, deixaram seus rastros no chão de fábrica por onde passaram.

Considerações finais

O estudo da história operária permite ir na contramão da história perpetuada pelos vitoriosos, compreendendo as experiências do fazer-se classe, bem como suas reais intencionalidades por trás das articulações de luta. Para Thompson (1987, p. 13) a importância dos estudos da classe trabalhadora reside no espaço de que “eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência.”

A cidade de Rio Grande atualmente convive com o conflito entre presente e passado. Ao caminhar pelas suas ruas, o conjunto arquitetônico permite que sejam enxergados os resquícios do passado industrial. Mas esse passado não se torna presente somente a partir de sua materialidade, uma vez que, ainda transitam pelas suas ruas operários e ex-operários com a memória ainda viva das experiências laborais, das greves e passeatas organizadas. Por isso, atentar-se às complexidades do cotidiano operário e evidenciar suas articulações compõe o que Walter Benjamin denominou como “tradição dos oprimidos” (2005).

A imprensa, como vimos até aqui, torna-se uma fonte fundamental não só para o conhecimento sobre a dimensão da história industrial de Rio Grande, mas também para a análise da atuação desse corpo operário dentro e fora do complexo industrial. O Jornal Agora, portanto, nos permite refutar a posição de submissão e mandonismo atrelada ao trabalhador. Por meio de suas páginas, ao analisar o período de desindustrialização, percebe-se um corpo

operário forte e organizado na luta pelo que restou de seus direitos. No entanto, como todas as fontes, o periódico possui suas próprias limitações, principalmente quando adicionamos o recorte de gênero. Nem todas as complexidades do mundo do trabalho conseguem ser transmitidas pelo periódico e por isso, devem ser problematizadas.

Neste sentido, reforçando o que diz Elizabeth Souza-Lobo (2021), ao tratar da história das mulheres, é necessário observar também o invisível, aquilo que não se pode ver em um primeiro momento. O silenciamento das mulheres operárias, neste sentido, também é uma evidência, e deve também ser problematizado. Logo, antes de tudo, é preciso sempre lembrar historicamente a memória da classe operária, sobretudo, das mulheres encontra-se sempre em disputa. A desindustrialização trouxe consigo a crise não só econômica, mas também identitária, em uma cidade onde passado e presente entram em conflito, a destruição do patrimônio industrial e consequentemente, da memória operária se intensifica. Por isso, faz-se necessário seguir os rastros deixados pelos tempos industriais para que não reste dúvida que Rio Grande foi palco de uma classe ativa e organizada, mas não homogênea, dentro dela há gênero e raça lutando para que sejam vistos, e por isso, devem ser evidenciados.

Fontes

Armador Industrial vê futuro negro para a pesca brasileira. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 3, 18 de dezembro de 1982.

Governo do Estado poderá fechar a indústria pesqueira. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 3, 6 de dezembro de 1995.

Hugo diz que trabalhador nada tem para comemorar. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 5, 1 de maio 1988.

Pescado rio-grandino abre novos mercados no exterior. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 1, 29 de janeiro de 1989.

Indústria comemora seu dia. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 9, 23 de maio de 1992.

Funcionários ocupam empresa. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 3, 11 de maio de 1994.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868 – 1895)**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1998.

BRESOLIN, Felipe Treviso. **Jogo, logo existo: futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1901 - 1931)**. Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2023.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: Villaça, Mariana; Prado, Maria Ligia Coelho (org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 114 – 136.

FILHO, Alcides Goularti. Da SUDEPE à criação da secretaria especial de aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. jul./dez. 2017. p. 385 – 412. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/6b9cd634-99c9-4f6c-a321-e2f8a7d9ec25. Acessado em: 27/11/2025

GASTAL, Susana. **Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas/SP: Papirus Editora, 2006.

GOULART. Fabio Ortiz *et al.* **A imprensa caricata em Rio Grande durante a ditadura militar: produção do Jornal Agora (1975 – 1976)**. Rio Grande: Náutica, 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et. al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009

KERGOAT, Daniéli. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, 2012.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 – 153.

MARTINS, Cesar Augusto Avila; RENNEN, Marco Antônio Gama. Industrialização de pescado no município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX. **Geosul**, Florianópolis, vol. 29, n. 58, p 29-72, jul. - dez, 2014. Disponível em: doaj.org/article/4e035de8d1bc4beb92d7f967f7a150eb. Acessado em: 20 de jul. 2024

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG. 2022.

MARTINS, Solismar Fraga; PIMENTA, Margareth Afeche. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município do Rio Grande (1874 – 1970). **R.B Estudos Urbanos e Regionais**, 2004.

MATOSO, Caroline Duarte: **“Nossos corpos foram boas raízes na fecunda terra da luta”**: agência das mulheres operárias e o PCB (Rio Grande, 1950-1954). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2024.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, p. 9–28, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acessado em: 27 nov. 2025.

PETERSEN; Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto *et al.* (org). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 209 – 246.

SILVA, Suzana Maria Veleda da; SPOLLE, Marcus Vinicius. O Trabalho Feminino Nas Fábricas de Conserva de Pescado: A permanência de uma exploração laboral. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, jan de 2014. Disponível em: [//www.ub.edu/geocrit/sn/sn-464.htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-464.htm) . Acessado em: 8 dez. 2024. p. 1 - 10

SPERANZA, Clarice. Memórias em disputa: uma reflexão acerca da construção das lembranças operárias. **Revista Historiar**, vol. 15, n. 28, p. 7-23, 2023. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/459>. Acessado em: 7 de jan. 2025

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.

TORRES, Luiz Henrique. **História do Município do Rio Grande**. Rio Grande: Pluscom, 2015.

O terror na Serra dos Tapes a partir do jornal *A Federação* (Pelotas, 1892)

The terror in the Tapes Mountains through the newspaper A Federação (Pelotas, 1892)

Vitor Wieth Porto,¹ UFPEL

Resumo

O seguinte trabalho tem como propósito abordar casos de violência na Serra dos Tapes, região rural de Pelotas, noticiados no ano de 1892 pelo jornal *A Federação*. Período extremamente conturbado na sociedade rio-grandense, tendo em vista que os republicanos ligados ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) abdicaram do poder estadual por pressões internas e externas. Passando a ser governado por uma Junta Governativa, rancores e rivalidades começaram a se tornar mais escancarados por todo o Rio Grande do Sul, o que igualmente ocorreu em Pelotas. Trabalharemos exclusivamente com a perspectiva republicana, logo que desejamos explicitar de que maneira os eventos ocorridos na região ajudaram a construir a conhecida narrativa do “anárquico governicho” e a necessidade do retorno do PRR à presidência do estado.

Palavras-chave: Pelotas; Violência; Imprensa; A Federação.

Abstract

This study aims to examine cases of violence in the Tapes Mountains, a rural region of Pelotas, reported throughout the year 1892 by the newspaper *A Federação*. This was an extremely turbulent period in the society of Rio Grande do Sul, as the republicans affiliated with the Republican Party of Rio Grande do Sul (PRR) had relinquished state power under both internal and external pressures. With the state subsequently governed by a Governing Junta, resentments and rivalries began to surface more openly across Rio Grande do Sul, a process that likewise unfolded in Pelotas. The analysis focuses exclusively on the republican perspective, as the objective is to demonstrate how the events that occurred in the region contributed to the construction of the well-known narrative of the “anarchic little government” and the perceived necessity of the PRR’s return to the state presidency.

Keywords: Pelotas; Violence; Press; A Federação.

Introdução

Nos primeiros meses do ano de 1892, as tensões políticas e sociais no Rio Grande do Sul tiveram impacto direto na cidade de Pelotas. Ao menos, é o que podemos conjecturar a partir de certas notícias do jornal ligado ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), como a publicada no dia 15 de fevereiro do referido ano. Esta coloca que

Continua em estado de sítio a cidade de Pelotas.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre e Bacharel em História pela mesma instituição. Pesquisador bolsista pela CAPES. E-mail: vitorwieth@gmail.com

Partidas de homens armados cercam as estradas e interrompem o trânsito público, prendendo e ameaçando. O Diário [Popular] diz que nestes últimos dias, a não ser a gente da coligação, que tem o acampamento como ponto de recreio, ninguém mais se animou a passar pela estrada do Fragata, com receio das violências que ali se têm praticado. Os Srs. Nascimento Fernandes, Frederico Kaastrup e outros negociantes daquela praça, cujos nomes ignoramos, foram também presos pelas guardas, e, apesar de terem sido reconhecidos como homens ordeiros, quartel-general compeliu-os a fazerem exercício de arma ao ombro! Não é estado de sítio esse estado em que se encontra a cidade, de onde o cidadão pacífico não pode sair sem receio de *tropelias e de violências*? Sem receio de ser preso e conduzido para os acampamentos? (A Federação, 15/02/1892, p. 1, grifos nossos).

A ideia de que a urbe estaria “sitiada” por homens armados, os quais oprimem os transeuntes na estrada do Fragata por meio da violência e coagindo a um alistamento forçado, além do desejo de demonstrar como o perímetro urbano de Pelotas corria perigo, tem um propósito mais complexo e que vai ao encontro das lutas políticas existentes no estado. A própria noção de “sítio”, enquanto termo militar, indicava que haveriam inimigos que cercavam a localidade com o intuito de dominá-la. Ao mesmo tempo, se a cidade é o objetivo final, podemos conjecturar que outros espaços ao seu entorno foram conquistados, ou, ao menos, sofreram com violências e tropelias similares às relatadas na ocorrência acima. Justamente nesse sentido, trataremos das ações dos coligados na região rural de Pelotas, mais especificamente na Serra dos Tapes, a partir das notícias do jornal *A Federação*. Nosso objetivo se dá em demonstrar como Pelotas e região foi utilizada para a construção de uma narrativa de terror e anarquia a partir do impresso ligado ao PRR, utilizando-se de notícias de violências e saques.²

Para tanto, partimos da ideia de que as notícias são desenvolvidas a partir de acontecimentos que possuem determinados critérios, os quais são chamados de “valores-notícia”. Nelson Traquina (2008) compreende que os valores-notícia possuem certos padrões que mudaram pouco ao longo dos séculos, em especial desde as folhas volantes do século XVII, destacando os acontecimentos que falam sobre o extraordinário, o insólito, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte. No seu entendimento, os valores-notícia podem ser entendidos em duas categorias: os de seleção e os de construção. Valores de seleção tange diretamente as características utilizadas pela imprensa para escolher este ou aquele acontecimento a partir de duas vertentes (critérios substantivos e critérios contextuais). Já os valores de construção tocam em como o jornalista irá produzir a notícia, ou seja, o que deve ser realçado, minimizado ou até mesmo omitido.

² A grafia das notícias foi atualizada.

Chamamos a atenção para determinados valores-notícia que podem ajudar a explicar o motivo de determinadas publicações e até mesmo a maneira que elas são impressas ao público. Valores de seleção (Traquina, 2008, p. 79-90) como a **notabilidade** (fato de ser facilmente visível, tangível; pode ser entendido também como o inverso do esperado; o insólito; a falha; o excesso e escassez), a proximidade (em termos geográficos ou culturais), a **relevância** (como o acontecido possui impacto sobre as pessoas, o país, etc.) e do **conflito** (violência física e simbólica, mas principalmente a primeira, logo que indica a ruptura da ordem social) são cruciais para entendermos como *A Federação* partia da ideia de uma unidade, no caso, a sociedade rio-grandense, tendo o conflito – provocado pela oposição – como elemento demarcador de fronteiras e criador de um consenso. Aliado a isso, valores de construção (Traquina, 2008, p. 90-93) como a **dramatização** (reforço do lado emocional, a natureza conflitual, os aspectos mais críticos do acontecimento), **amplificação** (do ato, do interveniente ou das supostas consequências), a **relevância** (aqui, relevância é entendida como o “sentido” que a notícia dá ao que aconteceu) e, principalmente, a **consonância** (quanto mais a notícia insere o acontecimento numa "narrativa" já estabelecida) dariam as ferramentas necessárias para a elaboração de uma estória (Bird; Dardenne, 1993), logo que os valores-notícia não são neutros, mas sim um código cultural que propõe a manutenção de fronteiras sociais e culturais por meio das formas e conteúdo que constituem as notícias (Traquina, 2008, p. 86-87).

Sendo assim, trataremos de notícias que foram elaboradas a partir de *conhecidos* e *relevantes* acontecimentos de conflitos ocorridos no município de Pelotas. Estes, ao serem publicados, possuem discursos *dramáticos*, muitas vezes *amplificados* para se inserirem dentro de uma *consonância* que servia aos propósitos políticos do PRR. Como se percebe, faremos uma análise qualitativa de determinadas publicações, utilizando-se de preceitos que focam em seu conteúdo, reinterpretando-o para a compreensão de significados que perpassa a leitura comum (Bardin, 1995; Moraes, 1999), mas sem uma rigidez metodológica no que tange o tratamento das fontes, tendo em vista que a construção da análise deve ser adequada aos propósitos do historiador, não o contrário (Constantino, 2002). Logo, o uso da historiografia se fará relevante para o entendimento dos sentidos presentes na imprensa tratada.

Isto posto, faz-se necessário uma breve contextualização do panorama político estadual. Afinal, quem era a *coligação* mencionada na notícia referenciada? Responder essa pergunta só é possível a partir da breve compreensão de eventos que ocorreram a partir do

advento da República. A emergência do PRR não ocorreu sem resistência, uma vez que, apesar de sua expressiva projeção eleitoral no fim da década de 1880, o Partido Liberal ainda se mantinha como a principal força política no Rio Grande do Sul, liderado por Gaspar Silveira Martins (Pesavento, 1983). O episódio da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e o consequente exílio de Silveira Martins representaram um ponto de inflexão que abriu espaço para a ascensão dos republicanos locais. Conforme observa Joseph Love (1975, p. 43), o afastamento do líder liberal, somado à aliança entre os republicanos e os militares, especialmente Deodoro da Fonseca, constituiu o “lance de sorte” que possibilitou a chegada do PRR ao poder estadual de forma provisória. Júlio de Castilhos recusou o cargo de presidente do estado, indicando o Visconde de Pelotas, José Antônio Correia da Câmara, mas assumiu a secretaria do governo, na qual iniciou um processo de reorganização política e administrativa. A partir daí, nomeou republicanos para cargos estratégicos e interveio nos municípios, afastando liberais e conservadores do poder (Andrade, 2021, p. 73). Essa política rompeu com o antigo padrão de alternância entre os dois partidos imperiais e consolidou uma nova estrutura de poder baseada na ocupação de cargos e na fidelidade partidária (Love, 1975, p. 42-44). Assim, o PRR passou a dominar a administração estadual, rompendo definitivamente com o sistema político do Império e perseguindo a oposição.

Por outro lado, a condução autoritária de Castilhos gerou conflitos. O desentendimento com o general Júlio Falcão Frota (que assumiu o governo estadual após a renúncia do Visconde de Pelotas) relativo ao Banco Emissor do Sul, levou à sua substituição pelo general Cândido da Costa, e posteriormente à ascensão do vice-presidente Francisco da Silva Tavares. Este, membro de tradicional família da Campanha e ligado ao antigo Partido Conservador, tentou reinserir nomes do período imperial na administração estadual, provocando reação da guarnição militar de Porto Alegre, comandada por oficiais castilhistas como Tomás Flores, Artur Oscar e João César Sampaio (Andrade, 2021, p. 76). Como colocado por Corálio Cabeda (2011), essa força militar foi determinante para a consolidação de Castilhos, intervindo diretamente na política estadual para sustentar e/ou alçar o grupo republicano ao poder.

Acrescido a isso, o PRR sofreu dissidências internas. O apoio de Castilhos a Deodoro da Fonseca fez com que Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Antão de Faria abandonassem o partido e, posteriormente se unissem a União Nacional (Love, 1975, p. 44). A referida agremiação, fundada em junho de 1890 e que unia antigos membros dos partidos do Império (Liberal e Conservador), concorreu à constituinte estadual no ano de 1891, mas obteve poucos

votos devido às fraudes eleitorais promovidas pelos perrepistas (Pesavento, 1983, p. 69-70; Andrade, 2021, p. 77-78). O domínio administrativo do PRR permitiu aprovar a Constituição Estadual de 1891, consolidando juridicamente seu poder e garantindo a eleição de Castilhos como presidente do estado.

No entanto, o cenário econômico nacional e regional apresentava problemas. A Política do Encilhamento, a repressão ao contrabando e o aumento das taxas de exportação de charque e couro causaram grande descontentamento entre os estancieiros da Campanha, base econômica da pecuária gaúcha. Além disso, o tratado comercial Brasil–Estados Unidos, que favorecia o café e reduzia tarifas de importação de manufaturas, gerou oposição entre comerciantes de Porto Alegre e produtores da região colonial alemã (Love, 1975, p. 49-51). A crise política causada por Deodoro da Fonseca agravou as tensões: trocas constantes de ministros, censura à imprensa, favorecimento de aliados e má condução econômica ampliaram o conflito com o Legislativo. A insatisfação das elites civis, em especial dos cafeicultores paulistas, culminou no golpe de 3 de novembro de 1891, quando Deodoro mandou fechar o Congresso. A Marinha reagiu bombardeando a capital federal, enquanto setores do Exército se uniram a Floriano Peixoto. No Rio Grande do Sul, Castilhos manteve-se leal a Deodoro e usou *A Federação* para defender o presidente, o que ampliou a resistência regional (Love, 1975, p. 51; Pesavento, 1983, p. 73-76; Andrade, 2021, p. 79).

A insatisfação explodiu na Revolução de 8 de Novembro de 1891, quando cidades como Pelotas, Rio Grande e Bagé se revoltaram contra o governo estadual. Sob a liderança de João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), irmão de Francisco da Silva Tavares, antiga liderança do Partido Conservador e filiado à União Nacional, o movimento espalhou-se rapidamente. Conforme Andrade (2021, p. 79-82), formaram-se juntas revolucionárias em localidades como Jaguarão, Arroio Grande, Santana do Livramento, Uruguaiana e Alegrete. Marcelo de Oliveira (2023, p. 132-136) destaca a importância da cidade de Rio Grande, cuja posição estratégica, por onde passavam os cabos telegráficos que ligavam o estado ao governo federal, foi crucial para o sucesso da revolta. O movimento resultou na queda de Castilhos e contribuiu diretamente para a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891 (Andrade, 2021; Oliveira, 2023).

O novo governo foi formado por uma Junta Governativa composta por Manoel Luís da Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil, mas as divergências internas levaram o general Domingos Barreto Leite a assumir o cargo executivo, tendo Barros Cassal como secretário. Seguiu-se um período de novas perseguições políticas, agora contra os republicanos, que

foram substituídos nos cargos públicos e, em muitos casos, exilados no Uruguai e na Argentina (Andrade, 2021). A partir de 1892, o estado mergulhou em um “estado de efervescência político-militar” permanente (Oliveira, 2023, p. 87-88), caracterizado por levantes, atentados e disputas armadas que antecipavam a Revolução Federalista. Nesse contexto, como colocamos inicialmente, *A Federação* desempenhou papel central na batalha ideológica, retratando os opositores (chamados pelo impresso de coligados e/ou jocosamente de patriotas) como promotores do terror e da desordem. Em Pelotas, as ações violentas das tropas da Guarda Nacional que foram arregimentadas na Revolução de 8 de Novembro e que se mantiveram na cidade foram amplamente noticiadas.

É importante atentarmos que o fato de esse efetivo militar estar acampado na Estrada do Fragata (atual Avenida Duque de Caxias), localidade um pouco afastada da cidade propriamente dita, se deu a partir de tensões prévias ocorridas dentro da própria urbe, onde originalmente se aquartelavam. A mudança do local se deu diante de uma negociação entre oficiais do 18º Batalhão de Infantaria do Exército, estacionado na cidade na ocasião, com Leopoldo Antunes Maciel, liderança local da oposição e comandante da Guarda Nacional na cidade (*A Federação*, 10/02/1892, p. 2). As tensões entre as duas forças se davam a partir de uma questão envolvendo armamentos que seriam de uso exclusivo da referida força armada e que, segundo *A Federação*, estavam sendo desviados do Arsenal de Guerra de Porto Alegre e repassados para a Guarda Nacional em vários pontos do estado (*A Federação*, 25/01/1892, p. 1). Inclusive, algumas munições foram apreendidas em Pelotas pelo próprio 18º batalhão (*A Federação*, 23/01/1892, p. 1). A referida organização militar desejava o desarmamento completo da Guarda Nacional em Pelotas, sem sucesso, porém conseguiu retirá-la de dentro do seu perímetro urbano, embora esse fato não tenha se dado de modo totalmente pacífico, tendo em vista que uma companhia foi destacada e ameaçou abrir fogo para que alguns homens deixassem a cidade (*A Federação*, 10/02/1892, p. 2).

A situação descrita possui relevância para compreendermos a noção de sítio construída pela redação do impresso republicano. Acampados do lado de fora de Pelotas, seria o Exército que a protegeria da violência dos oposicionistas. Como colocado pelo Diário Popular, folha pelotense vinculada ao PRR e republicado pelo impresso de Porto Alegre, o 18º Batalhão de Infantaria se tornou “[...] barreira insuperável para a realização de negros desígnios; porque garante a vida e a propriedade do povo, mantém a ordem pública e o sossego das famílias” (*A Federação*, 19/02/1892, p. 2). A valorização dada aos militares não se dava somente por uma

aproximação ideológica positivista,³ mas com propósitos mais imediatos e explícitos. A partir da chegada do general Bernardo Vasques para tomar posse do comando do 6º Distrito Militar, o jornal passou a publicar artigos suplicando pelo desarmamento completo da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, visando intensificar as tensões existentes entre as duas forças (A Federação, 16/02/1892, p. 1). No mesmo período, como abordado por Andrade (2021, p. 87-89), havia planos de invasão de forças ligadas às lideranças republicanas exiladas a partir da fronteira, o que certamente seria muito mais fácil se os efetivos ligados à Junta Governativa fossem enfraquecidos e/ou o Exército estivesse do lado dos perrepistas.

A desordem na Serra dos Tapes

Embora a cidade estivesse momentaneamente “protegida” dos ditos desígnios da Guarda Nacional, isso não impediu perseguições contra os republicanos e suas propriedades na Serra dos Tapes. No dia 13 de fevereiro, *A Federação* publicizou em sua primeira página o extenso relato feito por Epaminondas Piratinino de Almeida, proeminente liderança republicana pelotense, sob o título “Conflito na Serra dos Tapes”. Antes de narrar o dito embate ocorrido na sua chácara na localidade, o perrepista contextualizou que as informações partiam de Pedro Leão Barcellos, sobrinho seu e testemunha “quase ocular” do ocorrido, em contrapartida dos boatos que estavam sendo propagados na imprensa local. Além disso, fez questão de deixar claro que a verdade seria apurada futuramente, visto que “[...] não há lei, nem garantias até para minha pessoa; mas em tempo, se a Providência salvar-me (sic). Falo assim porque são frequentes as notícias que tenho, até por adversários, e muitas com visos de inteira verdade, de que minha cabeça está a leilão” (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Sem deixar claro quem desejava matá-lo, as principais suspeitas certamente recaíam sobre os *coligados*. Dizer que “não há lei” dentro do contexto que o Rio Grande do Sul vai ao encontro desta ideia. Afirmar sobre a ausência de lei e ordem no estado serão constantes nas notícias relacionadas às violências causadas pelas tropas acampadas no Fragata.

Após o breve contexto, Piratinino de Almeida passa a relatar como uma força composta por duzentos homens invadiu sua propriedade na manhã de 7 de fevereiro. A ocupação se deu de surpresa, de modo que os invasores a cercaram por completo,

³ O positivismo comtiano foi introduzido nas escolas militares em meados do século XIX, especialmente pela influência de Benjamin Constant e Roberto Trompowsky, enquanto as lideranças do PRR passaram a ter contato com a corrente filosófica a partir do ambiente acadêmico nas faculdades de direito e medicina existentes no Império. Para além disso, Júlio de Castilhos e *A Federação* tiveram relevante papel durante a chamada Questão Militar, dando espaço para os militares expressarem suas opiniões e apoiando a referida classe com o propósito de minar a monarquia vigente. Para mais, ver: Love, 1975; Pesavento, 1983; Bellintani, 2009; Rossini, 2011.

arrebentando o aramado. Quatro pessoas estavam no local durante a ação: Dois peões chamados Manoel, sendo um deles chamado de “mocinho” por ter 16 para 17 anos, filho de Valentim Lima; Canuto Batista de Oliveira, capataz temporário da chácara e amigo do proprietário; Porfírio Gomes, que lá se encontrava para uma caçada. Alheios ao que acontecia ao seu redor,

Canuto, escapo à primeira descarga, correu para onde estavam Porfírio e [Manoel] Valentim e aí fecharam-se, sendo as janelas e portas imediatamente arrombadas pelos assaltantes, que atiravam para dentro e tentavam penetrar. Valentim chorava, pedia que o salvassem, agarrando-se aos dois companheiros; estes, por muito tempo defenderam-se apontando as armas de caça que tinham para os que arremessavam-se (sic) sobre a porta e janelas, fazendo-os recuar. Nos que conseguiram entrar fizeram fogo, e, quando viram que já lhes era impossível qualquer defesa no quarto, de armas vazias atropelaram os assaltantes, pulando pelas janelas; fizeram-nos recuar apontando-lhes as armas, conseguindo ganhar o mato, sob um chuva de balas, saindo apenas Porfírio ferido em uma coxa (A Federação, 13/02/1892, p. 1).

O drama vivido pelos personagens e descrito por Piratinino estava dentro da ideia de se utilizar da dramatização e personalização nas notícias para provocar emoções e causar empatia nos leitores. O narrador atuou na imprensa pelotense, especialmente durante o Império (Peres, 2021, p. 106), o que evidencia sua aptidão para a construção do pavoroso e violento episódio sofrido pelos que estavam na propriedade rural nas mãos dos invasores. Interpretamos que o objetivo do autor era evidenciar a covardia dos opositores, principalmente ao relatar como atacaram até mesmo um garoto, o qual teria chorado diante as investidas e disparos feitos em sua direção. Prosseguindo, é contabilizado o saque. Segundo Piratinino, roubaram seus cavalos, charque, açúcar, cerveja, vinhos, ferramentas, louças. Queimaram e quebraram o que não podia ser carregado. Mataram seus cães, destruíram árvores e plantações, além de carnearem parte do seu gado, galinhas e porcos (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Mostrar o tamanho dos danos e prejuízos entraria em consonância com uma narrativa que tentaria atrelar as ações dos opositores à desordem, violência e, por consequência, o crime. Guardemos essa observação.

O ataque teria se dado pela suspeita de que havia grande quantidade de munições na chácara, assim como reuniões de caráter secreto com outros republicanos da cidade. Como citamos antes, a desconfiança não era infundada: para além das movimentações de homens ligados aos republicanos na fronteira, Leopoldo Antunes Maciel havia enviado um telegrama para Joca Tavares dias antes (6 de fevereiro) sobre as tentativas do 18º Batalhão de desarmar as forças da Guarda Nacional na cidade e pedindo reforços de Bagé (Andrade, 2021, p. 473).

Ainda na mesma publicação, Piratinino de Almeida negou os boatos, alegando que houve apenas uma reunião recente na sua chácara de 40 a 50 “cidadãos pacíficos”, mas sem qualquer intuito de sublevação, a qual “[...] se fez para fins muito nobres e elevados, aconselhada pela honra, segurança pública e individual” (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Acrescido a isso, o mesmo elencou que se inventavam tais rumores para desenvolverem ódios contra sua pessoa, não sendo o primeiro. Anteriormente, haveriam propalado que ele teria instigado o próprio 18º Batalhão a saquear a cidade, além de ter jurado inimigos de morte (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Embora não possamos aferir os fatos dos boatos, não seria absurdo pensar que Piratinino de Almeida poderia ter certa proximidade com os oficiais do referido batalhão, especialmente pelo interesse em comum de desarmar a Guarda Nacional.

Outro ponto que chama a atenção é de colocar que os republicanos eram cidadãos pacíficos. Tal noção concatena com a narrativa de que havia, para além da desordem e da criminalidade, uma perseguição contra os perrepipistas. O ataque à chácara de Piratinino de Almeida não teria sido um fato exclusivo e isolado, como o próprio relata.

Ao tempo em que isto passava-se em meu estabelecimento, estavam tomados todos os passos por fortes guardas e cruzavam partidas pelas estradas, atacando outras ao mando de Pulcerio José Soares as casas dos pacíficos serranos, que têm o defeito ou o crime de serem republicanos, apontando Pulcerio para essas casas dizendo: aqui mora um, ali dois, etc. Assim fizeram na casa de Ângelo José de Lima e de Genuíno de tal, que não sei se mataram e nem o que sucederia às suas pobres famílias nessa *caçada horrorosa de homens!* (A Federação, 13/02/1892, p. 1, grifos nossos).

Mais do que perseguidos, os ligados ao PRR estariam sendo efetivamente *caçados* por seus opositores na Serra dos Tapes. Várias propriedades na região foram invadidas, as estradas fechadas e moradores sofreram violências que, apesar de terem um fim desconhecido por Piratinino de Almeida, evidenciam como haveria um plano por parte dos coligados para eliminar seus opositores. A liderança pelotense manteve uma postura firme em suas palavras, encerrando seu relato deixando claro que “Prossigam nos seus atos de vandalismo; certos de que nem eu e nem o meu partido lhe tememos” (A Federação, 13/02/1892, p. 1). A partir dessa colocação feita pelo republicano, outras publicações dos *horrores* ocorridos na Serra dos Tapes estampam as páginas de *A Federação*.

Na edição do dia 23 de fevereiro, ou seja, dez dias após o relato de Piratinino de Almeida estampar as páginas do periódico, temos duas notícias distintas que colocam a Serra no centro das atenções novamente. Na primeira, aborda sobre como um grupo de homens armados roubou tudo que era possível da casa de negócio de Gustavo Campos, tendo sua mãe

e irmã que fugir para a mata próxima, onde permaneceram toda a noite (A Federação, 23/02/1892, p. 2). Quanto à segunda, fala sobre um ataque ocorrido na propriedade de outro republicano local, Eduardo Maurell, colaborador do *Diário Popular*. Como na primeira situação, as mulheres de sua família (esposa e jovens filhas) tiveram que se embrenhar no mato para escapar e pedir abrigo aos vizinhos. Por se tratar de um membro do PRR, o impresso retorna à argumentação da perseguição, mas a expande para a população geral:

O assalto e o saque são aconselhados como castigo aos que *não comungam* com a política do governo! No propósito de *vingarem-se de todos*, as forças patrióticas que percorrem a Serra dos Tapes, dispendem-se em atos de verdadeiro canibalismo, perturbando na tranquilidade do lar as famílias mais respeitáveis e os cidadãos mais dignos e acatados! (A Federação, 23/02/1892, p. 2, grifos nossos).

O trecho torna explícita a ideia que *A Federação* deseja passar aos seus leitores. Todo indivíduo que não compactuasse com o governo, mesmo que não fosse diretamente filiado ao PRR, era um provável alvo de vingança. Outro exemplo que fortaleceria esse argumento se deu à noticiada tentativa de invasão na Estância da Graça, propriedade do Visconde da Graça, João Simões Lopes Filho. Segundo se relata, tudo aconteceu após um empregado do local fugir por ter se assustado com a presença de homens armados, os quais teriam efetuado disparos no mesmo. Pedro Batista Filho, administrador da estância, precisou dialogar com a tropa que passava a cercar os limites da propriedade e garantir que não havia qualquer tipo de atividade suspeita (A Federação, 02/03/1892, p. 2).

O crime enquanto castigo se insere na narrativa que deseja se construir de que há, por parte da oposição, uma completa inversão de valores, inversão essa que inevitavelmente traz a anarquia ao Rio Grande do Sul e que terá danos irreversíveis à população enquanto o referido governo perdurar. Recrutamentos forçados, como no caso explicitado no início deste trabalho, também ocorreram na Serra dos Tapes. “Na faina de reunir gente, os agentes da governança atropelam as casas de família e prendem nas estradas públicas, com o maior desembaraço! Os próprios serranos, encontrados em caminho, são compelidos a abandonar suas carroças e a marcharem para o acampamento!” (A Federação, 01/03/1892, p. 2). Mais do que *comungar* com a política do governo, os cidadãos deveriam lutar por ela, caso contrário sofreriam as consequências. De todo modo, na visão do jornal, os *serranos* (e pelotenses de outros locais) acabariam sendo prejudicados.

No mesmo artigo que trata sobre os recrutamentos em Pelotas, a redação republicana levanta uma questão: “Por que se cercam ainda de tropas, por que armam paisanos, se o

partido que eles temem, fora das posições oficiais, vive agindo *apenas na imprensa, único meio que lhe resta* para combater e profligar os desmandos dessa política provocante e odiosa?” (A Federação, 01/03/1892, p. 2, grifos nossos). Como exposto anteriormente, o PRR não se utilizava apenas a imprensa como forma de combate, porém essa é a imagem que a redação desejava mostrar. Entendemos que as notícias se encaixam num teor de denúncia. Nessa lógica, todos os excessos, opressões e crimes causados por seus opositores, ao serem expostos, faria com que os republicanos fossem perseguidos. Cada ocorrência ajudava a construir a **consonância** de como a União Nacional não podia governar.

O caráter acusatório das publicações pode ser novamente visto ao noticiar a presença de uma figura notória atuando na Serra dos Tapes. “O célebre coronel autor do assassinato do soldado do 3º batalhão de artilharia, que se deu no mês passado, em Pelotas, feriu, há alguns dias, na Serra dos Tapes, ao Sr. Francisco Garcia” (A Federação, 13/04/1892, p. 2). A primeira frase escancara a ausência de lei. Um coronel, além de ter assassinado um soldado do Exército, voltou a exercer a violência agredindo outro indivíduo. Embora o homem não fosse alguém no posto de coronel, tratando-se apenas de uma alcunha dada por seu papel de liderança no conflito ocorrido na cidade que ceifou a vida do dito soldado (A Federação, 18/03/1892, p. 2), o fato de estar em liberdade é visto como um absurdo pela folha republicana, conforme argumenta.

Este coronel, apesar da prova resultante do inquérito a que se procedeu acerca do assassinato do referido soldado, prova que determina a prisão preventiva, voltou da Serra logo que o 13º batalhão retirou-se (sic), e acha-se já em Pelotas fazendo serviço entre a patriotada! Há poucos dias esse indivíduo provocou um conflito à Rua General Osório, naquela cidade, resultando sair dele com um grande ferimento em uma das pernas (A Federação, 13/04/1892, p. 2).

A afirmação feita por Piratinino de Almeida de que não haveria lei no estado durante o seu relato em fevereiro, como podemos perceber, era uma constante no jornal. Mesmo tendo sido feito inquérito sobre o assassinato e, portanto, a necessidade da prisão preventiva do acusado, ela não ocorreu pelo fato de ser um *patriota*. Apresentando uma sequência de violências perpetradas pelo “coronel”, compreendemos que *A Federação* desejava mostrar que não se tratava de um equívoco, mas uma *regra*. A desordem e o crime seriam elementos intrínsecos ao governo da oposição.

Justamente por notícias como as que tratamos acima, vemos que a lógica da perseguição permaneceu, mesmo após a retomada do poder executivo pelos perrepistas em 17 junho de 1892 em conjunto com as forças da guarnição do Exército em Porto Alegre

(Pesavento, 1983, p. 82; Andrade, 2021, p. 86). Um assassinato publicado na edição de *A Federação* de 17 de julho coloca o seguinte: “Na colônia de Santo Amor [atual município de Morro Redondo] foi assassinado um filho do sr. Quincas Ruivo. Assassinarão-no covardemente indivíduos desconhecidos e adeptos do nefando governicho decaído, que veem em cada republicano um inimigo” (*A Federação*, 17/07/1892, p. 2, grifos nossos). Retirados do poder, o crime continuou sendo visto como principal forma de ação dos derrotados. Entretanto, além de criminosos, tais atos eram covardes. Tal adjetivação possuía um peso, principalmente se pensarmos que nesse período valores como os de coragem e honra possuíam grande relevância nas relações sociais e na construção de reputações individuais e coletivas (Guazelli, 2004; Chalhoub, 2012; Carneiro, 2019; Porto, 2022).

Considerações finais

Os roubos, depredações e violências físicas ocorridas na Serra dos Tapes fizeram parte de uma pequena parcela das publicações de *A Federação* no período, as quais não se circunscreveram somente à zona rural e muito menos ao município de Pelotas. Ainda assim, vemos que o foco na desordem ocorrida fora dos limites urbanos da cidade possuía dois propósitos muito claros. Primeiramente, criar uma ligação entre a oposição e a desordem. A noção de anarquia se criava a partir dos inúmeros casos em que as forças ligadas ao governo da Junta praticavam os mais diversos tipos de crimes, como os elencados durante todo o trabalho. Dessa forma, os republicanos visavam retirar a legitimidade dos novos governantes, logo que a principal responsabilidade de um governo estava em prezar pelas leis. Mais do que isso, entendemos que a narrativa da perseguição sofrida pelos perrepistas objetivava colocá-los como os únicos verdadeiramente capazes de restaurar a lei e a ordem no Rio Grande do Sul. Os preceitos positivistas, principalmente a partir da visão de Júlio de Castilhos, serviram como base para o desenvolvimento dessa estratégia narrativa. A ideia de um “regime moralizador” a partir um ditador possuidor da “pureza de intenções”, alheio aos jogos de interesses materiais que pautavam a sociedade e a política liberal, era a única alternativa para a construção de um Estado fortalecido a partir do governante e das “classes conservadoras”, aquelas que produzem e trabalham dentro da ordem estipulada (Rodríguez, 2000).

Em segundo lugar, colocar o Exército Brasileiro como verdadeira força mantenedora da ordem e a única capaz de “salvar” a população pelotense. Como tratado pela historiografia, existia uma aliança entre o PRR e segmentos do Exército no Rio Grande do Sul, principalmente pelas visões políticas e ideológicas antagônicas entre os membros da União

Nacional e a oficialidade do Exército, a qual pautava um projeto de nação a partir de uma base positivista (Pesavento, 1983; Bellintani, 2009; Cabeda, 2011). Ainda assim, a deposição de Deodoro Fonseca e a consequente deposição de Júlio de Castilhos explicitam que tal aliança não era multilateral, existindo a necessidade dos perrepistas de construir o apoio dos militares no estado, principalmente pela frágil posição que o partido republicano possuía em comparação com as lideranças de oposição, as quais faziam parte de uma elite política e econômica com grande capacidade de mobilização (Love, 1975; Andrade, 2021). Assim, construiu-se a ideia de que enquanto as forças do Exército se mantiveram na cidade, as tropas revolucionárias da Guarda Nacional eram incapazes de exercer pleno domínio sobre ela.

Para alcançar esses propósitos, notamos que a maneira de elaborar as notícias, o “fazer jornalístico”, se aproxima das proposições de Nelson Traquina (2008) a respeito dos valores-notícia. Todas as publicações aqui tratadas foram desenvolvidas em consonância à narrativa estipulada pela redação de *A Federação*. Desse modo, tal narrativa teria o que chamamos de “função pedagógica” para os seus leitores, logo que as notícias acerca de determinados assuntos têm a mesma função dos mitos dentro de uma determinada cultura: ensinar valores, definições do que é bom ou mau e elaborar a ordem a partir da desordem (Bird; Dardenne, 1993, p. 265-266). O impresso republicano desejava ensinar ao público que os valores da sociedade – “invertidos” pelo *governicho*, como as notícias exemplificavam – só poderiam ser recuperados se o PRR retornasse ao poder. Temos o entendimento de que mais do que ensinar algo, a redação demonstrava grande habilidade em como comunicar, selecionando e confeccionando cada acontecimento para atingir seus objetivos políticos dentro de um contexto desfavorável.

Logo, o *terror* e a *anarquia* foram fabricados nas páginas impressas de *A Federação*. Não duvidamos de que violências foram orquestradas pela União Nacional e as forças da Guarda Nacional que se levantaram para depor Deodoro e Castilhos. Entretanto, a historiografia bem demonstra que eles não foram os únicos a praticá-la (Andrade, 2017; Axt, 2023; Oliveira, 2023), o que torna evidente o papel decisivo que a imprensa, em especial a de molde político-partidário (Rüdiger, 1993), possui na construção de uma visão hegemônica sobre determinados eventos. Cabe ao/a historiador/a a reinterpretação do escrito, desenvolvendo uma nova compreensão de cada *estória* presente nas páginas impressas.

Fontes

Louvres. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 23 jan. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Armando-se... **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 25 jan. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Os sucessos em Pelotas. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 10 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Conflicto na Serra dos Tapes. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 13 fev. 1893. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

A Federação, Porto Alegre, p. 1, 15 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Ao sr. general commandante do districto. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 16 fev. 1892, grifos nossos. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

O que mais querem? **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 19 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Devastações patrióticas. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 23 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Assalto. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 23 fev. 1892, grifos do original. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Recrutamento? **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 1 mar. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

De Pelotas. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 2. mar. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Grave desordem. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 18 mar. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

A Federação, Porto Alegre, p. 2, 13 abr. 1892, grifos do original. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

A Federação, Porto Alegre, p. 2, 16 jul. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)**: família, comunicação e fronteira. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Fronteira e Territorialização**: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família de Silva Tavares na região platina. 2021. 585 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

AXT, Gunter. Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul. **Revista Crítica & Controle**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2023.

BELLINTANI, Adriana Iop. O Positivismo e o Exército Brasileiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 25., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...] Fortaleza, 2009, p. 1-9. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/uploads/anais->

simposios/pdf/2019-01/1548772006_b8fa46a2e19406385f0d3595452fd150.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

CABEDA, Corálio Bragança. Apontamentos sobre a relação de Júlio de Castilhos e os militares. In: AXT, Gunter *et al.* (Org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: EPECÊ, 2011.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)**. Jundiaí: Paco, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 2002.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos, degolas e outras barbaridades. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, 2004.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, nº 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Marcelo França de. **Uma história da Revolução Federalista: o confronto discursivo dos jornais Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)**. 239 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

PERES, Jéssica Rodrigues Bandeira. **Abaixo a monarquia: liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880-1889)**. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PORTO, Vitor Wieth. **A defesa da honra no Império do Brasil: os duelos na corte pelas páginas do Jornal do Commercio e Gazeta de Notícias (1870-1889)**. 245 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.

ROSSINI, Miriam de Souza. O jornal A Federação e seu papel político. In: AXT, Gunter *et al.* (Org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: EPECÊ, 2011.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

Discursos comemorativos em revistas semanais do Rio de Janeiro: reflexões acerca das memórias da abolição

Commemorative discourses in Rio de Janeiro's weekly magazines: reflections on the memories of abolition

Euler Fabres Zanetti,¹ UFPEL

Resumo

O artigo investiga as comemorações do 13 de Maio nos periódicos *Revista da Semana* e *Fon-Fon* no ano de 1916, fundamentando-se nos conceitos de *silogismo* e *entinema*, de Ruth Amossy, e nas *leis do discurso*, de Dominique Maingueneau. A análise busca evidenciar narrativas em disputa na Primeira República: enquanto a *Revista da Semana* produz um mito unificador e patriótico centrado na Princesa Isabel, omitindo tensões e violências, a *Fon-Fon* encena o dissenso racial através de diálogos embasados no darwinismo social. Conclui-se que a imprensa diversa atuou como *locus* de tensão entre projetos de sociedade antagônicos, apresentando as disputas simbólicas sobre a liberdade e a integração do negro no pós-abolição.

Palavras-chave: *Revista da Semana*; *Revista Fon-Fon*; 13 de maio; Análise de discurso; Primeira República.

Abstract

The article investigates the commemorations of May 13th in the periodicals *Revista da Semana* and *Fon-Fon* in 1916, grounded in the concepts of *sylogism* and *enthymeme* by Ruth Amossy, and the *laws of discourse* by Dominique Maingueneau. The analysis seeks to highlight competing narratives during the First Republic: while *Revista da Semana* produces a unifying and patriotic myth centered on Princess Isabel, omitting tensions and violence, *Fon-Fon* enacts racial dissent through dialogues based on Social Darwinism. It is concluded that the diverse press acted as a locus of tension between antagonistic societal projects, presenting symbolic disputes regarding freedom and the integration of Black people in the post-abolition period.

Keywords: *Revista da Semana*; *Revista Fon-Fon*; May 13th; Discourse Analysis; First Republic.

Introdução

A transição do século XIX para o século XX foi marcada por uma significativa expansão e fortalecimento da imprensa no Brasil, um fenômeno que representava as profundas mudanças sociais, políticas e tecnológicas daquele tempo. Essa evolução, entretanto, transcendeu os meros avanços técnicos na produção jornalística, estando

¹ Acadêmico de Doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: euler.f.zanetti@hotmail.com.

profundamente atrelada às dinâmicas culturais, econômicas e ideológicas que moldavam o país (Rüdiger, 2003). Nesse cenário, a crescente popularidade das revistas semanais se consolidou como um elemento central do novo panorama midiático. Tais publicações ofereciam ao público leitor um conteúdo mais diverso e detalhado em comparação aos jornais diários, com pautas que englobavam desde política e economia até cultura, sociedade e ciência (Luca, 2021).

A introdução da fotografia na imprensa, ao longo das décadas iniciais do século XX, não apenas abriu novas fronteiras para a representação do real, como também redefiniu as formas de narrar os acontecimentos. Os registros fotográficos ganharam proeminência em jornais e revistas, atuando não somente como “provas documentais”, mas também como instrumentos de persuasão, capazes de influenciar a percepção do público e de modelar visões de mundo (Machado Jr., 2012). Com a incorporação desse recurso visual, as notícias ganharam maior vivacidade e impacto, o que contribuiu decisivamente para a formação de uma cultura visual moderna no país (Meneses, 2003).

Para além de mero observador, a imprensa atuou como um agente ativo na cobertura de momentos marcantes da história do Brasil. Eventos como a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) receberam ampla atenção nas publicações da época. A divulgação desses marcos históricos foi fundamental para fomentar uma opinião pública mais participativa e para solidificar uma memória coletiva sobre tais eventos (Alonso, 2014). Posteriormente, a celebração dessas datas transformou-se em rituais cívicos de grande importância, mobilizando diversos setores sociais — de autoridades governamentais e instituições a grupos da sociedade civil e a própria imprensa —, com particular destaque para as cerimônias realizadas no Rio de Janeiro (Domingues, 2011). Essas práticas comemorativas, ao reforçarem o peso simbólico da Abolição e da República, desempenharam um papel-chave na consolidação de um imaginário nacional e na articulação de uma identidade brasileira (Carvalho, 1990).

O objetivo central deste artigo é, portanto, investigar as representações das comemorações do 13 de maio nos periódicos *Revista da Semana* e *Fon-Fon*. A análise será metodologicamente fundamentada nos conceitos de *silogismo* e *entimema* de Ruth Amossy (2020), bem como nas *leis do discurso* formuladas por Dominique Maingueneau (2004). Este texto é uma amostra da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas que iniciou no primeiro semestre de 2024.

A opção por focar a análise em revistas semanais, em detrimento dos jornais diários, justifica-se pelos resultados obtidos na pesquisa de mestrado (Zanetti, 2022), na qual se constatou uma maior variedade de conteúdo nesses periódicos. Essas publicações apresentavam um acervo mais abundante de recursos gráficos e visuais — tais como fotografias, caricaturas, charges e ilustrações —, elementos que potencializam a análise histórica e abrem novas frentes de interpretação. Ao congregar múltiplas perspectivas e visões da sociedade de seu tempo, as revistas semanais oferecem um panorama diversificado sobre a maneira como o 13 de maio era percebido e representado. Dessa forma, elas se firmam como documentos históricos de grande relevância, carregados dos múltiplos sentidos atribuídos a essa data.

Alguns apontamentos sobre a Primeira República

O período de transição entre os séculos XIX e XX no Brasil foi palco de significativas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. É importante ressaltar sobre as dinâmicas de exclusão e controle social que se acentuaram após a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). Preocupada com as consequências da liberdade concedida aos ex-escravizados, a elite brasileira empenhou-se em articular mecanismos para conter o que percebia como um iminente risco de “desordem social” (Mendonça, 2001). Nesse processo, a criação de dispositivos de controle sobre as camadas populares foi o eixo central, frequentemente justificada como uma forma de “gerência” e de “civilização” dos recém-libertos (Azevedo, 2004).

No imaginário social daquela época, marcadamente influenciado por teorias europeias, sobretudo as francesas, a criminalidade era vista como uma tendência inerente aos pobres. Tal concepção estabelecia uma ligação direta entre a miséria e a “degeneração moral”, validando o discurso de que a pobreza conduzia ao ócio e, por sua vez, ao crime (Chalhoub, 1996). O objetivo era, portanto, forjar uma nova ordem social, na qual o trabalho — disciplinado, produtivo e inserido na lógica capitalista — funcionaria como o principal instrumento tanto de inclusão quanto de repressão.

Essa concepção punitiva materializou-se na reforma do Código Penal de 1890, implementada durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca. O Decreto nº 847 criminalizou oficialmente práticas e costumes associados a grupos sociais específicos, com foco nos negros e nos pobres. O Capítulo XIII do código, por exemplo, tinha como alvo a

repressão à “vadiagem” e à capoeira², práticas consideradas ameaçadoras à ordem pública. Enquanto os artigos 399 a 401 visavam reprimir a chamada “vida ociosa”, os artigos 402 a 404 proibiam de forma explícita a capoeira, na época vista como uma atividade violenta e subversiva. Essencialmente, tratava-se de um projeto de exclusão que se valia da legislação para marginalizar os recém-libertos e outros indivíduos tidos como indesejáveis na nova ordem republicana.

Paralelamente a essas medidas repressivas, as elites que se consideravam modernizadoras trabalharam para integrar a população de ex-escravizados, agora libertos, ao sistema capitalista. Promovia-se a disseminação de “novas mentalidades” e “bons hábitos”, que retratavam os valores prezados pelas classes dominantes (Vargas, 2002). A crença era de que, ao serem absorvidos pelo mundo do trabalho, esses sujeitos poderiam ser “regenerados” e, conseqüentemente, distanciados de condutas consideradas perigosas ou desviantes (Vargas, 2002).

Ainda em 1890, o Governo Provisório estabeleceu, por meio do Decreto nº 155-B, o dia 13 de maio como feriado nacional. Oficialmente, a medida pretendia que as festividades alusivas à data estimulassem um espírito de “fraternidade universal”, tido como essencial para a consolidação do regime republicano. Contudo, como aponta Lúcia Oliveira (1989), essas celebrações, orquestradas pelos setores mais influentes da sociedade, funcionavam como um mecanismo para fortalecer as relações sociais através do manejo simbólico de datas e eventos, ajudando a moldar uma memória coletiva que legitimasse a manutenção da ordem e do status quo. Para Renata Moraes, há uma clara “tentativa de fazer desses eventos um meio de ensinamento de uma ordem cívica e do amor à pátria” (Moraes, 2023, p. 29).

Nas primeiras décadas do século XX, a modernização urbana e social do Brasil foi acelerada não só pelo fim da mão de obra escravizada, mas também pelo fluxo crescente de imigrantes e pela maior presença de capital e empresas estrangeiras. Com a popularização das tecnologias fotográficas, os periódicos semanais passaram a fazer o registro visual dos acontecimentos, “encapsulando os eventos em notícias” e, com isso, fortalecendo uma narrativa de progresso e civilização (Mauad; Louzada; Souza Jr., 2021, p. 226).

Nesse contexto, as revistas semanais se consolidaram como espaços importantes para a difusão de ideias. Apresentavam um conteúdo variado que incluía poemas, ensaios, críticas sociais, charges, fotografias e ilustrações, oferecendo a seus leitores um panorama culturalmente opulento e alinhado às transformações da época. Com grande circulação entre a

² Ver Soares (2001).

alta sociedade e, em menor grau, nas classes médias urbanas, essas publicações constituíram-se como importantes veículos para escritores, jornalistas, intelectuais e artistas influentes, sendo decisivas na formação de valores e comportamentos (Luca, 2021, p. 18).

Finalmente, essas mesmas revistas foram instrumentais na construção de ideias e conceitos sobre a abolição, difundindo representações que moldaram a memória coletiva a respeito do 13 de maio. Ao narrarem e ilustrarem a data sob diferentes prismas, elas expõem as tensões e contradições do período, posicionando-se como fontes essenciais para a análise das disputas simbólicas travadas em torno da liberdade recém-adquirida.

As revistas semanais e os conceitos de *silogismo*, *entinema* e *leis do discurso*

Fundada no Rio de Janeiro, a *Revista da Semana* teve sua primeira edição lançada em 20 de maio de 1900, sob a direção de Álvaro de Teffé, membro de uma família tradicional e influente na capital federal. Filho de Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé, Álvaro integrava uma rede de relações estreitas com nomes de prestígio na vida política e social brasileira. Sua irmã, Nair de Teffé, artista pioneira, é hoje reconhecida como a primeira caricaturista mulher do mundo (Luca, 2021, p. 8). Usando o pseudônimo Rian – anagrama de seu próprio nome –, publicou suas ilustrações na também famosa revista *Fon-Fon* (1907–1958).

Apenas três meses após sua criação, a *Revista da Semana* foi adquirida pelo *Jornal do Brasil* (1891–2019), que incorporou suas oficinas e a transformou em uma edição ilustrada do periódico. Ainda assim, manteve-se sob a direção de Álvaro de Teffé, o que garantiu certa continuidade editorial e gráfica.

Já a revista *Fon-Fon* surgiu alguns anos depois, em 13 de abril de 1907, também na então capital federal. Seu lançamento coube a um grupo de intelectuais ligados ao Simbolismo – Lima Campos, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Álvaro Moreyra e Hermes Fontes (Sodré, 1966, p. 345). Desde as primeiras páginas, a revista se anunciava como um “semanário alegre, político, crítico e vibrante, noticiário informal, telegrafia sem fio e crônica contagiante”, cujo objetivo era “fazer rir, alegrar tua boa alma carinhosa (...) com comentários leves sobre os acontecimentos da atualidade (...)” (Fon-Fon, 1910, p. 1).

Ambas as publicações surgiram em um Brasil que ainda digeriria os impactos da Abolição da Escravidão, ocorrida pouco mais de uma década antes. Tal contexto confere a essas revistas um lugar privilegiado na observação de como os recém-libertos e seus descendentes foram representados e inseridos no debate público. Por terem sido criadas em

um intervalo temporal relativamente curto após o fim do sistema escravista, essas publicações oferecem materiais importantes para compreender como se dava, nos meios ilustrados e urbanos, a construção da memória e da identidade nacionais nesse novo período.

Acompanharam, ainda, um momento de transição econômica fundamental: a progressiva inserção do Brasil nos fluxos do capitalismo internacional e os esforços de modernização estatal. Nesse processo, o papel da imprensa ilustrada foi essencial, e as revistas semanais – com suas charges, caricaturas, crônicas e fotografias – assumiram protagonismo como fóruns de crítica social e observação da vida cotidiana.

Ruth Amossy nos ajuda a entender como esses posicionamentos são construídos e usados para persuadir como forma de argumentação. Dois conceitos centrais em seus estudos teórico-metodológicos são o *silogismo* e o *entinema*, que explicitam a lógica por trás dos discursos e as estratégias que os tornam eficazes (Amossy, 2020).

O *silogismo* é uma forma de raciocínio dedutivo, herdada da filosofia aristotélica. Ele funciona como uma estrutura lógica composta por três partes: uma premissa maior, que é uma afirmação geral; uma premissa menor, que é uma afirmação específica; e uma conclusão, que deriva das duas premissas. Um exemplo clássico é: “todos os homens são mortais. Sócrates é um homem. Portanto, Sócrates é mortal”. Esse tipo de raciocínio é claro e direto, mas, como Ruth Amossy (2020) destaca, ele raramente aparece de forma tão explícita nos discursos cotidianos. No mundo real, os argumentos costumam ser mais dinâmicos e adaptados ao contexto, o que nos leva ao conceito de *entinema*.

O *entinema* é, basicamente, um *silogismo* “oculto”. Ele omite uma das premissas, presumindo que o público já a conhece ou concorda com ela. Essa omissão não é por acaso: ela torna o argumento mais eficaz, pois apela ao conhecimento e às crenças compartilhadas pelo ouvinte ou leitor. Por exemplo, ao dizer “Sócrates é mortal”, a premissa maior (“todos os homens são mortais”) fica implícita, mas o público consegue completar mentalmente a ideia. Esse é o poder do *entinema*: ele funciona porque se baseia no que já é considerado óbvio ou aceito pelo auditório. Ruth Amossy (2020) enfatiza que essa estratégia é fundamental para a persuasão, pois conecta o argumento ao contexto cultural, social e ideológico do público.

Na análise do discurso, Amossy (2020) explora como o *entinema* é usado em discursos públicos, políticos e midiáticos para construir consenso e influenciar opiniões. Ela mostra que, na prática, os argumentos não dependem apenas da lógica formal, mas também das estratégias retóricas e do contexto em que são apresentados. Por exemplo, em um discurso político, um candidato pode dizer: “precisamos reduzir os impostos para fortalecer a

economia”. Esse argumento é um *entinema*, pois omite a premissa implícita de que “reduzir impostos fortalece a economia”. Essa premissa não é explicitada porque o orador presume que o público já a aceita como verdadeira.

Amossy (2020) também chama a atenção para o fato de que o *entinema* pode ser questionado ou desconstruído. Afinal, as premissas implícitas nem sempre são universais ou incontestáveis. Ao analisar um discurso, é importante identificar essas omissões e reflexionar sobre os pressupostos que estão sendo usados para persuadir. Assim, o *silogismo* representa a estrutura lógica ideal, enquanto o *entinema* é sua versão prática e retórica, adaptada ao mundo real da comunicação, sendo ambos os conceitos ferramentas essenciais para analisar e construir discursos eficazes.

Dominique Maingueneau (2004) estuda a relação entre linguagem e contexto social. Um dos conceitos centrais em sua obra é o de *leis do discurso*, que ele desenvolve para compreender como os discursos se organizam e funcionam dentro de determinados contextos sociais e históricos. Segundo Maingueneau (2004), as *leis do discurso* são princípios que regem a produção e a circulação dos discursos, estabelecendo condições para que um enunciado seja considerado legítimo ou coerente dentro de um determinado campo discursivo. Essas leis não são normas explícitas, mas sim regras implícitas que orientam a maneira como os discursos são construídos, interpretados e legitimados. Elas estão relacionadas aos enunciados, aos sujeitos que os produzem e aos contextos em que são proferidos

Maingueneau (2004) propõe quatro *leis do discurso* fundamentais que regem a produção e a interpretação dos discursos: a *Lei da Pertinência*, a *Lei da Sinceridade*, a *Lei da Informatividade* e a *Lei da Exaustividade*. Essas leis não são normas rígidas, mas princípios que orientam como os discursos se organizam e funcionam dentro de um contexto comunicativo, garantindo sua eficácia e legitimidade.

A *Lei da Pertinência* estabelece que um discurso deve ser relevante para o contexto em que é produzido, se adequando à situação, ao público e ao propósito da comunicação. Um discurso que não é percebido como pertinente corre o risco de ser ignorado ou rejeitado, pois falha em se integrar ao universo de sentidos compartilhado pelos interlocutores.

Já a *Lei da Sinceridade* está ligada à credibilidade do locutor, que deve ser visto como sincero e confiável pelo destinatário. Isso não significa que o discurso precise ser literalmente verdadeiro, mas sim que ele deve construir uma imagem de autenticidade e boa-fé, algo intimamente relacionado ao *ethos*, ou seja, à imagem que o locutor projeta de si mesmo.

A *Lei da Informatividade*, por sua vez, se refere à necessidade de que o discurso traga informações novas ou significativas para o destinatário. Um discurso que se limita a repetir o que já é conhecido pode ser considerado desinteressante ou redundante, perdendo sua capacidade de engajar o público.

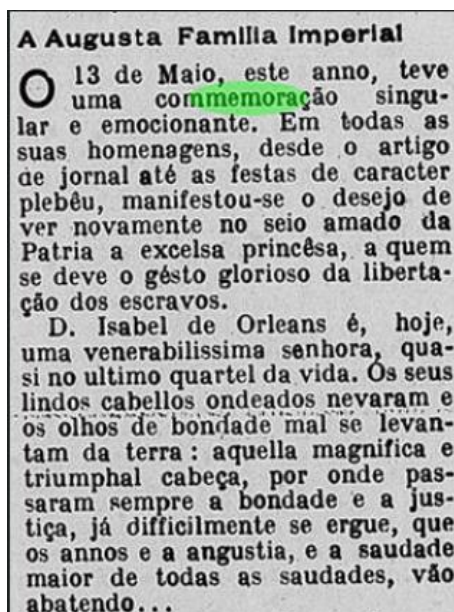
Por fim, a *Lei da Exaustividade* determina que o discurso deve ser completo em relação ao que se propõe a comunicar, fornecendo uma quantidade suficiente de informações para que o destinatário compreenda seu sentido. Isso não significa que ele precise cobrir todos os aspectos de um tema, mas sim que deve evitar ser superficial ou incompleto, o que poderia gerar mal entendimentos.

Segundo Dominique Maingueneau (2004), essas quatro leis estão sempre em interação e variam conforme o gênero discursivo, o contexto sociocultural e as relações de poder envolvidas na comunicação. Elas ajudam a entender como os discursos são construídos, interpretados e legitimados, destacando a importância de se considerar não apenas o conteúdo dos enunciados, mas também as condições em que são produzidos e recebidos.

Os métodos de Amossy (2020) e Maingueneau (2004) possibilitam um quadro analítico abrangente para examinar o discurso nas revistas semanais. Enquanto Amossy (2020) nos permite desconstruir a lógica e as estratégias retóricas dos argumentos, Maingueneau (2004) nos ajuda a situar esses discursos em seu contexto social e cultural, considerando as condições de produção e recepção. Essa combinação permite identificar como os discursos são construídos para persuadir, além de compreender por que eles são eficazes em determinado contexto.

Na ocorrência a seguir, a *Revista da Semana* publicou um texto em comemoração ao 13 de maio, homenageando a família imperial:

Figura 1 — A Augusta Família Imperial



Revista da Semana, 20 mai. 1916, p. 26. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

O excerto veiculado em 20 de maio de 1916 na *Revista da Semana* apresenta uma homenagem à princesa Isabel em virtude do 13 de Maio, data-consagração da abolição da escravidão no Brasil. Por meio de recursos argumentativos e retóricos, o texto articula valores patrióticos e morais para celebrar o “gesto glorioso” de D. Isabel. Trata-se de um discurso carregado de emoção e reverência, que constrói uma imagem quase mítica da figura da princesa³. A seguir, examinamos esse discurso à luz dos conceitos de *silogismo* e *entinema*, de Ruth Amossy (2020), e das *leis do discurso*, de Dominique Maingueneau (2004).

Segundo Ruth Amossy (2020), o *silogismo* é uma forma de raciocínio lógico que parte de duas premissas — uma geral e outra particular — para chegar a uma conclusão. Já o *entinema* é uma variação do *silogismo*, na qual uma das premissas é omitida, pois se presume que o público a compartilha como verdade. No caso do discurso analisado, identifica-se a presença clara de um *entinema*. A premissa maior, não declarada explicitamente, reconstruímos como: “A libertação dos escravos é um ato de grandeza moral e nacional.” A premissa menor, esta sim expressa, afirma que a princesa Isabel foi responsável pelo “gesto glorioso da libertação dos escravos.” A conclusão que se segue, também explicitada, é a exaltação da princesa como uma “venerabilíssima senhora”, cujos feitos a elevam acima do tempo, da angústia e da saudade. A omissão da premissa maior não é casual: ao pressupor que o leitor já valoriza a abolição como um ato meritório, um marco moral e patriótico, o texto

³ Ver Daibert Jr. (2001).

fortalece sua argumentação ao não confrontar o leitor de forma impositiva com a crença básica de que “libertar escravizados é bom”. Trata-se de um recurso retórico eficaz, que apela às crenças compartilhadas para produzir adesão emocional imediata.

Sob a perspectiva de Dominique Maingueneau (2004), o texto também pode ser interpretado a partir das *leis do discurso*, que envolvem os princípios da *pertinência*, *sinceridade*, *informatividade* e *exaustividade*. A *lei da pertinência* está claramente respeitada, uma vez que o discurso se alinha com o contexto de celebração do 13 de Maio e com o perfil do público leitor da *Revista da Semana* — um público letrado, provavelmente simpático às tradições ilustradas e aos costumes da alta sociedade. A linguagem elevada, a idealização da figura de Isabel e a evocação de valores como pátria, justiça e bondade demonstram a adequação ao momento e ao destinatário.

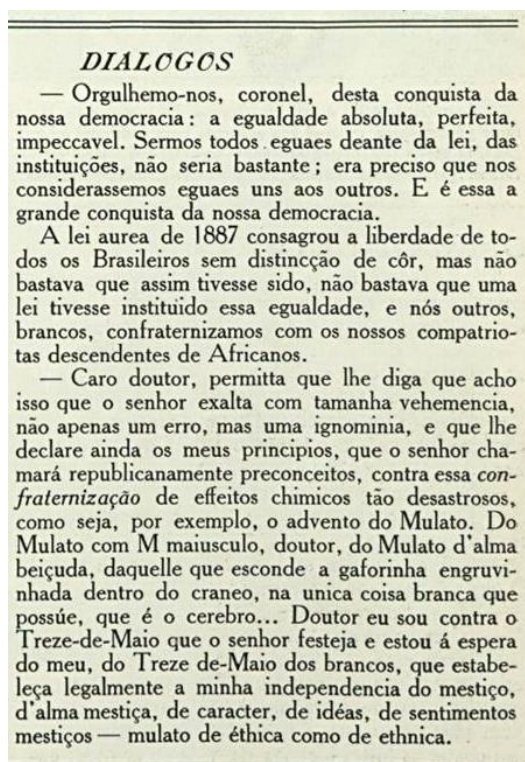
Quanto à *lei da sinceridade*, se observa uma aparente autenticidade na homenagem. A exaltação da princesa pode ser interpretada como expressão de um posicionamento, possivelmente conservador, que procura manter viva a memória positiva da família imperial em um momento em que a República já estava consolidada.

No que se refere à *lei da informatividade*, se verifica que o texto traz elementos significativos: além de situar cronologicamente a celebração no 13 de Maio daquele ano, menciona detalhes precisos sobre as festividades — desde “artigos de jornal” até “festas de caráter plebeu” — e descreve com profusão de adjetivos o estado físico e emocional da veneranda princesa (“lindos cabelos ondedos nevaram”; “olhos de bondade mal se levantam da terra”). Essas passagens, embora não correspondam a uma análise histórica rigorosa, constituem novidades discursivas para o leitor, cumprindo assim a exigência informativa de oferecer dados relevantes, ainda que ornamentalmente apresentados.

Pela *lei da exaustividade* o texto evoca o rito comemorativo, exaltando a figura de D. Isabel e envolvendo o público na atmosfera de emoção coletiva. São descritas as manifestações populares, o tom majestoso da narrativa e o enlace entre memória nacional e afeto individual, de modo que nada que fosse fundamental ao ato de homenagear fique de fora. A completude discursiva é, portanto, garantida, pois o leitor recebe todas as informações que o autor julgou imprescindíveis para celebrar o 13 de maio, independentemente da fidelidade fática ou da presença de múltiplos agentes neste processo.

A próxima ocorrência foi publicada pela revista *Fon-Fon*.

Figura 2 — Diálogos



Revista Fon-Fon, 27 mai. 1916, p. 39. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

A publicação da Revista *Fon-Fon*, de 27 de maio de 1916, apresenta um diálogo entre um doutor e um coronel, que pode ser analisado à luz dos conceitos teórico-metodológicos de Ruth Amossy (2020) e Dominique Maingueneau (2004). É importante entender o ‘discurso’ de modo amplo, como expressão humana, dotada de uma estrutura mínima, que expresse algo e tenha significado, sendo uma forma específica de dar sentido às palavras (Orlandi, 2020). Utilizando-se do *silogismo*, o primeiro interlocutor, o doutor, apresenta um pensamento ao coronel. Ele parte da ideia de que a democracia verdadeira exige mais do que igualdade jurídica — requer também que os cidadãos se reconheçam como iguais entre si (premissa maior). Em seguida, menciona a promulgação da Lei Áurea, que consagrou juridicamente a liberdade dos brasileiros “sem distinção de cor” (premissa menor). No entanto, argumenta que essa igualdade formal não é suficiente se não houver, na prática, um esforço dos brancos para se confraternizarem com seus compatriotas descendentes de africanos (conclusão). O discurso do doutor, portanto, é estruturado logicamente: parte de uma ideia geral, a aplica em uma situação concreta e conclui com um apelo à igualdade real, social, entre brancos e negros.

A resposta do coronel ao doutor é construída, também, por meio de um *silogismo*. O coronel rejeita veementemente a ideia de “confraternização racial” e se opõe à celebração do 13 de Maio (premissa maior). Seu discurso apoia-se em uma lógica científica à época, o

darwinismo social e a eugenia, e por princípio ideológico. O coronel explicita que o “efeito químico” da confraternização racial é “desastroso” (premissa menor), pois resulta no “advento do Mulato” (conclusão). Dessa forma, o coronel fortalece a eficácia retórica de sua argumentação, naturalizando o comentário sob a aparência de uma constatação inevitável.

Essa dinâmica argumentativa também pode ser analisada a partir das *leis do discurso* formuladas por Dominique Maingueneau. A *lei da pertinência*, que exige que o discurso seja adequado ao contexto e ao público, é observada em ambos os enunciados: o diálogo trata de um tema central da sociedade brasileira pós-abolicionista e representa visões opostas sobre a inserção dos recém-libertos na vida social. A *lei da sinceridade*, que diz respeito à credibilidade do locutor, é assumida de maneiras diferentes: o doutor se posiciona como defensor de valores republicanos e civilizatórios, enquanto o coronel apresenta postura conservadora, com a intenção de perpetuação do trabalho escravizado, ou seja, ambos os personagens informam o leitor com um determinado discurso. A *lei da informatividade* também foi verificada, como na passagem em que o doutor reforça a necessidade da “confraternização entre os compatriotas”, ou seja, a integração do trabalhador negro à sociedade; mas, em especial, quando o coronel diz que está à espera do “Treze-de-Maio dos brancos” e a justifica, trazendo à pauta uma reivindicação pouco vista ou comentada de um modo geral, que seria uma data comemorativa aos brancos.

Por fim, a *lei da exaustividade*, que exige que o discurso seja completo e suficientemente informativo, é bem atendida por ambos os personagens, no sentido em que seus discursos foram concisos e desenvolvidos com clareza, independente de seus ideais ou da sua cosmovisão.

Sendo assim, é possível perceber algumas aproximações e distanciamentos entre as publicações, isto é, os discursos das revistas, muito em virtude do debate que estava colocado à época.

Conclusão

A análise comparativa dos excertos da *Revista da Semana* e da *Fon-Fon*, ambos publicados em maio de 1916, tenta evidenciar as narrativas em disputa sobre a abolição da escravidão no Brasil durante a Primeira República. Os textos apresentam duas abordagens discursivas diferentes: de um lado, a construção de um mito unificador e, de outro, a exposição de um conflito social latente.

O discurso da *Revista da Semana* exemplifica uma operação retórica de monumentalização do passado. Ao centrar a homenagem na figura da Princesa Isabel, o texto deliberadamente simplifica um processo histórico complexo, atribuindo a um “gesto glorioso” e individual o mérito da abolição. A utilização do entimema, como apontado pela análise, é substancial para essa construção. Ao omitir a premissa de que a libertação dos escravizados é um bem em si, o texto pressupõe um consenso moral e patriótico, convidando o leitor a uma adesão puramente emocional e celebratória. A reverência à princesa funciona como um mecanismo para consolidar uma memória oficial que não se pretende esquecer.

Em forte contraste, o diálogo verificado na *Fon-Fon* apresenta uma contestação ao bem da libertação dos escravizados. O texto não celebra um consenso, mas encena um dissenso. Os personagens do doutor e do coronel articulam visões de mundo antagônicas sobre o futuro da nação pós-13 de Maio. O doutor defende um ideal de democracia que vai além da igualdade jurídica, clamando por uma “confraternização” social que integraria de fato a população negra. Sua lógica é a de um projeto republicano ainda por se realizar. O coronel, por sua vez, mobiliza a lógica do darwinismo social e da eugenia, consideradas ciência à época, para rechaçar veementemente essa integração, com um projeto de nação segregacionista. A sua reivindicação por um “Treze-de-Maio dos brancos” evidencia a intenção de criar uma comemoração para os brancos, por exemplo.

A aplicação das metodologias de Amossy (2020) e Maingueneau (2004) demonstra, portanto, mais do que a mera estrutura argumentativa dos textos. Ela indica como as formas do discurso estão intrinsecamente ligadas aos projetos de sociedade em disputa. Enquanto o discurso da *Revista da Semana* busca construir a unidade nacional através da omissão do conflito e da glorificação de um passado idealizado, a *Fon-Fon* traz o conflito para o centro do debate, com argumentações distintas que sustentavam projetos de futuro opostos. Assim, os dois textos, publicados com apenas uma semana de diferença, funcionam como um microcosmo das relações sociais do Brasil da Primeira República. A abolição, longe de ser um capítulo encerrado, era um campo discursivo aberto, onde o futuro do país estava – e ainda está – sendo disputado, especialmente pela imprensa, maior veículo de comunicação do país.

Fontes

A Augusta Família Imperial, *Revista da Semana*, 20 mai. 1916, p. 26. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Dialogos, *Fon-Fon*, 27 mai. 1916, p. 39. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Capa, *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 07 mai. 1910, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Referências

ALONSO, Angela. Abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos**. São Paulo, v. 3, n. 3, p. 115-137, 2014.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018, 288p.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2004, 250p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAIBERT JR., Robert. **Isabel, a “Redentora” dos Escravos**: um estudo das representações sobre a princesa. 208 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção da nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48, 2011.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In.: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149 - 175.

LUCA, Tania Regina de. A inserção do registro fotográfico na Revista da Semana: trajetória em 1900. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 23, n. 43, p. 7-34, jul.-dez. 2021.

MACHADO JR., Cláudio de Sá. **Fotografias e códigos culturais**: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta. Porto Alegre: Evangraf, 2012, 152p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2004.

MAUAD, Ana Maria. LOUZADA, Silvana. SOUZA JÚNIOR, Luciano Gomes de. Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. **Fotocinema, Revista Científica de Cine y Fotografia**. Málaga, n. 22, 2021, p. 221-254.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001, 119 p.

MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 172-189, Rio de Janeiro, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2020.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 144p.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001, 606p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 583p.

VARGAS, Anderson Zalewski. A luta contra as liberdades: imprensa, reforma e exclusão social na Porto Alegre do início do século XX. **Claroscuro**, Rosario, n. 2, p. 113-141, 2002.

ZANETTI, Euler Fabres. **As comemorações da Lei Áurea pelas páginas dos jornais A Federação (RS) e O Paiz (RJ), 1888-1928**. 137f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas.

Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acessado em: 15 nov. 2025.

Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D155-B.htm>. Acessado em: 15 nov. 2025.

Imagens, cultura e representações

Nux Walpurgis: uma Análise das Bruxas em *Puella Magi Madoka Magica* (2011) e *Puella Magi Madoka Magica The Movie Part III: Rebellion* (2013)

Nux Walpurgis: an analysis of the Witches in Puella Magi Madoka Magica (2011) and Puella Magi Madoka Magica The Movie Part III: Rebellion (2013)

Alexia Francis Peter Demari,¹ UFPEL

Resumo

Ao longo da série em *anime* de *Puella Magi Madoka Magica* (2011) somos apresentados a um universo de *Garotas Mágicas* e suas arqui-inimigas, as *Bruxas*, que descobrimos serem *Garotas Mágicas* que sucumbiram ao desespero. Suas novas formas, presas em *Labirintos* e constituídas por colagens e morfologias surrealistas, nos apresentam perspectivas para entendê-las, tanto suas identidades quanto seus traumas, dentro de paralelos e conexões entre a história e a literatura. Nesse sentido, faremos uma análise de *Bruxas* presentes no *anime* através da perspectiva das imagens estereotipadas das bruxas propostas por Hutton (2021) cinematográfica da Decupagem de Aumont e Marie (2004) e linguística da Intertextualidade de Samoyault (2008) observando em elementos visuais e narrativos como são constituídas as *Bruxas* no *anime* e suas identidades baseadas em referências literárias e históricas.

Palavras-chave: Anime; Bruxas; Literatura; Madoka Magica; Garotas Mágicas.

Abstract

Throughout the 2011 anime series *Puella Magi Madoka Magica*, we are introduced to a universe of *Magical Girls* and their archenemies, the *Witches*, whom we discover to be *Magical Girls* who have succumbed to despair. Their new forms, trapped within *Labyrinths* and composed of surrealist collages and morphologies, offer us perspectives for understanding both their identities and their traumas through parallels and connections with history and literature. In this sense, we will do an analysis of the *Witches* present in the *anime* through the lens of the stereotyped images of witches proposed by Hutton (2021), the cinematographic *découpage* of Aumont and Marie (2004), and the linguistic intertextuality of Samoyault (2008), observing in visual and narrative elements how the *Witches* in the anime are constructed and how their identities are based on literary and historical references.

Keywords: Anime; Witches; Literature; Madoka Magica; Magical Girls.

Introdução

Desde a década de 1950, as *Garotas Mágicas* (*Mahou Shoujo*) têm feito parte da história dos *animes* (animações japonesas) e constituído um espaço particular de circulação, elementos de narrativa e estéticas apresentando conceitos de continuidade inovadora que

¹ Graduada bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (2023). Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, e membro do Polo de Estudos Interdisciplinares do Medievo e da Antiguidade (POIEMA). Email: lexypeter@hotmail.com.

tornaram o gênero em uma marca registrada de *animes* voltadas para crianças, adultos, mulheres e homens. Com personagens que proclamam defender valores como amor, justiça e esperança, o gênero tem elaborado a cada nova etapa de suas mudanças e novas disposições um cenário propício para debates quanto a elementos, narrativas e personagens presentes nestas obras (Demari, 2025).

Dando seguimento à jornada das *Garotas Mágicas* no Japão, em 2011 é lançado *Puella Magi Madoka Magica*,² com 12 episódios de cerca de 25 minutos cada, produzido pelo *Magica Quartet*³ e animado pelo *Studio Shaft*. *PMMM* logo alcança sucesso considerável tanto dentro do país, ganhando diversas premiações voltadas para *animes*, como com o público dito ocidental, que apreciou especialmente a premissa cheia de reviravoltas dentro do *anime* e suscitando profundas discussões sobre o tom mais sombrio que traz para o gênero das *Garotas Mágicas* (Butler, 2019, p. 401-410).

A história gira em torno de cinco garotas (Madoka Kaname, Homura Akemi, Sayaka Miki, Mami Tomoe e Sakura Kyoko) que entram em contato, em momentos e circunstâncias diferentes, com uma criatura branca, chamado Kyubey, capaz de se comunicar telepaticamente e que pode lembrar um gato ou um rato mágico. A pequena criatura lhes oferece um contrato: ele realiza qualquer desejo que elas tenham e em troca elas se tornam *Garotas Mágicas*, que devem lutar contra *Bruxas (Majo)*,⁴ seres malignos presas em *Labirintos*, que espalham maldições pelo mundo e causam desastres e mortes. Ao longo da trama descobrimos que Kyubey omitiu a importante parte de seu acordo: às *Bruxas* são *Garotas Mágicas* que sucumbiram e tiveram suas almas corrompidas e exauridas de forças, em prol da energia gerada pelo processo de geração de energia a partir da relação entre esperança desespero que conteria a Entropia.⁵ O *anime* termina com Madoka, a protagonista,

² Doravante, *PMMM*.

³ O *Magica Quartet* é um grupo constituído por Akiyuki Shinbo (diretor), Gen Urobuchi (roteirista), Ume Aoki (artista original e designer de personagem) e Atsuhiro Iwakami (produtor). Conforme expressado por Urobuchi (PUELLA MAGI WIKI, 2013) em um painel de perguntas e respostas, existia um grau de autonomia muito grande por parte de cada parte desta parceria do quarteto com o *Studio Shaft*, embora as decisões de Urobuchi e Shinbo tivessem um peso maior.

⁴ A palavra usada para as *Bruxas* em *PMMM*, *Majo*, também pode significar simplesmente *Mulher Mágica*. Portanto, iremos diferenciar as *Bruxas* de *PMMM* de outras bruxas e praticantes de bruxaria, tema que abordaremos ao longo deste artigo, a fim de que fique clara a distinção entre a figura estereotipada e imaginada de uma bruxa, e a versão da *Bruxa* presente no *anime*.

⁵ Kyubey define a entropia como um desgaste contínuo de energia que culminaria no fim do universo e de toda a vida. Sendo assim, ele vem interferindo na história da humanidade desde o que entendemos como “pré-história” e moldando a humanidade através dos desejos e esperanças de mulheres, até elas sucumbirem tragicamente ao desespero e passarem a amaldiçoar o mundo como bruxas, gerando energia pelos sentimentos intensos destes processos sencientes.

desejando que todas as *Bruxas* deixem de existir em qualquer momento do tempo que estiverem, alterando a ordem do universo, mas sacrificando a si mesma no processo.

O sucesso que evidenciamos anteriormente se desdobra na produção de *Puella Magi Madoka Magica The Movie Part III: Rebellion*⁶ (2013), também produzido pelo *Magica Quartet* e animado pelo *Studio Shaft*, que segue imediatamente após o fim do *anime*,⁷ acompanhando Homura, única pessoa que se lembra de Madoka, após o desejo e sacrifício da protagonista ter apagado-a da memória de todas as pessoas. No entanto, Homura, que está vivendo feliz com todas suas amigas, incluindo Madoka, descobre que esse mundo é uma ilusão particular de sua mente que foi criada por Kyubey na intenção de induzir Homura ao desespero e fazê-la se tornar uma *Bruxa* para obter controle sobre a capacidade de Madoka de desfazer *Bruxas* em qualquer momento do tempo.

Sendo assim, aqui nos debruçamos sobre as figuras das *Bruxas* e a construção de suas aparências, narrativas e identidades através de seus aspectos estéticos, como estão inseridas na história e como referências diretas a obras literárias como *A Pequena Sereia* (1837) e *Fausto* (1802,1832) ajudam a entender a construção destas personagens colocadas como femininas e como podemos interpretá-las. Para isso, lançamos mão da abordagem da decupagem de Aumont e Marie (2004) de forma adaptada para dar conta dos doze episódios da série e conectando a estes, a continuação em filme do *anime*, retendo nossa atenção na constituição da cena em que as *Bruxas* irão aparecer. Também utilizaremos do princípio da Intertextualidade de Samoyault entendo que “A retomada de um texto existente pode ser aleatória ou consentida, vaga lembrança, homenagem explícita ou ainda submissão a um modelo, subversão do cânon ou inspiração voluntária” (2008, p. 10) e também como interpretação de paralelos feitos por aquele que consome uma mídia, entre obras que precedem aquela que será analisada (Samoyault, 2008, p. 28).

Incluiremos, ainda, em nossa análise aspectos da história da *anime*, a estética da cena e das personagens, os elementos que as cercam e em determinados momentos, a trilha-sonora e seu auxílio na construção e interpretação destas figuras. Ao mesmo tempo, iremos explorar as referências literárias dentro do *anime* relacionadas às *Bruxas* e operamos dentro do escopo teórico de estereótipos construídos quanto ao imaginário generalizado das *Bruxas* como seres místicos proposto por Hutton (2021).

⁶ Doravante *PMMMR*.

⁷ Embora o filme receba em seu nome a alcunha de ser a terceira parte de uma obra, os dois filmes anteriores são na verdade recapitulações condensadas de todo *PMMM* com a exclusão de diversas cenas.

A Bruxa: estereótipos e definições

Dentre figuras presentes em folclores e crenças, a bruxa, a figura que exerce a bruxaria, ocupa um local de destaque, especialmente devido ao caráter negativo atribuído a esta figura lendária. Em muitas sociedades, ela foi imaginada e alocada de tal maneira, que pode ser tratada em igualdade a feiticeiros, sacerdotes ou outros praticantes de atos religiosos que envolvem algum contato com o sobrenatural. Como aponta Katherine Luongo o ocidente euro-americano incorporou a bruxaria e seus praticantes como aqueles que seriam capazes de causar *dano mágico*, no entanto, sociedades como os Azande terão classificações próprias para cada tipo de praticante de magia (2011, p. 49). A discussão do que é uma bruxa e, portanto, a bruxaria, é expansiva, e precisa ser revista dentro de cada contexto que buscam entendê-la, por outro lado, é possível partir de pontos como “seu sentido comum, ou corriqueiro, de alguém que causa dano a outros por meios místicos.” (Needham, 1978, p. 26) ou “um termo genérico para todos os tipos de magia e feitiçaria maléfica” (Behringer, 2004, p. 4), para então se propor discussões de problematização e desconstrução do caráter universal que a bruxa recebe. Essa é a proposta de Hutton (2011), que vai entender a bruxa dentro destes estereótipos para enfim explorar seu imaginário e sua construção ao longo da história, especialmente no mediterrâneo. Para tal, o autor define o termo *magia*, tão recorrente nas concepções da bruxa, como “quaisquer práticas performadas por seres humanos destinadas a atingir fins específicos por meio de controle, manipulação e direcionamento do poder sobrenatural ou do poder espiritual oculto no mundo natural” (Hutton, 2021, p. 19). No entanto, o Hutton também vai esclarecer como esta definição é desprovida de juízos de valor quanto à utilidade da magia, ou seja, às intenções por trás daqueles que dizem ser capazes de usar de artifícios mágicos para atingir objetivos (2021, p. 21).

A partir destes conceitos, podemos pensar em cinco estereótipos que rondam a figura da bruxa e nos ajudarão a entendê-la tanto como figura construída por estas definições quanto às personagens do *anime* a ser analisado. O primeiro estereótipo já foi explorado aqui e acaba por ser o mais recorrente, que diz respeito ao fato de as bruxas causarem danos (ou benefícios) por meios que são desconhecidos. Hutton vai apontar, entretanto, que muitas vezes existe uma falta de intencionalidade neste aspecto, trazendo à tona a figura da bruxa que age por impulso ou desconhece seu estado de ser como bruxa (2021, p. 45). Um segundo estereótipo se constrói pelo fato que a bruxa é imaginada como um problema interno e, portanto, não incorre em ações contra aqueles que são externos à sua sociedade (Hutton, 2021, p. 53). Nesta mesma linha, a bruxa é configurada em um terceiro estereótipo como alguém

que segue uma tradição, herda seus poderes ou aprende eles com outras, sendo assim uma figura que tem métodos e especificidades naturalmente atribuídos ou repassados para elas, com a finalidade de realizar suas ações e quais objetivos pretendem atingir (Hutton, 2021, p. 57).

O quarto estereótipo vai ser um dos mais debatidos por Hutton, uma vez que se situa na questão moral da bruxa, ou seja, o fato de ela ser imaginada como maligna. Para o autor, a bruxa não apenas é maligna por si só, mas o ato de se desnudar, ou conseguir alterar suas aparências, bem como sua pressuposta ânsia por obter coisas de modos mágicos e, portanto, ilegítimos, configuram a construção de um *outro* idealmente maligno, de uma identidade a parte da sua cotidiana (Hutton, 2021, p. 63-65). Em suma, ele resume o aspecto maligno da bruxa como “representava uma tentativa de imaginar como os seres humanos eram capazes de continuar a viver em comunidade ao mesmo tempo que secretamente rejeitavam e atacavam todas as suas restrições morais” (Hutton, 2021, p. 66). O quinto e último estereótipo a se pensar é o fato de que existem modos de se combater as bruxas, sejam eles constituídos também como tradições, e, portanto, pré-estabelecidos no imaginário (como o ato de queimar-se a bruxa) como também o ato de usar de orações e preces para se opor a bruxa, ou simplesmente ignorá-la, dentro de uma crença que o poder da bruxa é intensificado quando se acredita em sua eficácia e existência (Hutton, 2021, p. 71).

Com estas considerações quanto aos estereótipos da bruxa podemos entender a construção de sua imagem como ser maligno, que acaba sendo associada às mulheres à medida que incorpora narrativas e mitos, entrelaçados a estas concepções generalizantes do que seria uma bruxa (Hutton, 2021, p. 381). Neste artigo, nos atentarmos a estas noções, ou seja, o quanto elas serão, ou não, acionadas em *PMMM* e *PMMMR* com a intenção de formular uma narrativa para as *Bruxas* sobre as quais analisaremos a constituição de suas histórias e estéticas.

Mahou Shoujo e Majo

Enquanto a construção do imaginário da bruxa de Hutton (2021) perpassa por estereótipos e definições gerais de como ela era abordada, pensada e tratada, precisamos realizar uma análise contextual de como a bruxa chegará aos *animes* que analisaremos e se tornará a *Bruxa*. Antes de *PMMM* e *PMMMR* serem lançados na primeira metade da década de 2010, às bruxas já tinham uma longa história no Japão que precisa ser explorada e compreendida dentro dos termos necessários para que não sejam cometidos erros de

pressuposições quanto aos significados contidos nas *Bruxas* que analisaremos. Uma noção básica que precisamos ter em conta é o modo de produção dos *animes* e a lógica de *merchandising* que está associada ao gênero de cada produção, ou seja, uma animação só chega ao estágio de lançamento após passar por um tratamento de lógica de mercado que a partir de um gênero. Nesse caso, *Garotas Mágicas* ou *Mahou Shoujo*, constitui uma seleção de públicos que irão consumir a obra, divulgações em revistas, propagandas e entrevistas, produtos que serão produzidos e como serão vendidos (Saito, 2014, p. 144). Em outras palavras, o gênero no Japão está intrinsecamente ligado ao modo como produtos serão criados a partir de um *anime* e ao público alvo e como ele consumirá a obra e seus derivados. A partir daqui, poderemos explorar as bruxas dentro do gênero das *Garotas Mágicas* entendendo que existem expectativas anteriores nas narrativas das personagens, e elas podem advir do público ou serem impostas pelos estúdios e empresas responsáveis pelo *merchandising* deste *anime*.

A bruxa (*Majo*), ou a bruxinha/pequena bruxa (*majokko*), chega ao Japão na década de 60 com o *mangá* intitulado *Himitsu no Akko-Chan* (1962) e logo após, *Sally, The Witch* (1966) seria a primeira *Garota Mágica* no mundo dos *animes*, enquanto *Akko-Chan* seria adaptada para as telas em 1969 apenas. Suas histórias e narrativas nos *animes*, de jovens bruxinhas com poderes mágicos e objetos capazes de fazer magia, no entanto, eram fortemente baseadas em séries norte-americanas como *Bewitched* (A Feiticeira, 1964) e *I Dream of Jeannie* (Jeannie é um gênio, 1965), nas quais mulheres dotadas de poderes precisavam conciliá-los com uma vida de esposa suburbana comum (Demari, 2025, p. 22). A figura da bruxinha, no entanto, tenta ao máximo se diferenciar de bruxas adultas, uma vez que “a maior parte das bruxas lendárias japonesas é representada como criaturas malévolas” (Sempere, 2019, p. 20), uma imagem que o Japão certamente não queria ver assimilada por jovens garotas. Saito (2014) vai explicar que a mudança de adaptar personagens adultas para crianças ou adolescentes é pautada no fato de que:

[...] the magical girl narratives often revolve around the magical freedom of adolescence prior to the gendered stage of marriage and motherhood, suggesting the difficulty of imagining elements of power and defiance beyond the point of marriage. (Saito, 2014, p. 148).⁸

⁸ Tradução: “[...] as narrativas de garotas mágicas frequentemente giram em torno da liberdade mágica da adolescência, antes da fase de gênero relacionada ao casamento e à maternidade, sugerindo a dificuldade de imaginar elementos de poder e desafio além do ponto do casamento.” (Saito, 2014, p. 148). Todas as traduções presentes em notas neste artigo são de responsabilidade da autora, exceto quando constar a referência do tradutor.

Sendo assim, estas garotas mágicas seriam consideradas *Majokko*, ou simplesmente bruxinhas, sendo os dilemas que enfrentam muito mais relacionados ao fato de poderem ter atitudes rebeldes e consideradas inadequadas, geralmente relacionadas à magia, enquanto ainda são jovens, visto que quando adultas, jamais deveriam se portar de modo desafiador.

O sucesso dessas jovens bruxinhas no Japão, vendendo produtos como espelhos e varinhas mágicas, e, também, um ideal de comportamento para o público feminino infantil, seria hiper saturado em um processo de declínio da popularidades das *Garotas Mágicas* nos anos 70 com produções como *Meg*, *The Little Witch* (1974) que chegaria ao Brasil como *Bia, a Pequena Feiticeira*, com narrativas que copiaria os feitos de Sally e Akko-Chan, sem grandes inovações nas histórias (Demari, 2025, p. 23).

As *Majokko* voltariam a aparecer nas telas, com os filmes do *Studio Ghibli*, especialmente *Serviços de Entregas da Kiki* (1989) de Hayao Miyazaki (1941-), que traz uma jovem bruxa saindo de casa e usando seu poder de voar em uma vassoura, algo que ela ama, para conseguir um emprego em que deve fazer entregas em sua nova cidade. Neste longa de *anime*, temos agora a presença, ainda que curta, da mãe de Kiki, Kokiri, que aparece no início do filme como uma mulher respeitada e sábia, que faz poções de cura para os habitantes de sua cidade. O filme, considerado o ápice da popularidade das *majokko* nos *animes* (Kawanishi, 2025, p. 19), também traz questões como utilitarismo, amadurecimento e empoderamento feminino de uma personagem que vê seus amores e obrigações em conflito (Sempere, 2019, p. 30). O efeito da popularidade do *Studio Ghibli* se estende a outra produção que vai trazer a figura da *Majo* envelhecida, em *A Viagem de Chihiro* (2001), na qual as bruxas Yubaba e Zeniba, apesar de sua rivalidade e aparência estereotipada, se apresentam como figuras poderosas e sábias, que aconselham ou chefiam a protagonista, Chihiro, e podemos entendê-las, dentro da perspectiva de Sempere (2019), como exemplos de empoderamento feminino, com a autora resumindo sua ideia das personagens femininas do *Studio Ghibli* como:

From the youngest to the oldest, their incredible heroines are some of the best examples of how to represent women on the screen. Each of them is always in the spotlight as a strong, multifaceted main or secondary character, taking control of the action. Never appears as a passive or extremely weak person waiting for a white knight. (Sempere, 2019, p. 28).⁹

⁹ Tradução: "Das mais jovens às mais velhas, suas incríveis heroínas são alguns dos melhores exemplos de como representar mulheres na tela. Cada uma delas está sempre em destaque como uma personagem principal ou secundária forte e multifacetada, tomando o controle da ação. Nunca aparece como alguém passiva ou extremamente fraca esperando por um cavaleiro branco." (Sempere, 2019, p. 28).

Sendo assim, as bruxas nos *animes*, até este momento haviam construído para si um legado pautado pelo regramento feminino, mas também pelo empoderamento. São figuras de forte dualidade, interpretativas e podendo ser lidas de forma equivocada. Kawanishi ao abordar esse construto midiático das bruxas nos *animes*, chega à conclusão que: “A imagem da bruxa nem sempre é negativa, mas muitas vezes positiva, retratando mulheres fortes que possuem poder místico.” (Kawanishi, 2025, p. 6). A popularidade indiscutível das *majokko* e especialmente das *majo* do *Studio Ghibli* é pautada especialmente pela cristalização de narrativas repetitivas e domínio monopolizado das *Garotas Mágicas* por poucas produções ao longo da década dos anos 2000 (Demari, 2025, p. 28), havendo pouca ou nenhuma chance de se explorar as *majo* em *animes* de *Garotas Mágicas*. No entanto, em 2011, é lançado *PMMM* e traz uma nova proposta de *Mahou Shoujo*, bem como uma intrigante *Bruxa*, aqui chamada de *Majo*. Dentro de *PMMM*, o próprio Kyubey explica que se o produto final que ele deseja, as *Bruxas* (ou seja, *Majo*, que também significa *Mulher Mágica*), por óbvio, aquelas que um dia irão se tornar *Bruxas* devem ser chamadas de *Garotas Mágicas* (Shinbo, 2011, episódio 08, 22:11min).

Pensaremos então nas *Bruxas* de *PMMM* como *Mulheres Mágicas*, ou seja, *Garotas Mágicas* que amadureceram, e partir disso, devemos entender como estas personagens se apresentam no geral dentro do *anime*. Antes da revelação dos planos de Kyubey, ele define as *Bruxas* como: “Se as *Garotas Mágicas* nascem a partir de desejos, as *Bruxas* nascem de maldições. *Garotas Mágicas* espalham esperança e *Bruxas* espalham desespero.” (Shinbo, 2011, episódio 02, 05:21min) As *Bruxas*, ainda seriam invisíveis e, em termos gerais, dentro desta primeira explicação, seriam “dangerous supernatural beings who spread curses and discord by mobilizing disruptive magical spaces called “labyrinths”.” (Cleto; Bahl, 2016, p. 1).¹⁰ Tanto as bruxas quanto seus espaços de contenção, que se alteram constantemente e não mantêm localização fixa ou forma definitiva, se apresentam como “abstract forms of collage, consisting of words, symbols, photos, and drawings, relying on heavy use of stop motion and cutout animation styles to create unsettling and otherworldly imagery.” (Shen, 2014, p. 184).¹¹

Um componente importante das *Bruxas* são as *Runas*, um alfabeto escrito com três versões (Arcaica, Moderna a Musical) que corresponde às letras do alfabeto latino/romano,

¹⁰ Tradução: “seres sobrenaturais perigosos que espalham maldições e discórdia ao mobilizar espaços mágicos disruptivos chamados “labirintos”.” (Cleto; Bahl, 2016, p. 1).

¹¹ Tradução: “formas abstratas de colagem, consistindo em palavras, símbolos, fotos e desenhos, com um uso intenso de stop motion e animação recortada para criar uma imagem inquietante e de outro mundo” (Shen, 2014, p. 184).

mas que constroem, em sua maioria, frases em alemão. Embora as *Runas* não tivessem uma tradução oficial, esta foi realizada por fãs¹² em extensos debates, que se encaixam dentro de uma proposta muito presente em *animes*, a Cultura de Fãs, que pode ser pensada pela proposta de Ian Condry (2013) como:

that collaborative creativity, which operates across media industries and connects official producers to unofficial fan production, is what led to anime's global success. Put simply, success arises from social dynamics that lead people to put their energy into today's media worlds (Condry, 2013, p. 2).¹³

As *Runas* apresentam-se dentro de momentos envolvendo as *Bruxas*, sendo responsáveis por apresentar seus nomes ao longo dos episódios, mas também se apresentam como letras de canções, referências à literatura e frases esparsas que compõem os significados presentes nos *Labirintos* e nas *Bruxas* que neles habitam. Considerando a proposta de Condry (2013), usaremos das traduções das *Runas* feitas por fãs seguindo o entendimento que este tipo de conteúdo faz parte do escopo de produção da obra. Essa abordagem coincide com a própria lógica de produção do *anime*, que se apresenta como uma obra coletiva relativamente independente, mas que se baseou na construção colaborativa do *anime* entre o *Magica Quartet* e o *Studio Shaft* (Demari, 2025, p. 34, 44). Relacionado a este ponto, outro fator de nosso interesse para pensarmos nas *Bruxas* são as falas de Gen Urobuchi, roteirista de *PMMM* e *PMMMR*, concedidas em um painel de perguntas e respostas, nos quais ele alega que o caráter surrealista da franquia é responsabilidade do diretor Akiyuki Shinbo, enquanto menções a obra *Fausto* e o design das *Bruxas* seriam obra dos produtores do *Studio Shaft* e sua parcela seria a inserção do que Urobuchi define como “literatura clássica” no *anime* (PUELLA MAGI WIKI, 2025). Portanto, propomos aqui uma análise do caso de duas *Bruxas*, das onze nomeadas ao longo de *PMMM*,¹⁴ sendo elas *Gertrud* e *Oktavia von Seckendorff* (que volta a aparecer em *PMMMR* com novos detalhes), as quais foram selecionadas pela capacidade objetiva de análise e entendimento de seus significados através da

¹² Esta tradução pode ser conferida no sistema de gestão de conteúdos de construção coletiva Puella Magi Wiki. A comunidade de fãs também é responsável pela criação de repositórios de entrevistas concedidas em painéis e revistas, tradução destes conteúdos, manutenção e debate acerca da franquia de *PMMM*.

¹³ Tradução: A criatividade colaborativa, que opera entre indústrias de mídia e conecta produtores oficiais à produção de fãs não oficial, é o que levou ao sucesso global do anime. Em poucas palavras, o sucesso surge de dinâmicas sociais que levam as pessoas a investir sua energia nos mundos midiáticos de hoje. (Condry, 2013, p. 2)

¹⁴ Existem outras *Bruxas* que apesar da presença visual, não são nomeadas, e portanto, não entram em nossa contagem. As onze *Bruxas* oficiais de *PMMM* são, em ordem de menção/aparição: *Gertrud*, *Charlotte*, *H.N. Elly*, *Gisela*, *Elsa Maria*, *Izabel*, *Walpurgisnacht*, *Oktavia von Seckendorff*, *Kriemhild Gretchen*, *Patricia* e *Roberta*.

intertextualidade com obras literárias referenciadas ao longo do *anime* e dos aspectos visuais que nos fornecerão capacidades interpretativas de suas identidades.

Gertrud

Para pensarmos na primeira *Bruxa* a aparecer na obra devemos antes considerar o contexto de sua aparição. Ressalta-se que aqui não será analisada a trama por inteiro do *anime*, mas um estudo de caso de algumas *Bruxas*, os *Labirintos* como extensões de seus corpos e seus *Familiars*, seres que servem como soldados rasos das *Bruxas* para auxiliar em lutas e, de acordo com a explicação de Kyubey que vimos anteriormente, espalhar maldições.

Seguimos, portanto, para o episódio 1 de *PMMM*, quando protagonista Madoka Kaname e sua amiga Sayaka Miki são atacadas por seres desconhecidos de cabeça de algodão e bigodes *handlebar* preto, que lhes cercam (Figura 1), mas logo são salvas por Mami Tomoe, uma *Garota Mágica* que trabalha para Kyubey e classifica esses seres como *Familiars* de uma *Bruxa*, que posteriormente descobrimos ser *Gertrud, A Bruxa do Jardim de Rosas*.

Figura 1 – *Familiars* cercam Madoka e Sayaka



Fonte: Shinbo, 2011, episódio 2, 20:20min.

Nesta cena, com desfoque intencional, percebemos Madoka, à esquerda, e Sayaka, à direita, mas ambas no centro e segurando Kyubey juntas, como figuras iluminadas e relativamente mais nítidas. Atrás, com pouca nitidez e iluminação, devido ao seu caráter sombrio e misterioso, borboletas de aspecto semelhante a uma colagem se intercalam com os *Familiars* da *Bruxa*, chamados de *Anthony*, que entoam uma canção, que apesar de indecifrável na audição, revela uma letra atrás das runas que aparecem como legendas próximas de Sayaka e Madoka. A letra, que em alfabeto latino está em alemão, se apresenta como “Das sind mir unbekannte Blumen. / Ja. Sie sind mir auch unbekannt. / Schneiden wir sie ab? / Ja. Schneiden wir sie ab! / Die Rosen schenken wir unserer Königin. / Und die

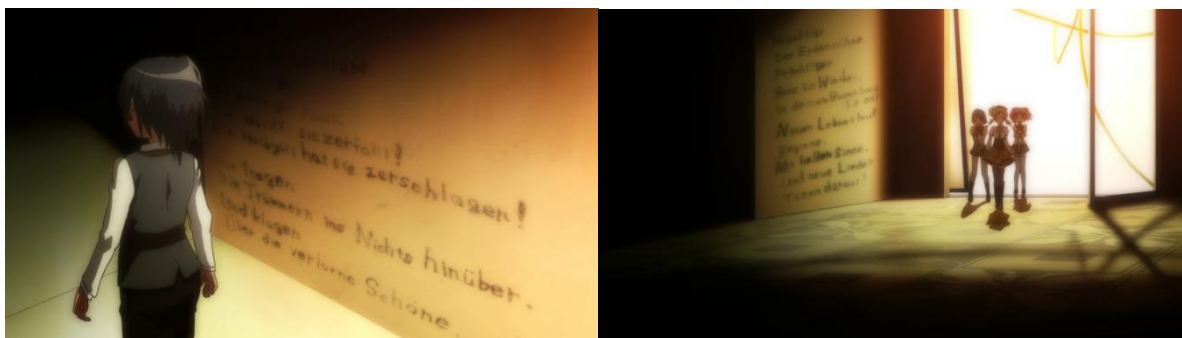
schlechten Blumen / steigen auf die Guillotine. / Ja. Schneide sie ab! / Ja. Schneide sie heraus!” (Shinbo, 2011, episódio 2, 20:09min)¹⁵. Os *Familiars* de *Bruxa* apresentam aqui uma narrativa de violência contra flores, especificamente rosas, que poderíamos interpretar como representação do feminino e o quanto este é posto sob agressão. No entanto, é possível pensarmos em uma figura histórica que aparece mais relacionada a esta letra, especialmente a “rainha” e a “guilhotina”, Josephine de Beauharnais (1763-1814) que teve uma vida pautada por momentos de esperança e desespero, como muitas das figuras históricas apresentadas no *anime*.¹⁶ Esta construção de paralelos com Josephine pode ser pensada a partir do próprio nome da Rainha, que antes de conhecer Napoleão, era chamada de “Rose”, e, após grande insistência, adota o nome Josephine em favor de seu marido (Branda, 2016, p. 9). Neste mesmo sentido, Josephine é tida como patrona das Rosa, visto o mito que se criou do jardim de rosas que diz ter sido feito por esta monarca francesa. A narrativa voltada para Josephine também pode ser pensada quando vemos uma versão distorcida de Napoleão Bonaparte aparecer no portão da *Bruxa* da qual os *Anthony* são *Familiars* (Shinbo, 2011, episódio 2, 19:24min). A princípio, embora não saibamos qual *Garota Mágica* se tornou *Gertrud*, dentro do escopo de *PMMM* de apresentar figuras históricas como personagens passíveis de serem *Garotas Mágicas* ou *Bruxas*, *Gertrud* poderia ser a própria Josephine de Beauharnais. No entanto, existem outros elementos que analisaremos para entender esta *Bruxa*, que por seu caráter introdutório ao universo de *PMMM*, apresenta diversas características.

No segundo episódio, temos Kyubey tentando convencer Sayaka e Madoka a fazerem um desejo, e um contrato, para se tornarem *Garotas Mágicas*. Enquanto as duas pensam em que gostariam de pedir, se juntam a Mami e seguem para caçar a *Bruxa* que as atacou anteriormente. Em uma parte afastada da cidade, uma mulher está sendo manipulada por uma maldição de *Bruxa* para cometer suicídio e se dirige ao teto de um prédio, passando por uma parede com um trecho da obra *Fausto* de Goethe (2004) em alemão (Figura 2). Após salvarem a mulher desta tentativa de suicídio, as protagonistas adentram o prédio (Figura 3) e vemos mais um trecho da obra de *Fausto* na parede.

¹⁵ Tradução: “Estas flores me são desconhecidas. / Sim. Também me são desconhecidas. / Cortamo-las? / Sim. Cortemo-las! / As rosas daremos à nossa rainha. / E as flores ruins / subirão à guilhotina. / Sim. Corta-as! / Sim. Arranca-as!” (Shinbo, 2011, episódio 2, 20:09min). Tradução feita em regime não oficial pela Professora Doutora Daniele Gallindo-Gonçalves.

¹⁶ Dentre estas figuras, destacamos: Cleópatra, Rainha da Dinastia Ptolomaica do Egito, que apesar da fama e do poder, suicidou-se usando cobras venenosas; Joana D’Arc, uma forte figura religiosa e militar para os franceses durante a Guerra dos 100 anos, que foi traída e queimada na fogueira; E Anne Frank, conhecida pelo seu diário com registros da ocupação alemã e perseguição aos judeus nos Países Baixos durante a Segunda Guerra Mundial, sendo morta em câmaras de gás nos campos de concentração nazistas.

Figura 2 e 3 - Trechos de Fausto presentes na tentativa de suicídio e na entrada das personagens no local



Fonte: Shinbo, 2011, episódio 2, 16:31min, 17:59min.

Na obra de Goethe, os dois trechos que se apresentam neste momento se dão na cena do Quarto de Trabalho, na noite seguinte a uma tentativa de suicídio do personagem Fausto, que agora se encontra com Mefistófoles e conversa com ele enquanto o Coro de Gênios, espíritos invocados por Fausto e responsáveis por proferir o trecho acima, apresentado aqui em forma escrita:

Weh! Weh! / Du hast sie zerstört, / Die schöne Welt, / Mit mächtiger Faust; / Sie stürzt, sie zerfällt! / Ein Halbgott hat sie zerschlagen! / Wir tragen / Die Trümmern ins Nichts hinüber, / Und klagen / Über die verlorne Schöne. / Mächtiger / Der Erdensöhne, / Prächtiger / Baue sie wieder, / In deinem Busen baue sie auf! / Neuen Lebenslauf / Beginne, / Mit hellem Sinne, / Und neue Lieder / Tönen darauf! (Goethe, 2004, p. 162).¹⁷

A relação que o *anime* constrói com o texto literário de *Fausto* se dá principalmente pela menção da tentativa de suicídio do próprio Fausto, ato interpretado neste trecho por Mazzari como uma renovação após o suicídio, parte essencial do pré-pacto (Mazzari, 2004, p. 163), e, em *PMMM*, da personagem feminina não identificada que é quase levada ao mesmo ato pela *Bruxa*. No entanto, se pensarmos no contexto do *PMMM*, a narrativa fáustica é ainda mais presente, especialmente na atuação *Mefistofelsiana* de Kyubey em realizar um contrato consensual que visa única e exclusivamente a corrupção da alma das *Garotas Mágicas* para que se tornem *Bruxas* (Demari, 2025, p. 60). Por outro lado, podemos pensar sobre a própria *Gertrud*, que é responsável pela maldição que irá conduzir a mulher desconhecida ao suicídio, e como este ato pode ter sido o seu momento final de desespero que a levou a se tornar uma

¹⁷ Tradução: “Ai de ti! Ai! / Aniquilaste-o, / O lindo mundo, / Com mão possante; / Vai ruindo, cai fundo! / Um semideus fê-lo em pedaços! / As ruínas, nos braços, / Para o Nada levamos, / E lamentamos / Perdidos brilhos. / Ó tu! potente, / Dos tóreos filhos, / Mais resplendente / Reergue-o em teus pensares! / Dê-lhe o peito acolhida, / Novo curso da vida / Inicia, com claro/ Senso e preparo, / E com novos cantares / Exalta a lida!” (Fausto, 2004, p.162, tradução de Jenny Klabin Segall).

Bruxa. Sendo assim, partimos para a análise de *Gertrud* em si que aparece em seu *Labirinto* (Figura 4) logo após as personagens entrarem neste espaço surreal para enfrentá-la.

Figura 4 – Gertrud, a Bruxa do Jardim de Rosas



Fonte: Shinbo, 2011, episódio 2, 19:25min.

Como já observamos antes, os *Labirintos* são espaços de sobrecarga visual que junta elementos do que aparentam serem estampas, colagens e formas abstratas em um conjunto relativamente coeso. A forma de *Gertrud* é pouco coesa, e portanto dificilmente entraria em lógicas de *merchandising* para comercialização de sua imagem em brinquedos e pelúcias, limitando-se a possibilidade de ser vendida em formas ilustrativas, como adesivos ou posters. Interpretamos aqui o *Labirinto* e *Gertrud* buscando os significados desta *Bruxa*. Primeiro, é importante observar a composição da cena, que é bem iluminada, e traz um jardim de rosas, com vários *Anthony* ao redor de *Gertrud*, que se manifesta como um tronco disforme, com asas de borboleta, e o que seria sua cabeça se assemelha a um arbusto de rosas, mas com folhagens parecidas ao de um salgueiro-chorão. A seguir, quando Mami parte para a batalha com *Gertrud*, os círculos atrás da *Bruxa* irão revelar *Runas*, que no alfabeto latino, recorrem, novamente em alemão, a *Fausto* que diz:

Verflucht das Blenden der Erscheinung, / Die sich an unsre Sinne drängt! /
Verflucht, was uns in Träumen heuchelt, / Des Ruhms, der Namensdauer
Trug! / Verflucht, was als Besitz uns schmeichelt, / Als Weib und Kind, als
Knecht und Pflug! (Goethe, 2004, p. 161-162).¹⁸

¹⁸ Tradução: “Maldita seja a presunção/Em que critério se emaranha!/Maldito o encanto da visão/Que no íntimo sensual se entranha/Maldito o que em vão sonho enleia,/Da fama e glória o falso brilho!/Maldito o haver que lisonjeia/Como lar, servo, esposa, filho!” (Goethe, 2004, p. 161-162, tradução de Jenny Klabin Segall).

O trecho em questão se passa pouco antes do Coro dos Gênios que apareceu anteriormente no *anime*. Aqui, Fausto amaldiçoa diversos aspectos da vida, das ambições e da vida, visto que se encontra mergulhado na tristeza enquanto ruma sobre sua tentativa de suicídio na noite anterior. O caráter deste trecho no contexto de *Gertrud* pode expressar seu arrependimento de ter se tornado uma *Garota Mágica* e de ter caído na trama de Kyubey anteriormente. Mas, quando pensamos na tentativa de suicídio de Fausto, ficam mais evidentes os paralelos entre sua história e a narrativa de *Gertrud* ter sido um dia uma *Garota Mágica* que em uma tentativa de suicídio (provavelmente envolvendo lâminas e sangue, vide a constância das rosas vermelhas, devido à aparição de tesouras e da incitação dos *Anthony* de cortar algo) é conduzida ao desespero e se torna uma *Bruxa*, passando a amaldiçoar o destino imposto a ela pelos planos de Kyubey, como Fausto amaldiçoa sua condição. Quando pensamos no amplo uso da obra de Goethe dentro de *PMMM*, podemos estender nossa interpretação quanto ao suicídio pensando em *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774) que apresentau o personagem nomeado no título sendo incapaz de lidar com uma rejeição amorosa e recorrendo ao suicídio como forma de punição para Charlotte, a mulher que o rejeitou (Goethe, 2021, p. 179-180). Em *PMMM*, o suicídio dentro do contexto de *Gertrud* e suas ações aparece como mecanismo de vingança e punição, essa é sua maldição para o mundo, e que tenta impor seu destino a outros como forma de compensação. Entretanto, quando pensamos dentro dos estereótipos das bruxas de Hutton (2021), *Gertrud* atende aos 3 primeiros estereótipos, visto que, causa dano mágico, apresenta-se como um problema interno, e oculto, de uma sociedade e também herda seus poderes de sua forma anterior como *Garota Mágica*. Sabemos também que ela pode ser combatida, dentro do quinto estereótipo, mas não temos certeza do quarto, suas intenções malignas. Em nenhum momento temos noção da consciência de *Gertrud* sobre suas ações para com outros corpos que não o seu. Sabemos de sua agência como criadora de seu *Labirinto*, e, portanto, dos elementos e *Famíliares* contidos nele, mas não o quão voluntárias, ou involuntárias, são suas maldições e o dano que causa a outras pessoas. Nesse sentido, a relação com o suicídio de *Gertrud* apresenta uma variedade de interpretações, especialmente mediante a intertextualidade presente em *PMMM* e como devemos ler tais paralelos.

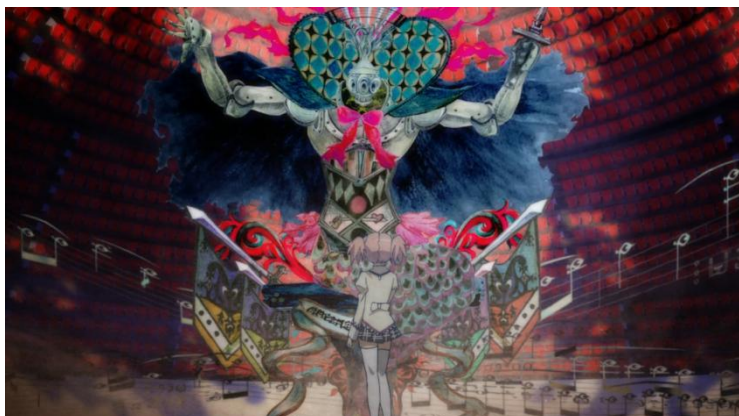
Por outro lado, Cleto e Bahl (2016) vão entender a presença de flores, correntes, espinhos e rodas pelo viés dos contos de fada e suas narrativas, especialmente *Rapunzel* e a *Bela Adormecida*, embora admitam que o caso de *Gertrud* é particularmente difícil de interpretar devido a pouca informação que temos da *Garota Mágica* que ela foi um dia,

restando conjecturar como estes objetos definem sua identidade (Cleto; Bahl, 2016, p. 7.). Pensaremos aqui nos *Labirintos* não como espaços de condenação, mas como uma forma destas *Garotas Mágicas* que pereceram ao desespero, de lidarem com os traumas de sua transformação em *Bruxa* e de suas vidas, sendo assim, podemos entender a relação de continuidade e amadurecimento entre uma *mahou shoujo* e uma *majo*.

Oktavia von Seckendorff

A próxima *Bruxa* que abordaremos se origina a partir de uma das protagonistas, Sayaka Miki, que, após a morte de Mami, se torna uma *Garota Mágica* para combater *Bruxas* e salvar a humanidade. Seu desejo é que Kyosuke Kamijo, garoto que ela visitava todos os dias no hospital e por quem nutre sentimentos amorosos, seja curado de seus ferimentos e possa voltar a tocar violino. Sayaka possui uma profunda relação com a música e com Kyosuke, fazendo companhia para o garoto e escutando música clássica com ele. No entanto, quando Kyosuke aparece curado na escola, a amiga de Sayaka, Hitomi Shizuki, lhe comunica que também está apaixonada pelo violinista e que se Sayaka não se declarar para Kyosuke, Hitomi irá convidá-lo para sair. Em meio a esta trama amorosa, as protagonistas descobrem, em um embate entre Kyoko e Sayaka, que as Jóias da Alma criadas por Kyubey no momento da realização do desejo, e responsáveis por dar poderes a uma *Garota Mágica*, contém na verdade a própria alma das personagens. Quando a Jóia de Sayaka é afastada de seu corpo, ela se torna uma casca vazia e sem vida, e quando Kyubey pisoteia o objeto, Sayaka sente profunda dor e exaustão. É com a corrupção e exaustão da magia e esperança dessas Jóias que surgem as *Bruxas*. Incapaz de se sentir digna de ser amada por Kyosuke devido a ver-se na condição de uma casca vazia sem alma, Sayaka começa a lutar de forma degradante contra *Bruxas*, enquanto observa Hitomi e Kyosuke em seus momentos românticos. Ao atingir o máximo de exaustão e desespero em sua Jóia da Alma, ela se torna uma *Bruxa* (Figura 5) que é confrontada por Kyoko Sakura e Madoka Kaname na tentativa de salvar a amiga.

Figura 5 – O teatro de Oktavia von Seckendorff, a Bruxa Sereia



Fonte: Shinbo, 2011, episódio 9, 19:02min.

A aparência de Sayaka é dividida em duas partes: a metade superior assemelha-se a um cavaleiro de armadura, com penacho no elmo fechado, espada em mãos (Sayaka já usava espada e vestimentas cavaleirescas antes de tornar-se *Bruxa*) e uma imensa capa azul-marinho. Sua parte inferior, sentada em um palanque cheio de lâminas com paquife de heráldica vermelho, é a de uma sereia, com cauda de peixe e escamas. Seu *Labirinto* e os *Famíliares* presentes nele são todos parte de uma orquestra, com maestro e instrumentos, dentro de uma ópera com bancos vermelhos do chão ao teto, enquanto *Runas* em formato musical emanam neste cenário. Sua composição também é difícil de definir, pois mistura a seu cenário, e portanto, não seria fácil torná-la em um objeto passível de *merchandising*.

Antes de pensarmos na narrativa de Sayaka e como ela aparece na forma de *Oktavia von Seckendorff*, precisamos estabelecer alguns paralelos interessantes. A começar pelo seu nome de *Bruxa*, podemos interpretar *Oktavia* como parte de sua relação com a música, portanto sendo uma *Oitava* (nota musical), ou o momento de aparição desta *Bruxa*, que, embora confrontada no episódio nove, aparece pela primeira vez no episódio oito. *Von Seckendorff*¹⁹ é o nome de uma família aristocrática da Francônia, com um de seus membros, Karl Siegmund von Seckendorff (1744-1785), sendo lembrado pela profunda admiração por Johan Wolfgang von Goethe, e produção da tradução de *Os sofrimentos do jovem Werther* para o francês e composições musicais de obras do escritor alemão.²⁰

¹⁹ A aparência da parte superior de *Oktavia* e o paquife vermelho apresentam semelhanças com a heráldica da família von Seckendorff.

²⁰ Embora estes elementos sejam relativamente superficiais para uma análise, também nos atentaremos nas *Runas*, dessa vez resultando em latim na transcrição, que introduzem a *Bruxa*, *Desiderantes affectibus*, produzindo um paralelo com a bula papal emitida por Inocêncio VIII de 1484, intitulada *Summis Desiderantes affectibus* usada como elemento de legitimação para a caça às bruxas na Europa. Interpretamos essa relação de *PMMM* com a bula como uma referência ao fato de que descobrimos através de *Oktavia* quanto ao modo como surgem as *Bruxas* no *anime*, apesar de ser possível outras análises.

A narrativa de Sayaka, antes de tornar-se *Oktavia*, se assemelha em muito ao conto de fada da *Sereiazinha* de Hans Andersen, como apontam Cleto e Bahl (2016, p. 9), que traz a história de uma sereia muito jovem que se apaixona por um príncipe da superfície, sacrifica parte de sua vida como sereia e sua voz por ele, mas quando não consegue seu amor e é trocada por outra mulher, se atira ao mar e vira espuma. Alguns trechos da narrativa da *Sereiazinha* se relacionam com a trama de Sayaka que a leva a se tornar uma *Bruxa*. Como Sayaka, a sereiazinha recebe com grande choque a notícia que seu corpo é desprovido de alma quando sua avó lhe diz: “Não temos alma imortal, não temos mais vida, somos como os caniços verdes, que, uma vez cortados, não podem reverdecer.” (Andersen, 2011, p. 90). Para as duas personagens, a ausência da alma em seus corpos é um grande dilema e motivo de sofrimento, e ambas sacrificam aquilo que podem por homens, que as trocam por outras mulheres, como podemos ver na narrativa da sereiazinha, que ao final de sua história “Ainda uma vez olhou para o príncipe, com olhar meio enublado, depois se lançou do navio ao mar, onde seu corpo se desfez em espuma.” (Andersen, 2011, p. 99). Sayaka não se atira ao mar, mas cria seu próprio espaço misturando água e música quando se joga ao desespero, mantendo ainda viva sua paixão pela música e por Kyosuke na forma do eterno teatro que ela conduz como maestra na forma de *Oktavia*. Ainda podemos pensar em como a Sereiazinha recebe nova forma e é alçada aos céus pelas Filhas do Ar (Andersen, 2011, p. 100), *Oktavia* é derrotada em um ato de sacrifício de Kyoko, com ambas morrendo juntas, unindo-se em uma nova forma.

Pensando a narrativa de Sayaka, e por consequência, de *Oktavia*, e as relações construídas com o nome da família *von Seckendorff*, podemos pensar em Karl Siegmund von Seckendorff e sua tradução de *Os sofrimentos do jovem Werther*, que não parece ser aleatória. De muitas formas, o modo como Sayaka sucumbe ao desespero é um suicídio involuntário apresentado dentro do contexto também de uma rejeição amorosa e do sentimento que Sayaka, assim como Werther, entende que foi traída por Hitomi quando esta decide assumir seu amor por Kyosuke. Sayaka, no entanto, não consegue tomar qualquer tipo de ação, e como Werther, decide por abdicar de sua própria vida. Ainda é interessante notar que apesar disso, Sayaka só desiste de seu amor quando descobre ter perdido sua alma e passa a martirizar a si mesma em silêncio e reclusão, enquanto Werther não desiste de seu amor por Charlotte, mas usa de seu suicídio como mecanismo de punição que danificará outros além de a si mesmo, como criar momentos de carinho com a família de Charlotte e usar as armas de Albert, esposo de sua amada, para tirar sua vida (Goethe, 2021). Nesse sentido, quando

pensamos no quanto as *Bruxas* se encaixam nos estereótipos de Hutton (2021), novamente vemos uma ambiguidade no quão maligna são as intenções de *Oktavia von Seckendorff*, visto que esta se esconde em seu teatro e jamais sabemos se esteve causando algum dano para outros, com exceção das *Garotas Mágicas* que a atacam na intenção de *salvá-la* de sua forma de *Bruxa*.

Voltamos a ver Sayaka e *Oktavia von Seckendorff* em *PMMMMR*, uma vez que, dentro da ilusão que Homura está vivendo sob um teste de Kyubey, nenhum destes eventos do passado é parte desta realidade, sendo assim, Sayaka, Mami, Kyoko e Madoka estão todas vivas dentro da ilusão de Homura, que sobrevive aos eventos de *PMMM*. No filme, Sayaka consegue acessar livremente sua forma de *Bruxa* ao perfurar a si mesma (Shinbo, 2013, 01:26:09h) com sua espada. Em *PMMMMR*, Sayaka apresenta uma existência pacífica e conjunta entre ela, como *Garota Mágica*, e sua *Bruxa*, que se revela em seu reflexo na água (Shinbo, 2013, 59:17min) ou quando invocada pelo ato de auto-sacrifício. Esta forma dual de existência segue a premissa do paralelo entre o fim da *Sereiazinha* sendo alçada aos céus em uma nova forma de existência e a possibilidade de Sayaka desafiar o aspecto aparentemente punitivo de ter se tornado uma *Bruxa*. Ao longo de *PMMMMR*, enquanto Homura relembra dos acontecimentos de *PMMM* e percebe sua condição de prisioneira de uma ilusão, ela também se recorda do fim de Sayaka e questiona a *Garota Mágica* sobre isso, Sayaka simplesmente diz que ela é a mesma pessoa que Homura já conhecia, definindo a si mesmo como “A nova.” (Shinbo, 2013, 59:10min) versão de si mesma, que consegue transformar as *Bruxas* em aliadas de *Garotas Mágicas* contra as maquinações *Mefistofelsianas* de Kyubey.

Considerações finais

A partir das breves e limitadas análises que realizamos das imagens das *Bruxas*, podemos pensar o quanto os estereótipos de Hutton (2021) são, como em sua própria obra, apresentados e desconstruídos acerca destas figuras, uma vez que estas personagens se apropriam de temas que seriam vistos como malignos em seus espaços pessoais para expressar suas identidades e curar-se de seus traumas (Humble, 2025). Não temos certeza do quanto *Gertrud* e *Oktavia* estavam conscientes de seus atos e tinham intenções malignas em *PMMM*, e em *PMMMMR* vemos uma Sayaka/*Oktavia*, que tem os mesmos ideais heróicos de sua forma de *Garota Mágica* e capacidade completa de agência sobre sua forma de *Bruxa*. Apesar das *Bruxas* usarem dessa concepção estereotipada para se apresentarem ao longo do

anime, temos pouca noção do quanto de dano elas realmente causam às sociedades e se são um perigo necessário de ser combatido.

Sendo assim, pensamos que “os *Labirintos* não são a perpetuação do sofrimento e desespero de *Garotas Mágicas*, mas a consolidação da sua transformação em *Bruxas* como método de manter suas identidades eternas e vivas” (Demari, 2025, p. 57). Também pensamos nas *Bruxas* e suas expressões como divergentes, desafiando até mesmo a lógica de *merchandising* dos *animes*, devido a sua forma complexa de ser tornada em produtos para serem consumidos e seu caráter ambíguo que torna complexo de entender se são realmente as vilãs dessa história (ou as verdadeiras vítimas de Kyubey). Isso permite que as *Bruxas* existam em um espaço para além de concepções de beleza, heroísmo e expectativas de existências para as *Majos* que desafiam a comercialização de suas imagens como brinquedos ou modelos femininos. As *Bruxas* de *PMMM* e *PMMMR*, que a princípio tinham ares de vilania bem definida, em nossa análise se apresentam na verdade como uma continuidade das *Majos* e *Majokko* dos últimos anos, ambíguas, duais, regradas por um lado, mas também desafiantes.

De muitas formas, nossa abordagem aqui tenta dar conta das complexidades visuais e intertextualidades narrativas das *Bruxas*, e, ainda assim, só conseguimos observar duas delas e os modos como se apresentam entre referências literárias e históricas. O presente artigo, portanto, conclui-se também como uma forma de encorajar novas produções quanto à interpretação de personagens, não apenas nos *animes* aqui vistos, que ainda necessitam de novos olhares, mas também de outras produções midiáticas que podem se beneficiar de análises pela perspectiva de historiadoras e historiadores. Em suma, pensamos também no quanto nosso recorte é ínfimo dentro das diversas interpretações possíveis para as *Bruxas* de *PMMM* e *PMMMR*. Sendo assim, diante da magnitude da subjetividade, poderíamos até dizer que as *Bruxas* não podem jamais ser compreendidas de forma total e completa, mas sim lidas e interpretadas mediante nossas referências e parâmetros, sejam literários ou históricos.

Fontes

PUELLA Magi Madoka Magica. Direção: Akiyuki Shinbo. Roteiro: Gen Urobuchi. Produção: Shaft. Japão: Aniplex, 2011. 1 disco *blu-ray* (12 episódios).

PUELLA Magi Madoka Magica The Movie Part III: Rebellion. Direção: Akiyuki Shinbo; Yukihiro Miyamoto. Roteiro: Gen Urobuchi. Japão: Shaft / Aniplex, 2013. 1 disco *blu-ray*, 116 min.

Referências

- AKATSUKA, Fujio. **Himitsu no Akko-chan**. Tóquio: Shueisha, 1962.
- ANDERSEN, Hans Christian. **Contos de Hans Christian Andersen**. Tradução de Silva Duarte; Prefácio e comentário de Nelly Novaes Coelho. São Paulo: Paulinas, 2011.
- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. 3ª ed. Tradução de Marcelo Felix. Lisboa: Edições Texto & Grafias, 2004.
- A VIAGEM de Chihiro. Direção: Hayao Miyazaki. Produção: Studio Ghibli. Japão: Toho, 2001. Online. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/60023642?source=35&fromWatch=true>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- BEHRINGER, Wolfgang. **Witches and Witch-Hunts: A Global History**. Cambridge: Polity Press, 2004.
- BRANDA, Pierre. Josephine: Le Paradoxe du Cygne. Paris: Perrin, 2016, p. 9.
- CLETO, Sara; BAHL, Erin Kathleen. Becoming the Labyrinth: Negotiating Magical Space and Identity in Puella Magi Madoka Magica. **Humanities**. Basel: MDPI, v. 5, n. 2, p. 20, Apr. 2016. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0787/5/2/20>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- CONDY, Ian. **The Soul of Anime: Collaborative Creativity and Japan's Media Success Story**. Durham: Duke University Press, 2013.
- DEMARI, Alexia Francis Peter. **Salve, Terrae Magicae: uma análise de Puella Magi Madoka Magica (2011) pela perspectiva da topologia**. Orientadora: Daniele Gallindo Gonçalves. 2025. 72 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia**. Primeira parte. Tradução de Jenny Klabin Segall. Apresentação, comentários e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2004.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia**. Segunda parte. Tradução de Jenny Klabin Segall. Apresentação, comentários e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2007.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Os sofrimentos do jovem Werther**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021.
- HUMBLE, Lena C. **Firing the Canon: Queer Representation in the Magical Girl Genre**. Firing the Canon: Queer Representation in the Magical Girl Genre. Dissertação. (Mestrado em Ilustração e cultura visual) - School of Art, Washing Univeristy, 7 mai. 2025. Disponível em: https://openscholarship.wustl.edu/mfa_illustration/44 . Acesso em: 14 nov. 2025.
- HUTTON, Ronald. **Grimório das Bruxas**. Tradução: Fernanda Lizardo. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2021.
- KAWANISHI, Eriko. Overview of Majo, Western Witches, in Contemporary. **Alternative Spirituality and Religion Review**. s.l.: Philosophy Documentation Center, v. 12, n. 2, fev., p. 211–224, 2025. Disponível em: <https://minpaku.repo.nii.ac.jp/records/2000271>. Acesso em 14 nov. 2025.
- LUONGO, Katherine. **Witchcraft and Colonial Rule in Kenya, 1900–1955**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NEEDHAM, Rodney. **Primordial Characters**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1978.

O SERVIÇO de entregas da Kiki. Diretor: Hayao Miyazaki. Japão: Studio Ghibli, 1989, longa-metragem de animação, 102 min, online. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/60027106?source=35&fromWatch=true>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PUELLA MAGI WIKI. **Nitro+ Q&A Panels at Animagic 2013**. Disponível em: [https://wiki.puella-magi.net/Nitro%2B Q%26A Panels at Animagic 2013](https://wiki.puella-magi.net/Nitro%2B%20Q%26A%20Panels%20at%20Animagic%202013). Acesso em: 14 nov. 2025.

SALLY, The Witch. Direção: Toshio Katsuta. Produção: Toei Animation. Japão: NET, 1966-1968. Blu-Ray (109 episódios).

SAMOYAUULT, Tiphaine. **A Intertextualidade**. Tradução de Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.

SEMPERE, Samanta. Witchcraft and feminism in Japanese animation: Kiki's Delivery Service and Little Witch Academia case study. In: MARTÍNEZ, Mario-Paul; MATEU, Fran (orgs.). **In a Stranger Field: Studies of Art, Audiovisuals and New Technologies in Fantasy, SciFi and Horror Genres**. Elche: FANTAELX, 2019.

SHEN, Lien Fan. The Dark, Twisted Magical Girls: Shōjo Heroines in Puella Magi Madoka Magica. In: JONES, Norma; BAJAC-CARTER, Maja; BATCHELOR, Bob (orgs.). **Heroines of Film and Television: Portrayals in Popular Culture**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014, p. 177-188.

KAJIURA, Yuki. **魔法少女まどか☆マギカ Music Collection** [recurso eletrônico]. Japão, 2013. Online. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/4sPKrqfM6lBaCX0COmOgzQ?si=a0e87727a0224045>. Acesso em 18 nov. 2025.

Inventar o passado, unificar o presente: a instrumentalização política do imperador Frederico I Barbarossa por meio do *Kaiserpfalz* no processo de unificação alemã

Inventing the past, unifying the present: the political instrumentalization of Emperor Frederick I Barbarossa through the Kaiserpfalz in the process of German unification.

Guilherme dos Santos Lysakowski,¹ UFPel

Resumo

Com a dissolução do Sacro Império Romano frente às tropas napoleônicas, o nacionalismo político alemão surgiu de modo embrionário como forma de resistência. Após a expulsão das tropas de Napoleão, o nacionalismo não cessou; ao contrário, passou a reivindicar uma unidade política alemã. Em busca de arquitetar o Estado nacional foi necessário criar uma identidade coletiva sólida, continuamente reafirmada ao longo do século XIX. Nesse contexto, a instrumentalização de mitos políticos desempenhou papel central. Partindo desse pressuposto, analisaremos as formas de apropriação e ressignificação do imperador Frederico I Barbarossa (1122-1190) no *Kaiserpfalz* de Goslar, cuja decoração pictórica (1877-1897), realizada por Hermann Wislicenus, contribuiu para a construção de uma narrativa mitificada do passado medieval.

Palavras-chave: Mitos Políticos; Barbarossa; Nacionalismo; Alemanha; *Kaiserpfalz*.

Abstract

With the dissolution of the Holy Roman Empire in the face of Napoleonic forces, German political nationalism emerged in an embryonic form as a mode of resistance. After the expulsion of Napoleon's troops, however, nationalism did not subside; on the contrary, it came to demand German political unity. In the process of constructing the national state, it became necessary to create a solid collective identity, continually reaffirmed throughout the nineteenth century. In this context, the instrumentalization of political myths played a central role. Based on this premise, this study analyzes the forms of appropriation and re-signification of Emperor Frederick I Barbarossa (1122–1190) at the Kaiserpfalz of Goslar, whose pictorial decoration (1877–1897), executed by Hermann Wislicenus, contributed to the construction of a mythologized narrative of the medieval past.

Keywords: Political Myths; Barbarossa; Nationalism; Germany; *Kaiserpfalz*.

Introdução

A dissolução do Sacro Império Romano ocorreu em 1806, com a renúncia de Francisco II (1768-1835). Frente à ascensão de Napoleão, o império que um dia ostentou os

¹ Graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPERGS), vinculado ao projeto *Releituras do medievo: A recepção da Idade Média (Mittelalterrezeption) do século XIX ao XXI* sob a orientação da Professora doutora Daniele Gallindo Gonçalves. E-mail: guilherme.santos.lysakowski.10@gmail.com.

títulos de “sacro” e “romano” não existia mais. O ex-império se viu rendido, enfraquecido e, por fim, esfacelado perante os franceses liderados pelo primeiro mito secular da história²: Napoleão Bonaparte. Os franceses, da mesma forma, obtiveram êxito em derrotar os prussianos e conquistar a Renânia (Geary, 2005). Diante disso, o nacionalismo político alemão surge de maneira incipiente em forma de reação às derrotas germânicas. Esse é o ponto de partida para compreender o nacionalismo e a formação do Estado nacional alemão ao longo do século XIX.

Ressalta-se, entretanto, que o processo de formação de um Estado-nação é composto por diversas etapas; entre elas está a criação de uma identidade nacional sólida, fase basilar para que a estrutura se consolide. É nesse momento que se faz necessário desenvolver, instrumentalizar e difundir mitos políticos e mitos de origem. Com base nesse pressuposto, objetivamos analisar as instrumentalizações políticas do personagem histórico Frederico I Barbarossa (1122-1190) no processo de afirmação do Estado alemão unificado em 1871³ sob liderança do império prussiano. Nesse sentido, o foco central dar-se-á em torno do *Kaiserpfalz*⁴, um imponente palácio imperial na cidade de Goslar, no qual as pinturas de Hermann Wislicenus⁵ são responsáveis por construir uma narrativa mitificada, realizadas entre 1877 e 1897 (Blaich, 2022), essas buscam recriar a história da nação e celebrar a figura de Wilhelm I como herdeiro legítimo de um passado imperial medieval. Os murais do salão principal do palácio reúnem mais de 60 pinturas a óleo que desenvolvem um discurso de continuidade do império alemão. Esse discurso liga os tempos “áureos” de Carlos Magno à fundação do segundo *Reich*, utilizando Barbarossa como fio condutor mítico dessa narrativa. Desse modo, examinaremos os usos das pinturas presentes no *Kaiserpfalz* como recurso de legitimação da unificação ao reivindicar uma noção de continuidade imperial.

² Concepção que tomamos emprestada do historiador britânico Eric Hobsbawm. A respeito de Napoleão Bonaparte, Hobsbawm escreve: “Tornou-se primeiro cônsul, depois cônsul vitalício e Imperador. E com sua chegada, como que por milagre, os insolúveis problemas do Diretório se tornaram solúveis. Em poucos anos a França tinha um Código Civil, uma concordata com a Igreja e até mesmo o mais significativo símbolo da estabilidade burguesa — um Banco Nacional. E o mundo tinha o seu primeiro mito secular” (Hobsbawm, 2006, p. 111. Grifo nosso).

³ Para análises detalhadas acerca dos processos políticos, econômicos e militares que levaram à unificação alemã em 1871, consultar o historiador Martin Kitchen (2013).

⁴ O *Kaiserpfalz* é um imponente conjunto de edificações que datam do século XI, reformados e estruturados com monumento em comemoração à unificação alemã no século XIX. O palácio imperial foi inaugurado em 1897.

⁵ Hermann Wislicenus foi um pintor histórico alemão. Ele é conhecido principalmente por suas pinturas murais no Palácio Imperial de Goslar (*Kaiserpfalz*). Hermann Wislicenus nasceu em 1825 em Eisenach e, a partir de 1842/43, frequentou a Academia de Artes de Dresden (Blaich, 2022). De acordo com Blaich (2022) Hermann Wislicenus teve forte influência de seus professores de Dresden: Eduard von Bendemann e Julius Schnorr (von Carolsfeld), integrando-se ao ambiente artístico dos “Nazarênios”, sendo certamente também influenciado por uma longa estada em Roma e pela decorrente conexão com Peter von Cornelius (1853 a 1857).

Partindo dessa premissa, o presente trabalho desenvolver-se-á predominantemente sob a luz dos conceitos de mito político, mito de origem e nacionalismo, sendo o primeiro o eixo estruturante da análise. Para pensarmos a utilização desses recursos simbólicos enquanto peças fundantes do nacionalismo étnico-alemão, é preciso compreender como o passado foi utilizado como recurso político munido de sentidos identitários. Devemos, portanto, pensar as releituras do passado medieval e suas recepções, visando a *posteriori* uma compreensão lúcida das análises propostas. Dessa forma, no que tange às releituras do medievo em séculos posteriores aos fatos ocorridos, nos valem das contribuições de Rolf Köhn apresentadas por Silva e Araujo (2014). Köhn propõe que “Em seu sentido amplo, o conceito de recepção significa [...] não somente percepção e representação da história, mas também discussão e apropriação ou rejeição, portanto, toda mediação e apresentação do passado” (Köhn, 1991, p. 409 *apud* Silva e Araujo, 2014, p. 110). Isto é: “[...] tanto as positavações quanto as negatavações propostas por essas releituras” (Silva e Araujo, 2014, p. 110).

Nesse sentido, as análises propostas partem da compreensão das obras pictóricas presentes no *Kaiserpfalz* como uma monumentalização do mito de Barbarossa, nas quais o passado é reinterpretado para celebrar a unidade política recém-conquistada e fortalecer o pertencimento nacional. Adota-se, portanto, uma leitura iconográfica e simbólica das pinturas, entendendo-as como instrumentos de construção identitária e de legitimação do poder. A metodologia aqui empregada é inspirada no “método”⁶ de leituras de imagens warburguiano, sobretudo a partir dos conceitos de *Pathosformel* e *Nachleben*. Aqui entendemos *Pathosformeln*, como “[...] formas expressivas historicamente coordenadas” que são transformadas segundo o interesse de cada região/época” (Barreto, 2019, p. 101) e *Nachleben*, como a “[...] sobrevivências de elementos, símbolos e gestos transmitidos, [...] em representações figurativas” (Barreto, 2019, p. 101). Uma importante contribuição de Warburg que nos permite visualizar elementos que sobrevivem e retornam ao longo dos séculos está na obra publicada no Brasil, sob o título: *História de fantasmas para gente grande* na qual Warburg (2015, n.p.) se propõem a compreender no capítulo “O nascimento de Vênus e A primavera de Sandro Botticelli”⁷ o que, “[...] na Antiguidade, “interessava” aos artistas do Quatrocentos”. Ou seja, a sobrevivência (*Nachleben*) de gestos, símbolos, elementos, etc. e as

⁶ Aby Warburg não deixou um método de estudo das imagens formalmente constituído, mas a construção (ou montagem) de seu pensamento pode ser utilizada em uma epistemologia multidisciplinar (Barcelos Júnior, 2019).

⁷ O título, em sua forma integral, é: “O nascimento de Vênus e A primavera de Sandro Botticelli Uma investigação sobre as concepções de Antiguidade no início do Renascimento italiano”. O capítulo referido, por sua vez, corresponde a sua tese publicada em Estrasburgo em 1893.

formas pelas quais percebemos essa sobrevivência (*Pathosformel*). Com base no exposto, neste artigo, o método de Warburg é entendido como uma forma de escolher e analisar um grupo de imagens e assim identificar temas, formas, símbolos e mensagens que lhes sejam comuns⁸.

Essa leitura busca evidenciar como o mito, ao ser monumentalizado, atua como elo simbólico entre o Sacro Império e o Segundo *Reich*, isto é a sobrevivência do passado no presente (*Nachleben*) atuando como símbolo de restauração do império e de retorno a uma “idade de ouro”⁹. Esta é percebida nas pinturas por meio das poses heróicas, gestos solenes e dramatizações visuais que estruturam a sequência iconografia de Wislicenus (*Pathosformeln*).

Em síntese, as discussões que se seguem focam na construção/elevação mito-política de Frederico I Barbarossa, a símbolo de uma força primordial, capaz de transformar o mundo político germânico do século XIX (Münkler, 2010). Todavia, torna-se necessária, previamente, uma pequena introdução acerca do poder de mobilização dos mitos políticos/nacionais/origens bem como uma ‘vista aérea’ da gênese do nacionalismo, movimento que, por sua vez, culminou na unificação dos territórios germânicos no terço final do século XIX.

Em torno do conceito de Mito Político, Nacionalismo e Nação

Girardet (1987), ao analisar os mitos políticos, aponta que,

Para os antropólogos e os historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma [...] narrativa que se refere ao passado [...], mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social” (Girardet, 1987, p. 12-13).

Ainda que Girardet recorra ao conceito de Mircea Eliade¹⁰ (1972) a compreensão dos mitos políticos vai muito além de análises estanques de “mito”, como argumenta Luis Felipe Miguel: “[...] [A] palavra “mito”, desprovida de qualquer complexidade, designa uma ideia falsa ou, então, a imagem simplificada e ilusória de uma realidade. Seu campo semântico é o da “mentira” (Miguel, 1998, p. 1). Compreender mitos políticos trata-se de entender as complexidades simbólicas que são desenvolvidas como recurso para dar sentido a uma

⁸ Forma de utilização já explorada em outros estudos. Ver: Barcelos Júnior (2019).

⁹ Utilizamos o termo *Idade de Ouro* como uma das quatro modalidades que o mito político pode assumir, segundo a tipologia proposta por Girardet (1987).

¹⁰ Para o mitólogo Mircea Eliade (1972), a definição que se apresenta como menos imperfeita é a seguinte: “[...] o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, [...] do “princípio”. [...] o mito narra como [...], uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento [...]” (Eliade, 1972, p. 9).

determinada narrativa política. Desse modo, apoiado nas contribuições de Girardet (1987), Miguel (1998) e Münkler (2010), compreendemos a importância da conceituação de “mito”. Entretanto, enfatizamos que, ao tratarmos de mitos políticos, estamos nos referindo a uma categoria analítica que ultrapassa a noção de falsidade e se insere no campo da produção simbólica que nos permite compreender como determinados símbolos, narrativas e figuras históricas são acionados para conferir legitimidade e coerência a projetos políticos e identitários. Estamos utilizando uma categoria simbólica que atua na instrumentalização política do passado, permitindo que eventos e personagens, como no caso de Frederico I Barbarossa, sejam ressignificados e investidos de sentidos que alicerçam identidades e sentimentos de unidade nacional.

Isto posto, o conceito de mitos políticos é chave por nos fornecer instrumentos para analisar o processo de constituição da noção de nação alemã, visto que a Alemanha não possuía grandes mitos para calcar seu processo de unificação e consolidação, desse modo, precisou forjá-los (Münkler, 2010). Partindo do exemplo alemão e das contribuições de Girardet (1987), percebemos que a força motriz do mito político é a falta de confiança na capacidade ou legitimidade de determinada estrutura em vigência. É a partir desse ponto que o mito adquire seu papel principal: o de instrumento para a (re)conquista de uma identidade comprometida (Girardet, 1987). É em meio a essa busca por legitimação que Barbarossa e outros personagens¹¹ — enquanto mitos — surgem como uma

[...] fabulação, deformação [...] do real [...] exerce[ndo] também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para compreensão do presente, [...]. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: [...] de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens [políticas de uma narrativa] (Girardet, 1987, p. 13. Grifo nosso).

Dessa forma, por meio das mitificações políticas, há uma releitura do passado (Silva e Araujo, 2014). Neste sentido, visando à inteligibilidade do conceito, podemos sintetizá-lo como uma estrutura discursiva polimorfa e multifacetada, composta por uma linguagem simbólica, política e cultural de determinado grupo social que serve para dar sentido a uma narrativa política, que por sua vez visa formar coletividades ideológicas que são pautadas no imaginário coletivo e na imaginação social e não necessariamente em factuaisidades históricas. Assim, o mito político, embora se baseie em uma fabulação ou deformação da realidade,

¹¹ O nacionalismo alemão apropriou-se de inúmeras personagens no decorrer do século XIX. Entre as imagens que compõem o panteão mítico do nacionalismo político alemão, destacamos: Carlos Magno, Maximiliano I, Arminius, o próprio Barbarossa. Bem como personagens intrinsecamente “inventados” como Siegfried, personagem do poema “Canção dos Nibelungos”.

exerce uma função explicativa e mobilizadora, ao oferecer chaves de compreensão do presente e ordenar simbolicamente o caos dos acontecimentos (Girardet, 1987).

Complementando o conceito de mito político, duas outras categorias assumem papel central na análise da formação da identidade nacional alemã: nacionalismo e nação¹². Tais conceitos se entrelaçam na medida em que o nacionalismo, entendido como processo simbólico de construção identitária, mobiliza mitos políticos e de origem para conferir legitimidade e continuidade imaginada a uma comunidade política: a nação. Assim, podemos compreender a nação justamente como “[...] uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (Anderson, 2008, p. 32). Benedict Anderson complementa: “Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva de comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p. 32). Logo, as nações não são entidades naturais, mas construções sociais relativamente recentes e inventadas. E, devido à sua própria natureza, não “[...] há meio de [...] distinguir *a priori* uma nação de outras entidades” (Hobsbawm, 1990, p. 14). Assim, a nação é algo em certo nível volátil e maleável. Nesse sentido, está intimamente ligada ao nacionalismo, entendido aqui não apenas como doutrina política, mas como processo simbólico de construção de identidades coletivas. Afinal, “As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (Hobsbawm, 1990, p. 19). Desse modo, a mitificação de personagens como Frederico Barbarossa integra-se à lógica nacionalista do século XIX, ao oferecer uma narrativa fundante capaz de unificar, sob um mesmo imaginário, comunidades antes fragmentadas.

Do fundo do Saleph ao alto do Kyffhäuser

Textos literários, figuras históricas, lugares lendários, narrativas orais, entre outros recursos, por meio de releituras do passado, como supracitado, foram investidos de sentido pelo nacionalismo alemão e transmutados em mitos políticos legitimadores. Plessner (1969) aponta que a consciência nacional alemã buscou ancorar-se na História, em perspectivas pautadas em princípios reais ou, ao menos, disfarçar essa construção nacionalista como algo factual. Como demonstra Bauman, “Para se tornar nacional, a cultura tinha primeiro de negar

¹² Na pesquisa acadêmica, “nação” e “nacionalismo” são dois conceitos cujo estudo tem ocupado o centro das atenções da historiografia e da sociologia desde o início do século XX. Tendo isso em vista, propomos uma breve análise desses termos. Entre os autores que abordam a questão, destacamos: Eric J. Hobsbawm, Terence Ranger e Benedict Anderson.

que fosse um projeto: precisava disfarçar-se de natureza” (Bauman, 2012, n.p.). É em meio a esse cenário que o imperador Barbarossa foi instrumentalizado das mais diversas formas.

Segundo as análises de Münkler (2010), a ampla e variada utilização de Barbarossa se deu, pois, até 1871, mitos e símbolos eram a única forma de representação da nação. Como consequência, as expectativas e os esforços nacionais foram remetidos ao campo do simbólico. O que não se realizava no plano da experiência política era inscrito com ainda mais intensidade no horizonte das expectativas e este era amplamente ilustrado por mitos. Entre o panteão de personagens, lendas, lugares e histórias elevadas a mitos políticos, o imperador Barbarossa ocupava um local de centralidade.

Antes de prosseguirmos, vejamos, de forma breve, quem foi este monarca. Frederico I Barbarossa foi imperador do Sacro Império Romano, entre os anos de 1152¹³ até sua morte em 1190. Uma vez estabelecido como imperador, se destacou e é apontado por alguns autores como “[...] o monarca germânico mais importante do século XII [...]” (Falbel e Araújo, 2010, p. 158). Seu destaque está atrelado às campanhas militares que empreendeu durante a vida, principalmente as campanhas contra o mediterrâneo (1154-1176) e a Terceira Cruzada (1189-1192), empreendimento no qual Barbarossa morre afogado ao tentar atravessar o Rio Saleph, atualmente chamado Göksu (Freed, 2016).

Com sua morte, Barbarossa passaria por um complexo processo de elevação à lenda até ser efetivamente colocado como o personagem central da narrativa em 1519 com a consolidação textual da lenda (Silva e Araújo, 2014). A narrativa lendária se estabeleceu da seguinte forma: Frederico I Barbarossa não morreu durante a Terceira Cruzada, mas se refugiou em uma caverna no monte *Kyffhäuser*, onde permaneceria adormecido até o momento em que seu povo necessitasse de um herói para guiá-los de volta a uma era de glória. Entretanto, as formas visuais e narrativas instrumentalizadas como mito político no contexto da unificação alemã começaram a ser construídas no fim do século XVIII e início do século XIX, momento de um protonacionalismo.

Entre as primeiras apropriações mito-políticas-nacionalistas de Barbarossa, localizamos na literatura uma importante força motriz para o desenvolvimento e fortalecimento do mesmo enquanto mito nacional. É possível localizar poemas que exaltam o imperador como um símbolo de unidade e de continuidade desde as primeiras décadas do século XIX, como apontam Silva e Araújo (2014) ao analisarem os poemas “*Auf einer Burg*”

¹³ No ano de 1152 Frederico Barbarossa é eleito imperador, no ano de 1155 é coroado pelo papa Adriano IV.

composto entre 1810 e 1812, por Joseph von Eichendorff¹⁴ e o conto “*Friedrich Rotbart auf dem Kyffhäuser*” compilado pelos irmãos Grimm¹⁵ em 1816. O conto dos Grimm foi um dos grandes responsáveis pela perpetuação visual da narrativa e solidificação da imagem de Barbarossa repousando dentro da montanha. Composição, essa, que seria instrumentalizada como mito político unificador. No conto, nosso personagem aparece sentado em um banco em frente a uma mesa de pedra, segurando a cabeça com as mãos e piscando os olhos, aguardando o momento de retornar. Sua barba cresce, ao redor da mesa, ou por meio dela, e corvos sobrevoam a montanha, cumprindo um papel de mensageiros, os quais, com suas partidas anunciariam o momento ideal para o retorno do imperador. Seguimos no início do século XIX, com o poema “*Barbarossa*” de Friedrich Rückert¹⁶ de 1817. O qual, reforça elementos já presentes nas obras dos irmãos Grimm e de Eichendorff. Segundo Silva e Araujo (2014, p. 122) “[...] a imagem de uma figura de poder masculina adormecida, da qual cabelos e barba continuam em crescimento [...]” é preservada e reafirmada¹⁷.

De todo modo, as relações estabelecidas entre a figura de Frederico I Barbarossa e suas releituras no longo século XIX em território alemão, não se limitam apenas à literatura. O imperador aparece de forma recorrente em obras pictóricas. Entre os estudiosos que trabalham com tais materiais, destaca-se, devido à suas análises imagéticas, a historiadora Camilla G. Kaul em sua obra *Der Staufer-Mythos im Bild: Zur Stauferrezeption im 19. und 20. Jahrhundert*¹⁸ (2009). Kaul (2009) ao analisar diversas pinturas que retratam o imperador, constata a conexão que as narrativas visuais de Barbarossa, projetam entre um passado glorioso (a Idade Média) e um presente nacional esplêndido e que de antemão lhe estava reservado.

Algumas obras citadas pela autora são: *Die Versöhnung Kaiser Barbarossas mit Papst Alexander III. in Rom* (1825-1826) de Carl Stürmer (1803-1881), *Der Kniefall Heinrich des Löwen vor Friedrich Barbarossa* (1829-1839) de Heinrich Karl Anton Mücke (1806-1891) e *Friedrich I. Barbarossa* (1858) de Eduard Bendemann (1811-1889) e E. Albert Goldfriedrich (1832-1868). Além das imagens reunidas por Kaul (2009), diversas outras obras compõem o

¹⁴ Joseph von Eichendorff (1788–1857) foi um dos principais poetas do Romantismo alemão.

¹⁵ Os Irmãos Grimm, Jakob (1785-1863) e Wilhelm (1786-1859), foram filólogos e folcloristas alemães do século XIX, conhecidos pela coleta e sistematização de contos populares. Seu trabalho teve papel central na valorização das tradições culturais germânicas e influenciou movimentos de afirmação identitária no período pré-unificação alemã (Safranski, 2010).

¹⁶ Friedrich Rückert (1788 -1866) foi poeta e escritor alemão.

¹⁷ Entretanto, o mito não sobreviveu ao século XIX de forma inabalável. No ano de 1844, Heinrich Heine vai criticar as construções simbólicas em torno de Barbarossa, nos capítulos XIV e XVI de sua obra *Deutschland, ein Wintermärchen*.

¹⁸ Tradução nossa: “O mito dos Staufers em imagem. Sobre a recepção dos Staufers nos séculos XIX e XX”.

repertório iconográfico dedicado a Barbarossa, vide a pintura de 1832, de Julius Schnorr von Carolsfeld, pintor alemão ligado ao movimento romântico nas artes, denominado Nazareno, (Silva e Araujo, 2014) que retratou a morte de Barbarossa¹⁹ à luz da pintura Deposição de Cristo de Rafael Sanzio (1507).

Por último destacamos a monumentalização desse mito político. Embora o mito não se restrinja apenas a essas representações, apresentaremos duas manifestações nacionais desse tipo: o *Kyffhäuserdenkmal*, também conhecido como *Barbarossadenkmal* ou *Kaiser-Wilhelm-Denkmal*, (1896) e o palácio imperial *Kaiserpfalz* (1897), nosso objeto de análise. O primeiro monumento foi inaugurado em 1896, idealizado com uma homenagem ao imperador Wilhelm I. A homenagem traça um paralelismo entre o imperador medieval e o imperador do estado alemão, nesta monumentalização do mito, Barbarossa é utilizado como um legitimador do poder imperial de Wilhelm I, colocando-o como sucessor de Barbarossa. Para Münkler (2010), o segundo monumento, o *Kaiserpfalz*, é um dos testemunhos mais impressionantes de apropriação política do passado presente na Alemanha prussiana.

Todos esses exemplos demonstram a “sobrevivência” (*Nachleben*) das formas e símbolos relacionados a Barbarossa ao longo dos anos, sejam elas positivas ou negativas, ressignificadas e atendendo as necessidades políticas de cada época. Ou seja, a reaparição de algo que ficara “esquecido” ou “morto” no passado (Warburg, 2015).

Análise das imagens do salão central do Kaiserpfalz

O palácio imperial da cidade de Goslar representa o auge da (re)mitificação do Imperador Barbarossa no século XIX. As pinturas presentes no salão principal constroem uma explícita união entre Idade Média e o novo Império: não há uma fundação em 1871 com a unificação alemã, mas uma restauração do *Reich* que remonta ao período medieval.

As representações iconográficas presentes no interior do palácio seguem uma narrativa específica, de acordo com Blaich (2022), divididas em três níveis: lenda/conto de fadas, passado e presente (isto é, o século XIX). A narrativa construída pela sequência pictórica enfatiza que a história medieval, bem como as,

[...] volkstümliche Sage und Märchen werden im Sinne einer politischen Selbstdarstellung des modernen Deutschen Kaiserreiches verknüpft, indem

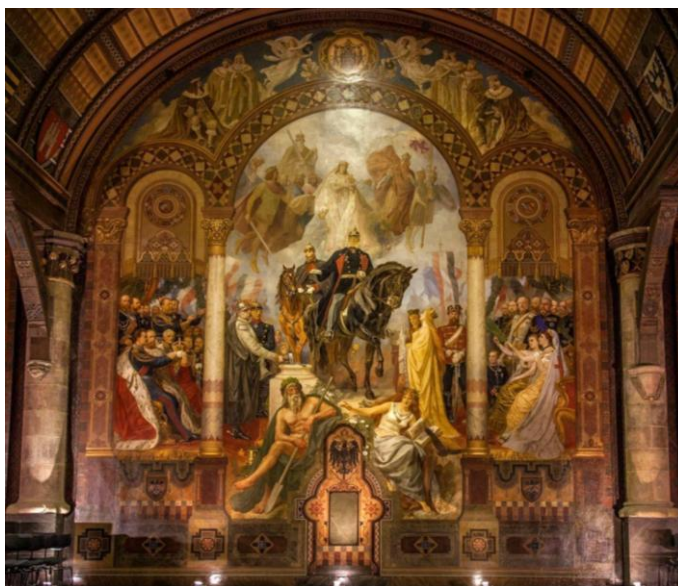
¹⁹ A obra de Julius Schnorr von Carolsfeld é intitulada “*Der Tod Barbarossa*” (1832).

eine Traditionslinie von Karl dem Großen über Heinrich III. und Friedrich I. Barbarossa zu Wilhelm I²⁰ (Blaich, 2022, p. 213).

As imagens que propomos analisar estão inseridas nas categorias apresentadas por Blaich: lenda/conto de fadas, passado e presente (século XIX), divisão simbólica, utilizada para categorizar diferentes aspectos instrumentalizados politicamente, visto que todas as representações datam do terço final do século XIX. Explicitamos também que as iconografias produzem seu sentido a partir da relação entre elas.

Isto posto, apresentamos as ilustrações analisadas: *Dornröschen wird geboren* (O nascimento da Bela adormecida, em tradução livre) (Cf. figura 5) representa os contos de fadas na construção mítica nacionalistas e identitárias que celebram a unificação. Enquanto a obra “*Barbarossas Erwachen*” (O despertar de Barbarossa, em tradução livre), (Cf. figura 4) cumpre o papel simbólico de um passado áureo que retornaria. E como ponto de partida, analisaremos a representação do “presente” (século XIX alemão) retratado pela obra intitulada “*Apotheose des Kaisertums*” (*Apoteose do Império*, em tradução livre) (Cf. figura 1).

Figura 1 – *Apotheose des Kaisertums* (*Apoteose do Império*, em tradução livre)



Fonte: World Heritage Day in the World Heritage Harz- Unesco.

Na imagem central *Apotheose des Kaisertums* (Cf. figura 1), somos apresentados ao imperador da jovem nação, Wilhelm I, elevado ao status de semideus. Na imagem, o imperador está em um cenário repleto de alusões históricas e míticas. O imperador surge

²⁰ Tradução nossa: [...] lendas populares e os contos de fadas, estão ligados no sentido de uma auto-representação política do moderno Império Alemão, traçando uma linha de tradição de Carlos Magno a Henrique III e de Frederico I Barbarossa a Guilherme I.

como a personificação simbólica do mito do salvador (Girardet, 1987), isto é, aquele encarregado de inaugurar uma nova era de glória para a Alemanha a partir da unificação de 1871. Wilhelm I é, portanto, representado como a figura responsável por resgatar os tempos de uma era de ouro outrora vivida. Essa era idealizada é evocada na pintura pelos imperadores “germânicos” da Idade Média, sobretudo Frederico Barbarossa, que encarna a síntese dessa idade de ouro e, por conseguinte, as esperanças e expectativas do tempo presente. Esses imperadores, símbolos das glórias pretéritas, aparecem no céu, acima do retrato de Wilhelm I (Cf. figura 1), configurando aquilo que Blaich (2022) descreve como figuras do passado que aparecem em forma sombria, associadas tanto à história da Prússia quanto à antiga grandeza do Império medieval.

Enquanto Barbarossa — uma das figuras representadas no céu — assume o papel de representante da Idade de Ouro, Wilhelm I divide com o imperador germânico medieval a função de salvador. Ao atuar como tal na narrativa mitificada, Wilhelm I/Barbarossa é “[...] alguém capaz de reverter a situação vigente, tida como má, e instaurar uma nova era de paz e prosperidade” (Miguel, 1999, p. 6). Ou melhor: não instaurar, mas conduzir o grupo, “[...] a nação ao futuro glorioso que de antemão lhe estava reservado” (Miguel, 1999, p. 6). Desse modo, o discurso constrói a seguinte simbologia: Barbarossa revivido agora reinava como Barbablanca (Leerssen, 2017). Essa construção simbólica demonstra, assim, a sobrevivência do passado no presente (*Nachleben*).

O papel de figura salvadora é, assim, compartilhado entre Wilhelm I e Barbarossa, pois em 1871 o novo império havia sido fundado e a esperança expressa por aquele mito (o mito do *Kyffhäuser*) parecia ter se concretizado.

Yet, as was to be expected, Barbarossa did not return in person to take up the dominion of the new empire. Indeed he passed the torch to ‘Barbablanca’, as the new German emperor William I was called by his followers²¹ (Schlüter, 2017, p. 93).

O retorno de Barbarossa se perpetua simbolicamente por meio de Wilhelm I. Essa conexão é reforçada pela representação do imperador medieval (presente no céu da pintura) apontando para o imperador da nova nação (Cf. figura 2). A sensação transmitida é que o imperador do século XII reconhece Wilhelm I, enquanto líder do Segundo *Reich*, ao passo que também o declara como sucessor de seu legado. Em suma, a noção transmitida

²¹ Tradução nossa: Contudo, como era de se esperar, Barbarossa não retornou pessoalmente para assumir o domínio do novo império. Ele, na verdade, passou o bastão a “Barbablanca”, como o novo imperador alemão Wilhelm I era chamado por seus seguidores.

simbolicamente é de legitimação imperial, como se o próprio Barbarossa declarasse: “Você me representa”.

Figura 2 – *Apotheose des Kaisertums* (*Apoteose do Império*, em tradução livre), destacando a representação de Barbarossa



Fonte: World Heritage Day in the World Heritage Harz- Unesco.

Outra figura presente no plano celestial da pintura *Apoteose do Império* é a Rainha Luísa²², mãe de Wilhelm I. A rainha é inserida no panteão mito-político da pintura, a única mulher entre os personagens masculinos nesta parte da composição pictórica. Trata-se de uma das únicas personagens femininas elevadas à condição de mito político. Münkler (2010) enfatiza a ausência feminina no sistema de mitos políticos alemães e aponta que não houve, na Alemanha, nenhuma figura comparável a Joana d’Arc, na França, ou a Isabel I, na Inglaterra. Todavia, a rainha prussiana Luísa, no século XIX foi elevada a mártir política, como corporificação da resistência antinapoleônica. Nas palavras de Münkler (2010, p. 257) “[...] preußisch-protestantischen Madonna stilisiert worden ist²³”, isto é, estilizada como uma figura de caráter sagrado, uma “Madona prussiana-protestante”. Assim, a rainha representada coroando o seu filho, lhe confere uma validade simbólica de caráter sacramental, reforçando a dimensão legitimadora do mito político ali construído. Nesta montagem, Wilhelm I, aparece cercado de glória e respeito. Aqui ele é construído como um herói nacional, uma figura sacralizada e que tem sua autoridade garantida por Barbarossa e um panteão de mitos políticos. A teatralidade da cena não serve apenas para entreter: ela cria memória, culto e sentido de missão histórica para o novo império.

²² Em nossa leitura, compreendemos Luísa como uma alegoria da nação, uma representação da Alemanha, enfatizando a noção de legitimidade ao imperador, como se a própria Alemanha lhe conferisse credibilidade.

²³ Tradução nossa: “[...] foi estilizada como uma Madona prussiana-protestante”.

Assim, o painel central (Cf. figura 1) apresenta Wilhelm I consagrado, inserido em uma esfera celestial (Blaich, 2022). A figura imperial, montada em um cavalo que avança em direção ao observador, retoma uma *Pathosformel* de exaltação heroico-triunfal presente na tradição iconográfica do poder soberano, ligado ao Sacro-Império Romano. Essa construção visual se articula, ainda, com outros elementos destacados por Blaich (2022), Schlüter (2017) e Leerssen (2017), Wilhelm I, ostenta símbolos marcantes como o *Pickelhaube*, indumentária militar indissociável da Prússia, enfatizando a origem do novo império. Outro elemento de destaque é o fato de que sob os cascos do cavalo encontra-se o brasão imperial com a águia prussiana (Blaich, 2022).

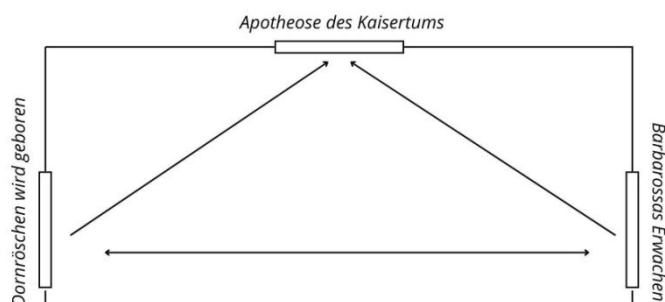
Além dos elementos supracitados, podemos identificar diversas outras figuras presentes nesta “usurpação da história” (Schlüter, 2017). Estão presentes na obra (Cf. figura 1 e figura 2) o príncipe Otto von Bismarck, representado à direita do imperador como o “ferreiro da nação”, com o uniforme prussiano. Na extremidade direita do tríptico estão representados príncipes germânicos que homenageiam o imperador ao mesmo tempo que lhe conferem legitimidade. Nessa cena, a inclusão, em primeiro plano, do inimigo inveterado de Wilhelm I, Ludwig II da Baviera (Leerssen, 2017), entregando a coroa imperial demonstra o triunfo da unificação conduzida pela Prússia em detrimento do projeto alternativo que pretendia colocar a Áustria à frente do processo. À direita do tríptico, observa-se a família Hohenzollern (Leerssen, 2017), incluindo o ainda jovem, futuro líder do império, Wilhelm II.

Já na porção esquerda da composição, Blaich (2022) aponta que as duas jovens figuras femininas na parte central do tríptico à esquerda do imperador são personificações dos territórios imperiais da Alsácia-Lorena, anexado em 1871 durante a Guerra Franco-Prussiana, conflito de importância ímpar para unificação e símbolo de triunfo sobre um inimigo histórico. Fatos, estes, que justificam a inclusão dos territórios da Alsácia-Lorena em uma pintura que homenageia e exalta a unificação. Outras duas figuras alegóricas se destacam na composição, são o Reno, simbolizando um “deus-rio”, aproximando-se de uma figura “paterna” alemã, o pai dos territórios da nova nação, conferindo unidade simbólica ao império recém-fundado, e uma figura feminina que possui traços que remetem a uma “fada” ou “ninfa”, à direita do brasão imperial e à esquerda respectivamente. A simbologia associada a essa personagem torna-se mais evidente ao longo das leituras imagéticas que se seguirão.

Podemos concluir que a pintura, *Apoteose do império* (Cf Figuras 1. e Figura 2.), constrói uma sólida conexão entre o império medieval e o novo *Reich*, vinculando o passado e o presente. A principal perspectiva apresentada aqui é a de não existência de uma nova

fundação, mas uma restauração do império, legitimada por um “panteão” de mitos e heróis “germânicos” que preservam lendas, história e representações vinculadas a um passado idealizado. Trata-se de um caso exemplar de *Nachleben*, no sentido warburguiano de sobrevivências de formas, gestos e significações (Barreto, 2019) que persistem e retornam para conferir sentido ao presente.

Figura 3 – Disposição das obras no *Kaiserpfalz*



Fonte: Elaborado pelo autor.

A imagem presente no lado esquerdo da obra *Apotheose do império* (Cf. figura 3) é nosso segundo objeto de análise. A obra intitulada *O despertar de Barbarossa* (Cf. figura 4) compõe o conjunto iconográfico do salão central do *Kaiserpfalz*. Segundo Leerssen (2017), o projeto de Wislicenus foi concebido enquanto uma forma de “pintura programática”, ou seja, as imagens foram pensadas para serem compreendidas em conjunto e não de forma isolada. Desse modo, Wislicenus construiu uma narrativa visual coesa, na qual as imagens são articuladas de modo a produzir um sentido contínuo. A concepção das pinturas no *Kaiserpfalz* vai ao encontro dos ideais warburguanos de análise de imagens, que busca “[...] uma continuidade temática, geográfica ou histórica [...]” (Barreto, 2019, p. 109).

Com isso em mente, ao lermos a imagem (*O despertar de Barbarossa*) vemos muito além de um simples despertar do imperador adormecido, notamos a repetição do cerne narrativo do *Kaiserpfalz* (*Nachleben*): Barbarossa desperta através de Wilhelm I. Entretanto, não se trata de um retorno literal, mas da sobrevivência narrativa do gesto mítico do despertar. Assim como Barbarossa desperta do seu sono mítico, Wilhelm I desperta a nação.

Figura 4 – *Barbarossas Erwachen* (O despertar de Barbarossa, em tradução livre)



Fonte: Wikimedia commons.

A continuidade legitimadora entre Barbarossa e Barbablanca é novamente reivindicada nesta pintura. Em uma primeira análise, podemos observar o imperador medieval despertado, saindo do portão de seu castelo subterrâneo, com manto, coroa e espada desembainhada na mão direita. Também é possível localizar na imagem um importante tropo narrativo: os corvos. Todavia, estão sendo expulsos dos arredores do *Kyffhäuser* por uma águia, presente no canto superior direito da imagem, uma possível representação da águia imperial. Interpretação que vai ao encontro das formulações de Münkler (2010) que aponta os corvos como símbolo de desunião e que portanto foram expulsos pela unificação. Isso estabelece uma conexão visual com a alegoria central (Cf. figura 1), na qual outro corvo é afugentado, na parte inferior central, ao lado da figura alegórica com um livro (Leerssen 2017). Demonstrando uma fusão entre o real e o lendário/mítico, bem como a sobrevivência, reativação e a permanência de símbolos.

Como mencionado anteriormente, a disposição dos quadros e suas análises de forma conjunta nos dizem muito a respeito da composição discursiva proposta por Wislicenus, que constrói sentido a partir da relação entre as imagens. Conforme demonstra a figura 3, Barbarossa na pintura *O despertar de Barbarossa* (Cf. figura 4) se volta para a imagem central do conjunto imagético, ou seja, para o Imperador Wilhelm I. Desse modo, é reforçado visualmente a continuidade simbólica entre o passado medieval idealizado e o novo Império unificado.

Mas essa mistura entre passado, presente (século XIX), lendas e mitos não cessa com essas duas imagens. O “conto de fadas” da Bela Adormecida (Cf. figura 5) na parede oposta à representação de Barbarossa (Cf. figura 3), complementa esse discurso de continuidade, legitimação e ressurreição/restauração do *Reich*. Para a mentalidade do século XIX, os contos de fada, segundo Leerssen (2017), eram o tecido narrativo que comunicava as crenças

populares entre as gerações alemãs, mantendo levemente viva na memória popular a lembrança de antigos sistemas de crenças. Partindo dessa premissa, se Barbarossa representa o passado mítico heróico, a Bela Adormecida introduz o registro dos contos populares, completando o segmento simbólico sugerido por Wislicenus. É possível constatar visualmente esta conexão ao analisarmos as imagens no arco superior da porta a direita da imagem de Barbarossa (Cf. figura 4). Nesta parte da composição pictórica encontramos uma sequência visual que reforça, por meio de símbolos narrativos, a ideia de despertar, continuidade dinástica e legitimação do novo *Reich*. Da esquerda para a direita, observamos a cena da Bela Adormecida, representada em processo de despertar, gesto que ecoa diretamente no despertar mítico de Barbarossa. A metáfora do “despertar” da nação é complementada pela presença de uma “fada boa” carregando uma ampulheta, que anuncia o retorno do *Reich*. A fada, portanto, estabelece uma ponte simbólica entre o mundo dos contos populares e o espaço concreto do *Kaiserpfalz*. Por fim, na porção mais à direita da imagem apresenta-se a representação de Wilhelm I, acompanhado dos seus herdeiros, imediatamente reconhecíveis pelo *Pickelhaube* e pelas vestes militares prussianas. Assim, torna-se evidente a ideia de que o novo Império é “despertado” do seu sono por meio da figura de Wilhelm I.

Figura 5 – *Dornröschen wird geboren* (O nascimento da Bela adormecida, em tradução livre)



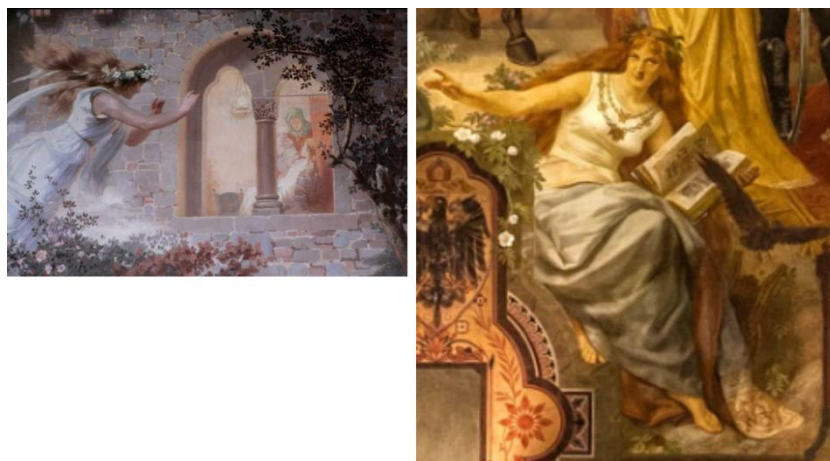
Disponível em: Leerssen (2017, p. 122).

O painel *Nascimento da Bela adormecida* (Cf. figura 5) evoca uma atmosfera de contos de fada: uma bruxa, em primeiro plano, observa de modo sinistro, a paisagem noturna, a lua crescente e o castelo ao fundo reforçam essa atmosfera narrativa. Ao centro-direita, uma figura feminina, luminosa, com véus esvoaçantes que possui características de uma “fada” aproxima-se da janela, na qual aparece o nascimento da Bela Adormecida. Leerssen (2017) identifica esta figura como parte do jogo simbólico e folclórico da imagem. A personagem símbolo folclórico também se liga à “musa do Reno” do painel central. Assim como no caso

de Barbarossa, o simbolismo político é construído em conjunto com a alegoria central (Leerssen, 2017). Ou seja, a personagem luminosa e de véus esvoaçantes está ligada a mesma personagem que identificamos como uma fada na imagem *Apoteose do Império* (Cf figura 1).

Ao compreendermos as imagens enquanto uma constelação visual que se complementam e se completam, podemos tratar essas figuras como símbolo de um único tropo narrativo: personificações do espírito das tradições populares alemãs. Para além das semelhanças visuais, a conexão entre as pinturas torna-se ainda mais perceptível a partir do momento que constatamos que ambas as figuras se projetam em direção uma à outra, conforme as disposições das pinturas no palácio (Cf figura 3) demonstrado na figura abaixo (figura 6).

Figura 6 – Detalhes do painel *Nascimento da Bela Adormecida* (à esquerda) e da *Apoteose des Kaisertums* (à direita), destacando a correspondência iconográfica



Fonte: Elaborado pelo autor.

No painel central (Cf figura 1), a “personificação das tradições populares alemãs”, carrega um livro, no qual estão escritas as seguintes frases: “Und tritt der alte Kaiser / Aus seinem Schloss hervor, / Dann blüht die Dornenrose, / Das deutsche Reich empor²⁴” (Leerssen, 2017, p. 122). Como aponta Leerssen (2017) e como também observamos, a rosa espinhenta remete explicitamente ao nome alemão da Bela Adormecida (*Dornröschen*), deixando evidente a metáfora da donzela adormecida como representação do império que floresceu, ou seja acordou depois de um longo sono. Desse modo, o nascimento da Bela

²⁴ Tradução nossa: E quando o velho imperador/sair de sua fortaleza, A roseira espinhosa, o Reich alemão/ florescerá em vigor.

Adormecida simboliza o *Reich* que ressurgiu, simbolismo reforçado pelo mito Barbarossa, profundamente enraizado na cultura alemã.

No painel dedicado à Bela Adormecida, (Cf. figura 5), um bardo ancião, sentado diante de uma roseira, reforça a conexão entre, contos de fada; Bela adormecida e mitos políticos; Barbarossa. A laje de pedra do ancião exibe as seguintes frases segundo Leerssen (2017, p. 123): “Die alten Zeiten sanken, / Ein neues Reich entstand: / Ich höre Frühlingswehen / im deutschen Vaterland²⁵”. Assim, podemos concluir, em consonância com Leerssen (2017) que Wislicenus, busca com os painéis construir um agrupamento denso, com o objetivo de produzir uma significação histórico-cultural totalizante e sem concessões. Lissovsky, citando Rampley, aponta que “O método [...] de Warburg, por sua vez, “refletiria seu entendimento da cultura como espaço de memória, do qual símbolos visuais e outros funcionam como um arquivo de memórias justapostas” (Lissovsky, 2014, p. 316). Assim a construção imagética presente no *Kaiserpfalz*, lida por meio de uma visão inspirada em Warburg nos revela um programa visual no qual a história é utilizada como instrumento político que visa construir uma narrativa totalizante que legitima o novo *Reich* ao reinscrever Barbarossa como símbolo de memória e unidade, política e cultural.

Considerações finais

As análises do *Kaiserpfalz* evidenciam que a unificação alemã não efetuiu-se e nem se sustentou apenas em projetos militares, diplomáticos ou administrativos, mas também, e sobretudo, em projetos que objetivavam construir um imaginário nacional capaz de conferir coerência simbólica e senso de pertencimento ao Estado alemão. Nesse sentido podemos observar como o passado medieval e, particularmente a figura de Barbarossa, foram instrumentalizados como elementos de legitimação e de continuidade articulando um elo artificial, porém politicamente eficaz, entre o Sacro Império-Romano e o Segundo *Reich*. As pinturas de Wislicenus demonstram, de forma clara, como o século XIX reinterpretou a Idade Média visando a criação de um símbolo de união nacional. Em consonância com as leituras de Silva e Araujo, (2014, p. 135): “Barbarossa incorporava, assim, uma Alemanha adormecida, que precisava despertar de um longo sono. Tanto para expulsar os invasores franceses quanto para refundir em unidade seus desunidos estados”. Silva e Araujo, (2014, p. 135) concluem: “Assim, quando da unificação bismarckiana do novo Império Alemão, o mito foi tornado realidade, por intermédio de Wilhelm Barablanca, hipóstase do Barbarossa”.

²⁵ Tradução nossa: Os tempos antigos afundaram;/um novo Reich surgiu. Eu ouço a brisa da primavera/Soprando através da terra natal alemã.

Portanto, compreender a instrumentalização estética do *Kaiserpfalz* não significa apenas analisar um conjunto de pinturas, mas sim desvendar os modos pelos quais o nacionalismo político alemão ao longo do século XIX construiu “[...] uma ideologia com o fim de criar e intensificar o poder do Estado” (Geary, 2005, p. 24). Ao inventar o passado, inventou também a si mesmo. A mitificação de Barbarossa revela, em última instância, a potência dos mitos políticos na ordenação do real, na constituição de identidades e na legitimação de projetos históricos. Potência, esta, que, no caso alemão, foi decisiva para a consolidação da unificação e para a criação de uma memória nacional compartilhada.

Fontes

WISLICENUS, Hermann. **Apotheose des Kaisertums**. 1880. Pintura mural. Reprodução digital. Disponível em: <https://www.welterbeimharz.de/en/news/world-heritage-day>. Acesso em: 23 nov. 2025.

WISLICENUS, Hermann. **Barbarossas Erwachen**. 1890. Pintura mural. Reprodução digital. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Barbarossas_Erwachen_%28Wislicenus%29_gro%C3%9F.jpg. Acesso em: 23 nov. 2025.

WISLICENUS, Hermann. Dornröschen wird geboren. 1877–1897. Pintura mural. In: LEERSEN, Joep. Once upon a time in Germany: medievalism, academic romanticism and nationalism. In: LOUD, Graham A.; STAUB, Martial (Org.). **The Making of Medieval History**. London: Bloomsbury Academic, 2017, p. 101–126.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradutor; Denise Bottman.

BAUMAN, Zygmunt. **ENSAIOS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Tradução: Carlos Alberto Medeiros.

BLAICH, Markus C. Die Ausmalung des Kaisersaals in der Pfalz Goslar als, Nationaldenkmal“ des Wilhelminischen Kaiserreichs – „Erfundene Traditionen“ von Heinrich III. bis Wilhelm I.? **Burgen und Schlösser**, vol. 63, 2022, p. 205–223.

BARCELOS JÚNIOR, César Silva; BARCELOS JÚNIOR, César Silva. É possível utilizar o “método” Warburgiano na busca de uma arte homoafetiva? **Atas do 14º**, [S.L.], p. 188-197, 30 dez. 2019. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/eha.vi14.3332>. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3332>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ELIADE, Mircea. **MITO E REALIDADE**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FREED, John. **Frederick Barbarossa: The prince and the myth**. New Haven: Yale University Press, 2016.

BARRETO, Priscila Risi Pereira. IMAGEM, ARTE E PATHOSFORMEL EM ABY WARBURG. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, [S.L.], v. 3, n. 6, p.

83-113, 1 ago. 2019. Universidade Federal de São Paulo. <http://dx.doi.org/10.34024/hydra.2019.v3.9590>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9590>. Acesso em 21 nov. 2025.

GALLINDO GONÇALVES, Daniele. "A Sentinela junto ao Reno": imagens da Alemanha, do poema de Max Schneckengerber ao monumento de Johannes Schilling. **Antíteses**, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 563–592, 2023. DOI: 10.5433/1984-3356.2023v16n32p563-592. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/48724>. Acesso em: 21 ago. 2025.

GEARY, Patrick. **O Mito das Nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora, 2005. Tradução Fábio Pinto.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Tradução: Maria Lucia Machado.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A Era Das Revoluções**: 1789-1848. 20. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2006. 464 p. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel.

HOBBSBAWM, Eric. J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

HOBBSBAWM, Eric. J. **Nações e nacionalismo desde 1870**. São Paulo: Paz & Terra, 1990.

KAUL, Camilla G. Der Staufer-Mythos im Bild: zur stauferrezeption im 19. und 20. jahrhundert. **Kunsttexte.De - Journal für Kunst- und Bildgeschichte**, [S.L.], p. 1-24. 2009. Kunsttexte.de - Journal für Kunst- und Bildgeschichte. <http://dx.doi.org/10.48633/KSTTX.2009.4.87659>. Disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/kunsttexte/article/view/87659>. Acesso em: 30 jul. 2025.

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha moderna**: de 1800 aos dias atuais. São Paulo: Editora Cultrix, 2013. Tradução; Claudia Gerpe Duarte.

LEERSEN, Joep. Once Upon a Time in Germany: medievalism, academic romanticism and nationalism. In: LOUD, Graham A.; STAUB, Martial (Ed.). *The Making of Medieval History*. London: Bloomsbury Academic, p. 101 - 126, 2017.

LISSOVSKY, Maurício. A vida póstuma de Aby Warburg: por que seu pensamento seduz os pesquisadores contemporâneos da imagem? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém**, v. 9, n. 2, mai-ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/fQyNvPPnQcijnhBXVqNk83wr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 nov. 2025.

MIGUEL, L. F. Em Torno do Conceito de Mito Político. **Dados**, v. 41, n. 3, p. 635–661, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/wKTJtqBsKZsp7XZzcy5fKNH/?lang=pt#top> Acesso em: 15 de abril de 2025.

MÜNKLER, Herfried. **Die Deutschen und ihre Mythen**. Berlin: Rowohlt, 2010.

PLESSNER, Helmuth. **Die verspätete Nation**: über die politische Verführbarkeit bürgerlichen Geistes. Stuttgart: Kohlhammer, 1969. 174 p

SAFRANSKI, Rudiger. **Romantismo Uma questão alemã**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010. Tradução: Rita Rios

SCHLÜTER, Bastian. Barbarossa's Heirs: Nation and Medieval History innineteenth- and twentieth-century Germany. In: LOUD, Graham A.; STAUB, Martial (Ed.). **The Making of Medieval History**. London: Bloomsbury Academic, p. 87 - 100, 2017.

SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves; ARAUJO, Vinicius Cesar Dreger de. Frederico I Barbarossa ou do Imperador que retornará: a recepção do Medievo em terras germânicas no longo século XIX. **Signum** (Associação Brasileira de Estudos Medievais. Online), v. 15, n. 1, p. 109-135, 2014. Disponível em: <https://abrem.org.br/index.php/signum/article/view/108>. Acesso em a 02 de Março de 2025.

WARBURG, Aby. **HISTÓRIAS DE FANTASMA PARA GENTE GRANDE**: escritos, esboços e conferências. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Organização Leopoldo Waizbort Tradução Lenin Bicudo Bárbara.

Os contos de fadas dos irmãos Grimm e a construção de um passado em comum no romantismo alemão

The Grimms' fairy tales and the building of the shared past in German Romanticism

Iris Freitas Rodrigues,¹ UFPEL

Resumo

Os filólogos Jacob e Wilhelm Grimm, em vida, publicaram sete versões da obra *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos* (*Kinder- und Hausmärchen*). A obra faz parte de um projeto nacionalista do romantismo alemão, que idealizava a temporalidade medieval, com intuito de criar uma identidade germânica baseada em um passado em comum através de ideais no campo literário, linguístico e historiográfico. Dessa forma, o presente artigo, compreendendo as especificidades do uso historiográfico da literatura, pretende discutir o romantismo alemão e a construção de uma germanidade através dos contos de fadas dos irmãos Grimm e seu trabalho de construção textual, como um projeto político e cultural. Além disso, mostrar a importância da ideologia na construção e na manutenção de um Estado, enquanto ente imaginário, constituidor e arena das relações de classe, gênero e raça.

Palavras-chave: Irmãos Grimm; Contos de fadas; Romantismo; Usos do passado; Nacionalismo.

Abstract

The filologists Jacob and Wilhelm Grimm, in life, published seven versions of their work *Children's and Household Tales* (*Kinder- und Hausmärchen*). This work is part of a nationalist project of German Romanticism, which idealized medieval temporality with the aim of creating a Germanic identity based on a shared past through ideals in the literary, linguistic, and historiographical fields. Therefore, this article, understanding the specificities of the historiographical use of literature, intends to discuss German Romanticism and the construction of German identity through the fairy tales of the Brothers Grimm and their textual construction, as a political and cultural project. Furthermore, it aims to show the importance of ideology in the construction and maintenance of a State, as an imaginary entity, constitutive and arena of class, gender, and race relations.

Keywords: Brothers Grimm; Fairy Tales; Romanticism; Medievalism; Uses of the past.

Introdução

“Antigamente, quando os desejos ainda ajudavam... (Grimm; Grimm, 1857, s/p)”²

Assim se inicia o primeiro conto da antologia *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos*, dos irmãos Grimm, o conto *Rei Sapo* ou *Henrique Coração de Ferro*. A frase evoca um elogio a um passado, aqui um passado positivo, em que ainda era possível sonhar e desejar e, acima de

¹ Graduada em História na UFTM e mestranda no Programa de Pós-graduação em História na UFPEL. Orientada pela professora doutora Daniele Gallindo Gonçalves. Bolsista CAPES. irisfreitasr1@gmail.com.

² “In den alten Zeiten, wo das Wünschen noch geholfen hat” (Grimm; Grimm, 1837, s/p).

tudo, uma estratégia narrativa para que se tornasse um pouco mais verossímil a história de um príncipe transformado em sapo. Isso porque, escrito no começo do século XIX, o conto está situado em um período de desencantamento do mundo, em que a razão se torna o cerne da vida moderna, por meio de um esclarecimento que explica tudo pela ciência, enquanto colonializa e escraviza populações inteiras que não possuem como *modus operandi* essa forma racional de vida.

A frase, em um primeiro momento, mais parece uma negação do pensamento iluminista e do racionalismo, mas, na verdade, faz parte do cerne do pensamento do romantismo alemão, que não estava em negação ao iluminismo, mas queria reformulá-lo para que fosse levada em consideração a parte sensível dos seres humanos. Dessa forma, não negavam a racionalidade nem o esclarecimento, mas consideravam que a filosofia era insuficiente para dar conta de todas as facetas da vida humana. Isso pode ser expresso na perspectiva de um dos nomes mais importantes do movimento: “Segundo Schelling, a arte entra em ação quando o saber desampara os homens. Para ele, a arte é “o modelo da ciência, e é onde está a arte que a ciência deve ainda chegar” (Adorno; Horkheimer, 1986, p. 32).

O retorno ao passado, construído como encantado, expresso no exemplo da frase de *Rei Sapo*, é um recurso recorrente entre os românticos. Devido ao seu caráter heterogêneo, os românticos, mesmo olhando para o passado como modelo de construção de futuro, dependendo de suas ideias políticas e valores, construía e idealizavam o passado de forma diferente. Enquanto alguns românticos olham para o passado como um lugar em que o cenário de pobreza e injustiça de classe escancarada do capitalismo não era uma realidade, como William Morris, outros viam no passado um ideal das virtudes humanas ligadas aos códigos de cavalaria, por exemplo, que foram perdidas no decorrer da modernização.

[...] But 'Romanticism' is a Janus-faced movement, always looking back even as it looks forward, anachronistically replaying and revising history even as it proleptically installs a modernity we now recognize. And the look back, always in order to look forward, can stem from conservative impulses as well as radical ones. Tory authors and historians looked to the medieval period for feudal paternalism and an interdependent community as a solution to economic crisis and class unrest; Whigs located a primitive democracy in the medieval village, and more particularly in pre-Norman medievalism, while the feudal system at large provided a contractual system that ensured individual liberties³ (Fay, 2002, p. 1-2).

³ [...] Mas o “romantismo” é um movimento de duas faces, sempre olhando para trás mesmo enquanto olha para frente, reproduzindo e revisando a história anacronicamente mesmo enquanto instala prolepticamente uma modernidade que agora reconhecemos. E o olhar para trás, sempre com o objetivo de olhar para frente, pode derivar de impulsos conservadores, bem como radicais. Autores e historiadores conservadores buscavam no período medieval o paternalismo feudal e uma comunidade interdependente como solução para a crise

Nota-se que, em um período de agitação social europeia, devido à urbanização e industrialização crescentes e às consequências sociais, econômicas e culturais desse movimento, o passado (ainda intocado por essa modernidade) e as projeções e apropriações dele através das artes estão em disputa, dependendo dos intuitos e da ideologia de quem se apropria do material do passado. Entre Idades Médias nas quais o socialismo utópico é possível ou nas quais as pessoas compartilhavam dos sentimentos nobres e cortesões ligados ao respeito às hierarquias e aos sistemas patriarcais, está a Idade Média Mágica, em que é possível que um príncipe se transforme em um sapo falante e galanteador, a Idade Média dos irmãos Grimm.

Os irmãos Grimm, pertencentes à terceira fase do romantismo alemão, menos filosófico que a de Schelling (primeira geração) e mais nacionalista e com um teor cristão (Schmidt, 2009), foram os compiladores da obra *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos*, na qual evocam o passado em seus contos de fadas com um intuito bem delimitado: de ajudar a formar um presente e uma identidade unificada, aqui, a identidade germânica. Motivos históricos, políticos e ideológicos, que serão discutidos neste artigo, levaram os irmãos Grimm a criar uma obra e constantemente modificá-la (conforme a publicação de novas edições), para que transparecessem os ideais e modos de vida da burguesia, um manual de conduta para seu presente.

Levando em consideração as especificidades da fonte literária dentro da historiografia, o presente artigo também visa trazer uma discussão e uma problematização acerca do trabalho de escrita que os Grimm produziram, ou seja, do cuidado que eles aplicaram ao texto narrativo e ao discurso literário.

Tendo isso em vista, com o intuito de compreender os usos do passado pelo romantismo dos irmãos Grimm, especificamente em sua coletânea de contos de fadas, pretendemos discorrer sobre como a idealização de um passado mágico e em comum a todos os germânicos, mesmo estando na esfera da literatura, construindo-se no campo simbólico, por estar em um tempo e espaço determinado de produção, possui decorrências políticas materiais, de organização social e dos corpos.

O escritor-mediador e o leitor de contos de fadas

econômica e a agitação de classes; os Whigs localizavam uma democracia primitiva na aldeia medieval, e mais particularmente no medievalismo pré-normando, enquanto o sistema feudal em geral fornecia um sistema contratual que garantia as liberdades individuais (Fay, 2002, p. 1-2, tradução nossa).

Antes de adentrar nas especificidades do período histórico de produção da coletânea dos Grimm, nas características do romantismo alemão e no trabalho intelectual de Jacob e Wilhelm, é preciso discorrer sobre a especificidade das fontes. Os contos de fadas são um tipo de prosa que merece uma atenção singular.

Como será discutido, no decorrer do artigo, os contos de fadas foram (e ainda são) utilizados com propósitos políticos, de organização do mundo. Durante a história do gênero, é possível ver como histórias muito semelhantes, com os mesmos tropos narrativos, são construídas de formas diferentes, dependendo do(a) escritor(a) que os mobiliza: “[...] O conto de fadas é um gênero essencialmente moralizante, muitas vezes sob um disfarce denso e muitas vezes indo na contramão da ética comum[...]” (Warner, 1999, p. 51).

Partindo da perspectiva que tenta desmontar a “história oralista” (Bottigheimer, 2009) dos contos de fadas, ou seja, compreender as permanências dos tropos narrativos na tradição literária e não, ingenuamente, acreditar que eles expressam a pureza da tradição folclórica, podemos entender que os contos de fadas fazem parte de um processo de escritas, leituras, reescritas e releituras.

As narradoras dos contos dos Grimm eram leitoras de contos anteriores a elas, assim como os Grimm, que estavam sempre em contato com histórias medievais. Dessa forma, muitos contos de *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos* constroem-se como uma reescrita de contos já existentes, que mudam elementos conforme a época histórica em que se situam. Dessa forma, podemos considerar que os Grimm foram mediadores dos contos que coletaram, visto que tiveram o trabalho de os selecionar e os modificar conforme suas crenças. Eles foram, antes de tudo, leitores e ouvintes de contos de fadas, pois a leitura precede a escrita.

Resta, entretanto, que nós, historiadores leitores, jamais ignoremos a dimensão estética da ficção; que jamais desconsideremos o trabalho em si da escrita: se ficção tem algo a nos dizer sobre o passado, isso deve ser buscado menos em seu caráter de suposto revelador imediato de um contexto, menos nas informações “históricas” que o texto literário nos oferece — e que, evidentemente, não são dignas de confiança plena — e mais em elementos discretos ou associados ao trabalho em si de construção de texto, ao contexto cognitivo — e aqui o adjetivo reinventa o substantivo — que o permitiu (Pinto, 2024, p. 28).

Dessa forma, o trabalho de análise dos contos e suas dimensões políticas e ideológicas deve se concentrar nas mudanças que os Grimm fizeram, seu trabalho de construção do texto de uma edição para a outra, visto que a história de uma menina que deixa uma bola cair no rio

e aceita a proposta de uma investida sexual de um sapo está na tradição literária desde a Idade Média⁴ e, obviamente, não é um “reflexo” de nenhuma realidade, visto que é uma história mágica, pertencente a outro mundo.

Examinando tal trabalho de construção do texto, é possível entrar em contato com os tropos da linguagem, enquanto elementos em que a consciência histórica se manifesta no discurso, assim como explicita White (1994). É através da adição de palavras e frases, que, quando colocadas em contexto, muitas vezes desviam do sentido comum, ou mesmo da supressão delas, que podemos ter acesso às intencionalidades e valores dos Grimm.

Um bom exemplo é o conto *Rei Sapo*. Na edição de 1812, 1819, 1837, quando o sapo vira um príncipe (após ter sido jogado na parede pela menina), consta nos contos que eles adormeceram “juntos”. A cama, no conto, é a arena metafórica da relação sexual, serve como um tropo do discurso. Os Grimm, a partir da edição de 1840, retiram a palavra “juntos”. Além disso, antes mesmo da narração de que eles adormeceram, o príncipe já é descrito como o marido da princesa.

Neste sentido, Moretti (2013), em seu texto *O Burguês*, discorre que é possível se adentrar a mentalidade da burguesia oitocentista através da literatura, mais na compreensão dos seus estilos do que nos enredos. O autor detecta palavras-chave que expressam as perspectivas e a mentalidade de tal classe social, como “útil”. Nesse grupo, o seu poder é justificado por seus valores.

Evitando uma leitura mecanicista, com risco de usar as “metáforas enganosas” (Pinto, 2024, p. 21) como se os contos de fadas apenas “refletissem”, “espehassem” ou “contextualizassem” seu período histórico, o que nos interessa, para fins de análise dos usos políticos e ideológicos dos contos, são as modificações que os Grimm fazem, como a já citada abertura de *Rei Sapo*, indicando que foi utilizada como recurso narrativo a evocação de um passado imemorial idealizado. Para a compreensão mais ampla do fenômeno, agora recorreremos ao período histórico e às especificidades do romantismo alemão.

O Romantismo Alemão e a construção de um passado

A partir da dissolução do incipiente Sacro Império Romano em 1806, havia reinos e ducados satélites que giravam em torno da Prússia e do Império Austro-Húngaro. Neste cenário, Frederico, o Grande promove reformas administrativas devido aos conflitos entre reinos, o que abre possibilidades de ocupação de cargos públicos outrora ocupados por nobres

⁴ Zipes (2015) discorre sobre como os tropos narrativos de *Rei Sapo* está presente no texto medieval *A Lamentação da Escócia*.

nomeados; uma promessa (mais do que uma possibilidade) da ascensão social, tão característica da modernidade burguesa (Nicolau Netto, 2014).

[...] Ainda nos séculos XVII e XVIII a administração pública estava praticamente reservada à aristocracia, e na Prússia, de Frederico Guilherme, 90% dos cargos do Estado eram entregues aos nobres (Greenfeld, 1992, pp. 289, 290). Contudo, a reforma administrativa empreendida por Frederico, o Grande (1712 – 1786), ao se voltar à racionalização das funções estatais, exige a preparação de pessoas (Winkler, 2000, p. 31). Quando a eficiência começou a competir com a honra e a lealdade enquanto um valor social, os títulos nobiliárquicos se tornaram insuficientes para que se comprovasse tal preparação. É neste momento que uma instituição medieval, cuja importância havia ficado séculos atrás, é resgatada. A universidade, a partir do século XVIII, vagarosamente se distancia dos ditames religiosos e se torna esse espaço destinado para a fabricação das cabeças do Estado (Nicolau Netto, 2014, p. 15).

Assim, há o resgate da instituição da universidade, lugar no qual pessoas comuns, mas com possibilidade de bancar financeiramente os estudos, poderiam se especializar e tentar, através do estudo, uma vida melhor e os privilégios a que, até então, apenas a aristocracia tinha acesso amplo. Assim, a universidade cria uma nova classe no antro das sociedades germânicas, que Elias (1994) vai denominar de *Intelligentsia*, a burguesia da cultura. Essa classe, devido ao escasso acesso da classe burguesa ao poder político e econômico, vai traduzir seu monopólio através do domínio cultural.

Neste cenário, em 1819, Fichte recruta intelectuais dispostos a trabalharem para “recuperar” os monumentos de passado perdido, através do rastreamento da língua, do folclore, dos romances medievais, entre outras coisas, no grupo *Sociedade para o Conhecimento da História Alemã Antiga*. O objetivo era traçar (e criar) a genealogia da cultura germânica, buscando resquícios do Sacro Império Romano, através de registros culturais, e determinar o que fazia um germânico ser germânico, através da sua *Kultur*, uma forma de delimitar e definir os elementos inerentes a um povo, aqueles que, independentemente de suas diferenças geográficas, linguísticas e culturais, foram construídos para serem definidos como “germânicos”: uma construção do Eu e dos Outros.

O conceito alemão de cultura, no emprego corrente, implica uma relação diferente com movimento. Reportam-se produtos humanos que são semelhantes a “flores do campo”, a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de *Kultur* delimita (Elias, 1994, p. 24-25).

Dessa forma, o grupo fundado por Fichte foi responsável por uma revolução epistemológica; a fundação de uma nova ciência: a filologia comparada indo-europeia. Sua

atividade se pautava em traçar a genealogia das línguas, com o intuito de delimitar famílias linguísticas e, assim, identificar no passado, principalmente através de textos antigos, elementos do presente, reconhecendo os ancestrais das línguas modernas (Geary, 2005). Isso serve, além de criar uma projeção do passado, também instituir uma linguagem padrão (em um movimento de exclusão das dissidentes).

Friedrich von Schlegel desenvolveu a tese de William Jones acerca da descendência de famílias linguísticas e traçou uma genealogia da língua germânica, que foi desenvolvida metodologicamente por Bopp e Jacob Grimm, criando-se, assim, uma nova ciência (Geary, 2005, p. 16).

O grupo *Sociedade para o Conhecimento da História Alemã*, em um primeiro momento, era uma organização privada. Entretanto, passa a ser financiada pelos Estados germânicos. Mesmo que não fossem uma preocupação dos Estados germânicos a construção e a busca de uma identidade germânica, no início do século XIX, esse movimento foi visto como uma forma de suprimir o espírito revolucionário popular, como aconteceu na revolução francesa, por exemplo (Geary, 2005). Esse fato escancara a importância e as dimensões políticas do movimento romântico, mesmo que indiretas.

Os Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos enquanto monumento da germanidade

Os irmãos Grimm, nesse cenário, vão fazer parte do grupo. Entretanto, diferente da maioria dos outros integrantes, não vão se dedicar à ficção nem à filosofia. Sua preocupação girava em torno da filologia, sendo seus dicionários e coletâneas de contos e mitos parte do que eles consideravam a filologia que estudavam e, buscavam, assim como os outros intelectuais, os chamados *Monumentos de Germanidade*, ou seja, documentos de cultura que expressassem o âmago do que era considerado ser germânico, que expressava a *Kultur*, na *Naturpoesie* do povo germânico.

Dessa forma, os Grimm dedicam suas vidas de pesquisadores à procura (e fabricação) de tais documentos da germanidade: os contos de fadas. Um dos seus trabalhos mais importantes foi a coletânea *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos*, que reuniu diversos contos (que no Brasil é costumeiro chamar de Contos de fadas, embora esse termo não seja o mais adequado)⁵ que foram compilados através de relatos orais de meninas de Cassel, em sua maioria. Tais contos foram vendidos como resquícios importantes e valiosos de uma cultura

⁵ O termo “contos de fadas” não é o mais adequado como tradução de *Märchen*, que deriva-se da palavra em “relato” ou “notícia” de algo que merece atenção, algo notável (Mazzari, 2018). Segundo Mazzari (2018), a palavra mais adequada seria “contos maravilhosos”.

popular germânica em risco de extinção com a urbanização. Entretanto, hoje, através de uma historiografia mais criteriosa (Bottigheimer, 2009), fica claro que as narradoras dos contos dos Grimm, na verdade, estavam longe da cultura popular, ou mesmo da cultura considerada pertencente às classes subalternas. Dessa forma, os contos são uma mistura de relatos orais, modificações estilísticas e de conteúdo de Wilhelm, com toques de romances, lendas e hagiografias antigas e medievais que permeavam a vida e o imaginário dos irmãos em seus ofícios de bibliotecários.

Por isso, é necessário distinguir entre o que os estudos históricos recentes dos registros de vida e da produção da obra dos Grimm e o que os irmãos, em especial Wilhelm, discorrem nos sumários e nas cartas, que diz respeito ao que eles consideravam ser a cultura popular, dentro de seus contextos sociais, históricos e culturais. Hoje é possível dizer que *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos* não é um relato fidedigno da cultura camponesa, nem são contos imemoriais e atemporais, mas sim uma projeção burguesa, historicamente localizada, de tal cultura (Bottigheimer, 2009).

Wilhelm set in place an enduring Romantic notion about a storytelling folk whose stories remained constant from one generation to another. He posited a background thrum in folk culture, a storytelling that united the disparate Germanies' diverse peoples into a single coherent culture. In this imagined past, tales became animate for him. They had, he wrote, "constantly regenerated themselves in the course of time. . ." Wilhelm's statement is so simple that it might easily be read past and overlooked, but it should be lingered over, because it has been profoundly influential in fairy tale scholarship. His statement meant, for instance, that oral tradition, that is, oral tellings of fairy tales and folk tales, moral tales and religious tales, tales of origins, jests, and anecdotes were, and had always been, an integral part of folk culture. He came to this conclusion because many tales they were being told resembled tales that had been published in the distant past⁶ (Bottigheimer, 2009, p. 35).

Nesta perspectiva, de compreender os contos como elementos historicamente localizados, é importante salientar que as narradoras, responsáveis por passar aos irmãos os contos que elas conheciam, faziam parte da pequena e alta burguesia de Cassel. Jacob e

⁶ Wilhelm estabeleceu uma noção romântica duradoura sobre um povo contador de histórias cujas narrativas permaneciam constantes de geração em geração. Ele postulou uma pulsação subjacente na cultura popular, uma narrativa que unia os diversos povos das diferentes Germânicas em uma única cultura coerente. Nesse passado imaginado, os contos ganharam vida para ele. Eles, escreveu ele, "se regeneravam constantemente ao longo do tempo..." A afirmação de Wilhelm é tão simples que pode facilmente passar despercebida, mas deve ser analisada com atenção, pois teve uma profunda influência nos estudos sobre contos de fadas. Sua afirmação significava, por exemplo, que a tradição oral, isto é, as narrativas orais de contos de fadas e contos populares, contos morais e religiosos, histórias de origem, gracejos e anedotas, eram, e sempre foram, parte integrante da cultura popular. Ele chegou a essa conclusão porque muitos dos contos que lhes eram contados se assemelhavam a contos que haviam sido publicados em um passado distante (Bottigheimer, 2009, p. 35, tradução nossa).

Wilhelm só conseguiram adentrar este espaço devido ao alto cargo que Jacob possuía durante o reinado de Jérôme como rei de Vestfália, após a invasão napoleônica, como bibliotecário real, de 1808 até 1813 (Bottigheimer, 2009). Tais meninas, que participavam da vida urbana e compartilhavam entre si os modos de conduta da burguesia e seus *habitus*, ou seja, o que as diferenciava de outras classes sociais, em um movimento de aproximação dos iguais e separação do diferente (Bourdieu, 2016) claramente não estavam por dentro dos costumes e histórias do que os Grimm chamariam de “cultura popular” ou dos “camponeses”. Entretanto, suas histórias ajudaram a criar uma cultura popular camponesa idealizada, que de cultura camponesa estava bem longe.

Entretanto, uma das narradoras não fazia parte da burguesia germânica. Seu nome era Dorothea Viehmann, uma mulher pobre, mercadora itinerante (Warner, 1999). Os irmãos sempre a citam nos prefácios das edições, mencionando sua incrível capacidade de memorização e transmissão dos contos, além de seu jeito vívido e suas fortes ideias.

Frau Viehmann's abilities gave rise to an unshakeable belief in *Volksdichtung*, people's literature or oral literature. It was a concept that enabled Wilhelm first to link medieval epics to modern fairy tales and then to equate them with one another. For Wilhelm the sleeping princess of “Briar Rose” had once been the slumbering Brunhilde. Similarly, the white-skinned and black-haired Snow White was simply the medieval Snäfridr, and Snow White's coffin the same one by which a medieval Haraldur had sat for three long years. In this way, the fairy tales that Jacob and Wilhelm were collecting became evidence for the existence of *VolksMärchen* long believed to have been lost, in a period long before they had been documented. Wilhelm and his brother were now convinced that a broad search would turn up more survivals from early times (Bottigheimer, 2009, p. 38, tradução nossa⁷ (Bottigheimer, 2009, p. 38).

Além disso, o rosto de Viehmann também ilustrou as folhas de rosto das edições de *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos* desenhadas por Ludwig Emil Grimm (outro irmão artista da família Grimm). Através desse fato, somos levados a acreditar que os Grimm queriam dar os devidos créditos à mulher, dona de um repertório que deveria ser eternizado

⁷.As habilidades de Frau Viehmann deram vazão a uma inabalável crença na *Volksdichtung*, a literatura do povo ou literatura oral. Esse conceito primeiro permitiu que Wilhelm fosse o primeiro que estabelecesse uma ligação entre os textos épicos medievais e os contos de fadas modernos, e depois os comparasse. Para Wilhelm a princesa que dorme em “Briar Rose” outrora fora a Brunhilde adormecida. Da mesma forma, a Branca de Neve de pele branca e cabelos negros era simplesmente a Snäfridr medieval, e o caixão de Branca de Neve era o mesmo junto ao qual um Haraldur medieval havia permanecido por três longos anos. Dessa forma, os contos de fadas que Jacob e Wilhelm estavam coletando tornaram-se evidência da existência de contos populares (*VolksMärchen*) há muito considerados perdidos, em um período muito anterior ao seu registro documentado. Wilhelm e seu irmão estavam agora convencidos de que uma busca ampla revelaria mais sobreviventes dos tempos antigos (Bottigheimer, 2009, p. 38).

nas palavras impressas. Talvez tenha uma parte de verdade nisso, entretanto, é importante notar que sua figura carrega um forte poder simbólico, a personificação da cultura popular (feminina), que os Grimm tanto almejavam vender.

Imagem 1 - Dorothea Viehmann na contracapa de *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos*



Fonte: Deutsche Digitale Bibliothek.

É preciso pontuar também, como Marçal (2009) postula, no texto *A Tensão entre o fantástico e o maravilhoso*, como o maravilhoso, enquanto gênero literário em que o mágico é construído como integrante natural do mundo, serve de apoio ao discurso da supremacia do real sobre o irreal, do racional sobre o irracional, por não discutir a existência do sobrenatural e naturalizá-lo na narrativa. Em um cenário em que o racionalismo burguês impera como forma de concepção do mundo, a magia e o sobrenatural, ao mesmo tempo que são negados por apresentar uma “cultura primitiva”, que foi dominada, também são instrumentalizados e servem como instrumento de dominação ideológica, na formação do indivíduo dentro dos “parâmetros burgueses de moral” (Marçal, 2009).

Os contos de fadas, como discorre Zipes (2015), ao mesmo tempo em que naturalizam os feitos e as criaturas mágicas, no caso dos contos dos irmãos Grimm, acabam sendo uma ferramenta de, também, naturalizar condutas que são historicamente situadas e culturalmente construídas, como discursos meritocráticos e os papéis de gênero, por exemplo.

In his book, *Einfache Formen* (Simple Forms, 1930) André Jolles claims that the Grimms saw a paradoxical morality in the miraculous events of folk and fairy tales alike. Jolles writes that the basic foundation of these tales derives from the paradox that the miraculous is not miraculous in the fairy tale; rather it is natural, self-evident, a matter of course. “The miraculous is here the only possible guarantee that the immorality of reality has stopped.” The readers’ interpretations of folk and fairy tales are natural because of the profound if not divine nature of the tales, and in this sense, the Grimms envisioned themselves as moral cultivators of a particular cultural heritage and their collection as an educational primer of ethics, values, and customs that would grow on readers who would grow by reading these living relics of the past and also by retelling them (Zipes, 2015, p. 5).⁸

Assim, os irmãos Grimm, em seus contos de fadas, possuindo como manancial as narrativas orais e o discurso que tais contos faziam parte de uma tradição imemorial que os conectava com o passado medieval, acabam por naturalizar elementos e valores de seu próprio entorno; o que fazia sentido para a sociedade burguesa do início do século XIX: seus costumes, valores, organizações de família, preconceitos, entre outras coisas. Dessa forma, é preciso deixar claro que *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos* não se trata de um compilado de contos folclóricos imemoriais que fazem parte de uma tradição oral germânica. Como foi dito anteriormente, são muito mais uma leitura e interpretação de, na maioria das vezes, meninas pertencentes às classes burguesas, dos livros que estavam em seu entorno e uma posterior adaptação e modificação dos Grimm do que qualquer outra coisa (Bottigheimer, 2009).

Acerca das mudanças dos contos de fadas, é preciso compreender a relação que os românticos possuíam com seu objetivo de estudo: com relação ao passado, os românticos criam uma espécie de maneira de resgate baseada na empatia, em sentir como eles sentiam, em um processo de “supressão” do racionalismo. Já os Grimm acreditavam que para compreender o passado era necessária uma distância sentimental:

According to the latter, the temporal distance could be overcome by projecting ourselves towards the past with empathy, a profoundly imaginative reexperience. Coleridge called it suspension of disbelief: let us not be so incredulous and rational, let ourselves be seduced by the poetry, let

⁸ Em seu livro *Einfache Formen* (Formas Simples, 1930), André Jolles afirma que os irmãos Grimm viam uma moralidade paradoxal nos eventos miraculosos tanto dos contos populares quanto dos contos de fadas. Jolles escreve que o fundamento básico dessas histórias deriva do paradoxo de que o miraculoso não é miraculoso no conto de fadas; em vez disso, é natural, autoevidente, algo corriqueiro. “O miraculoso é aqui a única garantia possível de que a imoralidade da realidade cessou.” As interpretações dos leitores sobre os contos populares e de fadas são naturais devido à natureza profunda, senão divina, das histórias, e, nesse sentido, os irmãos Grimm se viam como cultivadores morais de uma herança cultural específica e sua coleção como uma cartilha educacional de ética, valores e costumes que cresceriam nos leitores, que cresceriam lendo essas relíquias vivas do passado e também recontando-as (Zipes, 2015, p. 5, tradução nossa).

us penetrate into the world of fantasy... *Nacherleben* means to relive. It is not a question of explaining (as the sciences do) but rather of *Verstehen*, of understanding (as the humanities should do). Brentano and Arnim mimicked medieval tales. Schlegel let himself go through the tunnel of time and appears more romantic than scientific. The Grimms criticised this and demanded that the historians maintain a distance and be objective (Perpinyà, 2012, p. 29, tradução nossa).⁹

Entretanto, mesmo que, aparentemente, adotassem essa postura no que consiste a história dos germânicos, os Grimm possuíam outra perspectiva no que tange aos contos de fadas. Acreditavam que, devido ao seu estudo e sua experiência coletando contos orais das narradoras de Cassel, conseguiam compreender o que eles chamavam de *Naturpoesie*, a poesia do povo, que é genuína e ingênua (Zipes, 2015). Assim, fizeram uma série de modificações nos contos que coletaram, mas acreditavam que aquilo não mudaria a “pureza” do relato oral devido ao seu domínio dessa “poesia da natureza”.

Essas modificações, mesmo não sendo o objetivo do artigo discuti-las a fundo, fazem parte de um processo de “higienização” moral e sexual que os Grimm operam nos contos. Os irmãos adicionam frases com teor meritocrático, eliminam conotações sexuais e dão ênfase às punições dos “vilões” (na maioria das vezes mulheres) como as irmãs da Gata Borralheira, que, a partir da edição de 1819 (segunda) da coletânea, têm seus olhos comidos pelos passarinhos como punição. Isso está ligado, como foi dito anteriormente, a um processo de naturalização de valores da burguesia, através da construção de um passado.

O exemplo do conto *Gata Borralheira* não é uma exceção. Wilhelm operou um árduo trabalho, durante as edições da coletânea, para “higienizar” e “deserotizar” os contos. É possível perceber uma criação de binômios femininos: enquanto que nas “boas” mulheres são retiradas menções erotizantes, às mulheres “más” sobra um intenso e violento castigo.

Como já foi dito anteriormente, no conto *Rei Sapo* ocorre uma intensa deserotização da metáfora sexual de iniciação. O sapo, depois de recuperar a bola da menina, pede a ela que o deixe dormir em sua caminha. Ao longo das edições, Wilhelm vai adicionando frases para retirar o enfoque no pedido, que é claramente uma insinuação sexual. Além disso, adiciona um casamento e a menção de que o príncipe sapo se torna seu marido (antes mesmo do casamento de fato).

⁹ Segundo este último, a distância temporal poderia ser superada projetando-nos no passado com empatia, numa reexperiência profundamente imaginativa. Coleridge chamou isso de suspensão da descrença: não sejamos tão incrédulos e racionais, deixemo-nos seduzir pela poesia, penetremos no mundo da fantasia... *Nacherleben* significa reviver. Não se trata de explicar (como fazem as ciências), mas sim de *Verstehen*, de compreender (como deveriam fazer as humanidades). Brentano e Arnim imitaram contos medievais. Schlegel deixou-se levar pelo túnel do tempo e parece mais romântico do que científico. Os Irmãos Grimm criticaram isso e exigiram que os historiadores mantivessem uma distância e fossem objetivos (Perpinyà, 2012, p. 29, tradução nossa).

O mesmo ocorre em *Rapunzel*. Na edição de 1812, a primeira, Rapunzel engravidada do príncipe que a visita na torre e o encontro deles é bem menos detalhado, mas leva a entender, pela gravidez, que os “divertimentos” estão ligados ao prazer sexual:

Rapunzel erschreckt nun anfangs, bald aber gefiel ihr der junge König so gut, daß sie mit ihm verabredete, er solle alle Tage kommen und hinaufgezogen werden. So lebten sie lustig und in Freuden eine geraume Zeit, und die Fee kam nicht dahinter, bis eines Tages das Rapunzel anfang und zu ihr sagte: „sag’ sie mir doch Frau Gothel, meine Kleiderchen werden mir so eng und wollen nicht mehr passen.“ Ach du gottloses Kind, sprach die Fee, was muß ich von dir hören, und sie merkte gleich, wie sie betrogen wäre, und war ganz aufgebracht¹⁰ (Grimm; Grimm, 1812, s/p).

Ao longo das edições, Wilhelm se esforça para inserir descrições e elementos para tornar o encontro de Rapunzel e o príncipe cada vez mais púdico, adicionando como método de deserotização o amor romântico, algo que não era mencionado na primeira edição¹¹. Abaixo é possível ler a versão de partida e a tradução do texto dos Grimm, na última edição:

Anfangs erschreckt Rapunzel gewaltig als ein Mann zu ihr herein kam, wie ihre Augen noch nie einen erblickt hatten, doch der Königssohn fing an ganz freundlich mit ihr zu reden und erzählte ihr daß von ihrem Gesang sein Herz so sehr sei bewegt worden, daß es ihm keine Ruhe gelassen, und er sie selbst habe sehen müssen. Da verlor Rapunzel ihre Angst, und als er sie fragte ob sie ihn zum Manne nehmen wollte, und sie sah daß er jung und schön war, so dachte sie „der wird mich lieber haben als die alte Frau Gothel,“ und sagte ja und legte ihre Hand in seine Hand. Sie sprach „ich will gerne mit dir gehen, aber ich weiß nicht wie ich herab kommen kann. Wenn du kommst, so bring jedesmal einen Strang Seide mit, daraus will ich eine Leiter flechten und wenn die fertig ist, so steige ich herunter und du nimmst mich auf dein Pferd.“ Sie verabredeten daß er bis dahin alle Abend zu ihr kommen sollte, denn bei Tag kam die Alte. Die Zauberin merkte auch nichts davon, bis einmal Rapunzel anfieng und zu ihr sagte „sag sie mir doch, Frau Gothel, wie kommt es nur, sie wird mir viel schwerer heraufzuziehen, als der junge Königssohn, der ist in einem Augenblick bei mir“¹² (Grimm; Grimm; 1857, s/p).

¹⁰ Rapunzel ficou assustada no início, mas logo gostou tanto do jovem rei que concordou que ele viesse todos os dias para subir. Assim, viveram felizes e alegres por algum tempo, e a fada não descobriu o que estava acontecendo, até que um dia Rapunzel começou a lhe dizer: "Diga-me, Sra. Gothel, minhas roupinhas estão ficando tão apertadas que não servem mais." "Oh, sua criança malvada", disse a fada, "o que eu tenho para ouvir de você?" e ela imediatamente percebeu o quão enganada havia sido e ficou furiosa (Grimm; Grimm, 1812, s/p, tradução nossa).

¹¹ Se todas as edições modernas de Rapunzel fossem postas em comparação, como *Petrosinella* de Giambattista Basile e *Persinette* de Charlotte-Rose de La Force seria ainda mais visível o caráter deserotizante que os Grimm operam.

¹² A princípio, Rapunzel ficou terrivelmente assustada quando um homem entrou em sua casa, como seus olhos nunca tinham visto antes, mas o príncipe começou a falar com ela com muita gentileza e disse-lhe que seu coração havia sido tão tocado por seu canto que não lhe dava paz, e que ele precisava vê-la pessoalmente. Então Rapunzel perdeu o medo, e quando ele perguntou se ela o aceitaria como marido, e ela viu que ele era jovem e bonito, pensou: "Ele me amará mais do que a velha Frau Gothel", disse que sim e colocou sua mão na dele. Ela disse: "Eu irei com prazer com você, mas não sei como posso descer. Quando você vier, traga um fio de seda

O trabalho do texto feito por Wilhelm, que pode ser visto nas citações acima, está inserido, dentro da lógica das categorias de gênero próprias do sistema capitalista em um processo de institucionalização da sexualidade. Para a criação de um Estado e o funcionamento de um sistema de produção, as instituições são essenciais para a sua manutenção. Dessa forma, o prazer precisa ser moldado, oprimido e determinado dependendo da lógica que o opera.

O prazer é profundamente moldado pela realidade e suas limitações, que dão forma ao corpo, mente e espírito enquanto sujeito-objeto do trabalho. Desse modo, o envolvimento ativo com a natureza, isto é, o trabalho e sua organização social, é operante dentro do prazer (Stoegner, 2017, p. 138).

Desse modo, a “boa” e “sadia” sexualidade feminina é reprimida e colocada dentro da esfera familiar, com uma lógica reprodutiva. Também é importante dizer que, principalmente a partir do século XIX, o amor romântico é uma nova forma de submissão feminina. Todos esses fatores desencadeiam uma privação do prazer livre, uma heterossexualidade compulsória e a domesticação e dominação dos corpos femininos, em uma espécie de divisão social do trabalho doméstico.

Um movimento eminentemente cultural?

No artigo *Os Usos da cultura no romantismo alemão* de Nicolau Netto (2014), após trazer valiosas contribuições no que tange à historicidade do movimento, compartilha de sua perspectiva que o romantismo alemão é “eminentemente” cultural. Entretanto, como discorre o autor, o romantismo é resultado de um momento histórico que legitima seus discursos e os utiliza para fins de organização de mundo, como por exemplo, a partir do discurso nacionalista, de exclusão do outro.

O nacionalismo romântico alemão é, portanto, eminentemente cultural. Mas ainda assim não é o desenvolvimento natural da história. Ele surge, na forma como surge, condicionado a um momento histórico específico. É este momento que torna o discurso nacionalista efetivo, pois torna possível que os intelectuais falem da nação enquanto buscam garantir suas posições no campo intelectual (em oposição à geração anterior) e se aproximem da nobreza. É pelo discurso nacionalista que a posição dos intelectuais é assegurada, em meio ao contexto de invasão francesa (Nicolau Netto, 2014, p. 29).

com você a cada vez; eu tecerei uma escada com ela e, quando estiver pronta, descerei, e você poderá me levar em seu cavalo." Eles concordaram que ele deveria ir até ela todas as noites até então, pois a velha vinha durante o dia. A feiticeira não percebeu nada até que um dia Rapunzel se apressou e disse: "Diga-me, Sra. Gothel, como é que ela é tão mais difícil de eu puxar do que o jovem príncipe?" (Grim; Grimm, 1857, s/p tradução nossa).

Levando em consideração as implicações políticas dos movimentos românticos, mesmo que indiretas, será que é possível afirmar a eminência cultural dos romantismos? Isso nos levaria a uma discussão acerca das definições de cultura e política e de como elas estão imbricadas, principalmente em um período histórico, como a modernidade, em que o domínio da palavra, da linguagem e da cultura representa, também, um domínio daqueles que não a possuem.

A política é aqui compreendida em seu amplo sentido, como define Schlesener (2016, p. 95) “[...] o modo como se estruturam as formas materiais de existência na sociedade capitalista e a sua expressão no modo de ser da sociedade [...]”. Ranciere (2009, p. 17) também a define como “[...] A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer [...]”. Dessa forma, os discursos hegemônicos e as expressões da burguesia, como uma implicação política, são propagados também através da literatura.

Os românticos não possuíam, como foi dito anteriormente, um poder político diretamente institucionalizado. Entretanto, como tinham acesso à hegemonia da cultura, podiam interferir na vida das pessoas através dos monumentos de cultura, vendendo uma ideologia específica. Além disso, se estavam discutindo (principalmente a partir da segunda geração romântica) sobre a identidade de um povo, ligada à criação de um Estado nacional, que só viria a ser unificado em 1871, isso implica na organização de instituições que, de certo modo, sustenta o Estado idealizado, como a família, a escola e a cultura.

A questão a ser enfrentada em se tratando da linguagem é mostrar que, na história, o controle da palavra sempre pertenceu aos dominantes e na sociedade moderna, mais do que nunca, esse poder se multiplicou com a inserção das novas tecnologias de comunicação; de modo que as classes trabalhadoras, para vencer as lutas políticas, precisam se reconhecer no movimento contraditório de construção da sociedade e, para isso, necessitam dominar a linguagem para enfrentar o dominador no seu terreno (Schlesener, 2016, p. 100).

Tal ideologia estava ligada a um modo de vida muito específico: o modo de vida burguês, que possuía, e talvez ainda possua, como ideários o lar, a família nuclear, o mérito próprio e a visão utilitária da vida. Nessa visão de mundo, os indivíduos são culpabilizados pelos seus status sociais: as mulheres por possuírem uma natureza feminina incontrolável, as pessoas racializadas por pertencerem a uma “raça” inferior e os pobres por não se esforçarem o suficiente para conseguir alcançar o sucesso financeiro que é vendido como objetivo de vida.

Resgatando a perspectiva de Adorno e Horkheimer, no que tange ao esclarecimento na modernidade, através do qual “o homem se liberta da potência mítica da natureza” e desemboca em uma “completa naturalização do homem civilizado” (Adorno; Horkheimer, 1986, p. 8) os autores defendem que a racionalidade instrumentalizada, principalmente pela classe burguesa, é utilizada como ferramenta de dominação, não só da natureza, mas também dos trabalhadores e dos grupos sociais que não são considerados racionais (como as mulheres) e dos seus próprios pulsões que os desviam da racionalidade, como a sexualidade e o prazer.

As mudanças, dessa forma, como a de *Gata Borralheira*, já citada anteriormente, ou a adição da referência ao passado em *Rei Sapo*, a partir da terceira edição da coletânea, de 1837, ligam-se tanto à perpetuação dos valores da burguesia quanto à construção de um passado idealizado, como forma de naturalização o que pode ser sintetizado na seguinte frase: “Para se tornar nacional, a cultura tinha primeiro de negar que fosse um projeto: precisava disfarçar-se de natureza” (Bauman, 2012, p. 51).

Toda cultura é uma construção social que é influenciada pelas condições materiais de vida de uma população; não está ligada a seus elementos biológicos. Além disso, existe o agravante das questões de classe que dominam a cultura e a vende a partir de suas ideologias. Como o discurso nacionalista visa uma construção ideológica de que a *Kultur* germânica era inerente ao povo, foi necessário criar um processo de naturalização e, posteriormente, de biologização das características culturais.

Visto isso, a literatura, no século XIX, era um “processo socialmente exclusivo” (Zipes, 2023, p. 87) e vendia sistemas de valores à classe social que atingia e é através dos tropos da linguagem, no trabalho de construção do texto, que a função política fica explícita. Dessa forma, os contos de fadas, embora estivessem no plano de produção cultural, por estarem propagando e organizando o mundo e as instituições a partir das experiências e dos valores de uma burguesia da cultura, possuem um papel sociopolítico, principalmente quando, durante o século XX, foram utilizados pelo discurso nazifascista, por exemplo (Zipes, 2025).

Entretanto, como foi dito anteriormente, os contos de fadas se constroem em uma relação de escrita, leitura, reescritas e releituras. Assim, também é importante ter dimensão da multiplicidade de formas de leitura e apropriações dos contos maravilhosos, as quais também podem ser valiosas formas de mudança e crítica das injustiças sociais, de gênero e de raça.

Considerações finais

Observar as tecituras políticas e ideológicas nos contos de fadas, principalmente no que tange à sua apropriação e idealização do passado, de forma inescapável, acaba por desencantar tais histórias, tão importantes para o processo de crescimento e contato com o mundo, interno e externo, da maioria das pessoas. Em um movimento dialético e contraditório, ao identificar o racionalismo ordenador e opressivo das histórias, acabamos por, também, operar um processo de racionalidade da magia do conto de fadas.

Entretanto, é preciso demonstrar que os contos de fadas são muito mais do que ferramentas ideológicas. Foram utilizadas com esse propósito pelos irmãos Grimm, sem dúvidas, e como se vê na história da Alemanha enquanto Estado, obtiveram sucesso em propagar a ideologia nacionalista, outrora tão nefasta. Mas os contos de fadas e os contos folclóricos possuem, na palavra de Zipes (2025), a capacidade de serem o “veneno” e o “antídoto”. Um veneno, pois podem vender ideias nefastas, mas um antídoto, visando à libertação de um estado de não-liberdade e à formação de indivíduos pensantes.

Tendo em vista o caráter altamente maleável de tais histórias, é possível, juntamente com um olhar crítico ao ler os contos da coletânea dos irmãos Grimm, recriar os contos de fadas, reformulando as histórias para que ideias misóginas, eugênicas, racistas e classistas sejam eliminadas ou trabalhadas com um crivo crítico. Ou mesmo entrar em contato com as contas e causos dos diversos lugares do mundo, enxergando a multiplicidade de perspectivas e narrativas acerca da vida humana.

Em suma, o presente artigo discutiu o lugar social e histórico dos irmãos Grimm e do romantismo alemão, com o propósito de compreender com uma perspectiva crítica acerca dos contos de fadas, seu papel ideológico de apropriação e naturalização de valores no passado e as implicações sociopolíticas desse movimento. Mas, estando conscientes desse fator, que deixemos a gata borralheira conseguir sair de sua condição opressiva sem precisar mutilar e torturar suas irmãs, para mostrar um passado mais complexo.

Fontes

GRIMM, Jacob.; GRIMM, Wilhelm. **KINDER- UND HAUSMÄRCHEN**. In: WIKISOURCE: die freie Bibliothek. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://de.wikisource.org/wiki/Kinder-_und_Hausmärchen. Acesso em: 9 jun. 2025.

GRIMM, Jacob.; GRIMM, Wilhelm. **Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos [1812-1815]**. 2. ed. Tradução: Christine Röhring. São Paulo: Editora 34, 2018.

GRIMM, Jacob.; GRIMM, Wilhelm. **Os contos de Grimm**. Tradução de Tatiana Belinky. 6. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento e Ulisses ou Mito e Esclarecimento. In: **Dialética do esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BOTTIGHEIMER, Ruth B. **Fairy Tales A NEW HISTORY**. Excelsior Editions. New York, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In.: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016. p. 57-72.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Formação do Estado e civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FAY, Elizabeth. **Romantic Medievalism**: History and the Romantic Literary Ideal. London: Palgrave Macmillan, 2002.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações**. A invenção do nacionalismo. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p. 27-55.
- MARÇAL, Márcia Romero A tensão entre o fantástico e o maravilhoso. In: **REVISTA FRONTEIRAZ**, v. 3, n. 3, PUC-SP, 2009.
- MAZZARI, Marcus. Posfácio. In: GRIMM, J.; GRIMM, W. **Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos** [1812-1815]. 2. ed. Tradução: Christine Röhring. São Paulo: Editora 34, 2018.
- MORETTI, Franco. **O burguês**: entre a história e a literatura. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- NICOLAU NETTO, Michel. O uso da cultura no Romantismo alemão. **Arquivos do CMD**, v. 2, n. 1, 11 dez., p. 10-32, 2014.
- PERPINYÀ, Núria. European Romantic Perception of the Middle Ages: Nationalism and the Picturesque. **Imago Temporis. Medium Aevum**, v. VI, p. 23-47, 2012. ISSN 1888-3931
- PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história**: como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- RANCIÈRE Jacques. **A partilha do Sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed. São Paulo; Editora 34, 2009. p.72.
- SCHLESENER, A. H. A linguagem em seu contexto histórico e político. In: **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 93-133. ISBN 978-85-7798-234-9.
- SCHMIDT, Ricarda. From early to late Romanticism. In: SAUL, Nicholas (ed.). **The Cambridge Companion to German Romanticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 21-40.
- STOEGNER, Karin. “Para além do Princípio de Gênero”: Horkheimer e Adorno sobre o Problema de Gênero e Identificação. **Cadernos de Filosofia Alemã**: Crítica e Modernidade, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 135-151, 2017.
- WARNER, Marina. **Da fera à loira**: sobre contos de fadas e seus narradores. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 1994.

ZIPES, Jack David. **Os contos de fadas e a arte da subversão**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2023.

ZIPES, Jack. **Grimm legacies**: the magic spell of the Grimms' folk and fairy tales. Princeton: Princeton University Press, 2015

ZIPES, Jack. **Remembering the Jewish and German Questions**: Essays on Fairy Tales, Poetry, and Culture. 1. ed. Londres: Routledge, 2025.

O Ritual como Instrumento Diplomático: divergências no padrão de cerimônias de recepção sob Constantino VII e Aleixo I

Ritual as a Diplomatic Instrument: variations in reception ceremonies under Constantine VII and Alexios I

Leonardo da Silva Lopes,¹ UFPel

Resumo

Em Bizâncio, o espaço cerimonial tornou-se um modo de reforçar a posição de poder dos seus governantes através de serviços religiosos, rituais de corte e o contato com emissários estrangeiros. No século X foi compilado por Constantino Porfirogênito o *De Cerimoniis*, com o objetivo de salvar do esquecimento os rituais de corte. Nesta obra são descritas diversas cerimônias sob Constantino, destacando-se a recepção de emissários muçulmanos de Tarso. A relevância das recepções manteve-se com o tempo, no século XI o reinado do *basileus* Aleixo I Comneno foi notório pela atuação diplomática com os líderes turcos da Anatólia e latinos Cruzados. Neste sentido, este texto objetiva identificar as rupturas e permanências no complexo ritualístico das cerimônias de recepção de embaixada em Bizâncio, através de uma perspectiva comparativa entre as cerimônias descritas no *De Cerimoniis* e na *Alexiada*.

Palavras-chave: Bizâncio; Cerimônias; Diplomacia; Ritual de Corte.

Abstract

The ceremonial space served to reinforce the power of Byzantium's rulers through religious services, court rituals and interaction with foreign envoys. In the 10th century, Constantine Porphyrogennetos compiled the *De Cerimoniis*, with the aim of preserving court rituals. This work describes various ceremonies under Constantine, in particular the reception of Muslim envoys from Tarsus. The relevance of such receptions persisted over time. In the 11th century, the reign of *basileus* Alexios I Komnenos was marked by its diplomatic engagement with the Turkish leaders in Anatolia and the Latin Crusaders. Therefore, this paper aims to identify the ruptures and continuities within the ritual framework of embassy reception ceremonies in Byzantium, from a comparative perspective between the ceremonies described in the *De Cerimoniis* and the *Alexiad*.

Keywords: Byzantium; Ceremonies; Diplomacy; Court Ritual.

Introdução

A vitalidade e a longevidade do Império Romano Medieval, bem como o seu declínio e consequente extinção, são em grande parte explicadas a partir da compreensão do empreendimento, bem-sucedido ou não, da diplomacia.

¹ Graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: leonardo.lopes@ufpel.edu.br.

Nos termos de Nicolas Drocourt (2018, p. 2), a diplomacia bizantina baseava-se em um conjunto de princípios básicos que foram aplicados em maior ou menor intensidade ao longo da duração do império. De acordo com o autor, as três bases fundamentais do império são o legado do Império Romano Clássico, a cultura Helênica e o Cristianismo, sendo que a diplomacia de Bizâncio consiste na derivação destes elementos (Drocourt, 2018, p. 2). Da sua herança política e cultural greco-romana, os bizantinos consideravam-se superiores ao resto do mundo e, a partir de estereótipos clássicos, afirmavam serem os únicos verdadeiros representantes da civilização, em comparação aos “bárbaros” em suas fronteiras que seriam sempre inferiores. Essa característica foi possivelmente fortalecida com a adoção ao Cristianismo no século IV. A partir da confluência destes elementos, o soberano bizantino (*basileus*) passou a ser considerado o representante de Deus na Terra, que deveria ser reverenciado por toda a cristandade. Além disso, de acordo com Drocourt (2018), considerando as reivindicações universalistas da religião cristã e das ambições romanas, o *basileus* via como sua função conquistar territórios e expandir o cristianismo, de modo a um dia dominar totalmente a *Oikoumene*². Para o autor, apesar do pragmatismo do soberano, esta ideologia imperial da diplomacia nunca foi esquecida, mesmo nos períodos nos quais Bizâncio resumia-se basicamente ao território de sua capital (Drocourt, 2018, p. 5). Portanto, percebemos que a diplomacia bizantina oscilou constantemente entre suas bases ideológicas que a retórica imperial continuava a reivindicar e a realidade prática. Para efetuar os seus diferentes objetivos diplomáticos ao longo dos séculos, os bizantinos utilizaram-se de diversos meios.

A situação das fronteiras do império alterou-se consideravelmente entre os séculos IX e XI, variando da expansão imperialista para a retração territorial. De acordo com Jeffrey Brubaker (2009, p. 13), a partir da coroação de Otto I em Roma no ano de 962 as forças estrangeiras passaram a se voltar contra Bizâncio, reduzindo seu status de principal potência cristã. A principal oposição Otônida aos gregos se deu no Sul da Itália, o que foi seguido pela ameaça normanda do século XI. Nesse sentido, cada vez mais os dirigentes da diplomacia bizantina precisaram lançar mão de táticas diplomáticas que evitassem o desgaste da sua força militar. Segundo o autor, no século XI Bizâncio passou a utilizar-se da promessa de benefício econômico para atrair o apoio das cidades mercantis italianas (Brubaker, 2009, p. 14-15).

Para Brubaker (2009, p. 15), essa política foi empregada juntamente com um conjunto de métodos consagrados pelo tempo no trato com governantes estrangeiros, sendo estes a

² Pode ser traduzido livremente como “o mundo habitado” e faz referência à zona de influência grega que excede as fronteiras do império, como as regiões do Mar Negro e o Sul da península itálica.

utilização de presentes e de dinheiro, a concessão de títulos imperiais e as alianças matrimoniais. Além destas táticas, o autor indica a utilização de embaixadas como ainda outra possibilidade para o desenvolvimento diplomático em Bizâncio (Brubaker, 2009, p. 19). Enquanto que, nos termos de Drocourt (2018), uma vez que em Bizâncio não havia embaixadas permanentes, identifica-se uma intensa movimentação de emissários entre o império e os seus vizinhos em missões diplomáticas específicas. Nesse mesmo sentido, Jonathan Shepard (1992) indica que a utilização de emissários, bem como a recepção de embaixadas estrangeiras, eram amplamente empregadas para lidar com forças exteriores ao império. Para o autor, enviar embaixadas e realizar grandes recepções constituía um meio de superar a maioria dos outros governantes, demonstrando a futilidade de quaisquer tentativas de competição e as vantagens de aliar-se à Bizâncio (Shepard, 1992, p. 50). Sobre a relevância da política externa em Bizâncio, Paul Magdalino (2016) indica que no século X houve uma tentativa de sistematização da política diplomática e do complexo ritual, sob a dinastia Macedônica, de modo a levar esse conhecimento à posteridade. No entanto, para Brubaker (2009), o emprego destes subterfúgios pela dinastia Comneno acabou causando o efeito contrário, levando ao Saque de Constantinopla pelos participantes da Quarta Cruzada em 1204.

Portanto, o presente trabalho possui o objetivo de contribuir na compreensão acerca da utilização enquanto meio diplomático dos rituais de corte em Bizâncio pelo *basileus*. Para tanto, será realizada uma análise comparada entre dois conjuntos de cerimônias de recepção de embaixada em Constantinopla, sob Constantino VII Porfirogênito (c. 946) e Aleixo I Comneno (c.1094), no sentido de identificar os padrões destas cerimônias, bem como suas rupturas e permanências, sendo que estes recortes foram escolhidos por representarem as diferenças territoriais e políticas de Bizâncio entre os séculos X e XI. A análise comparativa basear-se-á no que foi proposto por Jürgen Kocka (2014), estabelecendo como parâmetros o espaço cerimonial, o papel e as representações do *basileus* nas recepções, bem como os seus objetivos. Para acessar os recortes temporais estabelecidos foram escolhidos, respectivamente, o *De Cerimoniis*³ da segunda metade do século X e a *Alexíada*⁴ de meados do século XI.

³ A versão do texto escolhido para a análise foi a edição em inglês e grego de Maxeme Tall e Anne Moffat de 2012, baseado no manuscrito mais completo da obra datado do final do século X, publicado pela editora neerlandesa Brill.

⁴ A versão escolhida é a tradução integral do texto em grego para o inglês, por E. R. A. Sewter, originalmente de 1969, revisada e atualizada por Peter Frankopan em 2009, com publicação da editora britânica Penguin.

Sobre as Fontes e seus Autores

A primeira fonte tratada neste trabalho, o *De Cerimoniis Aulae Byzantinae*, ou *Livro das Cerimônias* ou ainda *Sobre as Cerimônias*, trata-se de um manual de realização de rituais e cerimônias de corte que foi compilado na segunda metade do século X sob ordens do *basileus* Constantino VII Porfirogênito (905-959)⁵. Breves adições à obra ocorreram durante o reinado de Nicéforo II Focas (c. 912-969), possivelmente sob coordenação do Paracemomeno (*parakoimomenos*)⁶ Basílio Lacapeno.

Constantino foi o neto de Basílio I (c. 811-886), o fundador da dinastia Macedônica em 867, e filho de Leão VI, o Sábio (866-912). Nascido na púrpura (*porphyrogennetos*), Constantino foi coroado co-*basileus* ainda enquanto criança pelo pai, embora tenha assumido o poder de fato somente em 945, após exilar os membros da família governante Lacapena. Sujeito inicialmente à regência de sua mãe Zoé Carbonopsina, Constantino casou-se em 919 com Helena, filha do então comandante da frota bizantina, Romanos Lacapeno, que no ano seguinte foi coroado *basileus* como Romanos I (920-944). Outros três filhos de Romanos tornaram-se também co-*basileus*, sendo que um terceiro foi nomeado Patriarca de Constantinopla em 933. Sobre o assunto, Ioannes Skylitzes, na segunda metade do século XI, escreve que Zoé estava sofrendo grande influência de membros da elite em sua regência. Segundo o historiador,

quando Theodoros, o tutor do *porhyrogennetos*, percebeu isso, se esforçou [...] para se apropriar do velho Romanos, naquele tempo *droungarios* da frota, e levá-lo ao palácio para ser o protetor e defensor do imperador. Romanos foi instalado e, aos poucos, tomou posse de todos os níveis do poder. Não contente com os poderes que lhe foram atribuídos, quebrou os juramentos e se proclamou imperador. Foi o *porhyrogennetos* quem colocou a coroa sobre a sua cabeça, voluntariamente para todas as aparências, mas [...] com o coração renitente. Não apenas sobre ele, mas sobre seu filho *Khristophoros* a quem Romanos proclamou imperador algum tempo depois. Após mais algum tempo, ele proclamou seus filhos Stephanos e Konstantinos também. [...] Depois, se proclamou primeiro imperador e assumiu a administração de todos os assuntos do governo (Ioannes Skylitzes, 2025, p. 329).

Portanto, ao longo de grande parte da vida, o *basileus* se manteve distante da atuação política atribuída ao cargo. Do contrário, Constantino manteve-se voltado à intelectualidade, dando seguimento ao exemplo do pai.

⁵ Sobre a construção de rituais de cortes a partir desta fonte ver: Cameron (1987).

⁶ Posição da corte bizantina, geralmente destinado aos eunucos, cuja função era dormir em um quarto próximo ao *basileus*. A partir do século XI passaram a atuar como ministros imperiais (Bury, 1911, p. 124-125).

Nos termos de Paul Magdalino (2016, p. 189), Leão VI e Constantino VII Porfirogênito representam o ponto mais alto do saber como meio de autoridade em Constantinopla, considerando tanto a amplitude de seus interesses quanto a extensão de seu poder e recursos. Ambos os soberanos fizeram parte de um processo de reformulação do conhecimento em Bizâncio, buscando no passado bizantino meios para revigorar o império. Segundo o autor,

[...] the core concern of their intellectual activity was to review and reform the performance of imperial government. Thus their choice of priorities may be explained as a utilitarian response to the practical necessity of putting the imperial house in order for the purpose of reviving and restoring the Roman state⁷ (Magdalino, 2016, p. 194).

De acordo com Magdalino (2016), esta “renovação” imposta pelos dois imperadores macedônios baseia-se em dois aspectos principais. Primeiramente, seus esforços foram encarados como o retorno à ortodoxia religiosa após a segunda *Eikonomachía*⁸, a qual, na propaganda pós-iconoclasta, passara a ser associada não apenas aos desastres militares da chamada “Idade das Trevas” bizantina, mas também ao descaso pela educação e à destruição deliberada da vida intelectual perpetrada pelos imperadores iconoclastas. Além disso, os imperadores também buscavam a legitimação da sua dinastia após o golpe de Basílio I em Miguel III décadas antes (Magdalino, 2016, p. 194). Neste mesmo sentido, Michael Featherstone (2015, p. 587) indica que para justificar o golpe, Basílio e seus descendentes promoveram um programa de propaganda cultural com o intuito de evidenciar sua restauração do que concebiam como tradições “romanas” antigas, ou seja, de matriz constantiniana e as políticas culturais da antiga dinastia reinante. Para o autor, no período Macedônio, seus predecessores iconoclastas Amorianos, ficaram marcados como heréticos e também bárbaros que adotaram costumes estrangeiros (Featherstone, 2015, p. 587).

Para Magdalino (2016), diferentes soberanos bizantinos utilizaram-se da intelectualidade para reforçar a sua autoridade enquanto governantes, porém o caso da dinastia Macedônica destaca-se neste cenário. Por exemplo, Leão VI chegou a receber o epíteto Sábio (*Sophos*) ainda na primeira metade de seu reinado, demonstrando a sua considerável reputação como intelectual em vida. Após a sua morte, criou-se a ideia de que o soberano possuía conhecimento esotérico de assuntos ocultos e a capacidade de prever o

⁷ Tradução: “[...] a preocupação central de sua atividade intelectual era examinar e reformar o desempenho do governo imperial. Assim, sua escolha de prioridades pode ser explicada como uma resposta utilitária à necessidade prática de pôr a casa imperial em ordem com o propósito de reviver e restaurar o Estado romano”.

⁸ Para o Iconoclasmo em Bizâncio ver: Hernández-Rodríguez (2011).

futuro (Magdalino, 2016, p. 190). Diversas produções foram realizadas sob o *basileus*, sejam elas escritas ou encomendadas por ele, como textos de poesia anacreôntica, homilias e hinos, além de um tratado militar, o *Taktika*, uma coleção de conselhos pastorais, o *Hypotyposis* e uma revisão do código de Justiniano (Magdalino, 2016, p. 189-190).

Posteriormente, Constantino Porfirogênito desenvolveu um perfil intelectual comparável ao de Leão VI, embora fosse de caráter menos religioso e não tenha alcançado a mesma distinção e reconhecimento duradouro como *sophos* (Magdalino, 2016, p. 193). Dentre as obras atribuídas ao *basileus* estão peças de legislação relacionadas à posse de terra e cobrança de impostos, homilias e uma História sobre a vida de Basílio I. Além disso, diversos tratados são creditados a Constantino, como o *De Administrando Imperio* e o *De Thematibus*, sobre a administração imperial e empreendimento diplomático, e o próprio *De Cerimoniis*.

Além de trazer luz ao processo ritualístico de Constantinopla, a obra de Constantino VII é também relevante para compreender o espaço cerimonial da Rainha das Cidades. De acordo com Featherstone (2015, p. 587), por conta da incipiente investigação arqueológica da região do Grande Palácio na atual Istambul, as maiores fontes de informações acerca do prédio vêm dos materiais escritos, sendo a principal delas o *De Cerimoniis*.

Com relação a segunda fonte, a *Alexíada* foi escrita pela princesa bizantina Ana Comnena (1083-1153)⁹, cobrindo os acontecimentos do reinado do *basileus* Aleixo I Comneno, desde a sua ascensão ao poder em 1081 até a sua morte em 1118. Nascida na púrpura, Ana foi a filha mais velha de Aleixo I e Irene Ducena e era reconhecida por seus contemporâneos como uma influente historiadora. Desde jovem a princesa foi educada por meio do estudo dos clássicos gregos de História e Filosofia, o que foi reconhecido por intelectuais contemporâneos e posteriores.

Na segunda metade da década de 1090, a princesa casou-se com Nicéforo Briênio (1062-1137) como parte de um acordo político entre o *basileus* e uma influente família da aristocracia. Nicéforo foi um general e historiador bizantino que, juntamente à princesa Ana, possuía muita influência na corte entre as décadas de 1090 e 1110. A pedido da imperatriz Irene Ducena, Nicéforo produziu um relato histórico incompleto intitulado “Materiais para a História”, que cobria o período entre os reinados de Romanos IV Diógenes (1068-1071) e Nicéforo III Botaniates (1078-1081). Segundo a própria Ana, sua obra foi produzida como continuação ao trabalho do esposo. De acordo com a historiadora,

⁹ Sobre a autoria da *Alexíada* ver: Macrides (2000).

the main reason why I have to write the account of my father's deeds is this: I was the lawful wife of the *Kaisar* Nikephoros, a scion of the Bryennioi [...]. He chose in particular to write the history of Alexios, the Emperor of the Romans and my father, on the orders of the empress [...]. However, he did not manage to complete what he had set to do, and the history was not completed¹⁰ (Ana Comnena, 2009, p. 4-5).

De acordo com Peter Frankopan (2009, p. ix), a obra de Ana Comnena é a primeira história escrita por uma mulher, não apenas no espaço bizantino, mas também da Europa ocidental. Para o autor, o texto difere de outras produções gregas em dois aspectos principais. Em primeiro lugar, a abordagem biográfica adotada pela autora aproxima o seu trabalho de uma hagiografia, em comparação a outras crônicas e obras históricas. Além disso, o enfoque geográfico de Ana acompanha os locais relevantes ao soberano durante o seu reinado, não limitado-se à capital imperial como é comum em outras obras bizantinas dos séculos XI e XII (Frankopan, 2009).

A princesa escreveu seu relato entre as décadas de 1140 e 1150, quando estava exilada em um convento da capital após uma tentativa fracassada de golpe contra seu irmão, João II Comneno, em 1118. Com isso em mente, Paul Magdalino (2000) indica que na escrita de Ana ecoam os acontecimentos de meados da década de 1140, e que, a partir de uma comparação com o reinado de seu pai, a autora busca demonstrar a fraqueza e as instabilidades dos reinados de João II e Manuel I. Segundo o autor, podemos identificar as relações entre o reinado de Aleixo e a década de 1140 na *Alexíada* na descrição da passagem dos cruzados por Constantinopla e nos conflitos com os Normandos, em paralelo com os eventos da Segunda Cruzada (1147-9) e as fracassadas campanhas militares contra a Antioquia sob ocupação normanda (Magdalino, 2000).

Para analisar a obra de Ana Comnena, é fundamental compreender a influência da *Chronographia* de Miguel Psellos, escrita no final do século XI (Frankopan, 2002, p. 69-70; Macrides, 2000, p. 66-67). De acordo com Ruth Macrides (2000, p. 67), o trabalho de Psellos influenciou Ana através da sua auto-inserção na escrita da sua história sendo que, apenas nesse aspecto, Ana assemelhava-se mais ao cronista do que a qualquer outro escritor de história. No mesmo sentido, Frankopan (2002, p. 69) indica que existem óbvias similaridades com Psellos, pois o estilo do autor lembra amplamente o de Ana, tanto pela extensão e frequência de suas intervenções autorais no texto quanto pela natureza dessas intervenções.

¹⁰ Tradução: “a principal razão pela qual devo escrever o relato dos feitos de meu pai é a seguinte: eu fui a esposa legítima do *César* Nicéforo, descendente dos Briênnios [...]. Ele escolheu em particular redigir a história de Aleixo, o Imperador dos Romanos e meu pai, por ordem da imperatriz [...]. Contudo, ele não conseguiu concluir o que se propusera a fazer, e a história permaneceu inacabada”.

Além da influência de historiadores bizantinos, a *Alexíada* é escrita em um estilo deliberadamente arcaico, baseado na tradição helenística e, como o próprio título já indica, com fortes vinculações à *Ilíada* e à *Odisséia*¹¹.

Cerimônias de Recepção sob Constantino VII Porfirogênito e Aleixo I Comneno

As recepções descritas no *De Cerimoniis* (II.15) ocorrem no Grande Palácio de Constantinopla, especificamente na antiga sede do Senado, a *Magnaúra*, que localizava-se em frente à praça cerimonial, a *Augustaion*, nas proximidades da *Hagia Sophia*. Quando a cerimônia de recepção ocorre no Salão, preparativos específicos devem ser realizados. A procissão diária do Palácio não ocorre, ao invés disso, os soberanos, bem como os membros do Senado e outros cortesãos, são conduzidos ao Salão em seus trajes cerimoniais pelos eunucos camareiros imperiais, os cubiculários (*koubikoularios*)¹².

Este trecho da obra divide-se em duas partes. Primeiro, é apresentado um processo genérico de recepção, definindo o papel de cada participante, os ornamentos e procedimentos específicos, independente de quais ou quantos embaixadores serão recebidos. Portanto, trata-se da descrição de uma cerimônia “ideal”. Posteriormente, são descritas cerimônias de recepção específicas que ocorreram a partir de 946, sendo que a primeira é referente à

[...] reception held in the admirable great Hall of the *Magnaúra* under Constantine and Romanos, the purple-born Roman emperors in Christ, in the presence of the ambassadors who came from Tarsos [...] concerning the exchange of prisoners and the peace treaty, on May 31st, a Sunday, in the fourth indiction [946]¹³ (Constantino Porfirogênito, 2012, p. 570).

De acordo com o *De Cerimoniis*, em qualquer recepção de embaixada, há uma rígida ordem de entrada e saída no salão, coordenada pelo prepósito¹⁴ (*praipositos*), que também é responsável por realizar todos os preparativos anteriormente à solenidade. Com um gesto, o prepósito sinaliza ao ostiário¹⁵ (*ostiarios*) com o cajado de ouro para que conduza o primeiro

¹¹ Sobre a influência grega clássica na *Alexíada* ver: Fonseca (2021).

¹² Para os funcionários do Palácio envolvidos na cerimônia ver: Bury (1911).

¹³ Tradução: “[...] recepção realizada no admirável grande Salão da *Magnaúra*, sob Constantino e Romanos, os imperadores romanos porfirogênitos em Cristo, na presença dos embaixadores que vieram de Tarso [...] acerca da troca de prisioneiros e do tratado de paz, em 31 de maio, um domingo, na quarta indicação [946]”.

¹⁴ O *Praipositos* (*πραιπόσιτος*), era um dos mais importantes ofícios palacianos por volta do século X e era normalmente ocupado por eunucos. Sua função na corte era a de camareiros pessoais dos soberanos (Bury, 1911, p. 123).

¹⁵ Os *ostiarios* (*ὀστιάριος*), cargo ocupado especialmente por eunucos, atuavam como porteiros no Grande Palácio (Bury, 1911, p. 122).

grupo ao salão, os *magistroi*¹⁶. O processo se repete com mais dois grupos, os patrícios e os membros do Senado, que se colocam em fila de cada lado dos soberanos. Por fim, o prepósito sinaliza novamente ao ostiário e o emissário estrangeiro é escoltado ao salão, acompanhado de um intérprete, se for necessário.

Além da presença dos soberanos e de membros importantes da corte imperial, a recepção é pensada de modo a impactar o embaixador estrangeiro através de diferentes elementos presentes no Salão, como os órgãos hidráulicos e o Trono de Salomão¹⁷. De acordo com a fonte: “when he has gone in, the foreigner falls down on the ground making obeisance before the rulers, and immediately the organs sound. Then he goes in and stands at a distance from the imperial throne, and immediately the organs stop”¹⁸ (Constantino Porfirogênilo, 2012, p. 568). Após este primeiro momento, o Logóteta (*Logotheta*) cumprimenta o emissário e lhe faz as “perguntas costumeiras”, normalmente inquirindo sobre a saúde de seu soberano. Nesse momento, “[...] the lions begin to roar, and the birds on the throne and likewise those in the trees begin to sing harmoniously, and the animals on the throne stand upright on their bases”¹⁹ (Constantino Porfirogênilo, 2012, p. 569). Após a saída do emissário, todos os órgãos cessam e os animais retornam aos seus lugares. Se outro emissário estrangeiro estiver aguardando a recepção o processo se repete, do contrário o prepósito organiza a saída do salão, sinalizando ao ostiário, na ordem contrária à entrada, enquanto são cantados hinos religiosos.

Pouco é explicado na fonte sobre o funcionamento do Trono de Salomão e a reação dos emissários estrangeiros ao presenciarem tal exibição. No entanto, um outro importante e famoso relato de recepção em Constantinopla do século X, escrito por Liuprando de Cremona, nos traz mais informações. Em visita à corte de Constantino VII no ano de 949, em nome do Rei Berengário II, Liuprando descreve a cerimônia com ricos detalhes e em conformidade com o *De Cerimoniis*. De acordo com o embaixador,

in front of the emperor's throne there stood a certain tree of gilt bronze, whose branches, similarly gilt bronze, were filled with birds of different sizes, which emitted the songs of the different birds corresponding to their species. The throne of the emperor was built with skill in such a way that at

¹⁶ No século X, o mestre dos ofícios, ou *magistros* (μάγιστρος), era um dos mais relevantes títulos honorários do império, reservado aos conselheiros mais próximos ao soberano (Bury, 1911, p. 29-32).

¹⁷ Sobre os autômatos da *Magnaura* ver: Brett (1954).

¹⁸ Tradução: “quando ele entra, o estrangeiro prostra-se por terra, fazendo reverência diante dos soberanos, e imediatamente os órgãos ressoam. Em seguida, ele avança e permanece a certa distância do trono imperial, e imediatamente os órgãos param”.

¹⁹ Tradução: “[...] os leões começam a rugir, e as aves no trono, bem como aquelas nas árvores, começam a cantar harmoniosamente, e os animais no trono erguem-se sobre suas bases”.

one instant it was low, then higher, and quickly it appeared most lofty; and lions of immense size [...] seemed to guard him, and, striking the ground with their tails, they emitted a roar with mouths open and tongues flickering²⁰ (Liuprando de Cremona, 2007, p. 197-198).

Em seguida, ao descrever a sua reação ao funcionamento do Trono, Liuprando (2007, p. 198) escreve que,

leaning on the shoulders of two eunuchs, I was led into this space [*Magnaura*], before the emperor's presence. And when, upon my entry, the lions emitted their roar and the birds called out, each according to its species, I was not filled with special fear or admiration, since I had been told about all these things by one of those who knew them well. Thus, prostrated for a third time in adoration before the emperor, I lifted my head, and the person whom earlier I had seen sitting elevated to a modest degree above the ground, I suddenly spied wearing different clothes and sitting almost level with the ceiling of the mansion. I could not understand how he did this, unless perchance he was lifted up there by a pulley of the kind by which tree trunks are lifted²¹.

De acordo com o *De Cerimoniis*, a recepção aos emissários muçulmanos de Tarso ocorreu em conformidade aos exemplos supracitados, com breves mudanças nas vestimentas e nos ornamentos do Salão. Contudo, esta recepção difere do padrão no sentido em que são oferecidos aos estrangeiros um jantar com o *basileus* e uma corrida no Hipódromo em sua homenagem (Constantino Porfirogênio, 2012, p. 588). O rigor cerimonial se mantém em ambas as descrições. Além disso, outra importante recepção sob Constantino VII é descrita no *De Cerimoniis*: à comitiva de Olga de Kiev no ano de 957 (ou ainda 946, por conta da correspondência dos dias da semana)²². A recepção segue o mesmo protocolo, a não ser pelo maior contato com a família imperial oferecido à Olga. Em adição à cerimônia na *Magnaura*, Olga foi recebida em um jantar com a presença da Imperatriz Helena e sua nora (Constantino

²⁰ Tradução: “diante do trono do imperador erguia-se uma árvore de bronze dourado, cujos ramos, também de bronze dourado, estavam repletos de aves de diferentes tamanhos, que emitiam os cantos das diversas espécies às quais correspondiam. O trono do imperador fora construído com tal habilidade que, num momento, encontrava-se baixo, depois mais alto, e rapidamente parecia muito elevado; e leões de imensa estatura [...] pareciam guardá-lo e, batendo no chão com suas caudas, soltavam um rugido com as bocas abertas e as línguas tremulantes”.

²¹ Tradução: “apoiado nos ombros de dois eunucos, fui conduzido a esse espaço [*Magnaura*], diante da presença do imperador. E quando, à minha entrada, os leões soltaram seus rugidos e as aves emitiram seus sons, cada uma conforme a sua espécie, não me senti especialmente tomado por medo ou admiração, pois já havia sido informado sobre todas essas coisas por alguém que as conhecia bem. Assim, prostrado pela terceira vez em adoração diante do imperador, ergui a cabeça, e a pessoa que antes eu vira sentada, elevada apenas modestamente acima do solo, de súbito avistei vestindo outras roupas e sentada quase ao nível do teto do palácio. Não pude compreender como ele fazia isso, a menos que talvez tivesse sido erguido por algum tipo de roldana, do tipo pelo qual se levantam troncos de árvores”.

²² Sobre a datação da visita de Olga à Constantinopla e seu batismo ver: Featherstone (1990); Featherstone (2003); Obolensky (1984).

Porfirogênio, 2012, p. 597). Além disso, a princesa de Rus permaneceu em aposentos dentro do Palácio Imperial, diferente dos visitantes muçulmanos citados anteriormente.

A partir destas descrições, percebemos o caráter impactante da cerimônia de recepção sob Constantino. Cada momento é rigidamente executado por um grande corpo de funcionários do palácio, com a presença de membros da elite administrativa de Bizâncio. Suas vestimentas (*loros*, *Clâmide*, *kamisia*, *tablion* e *stikharion*) e adornos (cetros, cajados e espadas de prata e ouro ornamentados com pedras preciosas) são definidas pela tradição e almejam demonstrar a riqueza de Bizâncio. O Palácio e o Salão, que são preparados de modo a esconder o desgaste pelo tempo (Featherstone, 2015), eram adornados com candelabros, correntes, lâmpadas e lustres (*polykandelon*) de bronze, prata e ouro além de serem decorados com cortinas púrpura avermelhadas e peças de seda coloridas. Durante a recepção, o ambiente é tomado por cantos religiosos realizados por membros das diferentes igrejas de Constantinopla. Por fim, o soberano em si é representado na recepção com todas as insígnias imperiais, a coroa imperial e o cetro bem como as vestimentas tradicionais do imperador.

Para além destes elementos, os já mencionados autômatos contribuem para construir uma atmosfera de grandiosidade durante a recepção. Através do Trono de Salomão, como fica evidente na descrição de Liuprando de Cremona, o *basileus* busca reforçar a sua autoridade e superioridade com relação aos demais presentes, principalmente se levarmos em conta o seu possível movimento de ascensão. O som dos dois órgãos do Salão²³, bem como o rugido dos leões do Trono e o canto dos pássaros nas árvores, constituem-se como ainda outra ferramenta para chocar e maravilhar os estrangeiros.

Com relação às cerimônias que ocorreram sob Aleixo I Comneno na década de 1090, estas eram realizadas em diferentes locais da capital, porém a nova residência imperial, o Palácio de *Blachernae* junto à muralha de Teodósio, era uma localidade recorrente. Dado o teor da *Alexíada*, torna-se uma tarefa custosa compreender como se deram as recepções de embaixadas e líderes estrangeiros, uma vez que o foco da narrativa é outro. Porém, é possível identificar alguns aspectos relevantes ao longo da obra de Ana Comnena.

No contexto da tentativa de retomada da cidade de Nicéia, após diversas incursões militares frustradas coordenadas pelos generais Tatício e Manuel Butumita, Aleixo I convidou o governador turco Abu Alcacim (*Abu'l Qasim*; *Apelkhasem*) para firmar um acordo de paz. Segundo a *Alexíada*, Aleixo era

²³ Na *Magnaúra* existem dois órgãos hidráulicos de prata que fazem referência às duas facções do Hipódromo (Constantino Porfirogênio, 2012, p. 571).

[...] expert in winning the heart of a man and softening the hardest nature, at once sent Apelkhasem a letter in which he advised him to give up such useless schemes, to stop beating the air and make terms; by doing this he would relieve himself of much labour and enjoy instead liberal gifts and honours²⁴ (Ana Comnena, 2009, p. 174).

Tendo em mente que opositores ligados ao Califa de Bagdá se aproximavam de Nicéia, Abu Alcacim decidiu aceitar o acordo com Aleixo, da mesma maneira que seu antecessor havia feito uma década antes. De acordo com Ana Comnena (2009, p. 174), após o acordo de um tratado de paz entre as partes, Aleixo “[...] was eager to obtain a further advantage, and since there was no other way of achieving his goal, invited the Turk to the capital; he would receive money, sample the delights of the city to his heart’s content, and thus rewarded go home”²⁵. No entanto, segundo a historiadora, para o *basileus* o convite não passava de uma maneira de ganhar tempo e fortalecer a sua posição na Bitínia:

Apelkhasem accepted the offer and was welcomed in the capital with every mark of friendship. Now the Turks who controlled Nicaea had also occupied Nikomedia (the capital of Bithynia), and the emperor wished to eject them; in order to do so, he thought it was essential to build a second stronghold by the sea, while the ‘love scene’ was being played out in Constantinople²⁶ (Ana Comnena, 2009, p. 174).

Com este convite, o objetivo de Aleixo era ganhar tempo para que a construção de sua fortaleza fosse finalizada. Portanto, Ana descreve como diversas atividades foram preparadas para Abu Alcacim na capital imperial:

every day the emperor continued to give Apelkhasem presents of money, to invite him to the baths, to horse races and hunts, to sightseeing tours of the commemorative columns set up in public places; to please him the charioteers were ordered to organize an equestrian display in the theatre built long ago by Constantine the Great, and he was encouraged to visit it daily and watch the horses parade for inspection — all in order to waste time and allow the builders a free hand²⁷ (Ana Comnena, 2009, p. 175).

²⁴ Tradução: “[...] perito em conquistar o coração de um homem e em suavizar sua natureza mais dura, enviou imediatamente a Abu Alcacim uma carta na qual o aconselhava a abandonar tais planos inúteis, a deixar de lutar em vão e a chegar a um acordo; agindo assim, livrar-se-ia de muito esforço e desfrutaria, em vez disso, de generosas dádivas e honrarias”.

²⁵ Tradução: “[...] desejava obter uma vantagem adicional e, como não havia outro meio de alcançar seu objetivo, convidou o turco à capital; ele receberia dinheiro, provaria à vontade as delícias da cidade e, assim recompensado, retornaria para casa”.

²⁶ Tradução: “Abu Alcacim aceitou a oferta e foi recebido na capital com todas as demonstrações de amizade. Agora, os turcos que controlavam Nicéia também haviam ocupado Nicomédia (a capital da Bitínia), e o imperador desejava expulsá-los; para isso, considerou essencial construir uma segunda fortaleza junto ao mar, enquanto a “cena amorosa” se desenrolava em Constantinopla”.

²⁷ Tradução: “todos os dias o imperador continuava a oferecer a Abu Alcacim presentes em dinheiro, a convidá-lo para as casas de banho, para corridas de cavalos e caçadas, para passeios a fim de ver as colunas comemorativas erguidas em espaços públicos; para agradá-lo, ordenou-se aos aurigas que organizassem uma exibição equestre no teatro construído há muito tempo por Constantino, o Grande, e ele era estimulado a visitá-lo

Nos termos de Frankopan (2022, p. 96-97), nessa recepção o objetivo de Aleixo era firmar um acordo concreto acerca de Nicéia, e para isso utilizou-se da tática da concessão de títulos e do estipêndio. Aleixo honrou Abu Alcacim com o título honorífico de *sebasto*²⁸ e lhe presenteou generosamente. Notamos, portanto, elementos recorrentes nas recepções sob Aleixo I, isto é, a utilização da concessão de cargos imperiais e compensações em dinheiro e bens materiais para a efetivação de sua política externa.

Além da recepção de Abu Alcacim, podemos identificar os aspectos supracitados nas recepções dos líderes latinos das cruzadas, particularmente em 1097. Naquela ocasião, os objetivos de Aleixo se resumiam a utilizar o vasto contingente militar cruzado para recuperar os territórios e cidades perdidas na Ásia Menor. Para tanto, o *basileus* procurou trazer os líderes da expedição para Constantinopla o mais rápido possível, de modo que juramentos lhe fossem prestados, nos quais os cruzados se comprometeram em entregar ao império as cidades conquistadas no caminho para Jerusalém (Frankopan, 2022). Ao encontro desta perspectiva, um dos cronistas da Primeira Cruzada mais críticos de Aleixo, Raimundo de Aguilers (1968, p. 23)²⁹, escreve que “upon the most honorable reception of Raymond by Alexius and his princes, the *Basileus* demanded from the Count homage and an oath which the other princes had sworn to him”. Segundo Ana Comnena (2009, p. 281)³⁰, após a chegada de Hugo de Vermandois em Constantinopla, o Conde “[...] was welcomed with honour by the emperor, who showed him much kindness, and after giving him an abundant gift of money, persuaded him then and there to become his liegeman and take the customary oath of the Latins”.

A generosidade de Aleixo é destacada por Estêvão, o Conde de Blois, em carta a sua esposa em 1097, logo após o ataque à Nicéia. De acordo com o Conde:

I was extremely happy to reach the city of Constantinople by the grace of God. The emperor received me in a dignified, honourable manner and as affectionately as if I were his son. He gave me numerous valuable gifts and there is no duke, count or other powerful person in the whole of God's or our army he trusts or favours more than me [...]. He showers gifts on all our

diariamente e observar os cavalos desfilarem para inspeção — tudo isso a fim de ganhar tempo e permitir que os construtores trabalhassem tranquilamente”.

²⁸ O título era um dos mais importantes do império durante a dinastia dos Comneno, e era normalmente concedido apenas a membros da família do regente e a seus seguidores mais próximos (Frankopan, 2022, p. 96).

²⁹ Tradução: “após a recepção extremamente honrosa de Raimundo por Aleixo e seus príncipes, o Basileu exigiu do conde a homenagem e o juramento que os outros príncipes já lhe haviam prestado”.

³⁰ Tradução: “[...] foi recebido com honra pelo imperador, que lhe demonstrou grande benevolência e, após conceder-lhe uma abundante quantia em dinheiro, o persuadiu a tornar-se seu vassalo e a prestar o juramento habitual entre os latinos”.

leaders, his presents are making the lives of the knights easier, and his banquets are reinvigorating the poor [...]. It seems to me that in our times no other prince has had a character distinguished by such complete integrity. Your father, my love, gave many great presents, but he was almost nothing in comparison with this man. Writing these few words about him so that you will have some idea of what sort of person he is has given me pleasure³¹ (Estêvão de Blois, 2016, p. 15-16).

Apesar da evidência dos instrumentos políticos acionados por Aleixo em suas recepções na década de 1090, há dificuldade em identificar nas fontes qual protocolo cerimonial foi utilizado pelo *basileus*. No entanto, um caso isolado descrito na *Alexíada* pode trazer luz à este aspecto. Com a chegada de um grande contingente de peregrinos em Constantinopla, em meados de 1097, Aleixo decide chamar cada um dos líderes individualmente, com a intenção de assegurar os juramentos. Quando todos foram convencidos e os juramentos foram prestados ao *basileus*, todos os condes foram reunidos na presença do soberano. Em determinado momento, um dos presentes ousou sentar-se no trono imperial. De acordo com Ana Comnena (2009, p. 291), Aleixo “[...] endured this without a word, knowing of old the arrogance of the Latins”³². Segundo a fonte, este latino foi censurado pelos seus próprios pares, sofrendo uma severa reprimenda do Conde Balduino:

[...] you ought never to have done such a thing, especially after promising to be the emperor’s liegeman. Roman emperors don’t let their subjects sit with them. That’s the custom here and sworn liegeman of His Majesty should observe the customs of the country³³ (Ana Comnena, 2009, p. 191).

Por parte do soberano, este se limitou a indagar ao latino sobre a sua ascendência e dar-lhe conselhos militares para a batalha contra os turcos (Ana Comnena, 2009, p. 291-292).

Nesse sentido, é possível perceber certos elementos recorrentes nas recepções que ocorreram sob Aleixo I, com vistas ao seu empreendimento diplomático na década de 1090. Em primeiro lugar, é evidente que o soberano possui uma perspectiva consideravelmente pragmática acerca das recepções em Constantinopla. Ou seja, para além de qualquer outro

³¹ Tradução: “eu estava extremamente feliz por chegar à cidade de Constantinopla pela graça de Deus. O imperador recebeu-me de modo digno e honroso, e com tanta afeição como se eu fosse seu filho. Concedeu-me numerosos presentes valiosos, e não há duque, conde ou outro homem poderoso em todo o exército de Deus ou no nosso a quem ele dispense mais confiança ou favor do que a mim [...]. Ele cobre todos os nossos líderes de dádivas, seus presentes tornam a vida dos cavaleiros mais fácil, e seus banquetes revigoram os pobres [...] A mim parece que, em nossos tempos, nenhum outro príncipe possuiu um caráter marcado por tanta integridade. Teu pai, meu amor, deu muitos grandes presentes, mas era quase nada em comparação com este homem. Escrever estas poucas palavras sobre ele, para que possa ter alguma ideia de que tipo de pessoa ele é, trouxe-me grande satisfação”.

³² Tradução: “[...] suportou isso sem dizer uma palavra, pois conhecia a muito tempo a arrogância dos latinos”.

³³ Tradução: “[...] jamais deveria ter feito tal coisa, sobretudo depois de ter prometido tornar-se vassalo do imperador. Os imperadores romanos não permitem que seus súditos se sentem com eles. Esse é o costume aqui, e um vassalo juramentado de Sua Majestade deve observar os costumes do país”.

objetivo, estas recepções possuem o propósito de desenvolver a política externa de Bizâncio. Por exemplo, no contexto da retomada da influência bizantina na Anatólia, a recepção de Aleixo a Abu Alcacim foi pensada de modo a garantir a recuperação de Nicéia, seja pela via militar ou através de um acordo com o governador turco, com a recepção sendo respectivamente destinada a ganhar tempo para os construtores bizantinos e possibilitar um acordo com o governador turco. Outro exemplo é o desenvolvimento das recepções aos líderes latinos da Cruzada, com as quais o *basileus* busca garantir a prestação dos juramentos. Para isso, Aleixo novamente utiliza-se do estipêndio e das honrarias, no sentido de ganhar os corações e mentes dos peregrinos latinos. Portanto, os itinerários oferecidos, presentes em dinheiro e a concessão de títulos funcionam para demonstrar os benefícios da cooperação com o império, sendo a recepção apenas mais uma das ferramentas à disposição de Aleixo.

Além disso, observamos a adoção de uma abordagem muito mais próxima aos recepcionados pelo *basileus* se comparado aos seus antecessores, como fica evidente na ocasião em que um dos cruzados sentou-se no trono imperial. Neste caso em específico, a relativa falta de rigor cerimonial fica evidente, uma vez que a reprimenda ao ato de desrespeito não veio por parte de Aleixo ou de funcionários do palácio, mas de seus próprios companheiros. Nesse sentido, tendo em mente as nuances da *Alexíada*, é relevante considerar que a fonte deixa clara a perspectiva adotada por Aleixo no evento supracitado, isto é, manter-se humilde e acessível de modo a utilizar-se dos contingentes cruzados no futuro.

A partir do que foi exposto anteriormente, é possível identificar tanto rupturas quanto permanências na utilização das cerimônias de recepção de embaixada como instrumento diplomático nos dois recortes apresentados. A primeira ruptura constatada é o deslocamento do espaço cerimonial, uma vez que houve a mudança da residência imperial para o Palácio de *Blachernae*³⁴. É possível identificar uma considerável carga ritualística nas cerimônias realizadas no Grande Palácio de Constantinopla, cuja edificação ocorreu durante o reinado de Constantino I, com os diversos prédios e salões do complexo do Palácio construídos justamente para o desenvolvimento cerimonial, à moda romana clássica, incluindo um salão específico para a realização das recepções de embaixada, equipado com um mobiliário característico, o Trono de Salomão e diversos autômatos. Em contraste, considerando os objetivos defensivos da construção do Palácio de *Blachernae*, as recepções desenvolvidas na nova residência imperial careciam do mesmo aparato ritual, uma vez que não há descrições de elementos similares aos da *Magnaúra*.

³⁴ A mudança da residência do soberano no começo do século XI ocorreu em grande medida pela deterioração do Grande Palácio (Drocourt, 2018, p. 10; Featherstone, 2015, p. 607).

A segunda mudança identificada diz respeito ao modo como as cerimônias de recepção são descritas nas duas fontes analisadas, em razão do caráter distinto de cada obra. Como já foi apresentado anteriormente, ao produzir o *De Cerimoniis* Constantino tinha como objetivo salvar do esquecimento o complexo cerimonial da corte bizantina. Para tanto, o *basileus* agrupou um amplo conjunto de diferentes cerimônias imperiais, sendo elas obsoletas ou não. Assim, o documento evidencia o papel central do elemento ritual na política externa bizantina do século X e oferece uma descrição detalhada das práticas de recepção. Em contrapartida, para o período de Aleixo Comneno não há materiais escritos análogos à tentativa de sistematização cerimonial elaborada pelos Macedônios. Uma das principais fontes textuais deste reinado é a *Alexíada*, cuja formulação historiográfica e narrativa adotada por Ana Comneno distanciam-se do manual cerimonial do século X, o que limita a possibilidade de reconstruir detalhadamente as práticas de recepção. Nesse sentido, essa mudança pode sugerir uma flexibilização ou até o abandono de um protocolo rígido nas cerimônias realizadas durante o reinado de Aleixo.

A última alteração identificada é relativa ao processo e aos objetivos das recepções supracitadas. O procedimento ritual adotado por Constantino Porfirogênito procura demonstrar a grandiosidade do soberano bizantino, por meio da criação de um distanciamento entre o emissário estrangeiro e o *basileus*, tanto na recepção inicial na *Magnaúra* quanto nos jantares e outras atividades oferecidas, a partir da utilização das insígnias imperiais e da impactante demonstração tecnológica durante a cerimônia. Por conseguinte, as recepções sob Constantino, para além de cumprir as suas metas diplomáticas práticas – como a assinatura de um acordo de paz entre Bizâncio e os emissários muçulmanos de Tarso em 946 –, objetivam evidenciar a autoridade do *basileus* perante seus vizinhos. Em contrapartida, o protocolo ritual desempenhado por Aleixo Comneno nas recepções de embaixada cria uma atmosfera muito mais acolhedora aos emissários e governantes que visitam Constantinopla. Muito em conta da formação enquanto militar de Aleixo, identificamos que o soberano busca apresentar-se enquanto um igual aos seus vizinhos, porém sem abandonar a sua autoridade enquanto *basileus*, como ficou evidente no caso do “latino ousado” no qual Aleixo se coloca enquanto figura de sabedoria sem repreender verbalmente o seu ofensor. Assim, a abordagem de Aleixo às recepções era voltada ao pragmatismo, uma vez que serviam unicamente para completar os objetivos de sua política externa, como no caso da recepção à Abu Alcacim em 1094. Portanto, enquanto que Constantino Porfirogênito eleva-se aos céus impondo-se enquanto uma autoridade sobre os visitantes estrangeiros, Aleixo Comneno mantém-se ao chão como

um igual perante seus convidados, pelo menos enquanto seus objetivos concretos não são atingidos. Desse modo, utilizando-se das recepções, Constantino procura firmar acordos diplomáticos a partir da demonstração da grandiosidade e relevância de Bizâncio, ao passo que Aleixo busca evidenciar os benefícios econômicos e políticos de aliar-se ao império.

Quanto às permanências identificadas na realização destas cerimônias, dois principais elementos podem ser destacados. Em primeiro lugar é possível perceber que, em ambos os recortes analisados, a utilização das recepções enquanto instrumento diplomático continua parte relevante da política externa de Bizâncio. No caso de Constantino, fica evidente a importância das cerimônias de recepção durante o seu reinado, uma vez que o aparato ritualístico sobre esta solenidade em específico é compilado sob sua supervisão. Além disso, por meio tanto das fontes advindas de Bizâncio quanto de grupos vizinhos, percebemos o destaque dado às recepções, posto que por vezes esta poderia ser a única atividade na qual participaria o embaixador estrangeiro durante sua estadia na capital. Da mesma maneira, considerando o caso da princesa Olga de Kiev no *De Cerimoniis*, a única menção à visitante de Rus na fonte é no contexto de sua recepção com o soberano, mesmo que seja confirmado por outros documentos (Ioannes Skylitzes, 2025, p. 337) que seu batismo também tenha ocorrido por volta do mesmo período.

Enquanto que, no caso de Aleixo, as recepções tornaram-se parte importante de sua política externa no contexto de tentativa de retomada do controle bizantino da Ásia Menor, seja com relação aos governantes turcos ou aos comandantes da Primeira Cruzada. Quanto aos muçulmanos da Anatólia, percebemos que receber estes líderes em Constantinopla foi amplamente utilizado pelo *basileus* Comneno no seu esforço de recuperar a influência sobre a cidade de Nicéia, seja como meio de ganhar tempo ou de modo a realizar acordos de cooperação. Enquanto que, com relação aos cruzados no final da década de 1090, as recepções constituíram-se em um espaço que possibilitasse a prestação de votos de lealdade ao soberano bizantino.

Por fim, um segundo elemento de permanência verificado a partir da análise das recepções sob ambos os *basileus* é a manutenção no desenvolvimento diplomático de Bizâncio baseado em seus princípios básicos, conforme apresentados e discutidos por Jonathan Shepard (1992), Jeffrey Brubaker (2009) e Nicolas Drocourt (2018). Nesse sentido, percebemos que a política externa grega esteve voltada à manutenção do status de Bizâncio como a principal potência cristã, tanto no período de Constantino Porfirogênito quanto no reinado de Aleixo Comneno. Por mais que a situação territorial e política tenha sido

fortemente alterada entre os 122 anos que separam a morte de Constantino Porfirogênilo e a ascensão de Aleixo Comneno, ambos permanecem preocupados com a influência bizantina sobre a *Oikoumene* – na ilha de Chipre e no Sul da península da Itália no caso do primeiro e na península da Anatólia e nos Bálcãs no caso do último –, sendo o envio e a recepção de diplomatas parte atuante de suas políticas.

Considerações finais

Em retrospecto, percebemos que a política externa de Bizâncio opera a partir de elementos e ideologias específicas provenientes do seu processo de formação no final da Antiguidade (Shepard, 1992, Brubaker, 2009 e Drocourt, 2018). Nesse contexto, as recepções de embaixada em Constantinopla constituem-se enquanto um dos instrumentos de diplomacia acionados pelo soberano bizantino e seus conselheiros em diferentes períodos de sua história milenar. Ao analisarmos comparativamente as recepções realizadas por Constantino VII Porfirogênilo em meados do século X e por Aleixo I Comneno no final do século XI, é possível identificar tanto alterações quanto conservações nas suas cerimônias.

No caso de Constantino Porfirogênilo, percebe-se a instrumentalização das recepções imperiais aos embaixadores estrangeiros em Constantinopla para reafirmar-se enquanto uma figura de autoridade. Esta perspectiva é corroborada por conta do rigor ritualístico imposto nestas cerimônias, as impressionantes vestimentas e ornamentos utilizados e o emprego de recursos tecnologicamente avançados para o período durante a solenidade. Nesse sentido, baseado nos princípios básicos da diplomacia bizantina, as recepções foram uma parte importante da política externa do *basileus*.

Quanto às recepções sob Aleixo Comneno, identificamos que o soberano desenvolveu uma abordagem mais pragmática e horizontal do que seu antecessor, de modo condizente aos seus objetivos territoriais concretos na Ásia Menor. Além disso, a flexibilização no processo ritual das recepções sob o *basileus* Comneno funciona de modo a aproximá-lo dos emissários e governantes estrangeiros o que, juntamente à concessão de títulos e o estipêndio, facilita a assinatura de acordos e a prestação de juramentos. Além das discrepâncias, há uma aproximação ao recorte anterior no sentido de que, assim como no reinado de Constantino Porfirogênilo, as recepções de embaixada são consideravelmente relevantes na aplicação da política externa de Aleixo.

Fontes

ANA COMNENA. **The Alexiad**. Tradução E. R. A. Sewter com Revisão e Introdução de P. Frankopan. Harmondsworth: Penguin, 2009.

CONSTANTINO PORFIROGÊNITO. **The Book of Ceremonies**. Tradução e Introdução de Anne Moffatt e Maxeme Tall. Leiden: Brill, 2012.

ESTÊVÃO DE BLOIS. Stephen, Count of Blois, to his wife Adela. In: BARBER, Malcom; BATE, Keith. **Letters from the East Crusaders, Pilgrims and Settlers in the 12th–13th Centuries**. Tradução de M. Barber e K. Bate. Londres: Routledge, 2016, p. 15-17.

IOANNES SKYLITZES. **Synopsis Historion**: a sinopse completa da narrativa das histórias. Tradução de Thomas Bonnici. Maringá: Eduem, 2025.

LIUPRANDO DE CREMONA. **The Complete Works of Liudprand of Cremona**. Tradução, Introdução e Notas de Paolo Squatriti. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2007.

RAIMUNDO DE AGUILERS. **Historia Francorum Qui Ceperunt Iherusalem**. Tradução de J. H. Hill e L. L. Hill. Filadélfia: American Philosophical Society, 1968.

Referências

BRETT, Gerard. The Automata in the Byzantine "Throne of Solomon". **Speculum**, v. 29, n.3, p. 477-487, 1954.

BRUBAKER, Jeffrey D. **"The end followed in no long time"**: Byzantine diplomacy and the decline in relations with the West from 962 to 1204. Tese. University of Texas at Arlington, 2009. Disponível em: https://mavmatrix.uta.edu/history_theses/4/. Acesso em: 26 out. 2025.

BURY, John B. **The Imperial Administrative System of the Ninth Century**: With a Revised Text of the Kletorologion of Philotheos. Londres: Oxford University Press, 1911.

CAMERON, Averil. The construction of court ritual: the Byzantine Book of Ceremonies. In: CANNADINE, David; PRICE, Simon R. F. (Orgs.). **Rituals of Royalty. Power and Ceremonial in Traditional Societies**. Nova York: Cambridge University Press, 1987, p. 106-136.

DROCOURT, Nicolas. Byzantine Diplomacy. In: MARTEL, Gordon (Org.). **The Encyclopedia of Diplomacy**. Chichester: Wiley Blackwell, 2018, p. 1-16.

FEATHERSTONE, J. Michael. Olga's Visit to Constantinople. **Harvard Ukrainian Studies**, Cambridge, v. 14, 1990, p. 293-312.

FEATHERSTONE, J. Michael. Olga's Visit to Constantinople in De Cerimoniis. **Revue des Études Byzantines**, Lovaina, v. 61, n. 1, 2003, p. 241-251.

FEATHERSTONE, J. Michael. Space and Ceremony in the Great Palace of Constantinople under the Macedonian Dynasty. **Le Corti Nell'Alto Medioevo**, Espoleto, jan. 2015, p. 587-610.

FONSECA, Rui Carlos. A Alexíada de Ana Comnena e a tradição épica antiga: o retrato literário de Aleixo i Comneno entre a força de Héracles e o engenho de Ulisses. **Byzantion Nea Hellás**, n. 40, p. 127-140, 2021. Disponível em: <https://byzantion.uchile.cl/index.php/RBNH/article/view/65278>. Acesso em: 26 Out. 2025.

FRANKOPAN, Peter. **A Primeira Cruzada**: um Chamado para o Oriente. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

FRANKOPAN, Peter. Introdução. In: ANA COMNENA. **The Alexiad**. Tradução E. R. A. Sewter com Revisão e Introdução de P. Frankopan. Harmondsworth: Penguin, 2009, p. ix-xxiv.

FRANKOPAN, Peter. Perception and Projection of Prejudice: Anna Comnena, the Alexiad and the First Crusade. In: EDGINGTON, Susan B.; LAMBERT, Sarah. **Gendering the Crusades**. Nova York: Columbia University Press, p. 59-76, 2002.

HERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, Alfonso. Iconoclasmo e iconodulia entre Oriente y Occidente (siglos viii-ix). **Byzantion Nea Hállas**, n. 30, p. 75-84, 2011. Disponível em: <https://byzantion.uchile.cl/index.php/RBNH/article/view/18225>. Acesso em: 18 nov. 2025.

KOCKA, Jürgen. Para Além da Comparação. Tradução de Maurício P. Gomes e Cristina S. Wolff. Florianópolis, **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 21, n. 31, p. 279-286, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p279>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MACRIDES, Ruth. The Pen and the Sword: Who Wrote the Alexiad. In: GOUMA-PETERSON, Thalia. **Anna Komnene and Her Times**. Nova York: Garland Publishing, 2000, p. 63-82.

MAGDALINO, Paul. Knowledge in Authority and Authorised History: The Imperial Intellectual Programme of Leo VI and Constantine VII. In: ARMSTRONG, Pamela (Org.). **Authority in Byzantium**. Londres: Routledge, 2016, p. 187-210.

MAGDALINO, Paul. The Pen of the Aunt: Echoes of the Mid-Twelfth Century in the Alexiad. In: GOUMA-PETERSON, Thalia. **Anna Komnene and Her Times**. Nova York: Garland Publishing, 2000, p. 15-44.

OBOLENSKY, Dimitri. The Baptism of Princess Olga of Kiev the Problem of the Sources. In: AHRWEILER, Hélène (Org.). **Philadelphie et autres études**. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1984, p. 159-176.

SHEPARD, Jonathan. Byzantine Diplomacy, AD 800–1204: means and ends. In: SHEPARD, Jonathan; FRANKLIN, Simon (Org.). **Byzantine Diplomacy**. Farnham: Ashgate, 1992, p. 41-71.

O Medievalo na Ponta dos Pés: uma análise do balé *Raymonda* (2018 e 2019) por meio do conceito de semiosfera

The Medieval on Tiptoe: An Analysis of the Ballet Raymonda (2018 and 2019) through the Concept of the Semiosphere

Lóren Cantiliano Ximendes,¹ UFPel

Resumo

As companhias de balé dos Teatros Mariinsky e Bolshoi foram criadas ainda durante o período imperial russo e que há mais de 200 anos apresentam balés consagrados. Entre esses balés destacamos *Raymonda*, balé em três atos que conta a história de um romance medieval a partir de um triângulo amoroso envolvendo uma nobre, um cavaleiro e um sarraceno. O objetivo do presente trabalho é analisar as versões de *Raymonda* apresentadas pelo teatro Mariinsky (2018) e Bolshoi (2019) a partir do conceito de Semiosfera proposto por Yuri Lotman (1996), buscando compreender como elementos orientalistas foram utilizados para caracterizar os personagens orientais como bárbaros e exóticos.

Palavras-chave: Balé clássico; Orientalismo; Semiosfera.

Abstract

The ballet companies of the Mariinsky and Bolshoi Theatres were founded during the Russian Imperial period and have been staging renowned ballets for over 200 years. Among these works, *Raymonda* stands out — a three-act ballet that tells the story of a medieval romance through a love triangle involving a noblewoman, a knight, and a Saracen. The aim of this study is to analyze the versions of *Raymonda* presented by the Mariinsky Theatre (2018) and the Bolshoi Theatre (2019) through the concept of the Semiosphere, as proposed by Yuri Lotman (1996), in order to understand how orientalist elements were used to portray Eastern characters as barbaric and exotic.

Keywords: Classical ballet; Orientalism; Semiosphere.

Introdução

O balé *Raymonda* foi apresentado pela primeira vez no palco do teatro Mariinsky em São Petersburgo, no ano de 1898, coreografado por Marius Petipa², coreógrafo renomado da época e que já possuía 80 anos quando concebeu o balé. Além de Petipa, outros artistas colaboraram com a criação de *Raymonda*, como o jovem compositor Alexander Glazunov³,

¹ Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: lorencantiliano@gmail.com

² (1818- 1910) foi um célebre bailarino e coreógrafo francês que desenvolveu a maior parte de sua carreira nos Teatros Imperiais Russos.

³ Alexander Glazunov (1865 - 1936) foi um compositor russo, ao longo de sua carreira colaborou com Petipa em três balés *Raymonda* (1898), *Les Ruses d'amour* (1900) e *Les Saisons* (1900) (Craine; Mackrell, 2000).

responsável pela música, a escritora e jornalista Lydia Pashkova⁴, que criou o roteiro inspirada em lendas medievais e Ivan Vsevolozhsky⁵, que na época era diretor dos Teatros Imperiais e ficou responsável pela criação dos figurinos. Juntamente de outros profissionais como os bailarinos e músicos do Teatro Mariinsky, *Raymonda* nasceu como um balé de repertório, ou seja, uma obra estruturada

[...] a partir de uma história e/ou roteiro, as quais integram música, cenário, figurino e coreografia. Neste sentido, o balé de repertório, também chamado de balé de ação, funciona como uma peça teatral dramática, ou seja, narra uma história com início, meio e fim, contudo, não tem falas, mas envolve uma encenação que ocorre, sobretudo, por meio de gestos e mímicas (Xavier, 2021, p. 59).

O roteiro inicial de *Raymonda* conta a história de uma jovem de mesmo nome que o balé e que acaba envolvendo-se em um triângulo amoroso juntamente com seu noivo Jean de Brienne e o forasteiro Abderakhman. A narrativa é ambientada no século XIII durante a V Cruzada, liderada pelo Rei André II da Hungria, que também é um dos personagens do balé. Duperray (2023, p.1) resume a narrativa apresentada por *Raymonda* da seguinte forma:

[...] Raymonda a été fiancée par sa tante, la comtesse de Doris, au chevalier Jean de Brienne, parti en croisade aux côtés du roi André II de Hongrie. Une nuit, alors qu'elle rêve à son fiancé, lui apparaît la Dame Blanche, protectrice de la maison des comtes de Doris. A cet instant, Raymonda a la vision prémonitoire du Sarrazin Abdéram (ou Abdérahman) qui lui déclare son amour. Le lendemain, il se présente effectivement au château et, rejeté par la jeune fille, il tente de l'enlever; sur ces entrefaites, Jean de Brienne arrive de manière inattendue et tue le Sarrazin. Le troisième acte est celui du mariage de Raymonda avec le chevalier⁶.

Por apresentar um período histórico definido, bem como, personagens inspirados em figuras históricas, *Raymonda* difere-se da grande maioria dos balés do período (Duperray, 2023). Entretanto, ao mesmo tempo, aproxima-se de outras obras de Petipa por possuir “[...] um estilo de libreto em que o foco principal da história não fosse a Rússia, e sim outros países

⁴ Lydia Pashkova foi uma condessa que viveu entre 1850 e 1917, atuou como escritora, jornalista, viajante, dramaturga e libretista. Lydia escreveu romances em francês e russo nos quais enaltecia mulheres independentes. Além de *Raymonda* (1898) Lydia também foi libretista de *Cinderela* (1893) e *Barba Azul* (1896) (Fullington; Konaev, 2022).

⁵ Além de diretor dos Teatros Imperiais, Vsevolozhsky também criava figurinos e cenários para as produções e escrevia libretos para balé.

⁶ Tradução nossa: [...] *Raymonda* foi prometida em casamento por sua tia, a Condessa de Doris, ao cavaleiro Jean de Brienne, que havia partido para Cruzada ao lado do Rei André II da Hungria. Certa noite, enquanto sonhava com seu noivo, a Dama Branca, protetora da Casa dos Condes de Doris, apareceu para ela. Nesse instante, *Raymonda* teve uma visão premonitória do sarraceno Abderam (ou Abderahman), que lhe declarou seu amor. No dia seguinte, ele de fato apareceu no castelo e, rejeitado pela jovem, tentou raptá-la; nesse momento, Jean de Brienne chegou inesperadamente e matou o sarraceno. O terceiro ato narra o casamento de *Raymonda* com o cavaleiro.

e suas culturas [...]” (Souza, 2015, p. 16), elementos fantásticos como os sonhos, visões ou alucinações (Souza, 2015) e apresentar uma visão exótica do Oriente. A própria premissa do roteiro de *Raymonda* aproxima-se também de outros balés de Petipa como *Zoraya* (1881) e *Roxana* (1878), nos quais a rivalidade entre Oriente e Ocidente a partir das figuras masculinas também foi explorada. Para Duperray (2023, p. 3), *Raymonda* sintetiza toda a fórmula de sucesso de Petipa utilizando elementos da “[...] le fantastique médiéval du Lac [des cygnes], le merveilleux de la Belle [au bois dormant], l’exotisme de La Bayadère”⁷.

Cabe destacar, que, apesar de apresentar cenário inspirado na Idade Média e possuir personagens inspirados em pessoas reais do período, *Raymonda* é baseado em uma leitura literária da Idade Média e que é carregada de estereótipos forjados pelos séculos que vieram após o medievo. Dessa forma, entende-se que os elementos apresentados como medievais na obra já eram entendidos pelo público como pertencentes ao medievo, como, por exemplo, as Cruzadas e o Oriente como inimigo infiel, criando assim “[...] uma ideia prévia do que é a “Idade Média” [...]” (Altschul; Grzybowski, 2020, p. 25).

Após sua estreia em 1898, o balé *Raymonda* foi apresentado diversas vezes, chegando em 1900 no Teatro Bolshoi de Moscou. Em 1905 o Teatro Mariinsky fez a trigésima quarta apresentação de *Raymonda*, evidenciando o sucesso da obra (Petipa, 1992). Mesmo após a morte de Marius Petipa em 1910, o balé continuou a ser apresentado, e durante a União Soviética ganhou novas versões com roteiros diferentes, como é o caso da versão de 1945 de Leonid Lavrovsky que excluiu a personagem da Dama Branca.

As duas versões que serão analisadas no presente artigo pertencem aos primeiros palcos de *Raymonda*, ou seja, o Teatro Mariinsky e o Teatro Bolshoi, e apesar de serem espetáculos recentes, montados em 2018 (Mariinsky) e 2019 (Bolshoi) apresentam referências de versões concebidas anteriormente. A montagem do balé Mariinsky foi apresentada pela primeira vez no ano de 1948, durante a União Soviética, sob criação de Konstantin Sergeyev. Já a versão do ballet Bolshoi foi criada em 2003 por Yuri Grigorovich.

Entre a versão de Petipa apresentada em 1898 e as versões de 2018 e 2019 encontramos algumas diferenças, como o desaparecimento da Dama Branca e a forma como ocorre o primeiro contato entre *Raymonda* e Abderakhman. Na tabela abaixo, para melhor entendimento, organizamos os principais pontos de divergência entre cada versão analisada.

⁷ Tradução nossa: [...] fantasia medieval do Lago dos Cisnes, o encanto de A Bela Adormecida, o exotismo de La Bayadère”.

Tabela 1 - Diferenças entre a versão do Teatro Bolshoi e Mariinsky

Ato	Bolshoi	Mariinsky
I	Raymonda e Jean já são noivos e após ser convocado para lutar na Cruzada liderada por André II da Hungria, Jean vai até o castelo da tia de Raymonda para despedir-se de sua amada. Ainda neste ato, Raymonda sonha reencontrar seu noivo, mas este rapidamente desaparece e é substituído por um cavaleiro oriental, que ela ainda não conhece, o que a faz ficar muito preocupada a ponto de entender este sonho como uma visão.	Raymonda está recebendo os convidados de seu aniversário quando René de Brienne chega e pede sua mão em casamento em nome de seu filho Jean e a presenteia com uma tapeçaria com o retrato de seu agora noivo. Quase no mesmo instante chega o sheik Abderakhman que encantado com a beleza da jovem decide fazer de tudo para conquistá-la. Na mesma noite, Raymonda sonha que o retrato de Jean ganha vida e a conduz até um lindo castelo que rapidamente é substituído por uma tenda no deserto e pela companhia de Abderakhman.
II	Já no dia seguinte, Raymonda vai cumprimentar os convidados de seu aniversário, encontra Abderakhman e percebe que ele é o mesmo homem com quem ela sonhou na noite anterior. O cavaleiro estrangeiro declara seu amor por Raymonda e é rejeitado, o que o leva a tentar raptá-la. No mesmo momento, Jean e seus companheiros retornam da Cruzada e Jean inicia um duelo contra Abderakhman no qual sai vitorioso e, finalmente, junta-se a sua noiva.	Durante o casamento de Raymonda e Jean, Abderakhman declara seu amor pela jovem e, ao ser rejeitado por ela, a sequestra. O rapto é interrompido pela chegada de Jean que desafia o sheik para um duelo e consegue vencê-lo com um golpe de espada dando continuidade à celebração de seu casamento.
III	O rei André II abençoa o casamento de Raymonda e Jean e o castelo inteiro comemora a felicidade dos noivos.	Ocorre a celebração do casamento entre Jean e Raymonda.

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações disponíveis no site de cada Teatro.

Como apontado na tabela acima podemos observar que a maioria das diferenças entre as versões encontram-se restritas ao primeiro ato. Cabe destacar ainda que na versão do Teatro Mariinsky, Abderakhman, assim como o pai de Jean de Brienne, pede a mão de Raymonda em casamento, dessa forma, podemos supor que Abderakhman era um potencial pretendente de Raymonda e não apenas um convidado da festa ou o líder de uma comitiva que ao passar pela festa decida juntar-se às comemorações.

Superado este momento inicial de explanação sobre as fontes, partimos para a explicação do conceito de semiosfera que será fundamental para discussão que se objetiva empreender no presente trabalho.

O uso da semiótica para análise de espetáculo

“O estudo dos signos é tão antigo como o próprio pensamento filosófico” (Fidalgo, 1998, p. 9) e atualmente a semiótica é aplicada em diversos horizontes como na área da comunicação, da tecnologia, da cultura e da educação (Sena; Mancio, 2024). Segundo Belém, “[...] semiótica e a fenomenologia emergiram, nas últimas décadas, como as maiores

metodologias de análise dos espetáculos” (Belém, 2014, p. 1). Entre as diferentes propostas semióticas que têm sido desenvolvidas desde o início do século XX, elegemos para o presente trabalho a semiótica da cultura fundada pela escola Tártu-Moscou e que pode ser caracterizada como

O conjunto das investigações empreendidas pelos russos, no campo das artes e das ciências, para compreender a linguagem como problema semiótico - pense-se, por exemplo, na intensa experimentação dos artistas construtivistas, dos lingüistas, dos cineastas que não mediram esforços para provar que cinema é linguagem - firmou uma matriz de pensamento fundador de um campo de investigação radicalmente promissor: a semiótica da cultura. Trata-se de um campo conceitual formado pela agremiação de pesquisadores [...] que tomaram por tarefa o estudo da linguagem na cultura. [...] A necessidade de compreender problemas de linguagem fez com que a semiótica da cultura já nascesse, não como uma teoria geral dos signos e das significações, mas como uma teoria de caráter aplicado, voltada para o estudo das mediações ocorridas entre fenômenos diversificados. Por isso, o eixo básico das investigações se orientou para o exame dos mecanismos semióticos que se manifestam em diferentes sistemas (Machado, 2003, p. 25).

Yuri Lotman é amplamente reconhecido como o principal representante da Escola Tártu-Moscou e também é o responsável por desenvolver o conceito de semiosfera que se aproxima do conceito de biosfera amplamente utilizado pela biologia. A semiosfera é conceituada como “[...] el espacio semiótico fuera del cual es imposible la existencia misma de la semiosis”⁸ (Lotman, 1996, p. 12). Dessa forma, a semiosfera é entendida como um espaço da produção da semiose, ou seja, a linguagem, qualquer que seja, não existe e nem funciona sem a semiosfera (Lotman, 1996). Uma das características mais importantes da semiosfera é o elemento da Fronteira, que se aproxima do conceito utilizado pela matemática no qual há “[...] a un conjunto de puntos perteneciente simultáneamente al espacio interior y al espacio exterior[...]”⁹ (Lotman, 1996, p. 12). A fronteira se manifesta, portanto, como:

[...] es la suma de los traductores-«filtros» bilingües pasando a través de los cuales un texto se traduce a otro lenguaje (o lenguajes) que se halla fuera de la semiosfera dada. El «carácter cerrado» de la semiosfera se manifiesta en que ésta no puede estar en contacto con los textos alosemióticos o con los no-textos. Para que éstos adquieran realidad para ella, le es indispensable traducirlos a uno de los lenguajes de su espacio interno o semiotizar los hechos no semióticos. [...]”¹⁰ (Lotman, 1996, p. 12).

⁸ Tradução nossa: “[...] o espaço semiótico fora do qual é impossível a própria existência da semiose”

⁹ Tradução nossa: “[...] um conjunto de pontos pertencentes ao espaço interior e ao espaço exterior [...]”

¹⁰ Tradução nossa: a soma dos “filtros” tradutores bilíngues através dos quais um texto é traduzido para outra língua (ou línguas) fora da semiosfera em questão. O “caráter fechado” da semiosfera se manifesta no fato de que ela não pode entrar em contato com textos não semióticos ou não textos. Para que estes adquiram realidade para

Outra função muito importante da Semiosfera e que está diretamente ligada à Fronteira; é a Tradução que “[...] compreende o processo de semiose entre diferentes sistemas, no qual dois sistemas, ao se interconectarem, trocam informações que permeiam suas fronteiras e podem reconfigurar seus textos” (Duarte, 2016, p. 34). Dessa forma, a troca de informações entre Semiosferas ocorre da seguinte forma:

A fronteira de uma determinada semiosfera é composta por pontos tradutórios entre o exterior e o interior da esfera semiótica. A passagem da informação ocorre por tradução, ou seja, a informação gerada nessa interconexão entre as fronteiras é traduzida para a linguagem do outro sistema e incorporada a ele, gerando novos signos. Nesse processo, o sistema é tensionado pela semiose e se reconfigura, podendo atualizar memórias ou criar novas memórias (Duarte, 2016, p. 34).

Portanto, podemos entender que a fronteira é parte indispensável da semiosfera e de que a mesma precisa da desorganização externa. Dessa maneira, a cultura atua como criadora tanto da organização interna quanto da desorganização externa. Lotman cita como exemplo a forma como “[...] la civilización antigua sólo pudo tomar conciencia de sí misma como un todo cultural después de construir ese, por así decir, mundo «bárbaro» [...] cuyo rasgo distintivo fundamental era la ausencia de un lenguaje común con la cultura antigua”¹¹ (Lotman, 1996, p. 16); o mesmo ocorre mais tarde durante a Idade Média quando povos não cristãos são idealizados como inimigos, questão que iremos analisar em *Raymonda*.

Raymonda analisada a partir do conceito de Semiosfera

A partir do que foi apresentado anteriormente, é importante salientar que não entendemos o balé Raymonda como uma Semiosfera própria e sim um texto cultural que por sua vez pertence à Semiosfera do balé clássico, esta última pertence a uma semiosfera mais ampla que abarca diferentes manifestações artísticas. Essa ampla semiosfera, por sua vez, abrange outras Semiosferas que através de suas Fronteiras atravessam-se e trocam informações mutuamente. Para Lotman (1996, p. 17),

[...] la semiosfera es atravesada muchas veces por fronteras internas que especializan los sectores de la misma desde el punto de vista semiótico. La transmisión de información a través de esas fronteras, el juego entre diferentes estructuras y subestructuras, las ininterrumpidas «irrupciones» semióticas orientadas

ela, é essencial traduzi-los para uma das línguas de seu espaço interno ou semiotizar fatos não semióticos (Lotman, 1996, p.12).

¹¹ Tradução nossa: “[...] a civilização antiga só pôde tomar consciência de si mesma como um todo cultural depois de construir esse mundo ‘bárbaro’, [...] cujo traço distintivo fundamental era a ausência de uma linguagem comum com a cultura antiga”.

de tal o cual estructura en un «territorio» «ajeno», determinan generaciones de sentido, el surgimiento de nueva información (Lotman, 1996, p.17)¹².

Dessa forma, entendemos que a partir da Fronteira, elementos que assimilam o Oriente como representação do bárbaro, do perigo e da selvageria foram traduzidos para o balé, esses elementos já eram amplamente recorrentes em outras Semiosferas devido a tradições literárias, imagéticas, etc. Segundo Said (1990), o Orientalismo, ou seja, a representação do Oriente a partir do olhar ocidental, inicia-se no século XVIII no âmbito acadêmico europeu e ao longo do século XIX e XX é incorporado em diversas esferas, inclusive na arte. Nas obras de Petipa, o Orientalismo foi assimilado de diferentes formas, como a incorporação de temáticas literárias (Duperray, 2023) “exóticas” que visavam traduzir o Oriente para o público europeu (orientalismo) (Said, 1990).

Especificamente em *Raymonda*, fonte do presente trabalho, observamos a tradução do Oriente de duas formas, primeiramente como exótico e também como oposição direta ao Ocidente. Portanto, ao tomarmos as propostas de Said (1990) como base, entendemos que *Raymonda*, assim como outras obras de Petipa, possui uma narrativa orientalista, pois, ao retratar o Oriente, o transformam em um fruto do olhar europeu, usando elementos culturais ocidentais como métrica de julgamento para os costumes de outra sociedade.

Entendendo *Raymonda* como um balé orientalista, analisaremos quais elementos foram utilizados para criar essa narrativa. Para isso iremos analisar *Raymonda* a partir do conceito de Semiosfera, para o qual é preciso levar em conta que

O sistema da dança é formado por diversos textos em inter-relação que produzem significação, ou seja, como processo de comunicação, a dança constrói seus sentidos principalmente através da combinação entre a gestualidade, a música, o cenário, a iluminação e o figurino [...] (Duarte, 2016, p. 47).

Portanto, nossa análise das versões de 2018 (Mariinsky) e 2019 (Bolshoi) de *Raymonda* consistirá em compreender a construção do castelo de Raymonda, no qual ocorrem todos os acontecimentos da trama em ambas as versões, como um espaço social, que por estar inserido em um espetáculo, será entendido como uma semiosfera figurada. De forma que, o que seria oriundo de fora do castelo e do contexto cultural europeu estaria, conforme Lotman (1996), “desorganizado” e, portanto, pode ser compreendido como outro, bárbaro, selvagem,

¹² Tradução nossa: a semiosfera é frequentemente atravessada por fronteiras internas que especializam seus setores do ponto de vista semiótico. A transmissão de informações através dessas fronteiras, a interação entre diferentes estruturas e subestruturas, as “irrupções” semióticas ininterruptas de uma estrutura específica em um “território” “estrangeiro”, determinam gerações de significado e o surgimento de novas informações.

sem cultura etc. A partir dessa analogia iremos analisar elementos intrínsecos a um espetáculo de balé de repertório, como: gestualidade, expressão corporal, figurino, maquiagem, iluminação e coreografia a fim de observarmos como estes elementos contribuíram para a tradução do Oriente como oposto do Ocidente em *Raymonda*.

Nossa análise dar-se-á na ordem dos atos do espetáculo e analisará as duas versões simultaneamente, mas sem compará-las.

Primeiro ato - as estranhezas do primeiro encontro

Nesta primeira sessão de análise daremos destaque ao primeiro encontro entre Raymonda e Abderakhman. Cabe destacar que na versão de 2018 (Mariinsky), Raymonda conhece o vilão em sua festa de aniversário, enquanto na versão de 2019 (Bolshoi), o primeiro encontro entre ambos ocorre primeiro na esfera onírica, com Raymonda sonhando com Abderakhman e, apenas no segundo ato, ocorre o encontro pessoalmente.

Os trechos de cada versão escolhidos para serem analisados evidenciam a não inserção de Abderakhman naquela sociedade (semiosfera) devido ao seu comportamento. Como podemos observar nas imagens 1 e 2 extraídas da apresentação da versão do Teatro Mariinsky, Abderakhman cumprimenta Raymonda de maneira diferente dos demais convidados que apenas curvam-se diante dela. Ao segurar e debruçar-se sobre Raymonda, fica evidente que Abderakhman não sabe ou não quer portar-se como os outros convidados, ou seja, de acordo com as regras de convivência daquela sociedade.

Imagem 1 - Abderakhman cumprimenta Raymonda (Mariinsky ballet, 2018)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (00:10:55).

Imagem 2 - Entrada de Renné de Brienne (Mariinsky ballet, 2018)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (00:09:34).

A versão do Teatro Bolshoi também demonstra a não inserção de Abderakhman na referida semiosfera pela forma como ele mantém contato físico com Raymonda. Na imagem 3, vemos Raymonda e Jean em um abraço carinhoso: Raymonda repousa sua cabeça no busto do amado e seu semblante passa serenidade. Na imagem 4, vê-se uma tentativa de contato físico forçado por Abderakhman: Raymonda tenta fugir do personagem que a puxa com força, seu semblante demonstra descontentamento. Além de evidenciar o seu não pertencimento àquele ambiente, demonstra também uma agressividade, aqui entendida como típica dos homens orientais e que é muito utilizada em produções artísticas. Nesse sentido, Said destaca que os homens árabes e muçulmanos são frequentemente associados

[...] à libidinagem ou à desonestidade sedenta de sangue. Aparece como um degenerado super sexuado, capaz, é claro, de intrigas astutamente tortuosas, mas essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo. Traficante de escravos, camaleão, cambista. trapaceiro pitoresco: estes são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema (Said, 1990, p. 291).

Imagem 3 - Jean e Raymonda durante o sonho (Bolshoi ballet, 2019)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (00:30:33).

Imagem 4 - Abderakhman segurando Raymonda à força durante o sonho (Bolshoi ballet, 2019)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (00:50:38).

Segundo ato - o duelo entre o Ocidente e o Oriente

Neste ato, o enredo do balé desenvolve-se de forma propriamente dita, e a partir dele podemos observar o plano de Abderakhman para raptar Raymonda bem como o seu duelo com Jean de Brienne. Também é possível identificar diversos elementos orientalistas que são encontrados nas personagens que integram o núcleo de Abderakhman.

Em ambas as versões, o ato começa com uma série de danças apresentadas pelos convidados de Raymonda e o séquito de Abderakhman que dançam para alegrar a festa. Nesse momento é possível perceber alguns elementos utilizados para cristalizar a diferença entre o “nós” ocidental e o “eles” oriental. Podemos observar nas imagens 5 e 6 os principais recursos utilizados, sendo eles os figurinos de cores intensas que contrastam com os tons claros utilizados pelos demais convidados e o uso de elementos coreográficos não muito usuais no balé clássico. Como evidenciado pelas imagens 5 e 6, as coreografias destinadas aos personagens orientais apresentam os bailarinos dançando curvados, sentados ao chão e realizando passos e expressões incomuns para o estilo de dança proposta pelo balé clássico, dessa forma essas coreografias “[...] inverse les codes classiques : alors que la gestuelle académique impose l’en-dehors¹³ et l’élévation, les caractères orientaux imposent des mouvements plus en-dedans¹⁴ et plus près du sol.[...]”¹⁵ (Duperray, 2023, p. 7).

¹³ *En-dehors* é o movimento de rotação da perna para fora e também pode ser observado na execução de passos, nesses casos os passos são executados de dentro para fora, por exemplo no rond de jambé en dehors a perna traça um semicírculo no sentido horário, pois está fazendo um movimento para fora. O en-dehors é uma característica muito marcante do balé clássico.

¹⁴ *En-dedans* é o contrário do *en-dehors*, ou seja, é fechado assimilando-se ao posicionamento natural dos pés. Quando um passo é executado *en-dedans* significa que ele é feito de forma fechada, no caso do rond de jambé en dedans o movimento da perna faria um semicírculo no sentido anti horário.

Imagem 5 - Dança do séquito de Abderakhman (Mariinsky ballet, 2018)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (01:17:49).

Imagem 6 - Dança do séquito de Abderakhman (2) (Mariinsky ballet, 2018)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (01:18:24).

Logo após as apresentações dos convidados ocorre o rapto de Raymonda, que é orquestrado por Abderakhman e seus companheiros. A partir das imagens 7 e 8 é possível observar a participação de boa parte da comitiva estrangeira, inclusive contando com a ajuda de crianças, para Said (1990, p. 219) isso ocorre pois

Nos filmes ou nas fotos de notícias, o árabe é sempre visto em grandes números. Nenhuma individualidade, nenhuma característica ou experiência pessoal. A maior parte das imagens apresenta massas enraivecidas ou miseráveis, ou gestos irracionais. Logo, desesperadamente excêntricos.

¹⁵ Tradução nossa: [...] invertem os códigos clássicos: enquanto os gestos acadêmicos impõem movimentos en-dehors e elevações, as personagens orientais impõem movimentos en-dedans e mais próximos do chão.

Imagem 7 - Raymonda sendo raptada (Bolshoi ballet, 2019)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (01:28:03).

Imagem 8 - Raymonda sendo raptada (Mariinsky ballet, 2018)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (01:26:06).

Na cena do duelo, imagens 9 e 10, o padrão de figurinos é repetido em ambas as versões: Jean de Brienne, representando não só o Ocidente mas também o bem, usa roupas claras e discretas, enquanto Abderakhman que por sua vez representa o Oriente e o mal, utiliza cores vibrantes, principalmente tons de vermelho, cor que é associada ao amor e a sedução mas também ao ódio, perigo e à imoralidade (Heller, 2022), características presentes nas atitudes e personalidade de Abderakhman.

Imagem 9 - Duelo entre Abderakhman e Jean (Mariinsky ballet, 2018)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (01:26:51).

Figura 10 - Duelo entre Abderakhman e Jean (Bolshoi ballet, 2019)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (01:29:41).

Terceiro ato - final feliz

Com a morte de Abderakhman no ato anterior, o terceiro ato serve para celebrar o amor de Raymonda e Jean, os noivos, familiares e convidados mostram-se em perfeita harmonia. Isso pode ser evidenciado nas imagens 11 e 12 na qual os figurinos dos convidados apresentam-se em tons claros em harmonia com o cenário e com os figurinos de Raymonda e Jean. Diferentemente das danças orientais, outrora citadas, as coreografias realizadas neste ato seguem as imposições tradicionais do balé clássico, como o *en-dehor*, a postura ereta, etc. evidenciando o quanto os convidados e suas práticas culturais estão inseridas naquela semiosfera.

Imagem 11 - Raymonda e Jean comemorando seu casamento em meio aos convidados (Bolshoi ballet, 2019)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (02:01:47).

Imagem 12 - Raymonda e Jean comemorando seu casamento (Mariinsky ballet, 2018)



Fonte: Captura de tela realizada pela autora a partir da gravação do espetáculo (01:50:11).

Considerações finais

Conforme apontado em nossa análise, diversos são os elementos próprios do balé de repertório que foram utilizados para marcar Abderakhman e seu séquito como alheios à semiosfera de Raymonda. Podemos observar esses elementos a partir de suas atitudes em cena, que espalharam o caos em todas as situações em que estavam envolvidos e a oposição ao comportamento e aos valores dos demais presentes em cena. Também podemos observar que para legitimar a narrativa proposta pelo roteiro, figurinos, coreografia e gestualidade foram concebidos a fim de garantir ao público o entendimento sobre os acontecimentos encenados no palco, ou seja, uma história ambientada no medievo, especificamente, durante o período das Cruzadas, o qual é amplamente entendido como a disputa entre Ocidente (bem) e Oriente (mal). A evocação das Cruzadas também serviu para criar uma ideia de semiosfera,

pois o conflito entre mundos diferentes reforça a ideia de embate cultural, no qual um grupo entende o outro como bárbaro.

Por fim, salientamos que o entendimento da mensagem transmitida por *Raymonda*, na qual os personagens orientais representam uma ameaça à integridade da sociedade, deve-se à ideia de que “Todo funcionamiento de un sistema comunicativo supone la existencia de una memoria común de la colectividad.”¹⁶ (Lotman, 1998, p. 110), pois “[...] la cultura es una inteligencia colectiva y una memoria colectiva, esto es, un mecanismo supraindividual de conservación y transmisión de ciertos comunicados (textos) y de elaboración de otros nuevos.”¹⁷ (Lotman, 1996, p. 109). A partir das propostas de Lotman, entendemos que a memória coletiva permite identificar e compreender a Idade Média como um período de oposição entre Ocidente e Oriente a partir da relação entre europeus e asiáticos/orientais ou cristãos e muçulmanos.

Isto posto, entendemos que as versões atuais de *Raymonda* e que foram analisadas no presente trabalho, continuam apresentando características orientalistas, que já estavam presentes desde a estreia da primeira versão em 1898. Isso ocorre, pois na memória coletiva cultural o Oriente ainda é entendido como perigoso e bárbaro em contraste com um Ocidente seguro e civilizado.

Fontes

BOLSHOI THEATRE. **Raymonda** - Ballet. Disponível em: <https://bolshoi.ru/en/performances/ballet/raymonda>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MARIINSKY THEATRE. **Raymonda** – Ballet. Disponível em: <https://www.mariinsky.ru/en/playbill/repertoire/ballet/raimonda/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Raymonda. Direção: Francois René-Martin. Roteiro: Lidia Pashkova e Marius Petipa. Produção: Antoine Perset, Denis Morliere e Laurent Metivier. São Petersburgo: Arte France, Mariinsky Theatre e Telemondis, 2018. 1 vídeo (129 min). Disponível em: <https://youtu.be/fngdgyzQcD0?si=PkoQcUhG7Qhnm5YD>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Raymonda. Direção: Vladimir Urin, Makhar Vaziev e Tugan Sokhiev. Roteiro: Lidia Pashkova e Yuri Grigorovich. Produção: François Duplat. Moscou: Pathé Live, Bel Air Media e The State Academic Bolshoi Theatre of Russia, 2019. 1 vídeo (144 min).

¹⁶ Tradução nossa: Todo funcionamento de um sistema comunicativo supõe a existência de uma memória comum da coletividade.

¹⁷ Tradução nossa: [...] a cultura é uma inteligência coletiva e uma memória coletiva, ou seja, um mecanismo supraindividual de conservação e transmissão de certos comunicados (textos) e de elaboração de outros novos.

Disponível em: <https://www.videosdeballetclassico.com.br/2019/11/ballet-raymonda.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Referências

ALTSCHUL, Nadia R.; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em busca dos dragões: a idade média no Brasil. **Antíteses**, v. 13, n. 25, p. 24-35, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/42304/0> Acesso em: 01 ago. 2025.

BELÉM, Elisa. Modos de análise dos espetáculos: um olhar panorâmico. **ILINX- Revista do LUME**, n. 6, 2014. Disponível em <https://orion.nics.unicamp.br/index.php/lume/article/view/313>. Acesso em: 06 jul. 2025.

CRAINE, Debra, e Judith MACKRELL. **The Oxford dictionary of dance**. Oxford University Press, 2000.

DUARTE, Carlise Scalamato. **Tradutibilidades do digital para a cultura da dança: espetáculos contemporâneos**. 2016. Vídeo (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/135536>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DUPERRAY, Adeline Richard. Raymonda, le Moyen Âge dans le ballet académique. Images du Moyen Âge, Rennes, **Presses Universitaires de Rennes**, 2006, p. 277-286., 2006.

FIDALGO, António. **Semiótica: a lógica da comunicação**. Universidade da Beira Interior, 1995.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. Editora Olhares, 2022.

LOTMAN, Yuri M.; NAVARRO, Desiderio; CÁCERES, Manuel. **La semiosfera**. Universitat de València, 1996.

_____. **La Semiosfera II**. Semiótica de la Cultura, del Texto, de la Conducta y del Espacio. Madrid: Frónesis Cátedra Universitat de València, 1998.

MACHADO, Irene. **Escola de semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura**. Ateliê Editorial, 2003.

MACAULAY, Alastair. “**Raymonda**” and Ballet Herstory: historians Doug Fullington and Sergey Konaev on Lydia Pashkova, Ivan Vzevolozhsky, Marius Petipa, and the Russian Imperial Theatres. A “Raymonda” questionnaire. 2022. Disponível em: <https://www.alastairmacaulay.com/allessays/byq3y6560y798jcrImiwp4s4su9ii6>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PETIPA, Marius. **The Diaries of Marius Petipa**. Tradução de Lynn Garafola. Studies in Dance History, v. III, n. 1, Spring 1992. Pennington, NJ: Society of Dance History Scholars, 1992.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SENA, Marcus Vinicius Leão Azevedo de; MANCIO, Ivanessa Sanches. Origens e aplicações da semiótica: uma análise crítica. *Língua, Literatura e Cultura: sob a perspectiva do discurso*, [S. l.]: Editora Científica, vol. 4, 2024. Disponível em: 107 <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/240917807.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SOUZA, Stela Duarte de. **Marius Petipa**: influências remanescentes do ballet clássico de repertório na atualidade. 2015. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183428>. Acesso em: 12 abr. 2025

XAVIER, Jussara. DOS REPERTÓRIOS AOS REENACTMENTS: dispositivos de conhecimento na dança. In: SOUZA, Marco Aurélio da Cruz; XAVIER, Jussara. (org.) **Tudo Isto é Dança**. Salvador: Editora Anda, 2021. p. 69-76.

Transgressões e Experimentalismos na Escola de Belas Artes de Pelotas (1966-1972)

Transgressions and Experimentalism at the School of Fine Arts of Pelotas (1966-1972)

Guilherme Susin Sirtoli,¹ UFPel/UFRGS

Resumo

O artigo analisa produções artísticas desenvolvidas na Escola de Belas Artes de Pelotas, entre as décadas de 1960 e 1970. Fundada em 1949 e marcada predominantemente por um modelo acadêmico tradicional, a instituição também foi palco de práticas que tensionaram esse cânone. Nosso foco recai sobre dissidências comportamentais e estilísticas protagonizadas por jovens artistas, especificamente Lenir de Miranda, Ana Lúcia Costa de Oliveira e Marta Costa Amaral. A partir de fontes documentais, imagéticas e orais, e valendo-nos de uma metodologia que articula análise imagética e micro-história, buscamos reposicionar a atuação dessas artistas, relacionando-a a outras produções nacionais vinculadas ao movimento da Nova Figuração Brasileira (1960-70). Ressaltamos a relevância dessas experimentações no interior da escola, sobretudo diante dos contornos repressivos da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985).

Palavras-chave: Artes Visuais; Memória; Ditadura Civil-Militar Brasileira; Escola de Belas Artes de Pelotas.

Abstract

This article analyzes artistic productions developed at the School of Fine Arts in Pelotas, between the 1960s and 1970s. Although founded in 1949 and predominantly marked by the traditional academic model, the institution was also the stage for practices that challenged this canon. Our focus is on behavioral and stylistic dissidences led by young artists—specifically Lenir de Miranda, Ana Lúcia Costa de Oliveira, and Marta Costa Amaral. Using documentary, visual, and oral sources, and employing a methodology that articulates visual analysis and micro-history, we seek to reposition the work of these artists, relating it to other national productions linked to the New Brazilian Figuration (1960-70). Finally, we emphasize the relevance of these experiments within the school, especially in light of the repressive contours of the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985).

Keywords: Visual Arts. Memory; Brazilian Civil-Military Dictatorship; Pelotas School of Fine Arts.

Introdução

Os períodos autoritários vivenciados na América Latina a partir da segunda metade do século XX constituíram momentos históricos complexos, cujos efeitos continuam a permear

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com bolsa pelo CNPq. Doutorando em História, Teoria e Crítica da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Arte na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5116776218195450>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8373-6456>. Contato: guisusinsirtoli@gmail.com

nossas sociedades pós-ditatoriais por meio de memórias muitas vezes difusas. Esse esfacelamento da memória favorece práticas de falseamento histórico, frequentemente apagando ou minimizando as atrocidades cometidas em nome de consensos que colocam “panos quentes” sobre os fatos. A teórica cultural chilena Nelly Richard (2013) argumenta que tais consensos contribuíram para a consolidação de “una hegemonía tecnoinstrumental de formas vaciadas de antagonismos, de relatos neutrales, de imágenes rebajadas en intensidad para que ninguna vehemencia de tono inquietara el lugar común²” (Richard, 2013, p. 87). Esse “lugar-comum” acaba por criar distanciamentos entre a sociedade e os acontecimentos do passado recente, gerando diversas problemáticas, entre elas a apropriação de narrativas distorcidas por partidos e políticos de extrema direita.

Entendemos que o estudo aprofundado de momentos autoritários se faz intrinsecamente necessário, tanto para combater o falseamento histórico quanto para possibilitar reflexões sobre os graves erros do passado. De acordo com Motta (2021), é fundamental pensar criticamente sobre nossa “história recente, considerar os custos das soluções autoritárias e tentar encontrar saídas políticas democráticas para o Brasil” (p. 303). Mobilizados por esse entendimento, e reconhecendo que ainda há muito a ser pesquisado sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), propomos refletir sobre o contexto artístico-cultural dos chamados anos de chumbo³, tomando como ponto de partida percepções situadas no ambiente que vivemos e habitamos: a cidade de Pelotas, no extremo sul do país.

Nosso foco recai sobre a produção artística estudantil desenvolvida no âmbito da Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). Objetivamos refletir sobre como jovens alunas de uma instituição de ensino superior voltada às artes atuaram e responderam, por meio de seus trabalhos, ao contexto de cerceamento de direitos e autoritarismo vivenciado entre 1966 e 1972. Nesse período, o país atravessava uma ditadura que se enrijecia especialmente a partir do final de 1968, com a promulgação do Ato Institucional n. 5⁴ (AI-5) e, no ano seguinte, com o fortalecimento da Lei de Segurança Nacional⁵ (LSN). Tais medidas inauguraram “a fase mais sanguinária da ditadura”, em que setores políticos e culturais passaram a ser alvo direto

² Tradução: “uma hegemonia tecno-instrumental de formas esvaziadas de antagonismos, de narrativas neutras, de imagens com intensidade reduzida para que nenhuma veemência de tom perturbasse o lugar-comum”.

³ Os chamados “anos de chumbo” correspondem ao período mais repressivo da ditadura civil-militar brasileira, geralmente situado entre 1968 e 1974, entre a promulgação do Ato Institucional n.5 e o início do período de distensão política a partir do governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979).

⁴ O Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968 e vigorando até 31 de dezembro de 1978, marcando um dos períodos de maior repressão da ditadura civil-militar brasileira, suspendendo garantias constitucionais, ampliando os poderes do Executivo, autorizando cassações, intervenções e fechamentos do Congresso Nacional.

⁵ A Lei de Segurança Nacional (LSN), criada em 1967 e reformulada pelo AI-5 em 1969, constituiu um dos principais instrumentos jurídicos de repressão da ditadura militar brasileira.

do regime, justificando, segundo os militares, “a necessidade de armar o Estado” (Motta, 2021, p. 183–184).

Nesta direção, o objetivo deste trabalho é analisar parte da produção discente desenvolvida no âmbito da Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA), fundada em 1949 e em funcionamento até meados de 1973, quando passou a integrar o Instituto de Artes da Universidade Federal de Pelotas, criado em 1970. Interessa-nos, especialmente, identificar dissidências estético-comportamentais no ambiente da EBA, de modo a visibilizar tais produções por meio do “direito a olhar” (Mirzoeff, 2011), atentando para construções visuais que permaneceram eclipsadas nos estudos majoritários. Consideramo-las como contravisualidades⁶ (Mirzoeff, 2011), pois desafiam a visualidade hegemônica conservadora, estruturada por mecanismos de controle e sujeição. Essa abordagem nos possibilita aproximar as produções das artistas da EBA de outras práticas artísticas contemporâneas em nível nacional.

Debruçamo-nos sobre pinturas de três artistas ex-alunas da EBA: Lenir de Miranda (1945), Marta Costa Amaral (1951–2024) e Ana Lúcia Costa de Oliveira (1953). A opção por estudar obras de três artistas mulheres justifica-se pela necessidade do que Maura Reilly define como ativismo curatorial, entendendo que as estatísticas do mundo da arte ainda revelam que estamos imersos em uma longa e contínua batalha por vias mais equitativas em termos de gênero e raça (Reilly, 2018). Nesse sentido, privilegiar o trabalho dessas três artistas está também vinculado ao intuito de visibilizar suas produções, considerando que a própria EBA configurava-se como um espaço de predominante protagonismo feminino⁷, já que as mulheres eram maioria na instituição, como apontam Oliveira & Fonseca (2024). Ressaltar o protagonismo e a agência dessas artistas, inserindo-as em narrativas da arte que as aproximem de outras produções nacionais, permite-nos ultrapassar as “narrativas majoritárias” que historicamente estruturam a história da arte ocidental.

⁶ Os conceitos de ‘direito a olhar’ e ‘contravisualidade’ propostos por Nicholas Mirzoeff, referem-se especificamente à capacidade de reivindicar autonomia perceptiva e política diante de regimes de visualidade que buscam controlar quem pode ver e ser visto. A “contravisualidade”, por sua vez, designa práticas que desafiam esses regimes hegemônicos, criando modos de ver que resistem à vigilância, ao autoritarismo e às hierarquias impostas pelo poder (Mirzoeff, 2011).

⁷ O protagonismo das mulheres artistas na Escola de Belas Artes vem sendo estudado pelo projeto de pesquisa ‘As artistas da EBA: processos criativos e ações interdisciplinares’, coordenado pela Profa. Dra. Nádia da Cruz Senna (UFPel). O objetivo do grupo centra-se em promover o reconhecimento das artistas, ampliar e visibilizar o acervo de obras e trajetórias, enfatizando processos poéticos e narrativas com uma abordagem interdisciplinar que cruza diferentes áreas, entre elas a estética, a sociologia, a memória, os estudos culturais e de gênero, tecnologia e educação.

The master narratives of art—those that exclude large constituencies of people and present constructed boundaries and hierarchies as *natural* ones—continue to be discriminatory discourses that are rarely challenged. Sexism and racism have become so insidiously woven into the institutional fabric, language, and logic of the mainstream art world that they go almost entirely undetected⁸ (Reilly, 2018, p. 21).

Entendemos as imagens analisadas como testemunhas oculares, conforme propõe Burke (2017), considerando que elas são capazes de “fornecer evidência para aspectos da realidade social que os textos passam por alto” (p. 49). Assim, as imagens também permitem refletir sobre questões coletivas que muitas vezes não se enquadram em consensos ou verdades absolutas, pois, mais do que “um objeto, ela [a imagem] é o lugar de um processo vivo, ela participa de um sistema de pensamento” (Samain, 2012, p. 31). Buscamos utilizar uma ampla gama de fontes históricas para este trabalho, especialmente imagens e documentos provenientes de acervos públicos e particulares. Dentre eles, destacam-se documentos produzidos no âmbito institucional da Escola de Belas Artes de Pelotas, pertencentes ao Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, vinculado ao Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel), além de fontes oriundas da imprensa e de relatos orais concedidos por ex-alunos e professores da instituição.

Metodologicamente, combinamos procedimentos vinculados a micro-história, apoiando-nos em técnicas da história oral, buscando vestígios e sinais muitas vezes invisíveis a olho nu ou despercebidos em uma escala maior (Ginzburg, 1989; Levi, 2020). Essa verdadeira ‘colcha de retalhos’ formada pelos vestígios do passado também integra a trama presente nos próprios relatos orais cedidos pelos entrevistados⁹, que dizem respeito “ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro” (Portelli, 2016, p. 16). Concebemos que o micro não está separado do global como propõe Levi (2020), ou seja, é possível percebermos as intrínsecas relações entre a micro-história e a história global, de modo a complementar e ampliar aquilo que vem sendo estudado no âmbito local ou micro.

Inicialmente, buscaremos refletir sobre a constituição da Escola de Belas Artes de Pelotas, seus métodos e a forma como essa instituição posicionava-se na sociedade em que estava inserida, ou seja, sobre como seu *habitus* institucional (Bourdieu, 2011) se manifestava

⁸ Tradução: “As narrativas majoritárias da arte — aquelas que excluem grandes grupos de pessoas e apresentam fronteiras e hierarquias construídas como naturais — continuam sendo discursos discriminatórios que raramente são questionados. O sexismo e o racismo tornaram-se tão insidiosamente entrelaçados na estrutura institucional, na linguagem e na lógica do mundo da arte dominante que passam quase totalmente despercebidos”.

⁹ Utilizamos relatos cedidos por Ana Lúcia Costa de Oliveira, Lenir de Miranda e Wilson Miranda, ex-alunos da EBA durante as décadas de 1960 e 1970.

nas escolhas e predileções estéticas endossadas por essa instituição. Posteriormente, buscaremos refletir sobre como jovens alunas desestabilizaram os cânones artísticos endossados pela EBA, buscando transgressões e experimentalismos que reverberaram para além do tempo e espaço em que foram desenvolvidos, buscando traçar uma gênese de práticas transgressoras e experimentais no âmbito da Escola de Belas Artes de Pelotas.

Escola de Belas Artes de Pelotas: métodos e habitus

A Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões foi fundada em Pelotas em 1949, sendo concebida como uma “entidade particular isolada, de caráter cultural e filantrópico” (EBA, 1971, p. 2), idealizada e mantida inicialmente por uma elite cultural cidadina. A instituição nasce a partir dos esforços de Marina de Moraes Pires e de suas articulações com outros sujeitos vinculados a elite política e cultural. Marina foi professora de desenho e diretora da EBA durante todo o período de seu funcionamento, entre os anos de 1949 e 1973. A instituição idealizada pela professora seguia os moldes de ensino difundidos pelas Escolas de Belas Artes, tendo como exemplo primeiro a Escola Nacional de Belas Artes¹⁰, antiga Academia Imperial de Belas Artes situada no Rio de Janeiro, além de se inspirar no Instituto Livre de Belas Artes de Porto Alegre, fundado em 1908, visto que o curso da EBA seria “orientado pelo programa do Curso de Habilitação ao Curso de Artes Aplicadas, da Capital do Estado” (Diário Popular, 03/04/1949). A EBA, ao longo de sua trajetória, compreendia cursos de desenho, pintura, escultura, gravura e arte decorativa (Diniz, 1996). A partir de 1971, é iniciado o curso de Licenciatura em Desenho e Plástica (EBA, 1971), posteriormente Licenciatura em Educação Artística, já vinculado ao Instituto de Letras e Artes da UFPel (ILA, 1973).

A instituição, de modo geral, atendia aos gostos e interesses de classes sociais mais abastadas; contudo, também contribuiu para que uma parcela mais ampla da população tivesse acesso aos códigos próprios do sistema das artes plásticas em Pelotas, algo que passa a ocorrer efetivamente a partir de sua fundação (Diniz, 2014). Apesar dessa vinculação intelectual e cultural a uma elite específica, a EBA paradoxalmente carecia de verbas que garantissem seu pleno funcionamento, tendo sido criada sem o apoio de entes públicos federais e estaduais (Magalhães, 2013). Conforme aponta Amaral (2014), sua criação se deu graças aos esforços individuais de Marina de Moraes Pires, com o apoio do poder municipal de Pelotas. Ao defender os ideais da EBA e trabalhar pela manutenção da ordem institucional,

¹⁰ Atualmente Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Marina também preservava o *status quo* de uma parcela seleta da população pelotense, representada por essa escola de artes: “subliminarmente abrangia pessoas com códigos culturais e hábitos artísticos comuns, que eram tradicionais e representativos de uma classe social predominante na cidade” (Diniz, 1996, p. 55).

Os apontamentos feitos por Diniz (1996) sobre a classe social que era representada pelas orientações da EBA de Pelotas são complementados pelos estudos de Magalhães (2013), que reflete sobre a preferência pelo estilo acadêmico adotado pela instituição durante todo o seu período de funcionamento: “O estilo acadêmico era valorizado, pois havia se caracterizado como o estilo desta elite [cultural]. Com mentalidades conservadoras, presas ao passado, para esta elite não interessava a ruptura de padrões, o novo” (Magalhães, 2013, p. 99). Vale ressaltar que o estilo acadêmico buscava uma representação ‘mimética’ da realidade através de regras instituídas pelas academias de arte, fundamentadas em uma estética de raiz classicista ou neoclássica, inspirada nas tradições greco-romanas e posteriormente renascentistas

Apesar de partilhar códigos em comum com o “academicismo” desenvolvido em outras instituições de porte semelhante, o uso desse termo para caracterizar a tradição artística do Rio Grande do Sul é controverso, como apontam os estudos de Gomes (2012). Para o autor, a produção artística com códigos próximos ao academicismo desenvolvida no Sul do país apresenta grande complexidade, uma vez que “seria praticamente impossível definir o que seria um academismo para estabelecer uma oposição ao modernismo; fica inevitavelmente atrelada à questão do regionalismo” (Gomes, 2012, p. 21). Assim, compreende-se que a EBA buscava, por meio de códigos próprios das academias de arte, instituir um estilo tradicional de produção artística, fundamentado em convenções endossadas por uma elite local que via, no “regionalismo acadêmico” cultivado pela instituição, uma identidade estética alinhada aos seus interesses e preferências.

Essa predileção por um estilo mais conservador de produção artística deslocava-se do que estava sendo amplamente produzido ao redor do globo. Em nível nacional, por exemplo, em 1951, apenas dois anos após a fundação da EBA em Pelotas, ocorreu a 1ª Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo (Bienal de São Paulo), evento que buscava consolidar a presença da arte moderna no país. Como destaca Pereira (2014) tratava-se do início de um verdadeiro “evento-referência”, pois, “além de se inserir no circuito global de arte, a mostra também exercia a função de apresentar ao público brasileiro o que estava ocorrendo na cena internacional” (Pereira, 2014, p. 51).

A disparidade entre a produção artística majoritariamente desenvolvida no âmbito da EBA e o modernismo então em ebulição ao redor do globo pode ser observada em fotografias que registram o cotidiano da instituição. Um exemplo é a imagem que documenta a exposição de final de ano realizada em 1951, mesmo ano de inauguração da Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Na fotografia, nota-se a profusão de trabalhos discentes, entre eles desenhos e pinturas, nos quais predominam estudos de figura humana e retratos alinhados aos cânones acadêmicos. O caráter “abarrotado” da mostra reforça essa orientação tradicional, aproximando-se do estilo dos Salões Parisienses, nos quais as obras eram expostas do teto ao chão de maneira densa e contínua, prática herdada dos Gabinetes de Curiosidades do século XVII (Aquino; Vargas, 2020). Essa disposição buscava enfatizar a produção massiva desenvolvida na escola. Vale destacar que esse modo expositivo também expressava determinadas posturas sociais, uma vez que “tudo deveria ficar exposto, dado que quanto maior o número de objetos vistos, maior era o status de seu proprietário” (Aquino; Vargas, 2020, p. 6).

Figura 1 - Exposição final de 1951. Arquivo digital de referência da Escola de Belas Artes. 1951



Fonte: Fototeca Memória da UFPel.

O modelo acadêmico seguido pela EBA desde sua fundação, na metade do século XX, em um momento em que o mundo vivenciava mudanças significativas na produção artística global, evidencia determinadas visões de mundo voltadas ao conservadorismo e à manutenção dos ideais de sujeitos socialmente abastados. Tal aspecto, por sua vez, ressalta a organização do *habitus* institucional dessa escola de arte. Segundo Bourdieu (2011), o *habitus* consiste em um sistema de disposições incorporadas, um verdadeiro corpus que orienta o comportamento,

as práticas e as representações sociais dos indivíduos. Tanto os sujeitos quanto as instituições se orientam segundo o *habitus* que constituíram, relacionado à “capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e apreciar estas práticas e produtos” (Bourdieu, 2011, p. 162). O *habitus* é concebido, ainda, como princípio gerador de práticas e como sistema de classificação.

Inicialmente, ao compreender que a EBA estava vinculada a uma elite social e cultural, percebe-se que a predileção pelo academicismo buscava aproximar a instituição de outras escolas de maior porte, herdeiras de modelos do século XIX, sem interesse pelo novo ou por rupturas estéticas (Magalhães, 2013). Vale destacar, ainda, que o sistema de disposições incorporadas da EBA continuou sendo construído ao longo de seus anos de funcionamento e, conseqüentemente, foi afetado pelas mudanças políticas no âmbito nacional. Durante o período ditatorial, vivido pela instituição entre 1964 e 1973, o *habitus* da EBA acabou alinhando-se ao impulso conservador da ditadura, que constituiu um aparato “importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de grupos que almejavam manter o status quo e a ordem tradicional” (Motta, 2014, p. 9).

Seja pelo fato de que, nesse espaço, figuravam pessoas com determinados privilégios e poderes sociais, incluindo uma docente vinculada à cúpula militar de Pelotas à época do golpe, que se posicionava publicamente a favor dos militares que tomaram o poder, gerando inclusive discussões entre ela, seu marido, um general do Exército, e alunos após a promulgação do golpe, seja por outros episódios que marcaram a instituição durante a ditadura, como a homenagem prestada a um ministro do regime em possível busca de apadrinhamento institucional¹¹ (Sirtoli; Patron, 2024) ou ainda pela adoção de métodos de ensino que rejeitavam transgressões estéticas ou qualquer mudança que fugisse às normas institucionais (Sirtoli, 2024), é possível perceber como as predileções estéticas conservadoras da EBA se aproximavam de um *habitus conservador hegemônico*. Esse *habitus* relaciona-se conseqüentemente com o próprio *modus operandi* da ditadura, que por sua vez tem como centro a manutenção da moralidade conservadora buscando manter comportamentos tradicionais, ao passo que impunha censura, repressão e controle sobre tudo que fosse considerado subversivo ou degenerado aos padrões hegemônicos.

¹¹ O incidente travado entre a professora de história da arte Heloisa Assumpção Nascimento com alunos da EBA após o golpe civil-militar de 1964, bem como a homenagem da EBA à Tarso Dutra, ministro da educação durante o governo Costa e Silva, é abordado com profundidade em: SIRTOLI, Guilherme Susin; CHAVES, Larissa Patron. A Escola de Belas Artes de Pelotas no período da ditadura civil-militar no Brasil: narrativas sobre processos sociais e fatos históricos (1964-1969). Acervo, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2222>. Acesso em: 2 dez. 2025.

Entendendo a conjuntura estético-social que circundava essa instituição, a seguir, buscaremos refletir sobre como jovens alunas, entre 1966 e 1972, buscaram tensionar o conservadorismo estético e o próprio *habitus* conservador hegemônico vinculado à tradicional Escola de Belas Artes de Pelotas durante o período ditatorial.

Atentas e fortes: transgressões de jovens artistas da Escola de Belas Artes de Pelotas

A contracultura desenvolvida entre as décadas de 1960 e 1970 constituiu um fenômeno global, diverso e heterogêneo, marcado por práticas bastante distintas. Foi um momento de intensas descobertas e experimentações, frequentemente associado a experiências “solares”, diurnas, se considerarmos as transformações comportamentais que ocorriam ao redor do globo, incluindo manifestações específicas no Brasil, como os jovens que ocuparam as praias cariocas nesse período, vivendo formas “desbundadas¹²” de ser (Dunn, 2016). No entanto, houve também um lado “noturno” (Coelho, 2025a), intrinsecamente relacionado à repressão vivida no país naquele contexto histórico, mas igualmente atravessado por uma vigorosa produção artístico-cultural que permeou diferentes linguagens, entre elas a música, a literatura, as artes visuais, o teatro, entre outras. Fred Coelho (2025a) utiliza a metáfora da “invenção sensorial de um dia que se torna uma falsa noite – ou uma noite inventada, espécie de ‘escuro na luz’” (Coelho, 2025a, p. 108) para pensar sobre o aspecto subversivo da contracultura brasileira.

Muitos artistas e pensadores do período buscavam, de acordo com Coelho (2025a) práticas que iam “contra a cultura”, ou seja, práticas que instalavam uma “forma produtiva e experimental no espaço de fermentação da diferença para a abertura de outros corpos, outras vozes, outros textos” (Coelho, 2025a, p.90). Atuar ‘contra a cultura dominante’ significava, entre diversas formas de oposição, posicionar-se também contra as concepções hegemônicas e autoritárias que vigoravam no panorama nacional. Nessa direção, para além dos grandes centros urbanos do país, é possível identificar iniciativas discentes que revelam posturas “contra a cultura dominante” no âmbito da Escola de Belas Artes de Pelotas, mais especificamente, contrárias ao conservadorismo estético que ditava como, e o que, deveria ser trabalhado no campo artístico.

¹² O termo desbunde passou a ser utilizado no Brasil, especialmente a partir do final dos anos 1960, para designar práticas e comportamentos associados à recusa da moralidade dominante, à busca por experiências sensoriais e à experimentação de modos alternativos de vida. Sobre isso, ver o primeiro capítulo de: DUNN, Christopher. *Contracultura: Alternative arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

Esse caráter “noturno” e subversivo da contracultura se manifesta em produções vinculadas aos discentes da EBA, Costa como no trabalho desenvolvido por Ana Lúcia Costa de Oliveira¹³. Ingressando na instituição durante os anos de chumbo da ditadura e cursando graduação em pintura entre 1969 e 1972, Ana Lúcia, conhecida por Ana O., relembra, em relato concedido, os momentos difíceis vivenciados em razão da repressão ditatorial. Quando questionada sobre o momento político e seus impactos na Escola de Belas Artes de Pelotas, a artista afirma:

Me lembro que a gente era muito reprimido, era uma época muito difícil. Me lembro de algumas coisas, lembro que não podíamos andar todo mundo junto. Mais de dois já era problema. Então, sempre que estávamos em bando era aquela situação ‘vamos circulando, circulando’. Poderia ser considerado subversivo. Qualquer coisa já era motivo pra dizer ‘olha o 477’¹⁴. Todo mundo ficava atento (Oliveira, 2024, s/p).

O contexto político-social relatado pela artista parece intrinsecamente relacionado ao trabalho que realizou na EBA. Em 1972, Ana Lúcia executa seu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Figura Surrealista* (Figura 2), obra que lhe rendeu o segundo lugar no *Prêmio de Estímulo às Artes* da EBA naquele ano. O trabalho, de forte viés engajado (Sirtoli, 2024), representa uma figura esfacelada em tons escuros, predominantemente preto e cinza. Do rosto da figura parece cair uma máscara, revelando músculos e parte do sistema nervoso, sugerindo uma violência latente. A figura segura, em uma das mãos que brota do próprio pescoço, uma pequena caveira humana que contém a assinatura da artista. Seja pela representação fragmentada, pelos tons sombrios ou pela caveira, é possível perceber uma relação com o clima repressivo vivido à época. Cabe notar que a representação de caveiras e esqueletos, clara alusão à morte, aparece em inúmeros trabalhos de artistas visuais durante a ditadura, como *O Herói* (1966-2018) de Anna Maria Maiolino (1942)¹⁵, *Fumaça do Prisioneiro* de Antonio Dias (1944-2018)¹⁶, *Gólgota – O lugar da caveira* (1969) de Manuel Messias dos Santos (1945—2001)¹⁷, entre outros. Assim, a pintura de Ana O. aproxima-se

¹³ Ana Lúcia Costa de Oliveira é artista, arquiteta e professora titular da Universidade Federal de Pelotas, atuando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da respectiva universidade. Graduiu-se em Pintura na EBA em 1972 e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 1977.

¹⁴ A artista faz alusão à Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

¹⁵ A obra integra o acervo do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/o-heroi>.

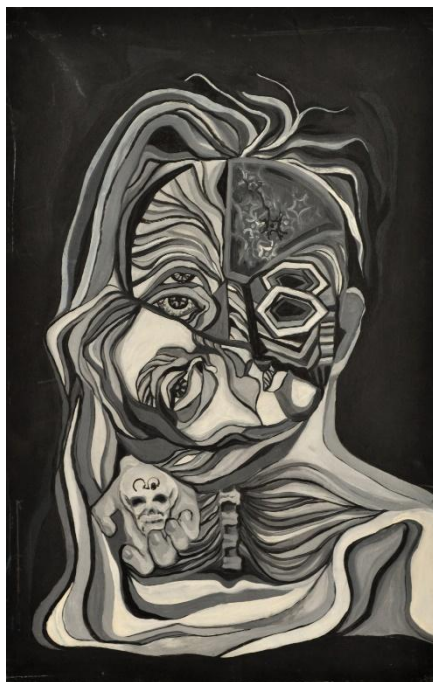
¹⁶ A obra integra o acervo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC USP). Disponível em: <https://acervo.mac.usp.br/acervo/index.php/Detail/objects/18172>.

¹⁷ Disponível em: <https://www.tntarte.com.br/leiloes/57/lote/21>.

das propostas de diversos artistas engajados do período, que buscavam, por meio da arte, refletir sobre o contexto de cerceamento de direitos, violência e repressão.

A artista, tanto pelo estilo de representação quanto pela escolha temática, transgrediu as normas vigentes na instituição, produzindo uma obra que abordava a relação entre arte e política em plena conjuntura repressiva. Por meio de sua criação, abriu brechas para novos modos de visibilidade no ambiente da EBA, aproximando-se da proposição de Jacques Rancière ao refletir sobre arte e política: “as imagens da arte não são o reflexo das coisas, mas operações sobre o visível, destinadas a construir modos de visibilidade inéditos” (Rancière, 2021, p. 9).

Figura 2 - Ana Lúcia Costa de Oliveira. Figura Surrealista. 62x40cm. Tinta acrílica sobre madeira reprocessada. 1972. Coleção Escola de Belas Artes (MALG/UFPel)



Fonte: Catálogo publicado do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, 2017.

O período exigia que artistas e demais intelectuais fossem cautelosos ao abordar ideias divergentes daquelas propagadas pelo aparato ditatorial. O rígido controle político e social exercido pela ditadura após 1968 impunha aos criadores “uma série de redefinições, recolocando em novas bases o debate acerca de suas funções e de seu lugar social, a composição de novas alianças e o estabelecimento de novas táticas” (Teixeira, 2024, p. 165). Temas como angústia e sofrimento, promovidos pelo regime autoritário, permeavam a vida de

muitos artistas brasileiros, que, mesmo de forma inconsciente, acabaram por elaborar essas questões em suas obras (Sirtoli, 2024).

A transgressão da artista no ambiente da instituição foi reflexo de um caminho pavimentado alguns anos antes, quando uma iniciativa discente buscou abrir frestas contemporâneas para a produção artística no espaço da escola. Referimo-nos a criação da Galeria Crítica Nova¹⁸ em meados de 1966, iniciativa discente fundada por alunos vinculados ao Diretório Acadêmico Pedro Américo (DAPA) da EBA. A Galeria funcionava em uma das salas da escola e tinha como objetivo “expor trabalhos dos artistas alunos, de artistas locais, nacionais e internacionais, em pequeno número, pois seu recinto não é grande” (Diário Popular, 05/06/1966). De acordo com Wilson Miranda, ex-aluno e membro do DAPA, as motivações da galeria eram explícitas: possibilitar produções que escapassem aos moldes difundidos pela instituição. Nas palavras do ex-aluno, “nós estávamos cansados de uma condução mais acadêmica da Escola de Belas Artes, fomos uma turma revolucionária” (Miranda, 2024, s/p).

Na exposição inaugural, uma mostra coletiva realizada em 05 de junho de 1966, foram apresentados trabalhos que dialogavam com os ideais modernos da arte, executados pelos seguintes alunos-artistas: Laerth Pedrosa Júnior, Seli Nachtigal (Seli Maurício), Luís Carlos Mello da Costa, Emiliana F. Vargas, Aurys Abrantes, Lenir Martins Garcia (Lenir de Miranda), Edison D. Rodrigues, Ana Luiza Renck Reis, Wilson Miranda e José Luiz Monteiro (Galeria Crítica Nova, 1966). Apesar de durar um curto período de tempo, apenas entre 1966 e 1968, a Crítica Nova abriu margens para um experimentalismo maior no âmbito da instituição, visto que grande parte da produção discente exposta neste espaço buscava aproximar-se das linguagens modernistas e contemporâneas da arte.

Podemos perceber reflexos dessa iniciativa na produção de alguns alunos do período, como é o caso da artista Lenir de Miranda¹⁹, natural de Pedro Osório (RS), com mais de seis décadas de atuação profissional. Lenir foi uma das integrantes fundadoras da galeria discente. Sua produção na década de 1960 foi marcada por experimentalismos materiais e conceituais, explorando elementos inusitados como cimento, tintas artesanais, espátulas de pedreiro e

¹⁸ Para mais informações sobre a Galeria Crítica Nova e seu papel contracultural na Escola de Belas Artes de Pelotas, consultar: SIRTOLI, Guilherme Susin. Contracultura e Resistência: A Escola de Belas Artes de Pelotas e a ditadura (1966-1972). Mosaico, [S. l.], v. 16, n. 26, 2024, p. 366–393. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/92041>. Acesso em: 2 dez. 2025.

¹⁹ Mais informações sobre o currículo e a obra da artista podem ser encontradas em seu site oficial: <https://www.lenirdemiranda.com/>.

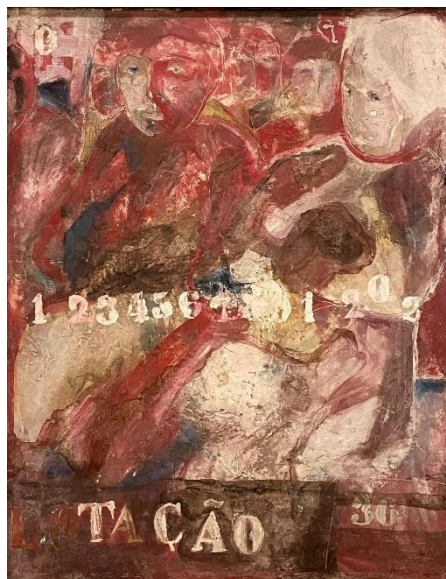
colheres de chá, além da articulação entre palavra e imagem, presente em diversos de seus trabalhos (Cattani, 2019).

A artista iniciou suas descobertas artísticas de forma autodidata (Cattani, 2019) e ingressou posteriormente na EBA às vésperas do golpe civil-militar de 1964. Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1990, atuou como professora de pintura e programação visual nos cursos de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Desde o início de sua formação, demonstrou inconformismo com as regras tradicionais que orientavam a produção artística na escola, onde se graduou em pintura em 1967. Nesse período formativo, “realizou novas descobertas, sistematizou alguns dos conhecimentos já adquiridos e, simultaneamente, manteve procedimentos que marcaram seu autodidatismo” (Cattani, 2019, p. 50-51). Seu inconformismo também se articulava a uma reflexão crítica sobre a situação social do país, aspecto que acompanha sua trajetória profissional até os dias atuais.

Lenir realizou sua primeira exposição individual na Galeria Crítica Nova em meados de 1967. Entre as obras apresentadas estava a pintura *Lotação*²⁰ (Figura 3). Nesse trabalho, representa, de modo expressionista, uma cena marcada por cores intensas, especialmente tons de vermelho, branco acinzentado e ocre. A imagem retrata o interior de um pequeno transporte coletivo, no qual figuras humanas díspares parecem comprimidas umas contra as outras. Além do experimentalismo material, visível no uso de tintas artesanais, gesso, goma-laca e outros elementos não convencionais para a pintura, a artista também investiga possibilidades conceituais ao articular palavra e imagem. Na composição, insere o termo “LOTAÇÃO” acompanhado de diferentes sequências numéricas, ampliando o sentido crítico e poético da obra.

²⁰ A obra de 1967 pertencia ao acervo particular da artista e foi presenteada ao autor em outubro de 2025.

Figura 3 - Lenir de Miranda. Lotação. Pintura. Tinta artesanal, óleo, gesso e goma-laca sobre Eucatex.
90x71cm. 1967



Fonte: Acervo particular de Guilherme Sirtoli.

Os procedimentos adotados por Lenir de Miranda aproximam-se do cerne do conceitualismo latino-americano, entendido como “um 325ensibilidade325o heterodoxo entre las artes visuales y las textuales²¹” (Camnitzer, 2008, p. 163). Nessa direção, conforme observa Camnitzer (2008), a união entre palavra e imagem nas artes visuais remete igualmente às tradições literárias latino-americanas, além de uma clara aproximação com a estética popular presente no cotidiano através dos escritos que permeiam os espaços urbanos. Do ponto de vista latino-americano, as experiências conceitualistas desenvolvidas por artistas durante os anos 1960 e 1970 representam “um 325ensibili que propulsó la 325ensibilidade y la experiencia literária hacia el campo de las artes visuales – uma interpenetración entre espacio y texto²²” (Camnitzer, 2008, p. 163).

Sobre o trabalho, em comunicação ao autor, a artista ressalta que ele expressa “uma certa reflexão ideológica, um tempo social, na época eu mesma andava sempre de ônibus” (Miranda, comunicação ao autor, 8/07/2025). Nesse sentido, considerando a conjuntura em que estava inserida, a escolha de Lenir por tematizar cenas do cotidiano com evidente preocupação social revela-se particularmente significativa, ao privilegiar em sua pintura uma experiência comum às classes média e baixa: o deslocamento diário em um transporte coletivo. A obra mostra-se profundamente vinculada ao período histórico, sobretudo se

²¹ Tradução: “um entrecruzamento heterodoxo entre as artes visuais e as textuais”.

²² Tradução: “Um movimento que impulsionou a sensibilidade e a experiência literárias para o campo das artes visuais – uma interpenetração entre espaço e texto”.

levarmos em conta que a ditadura agravou as desigualdades sociais. Apesar do discurso triunfalista em torno do chamado ‘milagre econômico’²³, a ditadura causou uma situação dramática no país (Motta, 2021), afetando intensamente a classe trabalhadora. Isso contribuiu para o aumento das disparidades sociais, uma vez que “os salários das camadas mais pobres caíram em termos reais, principalmente o salário mínimo. O problema era tão evidente que os próprios líderes da ditadura o reconheceram” (Motta, 2021, p. 244).

Marta Costa Amaral²⁴, outra jovem artista vinculada à EBA nesse momento histórico, também buscou priorizar temas cotidianos em suas produções. A artista foi aluna do curso de Pintura entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970. Em 1971, recebeu menção honrosa pelo trabalho *Cena Urbana* (Figura 4), atualmente pertencente à Coleção Escola de Belas Artes do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Na obra, Amaral retrata uma cena cotidiana: transeuntes atravessando a rua em um dia de chuva. A atenção recai sobre o colorido das figuras e de suas vestes, em contraste com o fundo composto por diferentes tonalidades de cinza. Além disso, a artista incorpora diversos símbolos urbanos, como sinalleiras e placas de trânsito, apropriando-se de uma estética marcadamente urbana.

Figura 4 – Marta Costa Amaral. *Cena Urbana*. Pelotas, 1971. Óleo sobre tela. 90 x 69,5cm. Coleção Escola de Belas Artes (MALG/UFPel)



Fonte: Catálogo publicado do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, 2017.

²³ Rodrigo Patto de Sá Motta desconstrói a falácia do ‘milagre econômico’ propagandeado de forma desenfreada pela ditadura no capítulo 9 do livro ‘Passados Presentes’. Para mais, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

²⁴ Marta Amaral era natural de Pelotas, foi ex-aluna da EBA onde gradua-se em 1971, posteriormente gradua-se em Arquitetura pela Universidade Federal de Pelotas no ano de 1980. Atuava como arquiteta e professora no curso de Arquitetura da Universidade Católica de Pelotas.

Seja pelas escolhas estéticas ou pelos elementos que aludiam à repressão ditatorial, como a caveira e a figura esfacelada pintadas por Ana O, ou pelos símbolos associados ao cotidiano urbano, como a lotação coletiva e as placas de trânsito presentes nas obras de Lenir de Miranda e Marta Amaral, é possível estabelecer aproximações com o que se desenvolvia no cenário artístico nacional. Tanto pela orientação conceitual quanto pela ênfase em temas urbanos e cotidianos, as produções dessas artistas dialogam com o contexto da Nova Figuração Brasileira, surgida no início da década de 1960 e marcada pelo retorno à figuração em oposição à abstração geométrica então dominante. Nesse sentido, é possível perceber afinidades entre os trabalhos das artistas da EBA e aqueles produzidos por artistas como Romanita Disconzi (1940), Marcelo Nitsche (1942-2017), Raymundo Collares (1944-1986), Claudio Tozzi (1944) e Ubirajara Ribeiro (1930-2002), entre outros artistas vinculados à Nova Figuração Brasileira²⁵.

Figura 5 – Justaposição das obras ‘Totem de interpretação’ de Romanita Disconzi, Lateral de ônibus (1969) de Raymundo Collares, ‘Sem título’ (1967) de Ubirajara Ribeiro, ‘Linha de Força’ (1965) de Pedro Escosteguy e ‘Multidão’ (1968) de Claudio Tozzi



Fonte: Catálogo publicado da exposição ‘Pop Brasil: vanguarda e nova figuração, 1960-70’ - Pinacoteca de São Paulo, 2025.

²⁵ Os artistas e as obras citadas estão presentes na exposição “Pop Brasil: vanguarda e nova figuração, 1960-70”, com curadoria de Pollyana Quintella e Yuri Quevedo, realizada em 2025 na Pinacoteca de São Paulo e posteriormente no Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires (MALBA).

Os artistas vinculados ao movimento priorizavam em seus trabalhos abordagens do contexto de tensão político-social do período, buscando uma produção que se imbricava mais diretamente com a vida social, aludindo a publicidade, aos meios de comunicação e de transporte, a sociedade de consumo, entre outros. Através de seus trabalhos, buscavam atuar no tecido social: “não bastava aproximar a prática artística dos extratos visuais cotidianos, tratando a realidade apenas como signo codificado. Era preciso produzir uma obra que verdadeiramente participasse da vida social” (Quintella, 2025, p. 71). Essa vasta produção perpassou por inúmeras tentativas de nomeação, visto seu sentido social, bem como sua aproximação com o contexto da *Pop Art*²⁶, desenvolvida no norte-global.

Quintella (2025, p. 71) explica:

Não atoa, nos anos 1960, foi criada uma série de termos buscando designar a especificidade de tal produção: “nova figuração”, nova objetividade”, “novo realismo”, “realismo fantástico”, “realismo crítico”. Para críticos e artistas do período, nosso ‘pop’ não seria apenas precário, mas sobretudo crítico e propositivo, em resposta a um clima marcado por crise política [...] e euforia social ligada ao desenvolvimento tecnológico, às emancipações estudantis, à liberdade sexual, às experimentações lisérgicas e demais quebras de paradigmas comportamentais.

Logo, ao utilizarem cores intensas, contornos marcados e priorizarem elementos e temas do cotidiano, os artistas vinculados ao retorno da figuração buscavam a “impessoalidade da execução, o que implicava a possibilidade da reprodutibilidade da obra e o questionamento da autoria; [bem como] a aproximação entre obra e espectador” (Bechelany, 2023, p. 1). Ao voltar-se para o universo diário, popular e urbano, esses artistas compreendiam que “nossa mercadoria popular se encontrava justamente no âmbito daquilo que era rejeitado até então pela dita alta cultura” (Coelho, 2025b, p. 102).

No contexto local, tal perspectiva dialoga diretamente com a transgressão das normas ‘acadêmicas’ que orientavam o ensino da EBA de Pelotas, onde as artistas romperam com temáticas tradicionais da História da Arte e propuseram novas relações entre arte e vida social, aproximando-se de uma sensibilidade crítica e experimental. Assim, as artistas vinculadas à tradicional instituição pelotense mantiveram-se, ao mesmo tempo, atentas ao contexto artístico-cultural nacional e fortes ao proporem suas transgressões em um espaço majoritariamente conservador.

²⁶ A *Pop Art* surgiu no contexto do pós-guerra, no final da década de 1950 e consolidou-se nos anos 1960, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, caracterizando-se pela apropriação de elementos da cultura de massa, da publicidade, do design gráfico, das histórias em quadrinhos e do universo da sociedade de consumo.

Considerações finais

As décadas de 1960 e 1970 foram decisivas para o surgimento de novas sensibilidades e visões de mundo que rompiam com padrões até então consolidados. As produções inconformadas das artistas da EBA de Pelotas, entre 1966 e 1972, frente às normas rígidas e aos comportamentos sociais pré-estabelecidos, promoveram diferentes formas de transgressão — tanto pelo forte viés político e social em um período em que uma simples ideia podia gerar coerção, quanto pela busca por novas posturas e mudanças estético-sociais. Como afirma Palhares (2025, p. 145), “Quando as regras do sistema da arte se embaralham e uma reorganização da arte/vida/mundo se faz premente, o artista não vai trabalhar com fórmulas fixas que limitem sua ação, [...] buscará na experimentação as respostas para perguntas em aberto sobre a crise contemporânea”.

Foi justamente na experimentação material-conceitual e no desejo de romper com as fórmulas endossadas pela instituição, que jovens artistas da EBA, apesar do deslocamento geográfico, alinharam-se às proposições que circulavam nacionalmente. Visibilizar a atuação de Ana Lúcia, Lenir e Marta permite recuperar trajetórias e percursos que demandam maior reconhecimento, ampliando as fronteiras dos estudos sobre arte, política e história para além das abordagens tradicionalmente consolidadas. Ao dialogarem com a Nova Figuração Brasileira, privilegiando o contexto político-social vivido e apropriando-se de elementos da cultura de massa, da publicidade, dos meios de comunicação e do cotidiano urbano — como símbolos de trânsito e meios de locomoção —, essas artistas tensionam os limites dos estudos majoritários, evidenciando dissidências experimentais e sociais e contribuindo para a construção de uma memória crítica (Richard, 2013) da relação entre arte e ditadura para além dos grandes centros urbanos.

Fontes

COLEÇÃO ESCOLA DE BELAS ARTES. Fototeca Memória da UFPel.

COLEÇÃO ESCOLA DE BELAS ARTES. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

DIÁRIO POPULAR (1949-1966). Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Edição de 03 de abril de 1949.

DIÁRIO POPULAR. Edição de 05 de junho de 1966.

ESCOLA DE BELAS ARTES DE PELOTAS (EBA). **Regimento interno com alterações de acordo com a Comissão de Inspectores de 7 de julho de 1971.** Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). Documento. 1971.

GALERIA CRÍTICA NOVA. **Exposição individual, dia 05 de junho de 1966 – Mostra coletiva de atuais alunos da EBA de Pelotas.** 1p. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). Documento. 1966.

INSTITUTO DE LETRAS E ARTES DA UFPEL. **Ofício n. 66/73/s do Diretor do Instituto de Letras e Artes “Carmen Trápaga Simões” ao Coordenador dos cursos de Artes Plásticas e Arquitetura.** Acervo não-patrimonializado vinculado ao Centro de Artes da UFPel. Documento. 1973.

MIRANDA, Lenir de. **Comunicação eletrônica enviada a Guilherme Susin Sirtoli em 8 de julho de 2025.** 2025. Não publicado.

MIRANDA, Lenir de. **Lotação.** Pintura. Tinta artesanal, óleo, gesso e goma-laca sobre Eucatex. 90x71cm. 1967. Acervo particular de Guilherme Sirtoli.

MIRANDA, Wilson. **Entrevista concedida via WhatsApp a Guilherme Susin Sirtoli, entre abril e maio de 2024.** Transcrição: Guilherme Susin Sirtoli. Não publicado. 2024. Acervo de Guilherme Susin Sirtoli.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **Entrevista concedida à Guilherme Susin Sirtoli em Pelotas, 28 de agosto de 2024.** Transcrição: Guilherme Susin Sirtoli. Não Publicado. 2024. Acervo de Guilherme Susin Sirtoli.

Referências

AMARAL, Giana Lange do. Impressões sobre a cidade de Pelotas até meados do século XX. In: SANTO, Anaizi Cruz Espírito; DINIZ, Carmen Regina Bauer; MAGALHÃES, Clarice Rego (orgs.). **A Escola de Belas Artes de Pelotas: memória e história.** Pelotas: Editora da UFPel, 2014, p.18-29.

AQUINO, Vanessa Barrozo Teixeira; VARGAS, Aline Vargas de. Olhares acerca das exposições de arte: uma perspectiva histórica. **Porto Arte.** v.25 n.43. 2020. p.1-24. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2179-8001.103652>. Acesso em 02 dez. 2025.

BECHELANY, Camila. Mulheres na Nova Figuração: Corpo e posicionamento. In: BECHELANY, Camila; NÓBREGA, Gustavo. Mulheres na Nova Figuração: Corpo e Posicionamento (Catálogo). São Paulo: Galeria Superfície, 2023, p.1-4.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk Editora, 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMNITZER, Luis. **Didáctica de la Liberación: arte conceptualista latinoamericano.** Montevideu: Casa Editorial Hum, 2008.

CATTANI, Icleia Borsa. Pintura périplo. In: CATTANI, Icleia Borsa; RAMOS, Paula. **Lenir de Miranda: pintura périplo -Odyssey Painting.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. pp.45-179.

COELHO, Fred. Arte pop contra a cultura. In: QUINTELLA, Pollyana; QUEVEDO, Yuri (orgs). **Pop Brasil: vanguarda e nova figuração, 1960-70 / curadoria Pollyana Quintella e Yuri Quevedo.** São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2025b. p. 101-111.

COELHO, Fred. **Infraturas: cultura e contracultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2025a.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. **Nos descaminhos do imaginário**: a tradição acadêmica das artes plásticas de Pelotas. 1996. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Instituto de Artes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. Escola de Belas Artes: sistematização e desenvolvimento do ensino da arte em Pelotas. In: SANTO, Anaizi Cruz Espírito; DINIZ, Carmen Regina Bauer; MAGALHÃES, Clarice Rego (orgs.). **A Escola de Belas Artes de Pelotas**: memória e história. Pelotas: Editora da UFPel, 2014, p. 58-81.

DUNN, Christopher. **Contracultura**: Alternative arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: as raízes do paradigma indiciário. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Paulo. Academismo e Modernismo: possíveis diálogos. In: BRITES, Blanca; CATTANI, Icleia Borsa; BULHÕES, Maria Amélia; GOMES, Paulo (orgs.). **100 anos de Artes Plásticas no Instituto de Artes da UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p.17-76.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (orgs.). Micro-história: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-34.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973)**: trajetória institucional e papel na história da arte. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Ciências Humanas - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1680>. Acesso em 25 nov. 2025.

MIRZOEFF, Nicholas. **The right to look**: A counterhistory of visibility. Durham: Duke University Press, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **Juventude e contracultura**. São Paulo: Contexto, 2023.

OLIVEIRA, Simone Pinho de; FONSECA, Daniele Baltz da. Caminhos: Elas da Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1969). **Anais do XXVI Encontro de Pós Graduação da UFPel**. 2024, p. 1-4. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/17174?show=full>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PALHARES, Taísa. A piscina, a margarina, a Carolina. In: QUINTELLA, Pollyana; QUEVEDO, Yuri (orgs.). **Pop Brasil**: vanguarda e nova figuração, 1960-70 / curadoria Pollyana Quintella e Yuri Quevedo. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2025b. p. 143-150.

PEREIRA, Verena Carla. A construção de um projeto para a arte no Brasil: a gênese da Fundação Bienal de São Paulo. **Revista Valise**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, ano 4, dezembro de 2014. p.43-55. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaValise/article/view/45494/32346> . Acesso em: 2 dez. 2025.

PINACOTECA DE SÃO PAULO. **Pop Brasil**: vanguarda e nova figuração, 1960-70 / curadoria Pollyana Quintella e Yuri Quevedo [catálogo]. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2025.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2016.

QUINTELLA, Pollyana. A pop é popular? Cultura de massa e participação na arte brasileira dos anos 1960. In: QUINTELLA, Pollyana; QUEVEDO, Yuri (orgs). **Pop Brasil: vanguarda e nova figuração, 1960-70** / curadoria Pollyana Quintella e Yuri Quevedo. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2025, p.69-78.

RANCIÈRE, Jacques. **O Trabalho das Imagens: conversações com Andrea Soto Calderón**. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2021.

RICHARD, Nelly (org.). **Fracturas de la memoria: arte y pensamiento crítico**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. In: SAMAIN, Etienne (org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p.21-57.

SAMALG (org.). **Catálogo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo**. Pelotas: SAMALG/MALG, 2017.

SIRTOLI, Guilherme Susin. Contracultura e Resistência: A Escola de Belas Artes de Pelotas e a ditadura (1966-1972). **Mosaico**, v. 16, n. 26, 2024, p. 366–393. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/92041>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SIRTOLI, Guilherme Susin; CHAVES, Larissa Patron. A Escola de Belas Artes de Pelotas no período da ditadura civil-militar no Brasil: narrativas sobre processos sociais e fatos históricos (1964-1969). **Acervo**, v. 37, n. 3, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2222>. Acesso em: 2 dez. 2025.

TEIXEIRA, Heloísa. **Rebeldes e Marginais: cultura nos anos de chumbo (1960-1970)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

Emancipação indígena nas charges do Porantim (1978 – 1979)

Indigenous emancipation in Porantim's cartoons (1978 – 1979)

Stefany Caroline Pantoja Amorim,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as charges sobre o Decreto de Emancipação, de 1978, publicadas no *Porantim*, periódico pertencente ao Conselho Indigenista Missionário, órgão que compõe o movimento indígena brasileiro, durante os anos de 1978 e 1979. A partir do uso da análise de discurso e da intertextualidade nos termos de Orlandi (2005), Maingueneau (2015) e Zani (2003), o estudo investiga como as imagens e os textos das charges articulam narrativas sobre identidade, resistência e direitos indígenas, evidenciando as tensões políticas. Assim, ao examinar os recursos iconográficos e linguísticos, o artigo revela de que maneira a charge funciona como ferramenta de denúncia da política indigenista implementada na ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Charges; Emancipação Indígena; Política Indigenista; Ditadura Cível-Militar; Porantim.

Abstract

The present article aims to analyze the cartoons about the Emancipation Decree of 1978, published in *Porantim*, a periodical belonging to the Indigenous Missionary Council, an organ that makes up the Brazilian indigenous movement, during the years 1978 and 1979. From the use of discourse analysis and intertextuality in the terms of Orlandi (2005), Maingueneau (2015) and Zani (2003), the study investigates how the images and texts of the cartoons articulate narratives on indigenous identity, resistance and rights, highlighting political tensions. Thus, by examining iconographic and linguistic resources, the article reveals how the cartoon works as a tool for denouncing indigenous policy implemented during the civil-military dictatorship.

Keywords: Cartoons; Indigenous Emancipation; Indigenous Policy; civil-military dictatorship; *Porantim*.

Introdução

No decurso dos anos 1970, vigorava no Brasil a ditadura civil-militar, um regime marcado pela forte censura, a violação aos direitos humanos e o aumento da omissão e violência direta do Estado aos povos originários, no qual eram submetidos a torturas, desaparecimentos, assassinatos, abusos físicos e sexuais, e ao esbulho de suas terras (Brasil, 2014). Nesse contexto, surgem inúmeras organizações com o intuito de atuar em prol dos

¹Graduada em História-Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Email: carolinepanamorim@gmail.com

povos indígenas, denunciando as circunstâncias vivenciadas nas aldeias e a política indigenista que visava aniquilar a identidade indígena para usurpar as suas terras para servir aos interesses capitalistas.

Dentre as instituições criadas para este fim, destaca-se o Conselho Indigenista Missionário, tendo em vista que este órgão criou o *Porantim*, periódico que será privilegiado neste trabalho em decorrência de sua atuação como um instrumento de denúncia às violações cometidas nas aldeias contra as populações indígenas pelo Estado, principalmente na figura do órgão estatal responsável pela tutela dos autóctones, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Nesse sentido, o presente artigo visa analisar de que maneira o referido periódico operou o instrumento iconográfico “charge” para denunciar o projeto de emancipação indígenas. Para tanto, serão utilizadas as charges encontradas nas páginas do *Porantim* que abordam acerca da emancipação dos indígenas, política integracionista promovida pelos militares que visava “transformar” os indígenas em indivíduos integrados à comunhão nacional para esbulhar suas terras, nas edições de 1978 e 1979, disponibilizadas integralmente, de forma online, no portal de periódicos Hemeroteca Digital Brasileira. O recorte delimitado justifica-se em virtude de ser o período em que há maior incidência de discussões sobre a emancipação indígena, em virtude de, em 1978, ter sido anunciado o “Decreto da Emancipação dos Índios”, documento que visava integrar efetivamente os indígenas na “comunhão nacional” e, conseqüentemente, perder a sua identidade indígena, já que está era vista como um mero estágio a ser superado. Esse documento mobilizou os indígenas e todas as organizações destinadas à causa autóctone, a buscar subterfúgios para impedir a assinatura deste Decreto, tais como o uso dos veículos midiáticos.

A escolha por privilegiar as charges decorre em função de ela ser “uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos, ela é a revelação e defesa de uma ideia” (Miani, 2012, p. 39). Portanto, a partir da charge é possível compreender de que maneira os aliados que atuam em prol dos nativos denunciaram o projeto de emancipação dos povos indígenas e quais recursos iconográficos e textuais foram utilizados para conquistar este fim.

Dessarte, opta-se, como metodologia, pela análise de discurso, pois nela o que é dito é compreendido como um processo complexo, pois a linguagem não é transparente; é, na verdade uma materialidade simbólica, própria e significativa, permeada pelo contexto histórico e a ideologia que a cerca. Tendo em vista que “não há discurso sem sujeito e não há

sujeito sem ideologia” (Orlandi, 2005, p.17), uma vez que “as ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta” (Gramsci, 2024, p. 51). Logo, assim como os discursos, as ideologias não são autônomas, são produtos do contexto em que estão inseridas e influenciam na forma como os indivíduos se enxergam e atuam perante a sociedade. Nesse sentido, há uma complexa relação entre o discurso e a ideologia, visto que todo discurso é produzido por um sujeito carregado de ideologias, que as adquiriu por meio de suas vivências e experiências com a sociedade.

Maingueneau (2015, p. 27) alega que o discurso é assumido por um sujeito, que “se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais e espaciais e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário”, e é regido por normas, “que suscitam expectativas nos sujeitos engajados na atividade verbal”. Dessa forma, relacionando ao *Porantim*, infere-se que o periódico utiliza as normas típicas das charges para expressar aos seus leitores seus posicionamentos sobre a emancipação indígena.

Outrossim, convém ressaltar a intertextualidade, também denominada “polifonia” e “dialogismo”, haja vista que, conforme Miani (2014, p. 141), além do humor, a intertextualidade é característica das charges, tendo em vista que ela não é “absolutamente autônoma no que se refere à apropriação de seus sentidos; este se constitui numa relação de intertextualidade com os mais diversos textos provenientes do contexto interno ou externo à edição publicada”. Assim, as charges necessitam de um conhecimento exterior a elas para serem plenamente compreendidas.

Zani (2003, p. 125) alega que a polifonia é “um diálogo entre diversas vozes, não apenas enquanto um elemento de citação estático, mas no sentido de construir um discurso entre duas ou mais vozes que se mostram e interagem em um diálogo intertextual”, isto é, o discurso não é autônomo, logo, pode surgir a partir do outro como pode contribuir para a criação de outros discursos a partir do que foi dito, relacionando com o presente e o passado.

Assim, de acordo com Zani (2003, p. 123), a “ocorrência intertextual” ocorre por meio de três processos: a citação, no qual todo discurso é “um elemento dentro de outro já existente”, a alusão, em que se realiza “uma construção que reproduz a ideia central de algo já discursado e que [...] alude a um discurso já conhecido do público em geral”, e a estilização, que reproduz “os elementos de um discurso já existente, como uma reprodução estilística do conteúdo formal ou textual, com o intuito de reestilizá-lo”. Essa ocorrência poderá ser verificada através da influência das discussões sobre a emancipação indígena presentes de forma implícita e explícita nas charges publicadas pelo *Porantim*. Nesse sentido, serão

utilizados o Estatuto do Índio (1973), o Caderno da Comissão Pró-Índio nº I – A questão da emancipação (1979) e Boletim do CIMI nº 54 – Emancipação, pois são documentos basilares para compreender as discussões políticas e as referências utilizadas nas charges no que tange à emancipação indígena.

Ademais, serão adotadas as concepções de Capelato (2015), Karawejczyk e Speranza (2024), Barros (2022) e Luca (2008) para analisar o *Porantim* enquanto periódico, haja vista que possui características essenciais que precisam ser compreendidas para realizar a sua devida interpretação e, conseqüentemente, a análise das charges. Capelato (2015, p. 115) afirma que “a análise do jornal pressupõe uma avaliação crítica, devendo-se considerar as circunstâncias históricas, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores”, ou seja, é essencial compreender sua periodicidade, seu alcance, os sujeitos que o produzem, o público-alvo, os assuntos abordados, as influências e os jogos de poder (Barros, 2022), pois estes elementos compõem o jornal e precisam ser internalizados para ser possível ter o conhecimento de como era elaborado, por quem e porque era produzido, e em qual contexto histórico, econômico e social foi veiculado.

Luca (2008) alerta para a necessidade de se atentar aos assuntos, manchetes e imagens que foram colocadas em destaque, avaliar qual a extensão (número de páginas) dos editoriais e das reportagens e sua localização em comparação aos demais elementos presentes no periódico, haja vista que “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam” (Luca, 2008, p. 140). Em consonância, Karawejczyk e Speranza (2024, p.26) alegam que “o moderno texto jornalístico tende a concentrar as informações mais importantes na sua parte inicial, em geral no lead ou, na forma portuguesa, lide (primeiro parágrafo)”, isto é, há uma hierarquização na disposição das notícias e reportagens, sendo destacados as informações que os produtores do jornal julgam mais importantes, dignas de serem transformadas em “acontecimento”.

Nesse sentido, os artifícios supracitados são essenciais para analisar o *Porantim* e, conseqüentemente, as charges que contém², haja vista que será possível perceber o destaque que o periódico fornece para as discussões sobre emancipação indígena por meio da formatação do jornal, o contexto interno e externo ao periódico, e os sujeitos que são seus produtores.

² Foram identificadas seis charges que tratam da emancipação indígena ou fazem referência ao Decreto de Emancipação Indígena. Dentre elas, três foram veiculadas nas edições de 1978 e as outras três nas edições de 1979.

O *Porantim*

Na segunda metade do século XX, durante a eclosão de ditaduras militares na América Latina, surge, na Igreja Católica, a Teologia da Libertação, corrente que “rompe com os conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos” (Noronha, 2012, p. 185) por meio da crítica ao sistema capitalista. Os teólogos da libertação defendem que para se aproximar os ensinamentos do cristianismo é necessário atuar em conjunto com a parcela da sociedade que sofre algum tipo de opressão, seja de ordem econômica ou social, para auxiliá-los a se libertar dessa opressão. Para isso, propõem

Uma interpretação da fé cristã através do sofrimento, da luta e da esperança dos pobres; uma crítica à sociedade e às ideologias que sustentam estruturas de divisão e afastamento entre os seres humanos; uma revisão da ação da Igreja e dos cristãos desde o ponto de vista dos pobres (Gómez, 2008, p. 26).

Assim, a partir desses pressupostos, em 1972, é criado o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, órgão pertencente à Igreja Católica, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, com o objetivo de “testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico” (CIMI, [s.d]). Ressalta-se esta organização em virtude de sua relevante atuação em conjunto dos povos indígenas na ditadura civil-militar, durante a qual o CIMI realizou a organização de Assembleias, que objetivavam a reunião das lideranças indígenas para que, sem a interferência de não-indígenas, pudessem discutir questões que julgassem pertinentes, e criou veículos de comunicação para propagar “a realidade desses povos na opinião pública nacional e internacional, através de frequentes denúncias da violação dos seus direitos: invasão das terras, saque das riquezas naturais, exploração da mão-de-obra indígena, repressão contra suas manifestações” (CIMI, 1997, p.12), tais como o *Porantim*, periódico que será privilegiado neste trabalho, a fim de atender ao “grito de socorro dos povos indígenas [que] ecoava por entre as frestas da dominação” (CIMI, 1997, p.11).

De acordo com sua primeira edição, o *Porantim*, definido como “instrumento de trabalho, arma e memória”, surge em janeiro de 1978 no IV Curso de Indigenismo, realizado na Casa Jordão, propriedade da Congregação Salesiana, por meio da alegação dos missionários presentes de que havia a necessidade de uma maior atuação do CIMI na região norte do Brasil. Na primeira semana de abril, portanto, os secretários do CIMI aprovam a criação do boletim, sendo destinado ao intercâmbio de informações dos missionários que

atuam nas comunidades indígenas, com o intuito de servir aos missionários da região amazônica e à causa indígena. Nesse sentido, o boletim pretendia ser

informativo, divulgando notícias relacionadas ao trabalho missionário e à situação dos índios e formativo, publicando alguns trabalhos na área da antropologia, linguística, etc que possam servir de instrumentos de análise científica e de ação, a fim de que a Pastoral Indígena possa ser executada de forma mais eficaz (Porantim, 1978).

Inicialmente, como boletim, o *Porantim* possuía uma produção artesanal, contendo editorial não assinado, carta aos leitores, notícias e manchetes de jornais sobre os povos indígenas, críticas sobre o que é veiculado na grande mídia sobre as populações autóctones, pronunciamentos da Igreja Católica sobre a atividade missionária, relatoria de eventos e reuniões da Igreja, e declarações de antropólogos, indígenas e missionários acerca das discussões de teor indigenista que mais estavam em evidência, como a emancipação indígena.

Ainda em 1978, a cada edição o boletim incorporava novas seções e elementos editoriais. Em junho, foram introduzidas as cartas dos leitores, indicações de livros e entrevistas com indígenas. No mês de julho, passaram a ser destacadas manchetes na capa, além da inclusão de notícias enviadas por correspondentes, charges, fotografias e uma coluna intitulada “Deu nos jornais”, que reunia matérias sobre os povos originários publicadas na imprensa. Já na edição conjunta de agosto e setembro, o periódico passou a apresentar características mais próximas das de um jornal, com a capa disposta de forma mais organizada. Posteriormente, em outubro, acrescentaram-se informações referentes ao expediente e às condições de aquisição do boletim.

No ano seguinte, em janeiro, foi criada a coluna “*Porantim agenda*”, destinada à divulgação de compromissos e eventos relacionados às discussões sobre os povos indígenas. Já em junho, o boletim consolidou sua transição para o formato de jornal, incorporando elementos característicos desse gênero. Entre as mudanças, destacam-se: a fixação do preço de venda na capa; a supressão da expressão “órgão informativo”, presente em todas as edições anteriores; a publicação de editoriais assinados; a adoção de um layout mais estruturado; e a substituição do processo artesanal de impressão por técnicas mais profissionais. Nesse mesmo período, foram instituídas seções temáticas voltadas para diferentes áreas do conhecimento, como história, cultura, educação, teologia, arte (literatura e teatro), medicina e resenhas de obras sobre os povos originários. Ademais, foi criada a coluna “Página aberta”, destinada à publicação de artigos de opinião e de contribuições enviadas pelos leitores.

Outrossim, destaca-se o seu alcance, haja vista que, de acordo com o exposto na carta dos leitores, conquistou um público nacional e internacional, embora limitado aos pequenos grupos que se interessam pelos povos indígenas brasileiros e suas questões. Sendo possível constatar, portanto, sua relevância no âmbito midiático referente às comunidades autóctones, em virtude de ser um dos primeiros veículos midiáticos a se destinar às populações indígenas e também por seu alcance, ainda que seja apenas uma mídia alternativa.

Política Emancipacionista-Integracionista nas charges do *Porantim*

Durante a ditadura civil-militar, implementada no Brasil por meio do golpe de 1964, vigorou o “paradigma assimilacionista” (Munduruku, 2022) na política indigenista adotada pelos militares, na qual entendia-se que ser indígena era uma fase que seria superada a partir da adoção de elementos culturais da sociedade não- indígena, isto é, a língua, a vestimenta, as concepções de trabalho, entre outras características que deveriam ser adotadas para os indígenas se tornarem efetivamente brasileiros.

Nessa perspectiva, o governo brasileiro, na figura do Presidente-Ditador General Artur da Costa e Silva, sancionou, em 19 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.001, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, com o propósito de “preservar a cultura [dos povos indígenas] e integrá-los, progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional” (Brasil, 1973, p. 3), demonstrando, assim, a consolidação por meio de instrumentos legais para a assimilação das populações originárias.

Outrossim, o Estatuto destaca que os indígenas são tutelados pelo órgão federal de assistência aos povos indígenas, no caso a FUNAI, haja vista que eram considerados “relativamente incapazes”. Contudo, previa-se a possibilidade de emancipação desse regime tutelar, mediante a aquisição da “plenitude da capacidade civil” (Brasil, 1973, p. 6), a qual poderia ser concedida àqueles que comprovassem ter:

I – idade mínima de 21 anos; II – conhecimento da língua portuguesa; III – habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional; IV – razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional (Brasil, 1973, p. 6).

Moonen (1983) alega que apesar dos esforços da FUNAI para emancipar os indígenas, nenhum a solicitou, o que ocasionou em outra tentativa do órgão para realizar esta integração, ainda que fosse forçada, pois havia um grande interesse nessa assimilação. Ora, a emancipação ocasionaria na perda dos direitos dos indígenas, principalmente no que tange às suas terras, tendo em vista que “suas terras não teriam mais a proteção da legislação

indigenista e poderiam facilmente ser ocupadas por outros cidadãos brasileiros” (Moonen, 1983, p. 98), o que facilitaria no esbulho destas terras e a tomada pelo Estado para servir aos seus interesses econômicos.

O Decreto de Emancipação de 1978 foi apresentado cinco anos após a promulgação do Estatuto do Índio, ano em que todas as terras indígenas deveriam ter sido demarcadas conforme consta no Art. 65. do Estatuto, o qual dispõe que “o Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”. No entanto, no lugar da demarcação, o ministro do interior Rangel Reis anunciou em fevereiro de 1978 que

o Presidente Geisel assinará este mês, o decreto da emancipação. A medida ‘beneficiará’ 2 mil índios emancipando 100 no atual governo. Os índios emancipados receberão terras alienáveis após 10 anos e caberá à FUNAI indicar os que devem ser emancipados, desde que preencham os seguintes requisitos: (a) serviço militar prestado; (b) possuir título de eleitor; (c) capacidade para ganhar a vida; (d) alfabetizado; (e) participar da vida nacional (Comissão Pró-Índio, 1979, p. 12).

Assim, os indígenas poderiam perder a sua identidade, os seus direitos e a sua cultura a partir da determinação da FUNAI, que atuava em prol dos interesses econômicos do Estado, do seu projeto desenvolvimentista. A emancipação, portanto, “equivalaria, neste caso, a etnocídio” (Moonen, 1983, p. 100).

Nessa conjuntura, o movimento indígena, isto é, as populações originárias e as entidades que atuavam em prol dos indígenas, realizaram diversas manifestações contrárias a este Decreto a fim de impedir a sua promulgação. Entre elas, destacam-se as charges apresentadas no *Porantim* como uma forma de denunciar esta política e evidenciar as possíveis consequências que ela ocasionaria.

Na edição de julho de 1978, identificam-se duas charges que atuam com o propósito de abordar sobre a emancipação indígena. A primeira, exposta abaixo na figura 1, apresenta um homem trajando roupas modernas e tipicamente urbanas, paletó e sapatos, que, em ambiente citadino, dirige-se a um indígena vestido apenas com uma tanga, peça que cobre exclusivamente a região íntima e que constitui um dos principais elementos estereotipados associados às populações autóctones. O homem urbano ordena que o indígena lave o seu automóvel, utilizando a expressão pejorativa: “Lave meu carro, ‘ô caboquinho’!”. Diante dessa interpelação, o personagem indígena questiona, de forma irônica e reflexiva: “Então isto ser emancipação?”, evidenciando a contradição entre o discurso oficial de emancipação indígena e as consequências ocasionadas por esta política. Além disso, também reforça o estereótipo de que os indígenas falam de forma gramaticalmente incorreto. Assim, a charge

ressalta um argumento utilizado pelos grupos contrários a essa política indigenista, de que a emancipação destinaria os povos indígenas aos “setores menos favorecidos da sociedade: caboclos, bugres, posseiros, sem-terra, favelados, miseráveis, etc” (Bicalho, 2017, p. 154).

Figura 1– Charge sobre emancipação



Fonte: Porantim, nº03, jul. 1978. Pág. 7.

A outra charge presente nesta edição, apresentada na figura 2, é dividida em duas partes. A parte superior exhibe dois indígenas, ambos vestidos apenas com tangas, dançam animadamente enquanto ingerem o refrigerante coca-cola, produto símbolo do capitalismo, e se questionam “isso é ‘quíé’ coca cola...”, sugerindo que era o primeiro contato com o produto. A parte inferior demonstra a destruição ambiental de uma reserva indígena, sendo esta direcionada apenas para os emancipados, por um homem com trajes que remetem a caricatura do capitalismo e com uma placa escrito “multinacional”.

Nesse contexto, um indígena relaciona as duas situações e se questiona “então isto ser emancipação?”. Assim, demonstra que a partir da emancipação, os indígenas serão condicionados efetivamente ao sistema capitalista, no qual poderão ter acesso a produtos que não fazem parte da sua cultura, mas perderão as garantias do usufruto de suas terras para as multinacionais. É enfatizado que ainda que o Decreto estabeleça que os indígenas serão destinados a reservas indígenas dos emancipados, não há nenhuma garantia sobre os seus direitos aquelas terras.

Figura 2 – Charge sobre emancipação e multinacionais



Fonte: Porantim, nº03, jul. 1978. Pág. 13.

A charge presente na edição conjunta de agosto/setembro de 1978, relaciona-se a uma notícia enunciada logo acima da charge, na qual relatam que houve uma campanha eleitoral denominada “operação documento” no Alto Solimões, Amazonas, para fornecer certidões de nascimento, título de eleitor, carteira de identidade, carteira de trabalho, entre outros documentos a fim de aumentar o eleitorado e conseguir votos. O periódico alega que os indígenas foram informados que a emissão desses documentos resultaria em uma melhora nas suas vidas, o que ocasionou em grandes filas nas quais o atendimento é extremamente lento.

Apesar do teor da charge não ser diretamente direcionado ao Decreto de Emancipação, ele realiza críticas à política indigenista emancipacionista e corrobora com os argumentos constantemente apresentados pelos grupos que se opõem ao Decreto. A charge exhibe uma longa fila de indígenas, trajados apenas com uma tanga, possivelmente, em uma repartição pública, na qual um funcionário entrega uma série de documentos ao indígena, informando “Aqui está cidadão! Este é o primeiro documento e depois mais estes”, ao que o indígena responde “Pera aí, seu Doutor. Confundiu tudo, índio só veio buscar o título de terra”.

Assim, a charge expõe uma crítica sobre a incessante preocupação do Estado em integrar os indígenas à “comunhão nacional” enquanto negligencia a demarcação das terras indígenas, tal qual é realizado na tentativa de promulgação do Decreto da Emancipação Indígena. Evidencia, portanto, esta negligência ao ironizar a extensa quantidade de documentos que precisavam ser adquiridos para se tornar cidadão, mas entre os quais não

consta nenhum título de propriedade da terra. Esta documentação seria a mais importante para as populações indígenas, haja vista que suas terras estavam em constante ameaça de invasão por grupos não-indígenas e afetavam, consequentemente, a integridade física dos indígenas.

Figura 3 – Charge sobre titulação das terras indígenas



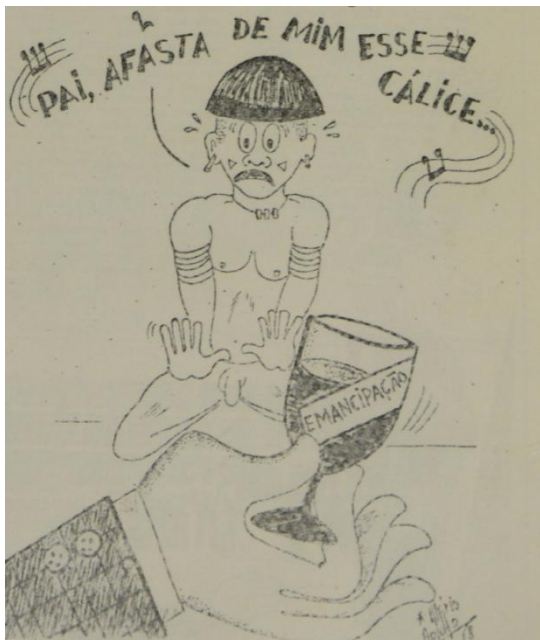
Fonte: Porantim, nº04, ago/set 1978. Pág. 10.

Em dezembro de 1978, “fontes da assessoria de imprensa do MINTER, em Brasília, informaram que a presidência da República decidiu, estrategicamente, esquecer por algum tempo a aprovação do projeto de emancipação de grupos indígenas” (Comissão pró-índio, 1979). Apesar disso, o periódico segue publicando charges sobre a emancipação dos povos indígenas.

Na edição de janeiro de 1979, o *Porantim* publica uma charge que estabelece uma correlação direta entre a emancipação indígena e a música “Cálice”, de Chico Buarque, conforme representado na figura 4. A imagem apresenta um indígena, despido de vestimentas, ornado com pinturas corporais nos braços e adereços associados a diversas populações autóctones, que reage com recusa a um cálice, identificado por uma faixa com o termo “emancipação”. Enquanto expressa, em forma de canto, a frase “Pai, afasta de mim esse cálice”, o indígena rejeita o objeto oferecido por um homem trajando paletó, figura que simboliza o não indígena e, de maneira mais ampla, o agente externo que impõe tal política. A música “Cálice” denuncia a censura, o silenciamento e as ofensivas realizada pelos militares através do jogo de palavras envolvendo o termo “cálice”, que pode ser interpretado como “cale-se”, devido à sua homofonia. Assim, o indígena, ao pedir o afastamento desse “cálice”,

representado como emancipação, rejeita o sofrimento que viria a adquirir com ela.

Figura 4 – Charge “Pai, afasta de mim esse cálice”



Fonte: Porantim, nº06, jan. 1979. Pág 7.

Por fim, destacam-se as edições de julho de 1979 e dezembro de 1979, pois, apesar de apresentar charges diferentes, criticam de forma semelhante as possíveis consequências advindas da emancipação indígena. Ambas apresentam a marginalização do indígena, sendo conduzido à criminalidade. Na charge de julho de 1979, conforme ilustrado na figura 5, esse aspecto é mais evidenciado. A cena, ambientada em uma zona urbana, apresenta um indígena, descalço e utilizando apenas a tanga, extremamente assustado ao ser algemado a um policial, com um semblante autoritário e violento ao empunhar o seu cassetete, questiona: “Isto é que se chamar ‘índio de mãos dadas com a civilização?’”.

Assim, a charge evidencia que a “civilização” preconizada pela política indigenista de cunho emancipacionista tenderia a tornar o indígena mais vulnerável à criminalização, seja pela imposição de valores éticos alheios às suas culturas, seja pela intensificação da violência estatal. Esta, por sua vez, é simbolicamente representada pelo policial, figura que encarna o aparelho repressivo do Estado e consequentemente esta civilização, haja vista que reflete as consequências do projeto de emancipação das populações originárias.

Figura 5 – Charge sobre “civilização”



Fonte: Porantim, nº09, jul. 1979. Pág. 7.

Na charge de dezembro de 1979, disposta na figura 6, identifica-se um indígena, vestindo uma calça e uma camiseta, saindo da floresta enquanto porta um arco e flecha, instrumento associado às populações autóctones, e se deparando com várias placas que apontam para possíveis caminhos, todas associadas a destinos marcados pela marginalização, violência ou exploração, acompanhada do enunciado irônico “a escola indica o caminho”. Cada uma dessas placas representa as consequências advindas da política emancipacionista por meio da educação ofertada nas aldeias, tendo em vista que a educação tinha o papel de assimilar os indígenas na sociedade não-indígena, buscando eliminar sua identidade e suas características culturais, os conduzindo para a marginalização.

A indicação para “empregada doméstica” denuncia a inserção de indígenas, especialmente mulheres, em trabalhos precarizados, mal remunerados e marcados por relações de subserviência, haja vista que a escola conduzia muitos indígenas a ocupações subalternas. De maneira semelhante, a placa “prostituição” indica a vulnerabilidade social e econômica resultante das políticas emancipacionistas-integracionistas, afetando principalmente mulheres indígenas. Já a placa “quartel” representa a militarização da política indigenista durante a ditadura através da submissão dos indígenas ao trabalho forçado, ao aprisionamento e ao recrutamento coercitivo para atuarem em milícias ou forças de repressão geridas pelo Estado.

As placas “cemitério”, “suicídio” e “P.I Funerária Nacional do Índio” denunciam a violência estatal cometida contra as populações indígenas. “Cemitério” remete à mortalidade

indígena decorrente de doenças, conflitos territoriais e omissões estatais; em “suicídio” é evidenciado o sofrimento psíquico em decorrência da assimilação, da vulnerabilidade social e da violência física; a referência à FUNAI em “Posto Indígena Funerária Nacional do Índio” constitui uma crítica irônica ao papel dos Postos Indígenas da FUNAI, sugerindo que o órgão, ao invés de proteger às populações indígenas e atuar em prol de seus interesses, era conivente com as violências cometidas contra os povos originários e contribuía para o desaparecimento físico e cultural dos autóctones.

As sinalizações para “homicídio” e “prisão indígena” remetem à crítica de que a emancipação, tal como proposta pela política indigenista do período, acabaria por aproximar os indígenas da criminalidade, expondo-os a formas de violência e repressão decorrentes da integração. Além disso, a charge, apresentada na figura 6, está vinculada a uma notícia que informa sobre a prisão de um indígena por cometer um homicídio, alegando que este era usuário de drogas, o que demonstra a sua vulnerabilidade social.

Ademais, as placas “favela” e “Manaus” simbolizam o deslocamento forçado e a migração para os centros urbanos, tendo em vista que frequentemente as terras indígenas sofriam esbulho, resultando na expulsão das populações indígenas de suas terras e os condicionando a marginalização urbana.

Por fim, “arte indígena” e “EMBRATUR” criticam o fomento ao turismo nas comunidades indígenas e a comercialização dos artesanatos produzidos pelos povos originários, haja vista que o uso turístico e a mercantilização do indígena pelo Estado transformam as culturas indígenas em uma atração folclórica, descaracterizando os processos culturais e religiosos das práticas indígenas e da produção do artesanato. Assim, ao ser integrado à “comunhão nacional”, é destinado à marginalização, à violência e à exploração, tendo em vista que esta escola, que busca a assimilação do indígena, contribui para o apagamento cultural e para a reprodução das desigualdades sociais.

Figura 6 – Charge “A escola indica o caminho”



Fonte: Porantim, nº 14, dez. 1979. Pág 4.

É importante ressaltar na análise das charges as vestimentas associadas aos indígenas. Com exceção da última charge, na qual demonstra o indígena perdendo sua identidade, todos os indígenas são apresentados com poucos trajes, utilizando somente a tanga, adereços presentes em muitas culturas originárias e um corte de cabelo frequentemente associado aos autóctones. Além disso, como destacado acima, as suas falas são permeadas por erros gramaticais e uma postura mais ingênua. Assim, embora o periódico adota uma representação estereotipada do indígena, típica de uma visão mais colonialista, o *Porantim* procura atuar em parceria com outras entidades e indivíduos do movimento indígena, com o objetivo de denunciar a política emancipacionista promovida pelos militares e utilizar seu veículo como instrumento de pressão sobre os poderes públicos, impedindo a assinatura do Decreto de Emancipação.

Considerações finais

O *Porantim* configura-se como um veículo pertencente à mídia alternativa, tendo como finalidade central a denúncia e a divulgação de informações relativas às populações autóctones. Por meio de sua atuação, o periódico desempenha um papel estratégico na inserção de pautas relacionadas aos direitos indígenas nas discussões coletivas, ao mesmo tempo em que exerce influência sobre os poderes públicos, buscando pressionar a implementação de políticas indigenistas que estejam efetivamente alinhadas aos interesses e às demandas das comunidades indígenas.

Nesse sentido, evidencia-se que o periódico cumpriu de maneira significativa a função de instrumento de denúncia contra a política integracionista-assimilacionista promovida pelo

Estado. Essa política, ao buscar a integração forçada dos povos indígenas aos padrões culturais e sociais da sociedade dominante, tinha como consequência a eliminação da identidade indígena, bem como a marginalização ainda mais acentuada dessas populações, historicamente vulnerabilizadas. Ao expor e criticar essas medidas, o periódico não apenas informava a sociedade, mas também se constituía como uma ferramenta de resistência e de mobilização social, contribuindo para a proteção dos direitos e da autonomia cultural dos povos indígenas.

Fontes

BOLETIM COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. 1. ed. São Paulo: Parma, 1979, p. 77-82.

Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/22007>. Acesso em 20 ago. 2025

BOLETIM DO CIMI. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, ano 8, n. 54, março de 1979. 48 p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/22007>

BRASIL. **Lei nº 6.001**, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: Presidência da República, 1973

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Geral de Avaliação:** contribuições sistematizadas a partir das bases. Brasília: CIMI, 1997. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-geral-de-avaliacao-do-cimi-contribicoes-sitematizadas-partir-das-bases>. Acesso em: 10 dez. 2024

PORANTIM. **Boletim informativo de missionário e índios – maio de 1978.** Porantim. Manaus, 1978, n. 1. Jornal. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=30>

04. Acesso: 20 nov. 2024.

PORANTIM. **Boletim informativo de missionário e índios – julho de 1978.** Porantim. Manaus, 1978, n. 3. Boletim. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3018>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. **Boletim informativo de missionário e índios – agosto/setembro de 1978.** Porantim. Manaus, 1978, n. 4. Boletim. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3035>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. **Boletim informativo de missionário e índios – janeiro de 1979.** Porantim. Manaus, 1979, n. 6. Boletim. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3071>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. **Em defesa da causa indígena - julho de 1979.** Porantim. Manaus, 1979, n. 9. Jornal. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3205>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. **Em defesa da causa indígena – dezembro de 1979.** Porantim. Manaus, 1979, n. 14. Jornal. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3205>. Acesso em 20 nov. 2024

Referências

- BARROS, José D.'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Editora Vozes, 2023.
- BICALHO, Poliene. Resistir era preciso: O Decreto de Emancipação de 1978, os povos indígenas e a sociedade civil no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 136-156, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/JsN35R3WtMNPCr77YZjRfGg/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025
- BOLETIM COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. 1. ed. São Paulo: Parma, 1979, p. 77-82.
- Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/22007>. Acesso em 20 ago. 2025
- BOLETIM DO CIMI. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, ano 8, n. 54, março de 1979. 48 p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/22007>
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. v.II. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024
- BRASIL. **Lei nº 6.001**, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: Presidência da República, 1973.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho. **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 114-136. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002712742>. Acesso em: 22 dez. 2024
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. CIMI: Conselho Indigenista Missionário.
- CIMI**, [s.l.], [s.d]. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em 20 jul. 2025.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Geral de Avaliação: contribuições sistematizadas a partir das bases. Brasília: CIMI, 1997. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-geral-de-avaliacao-do-cimi-contribicoes-sitematizadas-partir-das-bases>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- GÓMEZ, Salustiano Alvarez. A teologia da libertação na América Latina. **Cadernos de História**, v. 10, n. 13, p. 24-46, 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/942>. Acesso em 29 ago. 2025
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Caderno 11 (1932 -1933). Tradução de Giovanni Semeraro e Rodrigo Lima. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- KARAWJCZYK, Mônica; SPERANZA, Clarice. História e Imprensa: Apontamentos Iniciais para uma pesquisa histórica. In: MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KARAWJCZYK, Mônica; KRILOW, Letícia Sabina Wermeier (org.). **Mídias e história**: metodologias e relatos de pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2024. p.17- 39.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111- 153.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo v. 1, n. 1, p. 37-48, 2012. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/268363843.pdf>. Acesso em 18 ago. 2025

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. **Domínios da Imagem**, v. 8, n. 16, p. 133-145, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/20649>. Acesso em 25 ago. 2025

MOONEN, F. **Pindorama conquistada**: repensando a questão indígena no Brasil. Editora Alternativa, 1983.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307>. Acesso em 18 ago. 2025

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2005.

PORANTIM. Boletim informativo de missionário e índios – maio de 1978. **Porantim**. Manaus, 1978, n. 1. Jornal. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=30>

04. Acesso: 20 nov. 2024.

PORANTIM. Boletim informativo de missionário e índios – julho de 1978. **Porantim**. Manaus, 1978, n. 3. Boletim. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3018>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. Boletim informativo de missionário e índios – agosto/setembro de 1978. **Porantim**. Manaus, 1978, n. 4. Boletim. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3035>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. Boletim informativo de missionário e índios – janeiro de 1979. **Porantim**. Manaus, 1979, n. 6. Boletim. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3071>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. Em defesa da causa indígena - julho de 1979. **Porantim**. Manaus, 1979, n. 9. Jornal. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3205>. Acesso em 20 nov. 2024

PORANTIM. Em defesa da causa indígena – dezembro de 1979 **Porantim**. Manaus, 1979, n. 14. Jornal. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3205>. Acesso em 20 nov. 2024

ZANI, Ricardo. Intertextualidade: considerações em torno do dialogismo. **Em questão**, v. 9, n.1, p. 121-132, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6134677>. Acesso em 20 ago. 2025

Fotografia e Memória Institucional: o acervo HeMEPT e as representações da Educação Profissional e Tecnológica no Campus Pelotas (1930-1950)

Photography and Institutional Memory: the HeMEPT collection and representations of Vocational and Technological Education at the Pelotas Campus (1930–1950)

Rafaela Domingues Cavalheiro,¹ IFSul Campus Pelotas

Luiz Felipe Pinheiro Berndt,² IFSul Campus Pelotas

Resumo

O artigo analisa o papel da fotografia institucional na educação profissional entre as décadas de 1930 e 1950, utilizando o acervo do Repositório Digital História e Memória da EPT (IFSul – Campus Pelotas). Partindo das transformações políticas e socioeconômicas do período, discute-se como o ensino profissional foi incorporado ao projeto modernizador do Estado, articulando disciplinamento, racionalização produtiva e construção de identidades. Com base em Mauad (2005), Kossoy (2008), e Le Goff (1990), entende-se a fotografia como documento-monumento que produz narrativas de ordem, civismo e modernidade. A análise de três imagens evidencia que esses registros não são neutros, mas dispositivos que organizam e hierarquizam corpos, performam valores institucionais e consolidam memórias. Conclui-se que a fotografia foi central para legitimar práticas escolares e compor a memória visual da educação profissional.

Palavras-chave: Educação profissional; Fotografia institucional; Disciplinamento; Modernização; HeMEPT.

Abstract

The article analyzes the role of institutional photography in vocational education between the 1930s and 1950s, using the collection of the HeMEPT Digital Repository (IFSul – Campus Pelotas). Based on the political and socioeconomic transformations of the period, it discusses how vocational education was incorporated into the State's modernization project, articulating discipline, productive rationalization, and identity construction. Drawing on Mauad (2005), Kossoy (2008), and Le Goff (1990), photography is understood as a document-monument that produces narratives of order, civism, and modernity. The analysis of three images shows that these records are not neutral, but devices that organize and hierarchize bodies, perform institutional values, and consolidate memories. It is concluded that photography was central in legitimizing school practices and composing the visual memory of vocational education.

Keywords: Vocational education; Institutional photography; Discipline; Modernization; HeMEPT.

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas. Graduanda no curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Campus Pelotas). Email: cavaleiro.domingues@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Pelotas. Graduando no curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Campus Pelotas). Email: lufelipe.berndt@gmail.com.

Introdução

As instituições de ensino profissional da primeira metade do século XX produziram, ao longo de sua trajetória, um vasto repertório de práticas, documentos e imagens que permitem compreender como o Estado brasileiro buscou organizar o trabalho, a técnica e a formação da juventude em meio a um cenário de intensas transformações sociais. A educação profissional emergiu como uma das esferas privilegiadas de intervenção governamental, assumindo papel estratégico na formação de trabalhadores considerados aptos às exigências técnicas e morais do processo de industrialização. Esse período de 1930 a 1950 assistiu não apenas ao crescimento do ensino técnico, mas à constituição de um vocabulário visual e discursivo que modelou identidades, comportamentos e expectativas sociais acerca do trabalhador moderno.

O fortalecimento de políticas centralizadoras, especialmente a partir da Era Vargas, inscreveu a educação profissional no cerne do projeto nacional-desenvolvimentista e, nesse contexto, reformas institucionais como a reorganização das escolas de aprendizes e artífices, a criação das escolas industriais e técnicas e a regulamentação do sistema federal de ensino industrial pelo Decreto-Lei nº 4.127/1942 expressam a tentativa estatal de controlar não apenas a formação técnica, mas também as práticas cotidianas, os comportamentos e a própria estética da vida escolar (Brasil, 1942). Nesse cenário, a cultura visual, especialmente a fotografia institucional, tornou-se um recurso decisivo para a construção de narrativas de legitimidade, eficiência e disciplina. A imagem, enquanto produto cultural e instrumento político, passou a atuar como tecnologia de poder capaz de organizar percepções, naturalizar hierarquias e performar valores que se pretendiam constitutivos da nação moderna.

A compreensão dessa lógica visual exige, portanto, o reconhecimento da fotografia como artefato histórico e socialmente situado, cuja produção, circulação e preservação articulam dimensões técnicas, simbólicas e políticas. Conforme argumenta Mauad (2005), a fotografia opera simultaneamente como documento e monumento, sendo resultado de uma construção cultural que deve ser submetida à crítica externa e interna. Essa perspectiva encontra ressonância nas reflexões de Le Goff (1990), para quem todo documento é também monumento, produto de escolhas, intencionalidades e estratégias de poder que configuram a própria memória histórica. Do mesmo modo, Kossoy (2008) reforça que a imagem fotográfica é sempre elaborada, mesmo quando se apresenta como registro fiel da realidade. Além disso, Sontag (2004), por sua vez, evidencia que as câmeras, ao estetizar e instrumentalizar o real,

tornam-se dispositivos fundamentais nos regimes modernos de vigilância, controle e representação.

É nesse enquadramento teórico-metodológico que se insere o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT/IFSul – Campus Pelotas), cuja materialidade documental, composta por fotografias, documentos administrativos, objetos escolares e registros institucionais, constitui um corpus expressivo para investigar as múltiplas camadas da cultura escolar e dos regimes de visibilidade da educação profissional no sul do país. Mais do que um arquivo digital, o HeMEPT opera como dispositivo de memória capaz de revelar práticas, rituais, performances e estratégias institucionais de produção de sentido, permitindo compreender não apenas o funcionamento da escola, mas as formas pelas quais ela buscou representar-se, legitimar-se e inscrever-se na narrativa pública de modernização.

Partindo dessa perspectiva, este artigo realiza uma análise histórico-visual de três fotografias do HeMEPT, produzidas entre as décadas de 1930 e 1950, a fim de compreender como a institucionalidade escolar se manifesta e se consolida por meio da imagem. O estudo mobiliza aportes da história da educação, da cultura visual, da história pública e dos estudos de memória, especialmente no que concerne às noções de disciplinamento, performatividade institucional, regimes de visibilidade e produção de corpos. A partir dessa abordagem, busca-se demonstrar como a fotografia institucional contribui para a elaboração de narrativas sobre o ensino profissional e se insere no processo mais amplo de modernização técnico-científica e moral que marcou o Brasil na primeira metade do século XX.

Por fim, o artigo organiza-se em três seções articuladas. A primeira apresenta o contexto histórico e institucional da educação profissional entre as décadas de 1930 e 1950, destacando as relações entre modernização e disciplinamento. A segunda seção discute o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT), explicitando o corpus utilizado, os procedimentos metodológicos e a abordagem historiográfica que orienta a análise das imagens, compreendidas como documentos-monumentos. A terceira desenvolve a análise histórico-visual de três fotografias do acervo, examinando suas camadas simbólicas, estéticas e discursivas e evidenciando como tais registros performam valores institucionais e expectativas sociais acerca do trabalho, do civismo e da juventude técnica. Ao final, propõe-se refletir sobre a fotografia enquanto artefato histórico e político, capaz de produzir visibilidades, educar o olhar e participar da construção das narrativas sobre o ensino profissional na modernidade brasileira.

Modernização, Disciplina e Cultura Visual na Educação Profissional (1930–1950)

Entre as décadas de 1930 e 1950, o Brasil vivenciou um conjunto de transformações estruturais que redefiniram os sentidos de modernização, trabalho e vida urbana. Como aponta Teixeira e Ribeiro (2016), esse período representou uma inflexão decisiva na organização econômica e social do país, marcada pelo declínio do modelo agrário-exportador e pela ascensão de novas dinâmicas urbanas e industriais. Nas palavras do autor:

A década de 1930, no Brasil, é marcada pelo fim da hegemonia agrária exportadora e a estrutura produtiva do ambiente urbano passa a ter uma força maior, estimulando processos de urbanização pelo território brasileiro. É nessa década que o Estado investe de fato nas cidades com obras de infraestrutura e melhores condições para o desenvolvimento industrial. (Teixeira; Ribeiro, 2016, p. 53).

A crise do modelo agrário-exportador, aliada à ascensão de novas elites industriais e ao fortalecimento de projetos estatais centralizadores, instaurou um cenário no qual industrialização, controle social e construção de identidades nacionais se tornaram eixos estratégicos da ação governamental. Intensificaram-se, nesse contexto, as disputas em torno do significado de “progresso”, ao mesmo tempo em que o Estado passou a intervir de modo mais direto na organização da sociedade, na conformação da força de trabalho e na criação de mecanismos de visibilidade institucional. A reorganização das cidades, a expansão do capitalismo industrial e o avanço de políticas voltadas à modernização produtiva conformaram um ambiente em que reformas educacionais, programas de racionalização da mão de obra e narrativas visuais destinadas a legitimar o projeto desenvolvimentista ganharam centralidade. Nesse sentido, a educação profissional emergiu como uma peça estratégica, pois, “a formação dos trabalhadores deixa de ser medida social e passa a integrar a lógica econômica do país, articulada ao processo de industrialização e às exigências produtivas” (Ramos, 2014, p. 15).

Esse rearranjo econômico e social, ancorado na racionalização produtiva e na crescente intervenção estatal, abriu caminho para a consolidação de um modelo político que passou a articular modernização e direção centralizada das políticas públicas. Nesse processo, o ensino profissional não foi um campo neutro, mas um espaço tensionado por interesses econômicos e por estratégias de regulação social definidas pelo Estado para moldar uma nova classe trabalhadora, de modo que a intensificação do papel estatal como agente regulador

tornou-se o eixo estruturante das estratégias de reorganização institucional, redefinindo os vínculos entre trabalho, cidadania e desenvolvimento nacional.

É nesse mesmo horizonte interpretativo que, como analisa Medeiros (2020), a Era Vargas inaugurou um ciclo político em que demandas sociais foram apropriadas e reinterpretadas pelo Estado, convertendo-se em instrumentos de ordenamento e de construção de identidades coletivas compatíveis com o ideário nacional-desenvolvimentista. Segundo o autor, “a Era Vargas modernizou as estruturas políticas, sociais e econômicas brasileiras, a partir da inserção de demandas populares na construção de políticas públicas e de direitos trabalhistas [...] transformando o país agrário-exportador em urbano-industrial” (Medeiros, 2020, p. 836). Essa dinâmica revela o caráter ambivalente das políticas estatais do período: ao mesmo tempo em que ampliavam direitos e consolidavam uma nova presença pública do Estado, reforçavam também práticas de vigilância, enquadramento moral e regulação da força de trabalho.

Nesse mesmo movimento, instituições como as escolas de aprendizes artífices, as escolas industriais e as escolas técnicas assumiram um papel decisivo ao articular moralização e instrução técnica, configurando-se como dispositivos de formação de trabalhadores disciplinados e ajustados às exigências do trabalho moderno. Nessa direção, Lima Filho (2024) destaca que “a relação trabalho-educação constitui um campo central [...], apresentando projetos e modelos educacionais para a formação da classe trabalhadora” (Lima Filho, 2024, p. 24). Tal perspectiva reforça que a educação profissional, historicamente, foi direcionada às camadas populares, operando mecanismos de disciplinamento e controle social. Essas instituições não apenas preparavam mão de obra, mas também produziam subjetividades alinhadas a um regime produtivo que associava eficiência, obediência e moralidade.

A reestruturação instituída pelo Decreto-Lei n.º 4.127/1942 consolidou essa lógica ao formalizar a rede federal de ensino industrial e sistematizar suas distintas modalidades, escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem (Brasil, 1942). Tal arranjo institucional aprofundou os princípios do nacional-desenvolvimentismo, assentados na produtividade, na ordem e na disciplina. Nesse contexto, o processo de trabalho moderno passa a demandar um trabalhador disciplinado, capaz de adaptação e conformação às normas institucionais impostas pela organização produtiva. Como observam Cândido, Jucá e Silva (2019), o reordenamento do ensino técnico-profissional “revelou-se, na prática, uma forma de

promover a formação de mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho, mantendo-se o caráter dualista da educação brasileira” (Candido *et al.*, 2019, p. 1).

Paralelamente a esse projeto disciplinador, consolidou-se também um regime de visibilidade estatal. As escolas técnicas passaram a funcionar como verdadeiras vitrines do governo, nas quais práticas, rituais, oficinas e rotinas eram cuidadosamente registradas para demonstrar eficiência administrativa e progresso civilizatório. Nesse contexto, a cultura visual tornou-se um elemento estruturante do projeto modernizador. A fotografia institucional, compreendida como “produto cultural, fruto de trabalho social de produção sónica” (Mauad, 2005, p. 144), operava como uma linguagem capaz de normatizar comportamentos, performar valores e produzir representações sobre juventude, trabalho e moralidade.

A potência simbólica desse dispositivo se intensifica quando articulada às reflexões de Susan Sontag (2004), fotografar significa “capturar a realidade e transformá-la em objeto que pode ser possuído” (Sontag, 2004, p. 14). Nesse sentido, registrar oficinas ordenadas, estudantes uniformizados ou gestos disciplinados não se limitava a constituir documentação administrativa, mas configurava a construção de um ideal normativo vinculado à cultura política do Estado Novo. As câmeras, tornam-se simultaneamente “espetáculo (para as massas)” e “objeto de vigilância (para os governantes)” (Sontag, 2004, p. 155), reproduzindo, no plano visual, a mesma lógica de controle que estruturava a educação profissional: visibilidade e vigilância, técnica e moral, registro e poder.

Compreender a educação profissional entre 1930 e 1950 exige situá-la nesse cruzamento entre política econômica, cultura visual, disciplinamento moral e emergência urbano-industrial. As escolas técnicas não foram apenas espaços de formação; constituíram dispositivos de regulação social e de legitimação estatal, nos quais a modernidade era ensinada, performada e exibida. A fotografia institucional, nesse contexto, materializou ideais de ordem, progresso e disciplinamento, contribuindo para produzir sensibilidades, orientar condutas e reforçar a autoridade do Estado sobre corpos, gestos e práticas da juventude trabalhadora.

Ao mesmo tempo, essas práticas visuais não podem ser compreendidas como meros registros neutros: elas se inscrevem em uma lógica de visibilidade e vigilância, combinando dimensão estética e função normativa, na qual o olhar da instituição organiza, classifica e disciplina o espaço social. É nesse ponto de convergência entre ensino profissional, disciplina e produção de visibilidade que se estabelece o caminho para o próximo desenvolvimento, que se dedicará à análise detalhada das imagens, explorando como a fotografia institucional,

preservada em repositórios digitais, atua como dispositivo de memória, controle e construção de narrativas sobre a educação profissional.

O HeMEPT como Dispositivo de Memória e Visibilidade: Fotografia Institucional e Construção de Narrativas na Educação Profissional

A partir desse panorama histórico mais amplo, torna-se possível avançar para a análise das formas pelas quais a educação profissional participou da construção do projeto modernizador brasileiro. É justamente na articulação entre práticas institucionais, regimes de visibilidade e produção de narrativas que o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT/IFSul – Campus Pelotas) assume centralidade, ao disponibilizar o acervo fotográfico que sustenta esta investigação referente ao período de 1930 a 1950.

Idealizado pelo Grupo de Pesquisa História, Educação e Docência (GPHEDo/IFSul), o HeMEPT configura-se como uma plataforma voltada à preservação, organização e difusão do patrimônio documental associado às instituições de ensino técnico e profissional do sul do país, com o “intuito de resguardar documentos históricos e paralelamente estimular a sua difusão por meio do acesso digital” (Rodrigues, 2025, p. 157). Sua concepção insere-se no movimento mais amplo de consolidação de repositórios institucionais como infraestruturas estratégicas para o campo científico contemporâneo. Conforme observam Gourikeremath e Hiremath (2025), “Institutional repositories represent critical infrastructure enabling universities to capture, organize, preserve, and provide access to research materials in electronic formats.” (Gourikeremath; Hiremath, 2025, p. 64).³ Tais sistemas não apenas asseguram o armazenamento e a gestão de objetos digitais de distintas naturezas, mas preservam, de forma igualmente relevante, os contextos de sua produção, dimensão fundamental para investigações históricas que articulam forma, função e trajetória documental.

Neste enquadramento, o HeMEPT congrega um conjunto expressivo de materiais que documentam a formação e o desenvolvimento institucional do IFSul – Campus Pelotas. Além do acervo fotográfico, que registra práticas escolares, eventos, infraestruturas, cerimônias e rotinas institucionais, o repositório reúne documentos administrativos, como atas, relatórios,

³“Repositórios institucionais representam uma infraestrutura essencial que permite às universidades capturar, organizar, preservar e disponibilizar materiais de pesquisa em formatos eletrônicos” (Gourikeremath; Hiremath, 2025, p. 64, tradução nossa).

livros de registros e diferentes tipologias de documentação burocrática, incluindo quadros de formatura, troféus, e outros objetos que compõem a materialidade histórica da instituição. Trata-se, portanto, de um corpus que ultrapassa a lógica de um arquivo digital convencional: ao articular fontes visuais, textuais e materiais, o HeMEPT permite acessar dimensões complementares da experiência escolar e compreender os modos pelos quais a instituição produziu, selecionou, preservou e organizou seus próprios vestígios ao longo do tempo.

Ao proporcionar acesso sistematizado a esse conjunto heterogêneo de evidências, o repositório opera como um dispositivo de memória que possibilita ao pesquisador identificar continuidades, rupturas, práticas cotidianas e estratégias institucionais de representação. Simultaneamente, ele evidencia as formas pelas quais a cultura escolar e a cultura visual foram mobilizadas como instrumentos de legitimação, disciplinamento e construção de identidades no contexto da educação profissional. Assim, o HeMEPT não apenas reúne documentos: ele media regimes de visibilidade, aciona políticas de memória e oferece subsídios essenciais para análises que buscam compreender como as escolas técnicas e profissionais produziram, ao longo do século XX, narrativas sobre si mesmas e sobre o papel social que reivindicavam desempenhar.

À luz desse entendimento sobre o repositório e sua materialidade documental, torna-se possível avançar para a discussão historiográfica da fotografia, eixo central para a análise das imagens presentes no HeMEPT. Nesse sentido, é sobretudo no acervo fotográfico que essa articulação entre prática e representação adquire maior força expressiva. As imagens registram oficinas, laboratórios, aulas práticas, eventos cívicos, cerimônias, atividades esportivas, jornadas de trabalho e a organização espacial da instituição. Longe de serem registros espontâneos, essas fotografias cumprem funções narrativas e políticas: documentam, selecionam, ordenam e legitimam aquilo que deveria ser compreendido como identidade institucional. Como observa Susan Sontag em sua obra *“Sobre Fotografia”* (2004), “as fotos tornaram-se uma útil ferramenta dos Estados modernos na vigilância e no controle de suas populações cada vez mais móveis” (Sontag, 2004, p. 111). Ao organizar oficinas impecáveis, fileiras de estudantes, instrutores posicionados hierarquicamente e ambientes pedagógicos meticulosamente arrumados, as escolas técnicas produziam um regime de visibilidade em que fotografar é também ordenar, classificar e naturalizar comportamentos e valores.

Nesse ponto, torna-se fundamental reconhecer que a fotografia institucional não pode ser compreendida como documento neutro. Como reforça Boris Kossoy em *“O paradigma da fotografia”* (2008), “a imagem fotográfica é sempre construída por mais ‘documental’ que

seja seu conteúdo” (Kossoy, 2008, s/p.). Esse entendimento aproxima a fotografia institucional de outras formas de construção discursiva, situando-a no âmbito das disputas estéticas, culturais e ideológicas que configuram o campo educacional.

Conforme argumenta Le Goff em sua obra *“História e Memória”* (1990), “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem [...] o documento é monumento” (Le Goff, 1990, p. 548). As imagens presentes no HeMEPT são, nesse sentido, tanto testemunhos quanto performances, elas participam de um esforço institucional de construir representações, consolidar valores e fixar no futuro uma imagem ordenada, eficiente e moralizada da educação profissional. Nesse mesmo sentido, Kossoy complementa essa reflexão ao afirmar que “a alma do documento é a representação elaborada, construída, nele sempre presente, incorporada desde o momento da gênese do registro” (Kossoy, 2008, s/p.).

Essa interpretação se fortalece ao considerar as contribuições de Ana Maria Mauad, em sua obra *“Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”* (2005), onde evidencia a fotografia como uma construção social complexa, regida por códigos culturais específicos. Conforme observa a autora, “a fotografia não é apenas documento, mas também monumento, e como toda a fonte histórica deve passar pelos trâmites das críticas externa e interna [...] sendo organizada em séries fotográficas extensas e homogêneas, capazes de dar conta de um universo significativo de imagens” (Mauad, 2005, p. 144).

Essa compreensão se aprofunda ao considerarmos a própria dimensão técnica da fotografia, uma vez que, “as câmeras implementam uma visão estética e instrumental da realidade, reunindo informações que nos habilitam a reagir de modo mais acurado a tudo o que estiver acontecendo” (Sontag, 2004, p. 152), desse modo, cada imagem institucional desempenha simultaneamente funções de estetização.

Nessa perspectiva, a fotografia deixa de ser compreendida como mero registro neutro e passa a ser interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentidos, estruturado por códigos convencionalizados culturalmente, que operam simultaneamente no tempo e nos diferentes níveis de significação que a imagem comporta. Como afirma Mauad, “trata-se de uma mensagem visual cujas unidades constituintes são culturais e assumem funções sógnicas específicas conforme o contexto em que circulam e o lugar que ocupam dentro da própria mensagem” (Mauad, 2005, p. 139). A partir dessa premissa, a fotografia institucional deve ser analisada não apenas como documento, mas como monumento, uma

construção intencional que demanda crítica externa e interna, organização cronológica e rigor analítico capazes de revelar padrões estéticos, discursivos e políticos que estruturam a produção de imagens. Esse processo crítico torna visível que cada série fotográfica responde a um projeto de codificação do real, articulando critérios de seleção e repetição que performam valores sociais e institucionais.

Nesse ponto, a reflexão de Sontag se integra de modo decisivo: ao mesmo tempo em que as câmeras implementam uma visão estética da realidade, possibilitando “julgamentos desinteressados sobre a beleza e o interesse” (Sontag, 2004, p. 152), elas operam instrumentalmente, reunindo informações que permitem controlar, classificar e reagir ao que acontece no espaço social. Assim, a fotografia institucional presente no HeMEPT emerge como dispositivo estético e técnico que organiza o visível, produzindo narrativas sobre disciplina, trabalho, civismo e modernidade, e cuja análise requer uma desmontagem atenta das camadas simbólicas e políticas que a constituem.

A análise histórico-visual das fotografias do repositório evidencia que cada enquadramento, pose e composição espacial constitui um enunciado visual específico. Como observa Mauad, “a fotografia comunica-se por meio de mensagens não verbais [...], possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto social” (Mauad, 2005, p. 144). Somado a isso, Sontag observa que “a fotografia tornou-se um instrumento incomparável para interpretar o comportamento, prevê-lo e nele interferir” (Sontag, 2004, p. 121). As fotografias presentes no HeMEPT não apenas observam comportamentos; elas participam de sua própria construção, moldando gestos, posturas e modos de ser que correspondem ao ideal estatal do trabalhador disciplinado e produtivo.

Essa compreensão amplia-se quando retomamos outra advertência, “é preciso desmontar esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (Le Goff, 1990, p. 548). O repositório, portanto, oferece uma dupla dimensão analítica. Como evidência empírica, documenta oficinas, laboratórios, rituais cívicos, práticas esportivas e interações cotidianas, permitindo reconstruir práticas pedagógicas e compreender a implementação da política educacional do período. Como representação simbólica, constitui um dispositivo performativo que articula corpos, gestos, objetos e espaços para produzir narrativas visuais de disciplina, moralidade e civismo.

É essa desmontagem, material, visual e simbólica, que possibilita compreender a educação profissional não apenas como política educacional, mas também como prática de produção de corpos, visualidades e narrativas institucionais. É sobre essa produção visual e

sobre as narrativas que emergem que o próximo tópico se debruça, examinando detalhadamente três fotografias do acervo do HeMEPT e suas múltiplas camadas de sentido.

Análise Histórico-Visual das Fotografias Institucionais do Acervo do HeMEPT (1930–1950)

Antes de iniciar a análise das imagens, é necessário situar o quadro ético-jurídico que regula o uso de acervos fotográficos em pesquisas históricas. Todos os registros utilizados são fotografias institucionais provenientes de acervo público, sem identificação nominal dos indivíduos, e têm uso restrito a fins acadêmicos e não comerciais, em conformidade com a legislação vigente.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece que o tratamento de informações deve observar princípios como finalidade, adequação, necessidade e transparência (Brasil, 2018). O Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT/IFSul – Campus Pelotas), responsável pelo acervo aqui analisado, cumpre essas diretrizes, especialmente porque suas fotografias, majoritariamente anteriores a 1950, envolvem sujeitos já falecidos e são disponibilizadas com critérios institucionais de preservação e respeito à memória.

Dessa forma, a análise das imagens adota uma perspectiva que integra responsabilidade ética e conformidade legal, reconhecendo que as fotografias do HeMEPT constituem artefatos visuais dotados de historicidade, intencionalidade e múltiplas camadas de sentido.

Década de 1930

Imagem 1 - Grupo de Professores do Instituto Profissional Técnico 1939



Fonte: HeMEPT, 2025.

A fotografia em preto e branco da década de 1930 intitulada “Grupo de Professores do Instituto Profissional Técnico” (Imagem 1), retrata o corpo docente da instituição, apresentando um numeroso grupo de adultos posando diante da fachada de um edifício institucional, possivelmente uma das entradas principais do Instituto Profissional Técnico de Pelotas. Aproximadamente trinta e uma pessoas organizam-se em três fileiras hierarquizadas: a primeira, composta majoritariamente por mulheres sentadas; a segunda, posicionada logo atrás, formada por homens em atitude formal; e uma terceira fileira, ainda mais elevada, também masculina, compondo uma disposição escalonada e calculada para garantir a visibilidade de todos no registro. As sete mulheres da linha frontal aparecem sentadas com as pernas paralelas e os tornozelos juntos, mãos repousadas sobre o colo ou segurando objetos pessoais, nota-se, por exemplo, uma pasta ou caderno nas mãos de uma delas. Usam vestidos escuros e *tailleurs* característicos da moda formal urbana das décadas de 1930 e 1940, adornados por broches discretos e acompanhados de sapatos fechados. Os cabelos, quase sempre presos ou cuidadosamente ondulados, compõem uma imagem de sobriedade e profissionalismo.

A maioria masculina veste ternos completos, paletó, calça e gravata, em diferentes tonalidades de cinza, preto e marrom, reforçando uma atmosfera de formalidade que atravessa todo o retrato. Muitos exibem bigodes discretos, as poses são rígidas e as expressões sérias, respeitando a estética típica das fotografias institucionais da época. Há um cuidado evidente com a simetria: a figura central, um homem sentado no meio da fileira frontal, apresenta postura imponente, mãos cruzadas sobre o joelho e pernas ligeiramente afastadas, sugerindo posição de autoridade, supervisão ou liderança no grupo.

A imagem revela, antes de tudo, um ritual de representação institucional. Nada na disposição espacial das pessoas é fruto da espontaneidade: trata-se de uma construção visual típica das instituições educacionais da primeira metade do século XX, orientada por códigos de disciplina, ordem e hierarquia, elementos centrais da cultura escolar do período. Nesse sentido, a fotografia opera como dispositivo de performatividade docente e de legitimação da autoridade pedagógica. A rigidez corporal, a simetria e a atmosfera de formalidade produzem uma imagem de corpo docente coeso, moralmente alinhado e tecnicamente competente. A postura dos homens, especialmente os das fileiras intermediária e superior, reforça a hegemonia masculina nas posições de comando, enquanto a presença das mulheres, embora visível e central no enquadramento, permanece situada em um lugar associado à docilidade

disciplinada. A fotografia materializa, assim, uma pedagogia ainda profundamente marcada por estruturas patriarcais e pela racionalidade técnico-administrativa em consolidação no ensino profissional do período.

Observam-se também tensões e hierarquias de gênero inscritas no próprio dispositivo fotográfico. A distribuição das mulheres à frente, sentadas, com gestualidade contida, contrasta com a disposição dos homens atrás, de pé e ocupando posições mais elevadas. Essa organização não é casual: corresponde aos padrões imagéticos da época e traduz expectativas sociais sobre o trabalho feminino no magistério técnico, frequentemente associado à assistência, ao cuidado e à moralização, enquanto aos homens se atribuía o lugar da autoridade e da direção. A fotografia, portanto, não apenas registra tais relações, mas também as reforça e legitima.

A formalidade estética, o uso de trajes urbanos, a predominância masculina e a própria existência de um corpo docente numeroso apontam para uma fase de modernização institucional, alinhada às reformas educacionais que se intensificaram no Estado Novo. Nesse sentido, o retrato funciona como testemunho da crescente profissionalização do ensino técnico e da valorização da formação escolarizada para o trabalho, compondo uma narrativa visual de modernidade, racionalização e eficiência administrativa.

Por fim, destaca-se a visualidade disciplinar que estrutura a cena. A contenção expressiva, a rigidez dos corpos, o controle do olhar e a homogeneização das poses descreve como dispositivos de governamentalidade: tecnologias que administram condutas, regulam gestos e produzem sujeitos por meio de práticas de visibilidade cuidadosamente ordenadas. A fotografia, nesse contexto, ultrapassa o estatuto de simples registro e atua como instrumento de poder inscrito na rotina institucional, contribuindo para naturalizar um ideal de ordem moral, competência técnica e hierarquia organizacional. Não se trata, portanto, apenas de retratar um grupo, mas de produzir uma imagem que performa a instituição, projetando sua identidade para dentro e para fora e consolidando um ethos legitimador de sua própria existência.

Década de 1940

Imagem 2 - Equipe Esportiva da Escola Técnica de Pelotas



Fonte: HeMEPT, 2025.

A fotografia em preto e branco da década de 1940, retrata a equipe esportiva da Escola Técnica de Pelotas (Imagem 2), incluindo alunos, professores e a presença de um guarda. A imagem apresenta um numeroso grupo de homens reunidos em um ambiente externo, diante de uma faixa onde se lê “Escola Técnica de Pelotas”. A cena, capturada em um momento de pausa e organização coletiva, revela um grupo composto majoritariamente por alunos e instrutores, identificáveis pelos uniformes escuros estampados com o emblema da instituição, ao lado de algumas figuras vestindo trajes civis, caracterizados por casacos, boinas, chapéus e ternos simples. O grupo organiza-se em dois níveis distintos: uma fileira anterior, posicionada sobre os trilhos de trem, e outra, mais numerosa, disposta sobre o barranco logo atrás. A disposição escalonada parece calculada para conferir visibilidade a todos os participantes, preservando a lógica hierarquizada e ritual do retrato coletivo institucional.

A fileira frontal, composta por aproximadamente vinte homens, combina figuras de diferentes posições sociais e funcionais. Observam-se corpos masculinos adultos, com posturas rígidas, pés paralelos e gestualidade contida. Alguns usam macacões, outros trajes civis, sugerindo a presença simultânea de alunos, funcionários e possivelmente instrutores vinculados a áreas técnicas específicas. A faixa estendida à frente desempenha papel central na composição: funciona como legenda visual, afirmando a procedência institucional do grupo e antecipando ao observador a finalidade comemorativa ou representativa da imagem.

Na fileira superior, o número maior de homens mais jovens cria um efeito de densidade simbólica. Os uniformizados exibem, sobre o peito, o distintivo circular da Escola Técnica, elemento que reforça a homogeneidade identitária do coletivo. Entre eles, alguns seguram instrumentos musicais, como violão e acordeão, e outros carregam pranchetas ou

pastas, elementos que apontam para uma ocasião de convivência ou deslocamento prolongado, talvez uma excursão técnica, um acampamento escolar ou uma atividade representativa em local afastado da sede urbana. Ao lado direito, um aluno ergue uma bandeira com o brasão da instituição, gesto que monumentaliza o grupo e confere formalidade cívica à cena.

O ambiente natural onde o retrato foi produzido, um espaço aberto com vegetação densa ao fundo e terreno acidentado, sugere uma atividade realizada fora do perímetro urbano de Pelotas. A presença dos trilhos de trem no primeiro plano introduz um elemento significativo: remete à infraestrutura ferroviária ainda ativa no período e, simbolicamente, associa o grupo à ideia de deslocamento, progresso e modernização técnica, valores historicamente vinculados à educação profissional. Os trilhos funcionam, assim, não apenas como suporte físico da composição, mas como metáfora da própria trajetória institucional: linear, contínua, orientada ao avanço.

Nesse contexto, destaca-se também a presença ostensiva de um guarda entre os integrantes da cena. Seu uniforme, as insígnias e a rigidez característica da postura corporal não apenas sinalizam autoridade, mas introduzem na fotografia um vocabulário visual associado à cultura cívico-militar vigente no período. A maneira como esse sujeito é posicionado, ocupando área de visibilidade privilegiada na fileira frontal, funciona como marcador simbólico de hierarquia, reforçando a articulação entre disciplina, civismo e formação técnica que orientava a atuação das instituições escolares de meados do século XX. Sua presença não é acessória, ela participa da produção de um ideal institucional de ordem, moralidade e controle, projetado tanto para o público interno quanto externo por meio da própria imagem.

A fotografia, entretanto, assim como a anterior, transcende o mero registro documental. Sua organização visual, corpos ordenados, gestualidade controlada, signo institucional em destaque, inscreve a imagem no repertório clássico das representações escolares de meados do século XX. Trata-se de uma construção performativa cuidadosamente elaborada, em que cada elemento participa da narrativa de coesão e competência que a Escola Técnica buscava projetar. Mesmo a paisagem aberta, aparentemente informal, é reordenada para conferir solenidade ao grupo: as duas fileiras, a bandeira, os instrumentos musicais e o cartaz com o nome da instituição operam como dispositivos de legitimação.

Do ponto de vista das relações sociais, a fotografia evidencia a hegemonia masculina que estruturava a formação técnica no período. Não há mulheres na cena, fato que reafirma a

exclusividade de gênero que marcou historicamente as escolas industriais e agrícolas até a segunda metade do século XX. A masculinidade projetada, expressa na rigidez corporal, nos uniformes de trabalho, nos bigodes e nas vestimentas operárias, materializa um ideal de trabalhador disciplinado, forte, preparado para as demandas técnicas da industrialização nacional. Esse ideal é não apenas representado, mas naturalizado pelo dispositivo fotográfico.

Por fim, a organização minuciosa dos corpos e objetos na cena permite uma leitura de governamentalidade. O ato de reunir, alinhar, enquadrar e congelar esses sujeitos sob o olhar da câmera transforma a fotografia em instrumento de regulação e visibilidade. Trata-se de uma tecnologia de poder que estabiliza um ideal institucional, a ordem, o pertencimento e a competência técnica, e que participa ativamente da construção da memória visual da Escola Técnica de Pelotas no século XX.

Década de 50

Imagem 3 - Desfile dos alunos da Escola Técnica de Pelotas



Fonte: HeMEPT, 2025.

A fotografia em preto e branco da década de 1950, apresenta um numeroso contingente de alunos da Escola Técnica de Pelotas marchando ao longo de uma das principais ruas do centro urbano da cidade (Imagem 3). Os estudantes, distribuídos em fileiras longas e compactas, aparecem uniformizados com camisetas escuras estampadas com o emblema da instituição e calças brancas, compondo um conjunto visual marcado pela homogeneidade cromática e pela disciplina corporal. A disposição dos corpos não é aleatória:

os jovens avançam com passos sincronizados, braços estendidos ao longo do corpo, expressões concentradas e olhar orientado para a marcha, configurando uma ritualização cívica típica das comemorações da Independência no Brasil do pós-guerra.

A paisagem urbana que enquadra o cortejo desempenha um papel fundamental na construção simbólica da imagem. As fachadas ecléticas dos prédios, com sacadas de ferro trabalhado, janelas verticais e detalhes ornamentais, situam a cena no centro de Pelotas, então reconhecida pela pujança econômica e pelo protagonismo regional. Nos pavimentos superiores, observam-se moradores inclinados sobre as sacadas, enquanto nas calçadas um público numeroso acompanha o desfile, ocupando cada fresta de espaço disponível. Carros estacionados, de modelos característicos da década de 1950, reforçam a temporalidade da imagem. Ao fundo, a estrutura maciça de um edifício em construção, coberta por andaimes, introduz uma narrativa de modernização urbana e crescimento econômico que tenciona, visualmente, tradição e progresso.

A marcha dos alunos, vista em perspectiva, produz um efeito de profundidade que conduz o olhar por toda a extensão da rua, onde corpo escolar e cidade se articulam em um mesmo eixo monumental. Trata-se de uma coreografia cívica na qual a juventude técnica é exibida ao público como símbolo de ordem, disciplina e formação para o trabalho. Na espacialidade da fotografia, o corpo coletivo — alinhado, repetido, uniforme — converte-se no protagonista da cena, enquanto a cidade funciona como palco e testemunho desse ritual.

A imagem revela, portanto, um momento privilegiado de performatividade institucional. Assim como nas fotografias de corpo docente da primeira metade do século XX, aqui também não há espontaneidade: existe um projeto visual deliberado. O desfile escolar opera como tecnologia de legitimação, apresentando a Escola Técnica como instituição moderna, disciplinada e integrada ao projeto nacional desenvolvimentista. O uniforme, repetido em dezenas de corpos, materializa a identidade coletiva forjada pela instituição e traduz uma estética de racionalidade e padronização diretamente associada ao ensino profissional daquele período.

A visualidade disciplinar da cena, marcada pela rigidez dos corpos e pela repetição coreografada dos gestos, pode ser lida à luz da governamentalidade foucaultiana. O desfile não é apenas um ato cívico, mas também um exercício público de moldagem e controle dos corpos, um modo de inscrever a autoridade escolar e estatal na própria corporalidade dos alunos. A fotografia, portanto, não se limita a representar esse regime de disciplinamento: ela

o materializa, o performatiza e o legitima, reforçando socialmente os valores de ordem, obediência e eficiência técnica que sustentavam a formação profissional naquele período.

Ao registrar essa marcha estudantil em pleno centro de Pelotas, a imagem transforma o espaço urbano em cenário ritual e a juventude técnica em emblema de modernização. Assim, a fotografia participa da construção de uma língua visual da nação, onde civismo, progresso e disciplina convergem para produzir uma estética simbólica que atravessa tanto a cultura escolar quanto o imaginário coletivo da época.

Em síntese, o exame das três fotografias evidencia que, apesar de produzidas em momentos distintos, todas mobilizam uma mesma lógica de ordenamento visual que articula disciplina, civismo e modernidade técnica. Nas três cenas, seja no retrato formal do corpo docente, no coletivo esportivo ou no desfile cívico, observam-se princípios recorrentes: a disposição hierarquizada dos corpos, a centralidade dos uniformes como marcadores identitários, a ritualização das posturas masculinas e, em alguns casos, a presença do sujeito guarda, cuja figura reforça visualmente a autoridade e o controle próprios das instituições escolares do período.

Esses elementos demonstram que as fotografias não se limitam a registrar práticas cotidianas, mas operam como construções performativas que organizam, hierarquizam e conferem sentido moral às situações retratadas. A imagem não apenas documenta o ambiente escolar; ela o transforma em modelo, estabilizando um ideal de juventude disciplinada, produtiva e integrada a um projeto técnico e cívico mais amplo. O alinhamento rigoroso, a uniformização, o emblema institucional e a monumentalização dos espaços aparecem de forma reiterada, indicando procedimentos visuais intencionais e coerentes entre si.

Dessa forma, o conjunto analisado revela que, no interior da cultura escolar de meados do século XX, a fotografia assumiu função normativa e pedagógica, contribuindo para naturalizar hierarquias, produzir consensos e construir uma memória visual pautada pela ordem, pela competência técnica e pela moralidade institucional. As três imagens, portanto, funcionam como dispositivos que condensam e projetam os sentidos atribuídos à formação profissional naquele contexto histórico.

Considerações finais

A análise das três fotografias do acervo do HeMEPT evidencia que a visualidade produzida pelas instituições de educação profissional entre as décadas de 1930 e 1950 integrou um vocabulário político e pedagógico mais amplo, orientado pela racionalidade

técnico-disciplinar característica do período. A organização hierárquica dos corpos, a repetição coreografada dos gestos, a centralidade dos uniformes e o enquadramento monumental dos espaços revelam que essas imagens não se limitam a documentar práticas cotidianas: elas performam a instituição, estabilizam identidades e naturalizam valores que estavam no cerne do projeto nacional-desenvolvimentista.

Ao articular elementos da cultura escolar, como o corpo docente formalizado, o coletivo esportivo e a marcha cívica, com símbolos de modernização, civismo e disciplina, as fotografias analisadas contribuíram para a construção de uma narrativa visual que legitimava o papel do ensino profissional na conformação de uma juventude trabalhadora moralmente ajustada e tecnicamente preparada para as exigências do processo de industrialização. Mais do que registros do passado, essas imagens são artefatos culturais carregados de intencionalidade, cujo estudo revela os modos pelos quais o Estado e as instituições educacionais mobilizaram a cultura visual como instrumento de ordenamento moral e político.

A partir das contribuições de Sontag (2004), Mauad (2005), Le Goff (2008) e Kossoy (2008), torna-se possível reconhecer que essas imagens operam como documentos-monumentos, constituindo-se ao mesmo tempo como evidências e como performances. Elas organizam a experiência histórica, selecionam o que deve ser lembrado e enquadram o real segundo padrões estéticos e normativos que traduzem relações de poder. Nessa perspectiva, o repositório digital não apenas preserva vestígios materiais da instituição, mas se converte em espaço de ativação da memória, permitindo que o olhar historiográfico desmonte as camadas simbólicas que sustentam essas representações.

Ao final, compreender a fotografia institucional como tecnologia de poder e como dispositivo de memória possibilita ampliar a reflexão sobre a própria história da educação profissional no Brasil. A visualidade disciplinar presente nas imagens, marcada por ordem, hierarquia e civismo, revela práticas de governamentalidade que moldaram corpos, sensibilidades e comportamentos. Assim, refletir sobre essas fotografias implica reconhecê-las como artefatos históricos e políticos capazes de produzir visibilidades, educar o olhar e participar ativamente da construção das narrativas sobre o ensino profissional na modernidade brasileira. Nesse horizonte interpretativo, vale recordar a observação de Mauad (2005), que sintetiza o desafio hermenêutico colocado pelas imagens:

A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas. A imagem decalca-se em nosso pensamento como sombras, duplos, projeções, representações, mensagens para sempre ou por um instante na memória,

como se pensar fosse ver e ver fosse também pensar, numa circularidade difícil de interromper (Mauad, 2005, p. 147).

Essa reflexão final reforça que analisar fotografias é, em última instância, interrogar a própria lógica de representação que sustenta a memória institucional e o patrimônio educacional.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Dispõe sobre a organização do ensino industrial. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 27 fev. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10/11/2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 24/11/2025.

CANDIDO, Francineuma Guedes; JUCÁ, Sandro César Silveira; SILVA, Solonildo Almeida. A Era Vargas e o ensino técnico-profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6, e27861059, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/1059/884>. Acesso em: 17/11/2025.

GOURIKEREMATH, G.; HIREMATH, R. Institutional Repositories in Karnataka Universities: Status Assessment, AI-Assisted Framework Development and Future Research Directions. **ShodhAI: Journal of Artificial Intelligence**, v. 2, n. 1, 2025. DOI: 10.29121/ShodhAI.v2.i1.2025.48. Disponível em: <https://shodhai.org/shodhai/article/download/48/37/291>. Acesso em: 24/11/2025.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. Campus Pelotas. **Repositório Digital História Memória da EPT (HeMEPT)**. Pelotas. Disponível em: <http://hemept.pelotas.ifsul.edu.br/hemept/>. Acesso em: 20 set. 2025.

KOSSOY, Boris. O paradigma da fotografia. Texto apresentado no Seminário de Fotografia, Chile, 19 ago. 2008. Disponível em: https://boriskossoy.com.br/wp-content/uploads/2014/11/paradigma_pt.pdf. Acesso em: 17/11/2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Luta de classes, precarização da formação da juventude trabalhadora e acirramento da dualidade estrutural: a contrarreforma do ensino médio e da educação profissional. In: NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes (org). **Educação profissional no Brasil no século XXI: políticas, críticas e perspectivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. v.3.p.23-32. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/447/4696/9349. Acesso em: 10/11/2025.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo,

v. 13, n. 1, jan./jun., p. 133–174, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417/6947>. Acesso em: 18/11/2025.

MEDEIROS, G. S. L. de. Era Vargas: a educação como instrumento político / Vargas Era: the education as a political instrument. ID on Line. **Revista de Psicologia**, v. 14, n. 50, p. 835–853, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v14i50.2481>. Acesso em: 17/11/2025.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional [recurso eletrônico]. Curitiba: **Instituto Federal do Paraná**, 2014. (Coleção Formação Pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 17/11/2025.

RODRIGUES, Tobias de Medeiros. **Percepção dos usuários do repositório digital História e Memória da ETP do IFSul**: relevância, impacto e contribuições à preservação e pesquisa. 2025. Tese (Doutorado Profissional em Educação e Tecnologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2025.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEIXEIRA, Alison Nascimento; RIBEIRO, Mária Bruna Pereira. A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: [Instituição], 2018. p. xx-xx. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Alison-Nascimento-Teixeira.pdf>. Acesso em: 17/11/2025.

“Uma mulher grita no bairro muçulmano de Karakol”: mulheres e violência em fotografias da Guerra Civil Libanesa (1975-1990)

“A woman screams in the moslem neighborhood of Karakol”: women and violence in photographs of the Lebanese Civil War (1975-1990)

Camila Karam Horta,¹ UFPel

Resumo

O presente trabalho analisa diferentes fotografias de mulheres no contexto da Guerra Civil Libanesa (1975-1990), e a representação das mesmas como vítimas e/ou testemunhas da violência deste conflito. Além de compreender as formas de violência que essas mulheres vivenciaram nesse período, buscamos discutir sobre o papel do fotojornalismo de conflito e a dicotomia das imagens produzidas nesse contexto; como evidenciam o sofrimento das vítimas ao mesmo tempo que o exploram.

Palavras-chave: História do Líbano; Guerra Civil Libanesa; Mulheres; Fotojornalismo.

Abstract

This work analyzes different photographs of women in the context of the Lebanese Civil War (1975-1990), and the representation of these same women as victims and/or witnesses of the violence from this conflict. Beyond comprehending the different forms of violence that these women lived through in this time period, we intend to discuss the role of conflict photojournalism and the dichotomy of the images produced in this context; how they evidence the suffering of the victims while also exploiting it at the same time.

Keywords: Lebanese History; Lebanese Civil War; Women; Photojournalism.

Introdução

A Guerra Civil Libanesa foi um conflito travado por diferentes grupos armados locais e exércitos estrangeiros entre 1975 e 1990 no Líbano. Suas causas foram diversas, porém destaca-se a fragilidade política do país, a crescente presença e organização política de refugiados palestinos a partir de 1948 e as tensões internas entre diferentes grupos confessionais (Meihy, 2016, p. 66-69). Apesar das tentativas do Estado libanês de conter ou desacelerar essas crises nas décadas que antecederam o conflito, foi incapaz de fazê-lo, e a violência já se mostrara presente em território nacional a partir do final da década de 1960. Uma guerra civil se tornava inevitável; como destaca Naamani, “não havia mais como falar de relações políticas, pois o diálogo fora trocado pelo trovão da artilharia e pela troca de tiros” (2015, p. 171). Após o agravamento dessa violência em 1975 e sucessivas intervenções de

¹Graduanda do curso Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: camilakaramhorta@gmail.com.

agentes externos nos anos seguintes, a guerra tem seu fim em 1990, com a criação do Acordo de Taife, que teve como objetivo amenizar os conflitos entre os grupos confessionais.

Em momentos similares a esse de crise política e violência extrema, grupos marginalizados na sociedade podem sofrer com as suas consequências de forma distinta se comparado a grupos hegemônicos. Esse foi o caso das mulheres durante a Guerra Civil Libanesa, principalmente aquelas pertencentes a outros grupos vulneráveis socialmente, como refugiadas. Estupro, humilhação sexual, violência doméstica e pressão psicológica ou social estão dentre as consequências dessa guerra para as mulheres (Turkmani, 2024, p. 35-45). Destacamos que essas formas de violência e discriminação já ocorriam no Líbano antes da guerra civil, considerando que se trata de uma sociedade patriarcal, porém se tornaram mais frequentes e/ou mais intensas nesse contexto.

Pensando no espaço que as mulheres ocupam na sociedade e considerando, mais especificamente, o contexto libanês, ressaltamos que elas fazem parte de um grupo marginalizado ao estarem inseridas em uma sociedade patriarcal. Já as mulheres pobres, refugiadas e/ou de minorias étnicas no país, como curdas, armênias e palestinas, têm a sua subalternidade definida também por estes aspectos de suas vidas. Ao discutir sobre a violência sofrida por mulheres e como ela é distinta daquela sofrida por homens, devemos considerar que, novamente, não afetam todas elas da mesma maneira (Crenshaw, 1991). Já no contexto internacional, tendo o Ocidente em consideração, a mulher levantina² é vista como parte de uma região marginalizada como um todo e possui estereótipos específicos associados a si por conta de sua origem (Said, 1990). Ambas as perspectivas serão consideradas e debatidas no decorrer dessa pesquisa.

Para compreender as maneiras como essas mulheres sofreram e como isso foi representado nas mídias, o presente artigo pretende analisar diferentes fotografias produzidas no contexto da Guerra Civil Libanesa, especificamente por fotojornalistas, e protagonizadas por mulheres³. Com base na obra de Kossoy (2012) acerca da análise de fotografias, refletiremos sobre a maneira como esses fotógrafos e suas obras representam a violência sofrida e/ou testemunhada por mulheres nesse contexto. Ademais, também discutiremos sobre uma espécie de paradoxo presente neste tipo de fotografia, de acordo com Sontag (2003): como elas evidenciam o sofrimento das vítimas de tragédias, assim como são uma forma de sua exploração.

²Proveniente da região do Levante, que se refere aos países do litoral do oeste da Ásia (Líbano, Jordânia, Palestina, Síria e Chipre).

³Em respeito aos direitos autorais dos fotógrafos destas obras, elas não estão inseridas no texto.

É importante destacar a seguinte colocação de Turkmani em seu relatório sobre a experiência feminina na Guerra Civil Libanesa: as mulheres não devem ser pensadas como vítimas passivas do conflito, mas sim “como participantes ativas que sofreram, lutaram, fugiram, resistiram e se adaptaram de maneiras complexas e não-lineares” (2024, p. 10). As imagens que analisamos apresentam somente uma fração da vida dessas mulheres, fotografada, aprovada, e então distribuída (Kossoy, 2012, p. 45-46). Sozinhas, pouco nos dizem sobre o que essas indivíduos passaram, portanto, nos utilizaremos também de periódicos relacionados às fotografias e/ou aos eventos que as cercam e o relatório supracitado de Turkmani (2024), que compilou os relatos orais de diversas mulheres sobreviventes da Guerra Civil Libanesa. Usaremos estas fontes para complementar a análise das fotografias e preencher eventuais lacunas acerca do contexto por detrás delas, se necessário e/ou possível.

O sofrimento como evidência em Karantina

Uma mulher suplica com um soldado da milícia cristã Kataeb, enquanto demais civis fogem do local. As mãos abertas na frente do corpo e a expressão de sofrimento se contrastam com o rosto escondido do homem armado, graças ao ângulo da câmera no momento que a fotografia foi tirada. Infere-se que é muçulmana, pelo seu uso do *hijab*, e refugiada palestina, de acordo com a descrição que acompanha a obra. À esquerda, um homem anda ao lado de duas crianças, ambas de braços erguidos, e logo atrás, uma mulher carrega uma criança em seus braços, ambos de pés descalços. Ao fundo, é possível ver as chamas consumindo o bairro onde viviam, em um incêndio iniciado pelo próprio Kataeb. Essa cena, capturada pela lente da fotógrafa Françoise Demulder (1976), constituiu parte do massacre de Karantina.

Este massacre ocorreu em 18 de janeiro de 1976, no bairro de mesmo nome, e resultou na morte de centenas de civis por parte do Kataeb. Apesar de estar localizado na zona leste de Beirute, área majoritariamente cristã da capital, Karantina é habitado por muçulmanos e refugiados de diversas etnias, como curdos, armênios e palestinos. Nesse período, a Organização para Libertação da Palestina, ou OLP, atuava fortemente no bairro e sua influência crescia gradativamente, tornando-o um alvo de grupos antipalestinos no Líbano (Sewell, 02/08/2021). É provável que esta tenha sido uma das causas do massacre, considerando o fato de que o Kataeb era fortemente ligado à ideologia supracitada (Meihy, 2016, p. 66-67). Este fato se repetirá em outros massacres sobre os quais iremos tratar no decorrer dessa pesquisa.

O contraste entre a mulher e o soldado foi um aspecto destacado pela própria fotógrafa. Segundo o seu obituário no jornal *The Guardian* (18/09/2008), Demulder relatara, em vida, a mudança em sua visão de mundo causada pela fotografia; havia deixado de ver os cristãos libaneses como “bonzinhos” e os palestinos como “vilões”. Nesta fala, podemos observar como imagens de sofrimento podem apresentar um caráter “educativo”, e como podem ser interpretadas por pessoas externas ao conflito ou tragédia (Sá-Carvalho; Lissovsky, 2008, p. 81). Assim, o desespero dessa mulher enquanto implora com um soldado, responsável ao menos indiretamente pelo sofrimento que lhe aflige, é utilizado para evidenciar a sua inocência e a de seu povo em meio ao conflito.

Todavia, este uso de imagens de sofrimento como um “instrumento pedagógico” não é necessariamente eficaz. Como aponta Sontag (2003), a opinião daqueles que observam a foto nem sempre irá mudar ao vê-la, pois sua interpretação seguirá o seu viés sobre o assunto retratado na obra. Se considerarmos verdadeira a fala de Demulder relatada no jornal, é possível que ela já descreditasse na narrativa que colocava os palestinos como “vilões”, e a fotografia foi somente o estopim para que a sua opinião acerca do conflito mudasse.

Deslocamento forçado na zona oeste de Beirute

Um grupo de civis da zona oeste de Beirute fogem pelas ruas durante um bombardeio, levando o máximo que podem em seus braços. No canto direito, uma garota de véu encara a câmera enquanto carrega uma sacola cheia de roupas. Atrás dela, uma mulher encara o chão, com um bebê em seus braços, enquanto uma criança ao seu lado carrega um gato sobre os seus ombros. No fundo, há duas mulheres, ambas de véu. Uma carrega uma mala relativamente grande e um fardo, e outra estende seus braços para tirá-lo de suas mãos. Um homem logo atrás delas, levando consigo apenas uma sacola plástica e uma pequena mala, parece tentar se aproximar delas, com a mão estendida, como se oferecesse ajuda. Todos caminham por uma calçada, passando ao lado de um estacionamento, que aparenta estar intacto, por enquanto. Essa é a forma que Peter Charlesworth (1984), o fotógrafo por trás desta obra, retrata o deslocamento forçado de civis.

Retornamos à ideia de fuga nesta fotografia, porém com um foco maior. Nela, vemos uma representação das inúmeras facetas da violência dos bombardeios que ocorriam durante a Guerra Civil Libanesa. Eles não somente destruíam a infraestrutura do país e causavam a morte de civis, como também forçavam os sobreviventes, ou aqueles almejando sê-los, a se deslocar em meio a zonas de combate. Era perigoso permanecer em zonas de bombardeio, mas fugir trazia seus próprios perigos, principalmente por conta dos conflitos que eram

travados nas ruas. Ademais, por conta da devastação causada em diversas cidades e aldeias, muitos civis que se deslocaram para outras regiões não puderam retornar às suas casas (Naamani, 2015, p. 1). O deslocamento forçado foi a realidade de cerca de metade da população libanesa na época, considerando o número de pessoas que deixaram o país e aquelas que deixaram apenas a sua região de origem, segundo estimativas apresentadas por Gattaz (2015, p. 56-57).

Na fotografia, observamos uma parte deste “caos” no que as pessoas carregam e a forma como o fazem; sacolas, fardos e malas completamente cheios, como estivessem tentando levar consigo o máximo de pertences que poderiam caber fisicamente dentro deles. A garota mais à frente na fotografia sequer consegue carregar sua sacola pelas alças, sendo obrigada a agarrá-la próxima ao peito, e ela possui tantas roupas que algumas estão colocadas sobre ela. Uma das mulheres ao fundo carrega uma mala grande e visivelmente cheia e um fardo, que a outra mulher se oferece para carregar. Isso se contrasta com o homem ao fundo, que estica seu braço até a mulher com a mala e fardo, pois leva consigo apenas uma pequena maleta e uma sacola plástica.

Os olhares das pessoas nessa fotografia são outro aspecto marcante. A criança e a mulher ao centro, que levam o gato e o infante, respectivamente, possuem expressões vazias em seus rostos. A criança encara diretamente a câmera, enquanto a mulher olha para o chão, como se estivesse emocionalmente distante naquele momento. A garota mais à frente possui uma expressão mais intensa em comparação, porém é difícil interpretar exatamente o que sente; um misto de raiva e tristeza, talvez. Ela também encara a câmera, por motivos igualmente incertos. Podemos afirmar, todavia, que as expressões dessas pessoas representam o sofrimento psicológico causado pela guerra civil e suas consequências diretas para a população civil (Turkmani, 2024, p. 40-45).

A arte do sofrimento em Karakol

Uma mulher grita enquanto caminha por uma calçada no bairro de Karakol, na zona oeste de Beirute. Ela estica seus braços atrás de sua cabeça enquanto segura um tecido branco com ambas as mãos e vira a sua cabeça para o lado, gritando. Uma equipe de filmagem está se preparando no lado esquerdo da fotografia, mas a mulher não chama a atenção deles no instante em que a fotografia foi tirada. A descrição que acompanha a fotografia evidencia o motivo do movimento naquela calçada: momentos antes, ocorrera a explosão de um carro, danificando prédios próximos e tirando a vida de 60 civis, segundo a própria descrição. Ao

fundo, é possível ver um carro parado em diagonal na rua, possivelmente tendo se envolvido na explosão de alguma forma. O grito dessa mulher após tamanha violência foi capturado pelo fotógrafo libanês Nabil Ismail (1985).

Esta fotografia possui uma aparência, de certa forma, “surreal”; a pose da mulher, como as pessoas parecem não percebê-la, a ausência de sinais óbvios de uma explosão, ao mesmo tempo que é evidente que algo dramático acaba de acontecer naquela rua. A reação um tanto quanto estranha da mulher é o principal fator que contribui para esta sensação. Seu grito não parece ser um de dor, nem sua expressão denota alguma tristeza ou desespero. A obra em si, na realidade, assemelha-se mais a um sentimento de choque, com esse contraste entre a mulher, as pessoas na calçada e o cenário. Não consideramos que esta seja, necessariamente, a emoção que ela sente no momento fotografado, mas sim que seja o que essa fotografia representa, a partir da união dos seus elementos.

Outrossim, a obra também apresenta características estéticas que podem ser vistas como contrárias a sua posição como fotografia de sofrimento, pois “encontrar beleza em fotografias de guerra parece insensível” (Sontag, 2003, p. 32). Realmente, pode ser estranho pensar que imagens de guerras, por exemplo, podem ser belas, mas devemos considerar que a fotografia é uma expressão artística, não importando os sujeitos representados ou a intenção por detrás da obra (Kossoy, 2012). Assim, ao observar a fotografia, podemos perceber como a postura e o andar da mulher se assemelham quase a uma dança, na maneira como pisa e estica o tecido atrás de si. Ademais, o contraste entre o laranja de seu cabelo e o azul escuro de seu vestido, principalmente em comparação ao restante da paleta da fotografia, parecem prender os olhos do espectador na mulher.

O fato que todos os elementos que constituem essa fotografia parecem focar somente na mulher e excluir a destruição deve ser ressaltado. O único sinal de que houve, realmente, uma explosão naquela rua é o carro estacionado na diagonal, com indícios de estar danificado; é possível que não tenha sido o hospedeiro da bomba, mas sim que tenha sofrido com o impacto de sua explosão. Há diversos motivos que podem ter levado a essa escolha, mas consideramos que pode ser uma maneira de representar a guerra civil e as suas consequências sem utilizar-se de imagens explícitas de morte e violência, por decisão de Ismail, o fotógrafo, ou de seus empregadores. Como discutido anteriormente, a fotografia apenas indica que ocorreu algo drástico no local, ao mesmo tempo que a descrição relata a morte de dezenas de civis e o desmoronamento de prédios nos arredores; um nível de destruição elevado ao pensar no tamanho da capital libanesa e no país como um todo. Sequer fazem parte do plano de

fundo da fotografia. Isso exacerba, de certa forma, a distância supracitada entre a mulher e o assunto da fotografia, ao mesmo tempo que nos permite focar somente nela e no seu sofrimento, representado de maneira mais abstrata do que gráfica, ao contrário de outras imagens analisadas nessa pesquisa.

A repetição do passado em Shatila

Um grupo de mulheres de diferentes gerações se sentam em uma base de concreto, muitas chorando, outras olhando adiante ou para o chão com expressões de luto. Uma mulher parece gritar enquanto segura um pano sobre o seu ombro. Na frente delas há mais uma mulher, chorando e cobrindo o rosto com um lenço, assim como algumas das mulheres sentadas. Moradoras do campo de refugiados Shatila, estas mulheres testemunharam mais uma vez o massacre de seus iguais, apenas poucos anos após o massacre de Sabra e Shatila, e sua dor foi capturada pela lente do fotógrafo francês Joël Robine (1985).

Shatila é um campo de refugiados localizado na zona sul de Beirute, criado para abrigar a população refugiada palestina a partir de 1948. Com o passar dos anos, passou a também ser o lar de outras comunidades marginalizadas no Líbano, principalmente a população mais pobre. Em 1982, foi o alvo de um massacre, juntamente com o bairro de Sabra, cometido por diferentes milícias ligadas ao Kataeb e auxiliado pelo Exército de Israel (Meihy, 2016, p. 71). A justificativa dos agentes envolvidos é de que as regiões invadidas seriam focos de ação da OLP, e portanto, atacá-las causaria o desmantelamento do grupo. O resultado foi a morte de cerca de mil civis durante três dias de violência extrema e o agravamento da crise política no Líbano (Naamani, 2015, p. 213).

Em 1985, ocorre outro massacre em Shatila, tirando a vida de 83 civis, segundo a descrição da fotografia. Essas mulheres, sobreviventes do primeiro atentado ao bairro, percebem-se novamente vítimas da violência das milícias, movidas pelo seu ressentimento à presença palestina no país (Gattaz, 2012, p. 50-51). O sofrimento retratado nessa fotografia não é novo para a maioria dessas mulheres, se não todas; muda-se as datas, as circunstâncias e a intensidade da violência, mas ela ainda se repete, e aquela mesma dor que elas sentiram após o último massacre retorna. Como coloca Turkmani (2024, p. 40), “o medo e o luto que essas mulheres vivenciaram é profundo e contínuo”, e seus efeitos persistem na população libanesa mesmo décadas após o fim da guerra civil.

É marcante, ainda, a representação mais diversa do sofrimento nessa obra. Há aquelas mulheres que choram de maneira quase violenta e tentam esconder suas lágrimas com seus

lenços, assim como há outras que não parecem reagir de forma alguma, apenas com expressões vazias em seu rosto. Assim, a imagem demonstra como mesmo entre mulheres que testemunharam e/ou sofreram os mesmos tipos de violências, o seu sofrimento não é necessariamente revelado da mesma forma. Destacamos, também, que essa fotografia captura somente um instante da reação dessas mulheres nesse dia, portanto, é possível que momentos antes ou após essa fotografia, suas posturas e expressões estavam diferentes do que observamos nesse momento.

O trauma da violência na zona oeste de Beirute

Em uma rua na zona oeste da capital Beirute, há múltiplos carros danificados, alguns em chamas, enquanto uma cortina de fumaça escura se forma acima deles. Mais à frente, uma mulher grita com os braços abertos, implorando, suas roupas e membros cobertos de sangue e seus pés descalços. Logo atrás dela, há uma bolsa e alguns vegetais atirados no chão. Um homem próximo à calçada, um pouco atrás dela, ergue seus braços, com uma expressão de raiva ou descrença. Ambos acabam de testemunhar a explosão de um carro, capturada dessa forma pelo fotógrafo libanês Khalil Dehaini (1986).

Retornamos, nessa fotografia, à ideia de súplica. Os braços estão novamente abertos, o rosto veste uma expressão de dor e sofrimento e a mulher parece gritar por algo ou alguém, porém dessa vez de forma mais intensa e não aparentando estar voltada a uma pessoa específica, como na fotografia em Karantina. Nesse caso, aparenta estar menos relacionada à ideia de inocência e mais ao sentimento registrado na descrição da obra: choque. A postura e expressão da mulher, a súplica a ninguém aparente e a destruição atrás dela remetem a uma noção de pânico ou crise. O caos externo é unido à forma como a mulher se porta na fotografia e é usado para ressaltar o seu próprio sofrimento.

Outrossim, a brutalidade presente na fotografia é mais um aspecto marcante. O sangue nas roupas da mulher implica que está ferida, ao mesmo tempo que presenciou alguém ser atingido pela explosão. É difícil visualizar o restante da rua, tamanha é a cortina de fumaça que se forma atrás da quase barricada de carros danificados. Os objetos atirados no chão remetem a uma ideia de um acontecimento súbito, de forma que as pessoas largaram tudo o que carregavam. A fotografia foi tirada em 1986, cerca de 20 anos após o início da Guerra Civil Libanesa e poucos anos após a escalada da violência no conflito, segundo Meihy (2016, p. 71-73). É, assim, uma representação da crueldade que o Líbano testemunhava naquele período e do sofrimento pelo qual a população passava há mais duas décadas.

É por ser uma fotografia tão “crua” na sua representação da violência que torna-se uma exploração da mulher em foco. Após testemunhar tamanha crueldade, ela expõe as suas dores para o mundo, e, em troca, Dehaini a captura para ser circulado além do território libanês. Baseando-nos somente na descrição da fotografia, essa mulher é completamente anônima; não sabemos porque exatamente ela grita dessa forma pelas ruas, qual é a sua relação com as vítimas da explosão, sequer sabemos o seu nome. Deste modo, ela se torna apenas um corpo que veste roupas ensanguentadas e caminha no meio rua, um rosto que chora por motivos e pessoas desconhecidas a nós, seus espectadores. Para que essa obra possa ser essa uma representação do sofrimento de uma população, como discutido acima, pouco devemos saber sobre a mulher presente na fotografia:

na representação mediada do sofrimento do outro, algo tende a permanecer constante: a imagem da vítima aspira à generalidade. Se, por um lado, o sofrimento deve ser singular para que desperte a piedade do espectador, por outro, para que seja político, seu apelo deve evocar uma pluralidade de situações similares de sofrimento (Sá-Carvalho; Lissovsky, 2008, p. 84).

Dehaini, como libanês, não era uma pessoa externa ao conflito e às dores que ele causava, porém, as suas imagens eram veiculadas em jornais ocidentais. Trabalhou, durante a guerra civil, para a agência Reuters, segundo matéria do *The New York Times* que relata a sua morte no final do conflito (Hijazi, 18/02/1990)⁴. É possível que fotos como essa tenham sido veiculadas de tal forma para atrair o público ocidental.

A exploração da morte em Bourj El-Barajneh

Duas mulheres arrastam o corpo de uma jovem mulher com dificuldade por uma rua de terra no campo de refugiados Bourj El-Barajneh, em Beirute. As roupas da jovem estão ensanguentadas e sujas de poeira, e seu corpo parece estar mole. Uma das mulheres que a arrasta olha para o chão, enquanto a outra olha adiante. Atrás delas há um muro com diversas marcas de balas por toda a sua superfície, e destroços as cercam. Esse registro, feito pelo fotógrafo britânico Tom Stoddart (1987), teve como objetivo evidenciar a crueldade do Movimento Amal enquanto cercavam o bairro no final da década de 1980.

Uma reportagem do jornal *The Sunday Times* por Marie Colvin (26/02/12) relata o acontecimento por detrás da fotografia⁵. Colvin fora para Bourj El-Barajneh acompanhada de Tom Stoddart, com o objetivo de relatar a violência cometida contra os civis desta localidade

⁴Data referente à publicação original impressa.

⁵Originalmente publicada no dia 5 de abril de 1987. Versão digital foi publicada em 26 de fevereiro de 2012.

pelo Movimento Amal, milícia xiita. Eles haviam estabelecido um cerco ao bairro e atiravam de forma aleatória contra as mulheres que saíam para tentar adquirir suprimentos para as suas famílias, criando o chamado “Corredor da Morte”. Similarmente ao ataque do Kataeb ao bairro de Karantine, é provável que o Movimento Amal, também inserido na ideologia antipalestina, tenha atacado Bourj El-Barajneh para evitar que fosse dominado pela OLP (Naamani, 2015, p. 235-237). Este medo se originava no fato de que era um bairro habitado, em sua maioria, por refugiados palestinos desde a sua criação em 1948, tornando-a uma área propícia para a atuação do grupo.

Nesta fotografia, podemos observar uma das vítimas da violência cometida pela Movimento Amal, uma jovem mulher que havia tentando sair do bairro para comprar comida, e que, durante o seu trajeto, fora atingida pelos tiros de membros da milícia. Eles impediram diversas vezes que os moradores do bairro se aproximassem dela e a socorressem, ameaçando-os com tiros. A fotografia é um registro do momento em que duas mulheres conseguem alcançar a jovem e arrastá-la para longe da ameaça dos tiros, para que então fosse levada para um ponto de atendimento médico próximo ao bairro. Ela morreu poucos momentos depois em razão de ter recebido um tiro fatal na cabeça, segundo a reportagem supracitada (Colvin, 26/02/12).

Essa fotografia faz parte de uma série de registros da morte da jovem mulher feitos por Tom Stoddart, desde momentos após ser ferida até a sua chegada ao ponto de atendimento onde faleceu. Seus últimos minutos de vida estão congelados para sempre pela lente da câmera, juntamente aos esforços e ao sofrimento daqueles que tentaram salvá-la e fracassaram. A imagem é uma denúncia contra a crueldade e violência da guerra civil, centralizada no cerca a Bourj El-Barajneh, porém feita de uma forma que explora o cadáver dessa jovem mulher. Seu corpo, a partir desse momento, é pouco mais do que um instrumento para chocar o espectador e pedir por sua compaixão. É um reflexo da necessidade de comprovarmos a brutalidade e as consequências de conflitos e massacres:

De fato, a própria noção de atrocidade, de crime de guerra, está associada à expectativa de alguma comprovação fotográfica. Essa comprovação, em geral, é de algo póstumo; os restos mortais, por assim dizer (...). E essa realidade póstuma representa, muitas vezes, o sumário de acusação mais incisivo que há (Sontag, 2003, p. 33).

Ademais, essa exposição do sofrimento não está relacionada somente ao corpo da jovem mulher, mas também às duas mulheres que a resgataram. Elas, assim como as demais moradoras desse bairro, foram os maiores alvos da violência cometida pelo Movimento Amal

e, naquele dia, testemunhas dela. Arriscaram-se para salvá-la, e essa tentativa de socorro está, também, gravada para sempre pela câmera. O sofrimento delas está diretamente atrelado ao da jovem mulher, não somente por terem sido testemunhas da sua morte, mas também por terem sido as responsáveis por removê-la do local em meio às ameaças de tiros. Dessa forma, estão sendo similarmente expostas nessa fotografia.

Conclusão

Analisando as fotografias selecionadas, podemos perceber a diferença entre representações da violência nos centros urbanos e nos campos de refugiados, e como as mulheres residentes destes locais sofreram com ela. Nos campos de refugiados, ela aparece de forma mais intensa e direcionada especificamente aos civis, com imagens mais explícitas, como a fotografia de Stoddart em Bourj El-Barajneh. Já na zona urbana, a violência aparenta ser, ao mesmo tempo, mais indireta e difusa, como se fosse cometida contra uma região ou local e não contra as pessoas. Com exceção da fotografia de Dehaini, a agressão e destruição que causam não são visíveis ao espectador, e as mulheres são representadas mais como testemunhas delas. Isso se relaciona ao fato de que, durante a Guerra Civil Libanesa, os refugiados foram brutalmente perseguidos, sendo considerados uma ameaça aos interesses de diversas milícias e os causadores das crises políticas e sociais pelas quais o Líbano passava naquele período.

Desse modo, as mulheres refugiadas não sofreram somente com a violência da guerra e o machismo exacerbado do período, mas também com ataques direcionados as suas comunidades especificamente. Isso se relaciona à teoria da interseccionalidade proposta por Crenshaw (1991); apesar de ambas libanesas e refugiadas sofrerem com a opressão e a violência que acometia o Líbano, sofriam de forma distinta por conta das diferenças entre suas nacionalidades, etnias, classe social, entre outros fatores

Observamos que as formas de violência sofridas pelas mulheres que estão representadas nas fotografias analisadas não se encaixam nos tipos destacados por Turkmani (2024) como cometidos exclusivamente contra mulheres. As violências doméstica e sexual, principalmente, não aparecem nessas obras mesmo de maneira implícita. Percebemos as formas como sofreram com a brutalidade desse conflito, e pudemos observar também os ataques contra refugiados, como citado acima, porém a violência de gênero não aparece explicitamente nessas imagens. Consideramos, todavia, que é demonstrada na exploração das

mulheres fotografadas, como debatido anteriormente, mas ainda assim não possui protagonismo.

O que o fotógrafo escolhe registrar e de que maneira o faz está diretamente relacionado aos seus vieses (Kossoy, 2012). Destacamos que os fotógrafos por trás da maioria das fotografias analisadas nessa pesquisa são ocidentais, trabalhando para a mídia ocidental, que é, por sua vez, assistida por um público majoritariamente ocidental. Mesmo os fotógrafos libaneses cujos trabalhos examinamos, Ismail e Dehaini, não há indícios de que trabalhavam para a mídia libanesa nesse período. Por conseguinte, a forma como observam os sujeitos a serem fotografados privilegia o pensamento do Ocidente acerca do Oriente, mesmo que de forma inconsciente (Said, 1990). Esse fato também se relaciona às discussões anteriores acerca do quão explícita são as imagens desse conflito: “Quanto mais remoto ou exótico o lugar, maior a probabilidade de termos imagens frontais completas dos mortos e dos agonizantes” (Sontag, 2003, p. 30).

Por fim, observamos que as fotografias utilizadas nessa pesquisa são apenas uma pequena fração do que está disponível para ser estudado em repositórios virtuais. Consideramos que exista espaço para mais análises acerca dos temas dos quais tratamos e que se utilizem das obras de outros fotógrafos que trabalharam nesse período. O que foi apresentado aqui é somente um exemplo do potencial de estudos sobre a Guerra Civil Libanesa, um tema que ainda é relativamente recente na história do Líbano, e cujas consequências estão presentes até a atualidade (Meihy, 2016; Naamani, 2015).

Fontes

CHARLESWORTH, Peter. **[Sem título]**. 1984. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%Adstica/lebanese-civilians-flee-random-shelling-and-street-foto-jornal%C3%Adstica/185608481>. Acesso em: 03 dez. 2025.

DEHAINI, Khalil. **[Sem título]**. 1986. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%Adstica/woman-cries-in-shock-minutes-after-a-car-bomb-foto-jornal%C3%Adstica/95766021>. Acesso em 03 dez. 2025.

DEMULDER, Françoise. **[Sem título]**. 1976. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%Adstica/palestinain-woman-pleads-with-christian-militia-in-foto-jornal%C3%Adstica/74595712>. Acesso em: 03 dez. 2025.

ISMAIL, Nabil. **[Sem título]**. 1985. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%Adstica/woman-screams-19-august-1985-in-the-moslem-foto-jornal%C3%Adstica/95765439>. Acesso em: 03 dez. 2025.

ROBINE, Joël. **[Sem título]**. 1985. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%Adstica/palestinian-women-grieve-06-june-1985-in-shatila-foto-jornal%C3%Adstica/457650202>. Acesso em: 03 dez. 2025.

STODDART, Tom. [Sem título]. 1987. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.tomstoddart.com/extraordinary-women?itemId=swlgzivh8vxs6e7ta5jhievb6apc4k>. Acesso em: 03 dez. 2025.

Referências

COLVIN, Marie. Snipers stalk Palestinian women on the Path of Death. **The Sunday Times**, Londres, 26 fev. 2012. Viagem. Disponível em: <https://www.thetimes.com/travel/destinations/uk-travel/england/london-travel/snipers-stalk-palestinian-women-on-the-path-of-death-9xztl0nf3g0?region=global>. Acesso em: 27 nov. 2025.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Palo Alto, v. 43, n. 6, 1991. p. 1241-1299. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil**: história oral de imigrantes. 2. ed. Salvador: Editora Pontocom, 2012.

HIJAZI, Ihsan. Battered Beirut Militia Fights On Against General. **The New York Times**, Nova Iorque, 18 fev, 1990. Seção 1. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1990/02/18/world/battered-beirut-militia-fights-on-against-general.html>. Acesso em: 27 nov. 2025.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

MEIHY, Murilo. **Os Libaneses**. São Paulo: Contexto, 2016. 208 p.

NAAMANI, Bassam Abdel Kader. **Peace And War In Lebanon**: 1920–1990 the Interplay of Confessional, Regional, And International Politics. Beirute: Dar Nelson, 2015. 312p. Disponível em: https://www.academia.edu/123719259/Peace_and_War_in_Lebanon_1920_1990_The_Interplay_of_Confessional_Regional_and_International_Politics. Acesso em: 27 nov. 2025.

RANDALL, Jonathan. Françoise Demulder. **The Guardian**, Londres, 18 set. 2008. Fotografia. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2008/sep/18/photography.women>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SÁ-CARVALHO, Carolina; LISSOVSKY, Mauricio. Fotografia e representação do sofrimento. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, 2008. p. 77-90. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1496/968>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEWELL, Abby. Holding bay, refuge, dumping ground, home, war zone, community: The storied past of blast-devastated Karantina. **L'Orient Today**, Beirute, 2 ago. 2021. Aniversário da explosão do porto. Disponível em: <https://today.lorientlejour.com/article/1270339/holding-bay-refuge-dumping-ground-home-war-zone-community-the-storied-past-of-blast-devastated-karantina.html>. Acesso em 27 nov. 2025.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 112 p.

TURKMANI, Nur. **Women from the war generation: Stories of strength, struggle, and survival in Lebanon's civil war**. Beirute: Lebanon Country Office, 2024. Disponível em:

<https://lebanon.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/04/women-from-the-war-generation-stories-of-strength-struggle-and-survival-in-lebanons-civil-war#view>. Acesso em: 27 nov. 2025.

Estado, crime e poder

A ditadura vista a partir das margens: notas introdutórias sobre o fazer historiográfico nos/sobre os “pacatos” interiores

The dictatorship seen from the margins: introductory notes on historiographical practice in/on the 'peaceful' hinterlands

Darlise Gonçalves de Gonçalves,¹ UFPel

Resumo

O presente texto tem por objetivo tecer algumas reflexões sobre o fazer historiográfico a respeito da temática da ditadura civil-militar brasileira nos e a partir dos interiores. No intuito de trocar as lentes de análise sobre esse tema tomaremos como estudo de caso o estado do Rio Grande do Sul a partir de um levantamento realizado tendo por base os dados contidos na plataforma Antares I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul. A partir do qual podemos observar algumas tendências e lacunas na produção gaúcha sobre o período. Ao mesmo tempo, discutiremos o como fazer. A partir de uma reflexão sobre a práxis de sua autora enquanto uma pesquisadora dos e sobre os “pacatos” rincões.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Produção Historiográfica; Rio Grande do Sul; Interiores; Estado da Arte.

Abstract

This text seeks to develop reflections on historiographical practices concerning the Brazilian civil-military dictatorship, particularly from and within the hinterlands. In order to shift the analytical lens on this subject, the state of Rio Grande do Sul will be taken as a case study, based on a survey conducted using data from the Antares I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul (Antares Platform Reference Center for Research on the Civil-Military Dictatorship of 1964 in Rio Grande do Sul). Such an approach allows us to identify certain trends and gaps in the scholarly production from Rio Grande do Sul on the topic. At the same time, we will engage in a discussion of methodological approaches, through a reflection on the praxis of the author as a researcher of and about the so-called “peaceful” backlands.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Historiographical Studies; Rio Grande do Sul; Countryside; State of the Art

Introdução

As questões do Brasil recente e as mazelas do Terrorismo de Estado não afetaram a todos os brasileiros de uma mesma forma, o que é bem plausível de se supor devido às dimensões espaciais de nosso território e a pluralidade social de sua gente. Alguns grupos

¹ Mestra e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Contato: darlisehistoriadora@yahoo.com. Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

sofreram com a negligência, outros com a violência direta e ostensiva do Estado, entretanto todos sofreram com a cultura do medo e o clima de suspeição vivenciado naqueles vinte e um longos anos. Da mesma forma, esse rastro de tensão não se restringiu aos cidadãos residentes dentro das fronteiras nacionais. Ele se alastrou pelo Cone Sul, antes mesmo do bater de asas da Condor. Perseguindo, constrangendo, monitorando, amedrontando aqueles que precisaram se exilar. Aqueles que um dia/todos os dias ousaram sonhar com um Brasil mais justo. Brasil esse que era projetado pelo projeto reformista ceifado pelo Golpe de 1964.

Historiograficamente, ainda pouco se sabe do “todo”, e certamente o “todo” referente aos vinte e um anos de ditadura nunca será alcançado. No Brasil, os cientistas políticos foram os primeiros a se ocuparem de tais análises ainda nos primeiros anos de abertura política. Em certa medida, o interesse tardio dos historiadores pode ser justificado pela própria epistemologia de nossa ciência, que ainda era permeada por resquícios de positivismo - acreditando ser necessária naquele momento certa distância temporal para uma análise mais neutra do período em questão. Ao mesmo tempo, a problemática das fontes de pesquisa era uma realidade presente no fim do século passado. A impossibilidade de acessar os arquivos e o descrédito a história oral, devido a sua subjetividade, afastavam os historiadores de se debruçarem sobre o tema.

Questões essas que hoje já foram superadas e não merecem mais longos e exaustivos debates. Entretanto novos aspectos da atual conjuntura de produção do conhecimento histórico sobre o período devem ser debatidos, não só porque são esses embates e tensionamentos que fazem com que a ciência avance, mas também porque dizem respeito diretamente ao nicho no qual se encontra nossa trajetória de pesquisa, e em certa medida nas reflexões para as quais esse artigo se apoia.

De acordo com Carlos Fico existe atualmente um esforço, ainda de caráter incipiente, de alguns Programas de Pós-Graduação em História de voltarem suas pesquisas para vivências e experiências desenvolvidas em outros espaços (Fico, 2020, s.p.) do país. Sendo assim, esses estudos têm destinado especial atenção à diversidade de tipos sociais que vivenciaram os anos de repressão das mais diferentes formas, visto que esta atingiu brutalmente o meio rural, as pequenas cidades, as periferias, favelas e tantas outras localidades que sentiram e reagiram a seu modo.

Portanto, destacam-se nesses novos estudos, as vivências de distintos atores sociais, esmiuçando demais formas de resistência, para além da armada, e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional,

por exemplo. Afinal o país possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolveram.

Entretanto, como é bem pontuado pela pesquisadora Mariana Franco (2021), ainda temos uma enorme dificuldade de elaborar visões mais amplas a partir desses estudos monográficos regionalizados, que por si já são um significativo avanço dos últimos anos, articulando as diferentes escalas analíticas que compõem o todo. Essa fusão de diferentes lentes analíticas nos permite “dar conta de outros processos políticos, sociais e culturais, que, [...] não são menores, mas sim diferentes da história vista a partir do centro” (Franco, 2021, s.p). Ao encontro dessa perspectiva caminham os argumentos de Mariana Joffily (2018) que pontua a necessidade de observarmos as formas adaptadas de repressão utilizadas pela ditadura nos interiores do país e sobre grupos historicamente excluídos das narrativas oficiais.

Logo, entender as complexidades e particularidades desses episódios é de suma importância não apenas para compreendermos de maneira mais nítida o nosso passado, mas também para sermos capazes de observar as permanências dele em nosso cotidiano a partir do enraizamento de determinadas práticas repressivas e/ou autoritárias em nossa cultura política.

Esses entendimentos, em certa medida balizam parte das discussões que aqui nos propomos a realizar. Dessa forma, em um primeiro momento vamos nos dedicar a discutir algumas questões referentes ao fazer historiográfico sobre esse tema a partir dos/ sobre os “pacatos” rincões do País. Destacando possibilidades de acervos e abordagens desde espaços às margens dos grandes centros urbanos. Reflexões essas que estão fortemente apoiadas na práxis da autora.

Em um segundo momento, iremos pontuar alguns dos principais avanços historiográficos dos últimos quinze anos que fizeram com que pesquisas voltadas para os interiores fossem possíveis. Também buscaremos apresentar um levantamento parcial da produção bibliográfica sobre o tema realizada no estado do Rio Grande do Sul.

Acervos, fontes e possibilidades para o fazer historiográfico no Estado- reflexões a partir da práxis

Não existem prescrições exatas para o mapeamento de fontes em história. Afinal não somos uma ciência cujo os resultados possam ser replicados e multiplicados em laboratórios. Mas de toda forma, existem alguns caminhos possíveis que podem ser apontados quando o assunto é onde pesquisar, ou por onde começar a mapear fontes para trabalhar o passado ditatorial dos/nos nossos pacatos rincões. Dessa forma, as linhas que se sequeem são parte da

experiência empírica da autora, acumulada ao longo de uma década pesquisando a fronteira sul do Rio Grande do Sul, e que pode servir para lançar luz sobre outros espaços.

Começando pelos documentos sobre a ditadura. O acesso a esses fundos, ampliado após a instauração da Lei de Acesso às Informações Públicas (2011)², é sem dúvida um dos pontos de avanço significativo na produção do conhecimento historiográfico sobre o período³. Pois novos fundos possibilitaram novas pesquisas, abordagens, problemáticas e olhares sobre o passado. Contribuindo para superação de alguns mitos e equívocos, como a ideia de uma *ditabranda*⁴ ou da não existência de repressão nas cidades interioranas, por exemplo.

Entretanto, essa legislação ainda não resolveu toda a problemática que cerca esse tipo de documentação. Uma vez que, estes, assim como as memórias, são fonte de disputas no campo das versões e controvérsias sobre 1964 e a posterior ditadura. De um lado encontram-se aqueles interessados em sua preservação (vítimas, pesquisadores, organizações voltadas para os direitos Humanos e outros) e no outro extremo encontram-se agentes militares e civis envolvidos direta ou indiretamente nesses processos a quem convém a ocultação, negação e até mesmo destruição desses arquivos, para quem esse passado deve permanecer sepultado. Pois, para além da represália moral que o desvelar dessas ações pode acarretar em âmbito individual para aqueles agentes envolvidos em ações repressivas, em âmbito coletivo esses documentos sofrem um efeito bumerangue. Isso quer dizer que servem no presente para atividades opostas à sua origem, ou seja, o que antes foi redigido pelo Estado para incriminar a vítima hoje é uma das provas dos crimes desse mesmo Estado contra os direitos humanos (Bauer; Gertz, 2009).

² De acordo com o parágrafo 21 da referida Lei, “as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrições de acesso”. Bem como é importante ressaltarmos o parágrafo 4º do artigo 31: “a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada [...] em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância” (Lai, 2001).

³ No artigo “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”, publicado no ano de 2012, o historiador Carlos Fico aborda algumas das principais leis e decretos que nortearam o acesso a esses documentos.

⁴ Expressão que se refere a “brandura” da ditadura brasileira em comparação aos seus vizinhos latinos. Tal afirmação se apoia no número de mortos e desaparecidos do país e se configura em uma das tantas falácias que rondam essa parcela de nosso passado. Assim, “Querer diminuir ou relativizar a crueldade e o caráter criminoso do que aconteceu no Brasil naquele período tem um duplo objetivo: esconder e mascarar a responsabilidade pelas escolhas feitas, e lembrar que a lógica que embalou o golpe segue viva na sociedade, com um discurso remodelado, mas pronto entrar em ação, caso a democracia torne-se demasiadamente democrática” (Weissheimer, 2011). Para uma melhor compreensão da discussão recomendamos a leitura da matéria “O que a falácia da ditabranda revela” assinada por Marco Aurélio Weissheimer, e publicada no portal Carta Maior em 31/03/2011.

Ainda que muitos desses fundos tenham sido “perdidos”⁵ pelo caminho, devemos destacar aqui a possibilidade de consulta, inclusive virtualmente, a parte deles em um sistema de busca por palavras-chaves através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional⁶. O SIAN possibilita que pesquisadores de todos os cantos do Brasil, e até mesmo de fora, possam acessar parte desse material sem os custos de um deslocamento até o Rio de Janeiro.

Todavia, devemos ter cautela ao utilizarmos documentos oficiais enquanto fontes, isso porque a, “lógica interna (informação, contrainformação, pontos de vista, etc.) pode capturar o leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade” (Padrós, 2009, p.39). Diante disso, é fundamental diferenciarmos *arquivos repressivos dos arquivos sobre a repressão*. Em linhas gerais, os primeiros foram produzidos pelo Estado no âmbito da sua comunidade de informações. Também, constam nesses arquivos bens, como documentos, livros, manifestos, e outros itens tomados de setores da oposição durante ações repressivas. É exemplo dessa categorização a maioria dos fundos sobre a ditadura existentes no SIAN, bem como, os Inquéritos Policiais Militares contidos no projeto Brasil Nunca Mais⁷.

Entretanto, ao serem usados enquanto fonte histórica esses IPMs devem ter seu conteúdo observado com cautela por serem originalmente matéria de alegação de culpa. Isso porque o objetivo jurídico de um inquérito é o oferecimento de denúncia e instauração de um processo. Nesse caso, se tratando de um tramite jurídico que na prática acabava por fugir às normas processuais do direito é preciso que se esteja atento ao analisar esse material, pois:

Nessa fase, eram executados interrogatórios preliminares, colhidos na maioria das vezes, sob coação dos acusados, para que fossem obtidas

⁵ Existem arquivos inacessíveis até os dias de hoje, os motivos dessa falta podem ser os mais diversos possíveis. Primeiramente a tese da destruição desses durante a redemocratização é incompatível com a própria lógica de produção da burocracia militar. Assim, é mais aceitável a tese de que no intuito de acobertar suas ações, muitos desses arquivos foram extraviados e/ ou ocultados em casas de particulares ou dentro das próprias unidades militares. Exemplos disso são os documentos do DOI-CODI que foram descobertos na casa do coronel reformado do Exército Brasileiro, Júlio Miguel Molina Dias, em novembro de 2012 (Ferreira; Bauer, 2013), e, também, os fundos documentais queimados na base aérea de Salvador no ano de 2004 (FANTÁSTICO, TV GLOBO, exibido em 12 de dezembro de 2004).

⁶ Devemos destacar o trabalho do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, que vinculado a esse arquivo, possibilitou, e possibilita desde o ano de 2009, uma série de ações voltadas para a rememoração desse passado.

⁷ Esse projeto foi uma iniciativa do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns a frente da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas, apoiados por uma rede de pessoas comprometidas em denunciar as torturas ocorridas no Brasil após o Golpe de 1964. Essa equipe pesquisou e fotocopiou, clandestinamente, processos da Justiça Militar. Trabalho que ultrapassou um milhão de páginas reproduzidas em duas vias, sendo uma remetida para fora do país por questões de segurança. Desse material, após cinco anos de trabalho, surgiu o Projeto A que foi sintetizado no livro Brasil Nunca Mais (1985). Hoje os microfilmes estão salvaguardados na UNICAMP.

“confissões”. [...] [Dessa forma,] é preciso afirmar a consciência de que a narrativa nos depoimentos concedidos durante o processo de inquérito – apesar do pouco tempo de ocorrência dos fatos e a data dos relatos – silencia, seleciona e reelabora eventos, ações e nomes sempre inter-relacionando o presente e o passado, o individual e o coletivo, como ocorre, aliás, em qualquer outra construção memorialista. Esse mesmo processo de seleção também está presente nas peças de acusação. Além disso, é perceptível que as imputações são, muitas vezes, desprovidas de uma base de comprovação. Simples deduções sustentadas em informes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), para os casos da Marinha, e/ou de outras origens, de maneira generalista, mencionavam atividades supostamente subversivas, mas não apresentavam dados suficientes que as comprovassem (Vasconcelos, 2014, p. 160-161).

Todavia, apesar das limitações da fonte que estão diretamente vinculadas ao seu contexto de produção, o autor, também chama nossa atenção para a potencialidade do trabalho em história com esses documentos, já que:

Apesar de seus “vícios” e limites, os relatos e as acusações apresentam a exposição detalhada do suposto “crime”, com todas as suas circunstâncias, e as convicções ou presunções da delinquência. Findam por auxiliar na identificação das várias camadas da história do conflito político-ideológico que resultou no golpe de 1964 (Vasconcelos, 2014, p. 161).

O projeto pode ser consultado virtualmente, são 707 processos da Justiça Militar, completos e incompletos, referentes aos anos de 1964 a 1979. A busca nesse fundo pode ser feita a partir de palavras-chaves.

Quanto a documentos da repressão no Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico do estado possui o Acervo da Luta contra a Ditadura, composto por documentos oriundos do poder público estadual e também de arquivos doados por pessoas ou entidades que se engajaram em movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira⁸. Infelizmente, a consulta a esse acervo é feita de forma presencial.

Dentre os fundos do poder público estadual há a documentação emitida pelas Secretaria de Ordem e Política Social. Ao todo nosso estado contava com vinte e quatro dessas unidades espalhadas por seu território⁹. As SOPS eram subordinadas ao Departamento de Ordem Política e Social. Da documentação proveniente do DOPS-RS muito pouco restou. Pois em 1982 quando foi oficialmente extinto seus documentos foram queimados em uma cerimônia pública. Já das vinte e quatro SOPS o material oriundo de dez delas, cerca de 15

⁸ Hoje o acervo está vinculado ao Memória Reveladas.

⁹ A divisão do território gaúcho em vinte e quatro Regiões Policiais se deu por meio do Decreto Nº. 19.998, de 1º de dezembro de 1969.

mil documentos¹⁰, está salvaguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul desde o fim dos anos 1990 (Fernandes, 2022).

No ano de 2022 foi publicado o Catálogo: Movimentos Sociais sob suspeita – Documentos da Polícia Política do Rio Grande do Sul durante a ditadura (Fernandes; Espíndula; Timn, 2022). Além de textos que tratam de diversos temas sobre esse período no RS. A obra traz a referência aos documentos das SOPS- RS que estão no Arquivo Histórico do RS. Dessa forma, ao final de cada texto é apresentada a fotocópia de alguns documentos que dialogam diretamente com o tema abordado.

Já os arquivos sobre a repressão são fruto da atuação dos grupos ligados à causa dos direitos humanos, constituídos com o intuito de fundamentar denúncias, um exemplo desse trabalho são os documentos oriundos da Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul. Os processos decorrentes da Lei Estadual nº 11.042/1998 estão salvaguardados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), localizado em Porto Alegre e a consulta a eles deve ser feita presencialmente mediante agendamento prévio.

Em 2014 durante a descomemoração dos 50 anos do Golpe de 1964 foi lançado o catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil (Brando, et.al, 2014). A obra é composta por verbetes correspondentes aos 1704 processos movidos na Comissão. Em linhas gerais, cada verbete contém as seguintes informações:

Número do processo: Assunto: Nome do ex-preso; Codinome/pseudônimo/alcunha; Naturalidade (quando/onde); profissão/ocupação (que exercia na época dos fatos); vinculação partidária ou atuação política; prisões (período e local); motivo da prisão; companheiros de prisão; testemunhas; sevícias, maus-tratos e seus responsáveis; consequências da prisão; decisão da Comissão Especial de Indenização. Observações: tipologias documentais e considerações (quando necessárias importantes sobre grafias e nomes encontrados na capa do processo) (Brando *et. al.*, 2015, p. 15).

O catálogo está disponível na rede, e é um mecanismo que facilita a busca nominal pelos processos do acervo. Com o número do processo em mão o pesquisador deve agendar a visita ao arquivo. Varia muito o conteúdo de cada documento, para além das partes formais processuais comum a todos, podendo conter depoimentos de outros militantes, extensos depoimentos dos autores da ação com detalhes do local onde se desenrolaram os fatos, bem como, recortes de jornais que fundamentem a denúncia.

¹⁰ Como a documentação circulava em rede por diferentes órgãos repressivos é possível encontrar nesses fundos diferentes documentos emitidos por SOPS, delegacias e o DOPS-RS que não tiveram seu fundo preservado.

Outra fonte de grande valia para as pesquisas sobre essa temática é a imprensa da época. E essa tem sido matéria de muitas produções sobre nosso estado, como poderemos ver na sequência desse texto. Mas nesse caso onde pesquisar e que cuidados tomar?

Nem todas as cidades possuíam jornais locais. Para as que possuíam podemos buscar seus acervos em casas de cultura, institutos históricos, bibliotecas municipais ou outros locais que salvaguardem a história do município. Ou, com muita sorte, esse jornal pode ainda estar em pleno funcionamento e dispor de seu acervo.

Há também a possibilidade de se recorrer à imprensa regional e nacional a partir de acervos nas cidades vizinhas, dos arquivos da Capital¹¹ e da hemeroteca digital¹². Nessa plataforma constam 341 periódicos gaúchos de diferentes períodos históricos. Mas é possível a partir dos próprios filtros do site refinar a busca de dez em dez anos, bem como, pesquisar a partir de palavras-chaves.

No entanto, antes de trabalharmos com essa fonte devemos ter em mente algumas premissas. Quais são os interesses por trás da publicação, quem são seus anunciantes, é um periódico comercial, quem é seu proprietário, qual a linha narrativa do mesmo, quem assina os textos? A imprensa não é neutra, ela é uma forte formadora de opinião, logo tem significativa parcela de colaboração na “versão oficial” que foi difundida e reproduzida ao longo dos anos de ditadura. E esse, em nossa opinião, é um dos elementos que a torna tão rica para pesquisas nessa temática.

De acordo com Selbach e Brum, uma leitura atenta da fonte jornalística, em contraste com fontes de outras naturezas, permite desvelar o “processo de doutrinação simbólica que se constrói através de pressupostos impostos como óbvios e inevitáveis, não de forma arbitrária, mas tornados reconhecidos de forma natural” (2017, p. 15). Portanto, é importante entendermos o jornal como um forte formador da opinião local, bem como da memória que se fixou do período, em um contexto de reduzidos meios de obtenção de outras informações que exercessem contraponto àquelas apresentadas nas páginas da imprensa local.

Para além desses aspectos, até aqui levantados, outro igualmente importante deve ser considerado quando tratamos com o produto das atividades da imprensa durante períodos autoritários, a força imposta pelos mecanismos de censura da ditadura a esses veículos de informação. Em linhas gerais, pois esse debate é bem mais complexo que essa breve

¹¹ O site sobre Arquivos Permanentes salvaguardados pelo governo do estado <https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/informationobject/browse> possui catálogo completo de instituições e acervos de diferentes tipologias: imprensa, artes, documentação oficial e outros. Pelo próprio site é possível localizar os meios de contato da instituição desejada e agendar a consulta aos fundos.

¹² A consulta pode ser feita pelo site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

definição, dentre a multiplicidade de condutas assumidas pela imprensa brasileira desse período destacaremos aqui dois grupos, mesmo que essa definição dicotômica deixe de lado as muitas zonas cinzentas que rondam esse tema. Assim, temos de um lado aqueles que desenvolveram estratégias de resistência driblando a censura, e, do outro, os que difundiram os discursos do novo regime. Localizar qual o papel desempenhado pelo periódico em questão é de suma importância para entendermos qual sua posição dentro do jogo político da época.

Essas distintas nuances que cercam esse tipo de material fazem com que os jornais sejam uma fonte riquíssima para a discussão de vários temas que perpassaram os vinte e um anos de ditadura no país.

Outro material importante para se entender cotidianos sob um estado de repressão são fontes memorialísticas: depoimentos orais, escritos, literatura de testemunho, biografias e livros reportagem, outros, onde cada um deles é permeado por interesses próprios de quem narra, produz e divulga. Pois, muito daquilo que é narrado tem por trás um direcionamento dado pelo narrador visando a sua escuta, bem como a imagem que deseja imprimir de si para quem o ouve/lê. Em outras palavras isso quer dizer que, em uma entrevista em História Oral, por exemplo, o fluxo do raciocínio e não é tão refletido quando em um depoimento escrito. Ao mesmo tempo em que as informações contidas em um documento escrito em muito são condicionadas pela finalidade daquele documento. Assim como livros visam, dentre outras coisas, o mercado editorial.

No que se refere aos livros de memórias, alguns militantes gaúchos se dedicaram a escrever suas narrativas sobre o período. A ampla maioria desses casos esteve envolvida na luta armada e possuía estreitas vinculações com os acontecimentos que se desenrolaram na capital¹³. Mas existem alguns títulos, que não se tornaram tão conhecidos do grande público, e ampliam a visão sobre o período para outras localidades¹⁴. Há também livros reportagens

¹³ Para citarmos apenas alguns deles: GUTIERREZ, Claudio Antônio Wayne. A Guerrilha Brancaneone. Porto Alegre: Proletra, 1999. SILVA, José Wilson da. O tenente vermelho. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987. TAVRES, Flavio. Memórias do esquecimento. São Paulo: Editora Globo, 1999. VARGAS, Índio. Guerra é guerra dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. GARCIA, J.C. Bona; POSENATO, Júlio. Verás que um filho teu não foge à luta. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

¹⁴ Citando apenas alguns a título de ilustração: QUADROS, Nilo Pacheco de. Pombo Correio: testemunhos de uma época obscura. Porto Alegre: Alcance, 2006. Trata das memórias do autor enquanto membro do setor sindical gaúcho e percorre diferentes regiões do estado. CAZARRÉ, Lourenço (org.). 50 Tons de Rosa: Pelotas no tempo da ditadura. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016. RODRIGUES, Athaydes. Agora Eu... A revolução de 1964, em Rio Grande. Porto Alegre: Pallotti, 1980. MORAES, Carlos. Agora Deus vai te pegar lá fora. Anotações de um padre preso em uma cidade sem zoológico. Rio de Janeiro: Record, 2004. Livro de ficção baseado em fatos reais ambientado na cidade de Bagé. BRANCO, Teobaldo. Confidências de um guerrilheiro. Maneco: Caxias do Sul, 2008. Ambientado na região do Alto Uruguai.

escritos por jornalistas gaúchos que vivenciaram o período em questão ou biografaram indivíduos vinculados aos fatos¹⁵.

Por fim, outra boa aliada para a investigação da vida cotidiana nos “pacatos” interiores é a História Oral. Esse tipo de fonte é produzido a partir de um movimento dialógico. Interação essa que é condicionada pela subjetividade dos indivíduos envolvidos, elementos sociais, culturais e políticos que os circundam. Interferindo, em maior ou menor grau, no conteúdo da narrativa.

Por ser uma construção, metodologicamente, em história oral todas as narrativas são válidas. Não cabendo ao pesquisador julgá-las como certo ou errado, pois elas são versões do ocorrido, experienciado direta ou indiretamente, que podem conter importantes dimensões simbólicas quando observadas suas entrelinhas. Dessa forma, os testemunhos contêm algumas camadas subjetivas que devem ser observadas por nós, uma vez que, quem narra articula diferentes dimensões da narrativa nesse ato: o que narrar, para quem narrar, como narrar, quando narrar, por que narrar? Essas questões são condicionantes do produto da história oral (Portelli, 2016).

Nesse sentido, reside a importância de trabalharmos com a fonte oral na busca de construir um possível entendimento de como se deu a configuração de formação de determinadas memórias sociais, uma vez que, essa fonte não nos diz apenas sobre um determinado evento em questão, mas sim as formas como esse evento foi experienciado e ressignificado pelos narradores (Gonçalves, 2022). Dessa forma, ela se torna um rico elemento para acessarmos as memórias subterrâneas ou “oficiais” existentes nesses lugares.

A produção acadêmica sobre o Rio Grande do Sul – uma análise dos dados da Plataforma Antares

No caso do Brasil, observando o campo de pesquisa sobre a ditadura brasileira de uma forma mais panorâmica, podemos dizer que a ampliação dos enfoques e abordagens nas investigações ocorreu devido a alguns fatores, sendo o principal deles a possibilidade de acesso a alguns novos fundos documentais sobre a ditadura. Também merece ser observado o

¹⁵ Alguns exemplos são: ETCHICHURY, Carlos *et.al*. Os infiltrados - Eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura. Porto Alegre: AGE Editora, 2010. CUNHA, Luiz Cláudio. Operação Condor. O sequestro dos uruguaios uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008. GUIMARÃES, Rafael. O Sargento o Marechal e o Faquir. Porto Alegre: Libretos: 2016. KUHN, Dione. Brizola da Legalidade ao Exílio. Porto Alegre. RBS Publicações, 2004. MITCHELL, José. Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

fenômeno do comissionismo¹⁶ ocorrido no país na segunda década dos anos 2000. Sem dúvidas a junção desses fatores contribuiu significativamente para renovar perspectivas, problemas e abordagens.

Na mesma medida, outro fator que não pode ser desprezado quando o assunto é a ampliação da produção acadêmica nos últimos anos é a expansão do ensino superior público rumo aos interiores do país. Esta nova realidade contribuiu para o surgimento de uma produção de conhecimento mais “completa” sobre o tema. Uma vez que, muitos dos pesquisadores oriundos desses espaços à margem dos grandes centros passaram a olhar para o passado histórico de seu entorno.

Todavia, muito ainda há por ser feito, principalmente se pensarmos que essas distintas produções, que surgem nos muitos espaços acadêmicos do estado, ainda não conectam as pequenas partes desse “todo” de uma forma mais homogênea. Portais como a Plataforma Antares (UFRGS) e o Barbaridade (UFPeL)¹⁷ tem realizado levantamentos da produção acadêmica sobre o estado nesse período, e a partir desse esforço podemos observar que algumas regiões ainda não foram contempladas.

Buscando uma prévia das pesquisas realizadas no estado voltadas para a temática da ditadura na região, analisaremos na sequência os dados apresentados pela Plataforma Antares-I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. Esse espaço foi criado em 2021 e está subordinado ao Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sendo um site cujo intuito é ser “um espaço aglutinador e difusor de pesquisas sobre ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Seu objetivo é facilitar o acesso a informações e materiais que contribuam para a elaboração de novos trabalhos” (Antares).

Esse projeto, ainda em construção segundo consta na sua apresentação, conta com monografias (tanto trabalhos de conclusão de curso quanto artigos de especializações), dissertações e teses defendidas até 2019¹⁸. Não fica explícito qual o critério de busca utilizado pela equipe, nem o recorte empregado para eleger as universidades que compõem o acervo.

¹⁶ Para Hollanda (2018), no contexto de criação da Comissão Nacional da Verdade surgiram em diferentes espaços do Brasil comissões estaduais, municipais e setoriais impulsionadas e organizadas por diferentes setores da sociedade civil, órgãos da burocracia estatal e casas legislativas municipais e estaduais. Essa proliferação de comissões “constituiu um acontecimento inédito, quando comparado a outros países que vivenciaram regimes autoritários em seu passado” (Perlatto, 2023, p.13).

¹⁷ Portal interativo sobre a ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. O projeto destina-se principalmente a estudantes e professores da educação básica. Sua plataforma web está em fase de elaboração final. Até a elaboração desse artigo os trabalhos desse projeto podem ser acompanhados pelo Instagram @portalbarbaridade.

¹⁸ Alguns poucos trabalhos posteriores a essa data são indicados na página, como por exemplo, a dissertação de mestrado da autora que data do ano de 2022.

Diante disso, ressaltamos que se trata apenas de uma parcela da produção gaúcha sobre o tema, pois até mesmo trabalhos importantes da própria UFRGS ficaram de fora do levantamento, a exemplo da tese de doutorado, defendida em 2005, do pesquisador e professor daquela instituição Enrique Serra Padrós.

Dessa forma, o acervo de teses de doutorado conta com três produções oriundas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Defendidas nos anos de 2014, 2009, e 2016, sendo esta última uma pesquisa voltada para o nacional. Há também, quatorze dissertações dessa instituição. Sendo uma defesa por ano em 2002, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016; e duas defesas a cada ano em 2004, 2006 e 2007. Antares não aponta nenhuma Monografia. Ao menos 6 desses trabalhos se relacionam a imprensa gaúcha, e a cidade que mais aparece é Porto Alegre, seja enfocando movimentos de luta armada na capital, aspectos do aparato repressivo, bem como, movimentos sociais atuantes na cidade. Todas as produções são vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, exceto a dissertação em Ciências Criminais (2014).

A Universidade de Caxias do Sul é referenciada em três dissertações em História, defendidas nos anos de 2020¹⁹, 2021 e 2018; e uma tese em Letras (2021). Os temas abordados sesses trabalhos são: manifestações artísticas no município de Flores da Cunha, e ensino de história e trajetórias de pessoas e/ ou movimentos sociais nos dois mestrados acadêmicos. A tese nas Letras trata da imprensa local em Caxias do Sul sob a perspectiva da análise do discurso.

A Universidade de Passo Fundo, por sua vez, é mencionada em cinco dissertações do mestrado acadêmico em história. Sendo os anos de 2007, 2011 e 2014 com uma produção, e duas produções em 2003. Os cinco trabalhos são voltados para questões relacionadas a aspectos relativos as múltiplas formas de resistências e repressão política, já que a temática das resistências a ditadura não é mencionada sem citar mesmo que minimamente a repressão vivenciada no período. Chama atenção que dois desses trabalhos (2011 e 2014) enfocam a trajetória do grupo de esquerda não armado Ação Popular.

Para a Universidade do Vale do Rio dos Sinos temos duas teses, uma no Programa de Pós-Graduação em Educação, defendida no ano de 2014, e outra defendida no Programa de Pós- Graduação em História, em 2017. São também apontadas quatorze dissertações. Três delas se referem a temas nacionais (2010, 2011 e 2020) e são do programa de pós-graduação em história. As de caráter regional são: uma das Ciências Sociais (2015), três na Educação

¹⁹ Mestrado Profissional em História.

(2009, 2010, 2016) as demais são todas do mestrado acadêmico em história com uma produção por ano nos anos de 2004, 2010, 2016, 2019 e duas produções nos anos de 2006 e 2017. Com exceção da dissertação sobre o movimento estudantil universitário pelotense (2017) as demais produções da instituição catalogadas na Antares se referem a episódios ocorridos em Porto Alegre ou cidades próximas. Padrão que é observado nas demais universidades analisadas aqui.

Do programa de pós-graduação em direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul temos uma dissertação, defendida nos anos de 2017, sobre a Vanguarda Popular Revolucionária no interior do Rio Grande do Sul.

Quanto a Universidade Federal da Fronteira Sul, a plataforma Antares indica cinco produções. Sendo uma dissertação em Letras, datada do ano de 2019, e duas dissertações em História, defendidas em 2014 e 2017. Há também, nos anos de 2018 e 2019, duas teses em História. O tema transversal a todas essas produções é a imprensa local e regional.

Para a Universidade Federal de Rio Grande a plataforma Antares aponta três referências. Uma monografia de 2016 oriunda do curso de Direito, e duas dissertações oriundas do Mestrado Profissionalizante em História, defendidas nos anos de 2015 e 2016. O primeiro trabalho versa sobre a Comissão da Verdade em Rio Grande, e os outros dois sobre aspectos referentes ao ensino de história.

Os dados referentes a Universidade Federal de Santa Maria indicam dezoito dissertações. Sendo uma em Ciências Sociais, defendida no ano de 2012; três em Letras, defendidas em 2015, 2019 – tratando de temas nacionais- e 2022; uma em Integração Latino-Americana, 2008; duas em Educação, 2002 e 2006; uma em Patrimônio Cultural, 2017; e nove em História, sendo uma produção por ano em 2012, 2013, 2016 e 2018, duas em 2020 e 2017 com três trabalhos, sendo que um deles versa sobre temas nacionais. Também são referenciadas na plataforma cinco monografias dessa instituição. Dessas três são em história, defendidas em 2006, 2009 e 2014; uma no curso de Arquivologia, em 2013, e uma no curso de especialização em Gestão em Arquivos, datada de 2009. De uma maneira geral, boa parte desses trabalhos se referem a pessoas, grupos ou vivências ocorridas na cidade de Santa Maria e arredores.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta a produção mais expressiva e diversa dentre as instituições elencadas pela Antares. São sete teses, quatro pelo Programa de Pós-Graduação em História - três delas defendidas em 2011, sendo que uma versa sobre um

tema do âmbito nacional; 2018 e 2019 com uma defesa cada anos. E duas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, datadas de 2007 e 2011.

Ainda dessa instituição são apontadas vinte e nove dissertações de mestrado: os programas de pós-graduação em Ciência Política (2009), Geografia (2018), Jornalismo (2019), Sociologia (2019), Biblioteconomia e Comunicação (2021) e Serviço Social (2021) possuem uma referência. Já o Programa de Pós-Graduação em História possui uma defesa por ano nos anos de 2002, 2006, 2014, 2016 e 2018; duas anuais nos anos de 2009, 2011, 2013 e 2021; três anuais em 2012 e 2020 e quatro no ano de 2019. Todas as dissertações versam sobre temas relacionados ao estado durante o pré-golpe, a ditadura ou a redemocratização.

Também são significativos os números das monografias das instituições, sendo apontadas pela Antares trinta e duas. Todas oriundas dos cursos de história licenciatura e bacharelado. Os anos de 2008, 2009, 2013, 2015 e 2019 aparecem com uma produção por ano; duas defesas em 2016; os anos de 2012 e 2014 possuem três trabalhos cada; 2017 e 2018 com quatro defesas por ano; 2010 com cinco e 2011 com seis defesas de monografias. Todos os trabalhos também tratam de temas referentes ao estado, sobretudo a região metropolitana.

Na Universidade Federal de Pelotas temos 14 dissertações indicadas na plataforma. O levantamento realizado pela Antares vai até o ano de 2022. Porém, por uma questão de trajetória acadêmica da autora desse artigo, o levantamento da produção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel foi ampliado²⁰. Passando a contemplar as turmas de doutorado e de mestrado concluintes da instituição até a elaboração desse artigo. Nessa busca, foram localizadas mais oito produções.

Dessa forma, os dados mapeados nesse estudo passam a ser ao todo: cinco teses de doutorado em História, duas defendidas em 2023, duas referentes a temas nacionais defendidas em 2024 e uma em 2025; duas dissertações em Educação, datadas de 2011 e 2012; uma em Ciências Sociais, do ano de 2011; e oito em História. Das produções do PPGH duas foram defendidas em 2013; os anos de 2015, 2016 e 2018 contam com uma defesa cada e três defesas ocorreram em 2024 - sendo a temática de uma delas a imprensa católica anticomunista no Rio de Janeiro, fugindo então ao nosso recorte. Os principais temas abordados nesses trabalhos são: trajetórias individuais e coletivas, bem como, aspectos referentes as múltiplas formas de resistência contemplando diferentes município da região sul.

Também devido a trajetória de pesquisa da autora foi realizado o acréscimo dos dados referentes à Universidade Federal do Pampa que não estão presentes no levantamento da

²⁰ Realizamos uma busca no site institucional do PPGH-UFPEL, observando os títulos apresentados na aba teses e dissertações.

Plataforma Antares. Dessa forma, após uma busca no site institucional da universidade a partir do termo “ditadura”, agregamos doze monografias e uma dissertação - defendida em 2015 fruto do Mestrado Profissional em Ensino de Línguas.

Devemos destacar, no entanto, que esses dados são superficiais pois os cursos da instituição possuem seus próprios repositórios. Assim, estão presentes no mecanismo de busca do site da universidade apenas as monografias e dissertações que foram publicadas nas coleções elaboradas pela biblioteca acadêmica. Nesses compilados, embora tenhamos encontrado um intitulado “Coleção licenciatura em história” ele não contempla as produções do curso de história licenciatura do campus Jaguarão, limitando-se apenas as produções do curso de licenciatura em Ciências Humanas.

Sabendo que o curso de história da Unipampa Jaguarão possui significativa produção sobre o passado histórico da cidade e região sul realizamos uma busca no seu site. Nela foram localizadas mais onze produções entre seus trabalhos de conclusão de curso. Dessa forma, as produções da instituição passam a ser contabilizadas em vinte e três trabalhos de conclusão de curso que tratam da ditadura brasileira. Um número bastante expressivo, se comparado as demais instituições apontadas na Antares, para uma universidade tão jovem.

Os cursos que desenvolveram essas produções são bastante diversos: são onze títulos do cursos de História Unipampa Jaguarão. Desses apenas o TCC defendido em 2017 trata de um tema nacional. Os demais falam dos mais diversos aspectos do passado ditatorial na cidade de Jaguarão - uma defesa nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2018; e dois trabalhos defendidos em 2016 - e outros município da região, defendidos em 2016 e 2017.

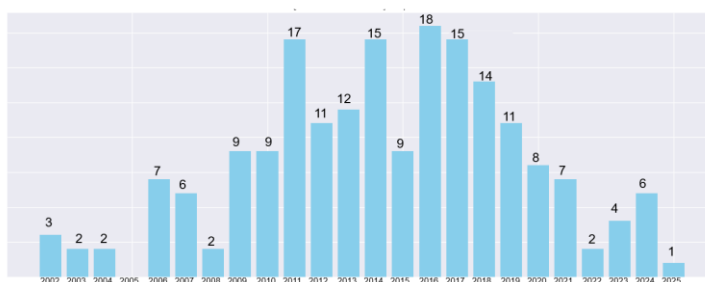
Já para o restante dos cursos mapeados essa característica local das produções se altera com sete recorrências de temas nacionais. Oriundas do curso de Relações Internacionais com quatro produções, sendo uma defesa por ano em 2014, 2016 e 2017 e com dois trabalhos defendidos em 2023. Os cursos de Publicidade e Propaganda, Especialização em Direitos Humanos e Cidadania e Ciências Humanas com área de concentração em História, os trabalhos datam dos anos de 2014, 2017 e 2024 respectivamente. Já as cinco produções voltadas para assuntos locais são frutos dos cursos de Serviço Social, TCC defendido em 2013, Ciência Política, com duas defesas em 2013 e uma em 2014, e Letras, do anos de 2016.

Por fim, a Plataforma Antares também aponta universidades fora do estado. A Universidade Estadual de Campinas tem uma tese (2007) e uma dissertação (2015) em história que tratam de temas referentes a Porto Alegre. A Universidade Federal de Santa Catarina é apontada com uma dissertação em história (2012) sobre redes de solidariedade em

Santana do Livramento. Temos também uma tese (2007) em história apresentada na Universidade Federal Fluminense que versa sobre a luta armada no estado.

Assim de uma forma geral, mesmo que os dados apresentados tratem-se de uma parcela do todo, o estado acompanha a tendência de produção nacional, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1– Produção gaúcha sobre a ditadura 2002-2025



Fonte: Elaborado pela autora tendo por base o levantamento de dados acima descrito.

É observado um aumento de quase o dobro da produção em 2011, após toda a polêmica em torno da questão dos arquivos ser sanada pela LAI. Mantendo-se desde então em números significativos que são ampliados após os trabalhos da CNV e suas congêneres. Os dados finais do gráfico estão em queda, mas isso é resultado da falta de amostragem disponível, já que o levantamento da Antares oficialmente vai até 2019. Logo, podemos inferir que não seja esse o real cenário da produção gaúcha. Já que, como observado apenas a UFPel, por um acréscimo nosso, aparece nesse gráfico a partir do ano de 2022. E ela sozinha apresenta números significativos.

Nosso levantamento também se preocupou em observar quais as regiões do estado com produções que versem sobre diferentes facetas do seu passado ditatorial. Dessa forma, foram observadas vinte e sete cidades citadas diretamente enquanto temas centrais dos trabalhos²¹. E salvo algumas poucas exceções, há uma tendência de a produção acadêmica da universidade estar voltada para o passado da região em que ela se localiza.

²¹ Erechim, Cerro Largo, Três Passos, Flores da Cunha, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, São Borja, Canoas, Santa Maria, Rio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, Bagé, Carazinho, São Sepé, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Santana do Livramento, Passo Fundo, Lajeado, Cacequi, Nova Petrópolis, Gravataí e Alegrete.

Por fim, pedimos para um gerador gratuito de nuvens de palavras²² criar uma nuvem de palavras a partir das palavras-chaves dos trabalhos. O resultado acabou sendo esse, que pode ser observado na figura a seguir:

Figura 1 – Nuvem de palavras a partir das palavras-chaves dos trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora a partir da consulta aos resumos dos trabalhos anteriormente citados no levantamento dos dados já apresentados.

Mas isso na prática acabou, como podemos perceber a partir da imagem a cima, um exercício pouco representativo dos principais temas abordados por essas produções. Diante disso, resolvemos repetir o exercício a partir das categorias nas quais havíamos agrupado os trabalhos ao ler os resumos. O resultado desse comando está presente na figura que se segue:

Figura 2 – Nuvem de palavras a partir dos temas apresentados nos trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desse exercício se tornou mais visível os principais temas contidos nessas produções. Lembrando que essa é apenas uma pequena amostragem que parte de um

²² O site utilizado foi o <https://wordcloud.online/pt>.

levantamento de dados que nós não sabemos com que critérios foi feito. No entanto serve para percebermos quanto avançamos na escrita desse passado recente durante os últimos anos e quanto ainda nos falta avançar. Sendo assim, não almejamos com esse artigo respostas prontas, mas sim um pequeno mapeamento acerca do estado arte, que oxalá possa servir para animar outros pesquisadores a se debruçarem sobre esse passado.

Considerações finais (e miradas para o futuro)

Para o caso do Rio Grande do Sul, o esforço de sistematização e produção de conhecimentos acerca das particularidades deste espaço durante os anos de ditadura é muito recente em termos historiográficos (Wasserman, 2009; Rodeghero, 2009). Na última década experimentamos um boom nas produções e a ampliação dos seus enfoques para além da Região Metropolitana, e para além da dialética repressão e luta armada. Surgem trabalhos que enfocam os interiores, suas particularidades, a imprensa nesses locais, as relações patronais, diferentes grupos sociais e organizações laborais, bem como, investigações que abordam aspectos referentes ao caráter fronteiriço do estado, relações estabelecidas com os Países Latinos, assim como, seus fortes vínculos com o trabalhismo.

Esse novo cenário acadêmico que vem sendo construído não é importante apenas em termos científicos. Pois ao ampliarmos e deslocarmos nossas lentes de análise para esses espaços antes marginalizados pela historiografia, acabamos por desvelar as múltiplas formas de violências cotidianas sofridas nesses espaços periféricos, bem como, as brechas de ação e resistência encontradas para viver a vida em um estado exceção, para além das categorias de apoio e oposição. Dessa forma, estamos desmistificando a compreensão de que a face repressiva da ditadura se resumiu apenas em repressão e luta armada, gerando um efeito de “autorreconhecimento” por parte desses grupos e agentes que foram afetados de outras formas.

Ao mesmo tempo em que ao serem desveladas essas outras histórias podemos, a partir desses trabalhos de memória, gerar no presente um efeito na população que leve ao rechaço à práticas autoritárias. Pois ao tornarmos mais complexos nossos marcos de compreensão desse período estaremos contribuindo para com a função pedagógica do Nunca Mais²³. Sendo essa

²³ A ideia do Nunca Mais, que sintetiza o clamor por “Nunca mais terrorismo de Estado, parte das movimentações por verdade, memória e justiça que nascem no ceio da sociedade civil, sobretudo os coletivos de familiares de desaparecidos políticos, na Argentina. Essa premissa acabou se espalhando pelos demais países do Cone Sul que ao fim do século passado começavam seu processo de redemocratização. Dessa forma, ao produzirmos trabalhos acadêmicos comprometidos com essa ideia estamos de certa forma contribuindo para a realização de um trabalho de memória sobre esse período. Que ao estar atrelada a produção de conhecimento

uma das formas de “nos voltar melhor e mais profundamente sobre as dívidas éticas e políticas do presente” (Franco 2021, s.p.). Exercício este que se torna mais que necessário diante do negacionismo vivenciado na atualidade. Reside aí uma das principais funções sociais de trabalhos que versem sobre esses temas. Reside aí o porquê escrevemos.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Fontes

Antares I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/antares/>.

Repositório Institucional curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa/ Trabalhos de conclusão de curso. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/trabalhos-de-conclusao-de-curso/>. Acesso em: 15/11/2024.

Repositório Institucional Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/>. Acesso em 20/11/2025.

Repositório Institucional Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/home>. Acesso em: 15/11/2025.

Rio Grande do Sul. **Decreto Nº. 19.998**, de 1º de dezembro de 1969. Estabelece a Estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=39241&hTexto=&Hid_IDNorma=39241. Acesso em: 29/11/25.

Referências

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos fontes sensíveis da História recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tania Regina de (org.) **O historiador e suas fontes**. V. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173-194.

BRANDO, Nova Marques [et.al.] (org.). **Resistência em arquivo**: memórias e histórias da ditadura no Brasil 1961-1979. Porto Alegre: Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

FERNANDES, Ananda. Documentos da polícia política no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Ananda Simões. ESPINDOLA, Erico Derosso; TIMM. Paola Robaski. **Movimentos Sociais sob suspeita** – Documentos da Polícia Política do Rio Grande do Sul durante a ditadura. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2022. p. 27-36

FICO, Carlos. 2020. **Ditadura militar**: prefácios, palestras e posts. Ebook Amazon.

FRANCO, Marina. A título de conclusão: a História das ditaduras recentes do Cone Sul como desafio epistemológico, In: RAMIREZ, Hernán; FRANCO, Marina (orgs.). **Ditaduras no Cone Sul da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

sobre o mesmo faz com que sejam reforçados os marcos de não repetição junto às gerações futuras que entram em contato com essas histórias.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos**: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). 2022. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas.

JOFFLLY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. In: **Revista Tempo e Argumento**. v.10, n. 23. 2018, p. 204-251.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis: UDESC, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PERLATTO, Fernando. “hierarquias da memória” e a ditadura de 1964 em Minas Gerais. In: GALLO, Carlos Artur; DEL RÍO, Andrés; Maia, Tatyana do Amaral. **Ecos do comissionismo no Brasil**: as comissões estaduais da verdade, seus desafios e seus legados. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023. p. 11-30.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre a História e a historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: **Vestígios do Passado a História e suas fontes**. Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS. Porto Alegre, 2008.

SELBACH, Jeferson Francisco; BRUN, Rosimary Fritsch. **Ruralização e Viver em Fronteira**: Jaguarão/RS. Porto Alegre: Editora Animal, 2017.

VASCONCELOS, Claudio Bezerra de. **Repressão a militares na ditadura pós -1964**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” in: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.); **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: História e Memória. Porto Alegre: Corag, 2009. V.1. Capítulo. 2, p.51-70.

A Associação Comercial de Pelotas e o posicionamento frente a implantação do regime militar (1950-1970)

The Commercial Association of Pelotas and its stance towards the implementation of the military regime (1950-1970)

Leonardo Silva Amaral,¹ UFPEL

Resumo

O presente trabalho busca apresentar algumas considerações dentro de um período de grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira, resultando em um golpe civil-militar. O recorte que será aqui descrito, busca compreender as motivações de um apoio e certas dúvidas de dois cenários da cidade de Pelotas sobre o novo regime instaurado. Para isso é importante apontar aspectos que vão ser importantes para esse debate, partindo da primeira organização a ser observada, a Associação Comercial de Pelotas (ACP) tendo sua fundação ainda no final do século XIX, voltada para organizar e estruturar uma elite da cidade, que tinha como principal objetivo manter o status de influência e expandir o poder econômico e político.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Pelotas; Associação Comercial; Elite; Política.

Abstract

This paper aims to present some considerations within a period of great structural changes in Brazilian society, resulting in a civil-military coup. The focus described here seeks to understand the motivations for support and certain doubts in two scenarios in the city of Pelotas regarding the new regime established. To this end, it is important to point out aspects that will be important for this debate, starting with the first organization to be observed, the Commercial Association of Pelotas (ACP), founded at the end of the 19th century, aimed at organizing and structuring a city elite whose main objective was to maintain its status of influence and expand its economic and political power.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Pelotas; Commercial Association; Elite; Politics.

Introdução

No presente trabalho buscamos analisar algumas considerações dentro de um período de grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira, resultando em um golpe civil-militar. O recorte que será aqui descrito, busca compreender as motivações de um apoio e certas dúvidas de dois cenários da cidade de Pelotas sobre o novo regime instaurado. Para isso é importante apontar aspectos que vão ser importantes para esse debate, partindo da primeira organização a ser observada, a Associação Comercial de Pelotas (ACP) tendo sua fundação ainda no final do século XIX, voltada para organizar e estruturar uma elite da cidade, que

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e bolsista CAPES/DS, e-mail: amaralleonardo10@gmail.com.

tinha como principal objetivo manter o status de influência e expandir o poder econômico e político. Por outro lado, é relevante indicar a Câmara de Vereadores da cidade pois ele se apresenta como um local de disputas de ideias a partir da relação de siglas partidárias que divergem ou vão de encontro, a intenção é traçar uma possível relação e como ambas se inserem nesse processo.

É importante considerar do mesmo modo que a ACP, é uma instituição com mais de 150 anos, do mesmo modo que o órgão legislativo. Porém, vale destacar que, a Câmara vai modificando seu quadro a partir do voto, e vai acabar acarretando ideologias divergindo, ainda que possa haver em uma maioria das vezes um uma maioria frente a uma minoria. Em relação a Associação Comercial, o grupo que desenvolveu a entidade ao longo de todo o período desde sua fundação foi se não majoritariamente, em uma totalidade era uma alta elite que dominava os principais meios da economia de Pelotas e alguns casos do Estado. Porém, ainda que seja importante ressaltar a origem, o significativo é avançar para o período aqui destacado, entre 1950 a 1970, por isso, vale destacar sobre o século XX que a elite política coincidia com as elites sociais, econômicas e intelectuais (Conniff, 2006), como já apontado antes, esse processo é primordial para entender o tipo de elite pelotense analisada, pois não somente estar em um cargo público oferecia abrangência para reivindicar novas melhores condições para o seu negócio, como articular com políticos a partir do seu status financeiro era facilitado.

Esse panorama, era visível ao analisar ACP e cargos do legislativo, tanto dentro de um contexto municipal, como estadual e federal. Um dos exemplos dessa situação é forte relação da instituição com os deputados Estadual e Federal, Procópio Duval Gomes de Freitas e Nestor Jost, respectivamente. Importante destacar que ambos eram partidários do PSD, sigla com grande representatividade junto aos empresários e agricultores da cidade, ainda vale destacar a liderança de Adolfo Fetter, sendo sócio da Associação, acaba se tornando prefeito de Pelotas em 1955 o que leva a uma maior abertura aos interesses da classe, visto que o mesmo era comerciante e industrial. Essas breves considerações, são possíveis apenas com uma curta leitura da Atas de reuniões da diretoria da instituição, o que evidencia o forte diálogo da entidade com o cenário de disputas políticas para concessões, o que leva a um forte indício de que o movimento de apoio a mudança de poder federal para um governo que defendesse os interesses daqueles que detinham o poder econômico é mais provável do que uma ideia de uma moção pelo coletivo entre todas as classes.

Ao pensar essas estruturas, é de grande importância elencar alguns trabalhos que ajudam a balizar esse presente estudo. Para pensar a estrutura ACP e como ela se desenvolveu frente as mudanças de atuação que a elite pelotense precisou fazer para se manter no poder, o papel familiar é de suma importância, pois esse grupo não era extenso, até pelo interesse de manter a perpetuação do status familiar, duas ideias eram essências, preparar o sucessor, onde o filho ocupava esse papel, além do processo matrimonial entre famílias de mesmo nível econômico, dessa forma o processo de manutenção do poder, tinha toda chance de se manter por muito tempo.

Dilemas da ACP: Contextos políticos e relacionais

Um dos pontos importantes compreender é a partir de um recuo para compreender dois contextos, o primeiro sobre período referente a fundação da Associação Comercial, um ponto de partir é compreender que a riqueza da cidade estava ligada a uma pequena parcela da sociedade pelotense. Segundo Jonas Vargas (2016) o topo era composto por charqueadores, estancieiros e comerciantes, sendo a maioria ligados a economia do campo, além disso o autor destaca que é possível considerar que uma maioria dessa elite residia no meio urbano, mesmo tendo imóveis no campo.

Esses aspectos introdutórios, são importantes para compreender a partir da organização urbana de formação da ACP, que ao longo de quase 70 anos não teve um local fixo. Porém todos os locais escolhidos para as reuniões se tratava de espaços centrais da cidade e que eram frequentados pela elite, logo, a formação da entidade nesse período fora facilitada, embora parte das atividades desse grupo estivesse no campo, suas movimentações estavam de fato no centro urbano. É importante ainda salientar que era possível que uma parcela, tivesse terras fora da cidade, como indica Jonas (2016) e já partindo da observação da Associação, é provável que esse fossem um dos fatores para que eles tivessem interesse de angariar benefícios para além do municipal, de tal modo que a entidade fosse uma organização capaz de se movimentar para outras regiões e assim criasse vínculos com outras entidades, ainda que nesse primeiro momento de fundação somente a Associação Comercial de Porto Alegre existia nos mesmos moldes, mas não seria de toda forma possível desconsiderar articulações de cunho econômico e político.

Para compreender o espaço urbano desse período e parte da estrutura econômica da metade para o final do século XIX, vale observar a seguinte citação:

[...] foi a partir dos anos 1870 que as indústrias e companhias fabris começaram a proliferar por Pelotas. Marcos dos Anjos verificou um grande número de novas fábricas de fumo, de sabão e velas, de cerveja, de chapéus, de cortiça e de massas, entre outras. Das 38 que foram registradas na Junta Comercial, mais de 52% pertenciam a estrangeiros e 26% possuíam um dos sócios estrangeiros. (...) Estes estrangeiros eram na sua maioria homens de setores médios e subalternos, destacando-se socialmente pela sua inventividade e iniciativa nestes setores econômicos. Uma pequena parte deles chegou a possuir riqueza e prestígio social considerável (Vargas, 2016, p. 79).

De maneira sucinta esse recorte, demonstra uma grande movimentação de ação estrangeira na cidade, principalmente no que diz respeito a variedade de indústrias e comércios, esse ponto é relevante pois uma base de heranças de elite que será ativa a partir dos anos de 1930, vai surgir com base nesse movimento econômico mais localizado no meio urbano da cidade. Requer ainda deixar claro que é provável que tenha existido quase de forma concomitante um grupo de elite charqueadora que até 1880, anterior à crise com a abolição do sistema escravista, vai estar no topo da hierarquia de riqueza, e também surgindo um grupo que acaba por ter uma maioria de indivíduos estrangeiros, que acabam por diversificar as atividades econômicas do local, porém é de considerar que arranjos de ligação familiar a partir dos processos matrimoniais tenham existido, levando a uma aproximação visando a manutenção do status e da acumulação de riqueza.

Ao observar a fundação da Associação Comercial, em seus primeiros anos, cerca de 7 entre diretores/presidentes eram os maiores charqueadores da região. Dessa lista, Joaquim José de Assumpção também conhecido como Barão de Jarau, foi presidente após a instalação ficando de 1873 a 1876 e Joaquim da Silva Tavares, o Barão de Santa Tecla, que foi presidente de 1879 a 1880, os dois faziam parte dos 12 maiores do período, e como isso a participação de um grupo pequeno que já estava presente em uma lista de maiores riqueza, estar de mesmo na organização e diretoria de uma entidade que poderia trazer benefícios em grande escala. Nessa pesquisa o intuito não é de aprofundar aspectos da fundação da ACP e de seus personagens, o intuito é de demonstrar que essa elite que começa a ter novas caras na virada do século XIX, ainda era um pequeno grupo com grandes poderes e influências, e que buscava atuar dentro dos locais em que poderiam lhe trazer frutos, e que a participação no cargos políticos era expressivo, em dois exemplos, se pegarmos como base a Câmara Municipal, o Barão de Jarau foi eleito vereador em 1887, já o Barão de Santa Tecla, se tornou presidente de Província em 1888, dois casos de como os processos de estruturação dessa elite pelotense passam por estarem presentes em variados âmbitos.

Destacado as características da origem da Associação Comercial de Pelotas, o importante nesse momento é avançar aspectos anteriores a 1950 para tentar compreender algumas motivações que ocorreram a partir de 1930. Em um primeiro é relevante considerar que até 1930, quase nenhuma legislação existia para os trabalhadores e a partir do governo provisório implementa a partir do Ministério do Trabalho, processos que irão ampliar a visão para o operariado brasileiro, que pode ser observado como uma busca por melhores condições de vida, porém é necessário compreender que, a partir das novas Leis Trabalhistas, existia uma motivação significativa, que pode ser vista da seguinte forma,

A já mencionada criação do Ministério do Trabalho evidenciou que o novo governo tinha especial interesse em regular as relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Várias as razões explicam essa nova percepção, entre elas, o quadro de crise do capitalismo liberal em todo o mundo e seu correlato, o avanço do fantasma comunista. A legislação que começava a ser decretada revelava a preocupação em conceder direitos aos trabalhadores e enquadrar os sindicatos, desmantelando as organizações autônomas sob influência dos comunistas e o que restava do anarquismo (Fausto, 2013, p. 94).

Esse pequeno recorte, demonstra que em uma ideia estrutural existia um inimigo que deveria ser combatido e com isso era preciso colocar a mão do Estado sobre as organizações sindicais e determinar uma legislação que afastasse qualquer grupo que ameaçasse as estruturas ali existentes. Ao passo que em 1932 é criado a AIB (Aliança Integralista Brasileira) a partir de Plínio Salgado, que tem por base defender um nacionalismo, pautado no lema: Deus, Pátria e Família, além de ter influências católicas, eram antisemitas e antiliberalistas, e tinha em sua base de apoio não somente uma classe média e militares, como também trabalhadores (Fausto, 2013). Logo, dentro de um cenário de incertezas, grupos que não concordam com o governo provisório ali instaurado principalmente forma como governa. Do outro lado do extremo político, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que na ilegalidade, tinha como principal liderança Luiz Carlos Prestes, além de se colocar na oposição ao regime varguista, acabou por trazer para seu meio diversos militares do movimento tenentista que estavam largando a mão de Vargas, esses processos vão levar a chamada Intentona Comunista, em 1935.

Não convém se aprofundar nos desdobramentos do Movimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), mas apresentar detalhes do motivo desse processo ser tão relevante para o posicionamento da ACP ao longo dos anos seguintes. Esse movimento uniu tenentes e comunistas que mesmo que tivessem diferenças, tinham pontos convergentes, como a luta democrática, antiimperialista, antilatifundiária e antifacista (Vianna, 2007), durante os meses

que se seguiram os enfrentamentos com integralistas eram frequentes, “as rebeliões foram depreciativamente chamadas de ‘intentona’, e ‘intentona comunista’, o que dava aos levantes conotações terríveis, uma vez que o comunismo era considerado o próprio anticristo.” (Vianna, 2007, p. 102).

É nesse sentido que vale destacar, o motivo desse processo ser importante. A Associação como já dito outras vezes ao longo desse texto, era uma entidade formada por elite, o que é necessário apontar do mesmo modo é que esse grupo deixava explícito a partir das atas que defendia pautas do conservadorismo, se autoproclamando conservadora. Sabendo disso, é plausível que o posicionamento fosse sempre em busca de manter a ordem e o status vigente, logo qualquer movimento, ação, projeto que movimentasse mesmo que sutilmente a estrutura, era automaticamente visto como algo que necessitava ser combatido. Dito isso, importante apresentar exemplos disso, mesmo que avançando um pouco no tempo até 1950.

No dia 26 de novembro de 1951², é apresentado na reunião de diretores uma missa que na Catedral São Francisco de Paula, convite feito pela guarnição militar da cidade, em homenagem aos militares mortos na Intentona Comunista. Esse evento, vai ocorrendo ao longo dos demais anos, até meados do golpe civil-militar, ao buscar essa missa logo após 1935, não foi possível observar nenhuma menção nem a Intentona, e nem mesmo sobre cerimônias e homenagens aqueles que perderam a vida até 1950, o medo de uma “ameaça” comunista, são destacados com maior presença em 1950. Desse modo, não é possível considerar que a ampliação dos direitos trabalhistas trouxesse com maior força esse movimento, porém é algo que não pode ser descartado, principalmente por outras situações que são colocadas ao longo das reuniões que serão destacadas em um segundo momento do trabalho.

Dentro desses processos, vale destacar em 1937, em vias da implantação do regime do Estado Novo, a partir de figuras militares, como Olympio Mourão Filho, que criam o Plano Cohen, cujo objetivo, era apresentar a sociedade um plano de comunistas em tomar o poder, na verdade o intuito era criar um clima ainda mais repressivo. Essa condição criou um impacto muito grande na sociedade e acabou sendo um adicional ao golpe em novembro de 1937. É importante destacar essa situação, pois a figura de Mourão Filho está presente em uma ata, apenas em citação em 1960 indicando seu trabalho na 3ª I.D. de Santa Maria, ainda que, não existe nas documentações indicação de visita do general na ACP, porém já deixa claro que a entidade mantinha relações com relevantes personagens militares. Vale destacar

² Relato observado em uma Ata de Reunião da entidade.

que o general em questão, além de ter papel decisivo na criação do Plano, também acaba por apoiar o golpe de 1964.

Ao solucionar o problema do comunismo nesse primeiro momento, a sequência vem com uma maior pressão do Estado sobre as estruturas da sociedade.

Vargas não necessitou de muitos esforços para desfechar o golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937. Os vários setores da classe dominante ansiavam pela ordem e vinham sendo atendidos pelo governo; o aparelho militar e civil, depurado dos que poderiam fazer oposição, formavam um bloco homogêneo; a grande maioria da elite política preferia a ditadura ou se conformava com ela; a frágil organização independente dos trabalhadores desaparecera, enquanto crescia nos meios populares o prestígio de Vargas; a esquerda, para a qual a ditadura começara em 1935, fora praticamente arrasada (Fausto, 2013, p. 100).

Desse modo, a sociedade foi organizada de um modo que grande parte da elite preferisse esse viver dentro de um regime com a centralização do poder em apenas uma pessoa, Getúlio Vargas. O medo de um movimento comunista que ganhava espaço até 1935, era enorme a ponto de um regime ditatorial era aceito, visto que o governo varguista já em 1938 estimulou as atividades industriais. Além disso a política estatal levava em conta que as riquezas permanecessem circulando no país, ainda vale ressaltar que a região sul já tinha em um primeiro momento boas lembranças do período em que Vargas comandou o governo do Estado, ele concedeu várias medidas para os produtores de charque e arroz, ampliando o sistema ferroviário, entre outras condições que criaram uma percepção positiva do que poderia acontecer mesmo dentro de regime restrito, mas sobretudo que estava afastando o perigo vermelho.

Estabelecido o novo governo a virada para 1940, iria trazer aspectos importantes para o país. Nos primeiros anos, o governo acaba tendo que tomar um lado em relação a Segunda Guerra, por outro lado a partir de 1942, consolida as leis trabalhistas, através da CLT e com isso os trabalhadores recebem a garantia de férias e um salário-mínimo. Esses principais acontecimentos podem ter levado a um descontentamento de certa parte da sociedade brasileira, principalmente daqueles que acreditavam que o Brasil não deveria tomar partido de nenhum lado na guerra e daqueles que de certo modo defendiam ideais fascistas (Bacas, 2013). Porém sobre certa oposição da elite, vale trazer integralmente uma carta lida por Silvio da Cunha Echevique, e escrita pela Associação Comercial de Pelotas em outubro de 1943, no evento de recepção a Getúlio Vargas na cidade:

Exmo. Sr. Getúlio Vargas digníssimo presidente da República. A altamente honrosa oportunidade que se depara a Pelotas, de testemunhar o seu profundo apreço pela relevante benemerência e magna significação da gigantesca obra administrativa de V. Excia., Senhor Presidente da República, no amplo cenário da nossa Pátria e pela não menos sábia orientação traçada por V. Excia. para o Brasil, neste angustioso momento da vida da humanidade, desde muito, era aspiração veemente dos pelotenses.

A serena clarividência de V. Excia. acautelou os destinos do país contra maquiavélicas manobras de perigosos inimigos e preparou-o para resistir satisfatoriamente ao tremendo impacto das realidades contemporâneas.

Nos setores da agricultura, do comércio e da indústria bem sentimos as providências oficiais, cada vez mais ajustadas a conceituação de que a vida econômica, assim como a social, tem raízes em bases físicas. Essa predisposição pela geografia econômica está despertando para o concerto mundial o Brasil portentoso, pela movimentação das suas incalculáveis riquezas estáticas, lançando-as na corrente circulatória da economia nacional, como benfazeja seiva criadora de novas energias.

O governo de V. Excia. tem enveredado resolutamente, no sentido de deslocar do terreno subjetivo as nossas reservas naturais, e de fazê-las funcionar como elementos positivos, beneficiadores do país, correspondendo as necessidades humanas, racionalizando a agricultura, incrementando o comércio e intensificando a indústria.

O conceito da impossibilidade da existência da riqueza sem o homem e de que as reservas potenciais, inaproveitadas, tão somente indicam a sua presença material, têm sido convenientemente apreciadas pela benemerente administração de V. Excia. que tem apoiado todas as iniciativas honestas, visando a exploração das jazidas minerais e petrolíferas, o aproveitamento eficiente de vegetais nativos, o cultivo em larga escala de plantas úteis e o melhoramento zootécnico dos rebanhos.

A concretização monumental da siderúrgica de Volta Redonda, o ciclópico aproveitamento da Amazônia e a colonização programada para o vale do São Francisco, são exemplos típicos da afirmativa anterior, são frisantes lições de quanto pode a concordância do homem e da técnica a serviço do patriótico governo de V. Excia., mesmo em se tratando da industrialização irrestrita do minério e de impor fatores culturais aos mais recônditos rincões do território pátrio para integra-los na civilização, sempre exigente de previsão, estímulo mútuo e intercâmbio.

Pelotas, fundada pelos laboriosos insulanos dos Açores, origem dos nossos troncos seculares, desfrutou merecida fama de vanguardeira do progresso material e intelectual do Rio Grande do Sul. Nasceu sob a influência de imposições mesológicas genuinamente pastoris. Ponto de convergência dos gados invernados em toda a dilatada campanha gaúcha e até do Uruguai, nas suas inúmeras charqueadas industrializava mais de meio milhão de cabeças anualmente.

Nessas eras de d'antanho, apenas um único produto das múltiplas atividades de agricultura, no seu ramo da pecuária, o boi, constituiu o montante da opulência da brava gente riograndense e foi também o firme alicerce da riqueza e civilização pelotense, espelho da fisionomia do ambiente regional, força geratriz da nossa cultura e sociedade.

Mas, tudo passa e tudo se modifica ao sabor do ritmo evolutivo dos tempos e Pelotas não faria exceção a mudança do panorama geral, acentuada pelas correntes imigratórias que se radicaram nas suas ricas terras e dos municípios adjacentes, implantando a lavoura e criando celeiros abastecedores das populações urbanas.

O colono alienígena, a semente e o arado, sintetizaram a primeira fase do abandono da monocultura animal, nesta fértil região da qual a cidade é a cabeça e escoador natural de seus produtos, que avolumam o caudal do nosso comércio e suprem matérias primas as nossas indústrias.

(...) Se a terra é ainda a principal fonte dos nossos artigos de comércio, vamos entretanto, gradativamente, galgando os degraus da industrialização e atualmente dispomos de uma apreciável diversidade de fábricas aqui localizadas. Maior incremento não tem tomado a nossa indústria em virtude da carência e elevado preço da energia elétrica. Sonhamos com o aproveitamento do potencial hidráulico do sul do Estado, inestimável empreendimento já anunciado pelos poderes públicos e que abrirá novos e ilimitados horizontes para vasta extensão territorial, riquíssima em minerais, calcários e terras boas.

Esta região geoeconômica, berço de Mauá, o maior homem de negócios que pensou e realizou em grande escala na América do Sul, também berço do saudoso Coronel Pedro Osório, o nosso mais estrênuo impulsionado de fecundas iniciativas, não desmentirá a tradição de laboriosidade legada pelos antepassados, há de marchar para frente na senda do progresso e para tanto conta com o firme apoio de V. Excia. que é já o seu maior credor.

Foi preciso que V. Excia. ascendesse a suprema magistratura para que Pelotas deixasse de ser a terra esquecida dos governos.

Os edifícios dos correios e telégrafos, da alfandega e da capitania do porto, são obras de V. Excia.

A ferrovia Pelotas a Santa Maria, já em 1877 pugnada por esta agremiação de classe, em memorial dirigido a Princesa Regente, somente por determinação do benemérito governo de V. Excia. entrou em construção, a qual, terminada, abrirá a zona meridional do Rio Grande do Sul um novo capítulo de prosperidade.

(...)

Exmo. Sr. Getúlio Vargas.

Esta casa, também é fruto do alto descortino administrativo de V. Excia. que, como chefe do governo do Rio Grande do Sul, assinou o decreto criando a taxa com que seria custeada a sua construção. Esta casa é um indelével marco para as gerações vindouras, apontando ao seu reconhecimento as assinaladas realizações de V. Excia., estendidas pela vastidão territorial brasileira, e tão evidenciadas nesta cidade.

Em nome das classes conservadoras de Pelotas, tenho a subida honra de agradecer a V. Excia. a distinta consideração desta memorável visita e que, por uma feliz coincidência, aqui reuniu os exmos. senhores Ministro de Educação e Tenente-Coronel Interventor Federal.

Pela saúde de V. Excia. e pela prosperidade do Brasil! (Macp, 1943, p. 227-230).

Era necessário apresentar esse recorte em quase sua totalidade, pois ele traz várias possibilidades de observação e ajudam a compreender a relação da entidade com Vargas, além de ajudar a entender a sua relação no segundo mandato de 1950. No primeiro momento é preciso entender que toda a estrutura desse texto, e a forma de exaltação a Getúlio se deu não somente por falarem em frente a ele, mas provavelmente buscando angariar recursos e benefícios para a cidade e região, porém é relevante observar outros aspectos não menos importantes, o primeiro diz respeito à retomada que é feito de valorizar todas as ajudas de

Vargas ainda como presidente do Estado, em contrapartida a crítica aos governos anteriores não davam atenção a Pelotas.

Ainda é visível nas entrelinhas certa crítica sobre o alto preço da energia elétrica, outro processo é a exaltação das características naturais da região sul, bem como a importância da agricultura e pecuária no processo de industrialização. Esse processo de mudanças de uma economia que antes ficava de forma quase que em sua totalidade no campo, começava a expandir para os centros urbanos. É importante destacar que o Rio Grande do Sul, foi um dos estados que esteve ao lado de Vargas ao longo da Aliança Liberal em 1930, logo, as manifestações de apoio também podem ser observadas por esse viés. O que é de se considerar dentro desses aspectos é que no período de 1930 a 1945, era mais provável um apoio da elite ao governo visto as benéficas ajudas até descritas dentro da citação trazida anteriormente. Feito esses apontamentos é necessário avançar de fato para o ano de 1950, apresentando de fato os desdobramentos que antecipam o regime de 1964 e os anos seguintes até 1970.

Considerações finais

A partir dos pontos abordados ao longo deste breve ensaio, foram apresentadas reflexões sobre a importância do presente estudo. Ao analisar o tema dentro do campo da historiografia, ele se torna um aspecto relevante para compreender uma elite que está fundamentada no conceito familiar e está inserida em um contexto de mudanças políticas constantes, com ênfase na Ditadura Civil-Militar.

Dito isso, um dos objetivos é compreender não apenas até que ponto esse grupo influenciou diretamente as articulações do golpe, mas também entender em que medida essa aliança buscava obter privilégios tanto no contexto coletivo quanto no individual. Além disso, vale ressaltar que, mesmo que em um primeiro momento essa análise tenha um enfoque municipal e regional, as articulações podem apresentar características que são pertinentes à conjuntura nacional.

Fonte

MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Atas nº 238 a 1300, 1935 - 1970 – Sessões Ordinárias de Diretoria.

Referências

ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo.** 1. ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2007.

- ABREU, Luciano Aronne; VANNUCCHI, Marcos Aurélio.(org.) **A Era Vargas 1930-1945**. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2021.
- AMARAL, Sandra Maria. **O Teatro dos Poderes**: As elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, p.344, 2005.
- AROSTÉGUI, Júlio. **La investigación histórica**: Teoría y Método. Barcelona: Crítica, 2001.
- BACAS, Lucas Maia Felipe. **Os liberais e as oposições na Era Vargas (1930-1945)**. 2013. 43 f. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BARROS, José D’Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: Da escolha do tema ao quadro teórico. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- CATTANI, Antonio David. **Classes Abastadas**: A família como estratégia de preservação da riqueza. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil. 1 ed. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 163-172.
- CODATO, Adriano Nervo. **As Elites e Instituições no Brasil**: Uma análise contextual do Estado Novo. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 421, 2008.
- CONNIFF, Michael F. A Elite Nacional. IN: HEINZ, Flávio M.(org.). **Por outra história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.99-122.
- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M.(org.). **Por outra história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-39.
- DACANAL, José Hidelbrando; GONZAGA, Sergius (org). RS: **Economia & Política**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- EICHOLZ, Josué. A elite pelotense e as práticas caritativas (1880-1920). In: LOPES, Aristeu; VARGAS, Jonas Moreira. **Capítulos de História de Pelotas**. 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 51-66.
- FAUSTO, Boris. A vida política. In: FAUSTO, Boris; GOMES, Angela de Castro; et al. **Olhando para dentro**: 1930-1964. Volume 4 da coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Objetiva, 2013. p. 91-142.
- FERNANDES, M. A. M. **Poder & Comércio**: A Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970). 1. ed. Curitiba: CRV, 2010.
- FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: Uma Biografia. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- HEINZ, Flávio M.(org). **Por outras história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MILLS, WRIGHT C.. **A Elite do Poder**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Como definir família? In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) **Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. 1 ed. São Paulo: LiberArs, 2018, p.27-48.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

PAULA, Débora Clasen; VARGAS, Jonas Moreira. Pelotas e as Elites do passado no Álbum de Pelotas. In: ALMEIDA, Guilherme de; DILLMANN, Mauro; LOPES, Aristeu. **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memórias e história**. 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2022. p. 75-82.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: Lucília Delgado e Jorge Ferreira (orgs.) **O Brasil Republicano**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.47-96.

VARGAS, Jonas M.. **Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 1. ed: Oikos, 2016.

_____. “No tempo dos Barões” A elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1889). In: LOPES, Aristeu; VARGAS, Jonas Moreira. **Capítulos de História de Pelotas**. 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 12-31.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge. **O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática**. In: Lucília Delgado e Jorge Ferreira (orgs.). **O Brasil Republicano**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 64-105.

O PTB e as eleições municipais no pré-golpe de 1964 no Sul do Rio Grande do Sul

*The brazilian labour party (PTB) and the municipal elections in Southern Rio Grande do Sul
Before the 1964 Coup*

Patrícia Schneid Altenburg,¹ UFPEL

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central analisar o processo eleitoral associado às eleições municipais realizadas em outubro de 1963, no município de São Lourenço do Sul, localizado na região Sul do estado do Rio Grande do Sul. O foco recai, especialmente, sobre a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em relação às demais siglas partidárias que compuseram o referido pleito, tendo como principal fonte de investigação os editoriais e matérias veiculadas no *Jornal Voz do Sul*, periódico de circulação local que registrou e interpretou os acontecimentos políticos daquele momento. Como metodologia de análise e reflexão, adota-se a micro-história, que possibilita examinar mais de perto o objeto de estudo. Essa aproximação, por sua vez, permite iluminar conexões com dinâmicas mais amplas, especialmente as tensões políticas, ideológicas e sociais que marcaram o período.

Palavras-chave: Eleições municipais; Partidos políticos; Polarização; Golpe Civil-Militar; Partido Trabalhista Brasileiro.

Abstract

This article aims to analyze the electoral process associated with the municipal elections held in October 1963 in the municipality of São Lourenço do Sul, located in the southern region of the state of Rio Grande do Sul. The focus is particularly on the actions of the Brazilian Labour Party (PTB) in relation to the other political parties that participated in the election, using as the main source of investigation the advertisements, editorials, and articles published in the newspaper *Voz do Sul*, a local publication that recorded and interpreted the political events of that time. Microhistory is adopted as the methodology for analysis and reflection, allowing for a closer examination of the object of study. This approach, in turn, illuminates connections with broader dynamics, especially the political, ideological, and social tensions that marked the period.

Keywords: Municipal elections; Political parties; Polarization; Civil-Military coup; Brazilian Labour Party.

Introdução

A disputa política, como argumenta Pierre Bourdieu (2011), constitui-se na arena privilegiada das lutas simbólicas, nas quais agentes e instituições buscam conservar ou transformar o mundo social a partir de diferentes visões e princípios que estruturam sua

¹ Licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: patricialtenburg@gmail.com. Número Orcid: 0000-0003-4660-3889.

divisão entre as classes. Nesse processo, a capacidade de elaborar e impor determinadas representações sobre a realidade social, mobilizando o maior número possível de cidadãos e conquistando posições de poder, torna-se fundamental para a manutenção de projetos políticos duradouros (Bourdieu, 2011).

Assim, a história política revela-se como um campo formado por realidades heterogêneas, de onde emergem dinâmicas de conflito e de consenso. Os sujeitos que atuam nesse campo são diversos, portadores de interesses plurais característicos da vida social, inserindo-se na esfera pública tanto pela via profissional quanto pela militância. Nesse cenário, partidos e frentes políticas desempenham papel decisivo na formação da cidadania e na consolidação de regimes democráticos, de modo que sua fragilização costuma acompanhar o enfraquecimento da própria democracia (Delgado, 2003).

Frente à isso, a análise de processos eleitorais e das forças políticas que os compõem torna-se particularmente relevante quando situada em conjunturas marcadas por forte agudização das tensões sociais, como se observa no período que antecede o Golpe Civil-Militar de 1964, quando a ruptura institucional é responsável por inaugurar uma ditadura de vinte e um anos, cujos efeitos reconfiguraram profundamente as formas de atuação política no país. Nesse contexto, o presente artigo — parte da pesquisa de Doutorado desenvolvida por essa autora junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas — tem como objetivo examinar as eleições municipais de outubro de 1963 no município de São Lourenço do Sul, localizado na região Sul do Rio Grande do Sul. O foco recai sobre a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em meio às disputas com as demais siglas envolvidas no pleito, utilizando como principais fontes os anúncios e matérias do *Jornal Voz do Sul*, periódico local que registrou a dinâmica daquela campanha.

Para a reflexão e interpretação desse material, adota-se a micro-história como abordagem metodológica. Conforme afirma Giovanni Levi (2020), trata-se de um campo interessado em compreender os modos pelos quais a racionalidade humana opera e orienta comportamentos, contribuindo para o desenvolvimento crítico das ciências humanas. A micro-história parte da premissa de que a História formula perguntas gerais que encontram respostas situadas, e que a mudança de escala, da observação ampla ao exame minucioso de um caso, documento ou acontecimento, permite identificar fenômenos significativos sem incorrer em generalizações precipitadas. Por isso, o estudo de grupos circunscritos ou mesmo de indivíduos pode revelar-se particularmente elucidativo, na medida em que concentra múltiplas camadas de complexidade e se inscreve em diferentes contextos simultâneos (Revel,

1998, p. 32). A alternância de escalas constitui, portanto, o núcleo da operação micro-histórica, pois possibilita detalhar aspectos essenciais de qualquer problema de pesquisa, independentemente de sua amplitude (Lima, 2012).

A pertinência dessa abordagem ao objeto deste estudo reside na possibilidade de formular questões amplas a partir da observação próxima de um grupo específico, inserindo-o em redes e estruturas mais vastas. Tal perspectiva permite compreender que os agentes políticos de São Lourenço do Sul não podem ser analisados como uma realidade isolada, mas como integrantes de dinâmicas maiores que atravessavam o país naquele período. Trata-se, assim, de problematizar sujeitos e práticas, explorando suas relações, suas contradições e seus modos de agir em meio aos diferentes contextos que os influenciavam (Karsburg, 2015).

Ao mesmo tempo em que ilumina elementos locais, essa aproximação abre espaço para refletir sobre tensões políticas, ideológicas e sociais que se intensificaram às vésperas do Golpe de 1964 e se aprofundaram na sequência dos acontecimentos que marcaram a implantação da Ditadura Civil-Militar-Empresarial, quando o novo regime instaurado promoveu cassações, perseguições, violência política e a dissolução das estruturas partidárias, atingindo diretamente diversos sujeitos que haviam protagonizado as disputas eleitorais de 1963.

Discussão historiográfica: partidos, polarizações e conjunturas no pré-golpe

A compreensão do cenário que antecede as eleições municipais de 1963 no Rio Grande do Sul e, particularmente, em São Lourenço do Sul, exige um retorno à reconfiguração partidária do pós-Estado Novo, quando o decreto-lei conhecido como “Lei Agamenon” instituiu o registro obrigatório das agremiações em âmbito nacional, rompendo com a tradição de estruturação regional. Nesse novo quadro, ganharam destaque a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partidos que, ao longo de seus primeiros treze anos de existência, passaram a estruturar-se em torno de duas forças políticas antagônicas. De um lado, o getulismo, articulado sobretudo pelo PTB e, em parte, pelo PSD; de outro, o antigetulismo, que encontrou na UDN sua principal base e que, posteriormente, figuraria entre os articuladores centrais da intervenção que instaurou o regime autoritário em 1964 (Delgado, 2010).

O PSD, ao ser criado, agregou interventores, setores da classe média urbana e, principalmente, forças das oligarquias estaduais, formando um conjunto social distinto daquele que compunha o PTB (Delgado, 2010). Embora PTB e PSD tenham mantido alianças

relativamente estáveis nos primeiros treze anos, fissuras tornaram-se mais evidentes quando, entre o final dos anos 1950 e o início dos 1960, o PTB aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e passou a defender reformas estruturais, incluindo a reforma agrária, o que atingia diretamente interesses de muitos proprietários rurais que passaram a migrar para a UDN (Delgado, 2010).

O PTB, por sua vez, sustentado por sindicatos urbanos, pela burocracia do Ministério do Trabalho e por amplos setores operários e de funcionários públicos, consolidou-se como um dos vértices hegemônicos do sistema partidário do período. Sua aproximação com os comunistas, além de compor um dos elementos centrais de diferenciação política, seria posteriormente mobilizada como justificativa para o golpe de 1964 (Delgado, 2010).

Percebe-se assim que o sistema presidencialista do período acentuava ainda mais a polarização, estruturando inicialmente as disputas em um eixo essencialmente dicotômico entre a aliança PSD/PTB e a UDN. Todavia, esse quadro se altera com as eleições de 1960, quando Jânio Quadros, do PSD com apoio udenista, é eleito presidente, ao passo que João Goulart, principal liderança trabalhista, assume a vice-presidência, visto que a legislação permitia votação separada para cada cargo. Posteriormente, a renúncia de Quadros, em 1961, e a resistência ao nome de Goulart aprofundaram ainda mais a crise política, exigindo a solução parlamentarista para sua posse, mas tornando sua atuação presidencial permanentemente tensionada (Delgado, 2010).

Esse tensionamento manifestou-se de forma ainda mais explícita no pré-golpe, quando diferentes forças se posicionaram diante do projeto das reformas de base. PTB e Ação Republicana Socialista (ARS) defendiam sua implementação, enquanto a Ação Democrática Parlamentar (ADP) as atacava publicamente (Padrós; Lameira, 2010). Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, discursos udenistas e de líderes da ADP passaram a clamar pela união dos “democratas” contra o comunismo e a “demagogia”, construindo uma narrativa de ultimato à democracia (Padrós; Lameira, 2010).

Para Lameira e Padrós (2010) a deflagração do golpe de 1964 resultou da convergência entre setores civis e militares, não podendo ser interpretada de forma simplista. Tratou-se tanto de um golpe preventivo para conter o avanço de grupos nacionalistas e reformistas que defendiam um capitalismo mais autônomo e socialmente orientado; quanto de uma ação coordenada por amplos setores liberais e conservadores, alinhados à Doutrina de Segurança Nacional e ao contexto geopolítico da Guerra Fria, radicalizado pela Revolução Cubana.

Logo, o golpe somente pode ser entendido dentro dessa conjuntura de polarização, onde se enfrentavam dois projetos de sociedade, dos quais o liberal-conservador sairia vitorioso.

Diante da política de reformas, resposta parcial às demandas de uma população historicamente esquecida e de um projeto de país autônomo e soberano, os setores dominantes, através dos seus mais diversos mecanismos de dominação, e o capital internacional a eles associados, desestabilizaram e conspiraram abertamente contra a administração Goulart (Padrós; Lameira, 2010, p. 49-50).

No congresso, tal contexto passa a ser construído a partir da segunda metade dos anos 1950, quando a própria estrutura partidária se tornou mais fluida, a partir do surgimento de frentes parlamentares formadas por membros de diferentes partidos. De um lado, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), existente entre 1956 e 1964, representava o campo nacionalista e desenvolvimentista, reunindo parlamentares do PTB e de outras siglas, e defendendo um Brasil mais soberano. Não por acaso, seus membros foram alvos diretos de cassações após o golpe. No polo oposto, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), criada em 1961 e formada sobretudo por deputados da UDN, do PR e dissidentes do PSD, posicionava-se em combate às reformas e à propagação de discursos comunistas. Essas articulações expressam a intensa polarização que marcou o período e ajudam a compreender por que, entre 1945 e 1964, houve simultaneamente ampliação da participação política e maior disputa entre projetos de país (Delgado, 2010).

No contexto gaúcho, tais tensões adquiriram contornos específicos. Desde 1945, o principal enfrentamento no estado se deu entre os trabalhistas liderados por Leonel Brizola e os conservadores organizados em torno de Ildo Meneghetti. Foi inclusive, devido a Leonel Brizola que a projeção do Rio Grande do Sul se ampliou na conjuntura nacional, cuja atuação — da Campanha da Legalidade (1961) às políticas nacionalistas implementadas como governador (1959–1963) — o colocou como símbolo das forças populares e desenvolvimentistas. Em sentido inverso, Meneghetti, eleito governador em 1962 com apoio da ADP, tornou-se um dos principais articuladores do golpe, conspirando contra o governo federal desde o início de seu mandato, quando financiamentos internacionais, como os do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)², reforçaram candidaturas anti-Jango no estado, contribuindo para a sua e demais vitórias conservadoras de 1962 (Wasserman, 2010).

² Organização criada em 1959, financiada por empresários nacionais e por recursos estrangeiros, especialmente norte-americanos, com o objetivo de combater o avanço das esquerdas no Brasil e influenciar a opinião pública e os processos eleitorais através de campanhas anticomunistas e de apoio a candidatos conservadores. Seu papel

Após o golpe, a repressão se intensificou rapidamente no Brasil e no Rio Grande do Sul, com prisões, perseguições políticas e a fuga de Brizola. A destruição dos arquivos do DOPS em 1982, ordenada pelo governador Amaral de Souza, evidencia o receio das lideranças ditatoriais quanto à preservação de documentos que comprovassem práticas ilegais e repressivas. Tais elementos ressaltam que o papel das forças políticas estaduais foi decisivo para o êxito do golpe, ainda que nem sempre enfatizado pela historiografia (Wasserman, 2010).

Ao articular essas discussões, torna-se evidente que compreender a reorganização partidária do pós-1945, a formação das frentes parlamentares, a radicalização política nacional e o protagonismo do Rio Grande do Sul são fundamentais para situar o clima eleitoral de 1963. Esse quadro, marcado por disputas ideológicas intensas e por projetos antagônicos de país, moldou diretamente o comportamento eleitoral e as alianças travadas nos municípios, inclusive em São Lourenço do Sul. A análise historiográfica, portanto, não apenas contextualiza, mas justifica a necessidade de examinar as dinâmicas políticas locais de 1963 como parte de um processo mais amplo de polarização e conflito que culminaria no Golpe de 1964.

As eleições municipais de 1963 em São Lourenço do Sul: um reflexo das polarizações políticas nacionais

A partir da discussão até aqui traçada, foi possível perceber que o clima político às vésperas do Golpe Civil-Militar de 1964 era marcado por forte polarização e pelo embate entre dois projetos distintos para o país. De um lado, setores alinhados ao nacionalismo desenvolvimentista de João Goulart, compostos por grupos relativamente novos no cenário público e mobilizados em torno de suas demandas sociais; de outro, forças conservadoras empenhadas em manter a ordem social e política vigente. Esse antagonismo nacional não permaneceria restrito aos grandes centros de poder: ele também se faria sentir nas eleições municipais de novembro de 1963, as últimas realizadas dentro de um marco democrático antes do golpe, inclusive em municípios interioranos como São Lourenço do Sul, onde as disputas locais reproduziam e ampliavam tensões estruturais observadas em todo o país.

O município em foco, São Lourenço do Sul, é atualmente o 52º mais populoso e detém a 63ª economia do Rio Grande do Sul, com sua população distribuída entre áreas urbanas e

tornou-se particularmente visível nas eleições de 1962, quando investiu pesadamente em propaganda política. A atuação do instituto foi denunciada como interferência ilegal na política brasileira e levou à instalação de uma CPI em 1963, resultando em sua posterior extinção. Ver: Dreiffus, 1981.

rurais (IBGE, 2010; 2022). Sua emancipação de Pelotas ocorreu em 1884; em 1938 foi elevada à categoria de cidade; e, em 1940, incorporou a partícula “do Sul” à sua nomenclatura. Para compreender as forças políticas atuantes no cenário municipal de 1963, é relevante revisitar alguns marcos de sua formação, esse percurso permite situar o leitor quanto ao processo de consolidação administrativa e social da região.

Embora a historiografia local costume destacar a colônia germânica fundada em 1858 como elemento estruturante do município, já existia nos arredores, antes dela, uma comunidade organizada, vinculada às atividades estancieiras e charqueadoras. Essa dualidade, entre a zona de campanha e a colônia, permanece perceptível até hoje, marcada inclusive pela BR-116³ que atravessa o território municipal, desafiando a narrativa tradicional de uma formação exclusivamente germânica (Altenburg, 2021).

Ainda assim, é inegável que a imigração germânica exerceu papel significativo na configuração social e política de São Lourenço do Sul. A colonização, baseada na agricultura familiar, no associativismo e na preservação de valores culturais, como a língua e os costumes herdados da terra de origem, imprimiu ao município uma tessitura social de forte inclinação conservadora (Altenburg, 2024). Essa orientação incide diretamente sobre a organização política local, interferindo na conformação partidária, nos perfis dos candidatos e nos resultados eleitorais, inclusive nas eleições municipais de 1963.

Para analisar como se desenharam os embates e resultados daquele pleito, utiliza-se como fonte as matérias publicadas no *Jornal Voz do Sul*, impresso pela *Officina Graphica EDDA* — a primeira tipografia do município, fundada em 1892 pelo pastor luterano Alexandre Leopold Voss, pioneira na produção de jornais, livros e materiais escolares na região, parte deles em língua alemã. O *Voz do Sul*, autointitulado informativo local, circulou semanalmente entre 1948 e 1964, sendo sua última edição publicada justamente no ano em que se instaurou no país a Ditadura Civil-Militar-Empresarial, período marcado pelo cerceamento da liberdade de expressão e pela imposição de mecanismos de censura à imprensa (Zarnott, Silva, Arriada, 2017).

No que se refere especificamente às eleições de 1963, o jornal veiculou, entre os meses de junho e dezembro, diversas matérias e informes sobre as campanhas e o

³ De acordo com Manoel Seabra (1987), a origem da BR-116 remonta aos antigos “caminhos troncais” que ligavam o Sul ao Sudeste desde o período imperial, posteriormente transformados em estradas estaduais e federais nas primeiras décadas do século XX. Segundo ele, a rodovia nasce como parte do esforço republicano de “racionalizar e modernizar a circulação territorial”, culminando, já nos anos 1940–1950, na formulação de um grande eixo longitudinal que unificou e pavimentou trechos preexistentes, dando origem ao que viria a ser a atual BR-116. Ver: Seabra, 1987.

desenvolvimento do processo eleitoral. Em suas páginas, observa-se com o passar do tempo um esforço de construção de imagem favorável aos candidatos apoiados por determinadas correntes políticas, frequentemente descritos como líderes capazes, dignos de confiança e aptos a conduzir o município.

A primeira referência direta ao pleito aparece no final de junho, quando o jornal anuncia o lançamento da candidatura de Arthur Kraft, pelo Partido Trabalhista Brasileiro. A matéria destaca: “Surge o Primeiro Candidato à Sucessão Municipal: Arthur Kraft oficialmente pelo PTB (...) Escolhido como candidato a Prefeito por impressionante unanimidade (...)”. Em seguida, o periódico apresenta a avaliação de seus correligionários, que o descrevem como “pessoa que reúne todas as qualidades para bem gerir os destinos do município e por todos os títulos merecedora dos sufrágios não só dos petebistas como também de todo o lourenciano” (Jornal Voz do Sul, 1963, p. 1).

Na mesma edição, o Voz do Sul publica uma segunda matéria destinada a reforçar a imagem de Arthur Kraft como o “candidato ideal”. O texto apresenta o trabalhista como uma escolha acertada do PTB e o descreve como figura prestigiada em todas as camadas sociais, enfatizando sua trajetória na vereança e na presidência da Câmara Municipal. Essa estratégia discursiva, repetida em diferentes momentos do periódico, contribui para a construção de uma percepção pública favorável ao candidato, situando-o como aquele que reuniria as melhores condições para administrar o município. Além disso, o jornal o coloca explicitamente na condição de favorito à vitória, algo que, ao ser veiculado por um informativo local de circulação semanal, tende a exercer influência sobre o eleitorado e sobre a narrativa política do período.

Parece-nos que o Partido Trabalhista Brasileiro acertou em cheio ao escolher, por unanimidade, o Sr. Arthur Kraft. (...) Gozando de enorme prestígio em todas as camadas sociais, reúne o atual Presidente da Câmara de Vereadores as condições indispensáveis para ser um Prefeito à altura de nossa comuna. Qualidades não lhe faltam para tal. Dotado de um gênio afável e sobretudo possuidor de muito bom senso vem o Sr. Kraft destacando-se pelo trabalho profícuo que vem realizando em prol de nosso município. É deveras impressionante o número de adesões que vem recebendo por parte de pessoas que militam em outras agremiações partidárias. Podemos, desde já, apontá-lo como grande favorito nas eleições que se aproximam (Jornal Voz do Sul, 1963, n.p.).

Todavia, o destaque inicialmente concedido ao candidato petebista diminuiria à medida que outro nome, fosse anunciado. Isso se evidencia quando, em agosto daquele ano, o jornal veicula uma extensa matéria de análise da conjuntura eleitoral, assinada por Germano

Maia, ex-delegado de polícia em São Lourenço do Sul, aposentado no final de 1962. No artigo, Maia afirma que as eleições já possuiriam “horizontes claros” acerca de quem ocuparia a prefeitura, deslocando o eixo do favoritismo para o candidato da ADP, filiado à UDN: João Henrique Thofehrn. Este é apresentado como engenheiro agrônomo e vereador mais votado do município, sendo descrito como “ligado aos misteres de sua notabilizante profissão, a par de sua profícua atividade como adiantado pecuarista do município, gestor do importante parque agro-pastoril, de propriedade de seu pai, Dr. Walter Thofehrn” (Jornal Voz do Sul, 1963, n.p.).

O texto o coloca claramente como o candidato favorito, afirmando que a população teria “justo motivo para esperar dias promissores da administração”, expressão que sugere tratar-se de uma eleição praticamente definida. Ainda assim, a matéria não ignora seus adversários. Sobre Arthur Kraft, seu principal concorrente pela oposição ao bloco ADP–UDN, Maia também apresenta considerações elogiosas, descrevendo-o como “operoso professor secundário, presidente da Câmara de Vereadores, jovial e afável”. Contudo, pondera que Kraft teria “contra si o peso do eleitorado que não vê com simpatia a vereda esquerdizante pelos caminhos agitados do trabalhismo”, associando-o ao brizolismo. Essa vinculação é tratada como elemento negativo, mas simultaneamente reconhecida como fonte de força eleitoral entre setores específicos, revelando a complexidade dos alinhamentos políticos naquele momento (Jornal Voz do Sul, 1963, n.p.).

A matéria ainda apresenta, pela primeira vez, uma terceira candidatura, que, entretanto, seria pouco mencionada até o dia da eleição. Trata-se de Herbert Loescher, do Partido Libertador (PL), descrito como pertencente “à velha guarda dos pioneiros da nossa colonização germânica, homem esclarecido, sólido comerciante e industrial progressista, dotado de virtudes que o recomendam ao respeito do eleitorado colonial”. Apesar do tom laudatório, Loescher aparece apenas como um “adversário temível”, não como alguém com chances reais de vitória (Jornal Voz do Sul, 1963, n.p.).

Assim, a partir dessa publicação, percebe-se que, embora os três candidatos recebam elogios e tenham suas qualidades enunciadas, o posicionamento Germano Maia deixa claro sua intenção de construir a imagem de João Henrique Thofehrn, representante da ADP, como a melhor opção para o município e aquele mais capaz de vencer o pleito. A matéria, portanto, não apenas descreve o cenário eleitoral, mas contribui ativamente para a conformação de um favoritismo que dialoga com as tensões políticas mais amplas do período.

À medida que as eleições se aproximavam, as publicações do *Voz do Sul* tornavam-se cada vez mais enfáticas e politicamente direcionadas, tanto em opiniões quanto em análises e discursos reproduzidos pelo jornal. Um exemplo significativo é a divulgação das palavras de Walter Peracchi Barcellos, coronel da Brigada Militar que, anos mais tarde, durante a Ditadura Civil-Militar-Empresarial, viria a ocupar o governo do Rio Grande do Sul e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Em sua passagem por São Lourenço do Sul, Barcellos dirigiu-se ao público com um discurso abertamente anticomunista, advertindo para os riscos que, segundo ele, partidos e candidatos alinhados a tal ideologia poderiam representar. Suas palavras, destacadas pelo periódico, enfatizavam:

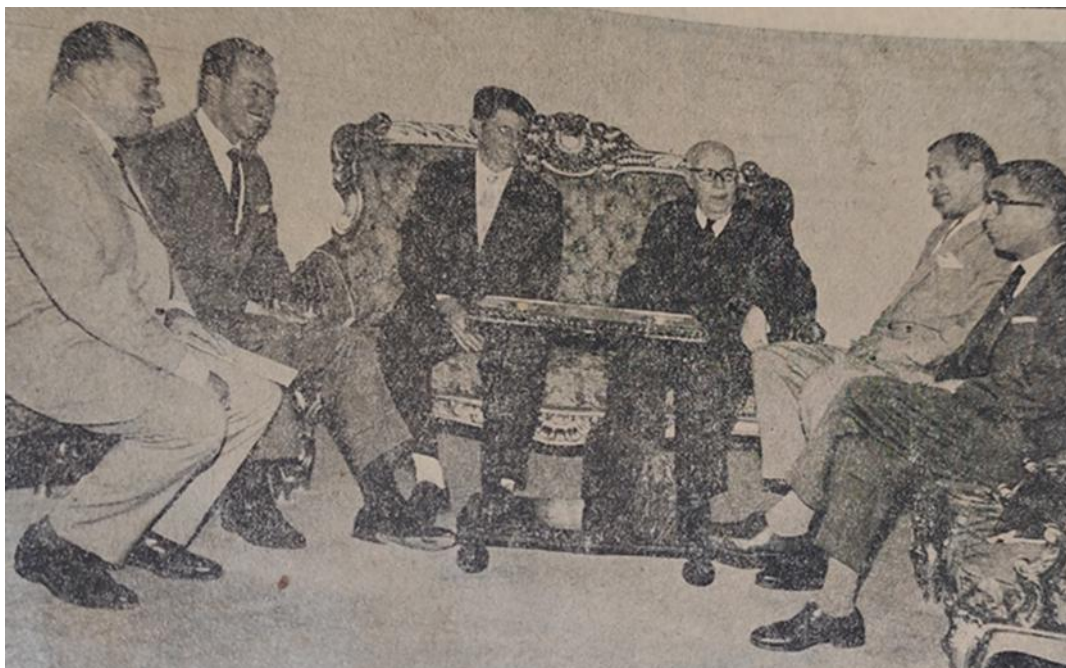
Esta circunstância impõe, hoje mais do que nunca, a união das nossas forças políticas tendo em vista a conquista das posições, através das quais possamos consolidar o regime, oferecendo combate seguro ao comunismo que age desenvoltamente em nosso país (Jornal Voz do Sul, 1963, n.p.).

O militar também conclama explicitamente a população a votar nos candidatos da ADP, argumentando que a vitória desse grupo seria fundamental para transformar o município em uma trincheira contra a suposta ameaça comunista. Conforme registrado na publicação, a eleição dos opositoristas permitiria erguer em São Lourenço do Sul “mais um bastião onde há de se esbarrar as forças da anarquia, da desordem e da subversão organizada”.

Corroborando o movimento de aproximação do *Jornal Voz do Sul* em reforçar a campanha do candidato udenista e da ADP, as semanas decisivas do pleito são marcadas pela veiculação de uma matéria que destaca uma suposta conquista atribuída aos candidatos da agremiação. O jornal informa que João Henrique Thofehrn (prefeito) e Ruy Carlos Ziebell (vice-prefeito) teriam obtido, junto ao então governador do estado, Ildo Meneghetti, um auxílio financeiro destinado aos hospitais do município, totalizando vinte milhões de cruzeiros.

A publicação é acompanhada de uma fotografia em que aparecem os candidatos lourencianos ao lado do governador e do deputado estadual natural de São Lourenço do Sul, Oscar Westendorff, como representado na figura 1.

Figura 1 – Os candidatos João Henrique Thofehn e Ruy Carlos Ziebell reunidos com o governador Ildo Meneghetti e o deputado Oscar Westendorff



Fonte: Jornal Voz do Sul, 1963.

O modo como o jornal enquadra esse encontro contribui para reforçar o favoritismo atribuído aos candidatos da ADP: a matéria sugere uma relação de efetividade administrativa e influência política que extrapola o âmbito da campanha, quase como se ambos já exercessem funções no executivo municipal. Dessa forma, a narrativa construída opera no sentido de consolidar a imagem de capacidade, articulação e legitimidade de Thofehn e Ziebell, ampliando simbolicamente sua posição na disputa eleitoral.

Por fim, às vésperas das eleições marcadas para 10 de novembro, o jornal veicula uma matéria intitulada “Manifesto da A.D.P.”, que segue a mesma linha retórica das anteriores. Nela, a representação da frente afirma existirem apenas duas correntes ideológicas no país: “ou você é esquerdista, socialista ou comunista, ou você, ao contrário, é democrata, quer rumos cristãos, quer a democracia, a livre iniciativa, o respeito à pessoa humana, a liberdade do povo, sem anarquia.” O texto reforça que os rumos do país, no futuro, também dependeriam das escolhas que o eleitor faria na eleição que se aproximava, frisando que a frente e seus partidos não permaneceriam inertes diante da comunização do país. Ao contrário, atuariam para fazer da ADP “uma ideia, que ela tenha um conteúdo ideológico, ao redor do qual se formam homens e partidos” (Jornal Voz do Sul, 1963, n.p.).

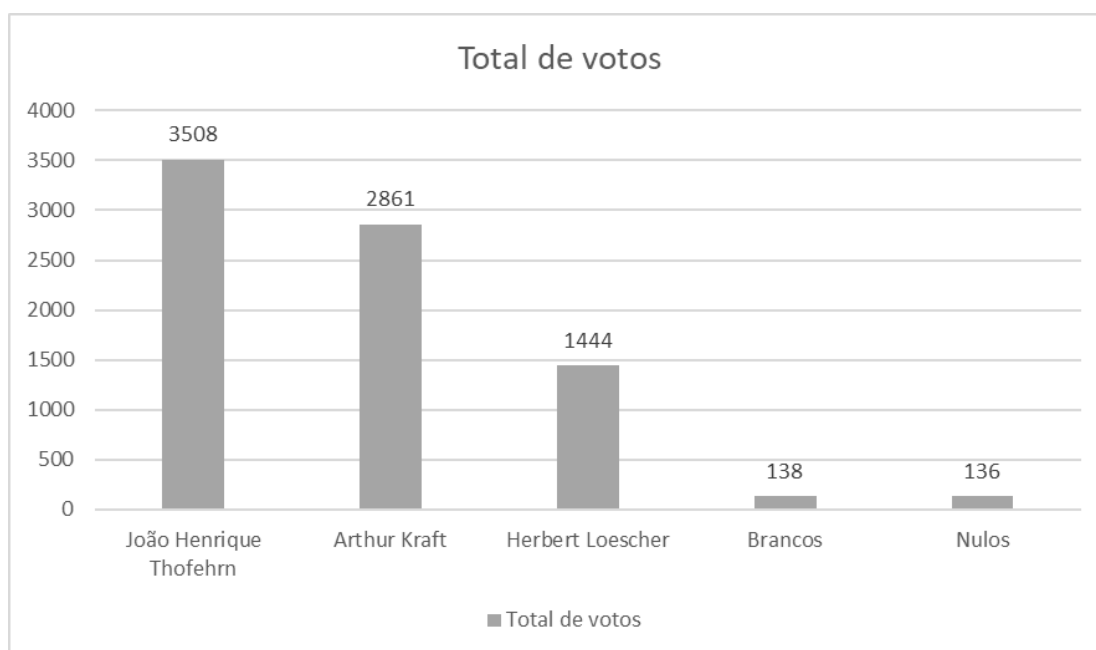
A matéria, portanto, além de mobilizar o leitor a assumir posição no momento do voto, revela o claro direcionamento político do jornal e de seus aliados, ao mesmo tempo em que

antecipa, ainda que de modo velado e cuidadoso, os posicionamentos que tanto o grupo quanto o país assumiriam nos meses seguintes, culminando no Golpe Civil-Militar de 1964.

Quando efetivamente se realizam as eleições, o periódico dedica significativo espaço de sua edição na semana pós-pleito para divulgar os resultados, enfatizando cada mesa eleitoral do município — tanto da área urbana quanto da rural — e o respectivo número de votos obtidos pelos candidatos à prefeitura e à vereança. No que diz respeito ao pleito municipal aqui analisado, confirma-se o cenário esperado e já previamente anunciado pelo jornal: a chapa da ADP, que reunia UDN e PDS, composta por João Henrique Thofehr e Ruy Carlos Ziebell, consagra-se vencedora (Jornal Voz do Sul, 1963).

Thofehr obtém uma diferença total de 647 votos em relação ao candidato petebista Arthur Kraft e de 2.064 votos em relação àquele considerado o candidato de menor força e também o menos mencionado pelo jornal, Herbert Loescher, como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

Figura 2 – Resultado das eleições de 1963 para prefeitura de São Lourenço do Sul



Fonte: Jornal Voz do Sul, nov. 1963.

Posteriormente à divulgação do resultado das eleições, duas matérias publicadas pelo *Jornal Voz do Sul* chamam a atenção. A primeira retoma uma manifestação da representação da ADP, desta vez intitulada “Proclamação da A.D.P.: Ao Povo Lourenciano”, na qual se dirige um apelo à direção do Partido Libertador — representado, na eleição, pelo candidato Herbert Loescher — para que se una à frente em torno de um mesmo ideal ideológico.

Embora o PTB e seu candidato não sejam mencionados, o texto também convoca “a todas as outras pessoas que, mesmo votando noutros candidatos, tenham idêntica ideologia à nossa, ou seja, idêntica orientação administrativa”, insinuando que a população deveria convergir para um único direcionamento político, afinado ao projeto da ADP. Tal formulação sugere não apenas o combate às supostas “forças do comunismo”, mas também uma oposição implícita ao governo de João Goulart e a tudo aquilo que, no imaginário anticomunista local, se vinculava a seu nome (Jornal Voz do Sul, 1963).

A segunda matéria, curiosamente publicada em 25 de dezembro, em edição especial de Natal, consiste num texto em que o jornal parabeniza a vitória da dupla representante da ADP, afirmando ter renovada a “esperança de que possam colaborar com os eleitos dos cargos executivos, visando o crescente progresso de São Lourenço do Sul”. O escrito prossegue criticando aqueles que se afastam dos assuntos políticos e que, dessa forma, “colaboram para a vitória de sua luta contra este estado de coisas”. Embora o jornal não explicita o que entende por “estado de coisas”, é possível supor que se refira, novamente, à ameaça comunista e às tensões políticas associadas ao período. Por fim, o editorial enfatiza ser obrigação de todos os cidadãos lourencianos colaborar com a nova administração, independentemente de vinculações partidárias (Jornal Voz do Sul, 1963, p. 1).

Assim, o jornal encerra o ciclo eleitoral reafirmando seu alinhamento político e contribuindo para a construção de um clima de unidade forçada, que reforça tanto o projeto da ADP quanto o ambiente de polarização que antecederia os acontecimentos de 1964.

Considerações finais

Embora o Golpe Civil-Militar só viesse a se concretizar em 1964, já ao final de 1963 é possível observar o adensamento das tensões políticas em diferentes regiões do país, inclusive em municípios do interior, como São Lourenço do Sul. Nesse contexto, as disputas entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — associado nacionalmente às propostas reformistas de João Goulart e às articulações políticas de Leonel Brizola — e a Aliança Democrática Popular (ADP) converteram-se em expressões locais das polarizações em curso no cenário nacional.

A vitória da ADP nas eleições municipais reforçou a percepção de que São Lourenço do Sul possuía um perfil político majoritariamente conservador, afinado com os setores que se opunham às reformas de base e às orientações mais à esquerda do governo federal. Ainda assim, a expressiva votação obtida pelo PTB evidencia a existência de grupos sociais

identificados com o trabalhismo e dispostos a sustentar, no plano local, os projetos defendidos pela administração Goulart.

Ao longo de todo esse processo, o *Jornal Voz do Sul* desempenhou um papel central na produção e na circulação de sentidos políticos. Suas matérias, declarações e editoriais favoráveis à ADP não apenas acompanharam o acirramento das disputas, mas também contribuíram para reforçar um imaginário anticomunista amplamente difundido no período, em consonância com narrativas que buscavam legitimar a necessidade de “conter o avanço comunista”. Assim, a cobertura do jornal atuou como um vetor de politização e enquadramento ideológico, colaborando para a construção de um ambiente local marcado pela polarização e pela emergência de discursos que se tornariam ainda mais significativos nos meses que antecederam o golpe de 1964.

Fontes

JORNAL VOZ DO SUL, São Lourenço do Sul, jun-dez 1963. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Schild.

Referências

ALTENBURG, Patrícia Schneid. **Deutsche in Brasilien**: a trajetória construção histórica da comunidade de São Lourenço do Sul. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

ALTENBURG, Patrícia Schneid. **Faces do sindicalismo rural brasileiro**: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985). 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

ANGELI, Douglas Souza. Partidos, eleições e poder local: Análise das trajetórias eleitorais do PTB e do MDB EM Canoas/RS (1947-1976). *Escritas*, [s. l.], ano 1, v. 6, p. 104-124, 2014.

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias**: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877). 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partido políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População no último censo. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**: cidades. V4.4.9. Brasil, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-lourenco-do-sul/panorama>. Acesso em: 05 dez. 2025.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; WEBER, Beatriz; KARSBURG, Alexandre; FARINATTI, Luiz Augusto (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015. p. 32-52.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2000. 272 p.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. cap. 1, p. 19-34.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 11, p. 207-223.

MOSSMANN, Paulo Germano. **Os Deutsch-Brasileianer em oposição ao PRR: um estudo de caso dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891**. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1, p. 15-38.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, EnVânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010.

ZARNOTT, Daiana Dillmann; SILVA, André Rodrigues da; ARRIADA, Eduardo. História da imprensa lourenciana: produção e circulação da colônia de São Lourenço à modernidade mercadológica (1892-1992). **Anais do 23º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em História da Educação: Gênero e Memória: mulheres na/da História da Educação**, Rio Grande, 2027. 23º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em História da Educação (ASPHE), 2027, Universidade Federal do Rio Grande.

Do cárcere ao crime organizado: uma análise historiográfica do Comando Vermelho e do PCC

From prison to organized crime: a historiographical analysis of Comando Vermelho and PCC

Thyago Santana de Oliveira Lima,¹ UFRJ

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar, em perspectiva historiográfica, o surgimento das duas maiores facções criminosas do Brasil, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), destacando como que a origem das organizações está ligada às condições precárias e desumanas do sistema prisional onde os presos fundadores foram alocados. Um dos objetivos é demonstrar como a negligência do estado, a superlotação das penitenciárias e a ausência de políticas de ressocialização criaram um ambiente perfeito para a organização coletiva dos presos, resultando na formação de facções criminosas.

Palavras-chaves: Crime Organizado; Presídios; Comando Vermelho; Primeiro Comando da Capital; Facções Criminosas.

Abstract

This article aims to analyze, from a historiographical perspective, the emergence of the two largest criminal factions in Brazil, Comando Vermelho (CV) and Primeiro Comando da Capital (PCC), highlighting how the origin of these organizations is linked to the precarious and inhumane conditions of the prison system where the founding prisoners were housed. One of the objectives is to demonstrate how state negligence, prison overcrowding, and the absence of resocialization policies created a perfect environment for the collective organization of prisoners, resulting in the formation of criminal factions.

Keywords: Organized Crime; Prisons; Comando Vermelho; Primeiro Comando da Capital; Criminal Factions.

Introdução

O presente artigo busca compreender como o surgimento das principais organizações criminosas brasileiras, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), está profundamente ligado às condições degradantes do sistema prisional. Essa pesquisa visa historiografar as dinâmicas de fundação de cada facção, histórias e como elas se mantêm no contexto atual, tanto no contexto social, como também, no contexto prisional.

Apesar de não ter sido a primeira facção criminosa do país, o PCC consolidou-se como a maior organização criminosa do Brasil. Segundo dados do portal *G1*, a facção conta

¹ Bacharel em Turismo/UNINOVE, Bacharel em Marketing/UNIGRANRIO, Graduando em Turismo/UNIRIO, Mestrando e Bolsista CAPES em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/UFRJ, Mestrando em Ecoturismo e Conservação/UNIRIO. E-mail: thyago.lima@pped.ufrj.com

com ao menos 2.078 integrantes, distribuídos em 28 países do mundo, fora o Brasil. O que evidencia sua capacidade de ultrapassar fronteiras nacionais e alcançar o continente americano, europeu e africano. Já o Comando Vermelho, surgido anteriormente, consolidou-se como marco inicial desse processo, ao nascer da convivência entre presos comuns e presos políticos no presídio Cândido Mendes, em Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Dessa forma, este estudo pretende analisar comparativamente as origens, trajetórias e permanências do CV e do PCC, destacando o papel das más condições carcerárias em sua gênese e demonstrando como a negligência do estado no interior das prisões favoreceu a formação de redes de solidariedade e logo, que gerou o crime organizado atual, que com o tempo, saíram para além dos muros das prisões.

O Comando Vermelho: gênese e consolidação

A facção Comando Vermelho (CV) foi a primeira facção criminosa que surgiu no país, é uma organização criminosa que segundo Amorim (1993, p. 3-9) teria surgido dentro do Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro. A ideia do local, era ser uma prisão de alta segurança, para conter presos perigosos, e por ser em uma ilha, desfavorecer possíveis fugas de presos, porém, segundo o autor, Ilha Grande ficou conhecido como “Caldeirão do diabo”, em alusão ao presídio francês de Caiena, a Ilha do diabo, originalmente, a facção surgiu se denominando Falange Vermelha, mas após um espaço de tempo, mudou de nome.

Segundo Amorim (1994, p. 3-9) o Comando Vermelho surgiu em um local onde os presos estavam sendo colocados para sofrer em condições prisionais extremamente degradantes, mostrando uma tradição histórica de maus-tratos, negligência e punição desumana, e justamente no meio da era do regime militar, em específico, a facção foi formada em 1979. Desde os tempos da Colônia Correcional de Dois Rios (nome antes dado ao Instituto Penal Cândido Mendes), a prisão foi marcada por superlotação, higiene precária, violências físicas e psicológicas sistemáticas, e restrição severa de direitos básicos dos presos. Durante o período da ditadura militar, a Ilha Grande passou a abrigar tanto presos comuns quanto também, presos políticos de orientação marxista. Criando um espaço onde os presos interagiam entre si, compartilhando suas variadas experiências distintas. Os presos políticos, muitos condenados por envolvimento em movimentos de resistência à ditadura ou por atividades classificadas como subversivas, conviviam com criminosos comuns, cuja

experiência prática em delitos e estruturação de redes de proteção já havia sido consolidada em seus contextos de planejamento de crimes. Essa convivência, embora tensa, permitiu a troca de estratégias de sobrevivência, disciplina e organização, fornecendo um terreno fértil para a emergência de práticas coletivas que se tornariam estruturais na formação do Comando Vermelho.

Amorim (1994) observa que, mesmo com reformas estruturais posteriores, como a substituição dos antigos galpões de madeira por galerias modernas de três andares, muitas das práticas de controle interno e brutalidade entre os presos permaneceram. As galerias passaram a funcionar quase como microcosmos autônomos, com hierarquias próprias e regras não oficiais, que incluíam até mesmo a imposição de pedágios, controle do trabalho externo, distribuição de mantimentos e organização de redes de proteção mútua. A Galeria D, ocupada principalmente por detentos oriundos de favelas e bairros proletários da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, exemplifica a consolidação dessas estruturas: ali, grupos de presos exerciam autoridade sobre os demais, determinando comportamentos, resolvendo conflitos e garantindo certa “ordem” interna, que antes, não existia, e fazia com que os presos estivessem se trucidando entre si. No fim isso refletia tanto a solidariedade quanto à lógica de poder necessária à sobrevivência. Essas práticas de gestão, e resistência, se tornaram padrões centrais da então Falange Vermelha, mostrando que a facção não emergiu simplesmente de relações com locais pobres e periféricos, mas da própria experiência de opressão no cárcere, e com a interação com presos políticos, se gerou uma forma de auto-organização nesse cárcere.

Além das condições físicas e da superlotação, Amorim (1994, p. 109-114) narra o papel do conhecimento político e estratégico trazido por presos políticos e por detentos mais escolarizados, que introduziram alguns modelos de disciplina, hierarquia, planejamento e resistência inspirados em experiências externas, como movimentos guerrilheiros estudados em livros e relatos confiscados dentro da prisão. A leitura de textos como *O Manual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighella, os ajudava com exemplos de táticas de comando, organização de células, códigos de comunicação e estratégias de defesa e ataque, que os presos comuns adaptaram à realidade das galerias, e logo após, adaptam às realidades dos locais onde moravam, construindo assim, uma forma de estrutura interna de poder. Essa apropriação de conhecimentos estratégicos externos, combinada com a necessidade de autodefesa e proteção mútua, colaborou diretamente para a criação de redes de solidariedade e de ação coordenada que se consolidariam como o núcleo da então Falange Vermelha,

projetando-se além dos muros do presídio e se transformando na organização criminosa estruturada que conhecemos hoje.

Segundo Amorim (1994) isso mostra que a política do governo militar de tratar presos políticos e criminosos comuns de forma igual, nivelando presos políticos ao “simples banditismo”, acabou por facilitar o encontro entre essas diferentes trajetórias de vida, potencializando a criação de um grupo organizado com experiência tanto em resistência política quanto também, em práticas criminosas. Pode se dizer que o Comando Vermelho não pode ser compreendido apenas como uma consequência natural da criminalidade no Rio de Janeiro, ele se trata de um fenômeno que nasceu da interação entre condições extremas de opressão carcerária, violência do próprio estado, ausência de direitos básicos e estratégias de sobrevivência e solidariedade entre os presos, buscando manter alguma ordem dentro da prisão. O sistema prisional, portanto, funcionou paradoxalmente como laboratório de organização e poder, onde a estrutura da facção foi construída de maneira orgânica, moldada pelas experiências individuais e coletivas de seus fundadores e pela necessidade de enfrentar a brutalidade cotidiana da prisão.

É importante ressaltar que segundo Amorim (1994) o núcleo inicial do Comando Vermelho foi formado por 23 presos do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. Cada um com suas trajetórias de vida, mas todos convergindo para a criação de uma organização estruturada baseada na disciplina, solidariedade e hierarquia interna, para que fosse mantida alguma ordem dentro da cadeia. Esses integrantes combinavam diferentes práticas de crimes, origens sociais e habilidades estratégicas, que se tornariam fundamentais para a consolidação do grupo em questão. Maurílio Teixeira Maia, conhecido como Xará, possuía extensa ficha criminal, mas mantinha perfil discreto e pouco documentado, simbolizando a faceta reservada da liderança; Luiz Carlos Salgado, nascido em Marechal Hermes, atuava como estrategista, recrutando novos membros e organizando o trabalho carcerário para assim fortalecer o grupo; e Ubirajara Lúcio Rocha da Silva, o Bira Charuto, oriundo do Morro do Tuiuti, consolidou sua posição a partir da experiência na Falange Zona Norte, assumindo funções de controle de presos de longas penas e execução de sentenças de morte dentro do presídio. Climério Ribeiro Simas, que foi um músico condenado por homicídio e posteriormente se envolveu em assaltos a bancos, integrava o grupo com perfil mais ligado à questão operacional, enquanto Júlio Augusto Diegues, o Portuguezinho, trazia experiência de quadrilhas e planejamento estratégico, assim, se consolidando na coordenação de ações externas à prisão e internas. Paulo César Espada, apelidado de Cansaço, participava

de grandes assaltos destinados a financiar a facção e reforçar a autoridade do núcleo inicial, e Almir do Amaral representava os presos com trajetórias múltiplas em crimes de assalto, exercendo influência discreta sobre a coesão interna. Sérgio Silva Santos, o Serginho da Ivete, destacava-se pela audácia em fugas e operações externas, assegurando a mobilidade estratégica da facção, enquanto Expedito Rafael da Silva gerenciava recursos internos e operava como braço administrativo da organização dentro da prisão.

Nelson Gonçalves da Anunciação, que era um preso de inclinações artísticas, contribuía para a manutenção de tradições culturais que, segundo Amorim, funcionavam como forma de coesão social e distração estratégica, abafando ruídos de atos ilícitos; Juarez de Paulo Ramos e Almir Barbosa possuíam trajetórias menos documentadas, mas integravam o núcleo de forma funcional. Édson Alves Alkimim, um veterano das primeiras tentativas de organização dos presos comuns, e Francisco Viriato de Oliveira, o Japonês, notório por extrema violência, foram importantes para a consolidação da hierarquia inicial e na manutenção do clima de disciplina e temor dentro da prisão. Paulo Gomes, o Paulinho de Niterói, atuava na distribuição de drogas e sequestros, consolidando o poder econômico da facção; Sílvio de Carvalho, o Sílvio Maldição, era líder em operações externas e internas, combinando atuação violenta com funções de “benfeitor” da comunidade, dando início ao que seria o falso assistencialismo realizado pela organização criminosa posteriormente.

Ricardo Duram de Araújo, condenado pela Lei de Segurança Nacional, conviveu com presos políticos e contribuiu com conhecimentos estratégicos, evidenciando a influência das interações entre criminosos comuns e detentos politicamente ativos. Valdomiro Alves de Jesus, o Dudu, era homem de confiança da comissão interna; Rogério Lengruber, o Bagulhão, que inclusive, é o “RL” que aparece em pichações e músicas que se refere ao Comando Vermelho, sendo essa, as iniciais de seu nome e sobrenome. Ele aplicava a lei interna do grupo e comandava operações dentro de Bangu Um, destacando-se pelo porte físico, resistência e histórico criminal extensivo. Expedito de Souza, o Capenga, embora fosse mais discreto, participava das decisões do núcleo, enquanto Paulo da Cunha Franco se envolveu em ações violentas dentro e fora do presídio, incluindo o massacre de membros de organizações rivais da época. Jorge Gomes de Moraes, o da Donga, era um veterano de assaltos e fortaleceu a experiência operacional do grupo; Francisco Rosa da Silva, o Horrroso, destacou-se pela crueldade e pela execução de crimes de alta complexidade, consolidando a reputação de rigor e temor necessária para manter a disciplina interna na organização.

De acordo com Amorim (1994), todos esses indivíduos aceitaram as regras da comissão da então Falange Vermelha, assumindo funções específicas que iam desde recrutamento e execução de atos violentos, até administração de recursos e controle disciplinar. Essa interação com presos políticos e indivíduos com maior escolaridade possibilitou o aprendizado de estratégias, métodos organizacionais e noções de planejamento coletivo. No fim, essa diversidade, combinada com a necessidade de sobrevivência em condições precárias no Instituto Penal, consolidou o Comando Vermelho como uma facção altamente estruturada, capaz de manter autoridade dentro do presídio e projetar poder para além dos muros, estabelecendo as bases da organização criminosa que anos depois, se expandiria em nível nacional e internacional.

O Primeiro Comando da Capital: gênese e internacionalização

Já o Primeiro Comando da Capital (PCC), que uma de suas formas de representação são os números “1533”, segundo Bigoli e Bezerra (2015, p.73) na época, o P era a décima quinta letra do alfabeto, pois, ainda não se tinha a letra K, e o 3 repetido duas vezes, simbolizando a terceira letra do alfabeto, o C, formando assim, PCC. Segundo Bigoli e Bezerra (2015, p. 73) o Primeiro Comando da Capital, é uma organização criminosa surgida em São Paulo, na casa de custódia de Taubaté, em um local também conhecido como “Masmorra”, por ser um lugar marcado por superlotação, maus-tratos e violação sistemática de direitos fundamentais. Apesar de ter o nome “Capital” no nome da organização, a facção não surgiu na cidade de São Paulo, capital do estado. Mas, os primeiros membros da facção eram justamente da capital paulista. Essa organização, segundo Bigoli e Bezerra (2015, p. 74) surgia em meio a ambiente prisional que apresentava condições degradantes, com restrição de higiene, alimentação insuficiente, assistência médica inadequada e exploração de trabalho forçado. Além disso, existia-se também práticas de violência física e psicológica, abusos sexuais e intimidação entre presos, o que consolidava um contexto de opressão e vulnerabilidade, no qual a sobrevivência dependia do estabelecimento de redes de solidariedade e estratégias internas de proteção (Bittencourt, 2010, p. 164).

O surgimento do PCC não foi dado pelo acaso, mas resultado de um processo consciente de organização por parte dos detentos. Segundo Bigoli e Bezerra (2015, p. 73) inicialmente, a facção reunia amigos e jogadores de futebol que compartilhavam objetivos comuns de resistência e proteção dentro do sistema penitenciário. Entre os fundadores, destacam-se José Arcio Elcio, conhecido como Geleirão, Cezar Augusto Roriz, conhecido

como Cezinha e Demir Carlos Ambrósio, conhecido como Sombra, que idealizaram o grupo como uma espécie de “partido” interno, capaz de representar os presos e de organizar ações coletivas em defesa de seus interesses.

O estatuto do PCC definiu princípios éticos e organizacionais, começando pelo destaque à lealdade absoluta ao grupo e à prioridade do interesse coletivo sobre o individual. Segundo Bigoli e Bezerra (2015, p. 73) essa diretriz tinha o objetivo de prevenir conflitos internos, consolidar a autoridade dos fundadores e garantir a coesão da facção. A partir desses princípios, os membros deveriam comprometer-se com a luta pela liberdade, justiça e paz, e se unir contra injustiças e opressão, reforçando a dimensão ideológica do grupo e estabelecendo uma ética interna que transcende a mera sobrevivência prisional.

Os artigos do estatuto do PCC detalhavam responsabilidades específicas dos membros, tanto detentos quanto aqueles em liberdade. Era exigido que integrantes fora do sistema prisional oferecessem suporte financeiro, jurídico e logístico aos detentos, reforçando a solidariedade e garantindo a manutenção das atividades da facção. Segundo Bigoli e Bezerra (2015, p. 73) o estatuto estabelecia sanções rigorosas, incluindo a pena de morte para negligência, destacando a disciplina interna como elemento central da sobrevivência e da eficácia do grupo. O conjunto de normas também incluía proibições de condutas violentas ou antiéticas dentro das prisões, incentivando valores como fidelidade, solidariedade, hombridade e honestidade, contrastando com o ambiente de violência e injustiça que caracterizava os presídios.

Ao analisar a obra de Bigoli e Bezerra (2015) pode-se dizer que a organização hierárquica do PCC foi desenhada de modo a permitir tomada de decisões centralizada, mas com participação consultiva de todos os membros, fortalecendo a legitimidade das decisões enquanto mantinha a disciplina e o controle estratégico. Este modelo foi importante para a expansão e consolidação da facção, pois permitia coordenar ações simultâneas em diferentes presídios, garantir a execução de regras e estratégias e assegurar a sobrevivência coletiva diante da repressão estatal.

É correto afirmar que historicamente, o surgimento do PCC está diretamente ligado à negligência do Estado na administração prisional e à violência institucionalizada, incluindo massacres como o do Carandiru, em São Paulo, ocorrido em 1992, no qual 111 detentos foram mortos em uma intervenção policial dentro do presídio. Esses episódios criaram um senso de vulnerabilidade e urgência entre os presos por melhorias no sistema prisional, fomentando a necessidade de uma estrutura de proteção e solidariedade organizada, que fosse

capaz de resistir às arbitrariedades do sistema prisional (Bigoli; Bezerro, 2015). Essa reação dos detentos não foi apenas defensiva; o PCC também desenvolveu uma lógica ofensiva, criando redes de apoio, alianças com outras facções e estratégias de expansão territorial e logística, consolidando-se como uma organização complexa e estruturada.

O estatuto do PCC também detalhava objetivos estratégicos de médio e longo prazo, incluindo a expansão estadual e nacional, a consolidação de um braço armado eficiente e a articulação política dentro do sistema prisional e fora dele (Bigoli; Bezerro, 2015, p. 73-75). A facção enfatizava que a unidade e disciplina eram essenciais para evitar massacres, rivalidades internas e para pressionar autoridades a melhorar as condições prisionais, demonstrando que sua atuação ia além do crime, englobando também um projeto de transformação do sistema carcerário.

Não obstante, segundo Maia (2018, p. 32), a criação do Primeiro Comando da Capital (PCC) esteve vinculada a uma resposta à repressão dentro do sistema prisional paulista, marcada pela violação de direitos previstos na Lei de Execuções Penais e pela intenção de vingar o massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, no qual 111 presos foram mortos no pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo. Dentro desse contexto, o grupo instituiu um estatuto, este, citado acima. Ainda nos anos iniciais, a liderança de Idemir Carlos Ambrósio, conhecido como “Sombra”, culminou na megarrebelião de fevereiro de 2001 em 29 presídios simultaneamente, articulada por meio de celulares, mas sua morte em disputa interna abriu espaço para novos líderes como José Márcio Felício, conhecido como “Geleirão”, e César Augusto Roris da Silva, conhecido como “Cesinha”, que chegaram a estabelecer aliança com o Comando Vermelho na época. A condução considerada radical desses dirigentes, que envolvia ataques a prédios públicos, levou a uma cisão e à ascensão de Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como “Marcola”, em 2002, com a eliminação dos antigos líderes e a fundação do Terceiro Comando da Capital, que foi uma tentativa frustrada de outros presos que romperam com a facção, de se estabelecerem como oposição ao “Partido do Crime”, como o PCC também é conhecido.

Segundo Maia (2018, p.33) com a consolidação de Marcola, o PCC passou a ampliar seu domínio, abandonando a retórica inicial de apenas uma resistência à opressão prisional e assumindo caráter mais expansionista e conseqüentemente, violento. Entre os episódios mais emblemáticos está o assassinato do juiz de execuções penais Antônio José Machado Dias, em 2003, e, posteriormente, a onda de ataques de maio de 2006, que resultou na morte de dezenas de agentes da segurança pública, incêndios de ônibus, ataques a agências bancárias e rebeliões

em 73 presídios, espalhando o terror e provocando prejuízos milionários ao comércio paulista. Essas ações evidenciaram não apenas o controle do tráfico de drogas e das cadeias no estado, mas também a capacidade do grupo de influenciar o que ocorre dentro da sociedade paulista.

Inicialmente estruturado de modo vertical, o PCC adotava uma hierarquia rígida com categorias como “fundadores”, “pilotos” e “soldados”, o que favorecia a centralização das decisões. Contudo, diante do fortalecimento das investigações policiais e do Ministério Público, a facção passou a se organizar em células ou “anéis”, que atuam com uma certa autonomia relativa dentro e fora das prisões, dificultando a individualização de responsabilidades e o rastreamento das lideranças. Essa forma de descentralização, segundo Maia (2018, p. 34), consolidou o PCC como um modelo de organização criminosa de alcance nacional, com características empresariais e alto grau de resiliência frente ao enfrentamento do estado à organização criminosa.

Comparação historiográfica entre CV e PCC, e rompimento de aliança histórica

Passando brevemente pelo contexto histórico das organizações, podemos dizer que o surgimento do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) demonstra como o crime organizado brasileiro se desenvolveu a partir de contextos prisionais marcados por opressão, violência e negligência do estado, e como forma de tentativa de manter alguma ordem no sistema prisional, essas organizações foram surgindo, moldando estruturas de poder, solidariedade e disciplina interna entre os membros. O CV, considerado a primeira facção criminosa do país, surgiu em 1979 no Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande, município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, inicialmente denominado Falange Vermelha (Amorim, 1993, p. 251). A prisão, construída para abrigar detentos de alta periculosidade, rapidamente ganhou fama como “Caldeirão do Diabo”, em alusão ao presídio francês da Ilha do Diabo, e apresentava condições degradantes, incluindo superlotação, higiene precária e violências físicas e psicológicas. Durante a ditadura militar, segundo Amorim (1994) a unidade abrigava tanto presos comuns quanto presos políticos de orientação marxista, criando um espaço de convivência entre detentos de diferentes trajetórias, o que facilitou a troca de experiências e estratégias de sobrevivência, disciplina e organização.

O PCC, por sua vez, surgiu em 1993 na Casa de Custódia de Taubaté, no estado de São Paulo, em meio a condições igualmente degradantes, como superlotação, restrição de higiene, formas péssimas de alimentação, assistência médica inadequada e exploração de

trabalho forçado, somadas à violência física, psicológica e abusos entre presos (Bigoli; Bezerra, 2015; Bittencourt, 2010). Embora o nome da facção remeta à capital paulista, ela emergiu a partir de detentos oriundos da cidade, inicialmente organizados em torno de laços de amizade e objetivos comuns de proteção e resistência dentro do sistema prisional. Fundadores como José Arcio Elcio, o Geleirão, Cezar Augusto Roriz, o Cezinha, e Demir Carlos Ambrósio, o Sombra, idealizaram o grupo como um “partido” interno, com estatuto que enfatizava lealdade absoluta, prioridade do interesse coletivo e solidariedade, estabelecendo uma ética interna que transcende a mera sobrevivência prisional (Bigoli; Bigoli, 2015).

Embora o CV tenha surgido antes e possua raízes históricas mais longas, sua expansão ocorreu de forma gradual e territorialmente concentrada, com forte presença no Rio de Janeiro e posterior articulação em outras unidades da federação. Já o PCC consolidou-se rapidamente em nível estadual e nacional, utilizando a tecnologia de comunicação via celulares, que foi uma tecnologia que foi crescendo em âmbito nacional junto com o desenvolvimento da facção, para coordenar ações simultâneas em presídios de diferentes estados e estabelecer um mercado de drogas interligado. Segundo Manso e Dias (2018, p. 8) Essa capacidade de organização e planejamento marcou o PCC como uma facção com discurso ideológico voltado à proteção dos “oprimidos pelo sistema”, diferenciando-se do CV de certa forma, cuja atuação histórica tinha caráter mais local e personalista, focada em relações de poder e solidariedade entre membros.

A relação entre as duas facções, inicialmente pautada por um pacto de não agressão e até coligação do PCC em sua fundação, com o Comando Vermelho, sofreu ruptura em meados de 2016, quando o PCC rompeu a aliança histórica com o CV, desencadeando um conflito aberto nos presídios brasileiros. Esse rompimento refletiu em disputas territoriais, estratégicas e transformações na organização do tráfico, com o PCC consolidando sua atuação nacional e expandindo sua rede de controle sobre presídios e rotas de distribuição de drogas, enquanto o CV passou a enfrentar resistência direta em estados vizinhos, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, gerando uma escalada de violência que culminou em rebeliões em janeiro de 2017, com mais de 160 mortos (Manso; Dias, 2018).

Em termos comparativos, pode-se observar que tanto o CV quanto o PCC surgiram em resposta a contextos de opressão e violência contra a população carcerária, mas diferem em suas estratégias, expansão territorial e abordagem ideológica. O CV consolidou uma cultura de hierarquia, disciplina e solidariedade originada da convivência com presos políticos e da

necessidade de sobrevivência em um sistema degradante, enquanto o PCC estruturou-se desde o início como um “partido do crime”, com estatuto formal, regras rígidas, controle estratégico e discurso ideológico que justificava suas ações em nome da proteção coletiva de seus membros. O rompimento da aliança entre ambas as facções mostra não apenas disputas históricas e territoriais, mas também diferentes concepções de organização criminal, gestão de poder e inserção no tráfico nacional, consolidando a rivalidade que molda a violência nas prisões e nas periferias urbanas até os dias atuais (Manso; Dias, 2018).

Existe um padrão entre as organizações criminosas, a criação de um estatuto para que os membros sigam uma certa forma de comportamento. Abaixo, veja o Estatuto do Comando Vermelho (CV):

Comando Vermelho. Liberdade. Respeito. Luta. Justiça. União.
O conselho do comando vermelho, organização fundada em 1979 no Presídio da Ilha Grande no RJ, com intuito de combater a opressão, lutar pelo progresso e liberdade. Passa a redigir as regras cruciais para o bom funcionamento da nossa organização.
(Art. 1º) Nosso lema do princípio é de paz, justiça e liberdade, significa que apesar de todas as lutas também somos de paz, porém jamais fugiremos da guerra quando ela se fizer necessária.
(Art 2º) os (5) pilares do C.V. são:
Liberdade
Respeito
Luta
Justiça
União
Nestes princípios básicos se resume o grau da nossa convivência e harmonia que idealizamos entre irmãos e todos dignos de consideração no qual nos relacionamos.
(Art. 3º) As palavras de todos os integrantes serão analisadas e respeitadas, porém a palavra final em qualquer circunstância e questão será sempre a do conselho.
(Art. 4º) O conselho é formado por (13) treze conselheiros do mais alto grau de conhecimento de nossas regras e capacidade moral de imparcialidade, entre eles o Presidente, Porta Voz e Tesoureiro.
(Art. 5º) A organização está acima de qualquer membro e interesses pessoais, e quem errar cortaremos na própria carne e as decepções, punindo sempre o errado. Aquele que se omitir diante de erros de irmãos; é preterido sempre a razão para atingirmos o patamar de eficiência que alvejamos. O expurgo será constante quando se fizer necessário.
(Art. 6º) Cada integrante receberá o valor que merece de acordo com suas funções, boas ações, boas intenções e responsabilidades.
(Art. 7º) Em relação a criminosos de outros estados, fica proibida a entrada no CV de membros de outros estados onde já existe facção que corre pelo certo, oriunda do próprio estado; se for conveniente e em comum acordo fecharemos alianças e daremos suporte para as alianças progredirem. Mas, em respeito aos que correm pelo certo, jamais batizaremos neste estado. Desta maneira, plantaremos a semente do C.V em cada canto desse Brasil, priorizando sempre a qualidade ao respeito de luta e não quantidade.

(Art. 8º) Não será permitido e será passivo de correção as seguintes condutas:

- A. Agressões entre irmãos e companheiros.
- B. Irresponsabilidade e qualquer tipo de pilantragem.
- C. Faltar com o C.V que é todos nós.
- D. Se apoderar indevidamente de áreas de irmãos.
- E. Derramar sangue de irmãos antes de ter passado pela avaliação do conselho e sair o decreto.
- F. Derramar sangue inocente.
- G. Causar desavenças, intrigas e desunião entre irmãos.

(Art. 9º) As punições para os que violarem as normas serão de acordo com a infração/falta:

- A. Falta leve: advertência verbal.
- B. Falta média: afastamento por (1) ano sem dar opinião em nada.
- C. Falta grave: banido definitivamente da facção.

(Art. 10º) A rigidez das punições:

- A. (2) duas faltas leves, entra no afastamento provisório.
- B. (2) duas faltas médias, será banido definitivamente.
- C. (1) uma falta grave, o banido será obrigado a seguir seu caminho e viver bem longe do C.V.
- D. (1) uma falta super grave, acarretará automaticamente no óbito do decreto.

(Art. 11º) Estará sujeito a punição severa o irmão que sem nenhuma cautela e critério, minuciosamente, colocar camaradas vacilões (com manchas no passado) em nossa organização.

(Art. 12º) Qualquer pessoa que se sentir prejudicada por atitude de um membro do C.V. poderá contestar em derradeira instância no conselho geral, que avaliará as questões detalhadamente com justiça, fazendo imperar sempre a razão. Não aceitamos impostores infiltrados em hipótese alguma, porque somos o certo e não admitimos falha de ninguém.

(Art. 13º) As regras são tanto para os mais novos como também são para os antigos da cúpula do C.V. Para o bom andamento da nossa organização os direitos serão iguais para todos, sem distinção condições ou poder hierárquico.

(Art. 14º) Somos uma instituição progressiva, uma família unida, qualquer membro que tentar contaminar o corpo, o mesmo será cortado da própria carne e lançado fora, para que não venha a contaminar todo o corpo do C.V, que está acima de todos os membros.

(Art. 15º) Todos os integrantes serão sempre respeitados quando sua atuação dentro dos conceitos legais doutrinados e estabelecidos nos limites das regras. Porém, quando a atuação se mostrar transgressora destes conceitos legais, ela será sempre invalidada e combatida pela cúpula do C.V (Azevedo, 2025).

ESTATUTO DO P.C.C.

Lealdade, respeito, (sic) e solidariedade acima de tudo ao Partido.

A Luta (sic) pela liberdade, justiça e paz.

A união na Luta (sic) contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.

A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.

O respeito e a (sic) solidariedade à (sic) todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, pro que aquele que causar conflito interno

dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.

Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à (sic) todos os seus integrantes para que não venham à (sic) sofrerem (sic) nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.

Aquele que estiver em Liberdade ‘bem estruturado’, mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à (sic) morte sem perdão.

Os integrantes do Partido tem (sic) que dar bom exemplo à (sic) serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão (sic) dentro do Sistema.

O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade (sic), solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos pro um.

Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acôrdo (sic) com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.

O Primeiro Comando da Capital — P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz”.

O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acôrdo (sic) com sua capacidade para exercê-la (sic).

Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, (sic) foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Por que nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador (sic) do Estado à (sic) desativar aquele Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atroz (sic).

Partindo do Comando Central da Capital do KG (sic) do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado (sic), numa guerra sem tréguas, sem fronteiras, até a vitória final.

O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos (sic) à (sic) nível estadual e à (sic) médio e longo prazo nos consolidarmos (sic) à (sic) nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror ‘dos Poderosos’ opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos poderosos, mas estamos preparados, unidos e o povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA E PAZ!!!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV.”

‘UNIDOS VENCEREMOS’ (Bigoli; Bezerra, 2015, p. 3-5).

Analisando de forma comparativa os estatutos do Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) pode-se notar um padrão estrutural comum entre organizações criminosas, especialmente no que se refere à formalização de regras internas e à hierarquização das responsabilidades dos membros. Ambos os grupos desenvolveram estatutos detalhados, que funcionam não apenas como regulamentos disciplinares, mas também como mecanismos de construção de identidade coletiva e de legitimação moral de suas ações criminosas (Azevedo, 2025; FACÇÃO PCC 1533, 1997).

No caso do Comando Vermelho (CV), fundado em 1979 no Presídio da Ilha Grande, observa-se que o estatuto enfatiza princípios como liberdade, respeito, luta, justiça e união. Na teoria, o documento estabelece normas claras sobre condutas aceitáveis e punições proporcionais às infrações, valorizando a harmonia interna e a lealdade entre os membros. As regras do CV refletem um esforço de consolidar coesão interna, além de garantir que as alianças externas respeitem grupos já estabelecidos em outros estados, evitando conflitos desnecessários (Azevedo, 2025).

Por outro lado, o Primeiro Comando da Capital (PCC), fundado em 1993, ainda que compartilhe valores semelhantes com o CV, como a lealdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz, demonstra uma estrutura mais expansiva e estratégica, com ênfase na coordenação entre membros internos e externos às prisões, ações políticas e controle territorial. O estatuto do PCC também reforça a disciplina interna e estabelece punições severas para traições ou omissões, colocando os interesses da organização acima dos individuais. Além disso, destaca explicitamente a participação de membros fora do sistema prisional, sinalizando um modelo de ação nacionalizado, com maior centralização (FACÇÃO PCC 1533, 1997).

Historicamente, CV e PCC mantiveram uma aliança inicial, o que é nítido no estatuto do PCC acima, onde narra uma coligação com o Comando Vermelho. Essa aliança, pautada em objetivos comuns, sobretudo em relação à resistência ao sistema penitenciário e à proteção mútua entre presos. Contudo, segundo Manso e Dias (2018, p. 5), a relação histórica entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), marcada originalmente por um pacto de não agressão, sofreu ruptura significativa em meados de 2016, desencadeando assim um período de intensificação da violência tanto nos presídios quanto em

áreas estratégicas do tráfico de drogas. Até então, as duas facções mantinham uma colaboração, pautada na divisão territorial e na coordenação de atividades ilícitas, incluindo a distribuição de entorpecentes em diversas regiões do país. O rompimento desse acordo culminou em disputas pelo controle territorial de locais estratégicos e transformações na própria organização do tráfico, com o PCC consolidando sua atuação em âmbito nacional e expandindo sua rede de influência sobre presídios e rotas de distribuição, enquanto o CV passou a enfrentar resistência direta em estados vizinhos, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde seu domínio histórico foi contestado (Manso; Dias, 2018, p. 19).

Dentro desse cenário, a fronteira Brasil-Paraguai surgiu como um palco para a reorganização do tráfico e das estruturas de poder. Segundo o que foi noticiado pela Veja, Jorge Rafaat Toumani, conhecido como “Rei da Fronteira”, foi um dos principais atores dessa dinâmica, operando desde Pedro Juan Caballero, no Paraguai, e articulando a entrada de drogas provenientes do Paraguai, da Bolívia e do Peru para o mercado brasileiro. Sua atuação era caracterizada por uma combinação de estratégias empresariais, alianças com facções locais, e controle territorial, consolidando assim uma rede altamente lucrativa e protegida por bastante violência. Rafaat manteve relações estratégicas com grandes nomes do tráfico brasileiro, incluindo membros do PCC, e exerceu influência direta sobre a logística e distribuição internacional de entorpecentes, desempenhando papel importante no fluxo do comércio de drogas entre países da América do Sul (VEJA, 2016; Campos, 2018).

A morte de Rafaat, em junho de 2016, em uma emboscada coordenada com apoio do PCC, representou um ponto de inflexão na disputa pelo controle da fronteira e do tráfico. A execução, que envolveu o uso de metralhadora antiaérea e participação de mercenários, não apenas eliminou uma liderança, mas também gerou um vácuo de poder, intensificando conflitos entre facções e contribuindo para a escalada de violência nos presídios brasileiros e nas rotas de tráfico. Esse episódio mostra como o rompimento da aliança PCC-CV reverberou para além dos muros das prisões, afetando diretamente a organização e a distribuição de poder no crime transnacional, ao mesmo tempo em que consolidou o PCC como força centralizadora e ideologicamente estruturada, capaz de coordenar ações simultâneas em diversas frentes (VEJA, 2016; Manso; Dias, 2018).

No âmbito dos presídios, a ruptura entre PCC e CV traduziu-se em um aumento significativo da violência entre membros das facções, com episódios de rebeliões, assassinatos e segregação de presos, exemplificados pelo caso de Carlos, integrante da liderança do CV em Mato Grosso. Ele foi vítima de agressões do PCC meses antes das rebeliões de janeiro de

2017, evidenciando como o desrespeito ao pacto anterior se materializou em ações violentas, obrigando membros do CV a uma postura defensiva e segregada dentro do sistema penitenciário. A violência não se limitou às penitenciárias, mas refletiu a disputa por hegemonia no tráfico, reconfigurando a dinâmica de poder entre atacadistas e varejistas e consolidando o PCC como a facção com maior capacidade de articulação nacional, seja dentro ou fora das prisões (Manso; Dias, 2018).

Em suma, a ruptura da aliança entre PCC e CV em 2016 e a morte de líderes estratégicos como Jorge Rafaat Toumani demonstram a complexidade da inter-relação entre facções, controle territorial e distribuição de drogas no Brasil. O conflito mostra como esse tipo de evento, em específico, esse caso de emboscada na fronteira Brasil-Paraguai, podem desencadear efeitos em cascata sobre a estrutura nacional do crime organizado, nesse caso, terminou reforçando a centralidade do PCC na reorganização do tráfico e na consolidação de um modelo de poder que combina ideologia, disciplina interna e articulação transnacional (Manso; Dias, 2018; VEJA, 2016).

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo desse artigo evidencia que as facções examinadas se constituíram em contextos marcados pelo desamparo estatal, pela violência recorrente e pela falta de condições mínimas dentro das prisões. Foi nesses cenários que emergiram formas próprias de organização, que, gradualmente, extrapolaram os limites das unidades prisionais e passaram a operar de maneira articulada em diferentes regiões do país. A observação desses percursos mostra que as dinâmicas internas do sistema penal influenciam diretamente a conformação do crime organizado, moldando disputas territoriais, alianças, rupturas e estratégias que se estendem para além dos muros das penitenciárias. Ao retomar esses processos, torna-se evidente que as prisões não funcionam apenas como locais de custódia, mas como espaços que produzem estruturas complexas, capazes de impactar fenômenos sociais mais amplos. Compreender essa dinâmica reforça que transformações significativas nesse cenário dependem de mudanças estruturais, voltadas a alterar as condições que permitiram o surgimento e a expansão dessas organizações ao longo do tempo.

Fontes

G1. PCC tem mais de 2 mil integrantes espalhados pelo mundo; a maioria em presídios: veja países. São Paulo, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao->

paulo/noticia/2025/06/25/pcc-tem-mais-de-2-mil-integrantes-espalhados-pelo-mundo-a-maioria-em-presidios-veja-paises.ghml. Acesso em: 20 nov. 2025.

Referências

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1994.

AZEVEDO, Mairon. **Análise das regras de grupos armados**. Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/An%C3%A1lise das regras de grupos armados](https://wikifavelas.com.br/index.php/An%C3%A1lise_das_regras_de_grupos_armados). Acesso em: 1 set. 2025.

BIGOLI, Paula dos Santos; Bezerra, Eduardo Buzetti Eustachio. Facções criminosas: o caso do PCC – Primeiro Comando da Capital. **Colloquium Humanarum**, v.11, n. 3, 2015.

FACÇÃO PCC 1533. **Estatuto do Primeiro Comando da Capital** – Facção PCC 1533. Disponível em: https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_faccapcc_1533_1997_primeiro_comando_da_capital/. Acesso em: 1 set. 2025.

MAIA, Ariane Bastos. **A origem do crime organizado no Brasil**: histórico e aspectos. Publicado em 06/18. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21215/21215_3.PDF. Acesso em: 1 set. 2025.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

Saúde, meio ambiente e sociedade

Saúde e democracia: o discurso do controle de natalidade e a “participação” das mulheres na revista *Saúde em Debate* (1976-1979)

Health and democracy: the discourse of birth control and the “participation” of women in the journal Saúde em Debate (1976–1979)

Amanda Silva Leão,¹ UFG

Resumo

Este trabalho tem como intuito abordar a questão do controle de natalidade no Brasil durante os anos de 1976 a 1979 partindo dos discursos médicos e políticos publicados na revista *Saúde em Debate*, periódico do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). O texto está costurado a partir dos seguintes questionamentos: qual era o entendimento dos cebianos sobre controle de natalidade? Como se faz a relação entre densidade demográfica e controle de natalidade? O controle de natalidade pode ser visto como sinônimo de saúde da mulher para os cebianos? E, por fim, como o discurso de controle de natalidade era usado como ferramenta de controle dos corpos das mulheres? Diante disso busco compreender como os discursos sobre controle de natalidade na revista *Saúde em Debate* podem ajudar a compreender a história dos programas controlistas no Brasil.

Palavra-chave: Controle de natalidade; Mulheres; Cidadania.

Abstract

This article examines birth control policies in Brazil between 1976 and 1979 through the medical and political discourses published in the journal *Saúde em Debate*, produced by the Brazilian Center for Health Studies (CEBES). The discussion is guided by questions such as: How did CEBES conceptualize birth control? In what ways were demographic density and fertility regulation associated? To what extent was birth control framed as a matter of women's health within the journal? Finally, how did these discourses operate as mechanisms for the control of women's bodies? By analyzing these debates, the study seeks to understand how the narratives on birth control in *Saúde em Debate* contribute to the historical comprehension of population-control programs in Brazil.

Keywords: Birth control; Women; Citizenship.

Introdução

Este trabalho tem como intuito abordar, mesmo que brevemente, a questão do controle de natalidade no Brasil durante os anos de 1976 a 1978, partindo dos discursos médicos e políticos publicados na revista *Saúde em Debate*, periódico do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). Criado em 1976, o CEBES, foi pensado como um espaço de diálogo não somente entre aqueles que se preocupavam com a questão da saúde brasileira, mas também

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Jataí, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. amandaleao18@discente.ufg.br.

como forma de legitimar através da criação de uma entidade, o campo intelectual sobre a medicina social que expandia principalmente nos departamentos de medicina preventiva e social.

No entanto, sua história se inicia em 1975, quando David Capistrano da Costa Filho² (1948-2000) foi apresentado a revista alemã “Reforma Médica”, por Kurt Kloetzel professor da Faculdade de Medicina de Jundiaí, que pensou na necessidade de divulgar o pensamento social em saúde com a criação de uma revista, nascia, então, a *Saúde em Debate* (Bastos de Paula *et al.*, 2009).

Em seu percurso para se tornar sanitarista, David Capistrano saiu do Rio de Janeiro para São Paulo em 1974, em busca de formação com Sérgio Arouca, que naquele momento era professor de Medicina Preventiva e Social na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas e coordenador de um Projeto docente-assistencial no município de Paulínia (Bastos de Paula *et al.*, 2009).

Indo a contragosto aos interesses e agendas sanitárias internacionais para o Brasil, em 1974, tem a criação da primeira turma de residência em medicina preventiva e social da Unicamp, que contava com um importante corpo docente para se tratar da crítica intelectual ao modelo de medicina em curso no país, dentre estes se encontravam, Sérgio Arouca (1941-2003), Ana Maria Tambellini Arouca, Ana Maria Canesqui (2025), Everardo Duarte Nunes Francisco, entre outros (Silveira, 2022).

É na primeira turma de residência em medicina preventiva e social da Unicamp que três dos fundadores da revista se encontraram, David Capistrano (1948-2000), José Ruben Bonfim e José Augusto Cabral de Barros, que posteriormente seriam parte da comissão editorial da *Saúde em Debate* (Silveira, 2022).

Sobre José Ruben Bonfim e José Augusto Cabral, Daniela Sophia em sua tese de doutoramento, *O CEBES e o Movimento da Reforma Sanitária: História, Política e Saúde Pública (Rio de Janeiro, 1980-1980)*, afirma que esses dois personagens se encontram em Recife, em 1968, antes mesmo de se tornarem estudantes de medicina, em manifestação em prol da ampliação das vagas nos cursos superiores da Universidade Federal de Pernambuco, principalmente no curso de medicina, junto a eles protestavam integrantes de grupos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

² David Capistrano Filho, foi um médico sanitarista e político brasileiro, membro fundador e idealizador da revista *Saúde em Debate* e do CEBES, foi aluno de Arouca e posteriormente de Donnangelo, tendo grande destaque no Movimento da Reforma Sanitária. (Bastos de Paula *et al.*, 2009).

José Ruben Bonfim, era membro da base da Ação Popular³, e em 1973, já residente do na época Hospital Pedro II, sofreu perseguição devido a sua atuação política como militante, e após uma tentativa de sequestro impetrada pelo Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), seguindo as orientações de um amigo médico se escondeu em um convento de freiras como caseiro, ali Bonfim se preparava para entrar na residência médica em medicina preventiva, integrando a turma em 1974 (Sophia, 2012).

Paralelamente, David Capistrano (1948-2000), médico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante do PCB, também é aprovado no programa de residência e passa, junto a José Ruben, a integrar o curso de residência médica no Hospital da Unicamp em Campinas (Sophia, 2012).

Ao pensarmos a história do centro de estudos não há como dissociá-la da construção do movimento da reforma sanitária, crítico ao sistema de saúde vigente no país, e às concepções de saúde adotadas pelo Estado de cunho extremamente mercantilizante. O movimento, teve suas raízes concebidas no seio dos Departamentos de Medicina Preventiva, onde florescem grande parte das críticas à própria medicina preventiva, à formação e prática médica e ao conceito de saúde vigente na área.

Dentro os nomes que forjaram importantes críticas a saúde e medicina brasileira tem-se Sérgio Arouca⁴ (1941-2003), grande nome não só dentro do movimento da Reforma Sanitária como também no cenário político, seus estudos junto a de nomes como Maria Cecília Donnangelo⁵ (1940-1983), David Capistrano Filho (1948-2000), entre outros, contribuíram intrinsecamente para a reformulação do conceito de saúde, que guiou grande parte da reforma sanitária.

Esses intelectuais partiam da ideia de saúde de forma integral, se afastando da dicotomia saúde/doença, entendiam que a constituição do conceito se dava de forma mais ampla, onde a relação entre saúde, sociedade, política, economia e cultura passavam a ser indissociáveis umas das outras. Sérgio Arouca, por exemplo, foi referenciado no interessante

³ A Ação Popular foi uma organização política de esquerda vinculada a Juventude Universitária Cristã, que atuou como parte da resistência a repressão e censura durante o período da ditadura militar.

⁴ Sérgio Arouca foi um médico sanitarista, professor e político brasileiro, precursor do pensamento crítico a medicina preventivista, atuante no CEBES e na implementação da Reforma Sanitária Brasileira, para além da atuação política, sua atividade acadêmica foi fundamental para a formação do campo da medicina social, sendo sua tese de doutorado, *O Dilema Preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*, um marco para o campo (Sophia, 2019).

⁵ Maria Cecília Ferro Donnangelo assim como Arouca, foi pioneira do pensamento social em saúde no Brasil, a pedagoga foi professora no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Sua obra *Saúde e Sociedade* foi responsável por inaugurar o pensamento social em saúde. (Lima, 2024).

livro *Médicos Interpretes do Brasil*, organizados por Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima, em um capítulo onde se discute a relação entre saúde e democracia (Escorel, 2015).

Donnangelo por exemplo, em sua tese de livre docência a, “*Medicina e Estrutura Social (O Campo de Emergência da Medicina Comunitária)*”, afirma que a medicina dialoga intimamente com a sociedade em que é desenvolvida, atendendo às suas especificidades e necessidades, sendo um produto de seu tempo e espaço. A autora entende que o objeto da prática médica está imerso em relações sociais, econômicas de produção, políticas e ideológicas. Sendo assim, a prática médica precisa se colocar para além da técnica para cumprir sua função de manutenção desse corpo não somente biológico, mas também social. Partindo dessas características do corpo, novas possibilidades de objetos são inseridas no universo da prática médica (Donnangelo, 1979).

Essas contribuições de Donnangelo e Arouca com sua crítica à medicina preventiva, e atribuição da prática médica sendo simultânea à prática política, foram uma das bases do pensamento que circulava na revista *Saúde em Debate* e entre grande parte, se não a totalidade, de membros do CEBES. Os cebianos, dessa forma, com seu periódico, traçaram epistemologicamente e politicamente, abrindo o debate dentro da revista, as bases da reforma na saúde pública brasileira, partindo daí discussões sobre o entendimento da saúde com um direito delegado a todos os cidadãos brasileiros e não somente aqueles com vínculo empregatício formal.

Ao defenderem que a saúde é um direito de todos os cidadãos, se reestrutura também a concepção de ser cidadão, até então compreendida pelo Estado. Nesse sentido, a cidadania brasileira, não poderia mais ser legitimada apenas pelo vínculo formal com o trabalho, e sim um direito de todos. Talvez essa seja uma das marcas mais importantes da luta inicial do centro de estudos.

Não obstante, José Murilo de Carvalho, no livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, afirma que a cidade é a soma dos direitos civis, políticos e sociais, nessa ordem (tal qual foi pensada na Inglaterra); no entanto, no Brasil, a ordem foi invertida, os direitos sociais são dados, sem a formação de um povo ciente dos seus direitos civis e políticos, que consiste apenas no direito ao voto, sem maior comprometimento com as necessidades da população. compreende que a cidadania brasileira se forja através de processos sociais, onde o povo aprende a exercer e construir sentidos para sua própria cidadania (Carvalho, 2008).

Para Carvalho (2008), foram poucos os momentos de participação popular nas conquistas e definições de direitos e cidadania no Brasil, sendo um deles durante o processo

de redemocratização do país, onde movimentos sociais, organizações e pessoas individuais participaram de forma espontânea na luta pela retomada de direitos sociais, políticos e civis perdidos durante a ditadura militar.

Sendo assim, a revista nasce em um dos períodos mais duros da ditadura militar, quase que limitada ao meio acadêmico, tendo como objetivo principal durante sua primeira fase, ser um espaço plural e democrático de debate para as críticas que estavam sendo formuladas em relação ao modelo médico vigente no país. Isso posto, iremos nos ater aqui a primeira fase da revista nos anos de 1976 à 1979, fortemente acadêmica, porém, ainda sim com forte caráter político, visto as próprias formulações teóricas e conceituais sobre a medicina e a saúde, publicadas no periódico.

Em sua primeira fase a noção de saúde como direito é a maior bandeira do CEBES, a medicina como ferramenta de transformação social passa a ser a base intelectual e política da reforma sanitária, e a saúde meritocrática e paternalista forjada na Era Vargas, perdia espaço naquele contexto (Silveira, 2024).

A ideia de direito atrelado a poder e recurso parte de Corrêa e Petchesky, que identificam essa relação nos direitos sexuais e reprodutivos, porém, essa lógica pode se fazer possível na relação saúde/direito, principalmente partindo de análises dos discursos presentes na revista, assim as autoras compreendem poder e recurso da seguinte maneira: “O poder estaria atrelado à capacidade de tomar decisões a partir de informações seguras sobre o processo reprodutivo e a sexualidade, e os recursos como tudo aquilo que é necessário para a concretização destas decisões.”

Assim, quando o CEBES aponta para a construção de uma cultura de saúde, não estaria através da aproximação com diferentes grupos demarcados por diferentes marcadores sociais desenvolvendo condições, ou bases, para a criação de uma consciência sanitária para que assim sejam capazes de tomar decisões, não só em saúde, mas também em relação às concepções de direito e cidadania?

Para os cebianos a luta por democracia e consequentemente por direitos, se faz essencialmente partindo da participação popular, mas não somente a partir de uma conscientização artificial, mas sim da construção coletiva de uma consciência sobre a relação entre a realidade sanitária e a conjuntura social, política e econômica do país. Para os cebianos o direito à saúde seria garantido a partir de mudanças estruturais, como veremos mais à frente em relação ao controle de natalidade.

Partindo dessas bases conceituais o centro de estudos em seu periódico aborda diversos temas, que quando analisados com atenção estão interligados e sempre geridos pela ideia principal da saúde como direito e de forma integral, visto que seu objeto biológico, é atravessado constantemente por questões sociais, econômicas, políticas, de raça, gênero e sexualidade. Dentre os temas abordados na revista daremos destaque ao controle de natalidade e aqueles temas e assuntos que estão interligados a essa temática central a qual se dedica esse trabalho.

Diante disso proponho a analisar os discursos de controle de natalidade na revista Saúde em Debate nos anos de 1976 a 1979, partindo de questionamentos como: Como se faz a relação entre densidade demográfica e controle de natalidade? O controle de natalidade pode ser visto como sinônimo de saúde da mulher para os cebianos? E por fim como o discurso de controle de natalidade era usado como ferramenta de controle dos corpos das mulheres?

Tais perguntas surgiram a partir de estudos anteriores e a construção de maior intimidade com a fonte, durante meu percurso acadêmico desenvolvi pesquisas pensando o CEBES e sua relação com o Movimento da Reforma Sanitária, analisando seus discursos em relação a mercantilização da saúde e as crises tanto previdenciárias quanto de saúde pública, e uma produção monográfica onde analisei a relação entre prática médica e prática política sob a ótica ceбiana (Leão, 2024).

Diante desses estudos e o aprofundamento da fonte um incômodo começou a se fazer presente, era evidente uma preocupação dos cebianos com a prática médica e sua transformação, com a educação médica, com a reformulação e estabelecimento do conceito de saúde e práxis política e principalmente com a mercantilização da saúde brasileira, porém algo que se destacou foi a ausência, a ausência de uma preocupação voltada para a saúde da mulher.

Visto isso, uma temática se sobressaiu como possível atenção dada para a saúde da mulher, o controle de natalidade, onde foi possível perceber dois pontos principais, por um lado, a interferência do discurso neomalthusiano no Brasil, o que vai ser considerado pelos cebianos como uma narrativa artificial de densidade demográfica no Brasil, com intenções de boicote ao desenvolvimento econômico social e político do país.

Por outro lado, pode se perceber como a narrativa do controle de natalidade defendida pelo Estado, atuava também como controle dos corpos femininos, através da manipulação de informações, principalmente quando destinadas a mulheres das camadas mais pobres da sociedade, em sua grande maioria analfabetas, interferindo na sua capacidade de decisão

sobre concepção, impedindo que estas exerçam seus direitos, negando assim sua própria cidadania.

Controle de natalidade na *Saúde em Debate*

Antes de pensarmos no controle de natalidade na revista de fato, é importante entender, mesmo que brevemente, sobre como eram tratadas as políticas voltadas para o tema, dentro do contexto de saúde da ditadura militar.

Durante o período aqui estudado é possível perceber a partir da *Saúde em Debate* o aumento de atenção sendo voltada para o problema de densidade demográfica e controle de natalidade no Brasil, o próprio espaço ocupado pela temática no periódico se transforma no decorrer dos anos e das publicações.

Assim, a organização material da revista em relação ao tema, nos permite observar que o debate que deságua no controle de natalidade possivelmente tomava mais fôlego fora do centro de estudos também, sendo possível perceber isso nos discursos das publicações.

Pitanguy (1999) afirma que o posicionamento do Estado diante o controle de natalidade tendia ao natalismo, porém não se preocupava em interferir nos grupos, em sua maioria, internacionais que atuavam no país:

Durante os anos 60 e início dos 70, a posição oficial do Brasil tendia ao natalismo. Influenciado pela Igreja Católica, amparado nas elevadas taxas de crescimento do PIB verificadas durante o 'milagre econômico', e em preocupações militares geopolíticas de ocupação territorial, o governo descartava as posições neomalthusianas prevalentes em países do hemisfério norte, ao mesmo tempo em que fazia "vista grossa" às entidades de planejamento familiar que operavam no País. De fato, já desde meados dos anos 60 essas organizações vinham atuando no Brasil para controlar o crescimento populacional. A medida que o modelo econômico demonstrava sinais de enfraquecimento, diminuía o apoio governamental a posições pró-natalistas, ao mesmo tempo em que as entidades privadas ampliavam seus programas, multiplicados com o auxílio de convênios municipais e estaduais (Pitanguy, 1999, p. 27).

O trecho acima abre interpretação para uma possível tendência por parte do Estado ao discurso neomalthusiano⁶, mesmo que o negando durante períodos de desenvolvimento econômico, sua inércia em relação às atividades de planejamento familiar aplicada por certas entidades, demonstra a contradição em relação a sua posição, assim quando o Estado começa

⁶ O neomalthusianismo é uma adaptação da teoria malthusiana, surge no século XX, ganhando força após a Segunda Guerra Mundial com o crescimento populacional de países subdesenvolvidos. Baseada na teoria de Thomas Malthus onde o crescimento populacional não acompanha a produção de alimentos gerando desigualdades e subdesenvolvimento, o neomalthusianismo defende que quanto maior o crescimento populacional, maior é também a pressão sobre os recursos naturais gerando subdesenvolvimento.

a mudar seu posicionamento pró-natalista para antinatalista acaba abraçando a cartilha do neomalthusianismo, que defende a ideia de: quanto maior é uma população, menor é seu desenvolvimento econômico.

Porém, grupos da sociedade civil, como movimentos feministas e o movimento da reforma sanitária, demonstravam posicionamentos e interpretações sobre o controle de natalidades opostos ao Estado. As feministas, por exemplo, fizeram contribuições importantíssimas para o campo da saúde da mulher, ao trazerem para o debate a noção de direitos reprodutivos como direitos sociais.

De acordo com Maria Betânia Ávila (2003), em “Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde”, ao elaborarem a noção de direitos reprodutivos, os movimentos feministas estariam construindo também bases para um novo modelo de sociedade, necessitando assim de reformas sociais, incluindo assim as mulheres no campo da cidadania e democracia.

Assim, quando os movimentos de mulheres defendem os direitos reprodutivos demonstra contrariedade aos ideais neomalthusianos, e oposição ao Estado, pois atribui às mulheres o direito à reprodução, controle de seu corpo e o poder de decidir como guiar sua vida reprodutiva, sendo responsável o Estado pela criação de condições que permitam que tais direitos sejam exercidos de forma plena.

Indicando que o desenvolvimento econômico de um país depende da condição dos indivíduos de acessar seus direitos sociais, o que acontece com a transformação estrutural da sociedade, assim o Estado quando garante e executa os direitos sociais de seu povo, garante também seu desenvolvimento econômico.

É em meio a esse campo discursivo que o pensamento dos cebianos se estrutura, posicionados contrariamente à noção neomalthusiana, adotada gradativamente pelo Estado, se aproximam muito aos ideais dos movimentos das mulheres, quando pensam o controle de natalidade na *Saúde em Debate*, porém apesar da expressiva aproximação discursiva a presença de mulheres dialogando sobre a temática no periódico ainda sim é reduzida como veremos abaixo na tabela 1.

Para melhor ilustrar a presença da temática na *Saúde em Debate*, foi produzida uma tabela baseada no levantamento da fonte, apontado a frequência e como o controle de natalidade aparece na revista, seja como artigo, informe, acontecimentos ou depoimentos.

Tabela 1 – Controle de natalidade na *Saúde em Debate* 1976 à 1978

Nº da Edição/ano	Autor	Sessão	Título
1º Edição 1976	CEBES	Informes	Controle de natalidade e medicina comunitária: temas do VIII ECEM
4º Edição 1977	CEBES	Acontecimentos	Controle da natalidade em discussão
5º Edição 1977	F. Pompêo do Amaral	Artigo	Explosão demográfica
5º Edição 1977	Ana Cecília L. Sucupira, Maria Mercês dos Santos e Nelson Bedin	Artigo	Natalidade: Planejamento. Prevenção? Controle!
6º Edição 1978	Mario Victor de Assis Pacheco	Artigo	“Planejando a família com João e Maria”

Fonte: produção de autoria.

Na tabela número 1 é possível perceber o nível de atenção dada pelos cebianos ao controle de natalidade, a temática tem sua primeira incidência na revista na edição de número um em 1976, aparecendo como informe, porém demonstrando que o controle de natalidade já vinha sendo debatido, pois aparece como tema do Encontro Científico de Estudantes de Medicina do Brasil.

O segundo momento em que o controle de natalidade se encontra na *Saúde em Debate*, é em sua quarta edição na sessão de acontecimentos ao final da revista, a nota que recebe como título “Controle de Natalidade em Discussão”, relatava os debates que ocorreram na mesa redonda patrocinada pelo CEBES Rio em conjunto com o Centro da Mulher Brasileira, nesta participaram os médicos Gerson Rodrigues do Lago, e Mário Victor de Assis Pacheco respectivamente presidente e secretário geral da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (AMERJ), o demógrafo Ricardo Tavares da Universidade do Rio de Janeiro e a socióloga Moema Toscano, do Centro da Mulher Brasileira.

Brevemente o controle de natalidade ganha contornos mais específicos na nota, principalmente quando o controle de natalidade é vinculado ao desenvolvimento econômico e

ao lugar que a mulher alvo do controle ocupa dentro da discussão ao mesmo tempo que é possível perceber também um certo apagamento da mulher quando se trata de controle em relação ao seu corpo.

Ao mesmo tempo que na mesa redonda Moema Toscano que representava o Centro da Mulher Brasileira afirmava ser “ inadmissível que ainda hoje se trate a mulher como simples objeto, cujo corpo é exposto a experiências e cujas decisões ficam submetidas a teorias de economistas, sociólogos, futurólogos e outros, inclusive médicos” (1976, p. 84), sinalizando a uma noção, talvez ainda não bem definida, de direitos reprodutivos, se tem Mário Victor de Assis Pacheco demonstrando sua posição de certa forma conservadora em relação ao aborto, quando trata a questão do DIU.

Pacheco também aborda sobre a elevação da densidade demográfica estar vinculada a fome e pobreza:

[...] a superpopulação não causa a fome, mas esta é que causa os excessos de nascimentos; as taxas de natalidade no Brasil caíram de mais de 42 por mil habitantes em 1880 para 37 por mil em 1970; crescemos porque as taxas de mortalidade caíram muito mais, de 30 por mil habitantes em 1870 para 9,4 por mil em 1970; o aumento da população brasileira nas taxas atuais, longe de entrar o desenvolvimento é fator de promoção do desenvolvimento econômico e mais se acentuar na medida em que haja melhor e mais justa repartição das riquezas [...] (Cebes, 1976, p. 84).

Pacheco aponta para dados que demonstram ser infundada a noção de que o aumento nos números que indicam crescimento populacional brasileiro esteja relacionado aos índices de fome e pobre do país, que seja essa a causa de impedimento do desenvolvimento social e econômico do país, visto que os níveis de mortalidade caíram demonstrando promoção de desenvolvimento econômico.

A opção feita pelo centro de estudos tanto de proporcionar a mesa redonda em diálogo com o Centro da Mulher Brasileira e publicação de nota demonstrando as perspectivas discutidas na mesa, demonstra o forte caráter opositor dos cebianos em relação ao controle de natalidade e as noções de densidade demográfica que levam a tal.

Assim, tal ação do Centro Brasileiro de Estudo de Saúde também cumpre de certa forma com o papel que este mesmo designou para si, o de espaço aglutinador e de construção de cultura da saúde, ao expor o debate para fora da revista e do meio do centro de estudos, proporcionava a divulgação de informações em relação ao tema e possibilitava a ampliação da discussão construindo condições para o exercício da cidadania.

Dado o tom e a linha ideológica a qual seria traçado o debate voltado para o controle de natalidade a partir da quinta edição como pode ser observado na tabela 1, passa a ocupar espaços de maior visibilidade, saindo dos informes e acontecimentos, onde o assunto era tratado através de breves notas, agora tem a discussão pautada dentro do periódico através de artigos e depoimentos que denunciavam os interesses mercadológicos do discurso do controle de natalidade.

F. Pompêo do Amaral membro correspondente da Academia Nacional de Medicina publica uma comunicação que havia sido enviada para a academia, na quinta edição da *Saúde em Debate* abordando a questão da densidade demográfica afirmando sobre a teoria de Malthus, em “Explosão Demográfica: a impostura e suas implicações”, faz uma relação entre as incongruências da aplicação da teoria neomalthusiana na formulação de políticas e programas voltados para o controle da explosão demográfica.

Partindo de uma perspectiva marxista onde há a necessidade de um excedente de força trabalhadora para que este seja absorvido pelo capitalismo quando houver necessidade, entende que a preocupação dos países desenvolvidos em controlar o crescimento populacional em países tidos como de terceiro mundo, não parte de uma preocupação genuína como o combate à fome e a pobreza, mas sim era uma forma de provocar o boicote ao desenvolvimento desses países.

Não será a campanha que se realiza no momento com o fito de limitar a natalidade nos países subdesenvolvidos, tendente a obstar-lhes a possibilidade de se industrializarem? Marx lembra que “a existência de uma superpopulação operária é consequência necessária da acumulação e do incremento da riqueza dentro do regime capitalista” e que “esta superpopulação se converte, por sua vez, em alavanca da acumulação do capital e, mais ainda, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção, constitui exército industrial de reserva, contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se criasse e mantivesse às suas expensas. Propicia-lhe o material humano sempre disposto a ser explorado, à medida que o reclamem suas necessidades variáveis de exploração” (Amaral, 1977, p. 38).

O questionamento presente no trecho acima, indica que o problema vinculado à explosão demográfica pode ser entendido pelos cebianos como a construção de uma narrativa, a qual a solução era o controle de natalidade, controle esse que seria imposto aos corpos de mulheres em idade reprodutiva.

Em relação ao controle, ainda na quinta edição da *saúde em Debate* o artigo “Natalidade: planejamento, prevenção? Controle!” Ana Cecília L. Sucupira, Maria Mercês dos Santos e Nelson Bedin, membros da comissão científica - CEBES - SP fazem uma análise

crítica a prevenção da gravidez de Alto Risco, chamado atenção para o caráter controlista da ação, que visa um grupo específico da sociedade, as mulheres pobres, e demonstra uma ligeira mudança no discurso oficial sobre a questão do controle de natalidade. As autoras perseguiram o percurso do discurso oficial demonstrando que o Estado tem modificado seu discurso, entrando em acordo com a narrativa pautada em interesses externos sobre a relação desenvolvimento econômico/explosão demográfica, expondo o discurso oficial de 1976 a 1977, ano de publicação da edição, quando o Estado tenta implantar o programa de controle de gravidez de alto risco.

Em abril de 1976, matéria no “Jornal da Tarde” citava a posição do representante na “Reunião Internacional da população” em Bucareste, manifestando-se contra o controle da natalidade, por achar que defendê-la seria reconhecer que “o dinamismo da economia brasileira não seria suficiente para gerar empregos à população que ingressava na idade produtiva” (Sucupira *et al.*, 1977, p. 59).

No trecho acima é possível perceber que no ano de 1976 o Estado tomava para si a responsabilidade de alimentar o dinamismo da economia brasileira, sendo esse discurso consonante com a compreensão do centro de estudos em relação ao controle de natalidade. Até esse momento o Estado em discurso oficial entendia que o desenvolvimento econômico dependia de estrutura e não controle de natalidade.

Porém, as autoras apontam que em 1977, o governo lança o programa de prevenção a gravidez de alto risco de cunho ideológico antinatalista porém voltado para o grupo de mulheres pobres como pode ser visto no discurso destacado pelas autoras:

Nossa preocupação é exatamente o oposto da limitação ou do controle de natalidade mas a salvação das matrizes, das mães. Os altos índices de mortalidade de parturientes não preparadas para ser mães, por deficiências, de saúde, é que nos levaram a essa decisão. As pílulas serão distribuídas para mulheres comprovadamente doentes e que, se tiverem filhos nessas condições, arriscar-se-ão a morrer no parto ou a ter filhos sem condições de vida normal, em termos de saúde. Tratadas e curadas, essas mulheres estarão aptas para a maternidade, e não mais receberão anti-concepcionais do governo (Sucupira; 1977, p. 62).

Nesse discurso oficial proferido pelo até então ministro da saúde Almeida Machado é possível perceber uma espécie de manipulação da narrativa sobre o controle de natalidade, visto os efeitos colaterais do uso contínuo da pílula, não faria sentido prescreve-la para mulheres que apresentam problemas prévios como a hipertensão.

As autoras apontam que a designação da pílula a mulheres hipertensas, por exemplo, poderia agravar seu quadro, visto a contraindicação do uso da pílula para mulheres que sofrem desta enfermidade, sendo assim em relação a outros problemas de saúde.

Assim, os discursos do ministro se mostram incoerentes, demonstrando que a verdadeira intenção do Estado é o controle de natalidade, mas controle esse direcionado a um grupo de mulheres específicas, aquelas inseridas em um contexto de pobreza, sendo estas a maioria de usuárias do sistema de saúde público.

Para além disso, as autoras dão continuidade a ideia anteriormente trabalhada de que o discurso anti-natalista tem como objetivo impedir o crescimento econômico do país:

Concordamos então com a posição do dr. João Yunes, assessor do Ministério da Saúde, segundo entrevista publicada pelo jornal “Movimento”, em 24 de maio de 1976: “Para o Brasil, com a extensão que tem, com os recursos que tem, uma diminuição da população pode significar um estrangulamento econômico. A população é o fator principal de desenvolvimento econômico. O importante é garantir o mercado interno, mas isso só se consegue através de uma melhor distribuição de renda (Sucupira, 1977, p. 62).

O trecho acima deixa claro o posicionamento defendido pelas autoras e pelo próprio centro de estudos, que vem seguindo uma linha de publicações que apontam para críticas ao controle de natalidade coercitivo empregado pelo Estado, que utilizando da narrativa desenvolvimento social/densidade demográfica, impede que certos grupos se reproduzam.

Para o CEBES, o desenvolvimento econômico não aconteceria com base no controle de certas populações, como populações periféricas, pobres e racializadas, é importante perceber que mesmo não sendo diretamente mencionada a questão racial também está presente no posicionamento do centro de estudos, visto que grande parte das populações menos abastadas eram compostas por pessoas racializadas.

Sobre o debate racial e as políticas controlistas, Damasco, Maio e Monteiro no artigo “Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)”, afirmam que feministas negras denunciavam práticas neomalthusianas de controle, era entendido que essas eram práticas racistas, já que tinha como alvo de esterilizações mulheres negras e pobres

Por fim, encerrando os discursos sobre controle de natalidade presentes na primeira fase da revista temos a publicação de Mário Victor de Assis Pacheco, na sexta edição da *Saúde em Debate*, intitulada de “Planejando a Família em João e Maria”, onde expõe as atividades da Benfam no país.

O autor aponta para “mais uma torpeza da Benfam” (1978, p. 42):

Em sua constante e perniciosa propaganda junto às brasileiras analfabetas procurando induzi-las ao controle de natalidade como o uso das pílulas anticoncepcionais, a Benfam passou a distribuir largamente um folheto em cores intitulado “Planejando a Família com João e Maria (Pacheco, 1978, p. 42).

Neste trecho inicial da publicação, mantém o discurso da existência de uma manipulação da narrativa para uma incompreensão sobre a questão do controle de natalidade para a população, aqui o dito planejamento familiar nada mais é do que um discurso natalista forjado em outras construções semânticas.

O folheto tinha maior incidência de distribuição em estados mais pobres, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, onde a Benfam mantinha convênios com as Secretarias de Saúde, para que as pílulas anticoncepcionais fossem distribuídas.

O folheto apresentava três advertências sobre o uso do anticoncepcional:

[...] se perder um pouco de sangue enquanto estiver tomando as pílulas não pare. Continue a tomar as pílulas até terminar a caixa”, “nos três primeiros meses em que a mulher começa a toma as pílulas pode sentir náuseas, enjoo, aumento ou perda de peso; isto geralmente desaparece com o uso da pílula.” e por fim “as vezes pode acontecer que a regra não desça. Neste caso tomar a última pílula deve-se recomeçar uma nova caixa, mesmo sem a regra ter descido [...] (Pacheco, 1978, p. 43/44).

As advertências do panfleto demonstram novamente o caráter racista e controlista das ações de “planejamento familiar” seguidas pela Benfam, como apoio do governo, visto que estas eram encaminhadas para secretarias de saúde dos estados apontados acima, sem que se tenha uma maior preocupação por parte da Benfam e dos governos dos estados, em proporcionar um acompanhamento médico para as mulheres que consumiram as pílulas.

Desta forma o médico afirma em sua publicação:

Maria, jogue suas pílulas, mas faça isso agora, já, imediatamente e avise suas amigas para também não aceitem essa droga dada a vocês, por quem quer que seja e sob qualquer pretexto. Use outros métodos se você não deseja ter mais filhos. Lembre-se, Maria, que se os outros métodos falharem você terá um filho sadio, mas se a pílula fracassar você poderá ter um filho anormal. E lembre-se que ele não pediu para vir ao mundo deficiente, dependente, improdutivo, para viver da caridade alheia. João, junto com Maria reclame escolas, lute por melhor remuneração pelo trabalho de vocês e pela tão prometida e tão demorada justa distribuição das riquezas produzidas no Brasil (Pacheco, 1978, p. 44).

Partindo do trecho acima é possível perceber que o autor dá ênfase nos possíveis problemas que o uso contínuo da pílula pode acarretar e mesmo assim essas ainda são distribuídas por secretarias de saúde, que apoiavam o controle das camadas mais pobres da

sociedade, o discurso do médico pode levar a um entendimento além desse, que é o lugar que a mulher está ocupando dentro desses programas, que podem ser vistos como dispositivos de controle dos corpos femininos.

Considerações finais

Desta forma, partindo das análises feitas anteriormente é evidente que durante a primeira fase da revista *Saúde em Debate*, o discurso dos cebianos em relação ao controle de natalidade parte de suas percepções de saúde, direito e cidadania.

Para o centro de estudos não era de interesse da população brasileira políticas que abraçavam os interesses de regiões desenvolvidas com Estados Unidos e Europa, que utilizam e investem em políticas controlistas com objetivo de impedir o desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas.

Para o centro de estudos, o desenvolvimento econômico de uma região está intrinsecamente vinculado a transformações das estruturas sociais, que possibilita o acesso ao debate sobre medidas voltadas para a reprodução humana, capacitando assim a população a fazer escolhas livres sobre sua reprodução.

Porém se faz possível perceber que para os cebianos a questão do controle de natalidade também está extremamente vinculada a bandeira da soberania nacional brasileira, com forte participação do Estado como guia da construção de uma consciência de controle de natalidade na população.

Defende assim como os movimentos de mulheres, a necessidade de criação de condições para que fosse possível o acesso a direitos, como o direito de concepção, através de políticas públicas, onde as mulheres, mais especificamente, fossem inseridas nesse contexto.

Porém para o centro de estudos o interesse partia da defesa da soberania nacional e desenvolvimento econômico brasileiro, já os movimentos de mulheres, que debatiam amplamente o conceito de direito reprodutivo, defendiam sua implementação no âmbito da saúde, como defesa das mulheres, introduzindo-as no campo da cidadania.

Fontes

Revista Saúde em Debate, n. 1. Hucitec, 1976.

Revista Saúde em Debate, n. 4. Hucitec, 1977.

Revista Saúde em Debate, n. 5. Hucitec, 1977.

Revista Saúde em Debate, n. 6. Ed. Muro, 1978.

Referências

- AROUCA, S. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 268.
- ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 465-469, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q9MctdsGhp3QSKspjfPt5Rx/>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- BASTOS DE PAULA, Sílvia Helena; BARROS DOS SANTOS, Rosa Maria; BONFIM, José Rubens de Alcântara; MORAES, Maria Lima Salum. **A criação de Saúde em Debate, revista do CEBES**: narrando a própria história. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 148-155, jan./abr. 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11a ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2008.
- CORRÊA, Sônia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 147-177, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373311996000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2026.
- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 123-140, 2012.
- DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. **Saúde e sociedade**. 2. ed. São Paulo Duas Cidades, 1979.
- ESCOREL, S. Sergio Arouca: Democracia e Reforma Sanitária. In: HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. (org.). **Médicos intérpretes do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2015.
- LEÃO, Amanda Silva. **A Transformação da Prática Médica**: a medicina enquanto prática política na revista *Saúde em Debate*. Monografia. Jataí, 2024.
- LIMA, Rita de Cassia Gabrielli Souza. **Caderno de história da saúde coletiva**. Ponta Grossa: Atena, 2024.
- PITANGUY J. **O movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos**. In: Giffin K, Costa SH, organizadoras. *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999. p. 19-38.
- SILVEIRA, Alessandra Camargo da. **Os debates em saúde na década de 1970**: sentidos de direito à saúde e da reforma sanitária brasileira. 2022. 149 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2022.
- SOPHIA, Daniela. **O Cebes e o movimento da reforma sanitária**: história, política e saúde pública (Rio de Janeiro 1970-1980). Tese (Doutorado em História da Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2012.

“O comércio precisa trabalhar!”: a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Grande e São José do Norte e as restrições ao comércio na pandemia de Covid-19

“Commerce needs to work!”: the Chamber of Shop Managers of Rio Grande and São José do Norte and the restrictions on commerce during the Covid-19 Pandemic

Felipe Trentin Demiranda,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a atuação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Grande e São José do Norte (CDL Rio Grande/São José do Norte) durante o ano de 2020, no tocante à pandemia de Covid-19 e às medidas do poder público para seu enfrentamento. Pretende-se compreender a agência dessa organização através das ações empreendidas durante o período, assim como determinar os posicionamentos oficiais por ela defendidos, em relação ao enfrentamento da pandemia no município de Rio Grande-RS. Foram analisadas, através da metodologia de análise documental (Cellard, 2009) aplicada à pesquisa em periódicos (Capelato, 2015; Luca, 2008), todas as 46 publicações da seção “Notícias” do site da CDL datadas de 2020, assim como notícias encontradas no periódico digital *Portal de Notícias Oceano*.

Palavras-chave: Câmara de Dirigentes Lojistas; Pandemia de Covid-19; Rio Grande; História do Tempo Presente; História da Saúde.

Abstract

This article aims to analyze the actions of the Chamber of Shop Managers of Rio Grande and São José do Norte (CDL Rio Grande/São José do Norte) during the year 2020, regarding the Covid-19 pandemic and the public authorities' measures to confront it. The objective is to understand the agency of this organization through the initiatives undertaken during the period, as well as to determine its official positions concerning the management of the pandemic in the municipality of Rio Grande, state of Rio Grande do Sul, Brazil. Were examined, through the document analysis methodology (Cellard, 2009) applied to periodical research (Capelato, 2015; Luca, 2008), all 46 publications from the “News” section of the CDL website dated 2020, along with news articles from the digital newspaper *Portal de Notícias Oceano*.

Keywords: Chamber of Shop Managers; Covid-19 Pandemic; Rio Grande; History of Present Time; History of Health.

Introdução

O presente artigo² tem por objetivo analisar a atuação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Grande e São José do Norte (CDL Rio Grande/São José do Norte) durante o

¹ Mestrando em História pela UFPel. Licenciado em História pela FURG. Contato: felipetrentindemiranda@gmail.com.

ano de 2020, no tocante à pandemia de Covid-19 e às medidas do poder público para seu enfrentamento. Pretende-se compreender a agência dessa organização através das ações empreendidas durante o período, assim como determinar os posicionamentos oficiais por ela defendidos em relação ao enfrentamento da pandemia, em especial, no município de Rio Grande-RS. Para tanto, a análise toma a atuação institucional como inserida e influenciada pelo contexto de gestão sanitária, política e econômica, em níveis nacionais, estaduais e locais. O estudo enquadra-se sob o campo da História do Tempo Presente (Pereira, 2022) e dialoga com os campos relacionados à História da Saúde e História das Doenças (Rosenberg, 1992).

A CDL Rio Grande/São José do Norte (2020a), conforme se apresentava em seu site institucional em agosto de 2020³, define-se como “uma entidade sem fins lucrativos que trabalha para amparar, defender, orientar, coligar e representar em Rio Grande os interesses da entidade e de seus associados lojistas, junto aos poderes públicos e outras entidades”. Àquela altura, a CDL (2020b) divulgava contar com “mais de 650 empresas associadas”, entre ambos os municípios. Seus objetivos cristalizam-se na realização de campanhas e eventos dedicados a alavancar o comércio local, reuniões entre empresários e poder público e ações de “responsabilidade social”. Durante a pandemia de Covid-19, a CDL desdobrou-se, por um lado, na articulação de campanhas destinadas a promover o comércio local, coordenar doações e planejar eventos comerciais futuros e, por outro, na oposição a medidas de restrição a atividades econômicas por parte do governo municipal, notadamente àquelas que determinavam suspensão parcial ou total do funcionamento de determinados setores de comércio e serviços. Esse conjunto de ações constitui o principal interesse historiográfico para o presente estudo.

O recorte temporal visa a coincidir com o primeiro ano da pandemia. As fontes foram coletadas na seção “Notícias” do site oficial da CDL, resultando em 46 publicações, categorizáveis como notícias de assessoria de imprensa e, em menor proporção, notas públicas de posicionamento institucional. Em complemento, foram utilizadas notícias recolhidas junto ao *Portal de Notícias Oceano*⁴, periódico digital e com sede em Rio Grande.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³ Dado que a Internet constitua uma espécie de “memória editável” (Pereira, 2022, p. 21), devido às possibilidades de edição ou exclusão a praticamente qualquer momento, foram consultadas versões anteriores do site da CDL. Recorreu-se à ferramenta *Wayback Machine*, a qual permite o salvamento do estado atual de determinada página da Internet e seu posterior acesso. O site encontra-se disponível em: <https://wayback.archive.org/>.

⁴ Ao longo do texto, o portal será preferencialmente referido apenas como *Oceano*.

A metodologia utilizada refere-se à análise documental (Cellard, 2012) e à pesquisa historiográfica em periódicos (Capelato, 2015; Luca, 2008), consideradas as especificidades do meio digital. Conforme Cellard (2009, p. 297), a análise documental é aplicável a fontes que “consiste[m] em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Mais precisamente, [...] fontes, primárias ou secundárias, que, por definição, são exploradas – e não criadas – no contexto de um procedimento de pesquisa”. Quanto à “análise preliminar” (Cellard, 2012) das fontes, localizaram-se dimensões como a “natureza do texto”, que, no caso da CDL, refere-se a seu caráter sobretudo informativo, acerca das atividades desenvolvidas pela organização, mas também opinativo, no tocante a notas e pronunciamentos. Da mesma forma, convém situar a dimensão “contexto”, atrelada ao cenário comercial adverso enfrentado pelos lojistas em decorrência da pandemia, bem como à interface com suas políticas e discursos.

Ademais, posto que se tratam de fontes digitais, acolheram-se as recomendações de Brasil e Nascimento (2020, p. 203), segundo os quais o recurso a ferramentas digitais, como buscadores de palavras-chaves, “pode vir a fragmentar a relação com o documento histórico, pois a busca automática subtrai a compreensão acerca do contexto de aparição da própria palavra”. Dessa forma, convém pontuar que, para o exame das publicações da CDL, procedeu-se à leitura completa de todo o conjunto do recorte, o que permite observar a evolução de temas, ações e posicionamentos, bem como constatar recorrências e contrastes nas publicações.

Negociar a pandemia: Câmara de Dirigentes Lojistas, poder público e colaboração

Ao tratar de epidemias em âmbito historiográfico, Rosenberg (1992, p. 280) as trabalha em seus aspectos de apreensão e resposta sociais, as quais costumam repetir um modelo assimilado a um “*dramaturgical event*”⁵, ao corresponderem a padrões que os aproximam do ponto de vista narrativo. O primeiro destes assemelha-se a uma “revelação progressiva”, ao longo da qual a doença estabelece-se em meio ao cotidiano, encontrando, porém, resistência em ser reconhecida em seu caráter epidêmico devido a variados motivos, que incluem desde interesses econômicos, como impactos presumidos sobre comércio ou tributação, até a negação tendente a preservar a segurança emocional. Assim, Rosenberg

⁵ “Evento dramático”, em tradução livre.

(1992, p. 281) sustenta que “only when the presence of an epidemic becomes unavoidable is there public admission of its existence”⁶.

Diante disso, cabe destacar as ponderações sobre a terceira etapa do modelo de Rosenberg (1992, p. 285-286), referido como “*Negotiating public response*”⁷. Momento de definição de reações organizadas, trata-se de uma negociação na medida em que a resposta à epidemia demanda a articulação entre grupos sociais com interesses e mesmo entendimentos simbólicos distintos diante da doença, resultando em um conflituoso processo pela definição de prioridades. Em relação à Covid-19, esta etapa do modelo permite compreender seus emergentes conflitos de interesses: diante da possibilidade de restrições, parciais ou totais, a empreendimentos comerciais, os interesses de comerciantes tendem a conduzir à preocupação com a queda em seu faturamento, perda de mercadorias perecíveis e o horizonte do endividamento. Assim, sua postura tende a estar condicionada à preservação de condições para atividade econômica mínima ou a buscar medidas compensatórias asseguradas pelo Estado.

As etapas do modelo proposto por Rosenberg contribuem para situar e analisar a atuação da CDL Rio Grande/São José do Norte. No site institucional, nota-se que a primeira menção à Covid-19 ocorre em 17 de março de 2020. Trata-se de uma notícia a respeito de reunião entre a CDL e a superintendente da Vigilância em Saúde, em que “o assunto tratado foi o avanço do COVID-19 em território brasileiro e os apoios que serão prestados pela entidade para buscar informar a população sobre as medidas preventivas ao novo vírus” (Zenobini, 17/03/2020), que se referiam a evitar aglomerações e promover higienização de ambientes, equipamentos e mãos. A procura da superintendente justifica-se pela capacidade da CDL em encaminhar informe à sua extensa rede de associados em Rio Grande. Ademais, a agenda junto ao empresariado seguia pauta do dia anterior, já que o *Oceano* reporta outra reunião, desta vez entre a Prefeitura e as principais entidades representativas do município, incluindo “Câmara de Dirigentes Lojistas, Câmara de Comércio, Centro de Indústrias, entre outras” (Portal de Notícias Oceano, 13/03/2020), com objetivo de explicar as principais medidas pretendidas pelo Executivo para conter a Covid-19.

Assim, os primeiros atos da CDL em relação à pandemia em Rio Grande enunciam, de fato, uma colaboração nos esforços de contenção à Covid-19. Na esteira dos primeiros decretos municipais a versarem sobre o tema, a CDL informava que “recomenda o

⁶ “Apenas quando a presença de uma epidemia se torna incontornável é que ocorre a admissão pública de sua existência”, em tradução livre.

⁷ “Negociando respostas públicas”, em tradução livre.

fechamento do comércio a partir de segunda-feira, 23 de março”, com a exceção aos serviços essenciais, “como farmácias, supermercados e restaurantes com atendimento delivery” (Zenobini, 20/03/2020). Assim, a entidade endossava as determinações da Prefeitura, que no dia 19 determinara a vedação de acesso público a estabelecimentos passíveis de provocar aglomerações de pessoas, excetuadas aquelas atividades consideradas de provimento essencial – assim como a flexibilização para o setor de alimentação, autorizado a funcionar via delivery e tele-entrega (Rio Grande, 2020).

Portanto, a comunicação pública da CDL parece buscar o alinhamento colaborativo com a Prefeitura e demonstrar compromisso com a gestão sanitária da crise. Além do pronunciamento oficial que ecoa o decreto, cabe apontar outras duas linhas de ação desenvolvidas pela representante lojista. A primeira delas refere-se à mobilização ao redor de campanhas de arrecadação, cujas iniciativas são categorizáveis a partir dos beneficiários visados. De um lado, buscam atender a populações em vulnerabilidade social ou a instituições que as atendam, diante das quais as iniciativas direcionam-se para doações de alimentos, materiais de higiene e realização de “vaquinhas virtuais”. De outro, as campanhas visavam a atender às demandas dos dois hospitais então ativos no município, a Santa Casa e o Hospital Universitário (HU-FURG). São as ações de apoio aos hospitais, em especial à Santa Casa, as mais frequentes a merecerem notícia. A explicação para tanto ecoa na chamada de um de seus cartazes: “Ajudar os hospitais é proteger a comunidade” (Zenobini, 26/03/2020), denotando que a CDL partilhava do entendimento de que o sistema de saúde seria fundamental à coletividade.

Dito isso, as atividades dirigidas aos hospitais rio-grandinos abarcaram desde a arrecadação de bens de consumo até a intermediação junto ao governo do estado para aquisição de equipamentos. Assim, visava itens como máscaras, óculos de proteção, protetores faciais e álcool 70%. Uma vez que semelhantes materiais não compunham o cotidiano da população comum, apelava-se a “consultórios médicos de diversas especialidades que estão fechados neste momento” (Zenobini, 26/03/2020). Em paralelo, contribuições em dinheiro eram articuladas pela Câmara do Comércio “para aquisição de EPIs em larga escala para doação ao HU/Santa Casa, buscando recursos no empresariado local e nas empresas industriais” (Zenobini, 01/04/2020).

Já no tocante à mediação junto ao governo do estado, esta evidencia a ação em rede entre empresários e a política rio-grandina, remontando ao recebimento de vinte respiradores, anunciados para distribuição ao final de julho de 2020. O principal interlocutor, nesse caso,

seria o então deputado estadual Fábio Branco (Movimento Democrático Brasileiro), figura política de oposição à Prefeitura, uma vez que o posto de mandatário do Executivo municipal já fora por ele ocupado em duas oportunidades⁸. Nesse sentido, o ex-prefeito e deputado aparece em posição política privilegiada para pleitear demandas ao governo gaúcho.

Contudo, vale pontuar como essa convergência entre Fábio Branco e o empresariado acontece também, ao menos nas demandas quanto ao sistema de saúde, em associação à Prefeitura. Assim, relata-se que, a 21 de maio, acontecia reunião entre o Movimento Aliança Rio Grande⁹, o deputado Fábio Branco e a secretária da Saúde do estado, Arita Bergmann, a qual “atendeu a um pleito do Executivo Municipal feito ao Aliança por apoio em uma maior aproximação com o Governo do Estado na busca de recursos financeiros e materiais para o enfrentamento ao COVID-19” (Zenobini, 22/05/2020) e resultando na contratualização de dez leitos para a Santa Casa. O protagonismo no periodismo local, contudo, repousaria sobre o papel de intermediários das entidades empresariais e do deputado, como denota a notícia do *Oceano*, a qual retrata que “as entidades como Câmara de Comércio e CDL se mobilizaram para unidas ao Deputado Fábio Branco sensibilizarem o Governo do Estado da importância de novos equipamentos e foram atendidos” (Portal de Notícias Oceano, 25/07/2020), a que se soma, ainda, o anúncio de contribuição empresarial de 400 mil reais para aparelhamento de leitos da Santa Casa.

Retornando às operações específicas da CDL, alguns eixos de engajamento perante a pandemia tornam-se identificáveis. Em primeiro plano, a organização demonstra adesão às determinações da Prefeitura, na conclamação a seus associados lojistas para a suspensão temporária de atividades; em segundo, verifica-se o fomento a ações filantrópicas e, em especial, ao suporte a hospitais. Em síntese, tais posturas manifestam uma atitude colaborativa junto ao poder público e evocam a representação do combate à Covid-19 como *consenso*, ou seja, como pauta compartilhada democraticamente entre toda a população, da qual o empresariado seria mais um representante empenhado em “fazer a sua parte”, como parte da sociedade civil. Por último, as ações tornadas públicas por meio de notícias sustentam a imagem de uma entidade capaz de coordenar iniciativas de interesse social, como no caso dos respiradores.

⁸ A influência de Fábio Branco na política rio-grandina é, ademais, reforçada pelo protagonismo de sua família, cujo marco está alicerçado na eleição de seu tio, Wilson Mattos Branco, em 1997, assim como na sucessão do primo Janir Branco ao primeiro mandato de Fábio, a partir de 2005. Tal trajetória consolidou o PMDB/MDB como força partidária local, tendo sido contrabalançada, a partir de 2013, por dois mandatos consecutivos de Lindenmeyer, o que coloca PT e MDB em polos políticos concorrentes na cidade, durante o período em estudo.

⁹ Trata-se de um agrupamento de associações empresariais atuantes no município, entre as quais “CDL, Câmara de Comércio, AMPERG, SindiPesca, Sindicato Rural e Centro de Indústrias” (Zenobini, 22/05/2020).

Por certo, estes elementos são constituintes da ação da CDL durante a pandemia, estendendo-se por similitude ao longo do período. Contudo, é significativo que tenha havido notável mudança quanto à atitude perante a administração municipal e às políticas de restrição a atividades econômicas. Em especial a partir de abril de 2020, a CDL engaja-se com ênfase cada vez maior em articular a oposição pública às restrições convalidadas pela Prefeitura, convertendo a exigência da manutenção da abertura do comércio como bandeira prioritária.

Pandemia e conflito: a oposição a medidas de restrição ao comércio

Se o pronunciamento do dia 20 de março recomendava o fechamento do comércio, também trazia implícito que a natureza do comunicado seria, de fato, uma recomendação, e não uma defesa irrestrita, posto que se afirmava que, “contudo, cada empresário deverá tomar sua decisão avaliando o seu negócio” (Zenobini, 20/03/2020). Adotava-se uma postura pragmática, na medida em que se sublinhava a avaliação individual como a determinante, mais do que o próprio decreto de 19 de março, que fora taxativo no tocante às atividades não-essenciais (Rio Grande, 2020). A leitura atenta reforça essa sensação, uma vez que o fechamento soa como artifício estratégico, porque “a recomendação é para que as pessoas fiquem em casa, então teremos menos clientes ainda na próxima semana” (Zenobini, 20/03/2020) – ou seja, a questão central indica não ser vantajoso o funcionamento em cenário adverso, sobretudo, do ponto de vista mercantil.

Do pragmatismo à demanda por planejamento para a retomada comercial, a transição de posicionamentos é rápida. A primeira nota a constar no site da CDL, intitulada “*Vidas, hoje e sempre*”, em 26 de março, reafirma o compromisso irrestrito com a saúde e com as ações preventivas à Covid-19. Os dois primeiros parágrafos sublinham o histórico associado à promoção de atividades comunitárias e filantrópicas por parte da CDL, assim como buscam identificar às pequenas e médias empresas a manutenção do emprego e a representação democrática da doença, cujo enfrentamento e consequências evocam a imagem do consenso:

[...] especialmente porque nossa formação é majoritariamente de pequenos empresários. Homens, mulheres ou famílias, que lutam diariamente para manterem suas atividades, e por consequência os empregos de cerca de 80 % do nosso povo. Todos nós, sem distinção, estamos sendo afetados pela pandemia mundial. Ninguém admite perder uma só vida, estamos confinados, isolados e sem poder trabalhar (CDL Rio Grande/São José do Norte, 26/03/2020).

No cenário local, a preocupação se mostra coerente, posto que Oliveira e Vargas (2021, p. 2) notam que o período mais crítico de demissões em Rio Grande ocorre entre

março e junho de 2020, em que “comércio e serviços também foram os setores mais afetados, com perdas de 686 e 496 vínculos, respectivamente, nesse período de crise mais aguda”, de um saldo total negativo de 1559. Ademais, a associação entre “pequenos empresários”, os setores de comércio e serviços e a manutenção de empregos colabora para a força argumentativa da nota, posto que sua concentração de empregos em micro e pequenas empresas é característica do mercado de trabalho brasileiro e, em especial, do comércio¹⁰ (SEBRAE, 2024, p. 33).

Portanto, do ponto de vista retórico, o recurso à questão do emprego e ao empenho de pequenos empresários constrói sentido e reforça a noção de sacrifícios compartilhados. Assim, prosseguindo na nota de 26 de março, a ideia de colaboração consensual é particularmente sublinhada, na medida em que o “apelo [...] está sendo acatado por todos” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 26/03/2020) e é reforçada por metáforas bélicas, como uma “batalha” que cumpre ser vencida coletivamente. Porém, os dois parágrafos finais explicitam a posição da CDL sobre as respostas desejáveis à crise, colocando-se em favor da tese de “isolamento vertical” e do distanciamento físico restrito a grupos de risco. Demanda, com isso, o rápido e pleno retorno das atividades econômicas:

Estamos também, acompanhando todas as informações reais sobre a evolução dos procedimentos de abrandamento do isolamento. **Saindo paulatinamente de um isolamento geral e horizontal, para o isolamento vertical** das pessoas, [...] no objetivo de, gradativamente, voltarmos as nossas atividades, **mantendo vivos os empregos** dos nossos cidadãos. [...] **Reiteramos que a vida está em primeiro lugar, ao mesmo tempo temos a responsabilidade de seguir em frente com os empregos e com as empresas.** Para isso, nos colocamos a disposição para colaborar com as autoridades [...] **para já na próxima semana começarmos a retomar as atividades**, evitando assim uma profunda crise de empregos e renda em nossa cidade [grifos nossos] (CDL Rio Grande/São José do Norte, 26/03/2020).

A nota de 26 de março permite inferir diversas questões subjacentes ao discurso. Quanto às “informações reais” sobre “abrandamento do isolamento”, cristalizadas na defesa do “isolamento vertical”, a CDL ecoa a posição defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, que na mesma data lançava campanha em defesa do “isolamento vertical” (Reuters, 26/03/2020), como forma de se opor a medidas mais estritas de distanciamento social. Ademais, o presidente já se engajava na pressão sobre o Ministério da Saúde, no sentido de cobrar o

¹⁰ Em 2019, as micro e pequenas empresas – compostas, nos serviços e comércios, por empresas com até 9 pessoas e entre 10 e 49, respectivamente – correspondiam a mais da metade da população ocupada, atingindo o percentual de 50,6% do total. No comércio, reunia a porcentagem ainda maior de 64% (SEBRAE, 2024, p. 2, 18, 33).

comprometimento de seus ministros com procedimentos sem validação científica, como a prescrição dos medicamentos ivermectina, cloroquina e hidroxiclороquina. As pressões sobre a estrutura ministerial provocariam tensionamentos, resultando na exoneração de Luiz Henrique Mandetta e o abandono do cargo por seu sucessor, Nelson Teich (Brandão, Mendonça, Sousa, 2023).

Brandão, Mendonça e Sousa (2023) e Caponi (2020) classificam estas teses no âmbito do “negacionismo”, no sentido de sua rejeição de evidências e consensos científicos como embasamento para falácias que visam a adquirir estatuto de veracidade. Para Caponi (2020, p. 211), o recurso a tratamentos sem eficácia e teses como o isolamento vertical constituem “duas estratégias solidárias. Pois, existindo uma ‘bala mágica’ que permita um suposto tratamento eficaz, não haveria motivos para continuar mantendo a quarentena”. No caso dos comerciantes, portanto, essa “bala mágica” permite relativizar a relevância e, mais importante ainda, a legitimidade de normativas municipais que intervissem sobre a livre atividade econômica. Logo, associando-se a um discurso que recebia força política por ordem do mandatário do governo federal e que seria reforçado em seu antagonismo frente à “burocracia da saúde”, relativa ao tensionamento com quadros técnicos do Ministério da Saúde (Kiss, Paiva, Teixeira, 2023), a demanda pela defesa do interesse dos lojistas encontraria guarida e argumentos para o acirramento de sua oposição à gestão da pandemia conduzida a nível municipal.

Esse acirramento ocorre, a princípio, de forma paulatina, mas acelerada. Em notícia do dia seguinte à mencionada nota, a CDL informa ter participado de reunião com o prefeito Lindenmeyer, secretários e representantes da Santa Casa e do HU-FURG. A pauta em destaque, muito enfatizada no texto, é o retorno do comércio. O posicionamento é assim demarcado:

A CDL ponderou junto ao Executivo que é preciso garantir uma previsibilidade de retorno do comércio para o mais breve possível para que não haja forte recessão no comércio local gerando desemprego e fechamento de empresas. Contudo, a CDL defende que essa retomada deve ser construída com diálogo entre todos os envolvidos e, principalmente, seguindo as recomendações de especialistas (Zenobini, 27/03/2020).

A defesa dos interesses dos comerciantes, portanto, está associada, em primeiro lugar, à necessidade de que a gestão pública viabilizasse “previsibilidade”, fundamental para o planejamento das empresas. Merece destaque, igualmente, a menção aos “especialistas”, enquanto garantia de segurança no demandado retorno comercial, cuja expressão aparece bem

tipificada pelos hospitais. A colaboração com os hospitais visava, também, à viabilização de atendimentos de saúde que tornassem sustentável o funcionamento econômico. Esse raciocínio fica claro, mais uma vez, no caso dos respiradores entregues a Rio Grande. Assim é que quando, na reunião de maio de 2020, a secretária Bergmann acenou positivamente ao pedido,

Os empresários e diretores da CDL, Carlos Zanetti e Renato Lima diante das manifestações da Secretária de ampliação da infraestrutura de saúde do Rio Grande, pediram ao Prefeito uma maior flexibilização das atividades do comércio local tendo em vista o atendimento do Governo do Estado aos pleitos realizados (Zenobini, 22/05/2020).

Como demonstrado, é preciso compreender como o aceite da CDL por intermediar a obtenção de recursos está atrelada à expectativa de retornos, mais ou menos imediatos, no plano político e econômico. Busca-se sanar um dos principais argumentos para as restrições ao comércio para, então, requerer sua derrubada. Logo, opera-se, na reivindicação de sintonia junto aos “especialistas”, um campo de disputas discursivas, já que o recurso a posicionamentos especializados foi essencial, também, para embasar a permanência de restrições longevas.

A segunda quinzena de abril ilustra esse tipo de disputa, posto que foi possível identificar intensa movimentação da CDL, na forma de notas públicas direcionadas à Prefeitura, no site institucional ou repercutidas no *Oceano*. O teor das notas avança rapidamente para a oposição ferrenha. Em 13 de abril, a CDL informava que, ainda na semana passada, realizara reunião com a Prefeitura, em que fora discutida a possibilidade de “distensionar o comércio, em uma primeira etapa, no formato de tele entrega” (Portal de Notícias Oceano, 13/04/2020), ou seja, almejava-se saídas ainda tímidas para retorno parcial de setores comerciais até então plenamente fechados. Contudo, a nota demonstra-se solidária ao poder municipal e mesmo assume como suas os posicionamentos até então adotados por ele, ao ponto de afirmar categoricamente que “entendemos e concordamos com as medidas tomadas até agora como forma de evitar a proliferação do vírus, já que não temos sequer a estrutura de saúde adequada” (Portal de Notícias Oceano, 13/04/2020).

Contudo, o posicionamento altera-se e assume voz militante na defesa da flexibilização na esteira de novas definições do governador Eduardo Leite, que em 15 de abril assinava decreto que permitia a abertura de estabelecimentos comerciais “mediante ato fundamentado das autoridades municipais competentes, com respaldo em evidências científicas” (Rio Grande do Sul, 2020); ou seja, do ponto de vista político, o centro decisório

descentralizava-se em direção à Prefeitura. Assim, a CDL reportava-se ao pronunciamento de Leite como uma “luz”, capaz de viabilizar “uma reabertura gradual e controlada” (Signorini, 16/04/2020). Por essa razão, na nota seguinte, de 18 de abril, o tom da organização empresarial torna-se de crítica aberta. O mote da objeção seria o anúncio de Lindenmeyer sobre a prorrogação do fechamento de comércios por mais quinze dias, apesar da extensão de licença para tele-entregas a mais setores econômicos (Rajão, 17/04/2020). Considerado limitado pela CDL, que desejava ver acolhidas as expectativas abertas pelo decreto, o plano municipal dá vazão à afirmação de que “infelizmente fomos mais uma vez surpreendidos” e de que “manifestamos nossa completa inconformidade ao senhor prefeito Alexandre Lindenmeyer” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 17/04/2020). Logo, fica expressa uma cisão não somente com o conteúdo dos decretos do município, mas com a própria figura particular do prefeito.

Ademais, o objeto desta “inconformidade” estendia-se a uma acusação de falta de diálogo por parte da Prefeitura, a qual não teria apreciado proposta encaminhada pela CDL para a criação de um “comitê econômico”, que seria responsável por planejar a reabertura comercial. Entre as medidas anunciadas por Lindenmeyer constava, de fato, a formação de um comitê para a discussão do tema. Porém, a CDL aproveita a mesma nota para recusar o convite para integrá-lo, argumentando não se tratar “de um grupo técnico” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 17/04/2020). Essa assertiva retoma a discussão a respeito da reivindicação de alinhamento aos “especialistas”: uma vez que o comitê não seria considerado “técnico”, não haveria competência para definir políticas com base nas “evidências científicas” requeridas pelo governo gaúcho e, logo, o declínio em dele participar encontraria aí a sua legitimidade como respaldada na defesa da técnica e da ciência.

Por sua vez, a nota de 25 de abril renova a discordância e o pleito pela reabertura. A liberação estadual para a autonomia dos municípios ressurgiu no texto, que recorre às decisões por flexibilização pelas prefeitas de Pelotas (PSDB) e São José do Norte (PSL) para pressionar por medidas similares em Rio Grande (Signorini, 25/04/2020). Dessa forma, a argumentação alimenta-se do comparativo entre as decisões da Prefeitura de Rio Grande e suas congêneres.

O conjunto de notas assinadas pela CDL em abril de 2020 permite, portanto, identificar o rápido desenvolvimento de um eixo argumentativo que nortearia sua agência em relação à gestão da pandemia. As notas oficiais colaboram à construção do *ethos* da entidade e, de forma mais geral, à dos empresários de Rio Grande, na forma como a CDL enuncia a

imagem de si mesma (Maingueneau, 2020). Nas suas comunicações públicas, estão representadas as ideias de que a CDL se preocupa com a situação sanitária da cidade e se engaja em ações de responsabilidade social. Outrossim, este *ethos* colaborativo está representado pela interlocução junto à Prefeitura e a outros agentes políticos. Esta representação é generalizada para toda a categoria dos empresários, identificados como cumpridores das medidas de restrição aplicadas pelo município e como partícipes de sacrifícios pessoais, reconhecíveis na ênfase em persistir “sem poder trabalhar” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 26/03/2020). Por seu turno, o discurso sobre compromisso com os “especialistas” e a “ciência” alinha-se às permissões para retorno às atividades concedidas alhures, para tornar legítima a demanda econômica do empresariado local.

Consideradas tais características, pode-se estendê-las ao restante do período em análise. Assim, em 15 de maio, a CDL sobe o tom contra o prefeito Lindenmeyer: diante da permanência de “restrições mais rígidas [do] que o plano do Governo Estadual impõe” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 15/05/2020), a CDL afirma não ter sido ouvida pela Prefeitura em suas tentativas de diálogo e faz a defesa do modelo de distanciamento controlado instituído pelo governo Leite. Esta pauta é muito relevante, posto que criava um modelo estruturado em “bandeiras”, que correspondiam ao cálculo da gravidade da pandemia em cada região do Rio Grande do Sul e prescreviam conjuntos de ações de contenção. Nas palavras de Soler e Leite (2023, p. 9), tratava-se de “um modelo *just in time* de gestão, no qual, em caso de alta disseminação e aumento de ocupação dos leitos, busca-se atender a demanda populacional, reduzindo desperdício orçamentário (com a saúde), mas garantindo o bom funcionamento da economia”. Portanto, essa se mostrava uma estratégia mais favorável a proprietários de empresas, em relação a restrições mais firmes. Assim, não é de espantar que a CDL se pronuncie em relação ao modelo como “com base científica, tendo sido reconhecido como o melhor plano do país por muitas autoridades” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 15/05/2020). A menção se complementa com a crítica à Prefeitura, a qual não apenas não teria ouvido os comerciantes, como tampouco teria se engajado com eficiência em incrementar a estrutura assistencial. Por fim, a inconformidade da entidade é expressa em uma série de indagações:

Sendo assim, então de que adiantou o sacrifício da população nestes 53 dias em casa? Das empresas estourarem seus caixas? Dos milhares de desempregados? Das pessoas com outras enfermidades interromperem seus tratamentos, adiarem cirurgias, se nada foi feito? (CDL Rio Grande/São José do Norte, 15/05/2020).

Essas perguntas sugerem suas próprias respostas: a responsabilidade pela situação repousaria sobre a inação do Executivo municipal em suprir as necessidades do sistema de saúde. A adesão às restrições, portanto, é vista como justificável somente como contrapartida até o aparelhamento do sistema de saúde; uma vez estendida no tempo, estas mereceriam o questionamento de seus méritos, já que de nada “adiantou o sacrifício”.

É significativa a escolha do título desta nota, nomeada “*Rio Grande na UTP*”. Incorre-se na personificação, diante da qual, à semelhança de cidadãos que se convertem em pacientes graves, a cidade também se encontra em perigo e necessitando de urgente socorro. Em estudo sobre o uso de metáforas referentes à Covid-19, Moura (2023) destaca que elas revelam formas de representar a doença que indicam as práticas mais adequadas para enfrentá-la e contribuem para formatar a identidade dos sujeitos¹¹. Esta escolha retórica não é fortuita, pois, como destaca Fiorin (2022, p. 51), a personificação intensifica sentidos semânticos: “é mais forte dizer que a virtude é preguiçosa e avara do que afirmar que uma pessoa virtuosa é preguiçosa e avara. Há, naquela construção, uma generalização impactante que não se consegue nesta”. Obtém-se um apelo emocional ao fazer-se contíguo com o sofrimento humano; contudo, o motivo dessa “internação” de Rio Grande refere-se à política aplicada pela Prefeitura, de modo que poder-se-ia dizer que a patologia de que padece a cidade teria como agente a má gestão.

Ademais, o recurso a tal figura de linguagem aparece em outros momentos, como a já mencionada citação sobre manter “vivos os empregos dos nossos cidadãos” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 26/03/2020). Estabelece-se, pois, uma correspondência entre dois problemas a princípio com importâncias diversas, de modo que se intensifica a importância à economia enquanto, a seu modo, fator vital tão relevante quanto o quadro sanitário. Partilha-se, pois, do que sustenta Salgado (2021, p. 79) a respeito da pandemia, durante a qual “os sentidos atribuídos a ‘vida’ variam conforme os posicionamentos dos sujeitos, que dizem o que dizem firmando posições no interdiscurso”; em outras palavras, o processo pelo qual a palavra “vida”, no caso em questão, pode personificar-se em conceitos típicos da economia, torna-se coerente somente quando conectada ao discurso que produz “restrições econômicas” e “preservação da vida” enquanto pares antitéticos.

¹¹ Ao considerar um *corpus* do jornal *Folha de São Paulo*, Moura (2023, p. 92) constata que prevaleceram metáforas sobre o vírus análogas às categorias “causador de uma guerra”, “bandido/inimigo” e “viajante”, as quais suscitam a práticas envolvendo a mobilização/luta coletiva e à solidariedade social. No tocante à “identidade”, este tipo de metáfora colaboraria para reforçar uma identidade enquanto “brasileiros” em unidade contra a doença.

Esse tipo de representação, por seu turno, reforça a procura por soluções alternativas – a “bala mágica” negacionista de Caponi (2020, p. 211). O apoio mais contundente aparece em nota conjunta do Movimento Aliança Rio Grande, datada de 6 de julho de 2020. Trata-se de resposta à decisão pelo fechamento do comércio não-essencial, lastreada em dificuldades de abastecimento de medicamentos de UTI (Portal de Notícias Oceano, 04/07/2020) e diante de um aumento de 144% nas hospitalizações na região de Pelotas, nas duas semanas anteriores (Portal de Notícias Oceano, 03/07/2020). Importa sublinhar que tal decisão mostrou-se mais restritiva do que aquela que seria obrigatória pelo modelo de distanciamento controlado, já que a região de Pelotas se encontrava sob bandeira “vermelha” e Lindenmeyer optou por implementar medidas da bandeira “preta”, a mais severa do modelo (Portal de Notícias Oceano, 04/07/2020). Nesse sentido, o Movimento Aliança, além de criticar as restrições comerciais, recorre a duas “balas mágicas”: por um lado,

o Movimento ainda questiona ao Executivo Municipal os motivos pelos quais estão sendo ignoradas defesas científicas como a do professor da FURG, Cristiano Oliveira que diz que “é descabido a responsabilização dos moradores do município pelo recente aumento de casos de Covid-19, pois, não existem evidências de que o aumento na mobilidade de pessoas gere aumento no número de casos de Covid-19” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 06/07/2020).

Ao comentar a utilização do referido estudo pelo Movimento Aliança, Miranda (2023, p. 181) sustenta que o artigo em questão participa da lógica do negacionismo, na medida em que “utilizando o método científico das ciências econômicas, produz resultados que submetem a risco à lógica da acumulação econômica capitalista”, de modo que se diferencia de estudos que criaram consensos sobre o papel da redução da circulação de pessoas no combate à pandemia, a exemplo do Imperial College. Dessa forma, o artigo mostra-se instrumental, ao oferecer aparência de cientificidade à rejeição dos protocolos então consensuais para Covid-19:

Portanto, o discurso negacionista não é apenas a negação pura da ciência. Envolve também a sua apropriação seletiva, costurada com elementos místicos, religiosos, políticos ou puramente comerciais revestidos por um discurso com verniz de cientificidade. Além disto, o negacionismo também vai buscar na própria produção científica tradicional [...] argumentos para sustentar o seu discurso [grifos do autor] (Miranda, 2023, p. 181).

A intenção de emplacar um “verniz de cientificidade” aparece também em segundo argumento, referente à ivermectina. Este medicamento tornou-se conhecido por integrar kits de “tratamento precoce”, carecendo, contudo, de comprovação de eficácia. Assim, a Aliança

sustenta que, “mais eficaz do que o fechamento do comércio, seria testar os inúmeros medicamentos que estão sendo usados e receitados pela área médica, como a ivermectina, por exemplo, para aplicação em Rio Grande” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 06/07/2020). Tal como na argumentação ao redor do “isolamento vertical”, esta assertiva encontra sua funcionalidade ao pleitear alternativas de mínima intervenção na economia, mas que, à medida que absorvem a retórica das ciências da saúde, acabam por conferir poder de convencimento a narrativas negacionistas.

Ademais, o argumento simula legitimidade ao recorrer a experiências de outros municípios. No caso dos medicamentos, a CDL levaria a cobrança pela implementação de um “protocolo de uso de medicamentos alternativos, como a hidroxicloroquina” (Portal de Notícias Oceano, 29/07/2020) até reunião com a Secretaria da Saúde, em 24 de julho. A inspiração viria de protocolo similar adotado em Gramado. Dessa forma, mesmo que carente de evidências aceitas pela comunidade científica, o recurso à existência de outras prefeituras gaúchas que, de fato, endossaram o “tratamento precoce” como política pública corrobora em cobrir-lhe um manto de validade.

Portanto, estratégias negacionistas não são necessariamente refratárias a incluir elementos seletivos do discurso científico. Tampouco o recurso a elas implica na rejeição total dos consensos provisórios dos especialistas. Afinal, apesar das investidas contra restrições e em favor de “balas mágicas”, a CDL manteve constante suporte a outras ações de prevenção à Covid-19, como revela o estímulo para que empresários locais fizessem respeitar normas relativas ao uso de máscaras, higiene e distanciamento. Esta linha de ação permanece nos meses posteriores ao conflito com a Prefeitura, de que é elucidativo o “*Manifesto à população Rio-Grandina*”, de 27 de novembro, em que a CDL conclama população e empresários a aderirem às medidas de prevenção, em especial no interior de estabelecimentos. O manifesto menciona as festas de fim de ano que se aproximam, sua centralidade para o aquecimento do comércio e a importância de evitar o agravamento da pandemia e o temido retorno de restrições severas:

Não é hora de retrocedermos com novos fechamentos ou redução de horários. Afinal, em épocas de final de ano, devemos ter aumento de movimento, principalmente no comércio. [...] Entendemos que, para evitarmos novas medidas drásticas, toda a sociedade precisa se unir, ainda que distante fisicamente (Portal de Notícias Oceano, 27/11/2020).

Importa notar que este manifesto vem a público em meio a uma tendência sensível quanto a novas infecções em Rio Grande (Ministério da Saúde, 2024)¹². Dessa forma, o manifesto refere-se a um cenário palpável, em que o agravamento da situação local evoca o imperativo de atender a protocolos sanitários mais brandos – como “manter o uso de álcool gel na entrada e na saída dos estabelecimentos, o distanciamento, o mínimo de clientes dentro da loja e a exigência do uso de máscara de forma correta” (Portal de Notícias Oceano, 27/11/2020) – que afastassem a chance de repetição de medidas mais duras durante um período considerado essencial. Tal temor mostra-se cristalizado em outra nota, de 11 de dezembro, desta vez destinada a demonstrar repúdio a restrições no município vizinho de Pelotas. Ao concluir a nota, a CDL se solidariza às vítimas, mas reafirma opor-se ao que considera culpabilização dos comerciantes:

Contudo, está mais do que provado que o COMÉRCIO NÃO É O VILÃO. Diferente de outros setores, o comércio cumpre com os protocolos rigorosamente. Precisamos de consciência coletiva e ação dos gestores públicos com medidas eficientes. O COMÉRCIO PRECISA TRABALHAR! (CDL Rio Grande/São José do Norte, 11/12/2020).

Portanto, a CDL reafirma os aspectos estruturantes do discurso em relação à pandemia que construíra ao longo de 2020. Em linhas gerais, representa as restrições como ineficazes; mais do que isso, o quadro sanitário seria explicado pela inação das autoridades, de modo que “querem novamente colocar nas costas dos comerciantes e trabalhadores o preço – cada dia mais impagável – dessa pandemia” (CDL Rio Grande/São José do Norte, 11/12/2020). Mobiliza-se, pois, a ideia de injustiça em relação àqueles que vivem do comércio, posto que, enquanto indevidamente convertidos em “vilões” por parte dos poderes públicos, seriam, na verdade, o setor mais consciente e proativo no combate à doença. Logo, do ponto de vista retórico, nada mais próprio do que proclamar, como o faz, em maiúsculas, o título desta derradeira nota, que “O COMÉRCIO NÃO É O CULPADO” e, com isso, requerer a cessação de limites às suas operações.

Considerações finais

Ao longo de 2020, evidenciou-se sensível evolução da postura da CDL em relação à gestão da pandemia de Covid-19, em direção à oposição aberta a restrições ao comércio de Rio Grande e a críticas endereçadas à Prefeitura. Este direcionamento explica-se por ser ao

¹² Trata-se de um crescimento sustentado entre a 42ª e a 48ª semana epidemiológica de 2020, abrangendo o período entre 11 de outubro e 28 de novembro, com base em dados do Ministério da Saúde (2024).

nível do município que se deram as decisões mais criticadas pela CDL: antes da instituição do modelo de distanciamento controlado, a autonomia concedida pelo estado induziu à demanda ao prefeito; após, as escolhas do Executivo local seguem relevantes, na medida em que poderiam determinar medidas mais restritivas do que as instituídas para sua bandeira – como aconteceria em maio e julho de 2020 – ou ser interpeladas a autorizar o recurso a alternativas negacionistas.

As notas publicadas entre março e dezembro de 2020 são unânimes em defender o restabelecimento da abertura integral do setor comercial na cidade. Os documentos revelam um crescente, mas gradual, tom de oposição. A princípio, de março até a metade de abril, predomina uma postura colaborativa com o Executivo municipal, colocando a CDL à disposição para mediar diálogo com empresários locais e para a promoção de ações filantrópicas. Contudo, desde as primeiras notas, a entidade posiciona-se em favor de planejamentos para o retorno daquelas atividades sob suspensão. A partir da garantia do governo Leite à autonomia para flexibilização municipal percebe-se um rápido aprofundamento no repúdio às decisões da Prefeitura. As fontes permitem concluir que essa oposição permanece constante durante todo o ano e reaparece em novas notas, a cada vez que retornam limites à prática econômica.

Adicionalmente, o *corpus* permite compreender que este posicionamento se lastreou no endosso a alternativas que suavizassem ou que proclamassem substituir as medidas destinadas a reduzir a circulação de pessoas. Primeiro, defendeu-se o modelo de distanciamento controlado, consoante a seu potencial em equilibrar restrições com as capacidades do sistema de saúde; em seguida, buscou-se descaracterizar as restrições ao comércio como medidas legítimas. Este eixo mostrou-se progressivamente mais presente nas notas da CDL e se exprimiu na evocação às noções de injustiça e de contestação no âmbito científico-institucional.

Dessa forma, o estudo conclui que tais estratégias, que por vezes aparecem conjugadas, contribuíram para instrumentalizar a defesa por relaxamento de restrições e a consequente defesa dos interesses dos empresários representados pela CDL. De forma pragmática, verifica-se que a CDL mobilizou diferentes estratégias para sua ação perante a administração pública, de modo a oscilar entre a colaboração e o enfrentamento diretos. Dessa forma, o estudo contribui à história da pandemia de Covid-19 em Rio Grande, ao permitir compreender as interfaces entre economia, empresários, comércio e política no município.

Fontes

CDL RIO GRANDE / SÃO JOSÉ DO NORTE. Manifesto à população Rio-Grandina. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/manifesto-a-populacao-rio-grandina/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CDL RIO GRANDE / SÃO JOSÉ DO NORTE. Movimento Aliança Rio Grande repudia decisão do Executivo Municipal. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 06 jul. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/movimento-alianca-rio-grande-repudia-decisao-do-executivo-municipal/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CDL RIO GRANDE / SÃO JOSÉ DO NORTE. Nota da CDL Rio Grande: QUEREMOS TRABALHAR para continuar salvando vidas. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/nota-da-cdl-rio-grande-queremos-trabalhar-para-continuar-salvando-vidas/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CDL RIO GRANDE / SÃO JOSÉ DO NORTE. O comércio não é o culpado. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/o-comercio-após-e-o-culpado/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CDL RIO GRANDE / SÃO JOSÉ DO NORTE. Rio Grande na UTI – 15/05/2020. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 15 mai. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/rio-grande-na-uti-15-05-2020/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CDL RIO GRANDE / SÃO JOSÉ DO NORTE. Vidas, hoje e sempre. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/vidas-hoje-e-sempre/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CDL RIO GRANDE. **História da CDL Rio Grande**. 2020b. Acesso realizado através do site Wayback Machine, referente à data de 08 de agosto de 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200808181457/https://cdl-rg.com.br/historia-da-cdl/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CDL RIO GRANDE. **Sobre a Entidade**. 2020^a. Acesso realizado através do site Wayback Machine, referente à data de 08 de agosto de 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200808174405/https://cdl-rg.com.br/sobre-a-entidade/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Ministério da Saúde. **Covid-19: casos e óbitos**. Casos e óbitos. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 12 dez. 2024.

PORTAL DE NOTÍCIAS OCEANO. CDL cobra do Executivo posicionamento sobre tratamento precoce. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/cdl-cobra-do-executivo-posicionamento-sobre-tratamento-precoce-15919/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

PORTAL DE NOTÍCIAS OCEANO. CDL divulga nota oficial avaliando as ações de combate ao Covid-19. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/cdl-divulga-nota-oficial-avaliando-as-acoes-de-combate-ao-covid-19-14410/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PORTAL DE NOTÍCIAS OCEANO. Empresários e entidades anunciam mais R\$ 400 mil e 20 respiradores para a Santa Casa do RG. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/empresarios-e-entidades-anunciam-mais-r-400-mil-e-20-respiradores-para-a-santa-casa-do-rg-15860/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PORTAL DE NOTÍCIAS OCEANO. Prefeito anuncia bandeira preta para Rio Grande. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 04 jul. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/prefeito-anuncia-bandeira-preta-para-rio-grande-15533/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PORTAL DE NOTÍCIAS OCEANO. Prefeitura realiza reunião com entidades sobre o Coronavírus. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/prefeitura-realiza-reuniao-com-entidades-sobre-o-coronavirus-14062/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PORTAL DE NOTÍCIAS OCEANO. Rio Grande fica em vermelho no mapa preliminar da 9ª rodada do Distanciamento Controlado. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 03 jul. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/rio-grande-fica-em-vermelho-no-mapa-preliminar-da-9a-rodada-do-distanciamento-controlado-15526/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RAJÃO, Guilherme. Prefeito de RG mantém comércio fechado e libera tele-entrega. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/prefeito-de-rg-mantem-comercio-fechado-e-libera-tele-entrega-14471/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

REUTERS. Governo Bolsonaro lança campanha de “isolamento vertical” em coronavírus. **Uol**, [S.L.], 26 mar. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/26/governo-bolsonaro-lanca-campanha-de-isolamento-vertical-em-coronavirus.htm>. Acesso em: 16 abr. 2025.

RIO GRANDE (Município). Decreto nº 17.045, de 19 de março de 2020^a. Decreta estado de emergência pública no âmbito territorial do Município do Rio Grande, ante a declaração de pandemia mundial (COVID-19) pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – ONU. **Leis Municipais**, Rio Grande, 2020. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kjtwx>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 55.184, de 15 de abril de 2020. Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=412769>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SIGNORINI, Catharina. CDL divulga nota após pronunciamento do governador. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/cdl-divulga-nota-apos-pronunciamento-do-governador-14450/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SIGNORINI, Catharina. CDL divulga nova nota sobre reabertura do comércio. **Portal de Notícias Oceano**, Rio Grande, 25 abr. 2020. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/cdl-divulga-nova-nota-sobre-reabertura-do-comercio-14569/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZENOBINI, André. CDL realiza reunião sobre Coronavírus. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/cdl-realiza-reuniao-sobre-coronavirus/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZENOBINI, André. CDL reúne-se com prefeitura e Hospitais sobre COVID-19. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/cdl-reune-se-com-prefeitura-e-hospitais-sobre-covid-19/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZENOBINI, André. CDL Rio Grande recomenda o fechamento do comércio a partir de segunda-feira, 23. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/cdl-rio-grande-recomenda-o-fechamento-do-comercio-a-partir-de-segunda-feira-23/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZENOBINI, André. CDL Rio Grande trabalha por reunir EPI's para os hospitais locais. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 01 abr. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/cdl-rio-grande-trabalha-por-reunir-epis-para-os-hospitais-locais/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZENOBINI, André. Empresários mobilizam-se por EPI's para hospitais locais. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/empresarios-mobilizam-se-por-epis-para-hospitais-locais/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZENOBINI, André. Secretária Arita Bergmann garante apoio ao Movimento Aliança Rio Grande para ampliação da infraestrutura de saúde. **CDL Rio Grande | São José do Norte**, Rio Grande, 22 mai. 2020. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/secretaria-arita-bergmann-garante-apoio-ao-movimento-alianca-rio-grande-para-ampliacao-da-infraestrutura-de-saude/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Referências

BRANDÃO, Celmário Castro; MENDONÇA, Ana Valéria Machado; SOUSA, Maria Fátima de. O Ministério da Saúde e a gestão do enfrentamento à Covid-19 no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 137, p. 58-75, abr.-jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bYwHdRCrkfpbbR7SCBrx36c/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan. – abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/79933>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 114-136.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, [S.I.], v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2022.

KISS, Catalina; PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Gerenciamento tensionado: o sistema de vigilância em saúde e a resposta à pandemia da covid-19 no brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Dtn8xFv7rQzr7D6tGSPBLyR/?lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2020.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade de. **Negacionismo, Sindemia e Risco: o impacto social da pandemia de covid-19 no município de Pelotas/RS**. 2023. 265 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2023/07/Tese-Doutorado-Sandro-Ari-Andrade-de-Miranda-Versao-Final-corrigida.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MOURA, Heronides. **O Vírus Bandido: linguagem e política na pandemia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

OLIVEIRA, Tainá Cardoso de; VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. Os Efeitos da Pandemia da Covid-19 nos Mercados Locais de Trabalho de Pelotas-RS e Rio Grande-RS. In: XXX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 7ª SEMANA INTEGRADA UFPEL, 2021, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: Ufpel, 2021. P. 1-4. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/12627>. Acesso em: 17 out. 2024.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Lembrança do Presente: Ensaio sobre a Condição Histórica na Era da Internet**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROSENBERG, Charles. **Explaining Epidemics and Other Studies in the History of Medicine**. New York: Cambridge University Press, 1992.

SALGADO, Luciana Salazar. A dimensão algorítmica do rumor público e o viver na pandemia. In: MOTTA, André (org.) **Sobre a Pandemia: experiências, tempos e reflexões**. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2021, p. 77-99.

SEBRAE. **Participação de Micro e Pequenas Empresas na Economia Nacional: maio/2024**. [S.I.], 2024. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/10/Relatorio-SEBRAE_PIB-MPE_Nacional.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

SOLER, Pedro Schlee; LEITE, Elaine da Silveira. “Te cuida”: A dominação gestonária do governo Eduardo Leite frente à pandemia no RS. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. 00, p. e023025, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/17519>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Entre ventos e memórias: fronteira, clima e transição energética em Rivera–Santana do Livramento

Between winds and memories: border, climate and energy transition in Rivera-Santana do Livramento

Ramon Ribeiro Lucas,¹ FURG

Resumo

Este artigo analisa a fronteira gêmea Rivera–Santana do Livramento como um espaço emblemático para a História Ambiental do Pampa, no qual memória, identidade e transformações ecológicas se reconfiguram junto a recente transição energética. A partir de Martins (1997), entende-se a fronteira como território de tensões e alteridades, e, em diálogo com Braudel (2005), o Pampa emerge como uma paisagem de longa duração. Mudanças climáticas e eventos extremos remodelam horizontes de expectativa, em diálogo com Koselleck (2006). Metodologicamente, emprega-se abordagem ensaística articulando análise documental e cartografia histórica e contemporânea. A recente contestação diplomática entre Uruguai e Brasil evidencia dualidades, nação/nação, progresso/impacto, natureza/recurso, e revela a “memória do vento” como tecnologia simbólica que estabiliza e tensiona as fronteiras.

Palavras-chave: História Ambiental; Mudanças Climáticas; Fronteira; Transição Energética; Pampa.

Abstract

This article analyzes the twin border of Rivera–Santana do Livramento as an emblematic space for the Environmental History of the Pampa, in which memory, identity, and ecological transformations are reconfigured alongside the recent energy transition. Following Martins (1997), the border is understood as a territory of tensions and alterities, and, in dialogue with Braudel (2005), the Pampa emerges as a long-lasting landscape. Climate change and extreme events reshape horizons of expectation, in dialogue with Koselleck (2006). Methodologically, an essayistic approach is employed, articulating documentary analysis and historical and contemporary cartography. The recent diplomatic dispute between Uruguay and Brazil highlights dualities, nation/nation, progress/impact, nature/resource and reveals the “memory of the wind” as a symbolic technology that stabilizes and strains the borders.

Keywords: Environmental History; Climate Change; Frontier; Energy Transition; Pampa.

Introdução

O avanço das mudanças climáticas tornou-se um tema central tanto nas ciências naturais quanto nas humanidades, considerando sua crescente influência a partir do aumento

¹ Graduado em História Bacharelado (2023). Mestre em Educação Ambiental (PPGEA-FURG). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: ramon.rlucas@hotmail.com

de eventos extremos e a degradação das condições naturais dos biomas, no Brasil e em escala global. Esses processos impactam diretamente a qualidade de vida da fauna, da flora e das populações humanas, reforçando a necessidade de compreender suas causas, dinâmicas e implicações histórico-sociais. No âmbito da História, embora a natureza esteja presente nos registros escritos desde a antiguidade, foi apenas no século XX que a historiografia passou a dedicar atenção sistemática às questões ambientais e às suas conexões com a trajetória humana. A emergência dos movimentos ambientalistas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 passou a contestar o paradigma civilizatório antropocêntrico-cartesiano, consolidado pela lógica capitalista de superprodução, consumo intensivo e emissão crescente de resíduos e gases poluentes, evidenciando os limites de um modelo insustentável de habitar a Terra.

Desde os primeiros relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), na década de 1990, tornou-se evidente, com alto grau de confiança, o papel da ação humana no aquecimento global, principalmente devido ao aumento das emissões industriais de gases de efeito estufa, como CO₂, metano e óxidos de enxofre. O mais recente relatório do IPCC (AR6), especialmente as contribuições do Grupo de Trabalho I, reforça de forma conclusiva a magnitude da interferência humana nos sistemas climáticos, oferecendo bases físicas detalhadas para compreender a crise climática contemporânea. Esses diagnósticos fornecem um panorama ampliado essencial para compreender territórios específicos, como o Pampa fronteiriço de Rivera–Santana do Livramento, onde transformações ambientais e disputas socioeconômicas se articulam de maneira singular.

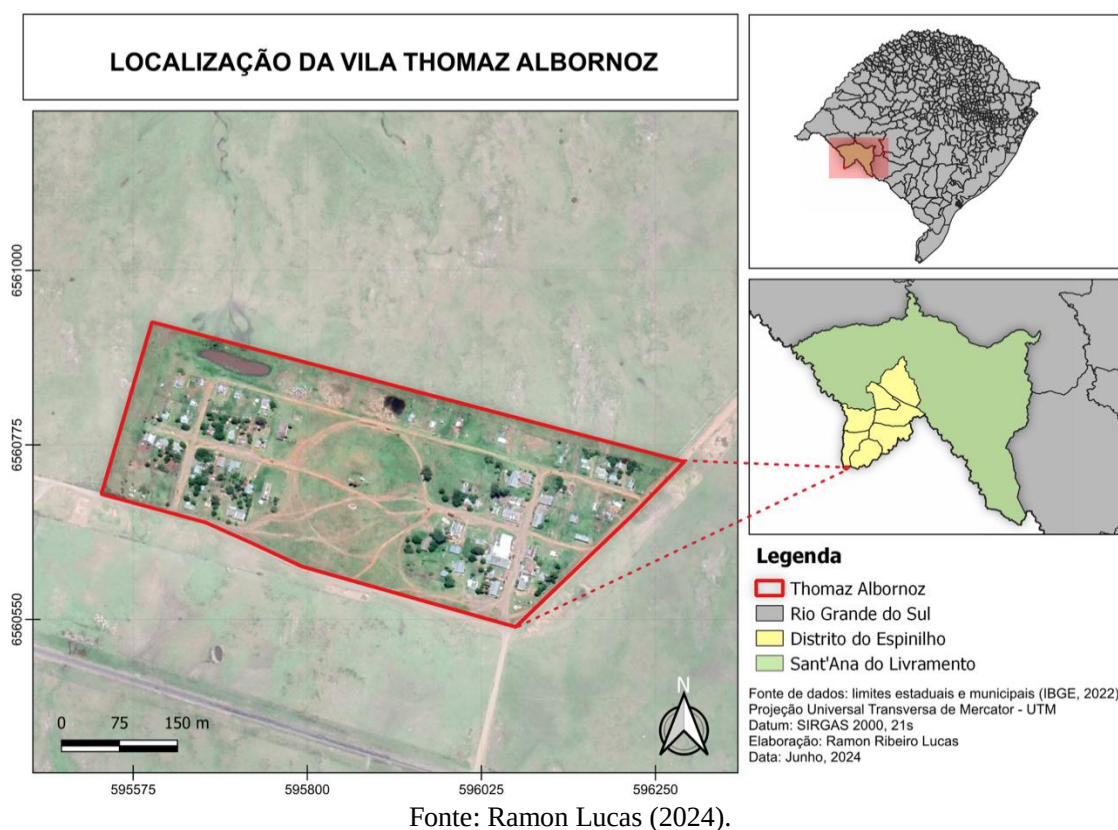
Cabe ponderar que o aumento da confiabilidade científica da crise climática impulsionou não apenas novas políticas ambientais, mas também a reconfiguração das estratégias do próprio capitalismo, que passou a integrar a pauta ecológica como veículo de inovação e expansão econômica. Nesse contexto, o setor energético tornou-se central para a remodelação do capital, levando a um aumento significativo dos investimentos globais em fontes renováveis, sobretudo a energia eólica. No Brasil, esse movimento ganhou força a partir de 1992 com a instalação da primeira torre eólica, mas adquiriu escala nas décadas seguintes.

No contexto do Pampa e, mais especificamente, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na área classificada pelo Atlas Eólico (2002) do Estado como Coxilha de Santana, a expansão da matriz eólica ganhou impulso decisivo após 2012, com a conclusão do Parque Eólico de Cerro Chato, o primeiro de Santana do Livramento, inaugurando um novo ciclo de

reconfiguração territorial. Desde então, o avanço dos empreendimentos se intensifica, tendo como exemplo recente o Parque Eólico Coxilha Negra, cujas obras iniciadas em setembro de 2022 continuam, embora em ritmo reduzido.

Inserida nesse espaço de intensas transformações, a vila Thomaz Alborno, que conta com pouco mais de 120 moradores, constitui o segmento de maior vulnerabilidade socioambiental da região, uma vez que se encontra diretamente afetada pelos empreendimentos eólicos e situada exatamente sobre a linha de fronteira, separada de Massoller–Rivera por apenas uma rua. A imagem georreferenciada a seguir permite visualizar essa posição fronteiriça da vila, evidenciando sua inserção entre as dinâmicas energéticas emergentes e as especificidades históricas e sociais de um território de fronteira.

Figura 1 - Localização da Vila Thomaz Alborno na fronteira



Fonte: Ramon Lucas (2024).

Partindo desse cenário, a hipótese central deste artigo é que a transição energética se constitui como um novo ciclo de transformações no Bioma Pampa, onde ao buscar mitigar a crise climática, introduz simultaneamente outras problemáticas, de intensidade distinta, mas capazes de alterar a biota, modos de vida, dinâmicas sociais e relações históricas com o ambiente. Como confirma o sociólogo alemão Ulrich Beck:

Não se trata mais, portanto, ou não se trata mais exclusivamente de uma utilização econômica da natureza para libertar as pessoas de sujeições tradicionais, mas também e sobretudo de problemas decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico. O processo de modernização torna-se “reflexivo”, convertendo a si mesmo em tema e problema (Beck, 2011, p. 24).

A implantação de grandes complexos eólicos, especialmente nessa fronteira, demonstra que as soluções energéticas de baixo carbono não eliminam conflitos, mas pode mesmo impulsioná-los, reconfigurando territorialidades, percepções de pertencimento e a própria relação diplomática entre Brasil e Uruguai nesse espaço que se encontra, atualmente, em litígio.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é construir um estudo ensaístico sobre um problema do tempo presente e ainda em desenvolvimento, analisando como a transição energética se insere no Bioma Pampa de Livramento e como suas infraestruturas remodelam tanto o território quanto as fronteiras políticas e culturais. Para isso, a metodologia combina: elementos do Estado do Conhecimento (Kohls-Santos & Morosini, 2021), com buscas sistemáticas nos repositórios BDTD e Google Scholar, usando descritores como “Energia Eólica”, “Pampa”, “Cerro Chato” e “Transição Energética”.

Assim, também se empregam categorias da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Franco, 2018), cuja leitura flutuante possibilita identificar núcleos de sentido e produzir uma síntese interpretativa incorporada à narrativa. Por fim, realiza-se uma análise comparada de documentos oficiais: como o Relatório Ambiental Simplificado (Ecossis, 2012); o Diagnóstico Socioambiental Participativo de 2022; e as bases técnicas da Instrução Normativa do IBAMA (2012), à luz dos referenciais interpretativos de Kroeff e Böhmii (2014). Esse conjunto é articulado ao uso de cartografia histórica da área em litígio entre Brasil e Uruguai e à elaboração de mapas contemporâneos por meio de ferramentas de geoprocessamento (Longley, 2013), como QGIS e Google Earth Pro.

Para dar consistência à discussão, este artigo mobiliza um referencial teórico interdisciplinar que articula conceitos de fronteira, memória e processos de longa duração, com ênfase na História Ambiental. A reflexão parte de José de Souza Martins (1997), cuja compreensão da fronteira como espaço mutável, permeado por proximidades e diferenças, permite interpretar a região entre Brasil e Uruguai como território marcado pela convivência e, simultaneamente, pela “degradação do outro”. Em diálogo com Fernand Braudel (2005), compreende-se o Bioma Pampa como estrutura histórica de longa duração, cujas

transformações ambientais e sociais não podem ser entendidas apenas pelo ritmo imediato da transição energética em curso.

Nesse sentido, somam-se as contribuições de Rafael Cruz e Demétrio Guadagnin (2010), cujo estudo sobre a História Ambiental e movimentos de perturbação do Pampa apresentam processos ecológicos e dinâmicas humanas que antecedem e moldam a crise atual. Autores fundamentais do campo, como Donald Worster (1992) e José Drummond (1991), ajudam a situar a crise climática no interior de um paradigma cartesiano-capitalista que transforma a natureza em recurso e instaura novas formas de degradação ambiental. Por fim, o pensamento de Reinhart Koselleck (2006), articulado às reflexões de Ulrich Beck (2011), permite compreender como as mudanças climáticas e os eventos extremos deslocam o horizonte de expectativa da humanidade, instaurando um futuro marcado pela incerteza, pela intensificação dos riscos e pela centralidade crescente do ambiente nas disputas políticas contemporâneas.

Dessa maneira, ao reconhecer o Pampa como um território moldado por interações diversas entre ambiente, técnica e sociedade, torna-se impossível desvincular sua história das dinâmicas que conduziram à formação dos limites políticos e simbólicos hoje observados na fronteira Brasil–Uruguai. No entanto, antes mesmo da presença humana e das disputas que se consolidaram no último século, existia ali um espaço em constante transformação, estruturado por processos ecológicos que antecedem qualquer divisão territorial, conflito de soberania, mudança climática recente ou transição energética contemporânea. É nesse retorno ao tempo profundo, adotando uma perspectiva braudeliana de longa duração, que o próximo capítulo se inicia.

A formação do Pampa de Rivera-Livramento: o limite contestado

Muito antes de qualquer marca humana nas américas, o Bioma Pampa já se configurava como um espaço de ampla complexidade ecológica. Antepassados de espécies como o cavalo, o cervo e a capivara ocupavam a região há cerca de 20.000 anos, integrando um conjunto faunístico adaptado às condições ambientais do período (Cruz; Guadagnin, 2010). Entre aproximadamente 18.000 e 12.000 anos antes do presente, o clima era significativamente mais seco e frio, e o nível do mar encontrava-se abaixo do atual (Carvalho, 2003). Esse contexto marcou a fase final do Pleistoceno, período entre 126.000 e 11.700 anos atrás, quando predominava uma paisagem campestre aberta, com cursos d'água geralmente desprovidos de matas ciliares e amplas áreas propícias à circulação de grandes herbívoros.

A megafauna pampeana exercia papel decisivo na dinâmica ecológica. Grandes pastadores influenciavam a sucessão vegetal, modulavam a biomassa e reduziam a probabilidade de incêndios espontâneos por meio do pisoteio e do consumo de matéria orgânica, produzindo um mosaico de diferentes estágios de vegetação na matriz campestre (Waldram, 2007). Esses animais não apenas respondiam às condições do ambiente, mas contribuíam ativamente para moldá-lo, configurando padrões de heterogeneidade que antecederam em milênios qualquer forma de manejo humano.

Nesse contexto de longa duração, o Pampa de Santana do Livramento, mais especificamente, o distrito do Espinilho², apresenta uma configuração geológica e geomorfológica que também antecede em muito qualquer marca humana. Conforme descrito no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) do PECN, elaborado pela Ecossis Consultoria Ambiental (2012), essa área integra a região geomorfológica do Planalto da Campanha, caracterizada por litologias da Formação Serra Geral, compostas por rochas basálticas, além de arenitos das Formações Botucatu e Rosário do Sul. Essa composição geológica confere ao relevo o aspecto ondulado de “coxilhas”, tão característico da região (Ecossis, 2012, p. 228), e que, historicamente, limitam a expansão agrícola devido à alta concentração de rochas.

Segundo o relatório, os mantos de blocos angulosos que recobrem o território resultam, por vezes, da exposição do próprio substrato rochoso; em outras situações, correspondem ao afloramento do horizonte saprólito (produto do intemperismo físico e químico), decorrente da dissecação natural das vertentes ao longo de milhares de anos (Ecossis, 2012, p. 229). Dito isso, com a chegada dos seres humanos, aproximadamente há 12.000 anos, tanto a fauna quanto a flora passaram por constantes transformações devido as novas formas de interação entre sociedade e natureza, impactando profundamente os ecossistemas locais, paisagens, espécies, etc. Como agrega Copstein (1975), o grupo humano, ao buscar atender às suas necessidades, organiza e molda o ambiente, influenciado pelas características específicas deste território.

Essas transformações na paisagem do Bioma Pampa foram abordadas pelos professores Rafael Cruz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), e Demétrio Guadagnin, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no artigo intitulado “Uma pequena História Ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança” (2010). Neste trabalho, os autores sistematizaram a História Ambiental do Bioma Pampa no Rio Grande do Sul, enfatizando as diversas transformações

² Localização onde hoje se tem a presença dos parques eólicos de Cerro Chato e Coxilha Negra, assim como a comunidade de Thomaz Albornoz.

resultantes da interação entre clima, os campos naturais, sua biota e o ser humano.

Os autores propõem 4 ciclos de transformações ambientais:

- Ciclo 1: Entrada do ser humano. Escala temporal: milhares de anos. Resposta adaptativa da biota. (12.000)
- Ciclo 2: Chegada do europeu. Escala temporal: centenas de anos. Restauração e co-evolução – criação do Pampa e do Gaúcho. (1600)
- Ciclo 3: Agricultura industrial. Escala temporal: dezenas de anos. Perda e fragmentação de habitats naturais e introdução de espécies exóticas. Substituição de ecossistemas nativos por agroecossistemas. Escala temporal: dezenas de anos. (1950)
- Ciclo 4: Savanização do clima pela mudança climática e desaparecimento dos campos como são hoje conhecidos. Escala temporal: dezenas de anos (1950) (Cruz; Guadagnin, 2010, p. 14).

Para Cruz e Guadagnin, o primeiro ciclo é consequência da chegada do ser humano, que, como supracitado, induziu mudanças significativas no ambiente. Uma das consequências mais marcantes foi a extinção da megafauna, característica desse território antes da intervenção humana. As atividades de caça e outras práticas humanas levaram ao desaparecimento de muitas outras espécies de grande porte, provocando um desequilíbrio ecológico na região através do tempo. Além disso, eles também observaram que a presença humana também resultou em alterações na própria vegetação.

Após essa fase prolongada de instabilidade, o sistema ecológico estabeleceu uma relativa estabilidade por cerca de 7.600 anos. Esse equilíbrio, no entanto, seria novamente rompido com o início de um segundo grande ciclo de transformações, marcado pela chegada dos colonizadores europeus e pela introdução do gado bovino de origem ibérica (1600). Esse novo elemento, ao mesmo tempo biológico, econômico e cultural, reconfigurou profundamente as relações entre ser humano e meio ambiente, inaugurando formas distintas de uso da terra, manejo dos campos e organização espacial, que moldariam até o presente a fisionomia do Pampa.

No que se refere a essa nova fase de intervenção humana, é importante destacar que a região era, em seus primórdios, ocupada por grupos nômades identificados como povos pampeanos, como Charruas, Minuanos, Genoas e Yarós. O processo posterior de (re)povoamento, especialmente na campanha ocidental, vincula-se à expansão das vacarias missioneiras e à atuação dos jesuítas espanhóis, que introduziram uma nova racionalidade territorial (Galvani, p. 07, 2003). Essa transição entre a ocupação indígena e o avanço da colonização ibérica corresponde, na interpretação de Cruz e Guadagnin, o desenvolvimento do segundo ciclo de transformações do Pampa, quando a ecologia do bioma e suas dinâmicas

sociais passam a ser profundamente reconfiguradas por novos agentes, técnicas e interesses.

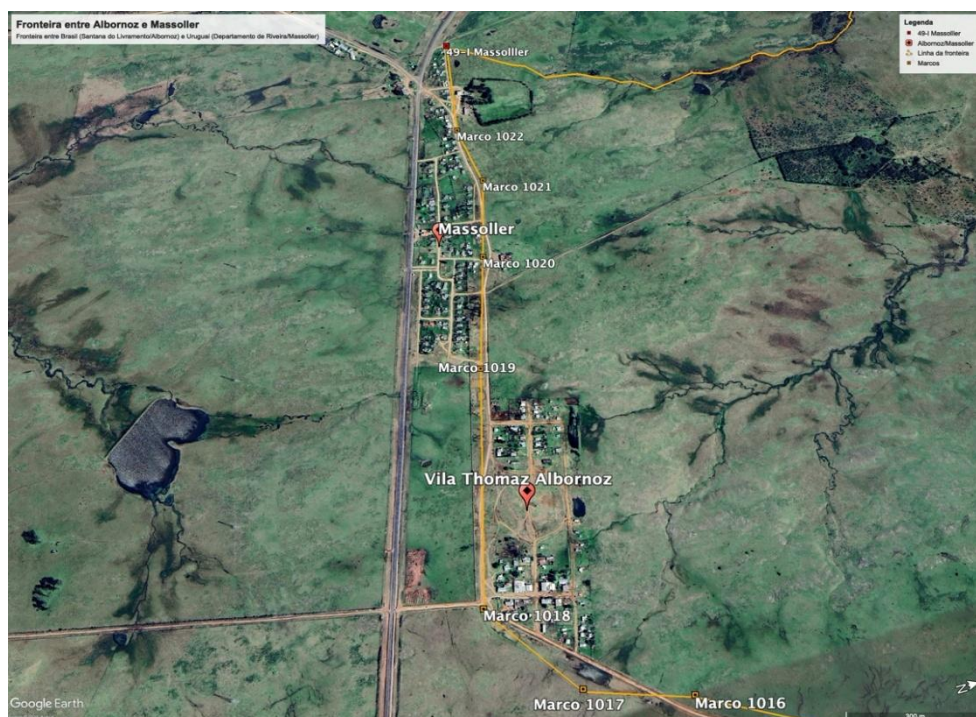
É precisamente nesse contexto de reconfigurações que se insere a formação da fronteira entre Brasil e Uruguai, um processo longo, marcado por indefinições, litígios e disputas simbólicas que atravessam a própria constituição do território. A fronteira, aqui, não emerge apenas como linha jurídica ou arranjo cartográfico, mas como espaço social de instabilidade e conflito, tal como aponta José de Souza Martins (1997), para quem a fronteira é o lugar por excelência da diferença, do contraste e da degradação do outro. Nesse sentido, o caso da fronteira sul exemplifica como a definição territorial entre os dois países incorporou negociações, tensões e interpretações divergentes, evidenciando não apenas a disputa por terras, mas também a produção de alteridades, hierarquias e sentidos de pertencimento que marcam, até hoje, o cotidiano entre Albornoz-Brasil e Masoller-Uruguai.

Após a independência uruguaia em 1825 e o fim da Guerra da Cisplatina, iniciaram-se os esforços de delimitação entre o Império do Brasil e a República Oriental, formalizados nos Tratados de Limites de 1851 e 1852. Contudo, como mostram Cosso (2004) e Pinheiro (2017), a fronteira entre Santana do Livramento e Rivera permaneceu um espaço instável, permeado por interpretações divergentes, lacunas geográficas e disputas sobre marcos e cursos d'água, especialmente na região conhecida como *Rincón de Artigas*. A própria necessidade de comissões mistas para interpretar a intenção dos tratados e fixar marcos demonstra que, mais do que uma linha estável, tratava-se de um limite construído e constantemente renegociado, exatamente como Martins discute ao apontar que a fronteira é um território onde a ordem estatal tenta se impor sobre uma realidade dinâmica e historicamente habitada por múltiplas racionalidades sociais.

Essas disputas se intensificaram ao longo do século XX. Em 1934, durante a caracterização dos limites prevista por um decreto de 1917, o governo uruguaio contestou o posicionamento do marco 49-I (Imagem 2), atribuindo erro de interpretação dos arroios citados nos tratados. A nota oficial de José Arteaga e as conferências do geógrafo Elzear Giuffra reacenderam o debate, ao mesmo tempo em que revelavam as tensões de autoridade dentro da própria comissão uruguaia (Krukoski, 2012). O governo brasileiro respondeu reafirmando a validade da demarcação original e recusando qualquer revisão da linha definida em 1855, exemplificando novamente, como pontua Martins, o contraste típico das relações fronteiriças: a fronteira é, simultaneamente, zona de proximidade e de distanciamento, de convivência e de negação.

Essa dinâmica persistiu. Em 1974, o governo uruguaio passou a registrar oficialmente o trecho entre os marcos 46-I e 49-I como “limite contestado”, reforçando o caráter indefinido dessa fronteira, ora aproximada pela vida cotidiana, ora afastada por disputas estatais. A resposta brasileira ocorreu no contexto da ditadura civil-militar, quando o presidente João Figueiredo aceitou a doação, como pagamento de dívida, de terras do estancieiro santanense Thomaz Albornoz, possibilitando a ocupação definitiva da área reivindicada pelos uruguaios.

Figura 2 - Fronteira entre Albornoz-Massoller e marcos demarcatórios



Fonte: Ramon Lucas (2025).

A instalação de uma escola, caixa-d'água e infraestrutura básica conferiu materialidade à soberania brasileira, convertendo disputas cartográficas em presença estatal efetiva. Assim nasceu, em 1985, a vila Thomaz Albornoz, um assentamento estratégico cuja criação sustenta a lógica analisada por Martins: diante da ameaça simbólica do outro, o Estado produz territorialidade para evitar a perda de domínio, reafirmando fronteiras por meio de populações, e não apenas por linhas no mapa.

Nesse processo, a fronteira Brasil–Uruguai na região de Livramento–Rivera tornou-se não apenas um limite geopolítico, mas um espaço socialmente construído, historicamente indefinido e politicamente contestado. A criação da vila Thomaz Albornoz sintetiza essa trajetória, resultado de disputas seculares, de interpretações divergentes dos marcos, da sobreposição de narrativas nacionais e da persistência de um olhar fronteiriço que produz o

outro como diferença a ser administrada, controlada ou compensada. Dessa maneira, o território contestado, com aproximadamente 200² km, é menos um espaço natural do que uma construção histórica e sua solução, em 1985, não eliminou sua complexidade, mas apenas a reinscreveu no cotidiano dos habitantes que hoje vivem exatamente sobre a linha dessa história.

Essa trajetória de conflitos de interpretação, tentativas de remarcação e tensões diplomáticas ocorre e se reafirma, concomitantemente, às transformações ecológicas e socioespaciais que Cruz e Guadagnin (2010) identificam como o terceiro ciclo de transformações no Pampa. Assim como a fronteira política foi constituída em meio a tensões, a paisagem pampeana contemporânea também atravessa um processo de redefinição profunda: a perda e fragmentação dos campos, historicamente dominantes, e sua conversão progressiva em agroecossistemas.

No Brasil e no Uruguai, a expansão da silvicultura e outras formas de uso intensificado da terra introduzem uma matriz artificial que rompe a continuidade ecológica de ao menos 15.000 anos de paisagens abertas. Nesse sentido, o espaço contestado, hoje habitado por famílias que vivem diariamente sobre a linha dessa história, torna-se também o palco onde se manifestam as transformações ambientais mais amplas, mostrando que as fronteiras políticas e as fronteiras ecológicas se reconfiguram simultaneamente, alimentando e refletindo as dinâmicas de mudança que caracterizam o Pampa na contemporaneidade.

Ainda conforme Achkar (2017, p. 129), a intensificação do sistema capitalista, marcada pela consolidação da agricultura industrial e pelos processos contemporâneos de intensificação produtiva, exerce pressão crescente sobre os atributos estruturais dos territórios. No Pampa de Coxilha Negra, embora a expansão da agricultura convencional seja limitada pela alta concentração de rochas, observa-se a presença consolidada de monoculturas de eucalipto, que configuram uma dinâmica de uso da terra alinhada às lógicas de mercantilização e homogeneização ambiental.

Um episódio recente ilustra como essas tensões se manifestam no cotidiano social: em 13 de março deste ano, durante as mobilizações do Dia Internacional da Mulher, ocorreu em Santana do Livramento um ato organizado por mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no âmbito da Jornada Nacional de Lutas cujo lema foi “Agronegócio é violência e crime ambiental, a luta das mulheres é contra o capital”. As manifestantes dirigiram-se à prefeitura para entregar uma carta política à prefeita Ana Tarouco (PL), que se recusou a recebê-la. Diante da negativa de diálogo, as mulheres

permaneceram no local e formalizaram sua demanda por meio do protocolo de uma notícia de fato no Ministério Público Federal, buscando institucionalizar a denúncia e ampliar o alcance de suas pautas. O episódio evidencia como as disputas em torno do território, dos modelos de desenvolvimento e dos impactos socioambientais demonstram a presença concreta do terceiro ciclo de transformações, com a presença dos agrossistemas, em Santana do Livramento

A seguir, a leitura proposta por Cruz e Guadagnin acerca dos ciclos de transformação do Pampa permite compreender que o terceiro e quarto ciclo, ainda em curso, tem suas origens no mesmo processo, sendo esse último marcado pela crescente savanização do clima e pela aceleração das mudanças ambientais que modificam profundamente aquilo que, historicamente, foi reconhecido como “campo”. Essas alterações, resultado do avanço das mudanças climática, se expressam, na região, através de um conjunto de eventos: maior irregularidade das precipitações, elevação da temperatura média, secas prolongadas intercaladas por episódios de chuvas extremas e maior instabilidade na disponibilidade hídrica, um elemento vital tanto para a fauna quanto para as atividades humanas e econômicas do Pampa (Wizniewsky; Folleto, 2017, p. 17). Trata-se de um ciclo que, além de alterar a paisagem ecológica, provoca também uma profunda desterritorialização das identidades sociais ligadas ao campo, especialmente da figura do gaúcho forjado na cultura pastoril.

Contudo, ao observar o cenário contemporâneo, torna-se evidente que esses processos não esgotam a complexidade das transformações em curso no Pampa fronteiriço. O artigo, propõe, assim, a existência de um quinto ciclo de transformações, distinto e sobreposto aos anteriores, protagonizado pela pressão global por uma transição energética. Desde o século XVIII, as práticas produtivas derivadas do paradigma industrial consolidaram um modelo energético baseado em combustíveis fósseis que, ao mesmo tempo que impulsionou o desenvolvimento capitalista, tornou-se um dos principais vetores das mudanças climáticas. É justamente a tentativa de responder a essa crise, por meio da ampliação de fontes renováveis, como a energia eólica, que inaugura um novo momento histórico no Pampa. Ao passo que o bioma sofre os efeitos diretos das mudanças climáticas, ele passa também a ser território de disputa com a implementação de novos empreendimentos energéticos, que reconfiguram paisagens, usos do solo, relações comunitárias e dinâmicas de fronteira.

O quinto ciclo de transformações do Pampa: a chegada dos empreendimentos eólicos

Para mapear e interpretar o desenvolvimento dos parques eólicos na região do Pampa, aplicou-se, parcialmente, a metodologia do Estado do Conhecimento conforme a proposta de

Kohls-Santos & Morosini (2021). Essa abordagem orientou um procedimento sistemático e reflexivo de busca, seleção, análise e organização das produções acadêmicas relevantes, privilegiando não apenas a identificação de fontes, mas também a articulação de proposições emergentes e lacunas epistemológicas que fundamentam a investigação empírica.

Em consonância com esse referencial metodológico, foram realizadas buscas nos repositórios BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e Google Scholar, por serem fontes complementares de produção acadêmica nacional e internacional (teses, dissertações, monografias, artigos e TCCs). As estratégias de busca incluíram termos combinados em português e inglês, por exemplo: “Energia Eólica”, “Wind Energy”, “Ventos”, “Transição Energética”, “Desenvolvimento Sustentável”, “Cerro Chato”, “Coxilha Negra”, aplicados com filtros temporais e por tipo documental quando disponível. A opção por BDTD favoreceu o levantamento de dissertações brasileiras de grande densidade empírica; o Google Scholar, por sua vez, permitiu identificar trabalhos citados e referências que se estendem além dos repositórios institucionais.

O corpus final selecionado para análise qualitativa e comparativa compreendeu três dissertações e um trabalho de conclusão de curso (TCC). A seleção obedeceu a duas vias complementares: (a) relevância temática identificada em buscas no BDTD (prioridade a dissertações que traçam panoramas históricos e regionais da energia eólica), e (b) indicadores de impacto e pertinência para o recorte do artigo (número de citações, atualidade, correspondência geográfica com Cerro Chato/Coxilha Negra).

Assim, destacam-se: Tiago Gontijo (2013), com a análise do potencial eólico em municípios das regiões Sul e Nordeste; Moana Simas (2012), relação entre energia eólica e geração de empregos por meio de matriz insumo-produto; Daniel Maia (2010), análise sobre ruído de parques eólicos e suas implicações em licenciamentos; e o TCC de Káthia Porciúncula (2019), estudo de caso sobre impactos ambientais do Parque Eólico Cerro Chato. Esses trabalhos foram selecionados por convergirem com as dimensões centrais da pesquisa: história e expansão do setor, impactos socioambientais locais, questões tecnológicas e processos de licenciamento.

A aplicação desse procedimento permitiu justificar a inclusão específica dos quatro trabalhos: as dissertações de Gontijo e Simas corroboraram para compreensão da base histórica e econômica sobre expansão do setor eólico e efeitos regionais; Maia adicionou a dimensão do ruído e das implicações para o licenciamento, assim como características do cenário internacional de parques eólicos; e Porciúncula aportou evidência empírica de caso

local (Cerro Chato) que corrobora a análise comparativa com Coxilha Negra, situada no mesmo distrito de Santana do Livramento.

A coerência metodológica entre as duas frentes, a análise bibliográfica e o marco dos ciclos, se estabelece por meio de um procedimento operacional duplo: (a) o mapeamento das categorias temáticas derivadas do corpus selecionado, distribuídas, nesse contexto, conforme quatro dimensões analíticas: ecológica, social, técnica e político-institucional; e (b) a leitura crítica das fontes para identificar como cada estudo contribui para compreender processos e conceitos específicos do quinto ciclo, tais como: (re)valorização da terra; o vento como mercadoria; impactos nas populações locais; modulação das relações transfronteiriças; introdução de novos marcos regulatórios; e a reconfiguração das expectativas de desenvolvimento local frente à chegada de empreendimentos eólicos.

Com isso, a categorização construída, dialogando diretamente com o referencial teórico, ilumina a natureza paradoxal do quinto ciclo, marcada pela intensificação de empreendimentos eólicos que evidenciam o que Ulrich Beck (2011) denomina “reflexividade” da modernidade. Assim, as respostas sociais aos riscos fabricados, como a crise climática, acabam por engendrar novos riscos, frequentemente invisibilizados no momento de tomada de decisão. No Pampa, essa reflexividade manifesta-se na tentativa de mitigar um problema global por meio de infraestruturas que, ao mesmo tempo, introduzem novas tensões socioambientais, redistribuem riscos e aprofundam assimetrias históricas no território. Desse modo, o referencial analítico adotado garante coerência ao argumento central do artigo, situando o avanço dos parques eólicos como marco estruturante de uma nova fase de transformação no Bioma Pampa do Rio Grande do Sul, com possível início a partir de 2006, com a implementação do parque eólico de Osório/RS.

Essa dinâmica se aproxima a leitura de Reinhart Kosellek (2006) sobre a aceleração do tempo histórico e a crescente descontinuidade entre experiência e expectativa. Se em ciclos anteriores a paisagem do Pampa mudava em escalas de milhares de anos, agora o tempo se comprime ao limite: a instaurar-se um “horizonte de expectativa” que promete mitigação e desenvolvimento sustentável, enquanto a “experiência” local revela continuidades de despossessão, concentração de riqueza e ruptura de vínculos culturais. A velocidade com que se implementam parques eólicos, como o de Coxilha Negra, erguido em menos de dois anos, exemplifica bem essa assimetria temporal: o futuro projetado pela transição energética se impõe antes mesmo que os efeitos do presente sejam totalmente compreendidos.

Donald Worster (1991) e José Drummond (1991), por sua vez, ressaltam que as transformações ambientais nunca são neutras: elas expressam arranjos de poder, modos de produção e visões de mundo. No caso do Pampa, a promessa de “energia limpa” oculta uma reorganização econômica orientada por agendas globais e interesses empresariais que frequentemente tratam o território como mero suporte físico para a produção energética. A matriz simbólica da região, seus campos abertos, modos tradicionais de vida e territorialidades historicamente construídas, torna-se um obstáculo a ser “administrado”, e não um valor a ser respeitado.

Nesse sentido, a convergência entre Beck, Kosellek, Worster e Drummond mostra que o quinto ciclo não é apenas um capítulo ambiental, mas um capítulo político e histórico: ele sintetiza a aceleração do tempo técnico, a continuidade das assimetrias sociais e a transformação material da paisagem em nome de um futuro promissor que nem sempre se concretiza para aqueles que habitam o lugar. O encurtamento dos ciclos, de milhares de anos no primeiro para poucas décadas no atual, traduz essa intensificação: tecnologias maiores, mais rápidas e mais dependentes de dinâmicas globais chegam a uma região cuja história não condiz com esse ritmo e lógica.

Assim, o Pampa brasileiro de Livramento e, arriscadamente, uruguaio de Rivera, entram em uma nova fase, onde transição energética coexiste com velhos dilemas: quem se beneficia, quem perde, quem decide e quem é ouvido. A reflexão crítica se faz fundamental não para negar a necessidade dessa transição, mas para compreendê-la dentro de uma história de longa duração, onde transformações que nunca foram apenas ecológicas, mas profundamente sociais, culturais e políticas.

Mas uma questão permanece: como aqueles que habitam o território enxergam a chegada desses empreendimentos? Enxergam como ameaça, ruptura ou injustiça, ou também depositam neles expectativas de melhoria, trabalho, desenvolvimento e reconhecimento? É justamente para compreender essas percepções, tensões e esperanças que o próximo capítulo se volta ao Diagnóstico Socioambiental Participativo, instrumento exigido como condicionante do licenciamento ambiental que dá forma às vozes locais e revela como o avanço da energia eólica no Pampa é vivido, sentido e significado por quem compõe essa paisagem em transformação.

Escutar o Pampa: o diagnóstico socioambiental participativo

No âmbito do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP), realizado em setembro de 2022 para atender às condicionantes do Parque Eólico Coxilha Negra (PECN), conforme a Instrução Normativa nº 02/2012³, foram conduzidas entrevistas com moradores das áreas diretamente afetadas e das zonas de controle, incluindo a Vila Thomaz Albornoz. Para os objetivos deste artigo, delimitou-se a análise aos questionários aplicados nessa comunidade, onde 40 residentes responderam a um instrumento semiestruturado composto por 45 perguntas. O questionário abrangeu desde o perfil social e as condições de moradia até percepções sobre o empreendimento, expectativas futuras, conflitos socioambientais, receios e outros elementos capazes de revelar como a expansão eólica é vivida no território.

Nesse contexto, se prioriza nove questões que apresentam maior pertinência ao escopo da pesquisa. Observa-se, de início, que o grupo entrevistado apresenta média de idade de 42,7 anos. Destaca-se, ainda, que 47,5% dos respondentes nasceram no Uruguai, um dado expressivo que reflete a composição sociocultural da comunidade e reforça a historicidade fronteiriça da região, fortemente marcada pela interação com a localidade uruguaia de Masoller e com outros núcleos próximos.

Em relação ao pertencimento ao território do Pampa de Albornoz, observa-se que 70% dos entrevistados apresentam mobilidade territorial. Muitos, originários de outras localidades, passaram a residir na região, especialmente em Thomaz Albornoz pela oportunidade de acesso a terra. No que tange à condição de escolaridade, observa-se que 67,5% dos entrevistados possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto, enquanto apenas 10% alcançaram o Ensino Médio, ainda que de forma incompleta.

Quanto à questão da energia elétrica, foi constatado que a falta de fornecimento regular era uma situação-problema identificada pela comunidade, com 92,5% dos entrevistados apontando essa dificuldade. A consequência desse problema afeta também o abastecimento de água, uma vez que o sistema de bombeamento, dependente de energia elétrica, é frequentemente interrompido. Ou seja, tanto o acesso a água quanto energia se encontravam debilitados ou ineficientes no contexto de coleta das respostas.

Quando questionados sobre a existência de conflitos ambientais, o cenário observado foi o seguinte: 71,9% dos entrevistados afirmaram que não há conflitos ambientais na região, enquanto 20,5% disseram não saber e 5,13% indicaram que sim, com as questões levantadas relacionadas à coleta de resíduos sólidos. Esse panorama também se reflete nas respostas sobre se algum conflito ambiental prejudica as atividades diárias dos moradores: 67,5%

³ Estabelece as bases técnicas para Programas de Educação Ambiental (PEA) no licenciamento ambiental federal, oferecendo diretrizes fundamentais para sua implementação em projetos licenciados.

disseram "não", 27,5% não souberam responder, e novamente 5% indicaram "sim", com o problema referido novamente relacionado aos resíduos.

Em relação às questões sobre a construção do novo Parque Eólico Coxilha Negra, um expressivo percentual de 75% dos entrevistados demonstrou um posicionamento positivo em relação à instalação do empreendimento. A mesma tendência é observada em relação às expectativas do parque, com 85% dos entrevistados indicando uma "expectativa alta" em relação ao projeto, conforme os dados apresentados. Essa mesma linha de pensamento se repete quando 57,5% dos participantes expressam interesse em saber mais sobre a tecnologia da Usina Eólica, enquanto 52% afirmam saber "pouco" sobre esse tipo de empreendimento.

Esse conjunto de percepções evidencia não apenas uma disposição favorável ao empreendimento, mas também uma expectativa social moldada por condições históricas de vulnerabilidade e pela busca por melhorias estruturais que ultrapassam o escopo estrito da energia. Assim, ao mesmo tempo em que revelam interesse e esperança depositados no Parque Eólico Coxilha Negra, as respostas expõem contradições e assimetrias que atravessam o território e que não podem ser desconsideradas no debate sobre a transição energética no Pampa. É justamente nesse ponto de tensão, entre expectativas comunitárias, limites estruturais e promessas de desenvolvimento, que se abre o caminho para as reflexões finais deste trabalho, nas quais se discute de que forma o avanço dos empreendimentos eólicos se insere no quinto ciclo de transformação do bioma e quais implicações socioambientais emergem desse processo.

Considerações Finais

Ao contemplar o Pampa em meio à atual transição energética, é impossível não perceber que este campo aberto, tão antigo quanto o próprio sopro do vento que o percorre, parece hesitar entre o que foi e o que ainda pode ser. Como nas paisagens de *O Tempo e o Vento* de Érico Veríssimo (2013), onde o tempo se alonga e a história se escreve em camadas, também aqui o presente se cruza com rastros de memória e de disputa, anunciando um futuro que ainda não sabe bem a que horizonte pertence.

A análise dos dados do DSAP, quando aglutinada com o escopo documental levantado, com os mapas cartográficos e com o referencial teórico mobilizado, revela uma dualidade significativa nas percepções dos moradores da vila Thomaz Albornoz acerca da chegada do Parque Eólico Coxilha Negra. De um lado, observa-se respostas amplamente favoráveis ao empreendimento, tal aceitação majoritária, entretanto, não pode ser interpretada

de forma isolada ou como simples adesão às promessas associadas à transição energética. Ela precisa ser analisada à luz das condições estruturais de vulnerabilidade histórica que marcam essa comunidade fronteiriça.

Os dados empíricos mostram que a comunidade enfrenta, há décadas, a negligência sistemática da esfera pública: 92,5% relatam dificuldades no fornecimento de energia elétrica e, por consequência, no acesso regular à água; os indicadores de escolaridade revelam baixo acesso à educação formal; e a distância de 74 km até o centro urbano de Santana do Livramento reforça o isolamento geográfico, traduzido em escassez de serviços básicos de saúde, mobilidade, comunicação e assistência institucional. Esse cenário compõe um quadro de marginalização estrutural que tem raízes históricas no próprio processo de fundação da vila e na fragilidade das políticas públicas voltadas às comunidades rurais fronteiriças.

É nesse contexto que a chegada dos parques eólicos adquire um significado ampliado: mais do que um empreendimento energético, ele se configura, para grande parte dos moradores, como uma possível resposta às ausências históricas do Estado. A expectativa de melhoria na infraestrutura, de geração de empregos e de maior visibilidade política da região opera como lente interpretativa que organiza positivamente a percepção comunitária sobre o projeto, ainda que, conforme sinalizado pela literatura, muitos desses benefícios não necessariamente se concretizem de forma direta ou igualitária.

Assim, a dualidade observada não decorre apenas de divergências internas ou de desconhecimento técnico, ela expressa a tensão entre, por um lado, as promessas associadas ao quinto ciclo de transformação do Pampa, marcado pela expansão das infraestruturas energéticas, e, por outro, as vulnerabilidades socioecológicas acumuladas ao longo de décadas. A reflexividade da modernidade, tal como discutida por Ulrich Beck (2011), manifesta-se justamente nesse ponto: a tentativa de enfrentar riscos globais (como a crise climática) por meio de soluções tecnológicas que, ao serem implementadas em territórios historicamente fragilizados, passam a ser percebidas como oportunidades de correção de falhas estruturais cuja responsabilidade é, originalmente, do Estado.

Por fim, o desenvolvimento recente de um novo episódio diplomático envolvendo a área contestada entre Brasil e Uruguai, reacendido justamente pela construção do Parque Eólico Coxilha Negra, reforça a tese central deste artigo de que o quinto ciclo não se limita às dinâmicas internas do território, mas reativa disputas históricas e reposiciona a fronteira como espaço estratégico no contexto da transição energética. A nota oficial publicada pelo Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, em 11 de junho de 2025, ao questionar a

construção do parque eólico, afirmar que não houve comunicação prévia por parte do Brasil e reiterar que a instalação não implica reconhecimento da soberania brasileira, demonstra como as infraestruturas contemporâneas redefinem sensibilidades geopolíticas adormecidas.

Assim, uma região historicamente marcada por baixa densidade populacional e elevada concentração fundiária, fatores que, por si, facilitam a expansão dos empreendimentos eólicos, passa a adquirir novo valor estratégico para o Estado uruguaio, não apenas pelo litúgio territorial centenário, mas porque a transição energética torna essas áreas escassas e de alto potencial de aproveitamento dos ventos. O que antes era uma fronteira periférica, aparentemente esquecida pelo poder público brasileiro, transforma-se, no contexto do quinto ciclo, em uma fronteira disputada por sua relevância geoeconômica e por sua capacidade de atrair capital energético.

Esse movimento evidencia como a modernização ecológica, ao mesmo tempo em que promete soluções para a crise climática, reconfigura disputas políticas, amplia assimetrias entre centro e periferia e reinscreve velhas tensões em novas escalas de conflito. A fronteira do Pampa santanense, portanto, não é apenas cenário da transição energética, mas protagonista de uma reatualização das disputas que moldam o território. Diante disso, as transformações em curso exigem atenção crítica para que a busca por alternativas energéticas não aprofunde vulnerabilidades socioambientais nem reproduza desigualdades históricas, desafio que se impõe tanto para o Brasil quanto para o Uruguai nas próximas décadas.

Fontes

Para o Relatório Ambiental Simplificado (RAS)

ACERVO PESSOAL. **Relatório Ambiental Simplificado (RAS)**. 2012. 1 arquivo digital. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1CXnxqeUsL3IejT8cOzH-OFF8wFVdHUi6?usp=sharing>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Para o Diagnóstico Socioambiental Participativo (2022)

ACERVO PESSOAL. **Diagnóstico Socioambiental Participativo**. 2022. 1 arquivo digital. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1CXnxqeUsL3IejT8cOzH-OFF8wFVdHUi6?usp=sharing>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Referências

ACHKAR, M. El bioma pampa: un territorio en disputa. In: **OLHARES sobre o Pampa: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 126-140.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Trabalho original publicado em 1977.

- CARVALHO, F. L. de. **A pré-história sergipana**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- COPSTEIN, R. O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 4, n. 1, 1975.
- COSSO, M. S. **Política exterior do Brasil para com o Uruguai no período de 1852 a 1864**. 2004. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.
- CRUZ, R.; GUADAGNIN, D. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 1, p. 93-115, 2010.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- ECOSSIS. **Relatório ambiental simplificado**: Parque Eólico Coxilha Negra. 2012.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Atlas eólico do Rio Grande do Sul**. 2002.
- FRANCO, M. A. S. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Brasília: Liber Livro, 2018.
- GALVANI, W. **História de Sant’Ana do Livramento**. Porto Alegre: IEL, 2003.
- GONTIJO, Tiago Silveira. **Potencial de geração de energia eólica no Brasil**: análise de municípios na região Sul e Nordeste do Brasil. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- IBAMA. **Instrução Normativa n. 02, de 18 de abril de 2012**. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=126811>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. Estado do conhecimento e estado da arte: aproximações e distanciamentos. **Educação Por Escrito**, v. 12, n. 2, p. 122-138, 2021.
- KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica Online**, v. 33, 2021.
- KOSSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KROEFF, L. L.; BÖHMII, R. O diagnóstico socioambiental participativo (DSAP) como recurso de articulação entre as diferentes escalas de poder de empreendimentos em processo de licenciamento: o estudo de caso do Porto Itapoá. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**, 1., 2014. Anais [...]. p. 361-371.
- KRUKOSKI, S. **A disputa pelo Rincão de Artigas**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- LONGLEY, P. **Geographic information systems and science**. New Jersey: Wiley, 2013.
- MAIA, D. S. N. **Ruído de parques eólicos**: análise e caracterização. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade do Porto, Porto, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/61503>. Acesso em: 30 set. 2025.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

PINHEIRO, Í. D. **Questão da identidade nacional na fronteira Brasil-Uruguai: a influência da mídia televisiva na identidade nacional na Vila Albornoz (BR) e Massoller (UY).** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

PORCIÚNCULA, K. R. **Análise dos impactos ambientais causados pela energia eólica: um estudo de caso no parque eólico Cerro Chato de Santana do Livramento - RS.** 22p. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2019.

SIMAS, M. **A expansão dos empreendimentos eólicos no Brasil: sustentabilidade e contradições.** 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento, parte 1: O Continente / O Continente 2.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WALDRAM, M. S.; BOND, W. J.; STOCK, W. D. Ecological engineering by a mega-grazer: White Rhino impacts on a South African Savanna. **Ecosystems**, v. 11, n. 1, p. 101-112, 2007.

WIZNIEWSKY, C.; FOLETTTO, E. M. **Políticas de conservação no pampa brasileiro.** Porto Alegre: Evangraf, 2017.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Gênero e trajetórias em diferentes perspectivas

Direitos, trabalho e maternidade: as trajetórias de Helena, Maria, Joana, Lourdes e Ana na Justiça do Trabalho de Pelotas (1943-1953)

The struggle of pregnant women workers through the analysis of labor court cases in Pelotas (1943–1953): the stories of Helena, Maria, Joana, Lourdes, and Ana

Andreina Hardtke Corpes,¹ UFPEL

Resumo

O estudo analisa a luta das trabalhadoras grávidas em Pelotas entre 1943 e 1953, a partir de processos da Justiça do Trabalho preservados pelo NDH-UFPEL. A pesquisa discute como a maternidade, embora central para a organização social, impõe dupla jornada e acentua desigualdades de gênero no trabalho. A análise de cinco processos mostra que direitos como o auxílio-maternidade eram frequentemente negados pelos empregadores, muitas vezes com respaldo da Justiça. O caso de Maria do Carmo evidencia interpretações restritivas da CLT e resistência patronal em reconhecer direitos das gestantes. Esses documentos revelam que, mesmo após a CLT, as mulheres enfrentavam barreiras para garantir proteção trabalhista e permitem perceber sua resistência e a lenta construção do reconhecimento legal, evidenciando persistências das desigualdades de gênero, ao longo do tempo.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; Direitos Trabalhistas; Trabalhadoras grávidas.

Abstract

The study analyzes the struggle of pregnant women workers in Pelotas between 1943 and 1953, based on labor court cases preserved by the NDH-UFPEL. The research discusses how motherhood, although central to social organization, imposes a double workload and intensifies gender inequalities in the workplace. The analysis of five cases shows that rights such as maternity benefits were frequently denied by employers, often with the support of the courts. The case of Maria do Carmo highlights restrictive interpretations of the CLT and employer resistance to recognizing pregnant workers' rights. These documents reveal that, even after the CLT, women faced significant barriers to securing labor protection and allow us to understand their resistance and the gradual construction of legal recognition, evidencing the persistence of gender inequalities.

Keywords: Labor Court; Labor Rights; Maternity Leave.

Introdução

A maternidade constitui, historicamente, um dos eixos centrais da organização social. Conforme argumenta Federici (2018), trata-se da força silenciosa que sustenta o sistema político e econômico, embora recaia de forma desigual sobre as mulheres. Esse desequilíbrio

¹ Graduada em História – Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: andreinahardtkecorpes@gmail.com.

se expressa especialmente na dupla jornada: além das exigências do mercado de trabalho, cabe a elas, prioritariamente, o cuidado com os filhos e a realização das tarefas domésticas. Mesmo com a ampliação da participação feminina no mercado, a partir da década de 1960, a divisão das responsabilidades domésticas não se efetivou, mantendo-se uma sobrecarga que perpetua desigualdades de gênero no âmbito privado. Essa sobrecarga se intensifica com a maternidade, quando surgem, no ambiente profissional, discriminações, restrições de oportunidades e obstáculos à ascensão social.

A condição de estar grávida ou de ser mãe agrava ainda mais esses desafios, sobretudo para mulheres contratadas, à procura de emprego ou que são mães solteiras e não dispõem de suporte para o cuidado infantil. Muitos empregadores, ao considerarem os direitos trabalhistas conquistados pelas mulheres (como o afastamento durante a gestação), tendem a encarar a gravidez de forma negativa, buscando contornar a legislação para evitar a concessão de benefícios. Nesse cenário, torna-se comum que mulheres ocultem a gestação temendo a demissão. Esses mecanismos de pressão revelam não apenas desigualdades estruturais, mas também o modo como a maternidade se insere nas relações de poder do mundo do trabalho.

Além disso, a maternidade foi historicamente revestida por construções simbólicas que limitaram a autonomia feminina. O “amor materno”, como discute Badinter (1985), deixou de ser percebido como uma experiência plural para ser interpretado como um instinto natural e obrigatório, subordinando a identidade das mulheres à dos filhos e ao marido. Ao mesmo tempo, o trabalho de cuidado (essencial e ainda invisibilizado) recai majoritariamente sobre mulheres pobres, negras e migrantes, que o exercem em condições precárias e sem reconhecimento social (Hirata, 2016). Nas palavras de Del Priore (2008), a trajetória feminina permanece marcada por uma luta contínua pela sobrevivência, sustentada pelo desempenho de tarefas fundamentais à estabilidade das famílias.

Esse contexto de desigualdade e resistência também se manifesta nos processos judiciais trabalhistas. Os documentos analisados nesta pesquisa, preservados pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPel), foram incorporados ao acervo em 2005 após um acordo com o Memorial da Justiça do Trabalho de Porto Alegre, devido à ameaça de destruição prevista pela Lei nº 7.627/1987, que autorizava o descarte de processos encerrados há mais de cinco anos. Graças a essa iniciativa, constituiu-se um patrimônio documental essencial para a compreensão das experiências e lutas das trabalhadoras (Gill; Pieper; Silva, 2013; Gill, 2020).

A análise dessas fontes evidencia que a luta pelas garantias relacionadas à maternidade sempre esteve inserida em uma trajetória marcada por reivindicações e enfrentamentos. Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, tenha estabelecido mecanismos de proteção ao trabalho feminino e à gravidez, os registros preservados pelo NDH-UFPeL mostram que muitas mulheres continuaram a ter seus direitos violados por empregadores. Durante as décadas de 1940 e 1950, período de intensa industrialização em Pelotas - consolidada como polo industrial relevante (Herllein, 2000) -, observou-se um aumento significativo de ações movidas por mulheres na Justiça do Trabalho. Entre 1943 e 1953, nos primeiros dez anos de vigência da CLT, por exemplo, foram identificados vinte e oito processos relacionados a auxílio e licença-maternidade.

Esses dados dialogam com a reflexão de Scott (1992, 443), segundo a qual “a mulher trabalhadora foi um produto da Revolução Industrial”. Após esse período, algumas mulheres permaneceram no espaço doméstico, enquanto outras passaram a ocupar informalmente o espaço público (Gill; Pieper; Silva, 2013). No entanto, mesmo fora do trabalho formal, mulheres em situação de vulnerabilidade sempre desempenharam atividades produtivas, remuneradas ou não, exercendo funções invisíveis, mas essenciais à reprodução da vida social. Perrot (2007, p. 109) enfatiza essa continuidade: “as mulheres sempre trabalharam”, incluindo no trabalho doméstico não remunerado.

Apesar dessa presença constante, as trajetórias femininas foram reiteradamente invisibilizadas na narrativa histórica. Perrot (1992) observa que “da História, muitas vezes a mulher é excluída”, realidade que persistiu mesmo após o surgimento da disciplina histórica no século XIX. Somente nas décadas de 1960 e 1970, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres começaram a ser reconhecidas tanto como objeto quanto como sujeito histórico, impulsionadas pelos movimentos feministas e por mudanças metodológicas na historiografia (Scott, 1992). Entre as razões dessa exclusão, Perrot (2007) destaca a escassez de fontes que registrem diretamente a experiência feminina, reforçando a necessidade de considerar o gênero como categoria analítica central, conforme proposto por Scott (1995).

Nesse sentido, os processos da Justiça do Trabalho emergem como uma fonte privilegiada para compreender as experiências laborais de mulheres grávidas e mães. Os documentos permitem observar tanto os conflitos vividos quanto as percepções dessas trabalhadoras sobre justiça, direitos e relações com o Estado. Conforme destacam Speranza e Schmidt (2011), é difícil imaginar uma fonte mais diversa e completa no campo da História do Trabalho. Para Perrot (2007, p. 26), os arquivos policiais e judiciários são particularmente

ricos no que diz respeito às mulheres, revelando suas múltiplas atuações e tensões sociais. Do mesmo modo, Gill e Rocha (2015) ressaltam que tais registros contribuem para a preservação da memória social, evitando o apagamento dessas narrativas e reafirmando identidades coletivas.

Assim, investigar a história das mulheres grávidas na Justiça do Trabalho implica revisitar um percurso marcado por desigualdades, resistências e constantes negociações de direitos. Mais do que reconstruir o passado, trata-se de compreender como essas experiências ecoam no presente, iluminando permanências estruturais nas relações de gênero e trabalho. Este estudo, portanto, busca analisar não apenas os êxitos alcançados, mas também as situações de negligência, os argumentos utilizados pelos empregadores para negar direitos e o contexto social, econômico e jurídico em que viveram as trabalhadoras de Pelotas nas décadas de 1940 e 1950.

Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental de cinco processos trabalhistas movidos por mulheres entre 1943 e 1953, preservados pelo NDH-UFPEL. O recorte prioriza ações relacionadas à maternidade e ao cuidado infantil, buscando compreender como tais questões foram judicializadas e quais desafios foram enfrentados pelas trabalhadoras. A análise documental, conforme Júnior *et al.* (2021), permite extrair informações de registros originais ainda não submetidos a estudos prévios. Para Godoy (1995), trata-se de uma estratégia essencial para investigar grupos inacessíveis pelo tempo ou pela distância, como é o caso destas trabalhadoras, em sua maioria já falecidas. Assim, a metodologia adotada reconstrói “marcas de vidas reais” (Júnior *et al.*, 2021), contribuindo para uma interpretação histórica sensível e contextualizada.

Desse modo, ao narrar as histórias das mulheres que aparecem nos processos trabalhistas, esta pesquisa busca não apenas refundir trajetórias individuais, mas inseri-las em um processo mais amplo de afirmação de direitos e de resistência feminina no mundo do trabalho. Nesse sentido, os arquivos judiciais tornam-se instrumentos essenciais para compreender como essas experiências foram vividas, registradas e transmitidas, permitindo que a história das mulheres (tantas vezes silenciada) recupere seu lugar na historiografia.

Mulheres, maternidade e resistência: as experiências de Helena, Maria, Joana, Lourdes e Ana na Justiça do Trabalho de Pelotas

O processo movido por Helena² contra a Companhia Indústrias Linheira S.A. ilustra a dificuldade enfrentada por trabalhadoras gestantes para assegurar direitos previstos em lei. Admitida em 25 de março de 1953 e dispensada sem justa causa em 1º de setembro do mesmo ano, Helena ingressou com reclamação trabalhista requerendo aviso-prévio e auxílio-maternidade correspondente a 84 dias de salário.

Na audiência realizada em 13 de outubro de 1953, a empresa reconheceu apenas parte do aviso-prévio e negou o pagamento do auxílio-maternidade, alegando desconhecimento da gestação e ausência de atestado médico. A conciliação proposta não foi aceita pela trabalhadora. Como observa Schneider (2015), a conciliação, embora prevista na CLT, muitas vezes funcionava como um mecanismo que restringia a efetivação dos direitos femininos, reforçando pressões para o encerramento rápido dos litígios.

O advogado de Helena sustentou que a gravidez poderia ser comprovada mediante exame médico indicado pela própria empresa, proposta que foi recusada pela reclamada. Argumentou ainda que não havia provas de redução do quadro funcional e que a dispensa, ocorrida durante a gestação, configurava abuso de direito, conforme o art. 9º³ da CLT. A defesa patronal manteve a alegação de que, de acordo com o art. 392⁴, caberia à trabalhadora apresentar atestado antes da demissão.

Na audiência seguinte, realizada em 14 de outubro, a Junta de Conciliação e Julgamento apresentou três hipóteses para orientar a análise do caso. A primeira considerava que, se Helena estivesse em estágio avançado de gestação no momento da demissão - dentro do período legal de seis semanas de repouso antes e depois do parto - teria direito ao auxílio-maternidade. Contudo, o atestado médico entregue em 8 de setembro indicava uma gravidez de apenas quatro meses, situando-a fora da proteção legal.

A segunda hipótese avaliava a possibilidade de fraude patronal: caso a trabalhadora tivesse apresentado o comprovante de gravidez antes da dispensa e, mesmo assim, fosse demitida, haveria tentativa do empregador de burlar a lei para evitar o pagamento do benefício. Entretanto, Helena só entregou o atestado uma semana após sua rescisão, e o documento não possuía assinatura do médico oficial da empresa. Por essa razão, a Junta entendeu que a Companhia Linheira não poderia ser responsabilizada.

² Nome fictício usado para proteger a verdadeira identidade da mulher tendo em vista a Lei Geral de Proteção de dados.

³ Art. 9º - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

⁴ Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei nº 10.421, de 2002) (Vide Lei nº 13.985, de 2020).

A terceira hipótese partia do pressuposto de que, desconhecendo o empregador a gestação e inexistindo, à época, estabilidade provisória para gestantes, não haveria fundamento para exigir o pagamento do auxílio-maternidade.

Com base nesses três entendimentos, a Junta, por maioria, julgou improcedente o pedido, concluindo que não houve violação legal, especialmente porque o atestado apresentado indicava apenas quatro meses de gestação. A reclamante, contudo, foi dispensada do pagamento das custas processuais.

Insatisfeita com a decisão, Helena interpôs recurso em 26 de outubro de 1953. Seu advogado sustentou que, embora a demissão pudesse ser juridicamente possível, o salário-maternidade constituía um direito líquido e certo, independente do conhecimento prévio do empregador. Argumentou ainda que a empresa agira de má-fé ao dispensá-la antes do período de afastamento obrigatório previsto no art. 392 da CLT, utilizando essa mesma circunstância para negar o benefício.

A defesa patronal, por sua vez, reafirmou que o atestado não atendia às exigências legais e que a demissão ocorrera antes de qualquer tentativa de comprovação da gestação, afastando a possibilidade de fraude ou dolo.

Na sessão de 21 de dezembro de 1953, o Tribunal Regional do Trabalho reformou a decisão de primeira instância e reconheceu o direito de Helena ao auxílio-maternidade. O Tribunal rejeitou as três hipóteses anteriormente apresentadas, enfatizando que: (1) o salário-maternidade não depende de a gestação estar em estágio avançado; (2) inexistia previsão legal que exija a apresentação de atestado antes das seis semanas que antecedem o parto; e (3) aceitar o argumento de desconhecimento da gravidez permitiria que empregadores demitissem gestantes de forma recorrente, comprometendo a efetividade da proteção legal.

A decisão judicial destacou que a legislação trabalhista tem como objetivo proteger tanto a gestante quanto o nascituro. Nesse contexto, em 25 de fevereiro de 1954, a Companhia Linheira foi condenada ao pagamento integral do auxílio-maternidade devido a Helena, reforçando a aplicação dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em outro exemplo, no dia 14 de julho de 1953, Maria do Carmo ingressou com uma reclamação trabalhista contra o Frigorífico Anglo S.A., empresa na qual trabalhou de 22 de março de 1952 a 4 de julho de 1953, quando foi dispensada sem justa causa. A reclamante reivindicou o pagamento do aviso-prévio de 30 dias (R\$ 792 cruzeiros), indenização por 240

horas de trabalho (R\$ 792 cruzeiros), férias proporcionais de 22 dias (R\$ 580,80 cruzeiros) e auxílio-maternidade (R\$ 2.218,60 cruzeiros), totalizando R\$ 5.046,40 cruzeiros⁵.

A audiência ocorreu em 29 de julho de 1953. Nela, o Frigorífico Anglo reconheceu e quitou o aviso-prévio, a indenização por despedida e as férias da trabalhadora, mas recusou-se a pagar o auxílio-maternidade. A empresa, entretanto, declarou que efetuariá o pagamento caso o filho da reclamante nascesse dentro de seis semanas após a rescisão do contrato, tomando como referência a data da dispensa, 4 de julho. A Junta de Conciliação e Julgamento acolheu essa argumentação.

Esse episódio evidencia a resistência recorrente dos empregadores quanto ao pagamento do auxílio-maternidade, considerado um custo adicional, como apontado por Bonini (2006), que observa que até a década de 1970 as empresas frequentemente demitiam mulheres grávidas para evitar a responsabilidade pelo benefício. Tal realidade só começou a ser modificada em 1974, quando o pagamento do salário-maternidade passou a ser responsabilidade do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)⁶.

Após receber os valores referentes a aviso-prévio, férias e indenização, Maria recorreu em 7 de agosto quanto ao auxílio-maternidade. O advogado argumentou que condicionar o pagamento ao nascimento da criança contraria a legislação vigente, pois implicaria exigir que a empregada trabalhasse até o parto. Destacou ainda que, no momento da dispensa, Maria apresentava atestado médico comprovando gravidez de oito a nove meses, enquadrando-se no período de proteção legal previsto na CLT. Mesmo sem a apresentação formal do atestado, a gravidez era visivelmente perceptível, reforçando que a dispensa estava ligada à condição gestacional.

O advogado da demandante, Antônio Ferreira Martins enfatizou que a empresa não poderia alegar desconhecimento da gestante, considerando que o pagamento parcial de direitos (aviso-prévio e indenização) evidencia a ausência de justa causa. Argumentou também que a interpretação da Junta, ao condicionar o auxílio-maternidade ao nascimento do filho, se afastava da jurisprudência que buscava proteger a mulher trabalhadora, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que dependiam do trabalho fabril para o sustento da família.

⁵ No ano de 1953, o salário-mínimo correspondia a 1.200 cruzeiros.

⁶ O INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) foi criado em 1966 para unificar a gestão da Previdência Social no Brasil, administrando benefícios como aposentadorias e salário-maternidade. Em 1990, foi substituído pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que assumiu essa função.

Maria deu à luz em 14 de agosto, dentro do prazo estabelecido pela Junta para que o auxílio-maternidade fosse pago pelo Frigorífico Anglo. Ainda assim, a própria reclamante considerou que o recurso havia perdido sua finalidade e desistiu da solicitação, possivelmente em razão do desgaste provocado pela rotina da maternidade e pelo prolongamento do processo judicial. No entanto, por se tratar de execução de sentença, o Frigorífico Anglo foi obrigado a efetuar o pagamento do benefício, realizando o depósito em 20 de agosto.

O caso de Maria ilustra não apenas a tentativa constante dos empregadores de limitar direitos ligados à maternidade, mas também as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras para assegurar esses direitos, mesmo quando a lei era clara. Muitas mulheres desistiam da reivindicação, como Maria, ou sequer recorriam à Justiça, temendo represálias ou dificuldades para conseguir emprego futuro, dada a resistência dos empregadores em contratar trabalhadoras que já haviam acionado a Justiça. Esse processo revela, assim, a tensão entre os direitos formais garantidos pela CLT e a prática cotidiana do mundo do trabalho, evidenciando a luta silenciosa das mulheres por reconhecimento e proteção legal durante a gestação.

Em outra situação, no ano de 1948, Joana ajuizou uma reclamação trabalhista contra o Frigorífico Anglo, contestando sua demissão, alegadamente motivada por abandono de emprego. Durante o período de julho de 1947 a março de 1948, Joana apresentou diversas ausências ao trabalho, decorrentes de problemas de saúde próprios e do cuidado de sua filha, então com 1 ano e 4 meses. Os registros de ponto indicam faltas em múltiplos dias de 1947, bem como durante os meses de janeiro, fevereiro e a primeira quinzena de março de 1948.

O advogado de Joana, Antônio Ferreira Martins, sustentou que as ausências eram justificadas pela necessidade de cuidar da filha, já que não havia outra pessoa disponível para auxiliá-la. Além disso, ressaltou que a reclamante havia recebido auxílio-doença do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) em 1947, o que reforçava a legitimidade de suas faltas. Testemunhas, todas mulheres, corroboraram que Joana residia sozinha com a filha e só retornou ao trabalho após conseguir alguém que pudesse cuidar da criança, confirmando ainda os períodos de doença da própria reclamante.

A defesa da empresa argumentou que Joana poderia ter utilizado a creche mantida pelo Frigorífico Anglo, alegando que não havia restrição de idade para o atendimento. Contudo, a responsável pela creche esclareceu que eram aceitas apenas crianças de até seis meses, podendo, em casos excepcionais, chegar a oito meses. A filha de Joana tinha mais de um ano de idade, o que inviabilizava a utilização do serviço. A empresa sustentou ainda que a

legislação vigente não a obrigava a oferecer creche para crianças acima de seis meses, interpretando a existência da creche como uma medida voluntária de assistência, em desacordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esta, em seus artigos 389⁷, 396 e⁸ 399⁹, determinava a disponibilização de locais adequados para a vigilância de filhos de empregadas lactantes e incentivava a criação de creches para crianças em idade pré-escolar (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Apesar da argumentação fundamentada apresentada pela defesa, a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas considerou a demissão de Joana justa, enquadrando-a como abandono de emprego, e julgou improcedente o pedido de aviso-prévio e indenização. Joana apenas foi isenta do pagamento das custas processuais em razão da concessão da justiça gratuita. No recurso interposto em 24 de maio de 1948, a defesa reiterou a ausência de alternativas para o cuidado da filha, reforçando que as faltas foram justificadas. O depoimento do capataz, que reconheceu o esforço de Joana em sempre justificar suas ausências, constituiu um ponto favorável, embora excepcional, em um contexto laboral marcado pela vigilância masculina e por uma solidariedade limitada entre colegas de trabalho, muitas vezes desfavorável às mulheres.

O caso de Joana evidencia a vulnerabilidade das trabalhadoras mães diante de normas legais insuficientes e interpretações restritivas da Justiça do Trabalho da época. Embora a legislação previsse mecanismos de proteção ao trabalho feminino e à maternidade, sua aplicação prática frequentemente favorecia aos empregadores, deixando mulheres que precisavam cuidar de filhos doentes em situação de risco. Esse episódio histórico revela a disparidade entre os direitos previstos na lei e a realidade enfrentada pelas trabalhadoras.

A situação de Joana também aponta para questões ainda atuais: apesar de servidores públicos federais, por exemplo, contarem com o auxílio-doença parental, não há proteção equivalente para a maioria das trabalhadoras que precisam se ausentar para cuidar de

⁷ Art. 389 - Toda empresa é obrigada:

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, do Sesc, da Lba ou de entidades sindicais.

⁸ Art. 396. Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.

⁹ Art. 399 - O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

familiares dependentes. Esse contexto histórico e contemporâneo demonstra a persistência de lacunas na proteção legal às responsabilidades familiares assumidas pelas mulheres, reforçando a importância de considerar gênero e maternidade como categorias centrais na análise das relações de trabalho.

Em situação semelhante à de Joana, Lourdes também enfrentou dificuldades para conciliar o trabalho com os cuidados familiares. Em 22 de janeiro de 1948, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense ajuizou reclamação contra Lourdes, alegando que, contratada desde 2 de agosto de 1933, ela se encontrava ausente do trabalho desde 29 de novembro de 1947. No dia 1º de dezembro, Lourdes enviou um bilhete explicando que não comparecera ao serviço por precisar levar sua filha doente ao centro de saúde. Apesar dessa comunicação, a empresa interpretou sua ausência como abandono de emprego e solicitou a rescisão contratual com base no artigo 853¹⁰ da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Durante a audiência realizada em 4 de maio de 1948, Lourdes esclareceu que seu afastamento decorreu do abandono do marido e da necessidade de sustentar seus filhos. A tentativa de conciliação foi rejeitada por ambas as partes, e a Junta de Conciliação entendeu que a ausência de justificativas formais configurava abandono de emprego, julgando procedente o pedido da empresa e determinando a demissão de Lourdes.

O caso de Lourdes evidencia, assim, que mesmo com direitos formalmente assegurados pela legislação, as mulheres trabalhadoras continuavam vulneráveis às interpretações restritivas da lei, como o conceito de abandono de emprego. Essa situação demonstra os limites da proteção jurídica à maternidade e ao trabalho feminino naquele período, reforçando o contexto de fragilidade enfrentado por gestantes e mães que precisavam conciliar trabalho e cuidados familiares.

Outro exemplo é o caso de Ana Cristina, admitida em 21 de outubro de 1952 para trabalhar na safra de ervilha da empresa Manoel Pereira de Almeida e Cia. Em 11 de fevereiro de 1953, grávida de oito meses e em tratamento de saúde, Ana foi demitida sem justificativa ao tentar requerer benefícios junto à Caixa de Previdência. Ela entrou com ação pleiteando o pagamento do aviso-prévio e do auxílio-maternidade.

A audiência, referente ao caso de Ana, ocorreu em 23 de fevereiro, contando com a presença do juiz substituto Mário Miranda Vasconcelos, do procurador da reclamada Tancredo Amaral Braga e da reclamante, assistida por advogado não identificado. O

¹⁰ Art. 853 - Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado.

empregador argumentou que Ana não teria direito ao aviso-prévio por se tratar de trabalhadora avulsa em contrato sazonal e que o auxílio-maternidade não se aplicava, pois o término da safra coincidia com o período legal previsto para o recebimento do benefício. Além disso, destacou que a reclamante não havia informado sua condição de gestante no momento da contratação.

Durante seu depoimento, Ana demonstrou desconhecimento de seus direitos, mencionando que apenas fora informada sobre a existência do auxílio-maternidade. Em uma nova tentativa de conciliação, foi firmado um acordo de 200 cruzeiros a título de gratificação, sem reconhecimento formal de seus direitos. A reclamante foi condenada ao pagamento das custas do processo, das quais acabou sendo isenta por ser beneficiária da justiça gratuita.

Esses casos, assim como os anteriormente analisados, evidenciam padrões recorrentes da época: a vulnerabilidade das trabalhadoras diante da ausência de políticas efetivas de proteção à maternidade, a necessidade de sustentar filhos sozinhas e a dificuldade de acesso e compreensão de seus direitos legais. Além disso, revelam como a Justiça do Trabalho frequentemente privilegiava a interpretação patronal, obrigando muitas mulheres a recorrerem à conciliação ou a abandonar seus pleitos, mesmo em situações de clara necessidade.

Considerações finais

A análise dos processos trabalhistas de Pelotas revela um panorama complexo das relações laborais no século XX, especialmente no que se refere à atuação das mulheres. Esses documentos não apenas registram os conflitos entre trabalhadores e empregadores, mas também evidenciam a forma como os sujeitos se relacionavam com o Estado, percebiam a justiça e reivindicavam seus direitos. Graças ao esforço de preservação realizado pelo NDH, narrativas que poderiam ter se perdido foram mantidas, garantindo a continuidade da memória social sobre o mundo do trabalho na região e permitindo uma reflexão mais ampla sobre as condições laborais e os desafios enfrentados pelas mulheres naquele período.

Nesse cenário, o acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas assume um valor histórico singular, ao possibilitar o acesso às experiências de grupos tradicionalmente invisibilizados, em especial das mulheres. Ausentes em diversas outras fontes, elas aparecem nesses processos como reclamantes e testemunhas, registrando suas trajetórias, conflitos e formas de resistência no ambiente laboral da década de 1940.

A partir da análise dos processos, percebe-se que muitas trabalhadoras não obtiveram êxito em suas reivindicações. Embora a CLT previsse a tentativa de conciliação, essa prática

frequentemente resultava em soluções desfavoráveis às mulheres, que, pressionadas pela necessidade de garantir sua subsistência, aceitavam acordos injustos. Esse contexto evidencia não apenas a desigualdade de poder entre empregadores e empregadas, mas também a precariedade que marcava a presença feminina no mercado de trabalho.

A dimensão de gênero se revela de forma contundente nessas disputas. Mulheres grávidas eram alvos recorrentes de discriminação, tendo direitos como o auxílio-maternidade sistematicamente desrespeitados. Reivindicações por férias, horas extras ou aviso-prévio encontravam resistência, sobretudo quando associadas à maternidade, entendida pelos empregadores como um ônus indesejado.

Mesmo que a CLT tenha representado um avanço na garantia de direitos, o reconhecimento das mulheres como sujeitos plenos ocorreu de forma lenta. Esse reconhecimento se consolidou juridicamente apenas em marcos posteriores, como o Estatuto da Mulher Casada (1962) e a Constituição de 1988, que instituiu a igualdade formal entre homens e mulheres no âmbito familiar e laboral. No entanto, a efetivação desses direitos permanece limitada, revelando desafios que atravessam as décadas e exigem atenção contínua para sua implementação concreta.

Diante disso, torna-se evidente que o acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas desempenha papel fundamental não apenas para a compreensão de trajetórias individuais, mas também para a análise histórica das desigualdades estruturais que atingiram - e ainda atingem - as mulheres no mundo do trabalho. A partir dessas fontes, é possível compreender como, apesar das adversidades, elas mobilizaram táticas de resistência e afirmaram sua agência, contribuindo para transformações sociais que ecoam no presente. Assim, o estudo desses documentos reafirma a importância da preservação dos arquivos e da pesquisa histórica comprometida com a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados.

Fontes

- **Processo n.107/1953.** Acervo do NDH/UFPel.
- **Processo n.125/1948.** Acervo do NDH/UFPel.
- **Processo n.127/1948.** Acervo do NDH/UFPel.
- **Processo n.431/1953.** Acervo do NDH/UFPel.
- **Processo n.573/1953.** Acervo do NDH/UFPel.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BONINI, Altair. **Demandas de mulheres junto à Justiça do Trabalho: a memória do trabalho como presente do passado** (Curitiba, 1960–1975). 2006. Dissertação (Mestrado) – [instituição não informada]. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEM-10_b98209336b9ea3704b38b76c2975e0f>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 9º. Disponível em: <<https://share.google/zb74vYC53U6NKsCTI>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 389, § 1º. Disponível em: <<https://share.google/qWbhEQaOMPV9T1WcG>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 392. Disponível em: <<https://share.google/sWeLnkhQy75OmSfmW>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 396. Disponível em: <<https://share.google/7FWKGWx87tevXWZGQ>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 399. Disponível em: <<https://share.google/JK8QPXxO3S3XTMHBB>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 853. Disponível em: <<https://share.google/iYZYmRD9yegVBFO5>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/integridade/campanhas/lgpd>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GILL, Lorena Almeida; DA ROCHA, Lóren Nunes. O acervo da Justiça do Trabalho em Pelotas (RS) e as possibilidades de se pensar sobre a história e a saúde. **REVISTA MEMÓRIA EM REDE**, v. 7, n. 12, p. 163–177, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9408>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

GILL, Lorena Almeida; PIEPER, Jordana Alves; SILVA, Eduarda Borges da. Maternidade e trabalho: direito ou dever? **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA & CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <<https://seer.furg.br/rbhcs/article/view/10522>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**, v. 35, p. 20–29, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

HERRLEIN JR., Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920–1950. **REVISTA SOCIOLOGIA E POLÍTICA**, n. 14, p. 103–118, jun. 2000.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **SUR: REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**, v. 13, n. 24, p. 53–64, 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

JÚNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **CADERNOS DA FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. Acervos do Judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). **Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência**. Rio de Janeiro; São Paulo: Arquivo Nacional; CUT, 2011. p. 33–48.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. Os processos judiciais findos enquanto fonte de pesquisa dos direitos da mulher na Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul nos anos 1941–1946. **REVISTA AUTOS & BAIXAS**, v. 3, n. 1, 2015.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das mulheres: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **EDUCAÇÃO & REALIDADE**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

Entre ausências e presenças: mulheres urbanas na narrativa criminal do jornal *Diário do Interior* (Santa Maria, RS)

Between absences and presences: urban women in the crime stories of the newspaper Diário do Interior (Santa Maria, RS)

Janaína dos Santos Puchalski,¹ UFSM

Resumo

O presente trabalho analisa as representações femininas no jornal *Diário do Interior*, a partir de notícias ocorridas em Santa Maria e publicadas em 1914, ano inserido em um período marcado pelo pós-abolição e intensificação dos discursos de controle urbano. Inspirado em uma perspectiva de abordagem baseada em uma história cultural do crime, entende-se que o periódico não apenas noticiava delitos, mas produzia imagens sobre a ordem urbana e suas ansiedades. A metodologia baseia-se na análise qualitativa de narrativas criminais, observando linguagem, padrões e silêncios em três focos narrativos principais: suicídios, furtos e contextos de desordem. O objetivo é compreender como mulheres pobres eram apresentadas e como essas construções se articulavam à noção de perigo urbano atravessada por gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Imprensa criminal; Perigo urbano; Pós-abolição; Representações femininas.

Abstract

This paper analyzes representations of women in the newspaper *Diário do Interior*, based on news stories that occurred in Santa Maria and were published in 1914, a year marked by post-abolition and intensified discourse on urban control. Inspired by a perspective based on a cultural history of crime, it is understood that the newspaper not only reported crimes but also produced images about urban order and its anxieties. The methodology is based on the qualitative analysis of criminal narratives, observing language, patterns, and silences in three main narrative focuses: suicides, thefts, and contexts of disorder. The objective is to understand how poor women were presented and how these constructions were articulated with the notion of urban danger crossed by gender, class, and race.

Keywords: Criminal press; Urban danger; Post-abolition; Female representations.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, experimentava os impactos das transformações urbanas que marcaram o Brasil da Primeira República. Nesse cenário, a imprensa assumiu papel central na mediação das relações sociais e na definição dos contornos daquilo que deveria ser compreendido como ordem e desvio. Entre esses impressos, o *Diário do Interior* destacou-se na região como um

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é mestranda em história pela mesma instituição, sendo apoiada por bolsa CAPES/DS. Email: janaina.puchalski@acad.ufsm.br

importante veículo de circulação de valores, hierarquias e representações sociais, sobretudo no que se refere às experiências femininas marcadas pelas intersecções entre gênero, classe e raça. Tendo em vista tais aspectos, o presente artigo visa investigar as formas pelas quais mulheres pobres e racializadas foram narradas nas páginas criminais do periódico citado no ano de 1914, período marcado pelo pós-abolição e pela redefinição das estruturas de dominação social.

Metodologicamente o presente trabalho seguirá uma análise qualitativa das fontes orientada por uma abordagem que articula a história cultural e social do crime (Caimairi, 2009; Kalifa, 2019), em interseção com os estudos sobre imprensa (Luca, 2008) considerando a cidade de Santa Maria como escala local de observação (Lacomba, 2012; Barros, 2022). Ao privilegiar a imprensa criminal como fonte e as mulheres como sujeito histórico, este estudo insere-se no debate historiográfico sobre o pós-abolição em perspectiva interseccional, contribuindo para a ampliação das reflexões acerca da relação entre gênero, violência, controle urbano e imprensa no Brasil republicano.

Sendo assim, o artigo organiza-se em três partes principais. A primeira apresenta o aparato teórico-metodológico do trabalho. Em seguida, desenvolve-se um delineamento do jornal analisado e um breve contexto da cidade no período. Enfim a terceira parte analisará qualitativamente algumas notícias envolvendo personagens femininas em diferentes notícias criminais ocorridas no espaço urbano a partir dos três focos de enredo: as tragédias urbanas, exemplificadas pelas notícias envolvendo tentativas de suicídios femininos; ocorrências sobre furtos e a esfera classificada enquanto enredos de desordem ou conflitos.

Ao problematizar as presenças e ausências femininas nessas páginas, ora enquanto vítimas, ora enquanto responsáveis por transgressões, busca-se compreender as múltiplas camadas de representação que contribuíram para consolidar uma visão generificada da desordem urbana. A análise qualitativa das notícias, aliada à atenção aos silêncios e apagamentos, permite observar como tais relatos produziram sentidos sociais sobre o feminino em um espaço urbano em intensa transformação.

Discussão teórico-metodológica: uma história cultural do crime em escala local

Este trabalho propõe uma discussão teórico-metodológica voltada à construção de uma história cultural e social do crime em escala local, tomando as narrativas do *Diário do Interior* como ponto de partida para compreender como práticas, percepções e classificações sobre o delito eram produzidas e compartilhadas no cotidiano urbano de Santa Maria. Desta forma, as

primeiras discussões ancoram-se nos aportes da história cultural do crime, especialmente nas contribuições de Lila Caimari (2009) e Dominique Kalifa (2019).

Lila Caimari (2009) investiga como o crime e o medo do delito se tornaram constitutivos da experiência urbana moderna, destacando o papel central da imprensa na difusão e na construção dessas percepções em Buenos Aires entre 1880 e 1940. A autora demonstra que as notícias aparentemente caóticas de calamidades cotidianas, que mesclavam acidentes, furtos, brigas e assassinatos, não apenas informavam, mas recriavam a sensação de fragilidade e desordem da vida na cidade, moldando ansiedades e expectativas sociais. Como sintetiza a autora, “a onda de preocupação com a criminalidade não pode ser compreendida sem a multiplicação exponencial das notícias sobre o crime (...)” (Caimari, 2009, p. 98) e “(...) se tais listas de infortúnios podem ser lidas simultaneamente a partir da confortável poltrona da sala de estar burguesa, do bonde ou do balcão do café dos subúrbios, é porque existe um jornalismo que alimenta a avidez por essas notícias” (Caimari, 2009, p. 98).

Dominique Kalifa (2019), por sua vez, analisa como a imprensa francesa do final do século XIX transformou o crime em espetáculo e consolidou os chamados *faits divers* como parte essencial da cultura de massas. Para o autor, essas narrativas de assassinatos, roubos e tragédias cotidianas, escritas de forma sensacionalista, não apenas informavam, mas moldavam o imaginário social, alimentando sentimentos de medo, fascínio e curiosidade. Sobre o cenário, para o autor, “o crime ensanguenta o papel, e o país inteiro parece tomado de uma estranha febre homicida” (Kalifa, 2019, p. 29), transbordando um “(...) um gosto duvidoso pelo crime e pela transgressão” (Kalifa, 2019, p. 332).

Não restrito ao caso francês, Valéria Guimarães (2014) destaca que tais narrativas também inundaram o cenário periódico impresso brasileiro. O aumento da divulgação dos *faits divers* esteve atrelado no Brasil as mudanças envoltas pelo processo de modernização e urbanização, sendo tais narrativas compostas por uma atmosfera de medo, curiosidade e principalmente, sensacionalismo (Guimarães, 2014). Nesse contexto, nota-se que o *Diário do Interior* incorporava uma forma de narrar a criminalidade urbana próxima ao modelo do *fait diver*, contribuindo para demarcar condutas legítimas e desviantes, bem como para projetar sobre Santa Maria códigos de civilidade, disciplina e controle social em sintonia com debates nacionais sobre modernidade urbana.

Outro eixo decisivo desta análise é a opção pela escala local. A perspectiva local tem sido reconhecida pela historiografia recente como um terreno privilegiado para observar, com maior nitidez, como processos amplos se materializam na concretude da vida cotidiana. Nesse

sentido, as contribuições de Juan Antonio Lacomba (2012) e José D’Assunção Barros (2022) orientam a abordagem aqui adotada.

Para Lacomba (2012), o local não constitui uma história menor, mas um campo no qual dinâmicas sociais e culturais se tornam visíveis e inteligíveis em sua densidade própria. Na concepção do autor, a história local só adquire pleno sentido quando articulada a escalas mais amplas, como regionais, nacionais e globais, evitando isolamentos interpretativos e destacando, simultaneamente a singularidade dos espaços. Barros (2022) aprofunda essa discussão ao conceber o local como categoria histórica definida não apenas pelo território, mas por redes de sociabilidade, poder e circulação. Em suas palavras, a identidade de um lugar está sempre atravessada “por ressonâncias diversas (...) provenientes de redes distantes de relacionamentos” (Barros, 2022, p. 49). Assim, a escala local utilizada neste estudo não opera como recorte restrito, mas como porta de entrada para interrogar práticas, conflitos e representações que assumem contornos específicos no contexto santa-mariense.

O uso do *Diário do Interior* como principal fonte empírica segue as proposições metodológicas de Tânia Regina de Luca (2008), fundamentais para uma leitura crítica da imprensa histórica. Conforme ressalta a autora, os jornais “selecionam, ordenam e narram” acontecimentos segundo critérios próprios (Luca, 2008, p. 139), produzindo versões do cotidiano atravessadas por escolhas editoriais, interesses políticos e expectativas morais. Esse cuidado é particularmente importante no estudo de narrativas criminais envolvendo mulheres pobres e racializadas na Santa Maria do pós-abolição.

Por isso, além de considerar a materialidade das notícias, torna-se central situar a imprensa em seu circuito de produção, como identificar grupos dirigentes, colaboradores, posicionamentos políticos e vínculos com poderes econômicos e institucionais (Luca, 2008). Ainda que a pesquisa não disponha, até o momento, de informações mais robustas sobre os produtores do periódico, o cruzamento entre suas páginas e os relatos de Romeu Beltrão (1979) e João Belém (2002) indicam a forte inserção do jornal nos setores dominantes santa-marienses, aspecto que orienta sua linha editorial e suas representações do cotidiano urbano.²

A análise das notícias também parte de interpretações sobre controle urbano na Primeira República já consolidadas pela historiografia brasileira desde os anos 1980. Sidney Chalhoub (1986; 2003), demonstrou como imprensa, polícia e judiciário elaboraram discursos moralizantes sobre as classes populares, classificando determinadas condutas como ameaças à ordem urbana. O autor também evidenciou a persistência de estereótipos raciais na Primeira

² Ressalta-se que um esforço investigativo neste sentido se encontra em desenvolvimento e que será abordado em trabalho futuro.

República, elemento central para compreender a insistente classificação das protagonistas das notícias em um viés racializado. As matérias do *Diário do Interior*, ao racializarem sistematicamente suas protagonistas e vinculá-las a espaços periféricos, se inscrevem plenamente nessa linha discursiva, como já apontada por Chalhoub (2003).

Margareth Rago (1991; 1997) aprofundou a discussão ao demonstrar como discursos sobre moralidade, feminilidade e desvio moldaram a noção pública de mulheres pobres e racializadas, frequentemente associadas ao escândalo, à sexualidade e à desordem. A reflexão proposta também se aproxima das considerações clássicas de Rachel Soihet (1989), cuja obra demonstra como a condição feminina nas camadas populares foi historicamente construída a partir de discursos de controle, disciplinamento e violência simbólica no ambiente urbano entre 1890 e 1920. Essas perspectivas contribuem para compreender que as representações encontradas nas notícias de Santa Maria não constituíam fenômeno isolado, mas partiam de um padrão mais amplo de criminalização e estigmatização, que, assim como em grandes centros, reduzia experiências diversas a categorias moralizantes e funcionalizava tais imagens para a manutenção da ordem urbana.

No caso das mulheres pobres retratadas nas narrativas criminais, a ênfase em comportamentos considerados desordeiros ou imorais, bem como a associação entre pobreza, perigo e desvio, reflete precisamente também os dispositivos de desqualificação analisados por Maria Helena Souza Patto (1999). Neste sentido, entende-se que o jornal não apenas informava sobre ocorrências urbanas, mas atuava como um vetor de circulação de discursos que contribuíam para a legitimação pública de um modelo de controle social que patologizava e moralizava a vida das classes populares.

Em conjunto, essas interpretações permitem compreender que as notícias não são meros registros de ocorrências, mas artefatos culturais que participam ativamente da produção de imaginários sobre raça, gênero e violência. No contexto de Santa Maria, elas auxiliam a compreender as continuidades entre experiências do pós-abolição, as dinâmicas da urbanização republicana e os projetos de disciplinamento social que atravessavam a vida das mulheres pobres na cidade. Tendo em vista tais aspectos, partiremos para uma breve contextualização do jornal *Diário do Interior* e seu meio urbano de circulação.

O jornal *Diário do Interior* e o cenário urbano santa-mariense

Conforme Romeu Beltrão (1979), o jornal *Diário do Interior* foi fundado em 16 de maio de 1911, tendo como diretor e proprietário Alfredo Rodrigues da Costa e, como gerente,

Nei Luís Osório. Sobre a formação do *Diário do Interior*, Romeu Beltrão (1979) destaca que atenuados os debates na esfera política responsáveis pela criação do jornal *A Tribuna*, fizeram com que Alfredo Rodrigues da Costa fechasse o jornal fundando um novo periódico, o *Diário do Interior*, que se apresentava como uma “folha da manhã e independente”, mantendo essa característica até seu encerramento no ano de 1939 (Beltrão, 1979). Ainda conforme Beltrão:

Foi o melhor jornal de S. Maria e talvez do interior do Estado até 1940. Noticioso, com bom serviço telegráfico, oportunas transcrições de artigos de fundo de jornais do Rio e S. Paulo, completamente afastado da política e de assuntos apaixonantes, ficou o DIÁRIO como um marco divisório na história da imprensa santa-mariense. Acabou melancolicamente, devido às fraquezas do seu segundo e último proprietário, Nei Luís Osório (Beltrão, 1979, p. 464).

A análise de Beltrão, portanto, permite compreender o *Diário* simultaneamente como símbolo de profissionalização e como exemplo das instabilidades que permeavam a imprensa do período. Para João Belém, jornalista, contemporâneo do período e testemunha das mudanças ocorridas na cidade, o jornal teria tido grande aceite por parte da população já inserida em um meio urbano mais desenvolvido e que ansiava por saber cotidianamente as notícias do que ocorria no estado e no país (Belém, 2000). Um exemplo de esforço neste sentido por parte do periódico era a seção intitulada “Telegrammas - O Serviço Especial do *Diário do Interior*”, um espaço estruturado para oferecer ao público informações de caráter imediato. Por meio dessa seção, o jornal buscava atualizar seus leitores sobre os acontecimentos mais recentes ocorridos no estado, no país e também no exterior, reforçando sua pretensão de conectar Santa Maria a um circuito mais amplo de notícias.

Deve-se pontuar o molde discursivo do jornal, principalmente ao noticiar a criminalidade urbana. As reflexões de Dominique Kalifa (2019) contribuem decisivamente para essa compreensão, ao revelar como a narrativa criminal, na virada do século XIX para o XX, tornou-se “inesgotável, cheia de vitalidade” e capaz de transformar a imprensa popular em uma “gigantesca fábrica de crimes” (Kalifa, 2019, p. 43). Segundo o autor, esse modelo narrativo expandiu-se a tal ponto que “homicídios, roubos, fraudes ou agressões passam diretamente da rua para o jornal” (Kalifa, 2019, p. 43), em relatos cada vez mais sensacionais, responsáveis por conferir destaque a acontecimentos muitas vezes “sem relevo e sem importância” (Kalifa, 2019, p. 43). Ao aproximar essa análise do *Diário do Interior*, percebe-se que o periódico opera de maneira semelhante: dramatiza pequenos episódios, amplifica conflitos cotidianos e organiza o urbano por meio de enredos que reforçam ansiedades morais e fronteiras sociais.

Tal panorama pode ser exemplificado de maneira mais geral pela publicação feita pelo periódico no dia 23 de abril de 1914, edição número 94, na qual o jornal deixa explícito ao seu público leitor sua intenção em retratar o cotidiano urbano: “procurando na medida de nossas forças, cada vez mais tornar o Diário do Interior, um jornal attractivo, iniciámos, hoje a publicação de clichês de pessoas e factos da actualidade, o que proseguiremos fazendo em dias indeterminados, até que possamos dal-os periodicamente” (Diário do Interior, 23/04/1914, p. 2. Grafia do original).

Ao que se refere ao cenário urbano santa-mariense nos primeiros anos do século XX, observa-se uma cidade em rápida transformação, marcada pelo crescimento populacional, pela intensificação das atividades comerciais e pela consolidação de novas dinâmicas sociais resultantes da expansão ferroviária (Grunewaldt, 2010). Esse processo de urbanização produziu tensões cotidianas, especialmente no que diz respeito ao controle dos espaços públicos e à definição de comportamentos considerados aceitáveis pela elite local.

A constituição social de Santa Maria na Primeira República foi marcada por uma intensa diversidade étnica, demográfica e ocupacional. Daniela Vallandro de Carvalho (2005) caracteriza a sociedade local como um verdadeiro “caldeirão étnico”, expressão que sintetiza a heterogeneidade de uma população formada por trabalhadores urbanos e rurais, elites políticas e agrárias e distintos grupos nacionais (Carvalho, 2005). Destaca-se ainda que esse mosaico social estava inserido em um contexto de pós-abolição ainda recente.

Sobre isso, como demonstra Franciele da Rocha Oliveira (2023) analisando o Censo de 1872, 48% dos habitantes de Santa Maria pertenciam a grupos étnico-raciais não brancos, identificados como pretos, pardos e caboclos, proporção que evidencia uma população que “não era, hegemonicamente, branca” (Oliveira, 2023, p. 81). A autora destaca ainda que, no período pós-1888, o município tornou-se um polo de atração para ex-escravizados, libertos e seus descendentes, movimento impulsionado sobretudo pelo entroncamento ferroviário, que ampliava as possibilidades de trabalho e melhorias de vida (Oliveira, 2023).

Esse dinamismo também se expressa no rápido crescimento demográfico. Com base em dados fornecidos pelo Relatório do Intendente Municipal (1915-1916), entre 1900 e 1913, o aumento populacional total foi de 64,7%, chegando a um aumento de 90% apenas na sede do município. Desta maneira, Santa Maria da Primeira República configurou-se como um espaço social em transformação, profundamente marcado pela diversidade étnica, pela migração e pela reconfiguração acelerada das relações sociais no pós-abolição.

Nota-se assim, que a imprensa, em particular o *Diário do Interior*, também desempenhou papel decisivo na construção de representações sobre essa cidade em mudança, reforçando distinções morais e sociais ao noticiar conflitos, crimes e desordens que, muitas vezes, eram associados às populações pobres e racializadas. Tendo em vista tal cenário, partiremos para análise de algumas notícias envolvendo mulheres no ambiente urbano de Santa Maria.

Mulheres populares no cenário urbano pela ótica do *Diário do Interior*

Em diálogo com o eixo analítico adotado neste trabalho, Daniela Magalhães da Silveira (2021) demonstra que a imprensa fluminense do início do século XX desempenhou um papel ativo na construção e na difusão de um ideal feminino normativo. Segundo a autora, os periódicos não apenas promoviam esse modelo de feminilidade, inspirado em Virgem Maria, associado à maternidade abnegada e à caridade, como também legitimavam, de forma indireta, a atuação repressiva da polícia sempre que tais mulheres se afastavam desse padrão. Assim, somente aquelas que se aproximavam do perfil idealizado tinham acesso a representações positivas na imprensa, enquanto as demais eram apresentadas como desviantes ou moralmente falhas. Observando a atuação do *Diário do Interior*, nota-se que este também mobilizava estratégias semelhantes, utilizando-se de narrativas moralizantes para distinguir mulheres consideradas adequadas daquelas classificadas como desviantes, especialmente quando pobres, racializadas ou associadas à violência e ao trabalho sexual.

Em análise qualitativa, percebe-se que de maneira geral a escrita sobre personagens femininas no jornal *Diário do Interior* parece adquirir os seguintes eixos narrativos: tragédias e a transgressão urbana como espetáculo moral, a linguagem como dispositivo de controle e o silêncio como parte do discurso. Para compreender melhor esta conclusão prévia, a reflexão será pautada em expoentes de três tipos de notícias: suicídios ou tentativas, ocorrências sobre furtos e enfim notícias classificadas enquanto publicizações de desordens. Tais notícias, reitera-se, foram selecionadas levando em conta que envolveriam em sua narrativa personagens femininas diretamente, como autora ou foco principal do enredo, ou indiretamente, como agentes que se fazem presente, embora não sejam o núcleo central.

As primeiras notícias analisadas que evidenciam a ideia de tragédias enquanto espetáculo moral são as notícias referentes a suicídios ocorridos na cidade. A leitura conjunta das três notícias publicadas pelo *Diário do Interior* em 1914 evidencia um padrão discursivo na forma como o periódico construía as tentativas de suicídio protagonizadas por mulheres,

combinando estigmatização, moralização e apagamento de contextos sociais. Tais notícias aqui aludidas, podem ser lidas transcritas a seguir, as duas primeiras intituladas “queria morrer...” e a terceira sem título:

A **meretris Adelia de Lima**, residente á rua Tuyuty, tendo tido uma alteração com o seu amante, lembrou-se de fazer uma fita, hontem á tarde. Neste proposito, mandou comprar uma dóse de veneno de matar ratos e rás... tomou e começou a morrer aos gritos de socorro. Attendida pelas visinhas, **a suicida ficou prompta pra outra vez** (Diário do Interior, 05/07/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

Por **desgostos íntimos**, quiz morrer, hontem, em sua casa á rua Conde de Porto Alegre, **a parda Virginia do Nascimento**, ingerindo pequena solução de veneno. Attendida em tempo, ficou fóra de perigo. Virginia tem 25 annos presumiveis e é **solteira** (Diário do Interior, 23/09/1914, p. 1. Grafia do original. Grifos meus).

No <Restaurante Gaúcho>, hontem, de manhã, tentou contra a existencia, ingerindo uma dóse de sublimado corrosivo, **a horizontal Maximina Rocha**, branca, de 23 annos, presumiveis, de idade. Compareceu ali o sr. Octavio Lemos, delegado de polícia e o dr. Alfredo Torres que emdicou a tresloucada mulher, cujo estado é grave. **O motivo foi o de costume... amor e desprezo** (Diário do Interior, 14/11/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

A primeira notícia apresenta o caso de Adelia de Lima, cuja tentativa de suicídio é narrada em tom irônico, enfatizando sua condição de “meretris” e ressaltando elementos de ridicularização, como o comentário final de que estaria “pronta para outra vez”. A segunda, por sua vez, descreve a tentativa de Virginia do Nascimento de forma igualmente superficial, reduzindo-a à categoria racial “parda” e qualificando o episódio como motivado por “desgostos íntimos”, sem qualquer aprofundamento sobre suas circunstâncias de vida. Já a terceira matéria, ao tratar de Maximina Rocha, recorre à designação “horizontal” e atribui sua ação à explicação recorrente de “amor e desprezo”, reforçando estereótipos que naturalizam o sofrimento feminino como fruto exclusivo de paixões descontroladas.

Todas as personagens aparecem identificadas por atributos que as desqualificam socialmente: duas são designadas como “meretriz” e “horizontal”, reduzidas à condição de prostitutas,³ enquanto Virginia é definida pela cor e pelo estado civil. Nota-se que nas três ocorrências a identidade feminina é reduzida a marcadores que desqualificam moralmente essas personagens, seja por sua associação ao trabalho sexual, por atributos racializados ou pelo estado civil.

³Pretende-se, em trabalho futuro, dedicar uma análise específica e melhor aprofundada sobre as tentativas e suicídios cometidos por mulheres representadas enquanto prostitutas na cidade.

Do mesmo modo, as motivações são sistematicamente simplificadas: todas as tentativas são atribuídas a “desgostos amorosos”, “seu amante”, “desgostos íntimos” ou ao “motivo de costume... amor e desprezo”, naturalizando a ideia de que tais mulheres agiam movidas por impulsos emocionais irracionais. O tom irônico empregado nas notícias como nas expressões “ficou prompta pra outra vez” ou “tresloucada mulher” reforça esse enquadramento, ridicularizando o sofrimento e transformando o suicídio em espetáculo moral. O tom irônico e moralizante presente em tais contribui para deslegitimar o sofrimento dessas personagens, transformando suas experiências em narrativa de escárnio e reforçando estigmas sociais e de gênero. Ao privilegiar o sensacionalismo narrativo demonstrando o tipo de veneno utilizado, local exato, e silenciar sobre possíveis condições de vulnerabilidade, violência ou precariedade, o jornal produz representações que reafirmam hierarquias de gênero, classe e raça, enquadrando essas mulheres mais como desvios sociais do que como sujeitos históricos cujas experiências merecem compreensão.

As notícias do *Diário do Interior* referentes a pequenos furtos cometidos por mulheres em Santa Maria durante 1914 também permitem observar como a imprensa local produzia representações fortemente atravessadas por gênero, raça e classe social. Casos interessantes neste sentido são as publicadas em 11 de julho, intitulada “espertezas de uma gatuna” e a sem título publicada em 22 de outubro de 1914, transcritas a seguir:

A preta Almira Pereira emprega-se, como serviçal, da casa do sr. Francisco Azambuja, á avenida Rio Branco. Apenas deccorridos quatro dias, **e já ella punha em pratica a sua actividade proffisonal**, retirando das orelhas de uma filha pequena daquelle cidadão e collocando nas suas, um par de brincos. Isto feito, saiu de casa e não mais voltou para, ao menos, receber os dias de trabalho que tinha em haver. Notada a falta daquella joia, as desconfianças caíram logo em Almira, que vinha sendo cuidada por esse motivo. O sr. Azambuja, vendo-se, hontem, de longe, procurou-se approximar afim de vê-se ella usava os brincos roubados. Assim que Almira viu o seu ex-patrão, a primeira cousa que fez foi tirar os brincos das orelhas e esconder. O sr. Azambuja, tendo observado o plano, apertou com a esperta gatuna que deu conta em seguida da joia, a qual escondera, fechando-a na mão. Assim descoberta, foi pelo agente n.20 levada á policia, onde deu explicações sobre o facto, ficando presa. Dias antes, aquella mesma **gatuna** já havia com um par de chinellos pertencente á esposa do sr. Azambuja. Na policia, declarou ella que não tinha roubado as chinellas, mas as levava, porque estava chovendo (Diário do Interior, 11/07/1914, p. 3. Grafia do original. Grifos meus).

Uma **preta** que attende pelo nome de **Maria José**, hontem, pela manhã, roubou da < A Predilecta > uma peça de morim, **saindo tranquillamente** em direcção ao fim da rua do Acampamento, quando foi atacada por um empregado da que tomou-lhe o objecto furtado, em virtude de um aviso

telephonico do sr. Atilio Marsiaj (Diário do Interior, 01/11/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

Em primeiro lugar, nota-se que as mulheres pobres aparecem como personagens recorrentes e cuidadosamente enquadradas dentro de um discurso moralizante, que as associa à desordem urbana e à criminalidade. O caso de Maria José, identificada já no primeiro termo pela marca racial “uma preta”, evidencia essa estratégia de racialização: o furto de um tecido é narrado de forma a ressaltar sua suposta ousadia ao “sair tranquillamente” após o crime, enquanto a ação do empregado e do comércio é representada como resposta rápida, coordenada e civilizadora, mediada inclusive por tecnologia moderna, como o “aviso telephonico”.

A construção da “gatuna” Almira Pereira aprofunda esse enquadramento. Também descrita explicitamente como “preta”, sua presença como empregada doméstica é narrada com desconfiança desde o início pelo periódico. O jornal constrói Almira como alguém dotada de “actividade professionnall” no furto, ressaltando astúcia e malícia, enquanto minimiza o contexto de vulnerabilidade social desse tipo de trabalho, marcado pela informalidade e pela dependência. A narrativa enfatiza a esperteza e o descaramento da acusada, reforçando estereótipos desta como naturalmente inclinada ao furto. Além disso, o fato de o patrão segui-la e vigiá-la é apresentado como gesto legítimo, quase heroico. Assim, a notícia não apenas descreve um caso policial, mas performa um discurso disciplinador sobre corpos negros femininos.

Em contraste, outras mulheres que surgem descritas nas notícias, como a menor Antoninha dos Santos e a “mundana” Febronia Rodrigues, revelam nuances distintas na forma como o jornal constrói suas personagens. A notícia referente a Antoninha, intitulada “espertezas de uma menor” se encontra transcrita a seguir:

Ha dias, a **menor Antoninha dos Santos** chegou á < Casa Iris>, de propriedade do sr. Pedro Medeiros e levou dali, como amostra, cinco pés de calçados diferentes, porque queria experimental-os em a casa de seu pae, José Valentim dos Santos, morador no Beco da Cruz, levando, tambem, um par de chinellos. Já contava perdidas as suas amostras, quando, ante hontem, um daquelles prejudicadas, o sr. Medeiros, encontrou Antoninha, que calçava o par de chinellos, a que referimos. Intimada, a prestar contas do furto que praticára, Antoninha a principio, **quiz fingir-se de innocente**, isto é, dizendo que talvez fosse outra pessoa, com ella parecida. Em vista, porém, da firme convicção do sr. Pedro Medeiros, que reconheceu bem a ave, esta confessou que, de facto, havia levado as amostras dos calçados, mas que os havia mandado devolver, o que não é verdade, como ficou averiguado. A policia tomou sciencia do facto (Diário do Interior, 17/05/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

No caso de Antoninha, embora seja acusada de furto, o texto emprega uma linguagem que, ao mesmo tempo em que a repreende, a infantiliza, enfatizando sua tentativa de “fingir-se de inocente”. Mesmo ao narrar sua responsabilização, a notícia não mobiliza marcadores raciais, sugerindo que a ausência dessa marca retira parte do peso moral atribuído às acusações.

Já o caso de Febronia, descrita como “mundana”, revela outro tipo de representação: aqui, a mulher aparece menos como autora de desordem e mais como vítima de um crime. A notícia referida pode ser lida no trecho a seguir:

A **mundana Febronia Rodrigues**, moradora á rua coronel André Marques, ao lado do Minas Gerais, **tendo saído**, domingo, **deixou a porta de sua casa aberta, por descuido**. Mais tarde, voltando do passeio, ao penetrar no interior do predio, verificou que lhe haviam roubado toda a roupa de cama e vestidos do seu uso. Desse facto foi levado queixa á policia (Diário do Interior, 26/02/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

O termo utilizado para designá-la carrega uma moralidade sexual que informa a forma como o jornal enxerga mulheres que escapam às normas de respeitabilidade burguesa. A notícia silencia sobre sua cor e enfatiza seu comportamento desviante por outra via: a sexualidade e a suposta negligência moral, simbolizada pela porta deixada aberta “por descuido”.

No conjunto, essas narrativas evidenciam como os discursos impressos operavam classificações sociais, racializando certos corpos, sexualizando outros e infantilizando alguns. A imprensa local não apenas relatava ocorrências, mas contribuía para ordenar simbolicamente o espaço urbano, enquadrando as mulheres pobres, especialmente não brancas, como ameaças à ordem e à propriedade. Tais notícias de 1914 revelam mais do que pequenos furtos expõem um regime de visibilidade e vigilância que atravessava a Santa Maria da Primeira República, reforçando hierarquias sociais e legitimando práticas de controle sobre mulheres consideradas à margem da ordem moral urbana.

O terceiro eixo de notícias analisadas faz referências a contextos narrados como de desordem ou de conflitos urbanos. Os conflitos descritos discussão, engalfinhamento, sarilho, cacetadas, aparecem enquadrados como brigas de pouca importância (“questões de somenos importância”; “por questões de ciúmes”), reforçando um olhar que minimiza a gravidade da violência quando ela ocorre entre mulheres ou no ambiente popular. Notícias que são expoentes neste sentido, e que serão analisadas são as publicadas no dia 10 de fevereiro, em

10 de abril, ambas sem título, e a de 25 de dezembro de 1914, intitulada “espancamento”, transcritas a seguir:

A **parda Pardelina de Vargas**, residente á rua Conde de Porto Alegre, **enciumada** quiz tirar uma desforra da mulher de nome Gregoria, o que levou a effeito, hontem, ás primeiras horas do dia. Chegando á casa de sua **desafecta**, na Villa Brazi, foi recebida por esta e, apos uma atercação, Pardelina avançou contra a sua inimiga que, em (ilegível) fez-lhe um **ferimento** na cabeça, tendo sido pensada na sala da assistencia municipal (Diário do Interior, 10/04/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

Hontem, á tarde, **por questões de somenos importancia** travaram **discussão a parda Theodora Antonia dos Santos e a mulher do preto Matheus Severino Alves**. A **discussão azedou-se** e ambas as **contendoras se engalfinharam**, resultando Severino esbordoar Theodora, ao tomar parte na luta em defeza de sua mulher. Esse facto passou-se em uns poteiros de d. Felizinha Menna Barreto, nos suburbios da cidade. A policia, após ter conhecimento do occorrido, effectuou a prisão de Severino (Diário do Interior, 25/12/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

Por questões de ciumes, domingo a **preta Emilia dos Santos** foi á casa de sua visinha **Martimiana Ramos**, residente na Villa Brasil e, ahi chegada, **provocou forte sarilho** resultando apanhar algumas **cacetadas na cabeça e braços**. A **offendida, em represalia**, arrombou uma das portas da casa de Martimiana e **lhe jogou uma série de pedras recrudescendo o rôlo**. Chamadas á polica, ali, depois de apresentarem suas razões, ficaram ambas detidas até acalmarem os gênios (Diário do Interior, 10/02/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

As três notícias publicadas pelo *Diário do Interior* ao longo de 1914 compõem um quadro revelador das formas como a imprensa regional representava mulheres negras e pardas envolvidas em conflitos urbanos, acionando um repertório marcado pela racialização dos sujeitos, pela moralização das condutas e pela construção de um imaginário de violência cotidiana associado às camadas populares. Em todas as matérias, as protagonistas aparecem identificadas antes de tudo pela cor: “a parda Pardelina de Vargas”, “a parda Theodora”, “a preta Emilia dos Santos”, evidenciando que o marcador racial não funciona como simples descrição, mas como categoria que orienta a leitura moral do episódio.

O tom das notícias reforça uma narrativa em que conflitos entre mulheres são interpretados como fruto de ciúmes, rivalidades domésticas ou desentendimentos triviais, como no caso de Pardelina, que, “enciumada”, teria “tirado uma desforra”, ou no episódio envolvendo Theodora, cuja briga se inicia por “questões de somenos importância”. Esse enquadramento também reduz o conflito à esfera das paixões femininas, sugerindo impulsividade, emotividade e a ideia de predisposição ao descontrole.

A linguagem utilizada pelo jornal intensifica esse efeito. Termos como “avançou contra a sua inimiga”, “esbordoar”, “provocou forte sarilho”, “arrombou” e “jogou uma série de pedras” conferem um dinamismo quase teatral às cenas, transformando desentendimentos cotidianos em episódios de desordem moral e física. A progressão da violência é descrita com crescente dramaticidade, como no caso de Emília, cujo conflito se desdobra em agressões, represálias e destruição material, culminando na intervenção policial “para acalmar os gênios”. A escolha lexical, “gênios”, “rôlo”, “sarilho”, reforça o tom de desqualificação, como se tais comportamentos fossem esperados ou próprios dessas mulheres, traduzindo um olhar que mistura desprezo social e curiosidade sensacionalista.

O papel do Estado aparece de forma pontual e disciplinadora. Na primeira notícia, o encaminhamento de Gregoria à assistência municipal encerra o episódio sem maior aprofundamento. Na segunda, a prisão de Severino, que intervém espancando Theodora, indica a necessidade de contenção da violência masculina, mas o foco permanece na suposta agressividade das mulheres que iniciaram o conflito. Na terceira notícia, ambas as envolvidas são detidas não como punição penal, mas para recuperar a calma, reforçando a ideia de que são corpos a serem controlados. Essas intervenções marcam não apenas a presença de autoridades nas periferias e vilas da cidade, mas revelam uma lógica de vigilância sobre populações vistas como propensas à desordem.

Ao longo das três matérias, percebe-se ainda a construção de uma geografia moral que associa determinados bairros, como a “rua Conde de Porto Alegre”, “Vila Brasil”, “subúrbios”, “potreiros”, a comportamentos violentos e desregrados, compondo um retrato da cidade dividido entre zonas ordeiras e espaços de conflito. A escolha de destacar cenários periféricos reforça a ideia de que a violência é característica intrínseca desses locais e de seus habitantes, alimentando um imaginário estigmatizado sobre mulheres racializadas e pobres. Nesse sentido, as notícias não apenas informam sobre pequenos delitos, mas produzem narrativas que naturalizam a violência entre mulheres negras, circunscrevendo-as a um campo social onde emoção, rivalidade e agressividade seriam elementos constitutivos de suas vidas.

A análise das notícias criminais do *Diário do Interior* dialoga diretamente com a perspectiva apresentada por Trombetta (2024) acerca dos processos de racialização no pós-abolição em Santa Maria. Embora seu estudo se concentre nos autos judiciais da década de 1920, suas conclusões sobre a articulação entre estigma, violência e marcadores raciais permitem iluminar os mecanismos discursivos que operam também na imprensa local. Da mesma maneira que demonstrado por Trombetta (2024), a racialização não se expressa apenas

por nomeações explícitas de cor, mas emerge também em descrições corporais, na associação recorrente entre determinados grupos e práticas consideradas desviantes e na inscrição desses sujeitos em espaços urbanos moralmente hierarquizados. Dessa forma, ao considerar a imprensa como parte das dinâmicas mais amplas de construção social da suspeição, a leitura das notícias evidencia a permanência e a naturalização de categorias raciais que estruturavam a forma como certos corpos eram tornados visíveis e inteligíveis no cenário urbano santamariense.

As dinâmicas que envolvem a presença feminina nos espaços urbanos no início do século XX podem ser aprofundadas a partir da contribuição de Gabriela Rotilli dos Santos (2021), que investigou a experiência de mulheres pobres em Santa Maria entre 1903 e 1918. Seu trabalho permite situar as personagens femininas do *Diário do Interior* em processos sociais mais amplos, evidenciando como essas mulheres eram classificadas, reguladas e vigiadas nas ruas, nos espaços de moradia e nos circuitos de sociabilidade. A autora demonstra que suas trajetórias eram atravessadas por múltiplos dispositivos de controle moral, policial e institucional, que continuamente produziam sentidos sobre ordem, desvio e perigo.

Um exemplo significativo apresentado por Santos (2021) é a análise de publicações do jornal *O Estado*, cujas representações são semelhantes às observadas nas fontes trabalhadas neste artigo. Nesse periódico, mulheres pobres que circulavam fora dos padrões morais esperados eram frequentemente estigmatizadas. A autora menciona casos como o de mulheres encontradas vagando pelas ruas e conduzidas ao xadrez da Intendência municipal, descritas como “desabusadas”, ou ainda a notícia sobre o furto cometido por Rosa Alves da Cunha, qualificada pelo jornal como “levada do diabo” (Santos, 2021, p. 15). Tais enquadramentos revelam como a imprensa local contribuía para consolidar classificações morais que marcavam e limitavam a circulação feminina, realidade não restrita ao jornal *Diário do Interior*.

Outras conclusões importantes de Santos (2021) indicam que o trabalho de criada (serviçal) apresentava uma alta concentração de mulheres não brancas e que a maior parte das mulheres pobres era registrada como solteira, índice ainda mais elevado entre mulheres pardas e pretas. Esses dados sugerem a predominância, em Santa Maria, da prática do amasiamento como principal arranjo afetivo entre as classes populares, uma forma de união estável não reconhecida pela Igreja ou pelo Estado, mas amplamente difundida entre indivíduos ligados as classes populares.

O trabalho de Bárbara Textor (2019) também é primordial para a compreensão da distinção entre mulheres respeitáveis e desviantes para o recorte a partir da noção de honra. A partir da análise de discursos jurídicos e sociais em torno dos crimes de defloração, estupro e rapto, entre 1910 e 1939 ocorridos em Santa Maria, a autora evidencia que a honra, a sexualidade e a circulação das mulheres no espaço urbano eram permanentemente vigiadas e avaliadas a partir de expectativas rígidas sobre a conduta feminina. Conforme Textor (2019), a honra das mulheres era associada ao pudor sexual, de maneira com que atos como sair sozinha, circular pela cidade em horários considerados inapropriados, manter uma vida social mais ativa ou até mesmo, para o caso de mulheres pobres, trabalhar fora de casa poderiam ser interpretados como sinais de desvio moral.

Nesse sentido, uma percepção semelhante à registrada por Bárbara Textor (2019) pode ser observada nas notícias analisadas. As mulheres mencionadas pelo *Diário do Interior* parecem situar-se fora das expectativas sociais que reservavam o casamento como destino legítimo da feminilidade. Como aponta a autora, “as mulheres não mais virgens e que não casaram são definidas como perdidas, prostituídas, desonestas” (Textor, 2019, p. 80). Essa lógica de desqualificação moral ajuda a compreender a forma como o jornal enquadra essas personagens femininas, principalmente nos casos analisados que associam estas a prostituição, reforçando representações que associam sua condição social e afetiva a categorias de desvio e desordem.

Em suma, tais narrativas apresentadas pelo jornal, colocadas em contraposição com outros estudos, demonstram que essa não era a totalidade da realidade vivenciada pelas mulheres urbanas em Santa Maria. O trabalho de Santos e Farinatti (2024) evidencia justamente a complexidade dessas experiências ao analisar a pensão de Angelina Ilha em Santa Maria como um espaço de circulação econômica, negociação e construção de redes sociais vinculadas à prostituição. Longe de corresponder às imagens homogêneas e moralizantes projetadas pela imprensa e pelos registros policiais, as trajetórias examinadas pelos autores revelam formas variadas de agência, estratégias de sobrevivência e inserção no tecido urbano. Esse contraste reforça que as representações criminalizadoras atribuídas às mulheres pobres eram apenas uma parcela, e muitas vezes uma distorção, das múltiplas práticas e relações que estruturavam a vida cotidiana na cidade.

Considerações Finais

A análise das notícias sobre mulheres envolvidas em transgressões no início do século XX em Santa Maria evidencia que as representações produzidas pela imprensa operavam como importantes instrumentos de construção de fronteiras sociais, morais e raciais. Tais discursos, contribuía para fixar expectativas de comportamento feminino e reforçar hierarquias urbanas, ao mesmo tempo em que invisibilizavam a complexidade das trajetórias dessas mulheres.

Mais do que registrar ocorrências, o *Diário do Interior* participa da construção de percepções sobre raça, gênero e cidadania no início do século XX, representando essas mulheres não como sujeitos com agência complexa, mas como personagens tipificadas em uma dramaturgia de conflitos domésticos e paixões exacerbadas. A repetição de tais enredos, sempre centrados em ciúmes, brigas e descontrole, contribui para sedimentar estereótipos que justificam a vigilância estatal e a marginalização social, ao mesmo tempo em que transforma acontecimentos banais em pequenos espetáculos de violência para o consumo dos leitores.

Dessa forma, compreender esses episódios não significa apenas recuperar a presença histórica dessas mulheres, mas também tensionar os mecanismos de poder que definiram quem era visto como ameaça, quem podia circular na cidade e de que modo certos conflitos foram socialmente interpretados. Ao iluminar essas disputas e seus usos discursivos, este estudo contribui para a ampliação de uma história cultural do crime atenta às desigualdades de gênero, classe e raça, bem como aos modos pelos quais a cidade foi narrada, regulada e imaginada.

Fontes

A mundana Febronia Rodrigues. **Diário do Interior**. Santa Maria, 26/02/1914. Nº 47. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

A parda Pardelina de Vargas. **Diário do Interior**. Santa Maria, 10/04/1914. Nº 84, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Espancamento. **Diário do Interior**. Santa Maria, 25/12/1914. Nº 301, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Espertezas de uma gatuna. **Diário do Interior**. Santa Maria, 11/07/1914. Nº 161, p. 3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Espertezas de uma menor. **Diário do Interior**. Santa Maria, 17/05/1914. Nº 114, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

No Restaurante Gaúcho. **Diário do Interior**. Santa Maria, 14/11/1914. Nº 266, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Por questões de ciúmes. **Diário do Interior**. Santa Maria, 10/02/1914. Nº 34, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Procurando na medida de nossas forças. **Diário do Interior**. Santa Maria, 23/04/1914. Nº 94, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Queria morrer. **Diário do Interior**. Santa Maria, 05/07/1914. Nº 156, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Queria morrer. **Diário do Interior**. Santa Maria, 23/09/1914. Nº 222, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Relatório do Intendente Municipal (1915–1916). Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Uma preta que atende pelo nome de Maria José. **Diário do Interior**. Santa Maria, 01/11/1914. Nº 256, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Referências

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional - a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. 2. Ed. Canoas: Tip. Ed. La Salle, 1979.

CAIMARI, Lila Maria. **La ciudad y el crimen: delito y vida cotidiana en Buenos Aires, 1880-1940**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915**. 2005. 301f. Dissertação (Mestrado em História). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DA SILVEIRA, Daniela Magalhães. “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da Gazeta de Notícias (1890). **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 23, n. 42, p. 84-99, 2021.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010, p. 335-348.

GUIMARÃES, Valéria. Apresentação. Os primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os fait divers criminais. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, 2014.

KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque**. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.

LACOMBA, Juan Antonio. La historia local y su importancia. In: **Actas I Congreso de Historia de Linares**. Centro de Estudios Linarenses, 2012, p. 455-470.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Negros laços**: trajetórias coletivas das famílias dos nascidos de Ventre Livre no pós-abolição (Santa Maria/RS, 1871-1941). 2023. 486f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e polícia na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, jan.-abr. 1999.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia disciplinar (Brasil, 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Desabusadas e levadas do diabo**: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903 - 1918). 2021. 185f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Rua Riachuelo, 42: a pensão de Angelina Ilha e os negócios da prostituição no extremo Sul do Brasil (1915-1922). **História Econômica & História de Empresas**, v. 27, n. 1, p. 207-234, 2024.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TEXTOR, Bárbara Gonçalves. **Trilhos de honra e violência em Santa Maria da Bocca do Monte**: defloramentos, estupros e raptos (1910–1939). 2019. 410f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

TROMBETTA, Henrique Mareth. **Estigma e violência**: as faces da racialização em processos criminais no pós-abolição em Santa Maria – RS (1920 – 1925). 2024. 129f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

Do lar às páginas do jornal: educação, casamento e maternidade como estratégias emancipatórias em *O Jornal das Senhoras* (1852), por Juana Manso

*From home to newspaper pages: education, marriage, and maternity as emancipation strategies in *O Jornal das Senhoras* (1852) by Juana Manso*

Maraysa Araújo Silva,¹ UFRN

Resumo

Este trabalho tem como objetivo verificar as estratégias argumentativas articuladas por Juana Manso no artigo *Emancipação moral da mulher*, publicado em *O Jornal das Senhoras* (1852), em face da circulação de suas ideias emancipatórias. Nesse sentido, identifica-se que tal proposta emancipatória foi importada e adaptada ao periódico brasileiro, com base na instrumentalização dos papéis de mãe e de esposa. Verifica-se, assim, que, em vez de propor uma ruptura incisiva, Manso lançou mão de estratégias discursivas conciliadoras. Para tanto, argumentou em favor da educação feminina, recorrendo a espaços tradicionalmente designados à mulher, tais como o lar, o casamento e a maternidade. Dialogando com ideias transnacionais, a emancipação defendida no texto configurava-se como pré-requisito para o aprimoramento da nação brasileira, e não como um fim individual.

Palavras-chave: Imprensa oitocentista; *O Jornal das Senhoras*; Juana Manso; Emancipação das mulheres; Estratégias argumentativas.

Abstract

This study aims to examine the argumentative strategies articulated by Juana Manso in the article *Emancipação moral da mulher*, published in *O Jornal das Senhoras* (1852), in light of the circulation of her emancipatory ideas. In this regard, it identifies how such emancipatory proposals were imported and adapted to the Brazilian periodical, based on the instrumentalization of the roles of mother and wife. It is verified, therefore, that instead of proposing an incisive rupture, Manso employed conciliatory discursive strategies. To this end, she argued in favor of women's education by appealing to spaces traditionally designated to women, such as the home, marriage, and motherhood. Dialoguing with transnational ideas, the emancipation defended in the text was conceived as a prerequisite for the improvement of the Brazilian nation, rather than as an individual end.

Keywords: Nineteenth-century press; *O Jornal das Senhoras*; Juana Manso; Women's emancipation; Argumentative strategies.

Introdução

Em meados do século XIX, a imprensa foi um importante meio de circulação e negociação de ideias transnacionais. Na imprensa brasileira carioca, destaca-se, de modo particular, o pioneirismo de Juana Manso (1819-1875), fundadora e redatora de *O Jornal das*

¹ Doutoranda e Mestre em Literatura Comparada no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEL/UFRN). E-mail: maraysa.araujo.700@ufrn.edu.br

Senhoras (1852). Sendo principalmente direcionadas às mulheres brancas e elitizadas, que compunham um restrito círculo de leitores, as publicações do periódico buscaram, sobretudo, propagar ideias a respeito da injusta condição feminina e sua necessidade de emancipação. Cumpre sublinhar que o leitor pretendido do jornal também incluía homens, buscando seu apoio à causa da emancipação (Duarte, 2025).

Na contemporaneidade, os estudos que focalizaram o tema da emancipação em *O Jornal das Senhoras* (1852) apontaram que as publicações de Juana Manso reproduziram, essencialmente, os papéis de esposa e mãe socialmente atribuídos à mulher branca oitocentista. De acordo com Vasconcellos (1999), os artigos publicados por Manso, no jornal, não possuíam valor de manifesto, uma vez que buscavam qualificar a mulher exclusivamente para o desempenho de papéis tradicionais, em lugar de suscitar mudanças substanciais em sua condição. Além de fornecerem modelos de comportamentos femininos, Lima (2012) e Sales (2019) reconheceram que tais escritos defenderam a educação da elite feminina como base para o progresso da nação brasileira.

Conforme constatou Souto (2019), o discurso moderado e conservador, estrategicamente adotado pela redatora, contribuiu para a conquista de um público leitor e para a circulação e manutenção do jornal durante um período de quatro anos. Com efeito, se um discurso moderado já provocava considerável polêmica, um discurso de completa ruptura, denunciando a opressão das mulheres, seria, inequivocamente, rechaçado pelo público leitor. Apesar da recorrência de temas como maternidade e casamento nas edições do jornal em questão, Medeiros (2022) defende que os argumentos articulados por sua redatora não eram convencionais, justamente por partirem da singular perspectiva de uma escritora, jornalista e educadora. Ainda conforme Medeiros (2022), o jornal se situava em um contexto embrionário das lutas feministas.

Com base nesse levantamento, observa-se que trabalhos anteriores discutiram, a partir de diferentes perspectivas, o tema emancipação da mulher nos textos publicados por Juana Manso. Identifica-se, contudo, a ausência de uma sistematização dos recursos mobilizados pela redatora em sua argumentação, tendo em vista a circulação transnacional de ideias no contexto cultural oitocentista (Abreu; Mollier, 2016). Diante disso, o presente trabalho consiste em uma proposta preambular de um empreendimento mais amplo que visa ao enfrentamento da seguinte questão: quais foram as estratégias argumentativas articuladas por Manso em favor da emancipação moral da mulher na imprensa brasileira? Como ponto de partida para responder a tal questão, o objetivo deste artigo é verificar as estratégias

argumentativas articuladas por Juana Manso no texto *Emancipação moral da mulher* (1852), em face às condições e dinâmicas de circulação de ideias da cultura oitocentista.

Percurso metodológico: da materialidade do impresso à circulação de ideias

Nesta seção, explicita-se o percurso metodológico que viabilizou a categorização das estratégias argumentativas articuladas por Manso em defesa de seus ideais emancipatórios. Para tal categorização, recorreu-se à técnica de análise categorial de conteúdo (Bardin, 2011), que compreendeu as etapas de: pré-análise; exploração do material; e tratamento e interpretação dos resultados. Na etapa de pré-análise, aplicaram-se procedimentos relacionados ao planejamento do estudo, envolvendo a escolha do material, a leitura flutuante, a formulação do objetivo e a definição das categorias indicadoras pertinentes. Para a escolha do material, tendo em vista a problematização exposta na seção anterior, considerou-se a análise de textos jornalísticos publicados por Manso em *O Jornal das Senhoras* (1852).

Considerando essa delimitação, realizou-se uma busca por meio da palavra-chave “emancipação moral da mulher”, no acervo digitalizado de *O Jornal das Senhoras* (RJ) – 1852-1855, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Os resultados retornados compreenderam nove ocorrências contendo a frase exata entre aspas. Desse total de ocorrências, observou-se a presença da palavra-chave em cinco títulos de artigos. A partir disso, levou-se em consideração a particular relevância desses textos, visto que sugerem a centralidade do tema da emancipação moral da mulher, devendo, assim, apresentar recursos argumentativos a esse respeito.

Do conjunto de cinco textos considerados como pertinentes, selecionou-se a primeira ocorrência, que correspondeu ao artigo *Emancipação moral da mulher* (1852), publicado no segundo número do jornal, entre as páginas 12 e 14. Com esse material, realizou-se um estudo de caso das estratégias argumentativas articuladas por Manso no jornal. Em trabalhos posteriores, pretende-se analisar os demais textos encontrados, de modo a contribuir com uma sistematização mais ampla das estratégias mobilizadas pela redatora na imprensa brasileira.

Ainda na pré-análise, procedeu-se à leitura flutuante do material, que orientou a definição de quais categorias de indicadores seriam significativas à análise. Tais categorias corresponderam a estratégias particulares de argumentação, podendo também serem referidas como estratégias discursivo-argumentativas, recursos retórico-argumentativos, técnicas argumentativas, tipos de argumentos, dentre outros termos. Conforme já indicado, essas

estratégias devem ser articuladas como argumentos em defesa especialmente do direito à emancipação moral da mulher.

Na etapa de exploração do material, desenvolveram-se os seguintes procedimentos de análise: codificação, em que se segmentou o material em unidades menores (períodos); e categorização, em que se agruparam as unidades conforme o compartilhamento da característica comum de mobilizarem uma mesma estratégia argumentativa no texto. Nos mencionados procedimentos, concebeu-se, então, a noção de estratégias argumentativas como “raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer ou a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese” (Fiorin, 2018, p. 19).

O material selecionado se organiza em 129 linhas, que passam a ser notadas pela letra ‘L’ seguida de um algarismo que respeita sua ordenação. Assim, L1 identifica a primeira linha, L2 identifica a segunda e assim por diante. À vista disso, os agrupamentos de períodos correspondentes às diferentes categorias de estratégias verificadas se encontram situados em intervalos de linhas maiores. A título de exemplo, a primeira categoria encontrada, isto é, a estratégia de indagação, encontra-se no agrupamento de períodos entre as linhas L1 e L2.

Simultaneamente a essa etapa, realizou-se o tratamento e a interpretação dos resultados obtidos. No processo de tratamento, organizaram-se os resultados em parágrafos. Na interpretação, recorreu-se às contribuições teóricas da História Transnacional e da História Cultural, envolvendo a produção e a circulação de ideias no século XIX. Com base nessa historiografia, observou-se as transformações sociais pelas quais passavam a sociedade brasileira, com especial atenção à condição das mulheres e aos discursos que buscaram prescrever seus papéis sociais. Desse modo, pode-se compreender de maneira mais sistemática quais ideias transnacionais foram adaptadas ao periódico brasileiro.

A emancipação da mulher em movimento: circulação transnacional de ideias e transferências culturais

Buscando compreender as dinâmicas culturais que envolveram a produção e a circulação transnacional do conceito de emancipação das mulheres, propõem-se aproximações e cruzamentos entre os campos da História Transnacional e da História Cultural. No campo da historiografia transnacional, suscitam particular interesse os processos de trocas, movimentos e conexões entre sujeitos e ideias através de múltiplos eixos geoculturais. Sob esse prisma, estudos recentes enfatizam a acelerada circulação de ideias e trocas culturais no período compreendido entre o final do século XVIII e o século XIX (Abreu; Mollier, 2016). Trata-se

de uma época marcada pela progressiva integração do mercado mundial, por um conjunto de transformações técnicas – vinculado à ampliação dos meios de transporte e de comunicação – e pelo desenvolvimento das concentrações urbanas. Para além dessas mudanças em escala global, desenvolvia-se, nas Américas, a formação de Estados independentes e, com isso, uma busca incessante por forjar identidades nacionais.

Em um cenário de expressiva movimentação de sujeitos e ideias, as conexões culturais se materializaram para além dos limites nacionais, de modo que as fronteiras não impossibilitaram o “trânsito de livros, revistas, espetáculos e impressos em geral” (Abreu; Mollier, 2016, p. 11). Diante disso, o conceito de circulação se revela como uma categoria pertinente, uma vez que compreende as condições de deslocamento e troca de objetos culturais em escala transnacional. Tal categoria pode ser adequadamente articulada à noção de transferências culturais.

No âmbito da História Cultural, o conceito de transferências culturais remete a “interações complexas entre vários polos, diversas áreas linguísticas” (Espagne, 2017, p. 139). Essa perspectiva compreende, portanto, “uma concepção de movimento e de circulação de objetos, populações, indivíduos, ideias, crenças entre dois ou mais espaços culturais” (Rodrigues, 2010, p. 207). Metodologicamente, importa observar essas interações tanto no nível textual (a materialidade da obra) quanto no nível supratextual (as circunstâncias de produção e circulação), conforme sugere Xavier (2016).

No que concerne às mencionadas circunstâncias, a imprensa destacava-se como principal meio de produção e difusão de posicionamentos políticos, sociais, culturais e literários no espaço brasileiro, em meados do século XIX. Nas páginas dos jornais, mobilizou-se a palavra impressa como um instrumento de disputa, veículo por meio do qual se exprimiam e se defendiam, publicamente, determinados discursos e ideias (Luca, 2023). Ao veicular especialmente os interesses da elite letrada, esses periódicos atuaram na modelagem da vida social brasileira, normatizando condutas para a recém-fundada nação.

Em meio a essas dinâmicas de disputas simbólicas, inaugurava-se, progressivamente, a chamada imprensa feminina brasileira (Duarte, 2023). Um significativo marco dessa imprensa consistiu na fundação de *O Jornal das Senhoras* (1852), sob a redação de Juana Manso. Em suas publicações, a redatora criticou a submissão das mulheres e reivindicou a ampliação de seus direitos, tais como o direito à educação.

Tais reivindicações dialogavam com um cenário transnacional marcado por uma crescente presença feminina na imprensa. Nos Estados Unidos, Margaret Fuller se tornava

uma das primeiras mulheres redatoras ao atuar no jornal *The Dial* (1840-1842) e, posteriormente, atuou como editora literária do *New-York Tribune* (1844-1846) (Velleman; Belletti, 2022). Nesse cenário, Fuller debateu sobre os direitos das mulheres, com a publicação de *Woman in the Nineteenth Century* (1845). Ainda nesse espaço cultural, publicava-se a *Declaration of Sentiments* (1848), fruto de uma importante convenção ocorrida em Seneca Falls. Em tal declaração, as pioneiras do feminismo estadunidense utilizaram a metáfora da escravidão em comparação a opressão à qual as mulheres brancas estavam submetidas.

Direcionando o olhar para as dinâmicas culturais do sul das Américas, nota-se a presença e a circulação de textos fundamentais sobre os direitos das mulheres nesse espaço. No Brasil, conforme aponta Campoi (2011), dentre esses escritos que tratavam do papel social feminino, circularam obras como *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), de Mary Wollstonecraft, e *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), de Nísia Floresta (1989). Identificou-se também, segundo Sales (2020), a difusão do pensamento de Madame de Staël, notadamente em seu relato de viagem *De l'Allemagne* (1814), obra que reuniu significativas reflexões de cunho filosófico, político, literário e feminista. Diante desse trânsito de obras, verifica-se que a luta pela emancipação das mulheres brasileiras – empreendida em *O Jornal das Senhoras* (1852) – insere-se em uma rede de reivindicações mais ampla, caracterizada com trocas transnacionais a respeito dos ideais de igualdade entre os gêneros.

O discurso emancipatório, contudo, confrontava-se com as narrativas hegemônicas globais. Dentre as concepções predominantes a respeito da mulher burguesa, observam-se duas vertentes (Martins, 2004). De acordo com a primeira vertente, mesmo pressupondo a inferioridade física e intelectual feminina, considerava-se que a educação era um meio de transformação. Por outro lado, conforme a segunda, a inferioridade feminina constituía uma “deficiência”, que representava uma ameaça à integridade masculina. Ao se apropriarem e adaptarem essas concepções, intelectuais e médicos buscaram “civilizar” a sociedade brasileira por meio do discurso higienista e da ideologia maternalista. Nesse projeto civilizatório, cabia à mulher a missão de formar cidadãos morais, o que legitimava uma instrução limitada aos ofícios domésticos e reforçava a tese da inferioridade biológica, para interditar seu acesso à esfera pública e às carreiras intelectuais.

Considerando o mencionado quadro de narrativas dominantes, observa-se que a intelectual Juana Manso mobilizou diversos recursos retóricos nas páginas de *O Jornal das*

Senhoras (1852), a fim de legitimar sua voz no espaço da imprensa, negociando com as expectativas de seu tempo sem renunciar ao seu projeto feminista. Para compreender a tessitura de sua argumentação, volta-se o olhar para a materialidade do texto, no intuito de verificar quais foram as estratégias argumentativas articuladas pela autora em defesa dos direitos das mulheres no artigo *Emancipação moral da mulher* (1852).

Do lar às páginas do jornal: estratégias argumentativas em *Emancipação moral da mulher* (1852)

A defesa da instrução feminina em *O Jornal das Senhoras* (1852) não era um fim em si mesma, mas um meio de disputa. Alinhada à noção de que a educação ampliaria os horizontes das mulheres, contribuindo para sua independência econômica e melhoramento social (Hahner, 2003), Manso articulou variadas estratégias argumentativas que justificassem tal reivindicação. Buscando compreender esses movimentos discursivos, analisa-se o artigo *Emancipação moral da mulher*, publicado no mencionado jornal. Nesse texto, a autora sustenta a tese de que a emancipação moral feminina legitimava instâncias fundamentais de sua vida social, vinculando o aprimoramento individual da mulher ao fortalecimento da família e, conseqüentemente, ao progresso da nação.

Na introdução do artigo, pressupondo a polêmica que envolvia o tema da emancipação, a autora recorre à estratégia de indagação (L1-L2), conforme evidenciado no trecho: “Emancipação moral da mulher – o que vem a ser isto?” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12).² A partir disso, o texto estabelece uma disputa de sentidos, convidando o leitor a reexaminar as definições hegemônicas de emancipação antes mesmo de aderir à sua tese.

Em tal disputa discursiva, Manso lança mão da estratégia de dissociação de noções (L3-L12), que consiste em um meio para separar “ideias que aparecem em pares hierarquizados: essência e aparência, letra e espírito, figurado e literal” (Fiorin, 2018, p. 193). Desse modo, a autora parte do pressuposto de que a essência do conceito de emancipação estaria sendo distorcida pela aparência do senso comum, que erroneamente a interpreta como sinônimo de revolução. Afastando o leitor dessa possível leitura, o texto defende que, por trás das aparentes ideias de “revolução”, “rebelião” e “delírios de utopistas”, desvela-se sua verdadeira essência: a emancipação entendida como “verdades eternas, e que estão ao alcance de todas as inteligências, mesmo mediocres” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12).

² A grafia do jornal será mantida nas citações diretas presentes neste artigo.

Dando continuidade à sua articulação retórica, o artigo adota a estratégia de apelo aos valores morais (L13-L14), direcionando-se especialmente aos “homens de boa fé” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12). Esse recurso visa capturar a adesão do público leitor masculino à tese de emancipação das mulheres. Apoiando-se nesses valores morais, o texto reforça sua proposição ao empregar, dessa vez, a estratégia de argumento pragmático (L14-L18). Nessa estratégia, “defende-se uma dada ação, levando em conta os efeitos que ela produz” (Fiorin, 2018, p. 165). Desse modo, Manso defende que o progresso da nação depende da emancipação moral da mulher, tornando esse meio (a emancipação) uma exigência indispensável para o alcance daquele fim (o progresso).

Consolidando sua construção argumentativa, a autora mobiliza a estratégia do argumento de autoridade (L17-18), fundamentada na implicação de que a vontade divina é inquestionável. Ao se referir à mulher como “aquella que Deos lhe deo por companheira” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12), o texto aproxima sua proposição a uma espécie de sacralidade religiosa. Com isso, a aceitação da proposição passava a ser uma obrigação condizente com o dever moral e o compromisso cristão.

Quanto à figura da mulher companheira, a autora estabelece uma dissociação (L19-L27) entre os domínios da aparência e da essência. Sob essa ótica, enquanto a aparência vincula a mulher estritamente a misérias e defeitos morais, a essência confere-lhe uma dimensão divina e social, fundamentada na origem da vida e na continuidade do companheirismo. Desse modo, o pressuposto do texto se pauta nas noções de igualdade e reciprocidade, defendidas como necessárias para o pleno cumprimento dos papéis de esposa e de mãe.

De modo a revisitar a questão central do texto, Manso lança mão da estratégia de indagação (L28-L30), reiterando a pergunta: “o que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher?” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12). Visando atribuir sentido ao referido termo (Fiorin, 2018), a autora emprega a estratégia de definição (L31-L39). Segundo essa acepção, a emancipação se trata do “verdadeiro conhecimento da missão da mulher na sociedade” e do “justo gozo de seus direitos” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12). Emancipar-se consiste, assim, em adquirir consciência de seus deveres, para, posteriormente, reivindicar seus direitos. Essa conquista, no entanto, esbarrava no “brutal egoísmo” do homem, sentimento que impedia a reflexão acerca da utilidade de uma mulher emancipada (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12).

Estimulando uma reflexão a respeito dos benefícios da emancipação para os homens, a redatora recorre à metáfora (L35-L37). Por meio desse recurso retórico, ilustra que “um anjo lhe será mais útil que uma boneca” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12). Com base no fragmento, entende-se que uma mulher dotada de conhecimento moral pode contribuir mais efetivamente com sua família, ao passo que aquela cuja existência se resume ao cultivo das aparências pode terminar reduzida à condição de mero ornamento.

Somado a esse argumento, Manso utiliza o recurso de indagação (L40-L42), para evidenciar uma contradição ideológica que perpassa o século XIX: o descompasso entre o discurso progressista e a opressão das mulheres. Ao questionar a utilidade de se instruir o espírito feminino para, em seguida, desampará-lo “sob as bases do progresso” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 12), o texto coloca o leitor diante de um impasse lógico. Nesse cenário, a manutenção do estado de submissão da mulher revela-se incompatível com as aspirações de modernidade, invalidando, por extensão, o ideal de nação defendido por intelectuais oitocentistas. Como alternativa ao mencionado impasse, a autora condiciona, valendo-se do recurso de causalidade (L52-L55), a emancipação das mulheres a uma mudança na educação dos homens. Como um desdobramento dessa ideia, destaca-se o papel da maternidade na educação dos filhos, fundamentado em leis naturais e princípios morais que regem a conduta humana. Desse modo, a partir de uma relação de causalidade (L56-L61), o texto vincula a função educadora da mãe a uma progressiva conquista de igualdade entre os gêneros. Essa fundamentação é reforçada pela construção retórica do texto, que articula tanto o apelo aos valores morais (L62) – ao dirigir-se aos homens de boa fé – quanto o apelo às emoções (L63-L81), mobilizado por questionamentos acerca da noção de amor.

Conferindo contornos aos mencionados apelos, o texto adota a estratégia de definição (L82-L102) a fim de conceituar o termo amor. Mediante o uso desse recurso retórico, o amor é apresentado de diversas formas, dentre as quais se destacam: um “sentimento unico”, a “chave de todas as virtudes”, a “fusão misteriosa de duas almas confundidas em uma só” e a “protecção mutua e constante de dous corações irmãos” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 13). Tais definições revelam que o conceito pressupõe uma união moralmente igualitária, sustentada pela reciprocidade naturalmente atribuída ao vínculo fraternal.

Esse vínculo, contudo, mostra-se vulnerável ante a injusta condição à qual estavam submetidas as mulheres. Para ilustrar essa fragilidade, articulam-se estratégias de causalidade e metáfora (L103-L110), as quais evidenciam a incompatibilidade entre a hierarquia de gênero e a sobrevivência do amor. Nessa direção, enquanto a causalidade justifica a

necessidade de igualdade como condição essencial para a união, a metáfora personifica o amor, atribuindo-lhe expressões de natureza humana, conforme aponta o fragmento: “porque ante a superioridade de um dos sexos – o amor – se detinha, desaparece e troca o seu fagueiro riso em uma lagrima silenciosa” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 13). Diante disso, a troca do riso pela lágrima simboliza, metaforicamente, a própria transformação da união em solidão. Reforçando sua tese central, a autora recorre ainda à estratégia de apelo emocional (L111-L116), ao interpelar seus leitores com a seguinte exclamação: “se os homens pudessem compreender todas as amotinações e profundas magoas que depedação o coração da mulher!” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 13). Com esse pedido de empatia, o texto busca validar o sofrimento feminino como um sintoma direto de sua opressão.

Além da conceituação do amor, o artigo mobiliza a estratégia de definição (L117-L128) no intuito de delimitar diferentes significados atribuídos ao matrimônio. Para a mulher, o ideal de casamento representa o “alvo” e o “fim da sua existencia”, dada a relevância conferida à sua missão como esposa e mãe (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 13). Em contrapartida, para grande parte dos homens, o casamento consiste em um “meio de satisfazer um desejo, um capricho ou simplesmente mudar de estado. Ou assegurar sua fortuna” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 13). Essa visão egoísta reflete a desumanização das mulheres, reduzidas a instrumentos de conveniência masculina. De modo a ilustrar tal condição, o texto utiliza a estratégia de comparação (L129-L135), na qual a utilidade da esposa é equiparada à de um animal ou à de um acessório descartável. Com isso, a autora argumenta que o homem dedica à esposa a mesma atenção que dedicaria a objetos quaisquer.

Como reflexo das incertezas do matrimônio, Manso argumenta em favor da instrução das mulheres burguesas, a qual passaria a funcionar como uma espécie de dote simbólico, uma alternativa estratégica diante do contínuo desaparecimento dos dotes no século XIX (Nazzari, 2001). Nesse contexto, a autora emprega a estratégia de causalidade (L136-L142), demonstrando que a ignorância intelectual constitui uma das causas primordiais da sujeição feminina. Privada do acesso à educação, a mulher se tornava “vítima de todos os preconceitos e vulgaridades da estupidez!” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 13), de modo que sua ignorância servia de pretexto para estigmatizá-la como moralmente incapaz. Esse estigma se reforça por indagações retóricas (L143-151), que denunciam a reprovação de qualquer conduta feminina e a consequente negação de seu direito à razão.

Para além da instrução, outro fator que condiciona a emancipação feminina é o acesso ao trabalho, cuja negação reitera a submissão da mulher à esfera doméstica. Por meio da

estratégia de causalidade (L152-L159) o texto demonstra que, no Brasil, a submissão feminina decorre, entre outros fatores, da ausência de perspectivas profissionais, visto que “todas as carreiras industriaes estão lhe vedadas” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 13). Ao recorrer à estratégia de comparação (L160-L166), o texto estabelece um contraste entre a situação das Américas e o progresso da Europa e dos Estados Unidos, contextos nos quais o exercício de diversas profissões já constituía uma realidade entre as mulheres.

Dando sequência à análise, identifica-se uma estratégia de concessão (L167-L175) caracterizada pelo reconhecimento da figura masculina como chefe da família, sem, contudo, anular o poder da figura feminina. A esse respeito, o texto argumenta que é “desde o seio de sua família que ella pode ter uma influencia directa, sobre essa mesma família, sobre a nação, e sobre a humanidade inteira” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 14). Paralelamente a essa concessão, explicita-se, por meio de exemplificação (L176-188), o papel moral e regenerador desempenhado pela mulher burguesa, fundamentado nos ideais de amor e maternidade (Martins, 2004). Nos limites do lar, essa influência se concretiza tanto na instrução dos filhos quanto no suporte emocional oferecido ao esposo. A figura feminina assume, portanto, a função de formar indivíduos sob os princípios higiênicos e econômicos fundamentais à consolidação da nação brasileira.

De forma direcionada ao público masculino, o texto articula a estratégia de apelo à ignorância (L189-L201). A autora interpela os leitores ao sugerir que estes desconhecem o verdadeiro sentido de amor e de família, valendo-se de provocações como “não sabeis o que perdeis” e “vós que não conheceis da familia, se não o nome” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 14). Com isso, a provocação retórica serve para demonstrar que o progresso da família e, por extensão, o progresso da nação dependem invariavelmente da emancipação da mulher.

A fim de delimitar o papel feminino na família, o texto emprega a estratégia de definição (L202-L223). Na condição de mãe, caberia à mulher transmitir valores morais como resignação, paciência e coragem, atuando como a “voz sagrada e imperiosa do dever” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 14). Já no papel de esposa, estaria incumbida de oferecer suporte emocional, aconselhando e consolando o esposo. O exercício desses deveres permitiria à mulher instruída atuar como o “receptaculo das dores e dos prazeres da familia” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 14), metáfora que a consagra como guardiã moral da esfera doméstica. Somada a essa imagem, o texto adota a estratégia de autoridade (L221-L223) ao recorrer a analogias religiosas, tais como “santa e imaculada como a mesma mai do salvador” (*O Jornal das Senhoras*, 1852, n. 2, p. 14), atribuindo à maternidade um caráter

elevado e místico (Badinter, 1985). Tais estratégias retóricas dialogam com os discursos médico e periodístico da época, os quais legitimavam a função feminina de reformar, moralmente, a sociedade (D'Incao, 2004).

Para consolidar seu ponto de vista, Manso articula uma estratégia de causalidade (L224-L299) que projeta a emancipação moral como o desdobramento lógico da fundamentação construída ao longo do artigo. Ao refutar de maneira perspicaz noções do senso comum, a autora mobiliza variados recursos argumentativos para sustentar que o acesso à educação é um requisito indissociável ao progresso e à civilidade de uma nação. Nessa perspectiva, o texto se insere em um debate transnacional que, no século XIX, buscou redefinir o lugar social das mulheres a partir de sua ilustração. Embora o discurso importe ideais liberais de um contexto global, a autora adapta suas reivindicações às particularidades do público da Corte e às limitações materiais de um periódico feminino.

Considerações finais

Nas páginas do jornal, a redatora Juana Manso disputou, discursivamente, a defesa da emancipação moral da mulher, entendida como um processo que envolve tanto a tomada de consciência dos seus papéis sociais quanto a conquista dos direitos para tal. Conforme verificado na seção de análise, verifica-se que a autora recorreu a variadas estratégias argumentativas emancipatórias para sustentar sua tese, adaptando ideias transnacionais ao cenário brasileiro.

A postura defendida no artigo se configurou como uma proposta conciliadora frente aos discursos hegemônicos que legitimavam a inferioridade intelectual e moral feminina. Ao reivindicar a educação, Manso tomou como ponto de partida os espaços tradicionalmente designados à mulher burguesa – o lar, o casamento e a maternidade. Com base no espaço privado, a autora condicionou o desenvolvimento da nação à conquista de direitos femininos.

Por meio de estratégias discursivas conciliadoras, a autora reafirmou o papel do homem como chefe da família e o cumprimento dos chamados deveres naturais pela mulher. O cumprimento de tais deveres, contudo, estava atrelado ao acesso à instrução feminina, entendida como necessária para o aprimoramento dos papéis de esposa e mãe.

Sendo responsável pela educação de seus filhos e pela consolação do homem, a mulher poderia exercer influência moral sobre sua família e, conseqüentemente, sobre sua nação. Possuindo direitos naturais distintos, o homem e a mulher deveriam encontrar no

casamento um laço harmonioso, marcado pela amizade e pela proteção mútua. Na maternidade, a mulher educaria seus filhos de maneira meiga e majestosa.

Se por um lado a autora reforçava discursos hegemônicos ao aceitar as funções da maternidade e do casamento, por outro lado, subvertia a própria lógica de subordinação. Argumentando que a ilustração das mulheres era indispensável para o progresso social, subordinava-se o aprimoramento de tais funções à conquista de direitos femininos, notadamente no campo da educação e do trabalho.

Conforme o texto analisado, para superar esses limites do espaço privado, fazia-se necessário reivindicar a igualdade intelectual entre os gêneros. Ao defender o acesso à instrução feminina, o discurso de Manso sinalizava, de maneira sutil, a possibilidade do exercício de profissões, já que era uma prática comum na Europa e nos Estados Unidos. Essa reivindicação de igualdade também se expressa em seus convites à colaboração de leitoras com o jornal, encorajando, desse modo, um perspicaz movimento do lar às páginas dos impressos.

Diante de um cenário conservador, Juana Manso agitou um significativo debate, fruto de uma complexa negociação retórica por meio da qual adaptou ideias transnacionais relacionadas à emancipação feminina ao cenário brasileiro. A redatora buscou, assim, conscientizar as mulheres a respeito de seus direitos e deveres, e, sobretudo, despertar o interesse para o seu potencial intelectual. Dada a expressiva quantidade de publicações a esse respeito, espera-se, em trabalhos futuros, compreender, de forma mais ampla, a argumentação tecida por Manso em variados jornais brasileiros.

Fontes

Emancipação moral da mulher. **O Jornal das Senhoras**. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 12-14, 11 jan. 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/700096/9>. Acesso em: 8 dez. 2025.

Referências

ABREU, Márcia. MOLLIER, Jean-Yves. Nota introdutória. In: ABREU, Márcia. (org.). **Romances em Movimento**: a circulação transatlântica dos impressos. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 9-13.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 196-213, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200010>.

COSTA, Adriane Vidal; PALTI, Elías J. (org.). **História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 259-279.

Declaration of Sentiments. In: **Report of the Woman's Rights Convention, held at Seneca Falls, New York, July 19th and 20th**. Rochester: Printed by John Dick at the North Star Office, 1848, p. 7-12. Disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.rbc/rbcmil.scrp4006702>. Acesso em: 19 jan. 2026.

DUARTE, Constância Lima (org.). **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DUARTE, Constância Lima. Imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX: press and emancipation of women in Brazil in the 19th century. **Caminhos da História**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 70–79, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v30n1p.70-79>.

ESPAGNE, Michel. A noção de transferência cultural. Tradução de Dirceu Magri. **Jangada crítica**, v. 5, n. 1, p. 136 - 147, jan./jun., 2017. DOI: <https://doi.org/10.35921/jangada.v5i1.568>.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2018.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FULLER, Margaret. **Woman in the Nineteenth Century**. New York: GREELEY & McELRATH, 1845. Disponível em: <https://archive.org/details/womaninnineteent1845full>. Acesso em: 19 jan. 2026.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LIMA, Joelma Varao. **O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico**: mulher, educação, maternidade e corpo - (Rio de Janeiro na segunda metade do Século XIX). 2012. 191 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2023.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MEDEIROS, Luma Virgínia de Souza. “Mas afinal, o que vem a ser a mulher?”: representação da mulher oitocentista e formação da leitora no Jornal das Senhoras. 2022. 128f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

RODRIGUES, Helenice. Transferência de saberes: modalidades e possibilidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez., 2010. DOI: <https://doi.org/10.5380/his.v0i53.24122>.

SALES, Carla da Silva de. **A imprensa que educa**: O Jornal das Senhoras e a formação moral e intelectual feminina (1852-1855). 2019. 113 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SALES, Francisco Gesival Gurgel de. **A escritura que se faz com o outro**: diálogo e transferências culturais de Machado de Assis com a obra de Madame de Staël. 2020. 111f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **Mulheres e ideias impressas**: projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e Buenos Aires (1852-1855). 2019. 320f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

STAËL-HOLSTEIN, Mme La Baronne de. **De l'Allemagne**. 2. ed. Paris: H. Nicolle: Mame Frères, 1814, v. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9676861h>. Acesso em: 19 jan. 2026.

VASCONCELLOS, Eliane. Joana Paula Manso de Noronha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, p. 228-232.

VELLEMAN, Barry; BELLETTI, Karina Paola. Dos plantas que no se pudieron aclimatar en las Américas: Juana Manso (1819-1875) y Margaret Fuller (1810-1850). **Cuarenta Naipes**, ano 4, n. 7, p. 68-92, 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman**: with strictures on political and moral. Londres: J. Johnson, 1792. Disponível em: https://archive.org/details/bim_eighteenth-century_a-vindication-of-the-rig_wollstonecraft-mary_1792. Acesso em: 19 jan. 2026.

XAVIER, Wiebke Röben de Alencar. Romance brasileiro em tradução alemã: O Guarany e Innocência, produto nacional e best-seller no longo século XIX. In: ABREU, Márcia. (org.). **Romances em Movimento**: a circulação transatlântica dos impressos. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 159-188.

A lógica biologizante constrói o gênero? Comparando as obras *Sejamos todos feministas* (2015) e *A invenção das mulheres* (2021)¹

Does the biologizing logic construct gender? Comparing We should all be feminists (2015) and The invention of women (2021)

Laura Bergozza Pereira,² UFPel

Resumo

O presente trabalho, inserido no campo de estudos historiográficos de gênero, trata sobre a análise de duas obras produzidas por autoras nigerianas, *Sejamos todos feministas* (2015), de Chimamanda Ngozi Adichie e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (2021), de Oyèrónkẹ Oyěwùmí. A partir da análise comparada, proposta por Kocka (2003; 2009), questiona-se, com base na metodologia comparada, como as obras citadas tratam a perspectiva biológica do gênero, considerando os atravessamentos das violências colonialistas, que sustenta a perspectiva eurocêntrica-ocidentalizante.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Feminismos africanos; Colonialidade.

Abstract

This work, situated within the field of historiographical gender studies, examines two books written by Nigerian authors: *We Should All Be Feminists* (2015), by Chimamanda Ngozi Adichie, and *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses* (2021), by Oyèrónkẹ Oyěwùmí. Through a comparative analysis, as proposed by Kocka (2003; 2009), it investigates how these works address the biological perspective of gender, considering the intersections of colonialist violence that uphold a Eurocentric–Westernizing framework.

Keywords: Gender studies; African feminisms; Coloniality.

Introdução

Os processos de apagamentos e silenciamentos que atravessam as Histórias das Áfricas³ tocam feridas profundas, em que sujeitos e seus conhecimentos são deslocados às

¹ Este artigo é construído como um recorte da monografia da autora, intitulada *Gênero, colonialismo e feminismos africanos: um estudo comparativo das obras Sejamos todos feministas (2015), de Chimamanda Ngozi Adichie e A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero (2021), de Oyèrónkẹ Oyěwùmí*.

² Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7565160982415221>; e-mail: laurabergozzap@gmail.com.

³ A ideia de múltiplas Áfricas dá-se em correspondência com Pacheco (2008, p. 9), que compreende que as complexidades e diversidades históricas, sociais e geográficas do continente africano constituem as variadas Áfricas.

margens das lógicas eurocêntricas-ocidentalizantes.⁴ A subjugação de povos, saberes e estruturas socioculturais africanos corresponde, nesse sentido, à manutenção da hegemonia⁵ branca e patriarcal do Norte Global, em que a pluralidade de línguas, sujeitos, vozes e memórias são usurpados pelas violências colonialistas.⁶

A destituição da humanidade, firmada em conjunto com a construção da ideia de incapacidade e incivilidade de determinados povos e corpos, foi o cerne de sustentação da narrativa de superioridade europeia (Carneiro, 2005, p. 99). Neste prisma, a universalização de conceitos e sentidos africanos, realizados em prol da branquitude patriarcal, toca para além da marginalização, ela vincula-se a negação e eliminação daquele/a caracterizado como outro/a, em que sua presença, seus signos e símbolos próprios são apagados. Isto é, verifica-se um processo de “[...] realidade negada, a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana” (Asante, 2009, p. 95).

Os apagamentos das singularidades que constituem as complexidades de diferentes sociedades africanas estão conectados, para tanto, ao domínio da lógica colonialista (Hernandez, 2005, p. 18), que estabeleceu a perspectiva eurocêntrica-ocidentalizante como norma. As perspectivas próprias de África passaram, assim, a ser atravessadas por um processo de imperialização, para que se encaixem nos parâmetros eurocêntricos (Dove, 1998, p. 6). Neste horizonte, a violência epistemológica,⁷ a qual se realiza através do aniquilamento de conhecimentos de populações subjugadas (Nanque, 2018, p. 3), também foi instrumentalizada para confecção da racialidade (Carneiro, 2005, p. 96). Martins e Moita (2018, p. 6) explicitam essa correlação ao afirmar que,

[...] uma sociedade que passa a construir-se epistemologicamente dentro de uma perspectiva branca colonial e patriarcal, a partir de uma relação extremamente desigual de saber-poder que, historicamente e de modo sistemático tem colocado em um espaço de subalternidade o conhecimento e formas de saber dos povos e nações colonizados dando existência à dominação epistemológica (Martins; Moita, 2018, p. 6).

⁴ O termo “eurocêntrico-ocidentalizante” é inspirado no conceito “eurocentralizante”, proposto por Pinto (2023), sendo apreendido em vista da compreensão de que, com o avanço do capitalismo, a Europa deixa de ser a única protagonista das violências de exploração e subjugamento entre países.

⁵ Hegemonia é entendida, neste momento, como uma forma de dominação abrangente. Adota-se, portanto, a perspectiva de Hall (2003, p. 312), o qual destaca o caráter multidimensional da hegemonia, reconhecendo que ela também está relacionada com a imposição de certa interpretação sobre o mundo, confeccionada como a única a ser seguida (Díaz, 2017, p. 170).

⁶ Para este trabalho, lança-se mão da perspectiva decolonial de colonialidade, a qual entende colonialidade como a continuidade das violências coloniais (Ferrara; Carizzo, 2021, p. 3).

⁷ Epistemologia aqui é compreendida a partir da compreensão de Kilomba (2019, p. 54), a qual define não apenas como o processo de aquisição do conhecimento, mas também como identificadora daquilo apreendido como “conhecimento verdadeiro” e de quem se pode confiar.

As construções de conhecimento, erudição e ciência não se distanciam, desta forma, das relações de poder, a qual a diferença racial está incluída (Kilomba, 2019, p. 50). Para além, urge notar que a hierarquia racial está associada às violências sexistas (Kilomba, 2019, p. 101). Por isso, quando se considera os recortes de racialidade, gênero e espaço geográfico, isto é, quando se trata de mulheres negras africanas, as práticas de epistemicídio tomam novos enquadramentos, haja vista que suas colaborações para o processo de construção do conhecimento são categorizadas como residuais e periféricas (Aquino, 2020, p. 158).

Para tanto, a resistência de mulheres africanas dá-se tanto de forma interna, quanto externa, já que a desconstrução da perspectiva eurocêntrica está ligada à oposição das opressões de gênero (Dove, 1998, p. 20). Nesse prisma, a preocupação com as especificidades africanas foi um aspecto que marcou a ruptura epistemológica nos estudos de gênero, em que se passou a considerar racialidade e colonialidade como dispositivos entrelaçados às violências de gênero (Silva, 2021, p. 279). O desenvolvimento dos movimentos feministas em África tem problematizado a própria compreensão de “gênero”, ponderando sobre os atropelamentos colonialistas sobre esta categoria (Arduino, 2016, p. 144).

É sob o cenário de reivindicações e problematizações interseccionais, em que aspectos como raça, gênero, nacionalidade, classe e etnia são postos ao debate, que este trabalho se desenvolve. Inserindo-se no campo dos estudos historiográficos de gênero, analisa-se duas obras produzidas por autoras nigerianas: *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie, publicada no Brasil em 2015 pela Companhia das Letras,⁸ e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*,⁹ de Oyèrónké Oyěwùmí, lançada no país em 2021 pela Editora Bazar do Tempo.

Apoiando-se em uma perspectiva interdisciplinar, considera-se tanto o contexto de disputas em que os estudos de gênero estão posicionados, quanto as práticas de embranquecimento epistemológico, questionando como as obras citadas tratam a perspectiva biológica do gênero. Busca-se, a partir disso, compreender, com o amparo da metodologia comparada de Jürgen Kocka (2003; 2009), como as autoras apresentam as discussões da perspectiva biológica sobre a categoria de gênero, tendo em vista os atravessamentos da perspectiva eurocêntrica-ocidentalizante.

A metodologia de análise comparada, proposta por Kocka (2003; 2009), discute as divergências e convergências entre dois ou mais fenômenos, a fim de construir uma melhor descrição, explicação e interpretação (Kocka; Haupt, 2009, p. 2). A partir disto, faz-se

⁸ O livro foi publicado inicialmente em língua inglesa, em 2014, pela Editora *Fourth Estate*.

⁹ O livro foi publicado inicialmente em língua inglesa, em 1997, pela Editora *University of Minnesota Press*.

possível identificar aspectos que poderiam não ser observados de forma isolada (Kocka, 2003, p. 40). A análise comparada, assim, embora considere uma distinção analítica entre as fontes, não descarta as inter-relações que possam existir (Kocka, 2003, p. 44).

À luz deste contexto, o presente artigo soma-se à defesa de uma postura antirracista e anticolonialista, atentando ao princípio de ausência, o qual é instrumentalizado para o exercício da soberania da branquitude patriarcal. Considera-se, para tanto, a apropriação do véu “silenciador da invisibilidade” para a naturalização das violências interseccionais de gênero e raça, em que o processo de ocultação vincula-se a isenção das opressões (Nzegwu, 2023, p. 179). Busca-se, com isso, contribuir com um estudo que trate tanto de África quanto de mulheres africanas e suas colaborações intelectuais para além das limitações e silêncios eurocêtricos-ocidentalizantes.

Quem decide quem pode falar? Discutindo epistemicídio e movimentos feministas africanos

Para pensar sobre as práticas de epistemicídio, faz-se preciso voltar à construção da racialidade como elemento de diferenciação, haja vista que a violência epistemológica é apreendida como dispositivo de controle e manutenção da soberania da branquitude patriarcal. A confecção de um/a outro/a foi o cerne da elaboração da diferença colonial (Ballestrin, 2013, p. 101), a qual foi delineada a partir da criação de categorias como raça e identidade racial (Quijano, 2005, p. 107). A negritude, dentro do imaginário branco, foi produzida para representar e simbolizar aquilo que a branquitude não gostaria de ser e nem parecer, isto é, para branquitude, a negritude serviu como primeira face da Outridade (Kilomba, 2019, p. 38).

A categoria raça, desta forma, passou a ser utilizada para a hierarquização de populações dentro de diferentes níveis, lugares e papéis (Quijano, 2005, p. 108). Esta instrumentalização veio acompanhada de um processo de desumanização e animalização, em que, à vista de uma construção de narrativa legitimadora das violências, enquadraram-se sujeitos não brancos/não europeus como inferiores (Coli, 2021, p. 105). A construção da racialidade como ponto determinante de diferenciação entre bem e mal, acarretou na categorização de menoridade e incapacidade a sujeitos/as negros/as (Carneiro, 2005, p. 107).

Este processo pavimentou a supervalorização do eurocentrismo (Coli, 2021, p. 107), privilegiando as construções de conhecimentos oriundos da branquitude. A subalternização racial não se limita, portanto, às esferas político-econômicas, ela toca a percepção que indivíduos racializados constroem sobre si e sobre o seu entorno (Fanon, 2020, p. 25). As

violências colonialistas, neste horizonte, apreendem o epistemicídio como dispositivo de desapropriação e deslegitimação de sujeitos, de seus saberes e de sua cultura (Carneiro, 2005, p. 96). Nzegwu (2023, p. 159) trata desta problemática ao afirmar que:

Nos salões sagrados da academia, encontramos as inscrições do imperialismo e do racismo nas próprias categorias de racionalidade, objetividade, universalidade, verdade e conhecimento. Racializadas, elas adquirem uma força excludente que é utilizada de três maneiras principais: para barrar a entrada de descendentes de povos não europeus; para deslegitimar o que estudiosas e estudiosos não europeus sabem e contribuem para o trabalho teórico; e para tolerar preconceitos acadêmicos, irrelevâncias, meias-verdades e interpretações problemáticas sobre os outros por parte de pessoas intelectuais brancas (Nzegwu, 2023, p. 159).

O espaço acadêmico, conforme defende Kilomba (2019, p. 50-51), não está em contexto de neutralidade, mas sim são representações das disputas de poder, em que a Outridade racial está localizada. Novamente, verifica-se um processo de desumanização de sujeitos e conteúdos referentes e produzidos por aqueles/as categorizados como Outro/a, em que se realiza a apropriação de sentidos que lhe são distantes, em sentido a imputar a narrativa de incapacidade e reforçar a hegemonia eurocêntrica (Carneiro, 2005, p. 99).

Destaca-se que, à sombra deste cenário, o recorte de gênero submerge como uma categoria usurpada pelo colonialismo, em que mulheres negras africanas são postas às margens da periferia (Nzegwu, 2023, p. 153), representando a Outridade da Outridade, haja vista que as dinâmicas de poder, gênero e racialidade estão emaranhadas a uma complexa rede de relações e disputas (Kilomba, 2019, p. 56). Mulheres negras, neste prisma, passam a ser categorizadas pela marginalização da própria confecção de gênero, uma vez que “[...] mulheres de outras raças são sempre consideradas as Outras, seres desumanizados que não cabem sob o título de mulher” (hooks, 2024, p. 222).

A invisibilização de mulheres negras, especialmente africanas, está alinhada à lógica de dominação colonial, a qual retroalimenta as dinâmicas de diferenciação racial e de gênero. Nzegwu (2019, p. 153), explica que ser uma mulher africana “[...] significa, especificamente, ser “o Outro” antagonista, a antítese da pessoa branca deliberativa, competente, racional e civilizada”. O controle exercido pela hegemonia da branquitude patriarcal, assim sendo, penetra as profundidades das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, instrumentalizando as desigualdades como dispositivos de controle.

A colonialidade opera dentro de um processo complexo, em que grupos marginalizados podem subalternizar outros grupos marginalizados. Exemplo deste processo é o desenvolvimento dos movimentos feministas, visto, por uma parcela de mulheres brancas,

como um caminho de agir para si e seu grupo representativo, apropriando-se de protagonismos e narrativas, inclusive raciais (hooks, 2024, p. 238).

As fissuras desta conjuntura posicionam mulheres negras a uma espécie de lugar vazio (Kilomba, 2019, p. 97). Contrapondo essas violências de apagamentos, mulheres racializadas, não apenas africanas, mas também latinas, asiáticas, indígenas, mulçumanas, islâmicas, têm reivindicado seus protagonismos, problematizando os diferentes meios de violências e subjugação a que são atravessadas, os quais extrapolam os contextos da branquitude do Norte Global (Ballestrin, 2017, p. 1036).

As teorias até então postas como universalmente aplicáveis a todas as mulheres passaram a ser observadas como limitadas a um contexto branco, ocidental e de classe média (Collins, 2019, p. 37). Sob influência dos estudos pós-coloniais e movimentos anticoloniais, a partir dos anos 1980, os chamados “feminismos subalternos”, oriundos do Sul Global, tornam a problematizar o domínio do feminismo do Norte Global, refletindo sobre as estruturas de dominação e representação de sujeitos (Ballestrin, 2017, p. 1037). Sobre este ponto, Díaz (2017, p. 163) explica que:

[...] los análisis feministas de la situación de la mujer realizados en y desde Occidente presuponen toda una serie de representaciones colectivas cuyos efectos políticos son innegables, en la medida en que ese modelo teórico construido sobre la base histórica de Occidente extrapola un modo de entender a la mujer como sujeto y categoría política, y afectan, por tanto, a la manera de organizar la convivencia y la comunidad política (Díaz, 2017, p. 163).¹⁰

A universalização da mulher branca e de suas agendas marginalizou mulheres racializadas, desconsiderando que as violências de gênero possuem contornos interseccionais perpassados pelas relações de poder (Kilomba, 2019, p. 97). A luta pela libertação feminina, deslocada das discussões contextuais das opressões e sem pontuar as especificidades que atravessam as mulheres, torna a ser um mecanismo novo de opressão. As violências de apagamentos e silenciamentos, desta forma, deixam de conceber questões que toquem para além da perspectiva da mulher branca (Arduino, 2016, p. 154).

O desenvolvimento dos feminismos africanos passa a ser percebido a partir das décadas de 1970 (Silva, 2014, p. 64) e 1980 (Ballestrin, 2017, p. 1039), não apenas sob

¹⁰ Tradução do trecho: As análises feministas da situação da mulher, realizadas no e a partir do Ocidente, pressupõem toda uma série de representações coletivas cujos efeitos políticos são inegáveis, na medida em que esse modelo teórico construído com base na história ocidental extrapola uma forma de compreender a mulher como sujeito e categoria política, afetando, portanto, a maneira de organizar a convivência e a comunidade política (Díaz, 2017, p. 163, tradução própria).

influência dos estudos pós-coloniais, mas também das feministas estadunidenses e europeias. Ainda que se inspirasse em mulheres do Norte Global, a organização dos movimentos feministas africanos reivindicava primordialmente o protagonismo de suas agendas (Silva, 2014, p. 64). Este quesito fica pontuado na Carta de Princípios Feministas para as Feministas Africanas, produzida pelo Fórum Feminista Africano, que afirma

Nós reivindicamos e afirmamos a longa e rica tradição de resistência das mulheres africanas ao patriarcado em África. Doravante reivindicamos o direito à teorizar, por nós mesmas, escrever para nós mesmas, formular estratégias para nós mesmas e falar por nós mesmas como feministas africanas (Fundo para Desenvolvimento das Mulheres Africanas, 2016, p. 5).

Não foi apenas pelo protagonismo de suas reivindicações que as feministas africanas lutaram, elas também reiteram a importância de observar as resistências femininas africanas apreendidas historicamente (Fundo para Desenvolvimento das Mulheres Africanas, 2007, p. 5). Neste horizonte, os movimentos feministas em África, sob uma abordagem afrocêntrica, “[...] questionam conceitos universalistas, problematizando experiências locais e globais, que devem ser analisadas segundo suas especificidades” (Silva, 2021, p. 283).

As opressões racistas, ao atravessarem as relações de gênero, trazem à tona o exercício da colonialidade, a qual se transpõe aos aspectos sociais, políticos, culturais, geográficos, étnicos e econômicos. Os apagamentos apreendidos pelos feminismos do Norte Global, especialmente na prática de universalizar a branquitude, não se distanciam das violências epistemológicas. A deslegitimação de conhecimentos e contextos produzidos por e de mulheres africanas está relacionado, neste prisma, a hegemonia colonialista, que negligencia especificidades históricas e socioculturais. A consideração deste aspecto importa para pensar sobre as autoras e obras tratadas neste artigo, uma vez que elas não estão imunes dos atravessamentos eurocêntricos-ocidentalizantes.

Gênero a vista: uma análise comparada das obras *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie (2015) e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, de Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021)

Para pensar sobre a perspectiva de gênero, lança-se mão de duas obras, produzidas por duas mulheres nigerianas. Inicialmente, analisa-se o livro *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie, publicado pela primeira vez em língua inglesa no ano de 2014, pela Editora *Fourth Estate*, sendo traduzido e lançado no Brasil, em 2015, pela Editora Companhia das Letras. Posteriormente analisa-se *A invenção das mulheres: construindo um*

sentido africano para os discursos ocidentais de gênero, de Oyèrónké Oyěwùmí, publicado em 1997, pela Editora *University of Minnesota Press*, sendo traduzido e distribuído no Brasil, no ano de 2021, pela Editora Bazar do Tempo.

Para análise das obras, faz-se relevante contextualizar sobre as autoras. Por um lado, Adichie se denomina como “uma contadora de histórias” (TED, 2009, min. 0:15), pertencente da cultura Igbo, vem de uma família descrita por ela como “[...] convencional, de classe média” (TED, 2009, min. 2:58). Tendo crescido aos redores do campus universitário, Adichie estava ambientalizada a esse contexto, seu pai, James Nwoye Adichie, era Professor de Estatística da Universidade e sua mãe, Grace Ifeoma, trabalhava como administradora na mesma instituição (Geledés, 2010). Aos 19 anos, ela se mudou aos Estados Unidos para ingressar ao ensino superior, tornando-se mestre em Escrita Criativa pela Universidade de Johns Hopkins, em 2003, em Baltimore, já em 2008, certificou-se como mestre em Estudos Africanos pela Universidade de Yale (Geledés, 2010).

Inicialmente Adichie publicou livros de cunho literário, como *Purple Hibiscus*, publicado em 2003 pela Editora *Algonquin Books*; *Half of a yellow Sun*, publicado em 2006 pela Editora *Fourth Estate*; pela mesma Editora, publicou em 2009, *The thing around your neck*; em 2013, publicou pela Editora estadunidense *Alfred A. Knopf* e pela Editora *Fourth Estate* no Reino Unido *Americanah*; em 2025, pelas Editoras, publicou *Dream Count*.¹¹

Contudo, Adichie também publicou livros de cunho ensaísticos, em que tratou sobre feminismo e luto, como *Sejamos todos feministas*, que é analisado nesse recorte. Sobre ser feminista, Adichie afirmou em entrevista a Claudia Salazar Jiménez (2017), que este é um exercício de consciência não apenas sobre as opressões que tocam as mulheres, mas sim que tocam a todos os seres humanos. Isto porque os feminismos dizem respeito tanto às questões universais quanto específicas das experiências de cada contexto (Adichie, 2017).

Sob outro contexto, Oyěwùmí, pertencente à linhagem iorubá (ILEA-UFRGS, 2021), desde a juventude, teve familiaridade com a vida no palácio, pois seu pai foi reconhecido como monarca em 1973. Ela, então, estava próxima aos rituais, festas e costumes tradicionais de matriz iorubá (Rose, 2025). A autora teve a sua formação no ensino superior em Ibadan, na Nigéria (Stony Brook University, 2025), porém ela também se mudou para os Estados Unidos para realizar sua pós-graduação em Sociologia.

¹¹ No Brasil, as obras de Adichie foram traduzidas e lançadas pela Editora Companhia das Letras. Seguindo a ordem apresentada no texto, em seguida apresenta-se os títulos das obras em língua portuguesa e seu ano de publicação no Brasil: *Hibisco roxo* (2011); *Meio sol amarelo* (2008); *No seu pescoço* (2017); *Americanah* (2014); *A contagem dos sonhos* (2025).

Oyěwùmí concluiu o seu Doutorado, em 1993, na Universidade da Califórnia, em Berkeley, defendendo a tese intitulada *Mothers not women: making an african sense of western gender discourses*¹² (Rose, 2025). Foi a sua tese que deu origem ao livro aqui analisado. Atualmente, Oyěwùmí atua como Professora de Sociologia na Universidade de Stony Brook (Moi, 2024), ela trabalha com áreas das Teorias Feministas e estudos sobre África.

Seus estudos têm se direcionado para o horizonte dos estudos pós-coloniais, abarcando a esta perspectiva a análise sociológica do gênero, a sociologia do conhecimento e da cultura (Stony Brook University, 2025). A partir disto, analise-se as obras *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie (2015), e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, de Oyèrónké Oyěwùmí (2021), tendo em vista o recorte de como cada uma compreende o gênero.

A obra *Sejamos todos feministas* chega ao Brasil, em 2015, pela Editora Companhia das Letras, com tradução de Christina Baum. Originalmente, o livro foi embasado na palestra intitulada *We should all be feminists*, realizada por Adichie, no ano de 2012, para a conferência TEDxEuston. Em 2014, sob o mesmo título, o livro foi publicado pela primeira vez por Adichie, pela Editora Fourth Estate. Na obra *Sejamos todos feministas* (2015), a autora trabalha com uma série de experiências diárias, trazendo à tona como as violências de gênero fazem-se presentes na vida das mulheres, convidando leitores/as a refletir sobre as opressões sexistas, bem como a desnaturalizar os espaços determinados aos gêneros.

Ao tratar sobre os papéis sociais do gênero, Adichie defende que as desigualdades entre homens e mulheres têm origem na cultura machista e que a via de desconstrução é com o feminismo. Ao longo do livro, a autora elenca uma série de exemplos cotidianos, como a naturalização da determinação de espaços de poder e protagonismo para homens. Segundo Adichie (2015, p. 16-17), “Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens”.

Para além, Adichie (2015, p. 24-25) ainda toca repressão de sentimentos, quando fala que “Uma mulher não deve expressar raiva, porque a raiva ameaça”, ela evidencia que mulheres são ensinadas a não sentirem raiva, porque o espaço que elas pertencem é o da passividade. Contudo, a postura mantida pela autora, ainda que se proponha desconstruir comportamentos machistas, mantém uma perspectiva que reforça a ideia biologizante de gênero. Adichie (2015, p. 19-20) afirma que

¹² Tradução do original: *Mães e não mulheres: criando um sentido africano para os discursos de gênero ocidentais*.

Homens e mulheres são diferentes. Temos hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e atributos biológicos diferentes – as mulheres podem ter filhos e homens não. Os homens têm mais testosterona e em geral são fisicamente mais fortes do que as mulheres. Existem mais mulheres do que homens no mundo – 52% da população mundial é feminina –, mas os cargos de poder e prestígio são ocupados pelos homens (Adichie, 2015, p. 19-20).

Adichie (2015) não ignora as imbricações socioculturais sobre as desigualdades de gênero. Quando fala sobre a marginalização de mulheres em cargos de protagonismo, a autora evidencia a problemática da exclusão de gênero, sendo esta uma prática apropriada pelo sexismo para a sustentação da estrutura de dominação. Todavia, seu argumento é que estas diferenças reforçam as distinções biológicas. Este aspecto pode ser verificado novamente na afirmação “Meninos e meninas são inegavelmente diferentes em termos biológicos, mas a socialização exagera essas diferenças” (Adichie, 2015, p. 37).

A concepção biologizante, contudo, conforme aponta Ballestrin (2017, p. 1038), vincula-se a narrativa legitimadora colonialista, que desconsidera as construções sociopolíticas e históricas que perpassam o gênero. Não distante, Andrade e Santos (2020, p. 124) explicitam que o domínio patriarcal não se manteria apenas pela ordem biológica, uma vez que as desigualdades de gênero se estruturam a partir das construções socioculturais e políticas. Adichie, nesse sentido, acaba por recair na universalização da lógica eurocêntrica-ocidentalizante que se confeccionou sobre o gênero.

Por outro lado, publicado, inicialmente em 1997, *The invention of women: making an african sense of western gender discourses* foi uma adaptação de sua tese de Doutorado em Sociologia, concluído em 1993. Contudo, é, somente 24 anos depois, em 2021, que *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* chega ao Brasil, pela Editora Bazar do Tempo, com tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

Na obra, o que se verifica é um estudo crítico à universalização dos estudos de gênero a partir da análise da língua iorubá, em que a autora defende que gênero é uma categoria colonialista que não corresponde à organização e aos sentidos da cultura iorubá. Ela também defende que a perspectiva biológica, não só do gênero, mas de raça também, é um elemento do eurocentrismo, que desconsidera particularidades próprias de cada povo e contexto (Oyěwùmí, 2021, p. 32).

A autora (2021, p. 135) defende que “[...] a história iorubá foi reconstituída por meio de um processo de invenção de tradições generificadas. Homens e mulheres foram inventados

como categorias sociais, e a história apresentada como dominada por atores masculinos”. A lógica biologizante, nesse sentido, é identificada como componente do pensamento eurocêntrico, por centralizar o corpo e, consequentemente, enfatizar o sentido visual (Oyěwùmí, 2021, p. 29).

Oyěwùmí defende que, ao privilegiar a visualidade, a consciência eurocêntrica salientou as construções de categorias e hierarquias visíveis dentro de um sistema binário, antagonizando feminino/masculino, branco/preto (Oyěwùmí, 2021, p. 32). Para ela, o destaque dado à interpretação biológica repousa na manutenção da hegemonia eurocêntrica do conhecimento. Neste cenário, Oyěwùmí (2021, p. 39) compreende o gênero como “[...] sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural. Consequentemente, é lógico supor que, em algumas sociedades, a construção de gênero não é preciso ter existido”. A autora, para tanto, retorna a seu argumento central: gênero é um produto ocidental, oriundo da colonização.

Se por um lado, para Adichie, gênero é uma categoria de ordem anatômica e biológica, para Oyěwùmí, por outro lado, é uma construção social, histórica e cultural, em que, com base na cultura iorubá, a autora contesta a universalização da categoria “mulheres”, argumentando que ela foi uma construção imposta pelo colonialismo, utilizada como mecanismo de controle social e organizacional que projetou sobre a África uma lógica de dominação abrangente. As violências de gênero, nesse contexto, também emergem como produtos dos projetos colonialistas, que retiraram o protagonismo das mulheres africanas e as subordinaram a fronteiras sexistas e patriarcais.

Considerações finais

Seja na literatura ou na teoria crítica, as vozes de Adichie (2015) e Oyěwùmí (2021) oferecem importantes contribuições. Suas distintas percepções diante do gênero evidenciam que a categoria de gênero é gestada em uma rede complexa de plurissignificados, sendo atravessados pelas relações de poder colonialistas. Para além, as produções analisadas não se distanciam do contexto pessoal das autoras. Por serem mulheres nigerianas diaspóricas, ainda que pertençam a diferentes culturas etnolinguísticas, ambas são marcadas pelas relações coloniais e fissuras deixadas por elas.

Esta perspectiva ampara-se em Hall (2003, p. 42), que afirma que “As identidades formadas no interior da matriz dos significados coloniais foram construídas de tal forma a barrar e rejeitar o engajamento com as histórias reais de nossa sociedade ou de suas “rotas”

culturais”. Ou seja, sujeitos cujas identidades são gestadas sob conjuntura de colonialista são perpassadas pela lógica subordinante, em que a narrativa hegemônica prioriza a noção eurocêntrica-ocidentalizante, marginalizando especificidades.

Ainda que as autoras possuam como ponto de intersecção ambas serem atravessadas pelas opressões coloniais, as divergências entre as autoras situam-se no campo da concepção de gênero. Para Oyěwùmí (2021, p. 32), os antagonismos homem/mulher e branco/preto não se aplicam à lógica africana, uma vez que se apoiam em uma perspectiva biológica e ignoram as intersecções estruturais próprias da cultura iorubá. Adichie (2015), por sua vez, ao discutir os papéis sociais de gênero e recorrer a argumentos de base biologizante (Adichie, 2015, p. 37), acaba por reafirmar o binarismo homem/mulher.

É possível observar que Adichie (2015) adota, em *Sejamos todos feministas*, uma posição próxima ao feminismo do Norte Global, cuja principal reivindicação recai sobre a desconstrução das expectativas de gênero. Isto ocorre em razão da autora não problematizar a própria construção da categoria gênero, mas sim concentrar sua crítica nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Adichie (2015) e Oyěwùmí (2021) representam, assim, parte da diversidade de vozes que constituiu o desenvolvimento dos movimentos feministas no continente africano. Enquanto Adichie (2015) sustenta uma perspectiva biologizante sobre o gênero, Oyěwùmí (2021) adota uma postura crítica em relação às próprias construções da categoria, evidenciando a complexidade que permeia os estudos sobre o tema. Embora distintas, suas abordagens nos instigam a refletir sobre as marcas que o epistemicídio imprime na produção de conhecimento, ao instaurar certezas universalistas que obscurecem as particularidades das diferentes conjunturas.

Fontes

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OYĚWÚMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Chimamanda Ngozi Adichie: “Nossa época obriga a tomar partido”. [Entrevista concedida a] Claudia Salazar Jiménez. **El País**, [S.l.], 11 out. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/cultura/1506882356_458023.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ANDRADE, Giselle dos Santos; SANTOS, Debora Maria dos. Gênero: três perspectivas introdutórias. **Kalagatos**, v. 17, n. 1, 2020, p. 122-136. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6443>>. Acesso em: 03 jul. 2025.

AQUINO, Raissa Conceição Barbosa de. Sobre a complementariedade entre os sexos: discutindo as relações entre homens e mulheres nos discursos do feminismo hegemônico e de intelectuais da África Subsaariana. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 41, 2020, p. 154-167. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9498>>. Acesso em: 03 jul. 2025.

ARDUINO, Eugenia. África y sus mujeres: reflexiones sobre el feminismo poscolonial africano. **Revista Cambios y Permanencias**, n. 7, 2016, p. 140-161. Disponível em: <<https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/7026>>. Acesso em 03 jul. 2025.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Laerkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, p. 89-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

_____. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, 2017, p. 1035-1054. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>>. Acesso em: 01 jul. 2025.

COLI, Raquel das Neves. Decolonialidade: ruptura com a hegemonia do conhecimento e reverberações na arte. **Farol**, v. 17, n. 25, 2021, p. 102-113. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8880749>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DÍAZ, Daniel Peres. Feminismo poscolonial y hegemonía occidental: una desconstrucción epistemológica. **Dossiers Feministes**, [S.l.], n. 22, 2017, 157-177. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/DossiersFeministes/article/view/328065>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana: uma teoria afrocêntrica**. Tradução: Wellington Agudá. *Jornal de Estudos Negros*, v. 28, n. 5, 1998, p. 1-26.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Sebastião Nascimento. Prefácio: Grada Kilomba. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERRARA, Jessica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. **Cadernos Pagu**, v. 62, 2021, p. 1-16. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100620029>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FUNDO PARA DESENVOLVIMENTO DAS MULHERES AFRICANAS. **Carta de Princípios Feministas para as Feministas Africanas**. Tradução: Sizaltina Cutaia; Âurea Mouzinho; Florita Telo. Acra, Gana: Fórum Feminista Africano, 2016.

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. **Portal Geledés**, [S.l.], 16 mar. 2010. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine la Guardia Resende... Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**. Selo Negro: São Paulo, 2005.

hooks, bell. **E eu não sou mulher? Mulheres negras e feminismo**. Tradução: Bhuvi Libanio. 15. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

ILEA-UFRGS. Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Oyèrónkẹ Oyèwùnmí (1957). **Biografias de Mulheres Africanas**, Porto Alegre, 22 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/africanas/oyeronke-oyewumi-1957/>>. Acesso em: 20 jul. 2025

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. **History and Theory**, v. 42, n. 1, 2003, p. 39-44.

___; HAUPT, Heinz-Gerhard (ed.). **Comparative and Transnational History: Central European Approaches and New Perspectives**. Oxford: Berghahn Books, 2009.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Francisca Gomes Simões. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. In: VI SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL; V ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA. 2018, Uberlândia. **Anais eletrônicos**. Uberlândia, 2018, p. 1-11. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MOI, Izabela. Para ampliar horizontes. Romance e obra de filosofia de autoras nigerianas sobre cultura iorubá mostram o respeito à história particular de cada um. **Quatro cinco um**, [S.l.], 20 jul. 2021. Disponível em: <<https://quatrocincoum.com.br/resenhas/literatura/para-ampliar-horizontes/>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

NANQUE, Manuel. **A África sob diferentes olhares: do epistemicídio colonial à tecitura de um conhecimento endógeno**. 2018. 22f. Artigo (Graduação) - Curso de Licenciatura em Sociologia, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2282>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NZEGWU, Nkiru. “O” África. Imperialismo de gênero na academia. In: OYÊWÚMÍ, Oyèrónké (ed.). **Mulheres africanas e feminismo: reflexões sobre a política da sororidade**. Tradução: Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023, p. 151-237.

PACHECO, Felipe Jorge Kopanakis. Introdução: o meio geográfico e sua influência no continente africano. In: MACEDO, José Rivair (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 9-12.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. A águia de pedra e o rinoceronte de ouro: história, cultura e arqueologia das sociedades do sudeste africano (séculos VI-XVI). In: BORGONGINO, Bruno Uchoa (org.). **Para além do Ocidente cristão**: outras Idades Médias? Recife: Ed. UFPE, 2023, p. 302-323.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, p. 107-130.

ROSE, Gisele. Oyèrónkẹ Oyèwùnmí. **Blog Unicamp**, Campinas, 2015. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/oyeronke-oyewumi/>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. Gênero e feminismo(s) africano(s). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 22, 2021, p. 268-287. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/58416>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SILVA, Sheila Dias da. **Resistência feminina e feminismo africano em Without a name de Yvonne Vera**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014. Disponível em: <<https://ri.ufmt.br/handle/1/378>>. Acesso em: 03 jul. 2025.

STONY BROOK UNIVERSITY. Department of Sociology. Oyeronke Oyewumi. Professor. **Stony Brook University**, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.stonybrook.edu/commcms/sociology/people/faculty/oyewumi.php>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TED. **Chimamanda Adichie**: o perigo de uma única história. Tradução: Erika Rodrigues. [Vídeo]. Youtube, 09 out. 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

O Berço e a Sepultura: o medo da mãe medieval perante a própria morte em Trotula di Ruggiero (Século XV)

The Cradle and the Grave: the medieval mother's fear of her own death in Trotula di Ruggiero (15th century)

Camilla Höehr dos Santos da Silveira,¹ UFSM

Resumo

Essa pesquisa apresenta um projeto de mestrado que examina o medo da morte experimentado por mães medievais durante a gestação e o parto, utilizando como fonte principal o tratado médico do século XII, *Sobre as doenças das mulheres*, atribuído a Trotula di Ruggiero. Esta investigação adota a História das Emoções e a História de Gênero para argumentar que o medo materno não era apenas um sentimento individual, mas uma construção sociocultural profundamente enraizada na comunidade. O contexto social da época definia a mulher primariamente pela função reprodutiva, transformando a maternidade em uma tarefa quase inevitável marcada por altos riscos de mortalidade. A obra de Trotula se destaca por reconhecer e legitimar essa apreensão, oferecendo explicações médicas, baseadas na teoria dos humores, para a angústia feminina.

Palavras-chave: História da Medicina; História das Emoções; História do Medo.

Abstract

This research presents a master's project investigating the fear of death experienced by medieval mothers during gestation and childbirth, utilizing as its main source the 12th-century medical treatise, *Sobre as doenças das mulheres* (On the Diseases of Women), attributed to Trotula di Ruggiero. This investigation adopts the History of Emotions and Gender History to argue that maternal fear was not merely an individual feeling, but a socio-cultural construction deeply rooted in the community. The social context of the time defined women primarily by their reproductive function, transforming motherhood into an almost inevitable task marked by high mortality risks. Trotula's work stands out for recognizing and legitimizing this apprehension, offering medical explanations, based on the theory of humors, for feminine distress.

Keywords: History of Medicine; History of Emotions; History of Fear.

Introdução

Cum auctor universitatis DEUS, in prima mundi constitutione, rerum naturas singulas, iuxta genus suum distingueret, naturam humanam supra caeteras creaturas singulari dignitate concidit. Huic enim, supra aliorum animalium conditionem, rationis et intellectus libertatem dedit. Propterea volens eius generationem perpetuo subsistere, in sexu dispari, masculum et foeminam

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro ativo do Virtù, Grupo de de História Medieval & Renascentista e do Geeum@, Grupo de Estudos e Extensão Universidade das Mulheres. E-mail para contato: camillahoeher@gmail.com.

creavit, ut eorum foecunda propagatione nunquam desineret emergere futura soboles. Quorum quidem complexionones grata quadam commixtione temperans, naturam masculi calidam et siccam, foemellae vero frigidam et humidam constituit; qua cuiusque alterius complexionis excessus, mutua qualitatum contrariarum repugnantia coaceretur, adeo ut viri constitutio calida et sicca, mulieris frigiditatem et humiditatem et econtra huius natura frigida et humida, illius complexionem calidam et siccam remulceret; similiter ut masculus qualitate fortiori dignus, in mulierem tanquam in agrum semen effunderet, et mulier qualitate debiliore praedita, tanquam viri officio subdita, semen effusum in gremium natura suspiceret (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. XVII, p. 83, 34).²

Trotula de Ruggiero (século XI) pautava muito de sua medicina pela sua percepção do feminino. Em seu prólogo em *De Passionibus mulierum*, faz uma introdução teológica permeada pela teoria médica, mas não sem se abster de sua própria interpretação. Traz erudição à obra, além de seus próprios princípios.

Ao longo do medievo, a categoria “mulher” foi concebida de forma abstrata e homogênea, sendo marcada, antes de qualquer diferenciação social ou profissional, pelo corpo, pelo sexo e pelas relações familiares. No rol das relações, o matrimônio destacava-se por ser considerado como um elemento apaziguador. No fim de um processo de rivalidade, por vezes de guerra entre famílias, dar uma mulher como instrumento de concórdia, as reconciliava (Klapisch-Zuber, 1989, p. 193-4).

A “mulher” escapava à interpretação de Trotula, mediante a fecunda reprodução, não proliferavam sua descendência a fim de subsistir eternamente, adquiria uma dimensão cultural. Nesse cenário a mulher/esposa era colocada como centro do entendimento, aquela que garante o respeito dos acordos. Devia lealdade ao marido. E, ainda mais, à linhagem que passava a integrar, assegurando sua continuidade por meio da procriação e da administração de bens que trazia em dote, é o próprio símbolo da paz (Klapisch-Zuber, 1989, p. 195).

Essa honra, porém, não se restringia ao prestígio material. Possuía também uma dimensão sexual, já que a fidelidade feminina era entendida como a salvaguarda da pureza do sangue e da legitimidade da descendência. O corpo da mulher tornava-se território vigiado,

² (Versão em português) No momento em que DEUS, autor do universo, na primeira formação do mundo distinguiu os seres de acordo com suas espécies, separou por singular virtude o gênero humano acima das outras criaturas. A este, de fato, além da condição dos outros seres animados, deu a liberdade da razão e do intelecto. Para isso, querendo que sua progênie subsistisse eternamente, com sexo distinto criou macho e fêmea, a fim de que, mediante a fecunda reprodução, jamais deixasse de proliferar a futura descendência. Na verdade, moderando as compleições através de agradável mistura, constituiu o temperamento do macho quente e seco e o da fêmeazinha frio e úmido, de modo que o excesso de cada um dos temperamentos fosse limitado pela mútua oposição das qualidades contrárias. Dessa maneira, a constituição quente e seca do homem acalmaria a frieza e a umidade da mulher e, por outro lado, a natureza fria e úmida desta o temperamento quente e seco daquele. De igual modo, também para que o macho, por ter uma estrutura mais forte, espalhasse o sêmen na mulher como em um campo, e a mulher, provida de uma estrutura mais frágil, quase como que submetida à função do homem, recebesse por predisposição o sêmen derramado no ventre (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, Prólogo, p. 36).

sob a ameaça constante da desonra e do sangue “estranho” que pudesse corromper a linhagem. Se os filhos ilegítimos de homens eram reconhecíveis, os das mulheres carregavam um duplo estigma: nascidos do pecado da carne e da traição ao grupo familiar (Pérez, 2025, p. 19). Na esfera cristã, a partir do século XII, generalizou-se a tendência a considerar o pecado original como um pecado da carne derivado da lascívia e a assumi-lo, conseqüentemente, como sendo de natureza sexual (Pérez, 2025, p. 41).

Neste contexto, esta investigação apresenta um projeto de mestrado que visa analisar as manifestações do medo da morte associadas ao processo de gestação. O objetivo central é rastrear, na fonte, situações em que o medo – e suas variáveis – se manifestam, buscando compreender como essa emoção foi representada, prescrita e controlada no discurso médico salernitano. A fonte primária principal de análise é o tratado médico *Sobre as doenças das mulheres* (Século XII),³ costumeiramente atribuído à figura de Trotula de Ruggiero (século XI) como obra póstuma.

Analisar-se-á a obra sob a perspectiva da História das Emoções e da epistemologia feminista. Essa pesquisa, até então um projeto de mestrado, pretende compreender como o medo da morte materna foi representado, prescrito e controlado no discurso médico salernitano, cidade da Escola Médica de Salerno, área de atuação de Trotula. Mais do que um sentimento individual, o medo é tratado aqui como prática cultural, expressão de sistemas de crenças e normas sociais que organizavam as sensibilidades medievais. O recorte temporal está focado para meados do século XI e XII, onde entende-se ter transcorrido a trajetória da autora. Contudo, como cuidado metodológico à fontes medievais, a análise se dará com a compreensão da obra “como o resultado de múltiplas contribuições e perspectivas, refletindo tanto o contexto de Salerno do século XII quanto às interpretações e intervenções dos séculos posteriores que moldaram sua transmissão” (Silveira, 2024, p. 15), levando em conta que a versão que se teve acesso é posterior. O estudo busca, desse modo, evidenciar como o medo materno se estruturava a partir das práticas socioculturais.

Gerar e gestar

Si vero prae nimia humiditate matricis concipere non possit, haec erunt signa: oculos habebit lacrymosos assidue. Cum enim matrix cerebro per

³ O texto-base utilizado para a tradução deriva da edição de Georg Kraut, bem como de manuscritos conservados na Biblioteca Vaticana. Conforme observa o sociólogo Alder Calado (2018, p. 22), Georg Kraut foi um médico editor do século XVI responsável por reunir e publicar, em uma única obra, as três versões que, segundo se supõe, circulavam até 1544 sob o nome de Trotula. Não é objetivo deste trabalho examinar em detalhe o grau de fidelidade e autenticidade da edição krautiana, já que é reconhecido e esperado que o texto medieval tenha sofrido intervenções editoriais, mas situar historiograficamente essa produção e sua tradição textual.

nervos alligata sit, necesse est ut cerebrum matrici compatiatur; unde si matrix nimiam in se habet humiditatem, ex ea cerebrum impletur, quae ad oculos redundans, eos involuntarie cogit emittere lacrymas. Et quod cerebrum matrici compatiatur signum est alienatio matricis ex menstruorum retentione. Purgetur ergo in primis cum theodoricon euperiston. Tumque tres vel quinque pilulas de eodem theodoricon vel paulino praecipimus fieri, etiam in bombace ne dissolvantur involvi, et quantum prudenter possibile per pudenda intromitti. Si vero matrix non bene purgata fuerit, in alio die eodem modo pessarium de trifera magna cum modico musco ei facies. Et hoc tam diu continuabis donec a superfluitate humiditatem evacuatam cognoveris. Et postea accipe parum de musco cum oleo muscatellino vel alio odorifero, quod iterum per vulvam intromittatur et, si bene purgata fuerit, sentiet odorem in ore, unde si quis eam osculetur crederet eam muscum in ore tenere. Item si sitim propter hanc purgationem habuerit, scias eam bene purgatam esse; quare ita purgata frequenter coeat et concipiet (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. XI, p. 70)⁴.

A prescrição apresentada na obra ilustra de modo claro como a sexualidade feminina era concebida dentro de um quadro médico profundamente funcionalizado à maternidade. Nenhuma das três principais religiões que circulavam na península Ibérica do século XII, hebraica, muçulmana e cristã, reservava total liberdade sexual às mulheres. Ao contrário, pregavam contra (Pérez, 2025, p. 52). De modo semelhante, os tratados médicos, que durante o medievo tiveram uma publicidade considerável, não omitiam necessariamente o tema, mas o vinculavam à maternidade.

O mais prestigiado deles, *O cânone da medicina* de Avicena, nome latinizado de Ibn Sina (c. 980-1037), aponta uma série de métodos para atingir o orgasmo feminino. O médico e filósofo persa, seguido posteriormente por diversos autores, sustentava que a fecundação dependia também da emissão de esperma feminino, processo que, segundo ele, apenas ocorria quando a mulher alcançava o clímax sexual. (Pérez, 2025, p. 52). Apesar de Avicena ter sido utilizado em *Sobre a doença das mulheres*, não vemos essa percepção na obra. Como vimos ainda no prólogo, a mulher, com sua estrutura mais frágil, era como se, “quase como que

⁴ (Versão em português) Se, portanto, a mulher não puder engravidar por causa do excesso de calor e aridez do útero, os sinais serão estes: os lábios da vulva aparecem ulcerados, como se esfolados pelo vento boreal, com manchas roxas; manifesta-se também uma sede constante e queda de cabelo. Quando notar essas coisas e a mulher tiver trinta anos, pode julgá-la incurável.

Se a mulher ainda for jovem e descobrir a enfermidade no início, deve ser socorrida do seguinte modo. Pegue malva e artemísia, ferva bem em água e com tal decocção faça três ou quatro vezes fumigações na paciente; entre essas fumigações devem ser colocados na vulva supositórios e pessários com óleo de almíscar e um pouco de musgo, para que o útero se restaure. Mas, no sétimo dia, depois de ter feito a purificação e a fumigação, pegue trifera magna no formato de uma glândula, envolva-a no algodão e com isso faça um supositório para a vulva, para que, com o benefício de tal supositório e de tantas fumigações, a paciente receba algum conforto, suavidade e bem estar. No dia seguinte ela deve ter relações sexuais com um homem. Na semana seguinte, se convém, pode repetir o processo, fazendo as ditas sufumigações e utilizando as outras coisas benéficas, como dissemos. Deve fazer isso até que os sintomas cessem, e duas ou três vezes por semana ela deve ter relações sexuais porque assim poderá engravidar mais rapidamente (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. XI, p. 69).

submetida à função do homem, recebesse por predisposição o sêmen derramado no ventre” (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, prólogo, p. 36).

A Igreja, embora tenha buscado moderar abusos, como casamentos forçados em idades precoces ou uniões entre parentes próximos, reforçou a visão do matrimônio como instituição destinada prioritariamente à procriação legítima (Klapisch-Zuber, 1989, p. 197-198). Essa tarefa da gestação é marcada por três grandes etapas: antes, durante e depois do parto: conceber, parir e criar (Pérez, 2025, p. 19). Assim, cada um desses momentos, podem ser compreendidos como etapas de uma verdadeira “corrida de obstáculos” que compõe a maternidade (Pérez, 2025, p. 19).

A concepção, marcada por restrições ideológicas que delimitam o papel social da mulher; o parto, permeado por riscos consideráveis à vida materna e infantil; e a criação, entendida como um prolongado período de encargos, marcado por adversidades materiais e simbólicas. Para a família medieval, a morte é tão presente quanto a geração, é seu principal desafio. O quarto se torna o coração da casa. É onde a mulher está. É onde ela trabalha, concebe e dá à luz. E é onde ela morre (Klapisch-Zuber, 1989, p. 200).

O conhecimento acerca da vida biológica da mulher casada e dos impactos das funções que lhe eram socialmente atribuídas sobre o corpo e o comportamento permanece limitado. Até meados do ano mil, legislações, estatutos sinodais, relatos hagiográficos e descrições de diversas áreas sugerem que os jovens entravam em núpcias com uma idade relativamente semelhante, com certa maturidade, excetuando-se as jovens aristocratas, casadas precocemente. A partir do século XII, contudo, observa-se uma inversão: em diferentes regiões da Europa, as jovens eram desposadas logo após a puberdade, frequentemente com maridos mais velhos (Klapisch-Zuber, 1989, p. 200).

Apesar da vigilância familiar que retardava a concepção imediata, evidenciada pela baixa incidência de nascimentos antes do oitavo mês após o matrimônio, a imaturidade fisiológica das jovens não impedia sua iniciação na vida conjugal (Klapisch-Zuber, 1989, p. 201). Após o primeiro parto, entretanto, a sucessão de gravidezes e nascimentos tornava-se frequente, como ilustra o caso de uma mulher de boa família de Arras que, aos 29 anos, ao enviuvar em 1461, já havia gerado doze filhos em treze anos de casamento. Uma realidade nada extraordinária para as camadas mais abastadas, que casavam entre sete e dez anos mais cedo que as mulheres rurais (Klapisch-Zuber, 1989, p. 201). O casamento precoce, portanto, ampliava significativamente a fecundidade e respondia, em parte, às elevadas taxas de mortalidade infantil.

A experiência da maternidade, marcada por partos sucessivos, representava também um risco constante. Revelado tanto pelos recenseamentos quanto pelos nomes mencionados em testamentos pelo pai ou pela mãe, a presença da morte no cotidiano dos nascimentos deixava em média, mesmo no fim do medievo, cerca de dois filhos vivos. Ainda que a mortalidade materna durante o parto fosse menos frequente do que sugerem algumas narrativas, esse período constituía um dos momentos mais perigosos da vida feminina, inclusive para mulheres mais abastadas (Klapisch-Zuber, 1989, p. 203).

Em Florença, estimativas indicam que, entre três mulheres que faleciam antes do marido, uma morria em decorrência direta do parto. Além disso, havia casos de enfermidades crônicas, como o chamado mal da matriz, que acometiam mulheres submetidas a repetidas gestações. Assim, mesmo entre famílias instruídas e economicamente privilegiadas, cerca de uma em cada sete ou oito mulheres sucumbiam em função de suas obrigações reprodutivas (Klapisch-Zuber, 1989, p. 203).

Quando esta criatura tinha vinte anos de idade ou mais se casou com um rico burguês e, pouco tempo depois, ficou grávida, como a natureza assim o quis. Depois de conceber, sofreu graves ataques de uma enfermidade até que deu luz a seu filho. Então, devido às dores do parto e à enfermidade da qual havia padecido antes, perdeu a esperança em sua vida e achou que iria morrer (Kempe, [1438] 2023, p. 117).

Esse relato diz respeito ao que se considera a primeira autobiografia de uma mulher na língua inglesa. Por não saber escrever, foi ditado à um copista que redigiu suas palavras em terceira pessoa. Margery Kempe (c. 1373-1438), era natural de King's Lynn, Norfolk. Foi uma mística e peregrina inglesa, filha de um prefeito local e mãe de quatorze filhos. Seu relato traz à luz sua trajetória como esposa, mãe, “empreendedora”, peregrina e “mística”, além de detalhar seu sofrimento físico e psicológico que enfrentou durante o pós-parto de seu primeiro filho, quando tinha cerca de vinte anos (Nunes, 2023, p. 52).

Cartas e testamentos femininos se mostram fontes de grande interesse, apesar de não tão abundantes do que se desejaria. O que se encontra são rastros de mulheres de grupos mais privilegiados da sociedade que tinham acesso à educação da leitura e da escrita ou, como no caso de Margery, tinham quem escrevesse por elas (Pérez, 2012, p. 22). Aqui, a fonte que analisar-se-á é um compilado médico, atribuído convencionalmente à figura histórica de Trota, ou Trotula de Ruggiero, que se entende como mais um desses vestígios deixados por mulheres sobre si mesmas. Mãe de dois meninos, seu tratado incorpora a obra *Sobre as doenças antes, durante e depois do parto*, na qual apresenta tanto os elementos que considera

favoráveis a esse processo quanto um amplo conjunto de adversidades que o acompanham, incluindo as fatais.

É plausível supor que o parto fosse uma experiência cercada por medo e apreensão. O risco de morte por outras causas, como acidentes ou doenças, era imprevisível e aleatório, ao passo que o perigo associado ao parto, uma vez iniciada a gestação, mostrava-se inevitável e concentrado em um momento específico da vida da mulher.

O medo na e da gestação

Para estudar o medo, a princípio, é necessário compreendê-lo como uma emoção humana. “O animal não tem ciência de sua finitude. O homem, ao contrário, sabe – muito cedo – que morrerá” (Delumeau, 2009, p. 23). Mesmo o medo manifestado no mundo animal, entende-se, é uno: o medo de ser devorado. Já nos humanos, “filho de nossa imaginação”, é múltiplo (Delumeau, 2009, p. 23). Genuínos, medo da fome, medo da dor; e sociais, medo da floresta, medo do diabo. É fixo em sua mutação. As causas do medo se alteram de cultura para cultura, de século para século. Tem historicidade. Para o historiador, não é difícil identificar a presença do medo nos comportamentos de grupos. Contudo, se torna arriscado aplicar a toda uma comunidade humana análises que são válidas apenas para um indivíduo em particular (Delumeau, 2009, p. 25, 29).

Em sentido estrito, o medo individual pode ser definido como uma emoção súbita, frequentemente precedida pela surpresa, decorrente da percepção consciente de um perigo imediato e ameaçador à conservação do sujeito. Tal como outras emoções, o medo manifesta-se de forma diversa segundo os indivíduos e as circunstâncias, podendo inclusive suscitar respostas contrastantes em uma mesma pessoa: aceleração ou redução dos batimentos cardíacos; respiração acelerada ou lenta; imobilização diante da ameaça ou reação violenta de fuga e enfrentamento (Delumeau, 2009, p. 30).

Sunt autem quaedam mulieres ita angustiosae in officio partus ut vix, vel nunquam se expediant; quod ex diversis causis solet provenire. Quandoque enim calor extraneus supervenit circa interiora, unde ipsae nimis angustiantur in partu. Quandoque nimis parvus est exitus matricis: vel quia pinguis est mulier, vel quia foetus est mortuus non iuvans naturam in suo motu. Et hoc multum contingit mulieri iuveni parienti in hieme; cum naturaliter habeat orificium matricis strictum, quod propter frigiditatem temporis et aeris plus constringitur. Quandoque ab ipsa muliere calor totus

exhalat, unde sine viribus relinquitur, ideo deficit in expediendo se a partu (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. VII, p. 82)⁵.

As emoções, no medievo lidas como *paixões da alma*, compõem o sexto elemento não natural que interfere na saúde. A angústia no momento do parto vem em diferentes modos por diferentes causas. A medicina medieval, baseada na teoria dos humores, entende o calor (uma das *coisas naturais*) não apenas como um regulador da saúde, mas também das emoções (uma das *coisas não naturais*). A primeira *coisa não natural* que interfere a saúde é o ar e o ambiente que se habita (Fagundes, 2006, p. 61). Desse modo, mulheres que dão à luz no inverno são descritas como particularmente suscetíveis à angústia e à dificuldade do parto. Vemos uma integração entre clima e corpo, onde influências externas influenciaram também o emocional. São diferentes formas de manifestações de medos individuais.

Ao evocarmos exemplos como o receio de longas viagens de automóvel, muitas vezes enraizado em traumas pessoais, ou os temores ancestrais diante do mar, dos lobos e dos fantasmas, não nos referimos a reações individuais nem a comportamentos de multidão, marcados pela influência e rapidez do contágio emocional. Trata-se de atitudes reiteradas e compartilhadas, que transformam experiências emocionais individuais em padrões coletivos de apreensão e projetam medos semelhantes em situações futuras. “O medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)” (Delumeau, 2009, p. 32).

Nesse sentido, o termo “medo” adquire um significado ampliado, menos rigoroso do que aquele restrito às experiências individuais imediatas. Ele passa a designar um sentimento coletivo, capaz de englobar uma gama de emoções. Vai da simples apreensão até o pânico e o terror mais intenso. Se consolida como parte da experiência histórica e cultural de um grupo humano.

Um dos poucos estudos que abordam quantitativamente a mortalidade obstétrica no medievo é o de David Herlihy e Christine Klapisch-Zuber, *Tuscans and Their Families: A Study of the Florentine Catasto of 1427* (1985). Os autores analisaram diversos *Libri dei morti* florentinos datados entre 1424 e 1430, que registravam as causas de morte de 2.312

⁵ (Versão em português) Algumas mulheres ficam tão angustiadas no momento do parto que dificilmente ou nunca se livram disso; fato que pode ter origem em diferentes causas. Às vezes, um calor externo permeia as partes internas do corpo e por isso as mulheres ficam excessivamente aflitas durante o parto. Outras vezes a saída do útero é muito apertada, ou porque a mulher é muito gorda, ou porque o feto morreu sem a natureza favorecer o seu movimento. Isso acontece na maioria das vezes com a mulher jovem que dá à luz no inverno; sendo o orifício do útero estreito por natureza, esse se estreita ainda mais por causa do tempo e ar frios. Às vezes, da mesma mulher todo o calor evapora, por isso fica sem forças e não tem energias completar o parto (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. VII, p. 83).

mulheres, constatando que 32 delas, menos de 2%, foram identificadas como falecidas em decorrência do parto. Embora o recorte temporal da pesquisa ultrapasse o foco deste estudo, sua relevância reside na escassez de análises anteriores, oferecendo um parâmetro aproximado para compreender as taxas de mortalidade materna no período.

Nota, dicit Galenus, quod mulieres quae habent vulvas angustas matrices strictas non debent viris uti, ne concipientes moriantur. Sed cum non omnes illae possint abstinere, indigent nostro auxilio. Ideo si illarum quaedam ob periculum mortis non auderet concipere, illa secum carne nuda ferat matricem caprae quae nunquam habuit foetum (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. XI, p. 74)⁶.

O medo da morte aparece de forma explícita. A emoção é reconhecida e legitimada, sendo associada a um perigo real. O medo se torna racional frente ao contexto médico e é suficiente para que medidas possam ser tomadas. A obra se atenta a como *nem todas podem abster-se* de se pôr em perigo, então propõe formas de manejar a morte.

Si autem laesa fuerit in partu et prae timore mortis non vult amplius concipere, ponat in secundina tot grana cataputiae vel hordei quot annis vult sterilis permanere. Et si in perpetuum vult sterilis permanere plenam manum imponat (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. XI, p. 74)⁷.

A emoção é legítima, é compreensível e coerente perante a ameaça da morte. O medo (*timore*) justifica a prática médica. As tentativas de limitar os nascimentos eram alvo de rígida condenação eclesiástica. Até o século XII, concílios reiteraram proibições e sanções contra práticas anticoncepcionais. A partir do século XIII, influências da medicina árabe e de tradições literárias, como a ovidiana, podem ter difundido certos métodos contraceptivos, ainda que teólogos tenham suavizado apenas marginalmente a rigidez das proibições. As evidências, contudo, apontam que os casais, em regra, não recorriam sistematicamente a tais práticas, mantendo intervalos médios constantes entre os nascimentos (Klapisch-Zuber, 1989, p. 202-3).

Na percepção médica da obra, não obstante o posicionamento eclesiástico, o parto é um evento que pode debilitar e ferir permanentemente. Não há condenação moral ao medo,

⁶ (Versão em português) Note, disse Galeno, que as mulheres que têm vulvas pequenas e úteros estreitos não devem ter relações com um homem, para que não morram ao parir. Mas, como nem todas podem abster-se, precisam da nossa ajuda. Portanto, se alguma delas não ousa engravidar por causa do perigo de morte, deve levar consigo sobre sua carne nua um útero de cabra que nunca pariu (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. XI, p. 75).

⁷ (Versão em português) Se ainda tiver sido machucada no parto e por medo da morte não quiser mais conceber, deve colocar em um saquinho tantos grãos de catapúcia ou de cevada quantos forem os anos em que quiser permanecer estéril. Se quiser ficar estéril para sempre, deve colocar ali um punhado (Ruggiero, [Séc. XII] 2018, cap. XI, p. 75).

apesar de não haver soluções a um problema de contexto social, mulheres que necessitam manter as relações sexuais mesmo quando não lhes favorável para a saúde. Oferece, porém, um meio de reconquistar certa agência para o próprio corpo.

Como vimos, a morte constitui um problema para os seres humanos, pois eles são conscientes dela. Em nenhuma outra espécie essa percepção coletiva de vida teve tanta influência sobre o desenvolvimento individual como a humana (Elias, 2001, p. 8). Assim como o medo se apresenta como uma experiência histórica, a morte é variável e específica segundos os grupos, independentemente do caráter natural e imutável que pareça para os membros de uma sociedade. A morte como elemento social é aprendida e torna-se um aspecto da socialização (Elias, 2001, p. 8).

A partir dos séculos XI e XII, a percepção da morte no Ocidente passou por mudanças graduais (Ariès, 2012, p. 49). Antes, só havia dois destinos possíveis: inferno e paraíso, definidos pela conduta, fé e obras do indivíduo. O destino intermediário das almas entre a morte e a ressurreição, porém, não era claro (Le Goff, 2017, p. 172). Algumas tradições evocavam o *shéol*, espaço neutro de espera, ou o “seio de Abraão”, refúgio dos justos (Le Goff, 2017, p. 172). Para os que não se enquadravam inteiramente em uma dessas categorias, a teologia agostiniana e de Gregório Magno (†604) introduziu a ideia de purgação: etapa expiatória para almas com pecados perdoáveis, simbolizada por um fogo purgatório distinto a *geena*,⁸ ainda indefinido em localização e duração (Le Goff, 2017, p. 174). Assim, entre os cristãos “não totalmente bons”, consolidou-se, no século XII, a concepção do purgatório. Sendo assim, sob a perspectiva da morte ao gerar a vida, esse é o destino que uma mãe medieval vê para si mesma se a natureza seguir a ordem divina e romper com sua existência sublunar.

Na sociedade medieval, assim como em muitas outras sociedades tradicionais, a forma de existência atribuída aos mortos dependia da realização adequada dos ritos de passagem da morte. Acreditava-se que aqueles cujos funerais e práticas de luto não haviam sido conduzidos conforme as normas podiam retornar ao mundo dos vivos. Isso ocorria, por exemplo, quando o corpo de um afogado desaparecia e não podia ser sepultado ritualmente.

⁸ Um termo utilizado para se referir ao inferno. É possível encontrá-lo em antigos textos cristãos como o *De laude martyrii* (O louvor do mártir), atribuído a São Cipriano (e é, provavelmente, de Novaciano) (Le Goff, 2017, p. 51). Se lê: “O lugar cruel a que se chama geena reverbera em um grande gemido de lamentos, no meio das baforadas de chamas. Em uma horrível noite de espessa fumaça, caminhos ardentes espalham incêndios sempre renovados, uma compacta bola de fogo forma uma muralha e se distende em diversas formas de tormentos [...]. Aqueles que recusaram a voz do Senhor e desprezaram suas ordens são punidos com penas proporcionais; e segundo o mérito ele atribui a salvação ou julga o crime...” (HARNACK, A. “Die Petrusapokalypse in der alten abendländischen Kirche”. In: *Texte und Untersuchungen zur Geschichte der altchristlichen Literatur*, XIII, 1895, p. 71-73).

Um assassinato, um suicídio, a morte de uma mulher no parto, o nascimento de uma criança natimorta apresentavam para a comunidade dos vivos o perigo de uma mácula (Schmitt, 1999, p. 17).

Esses mortos eram frequentemente considerados maléficos. Essa dimensão antropológica do retorno dos falecidos atravessa diversas culturas e também está presente, de maneira constante na tradição ocidental desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e alcançando o folclore contemporâneo. A análise apresentada por Jean Delumeau em *A História do Medo no Ocidente* (1978, p. 86), inspirada em quinhentos relatos recolhidos na Polônia por L. Stomma, revela que crianças natimortas, vítimas de aborto ou falecidas sem batismo representam 37% das aparições fantasmáticas, enquanto os suicidas constituem 9%, e o restante divide-se sobretudo entre mulheres mortas no parto ou no momento do casamento.

A menção recorrente às mulheres mortas no parto e às crianças natimortas nesses registros evidencia que, no imaginário medieval, tais mortes eram percebidas como interrupções perigosas da ordem ritual e social, produzindo inquietação entre os vivos. Essas mortes por si só não apenas evocavam medo, mas também estruturavam normas coletivas sobre o que deveria ser sentido e temido. A morte no parto era percebida como um evento ritualmente perigoso, capaz de interromper a passagem simbólica da mulher para a maternidade e de ameaçar a ordem espiritual e social da comunidade. Por isso, o medo associado ao parto não constituía apenas uma emoção individual da gestante, mas uma preocupação amplamente compartilhada. A mulher falecida no momento parto carregava o peso dessa mácula, da ruptura ritual e da possibilidade de que seu espírito retornasse de forma inquieta ao convívio dos vivos. Essa dimensão comunal do medo revela a profundidade com que a experiência obstétrica estava imersa em sensibilidades culturais mais amplas, que alimentavam no parto um ponto de tensão emocional compartilhada por toda a comunidade.

Considerações parciais

Sendo assim, percebe-se que o parto era, inevitavelmente, um dos momentos mais angustiosos da vida feminina. O temor diante desse risco era reconhecido e legitimado pela medicina em Trotula, que oferecia explicações baseadas na teoria dos humores para a angústia experimentada pelas mulheres. Demonstrou-se que o medo não se restringia à esfera individual, mas se solidificou como um sentimento coletivo e um hábito cultural. A morte no parto era percebida como uma mácula e uma interrupção perigosa da ordem ritual e social, o que se confirma na tradição de aparições fantasmagóricas, onde mulheres mortas no parto e

crianças natimortas constituíam categorias recorrentes. Dessa forma, o perigo biológico refletia-se no que se entendia uma ameaça espiritual e social.

Apesar da rigidez eclesiástica que condenava as tentativas de limitar os nascimentos, a obra médica propôs formas de manejar a morte, oferecendo à mulher meios de reconquistar certa agência sobre o próprio corpo. As sugestões na obra para evitar a concepção por medo da morte, embora limitadas, representam uma exceção no contexto de vigilância do corpo feminino. Esta investigação inicial evidenciou, portanto, como as práticas socioculturais e as sensibilidades emocionais medievais se entrelaçavam em torno do corpo feminino reprodutor.

Este estudo, de caráter parcial no âmbito de uma pesquisa de mestrado, abre diversas vias para a continuidade da investigação sobre a morte, o medo e a maternidade no medievo. Uma linha de pesquisa promissora seria a comparação das comunidades emocionais envolvidas no processo de parto: a comunidade médica de Salerno, a comunidade familiar, e/ou a comunidade religiosa. Seria fundamental analisar em profundidade como o medo individual se articulava com o aparato doutrinário do Purgatório, destino potencial da mãe falecida, contrastando a visão teológica da purgação com a legitimação médica do temor e a ameaça folclórica do fantasma. Outra possibilidade reside na análise da transmissão e recepção do tratado de Trotula, comparando a versão com outras obras contemporâneas e posteriores, a fim de verificar como a percepção e o manejo do medo da morte e das práticas anticoncepcionais (não obstante as proibições) foram alterados ou mantidos ao longo do tempo, revelando a persistência ou mutabilidade das sensibilidades culturais em torno do parto e da sexualidade feminina. Finalmente, a inserção da metodologia da História de Gênero pode ser aprofundada para traçar o perfil biológico e social das mulheres em risco, examinando como o casamento precoce e as sucessivas gestações intensificavam as taxas de mortalidade, tornando a morte no parto um medo legítimo não apenas simbolicamente, mas estruturalmente na sociedade.

Fontes

NUNES, Fernanda Cardoso. **O Livro de Margery Kempe**: análise e tradução da primeira autobiografia escrita em língua inglesa. João Pessoa: Editora do CCTA, 2023.

RUGGIERO, Trotula di. **Sobre as doenças das mulheres**. Tradução e organização de Alder Calado, Karine Simoni e Luciana Deplagne. Tubarão: Copiart; Florianópolis: UFSC/DLLE/PGET, 2018.

Referências

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300–1800. São Paulo: Companhia das Letras, [1989] 2009.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1982] 2001.
- FAGUNDES, Maria. **Saúde e Dietética**: O *Liber de Conservanda Sanitate* do físico português Pedro Hispano (séc. XIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. A mulher e a família. In: Le Goff, Jacques (Dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989. p. 193–208.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Petrópolis: Vozes, [1981] 2017.
- PÉREZ, María Jesús Fuente. **Ser mãe na Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025.
- SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVEIRA, Camilla Höehr dos Santos da. **Das virgens às viúvas**: A saúde dos femininos nos tratados Trotula de Ruggiero. TCC (Graduação em História – Licenciatura) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/33850/TCC%20CHL%20-%20Camilla%20Hoe%20dos%20Santos%20da%20Silveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2025.

Vivências em situações de exceção no século XX: a institucionalização a partir do caso de Dalila

Experiences in exceptional situations in the 20th century: institutionalisation based on the case of Dalila

Igor Moraes da Silva,¹ FCHS-Unesp

Resumo

No início do século XX, José Marques Garcia construiu casas simples em Franca/SP para abrigar pobres e indesejados da cidade. Em 1922, essas construções deram origem ao Asilo Allan Kardec, inspirado na doutrina espírita, que se tornou referência na região por assistir aos necessitados vários. Nesse contexto, em 1927, a instituição recebeu Ernestina, levada pelo marido e cunhado para tratar de suposta loucura. Abandonada, mesmo grávida, a interna deu à luz no asilo. Dalila ali cresceu registrada como interna, passando infância e juventude sob os cuidados da instituição. O trabalho, portanto, discute a institucionalização a partir da história de vida de Dalila, norteados pelos estudos de Goffman (2001) e Giovanni Levi (2006). O aporte documental dar-se-á pelas memórias da biografada, documentos pessoais, registros do Asilo Allan Kardec, entrevistas autorizadas e legislações sobre tratamento mental.

Palavras-chave: Institucionalização; Histórias de vida; Allan Kardec.

Abstract

In the early 20th century, José Marques Garcia built simple houses in Franca/SP, to shelter the city's poor and unwanted. In 1922, these buildings gave rise to the Asilo Allan Kardec, inspired by Spiritism, which became a reference in the region for assisting the needy. In this context, in 1927, the institution received Ernestina, brought by her husband and brother-in-law to treat her alleged madness. Abandoned, even though she was pregnant, the patient gave birth in the asylum. Dalila grew up there, registered as a patient, spending her childhood and youth under the care of the institution. The work, therefore, discusses institutionalisation based on Dalila's life story, guided by the studies of Goffman (2001) and Giovanni Levi (2006). The documentary contribution will be provided by the biographee's memoirs, personal documents, records from the Allan Kardec Asylum, authorised interviews and legislation on mental treatment.

Keywords: Institutionalisation; Life stories; Allan Kardec.

Introdução

Tanto Emília falava em "Minhas Memórias" que uma vez Dona Benta perguntou:

— Mas, afinal de contas, bobinha, que é que você entende por memórias?

— Memórias são a história da vida da gente, com tudo que acontece desde o dia do nascimento até o dia da morte.

¹ Mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UNESP – campus de Franca. É bolsista CAPES. E-mail: igor.morais@unesp.br.

— Nesse caso — caçou Dona Benta — uma pessoa só pode escrever memórias depois que morre (Lobato, 2007, p. 12).

O diálogo entre Emília e Dona Benta, publicado pela primeira vez por Monteiro Lobato em 1936, revela que a preocupação com o entendimento do que chamamos de “memórias” e “história de vida” não é recente. No trecho, observa-se que Emília utiliza o termo “memórias” como sinônimo de “histórias de vida”; contudo, esses conceitos são distintos e desempenham um papel fundamental no presente trabalho. Neste estudo, compreendemos memórias como um conjunto de lembranças — deliberadas ou não — acionadas a partir de experiências do presente. Já história de vida refere-se a um campo de investigação que utiliza a trajetória biográfica de uma pessoa como fonte para análise científica. Portanto, o presente texto abordará o conceito de institucionalização a partir da história de vida de Dalila Pereira dos Santos, bem como das memórias por ela mobilizadas.

Dalila Pereira dos Santos foi uma figura singular na história do Hospital Espírita Allan Kardec, fundado em 1922 em Franca-SP por José Marques Garcia. Sua trajetória reúne elementos que, em outras circunstâncias, poderiam conduzir ao esquecimento, mas que, no contexto da institucionalização, a transformaram em símbolo significativo para o estudo de vivências em situação de exceção. Filha de paciente internada e abandonada pelo pai, Dalila nasceu no próprio hospital em 1927. Na contramão daquilo que ocorria em situações semelhantes, nas quais as crianças eram encaminhadas para adoção, ela ficou na instituição, sendo conhecida como “a filha da casa”, apelido dado pelo então diretor e fundador da instituição. Dalila construiu com o hospital uma relação de afeto e, no limite, compromisso, dedicando-lhe toda a sua vida e exercendo funções relevantes em diversos setores da instituição. Sua história reflete não apenas um percurso individual, mas também oferece dimensão social da trajetória da psiquiatria no Brasil.

Este artigo, portanto, se insere no campo da história de vida. Não se trata de fazermos aqui a escrita de uma biografia tradicional ou de uma simples compilação das memórias de Dalila. O trabalho faz uso de sua autobiografia e de depoimentos registrados em entrevistas, de modo que sua riqueza reside no caráter coletivo do processo: de um lado, a narradora, Dalila, que rememora e documenta sua trajetória; de outro, o pesquisador, que interpreta e atribui sentido aos fatos e lembranças relatados.

A história de vida, conforme definiu Lúcia Pereira (2009, p. 118), é “o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador”. Diferencia-se, assim, de outros gêneros próximos. Na autobiografia, a narrativa é construída a partir das experiências selecionadas pelo próprio autor; na biografia, por sua vez, a trajetória é

narrada por terceiros e, em geral, organizada de forma linear, com ênfase na experiência individual. Já no campo da história de vida, o indivíduo não é apenas fim em si mesmo, mas funciona como uma janela para a compreensão de dimensões coletivas, sociais e históricas. O pesquisador neste caso deve “realizar três operações sucessivas: o recorte do texto, a montagem e a tradução (passagem da linguagem oral para a escrita)”.

As histórias de vida podem ser abordadas de distintas maneiras. A literatura distingue relatos centrados no sujeito, bem como entrevistas orientadas ao contexto e/ou a eventos específicos. Tais perspectivas são usualmente classificadas como biografia e história de vida. Na concepção dessa modalidade de pesquisa, destacam-se algumas questões fundamentais: a) a abrangência da trajetória existencial; b) a delimitação de temas ou sequências; c) o grau de liberdade conferido ao narrador em contraposição à condução do pesquisador; e d) a forma de apresentação do discurso, se em registro integral ou em versão reconstruída para fins de inteligibilidade.

Levando em consideração o último ponto, Queiroz (1988, p. 24-25) salientou que

justamente porque se trata de um indivíduo considerado em sua integralidade, a biografia não pode ser decomposta em elementos ou utilizada em fragmentos, sob pena de se perder completamente o sentido que se procurava: o desenvolvimento da personalidade, isto é, do “eu” (...) esta exigência não tem razão de ser quando se trata de um estudo sociológico ou antropológico. Neste caso, o aproveitamento da biografia ou da autobiografia se faz no sentido de buscar como estão ali operando as relações do indivíduo com seu grupo, com sua sociedade.

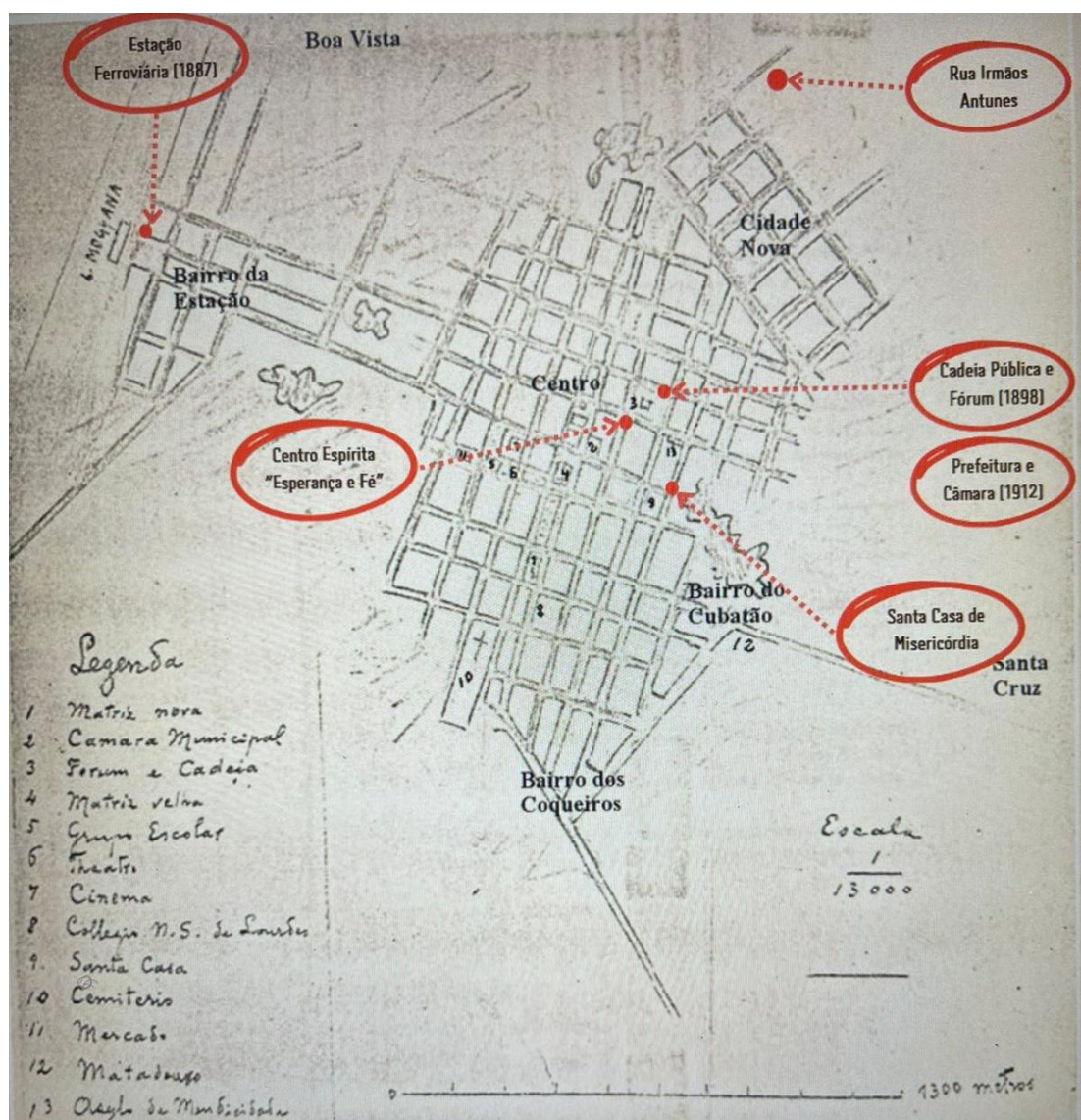
Não se trata, portanto, de considerar Dalila de forma isolada, tampouco de compreendê-la em sua unicidade. O que se busca, neste estudo, é, por meio da análise de sua memória, apreender os elementos que atravessam sua experiência de vida e os contextos nos quais ela esteve inserida. Dalila é, assim, parte de um todo, e a compreensão de sua memória depende da intelecção desse conjunto mais amplo. Ainda que nossa personagem seja elemento coletivo e a ideia desta pesquisa seja utilizar das suas memórias e experiências para problematizar a literatura que tratou a institucionalização, precisamos nos atentar a maneira como essas informações serão coletadas, pois estamos tratando de adentrar a subjetividade de outrem.

O cenário da institucionalização

Nada consta em documentação que a instituição Allan Kardec teria sido planejada pelo seu fundador, José Marques Garcia. Ao que nos parece a iniciativa teria sido fruto das

intensas reclamações que o sujeito recebia da opinião pública por assistir desprivilegiados vários no centro espírita o qual administrava no centro da cidade de Franca. Localizado em edifício próximo da Santa Casa da cidade, bem como da delegacia, o Centro Espírita Esperança e Fé fornecia diversos donativos para àqueles que necessitavam de ajudas variadas, desde roupas à alimentação. Pressionado pela opinião pública, José Marques Garcia transferiu a assistência que fornecia no centro da cidade para um terreno na então Rua dos Irmãos Antunes onde construiu pequenos “puxadinhos” que dar-se-ia, em 1922, origem ao Asilo Allan Kardec.

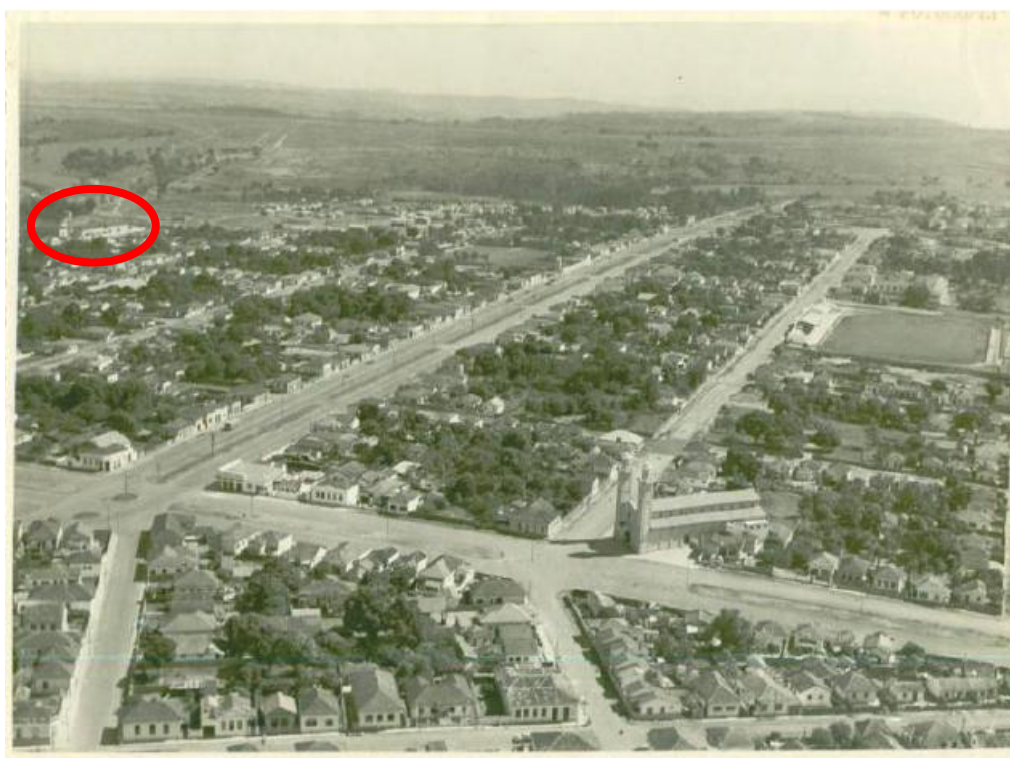
Figura 1 – Mapa da cidade de Franca em 1912



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”.

O mapa editado para destacar o contexto de criação do Asilo Allan Kardec, nos revela que o amparo aos desvalidos de toda ordem era tolerado em zonas limítrofes da cidade. A construção dos “puxadinhos”, já na década de 1940 tinha dado origem a um estabelecimento grande e complexo que, mesmo que afastado, servia como a principal instituição de assistência aos indivíduos chamados de loucos ou em sofrimento psíquico.

Figura 2 – Foto Aérea da avenida principal da cidade, “Avenida Rio Branco”, hoje “Avenida Presidente Vargas” - destaque para o Asilo Allan Kardec ao fundo (década de 1940)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”.

Foi em meia à realidade do Allan Kardec enquanto espaço improvisado de assistência que começou a história da personagem fonte dessa investigação.

Foi num dia como qualquer outro dos anos 1920 que em Franca um homem com o irmão e a cunhada, residentes da cidade de Pitangueiras², apareceram em busca de tratamento do que julgavam ser a loucura da senhora Dona Ernestina. Ela, segundo relatos, gritava muito e dizia que queria matar o marido. Furiosa, ela afirmava que era recém-casada e que sofria maus tratos.

² Cidade localizada a 140 km de distância de Franca.

Ao que parece a família da senhora acreditou tratar-se de um surto de loucura provisório que poderia ser resolvido com um remédio qualquer. Assim, “juntaram” o dinheiro necessário para irem à Franca por um dia e foram atendidos na Santa Casa local. Obviamente a Sra. Ernestina foi medicada e ficou em observação, o que exigiu que os dois homens continuassem na cidade. Como não tinham recursos para hotéis e/ou pousadas recorreram às dependências do Allan Kardec.

Os dias se passaram e como não tiveram a solução desejada, os homens avisaram à Santa Casa de Misericórdia de Franca que estavam hospedados no Allan Kardec e a este que precisariam voltar à lida da fazenda e angariarem mais recursos para permanecerem em Franca e/ou buscar Dona Ernestina. O fato é que os homens se foram e desapareceram.

Pouco tempo depois, em virtude dos medicamentos e/ou da ausência do marido, suposto agressor, Sra. Ernestina teve alta e, sem ter para onde ir, foi hospedada pelo casal caseiro do Allan Kardec. Mas ela estava grávida.

Segundo os registros de Dalila, Dona Maria, mulher de Sr. Francisco, o caseiro e também enfermeiro, costurava paninhos destinadas ao ciclo menstrual das enfermas e hóspedes e notou que Ernestina não precisava deles, o que denotava gravidez. Como os dois homens não voltavam, várias foram as tentativas de contatá-los:

[o caseiro] refletiu bem e resolveu avisar o Diretor da casa e escrever ao esposo; avisando o estado em que se encontrava sua esposa e assim fez; mas nada de respostas, escreveu mais cartas e nada de notícias e assim corriam os meses e aproximava o dia do nascimento do filho ou filha (...) e nada de notícias de seu esposo. Cansaram de escrever e não se importaram mais em saber notícias (Dalila, s/d., p. 2 e 3).

A criança nasceu, assim, nas dependências do Asilo. Em resumo: ela nasceu ali, bem como ali passou a infância e adolescência. Registrada como interna, Dalila Pereira dos Santos recebeu “alta” apenas quando se casou, ocasião em que passou a residir em moradia doada pela própria Instituição.

Memória e Institucionalização: do nascimento desejado à disputa pela criança

Em seu livro *Memórias de Velhos*, a autora Ecléa Bosi (2023) discute o conceito de memória e sua relação com a história oral. Bosi se baseia nas hipóteses psicossociais de Halbwachs (2013) para entender a construção social da memória, enfatizando o papel do ambiente social e das convenções coletivas. Além disso, Bosi ressalta a importância da dimensão subjetiva da memória, onde a lembrança ou o esquecimento das imagens criam uma

unidade pessoal. A autora observa que as memórias individuais desses sujeitos se desenvolvem em um espaço aparentemente isolado, destacando a dualidade entre o individual e o social nas narrativas memorialistas. As memórias pessoais dos idosos são influenciadas pelo tempo social, pelo tempo da geração que viveu as experiências e pelo tempo familiar que dá coesão ao grupo.

Ainda sobre o livro mencionado, Bosi (2023) discute a importância do espaço nas autobiografias, afirmando que a disposição espacial é essencial para entender nossa posição no mundo e nossa relação com os outros. Os lugares e objetos com os quais nos relacionamos criam vínculos que persistem mesmo quando não estão mais presentes. Além disso, Bosi destaca a importância da memória do trabalho, que não apenas serve como ensinamento e conselho, mas também revive práticas passadas. Para ela, a narrativa memorialista encontra sua razão de ser no trabalho, que é a substância da vida.

Munidos da concepção de memória descrita por Ecléa Bosi, é interessante atentar-se para o fato de que nossa personagem além de ter nascido no então Asilo Allan Kardec, também nele trabalhou, se aposentou e retornou como voluntária. Ou seja, grande parte da construção memorialista de Dalila se dá a partir da ideia de que o asilo teria sido o salvador de sua história de vida, não apenas por a acolher ainda recém-nascida, mas também por lhe dar certa qualidade de vida a partir do trabalho.

Interessante notar como Dalila, antiga interna, mesmo depois de casada, viveu sempre em relação à dita Instituição, local que sempre revisitava, na qual, como já mencionado, trabalhou até a aposentadoria e a qual nunca conseguiu se desvencilhar. Na velhice, depois de constituir família mais ou menos numerosa, decidiu escrever suas memórias, notadamente marcada por memórias daquele local e elogios à Instituição. Vale ressaltar que Dalila chama o arquivo no qual discorre sobre suas memórias de “Meu Diário”, mas não se trata de um diário no *stricto-senso* do que é, pois nele há registros de um passado mais distante e até mesmo histórias que foram contadas a ela por outrem. Além disso, o texto não acompanha de forma fiel o dia a dia de Dalila. Depois de narrar sobre seu nascimento ela escreveu: “Até aqui cravei o que papai, mamãe e outros me contavam e agora passando a cravar fatos de minha vida já depois de grande, sou eu mesma que me lembro dos fatos já acontecidos” (Dalila, s/d., p. 14), ou seja parte da narrativa do diário é feita a partir da percepção que Dalila teve da história outrora contada a ela por outros personagens.

Logo na primeira página de suas memórias registradas, Dalila escreveu: “Em você [no diário] gravarei por escrito o passado, o presente e meus acontecimentos futuros que for

desenrolando em minha jornada de amor, felicidade e orgulho. Disse orgulho... sim orgulho, por ser amada também, tanto quanto por se amar na vida” (Dalila, s/d., p. 1). Chamou-nos a atenção que Dalila utiliza-se de alguns termos para se referir a sua história, como “orgulho” e “amada”, de modo que nossa personagem a todo momento, seja em entrevistas ou nas próprias lembranças escritas, sente a necessidade de afirmar uma positividade na sua trajetória de vida.

Contudo, Goffman (2001, p. 24) se dispõe a discutir sobre indivíduos que adentraram as ditas instituições totais e não, necessariamente, nasceram naquele lugar:

O novato chega no estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despedido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado.

Institucionalizada desde o nascimento, nossa personagem construiu sua concepção de si a partir de suas vivências no Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, ou seja, ela não despiu de disposições sociais que a ajudavam a se entender enquanto indivíduo num meio social. Pelo contrário, a mortificação do eu de Dalila começa no seu nascimento.

É exatamente nessa questão que está nossa inquietação. Explica-se: embora, segundo nossa concepção, institucionalizada, a personagem dessa história não passou a vida inteira, obrigatoriamente, em nenhuma instituição, contudo as casualidades da vida desde o seu nascimento fizeram com que Dalila atrelasse sua história com a da dita instituição.

Diferentes pesquisadores estudaram o processo institucionalização de pessoas, de modo que observaram que as relações político-sociais parecem estar atravessadas pela existência das ditas "instituições totais". A abordagem mais conhecida é a de Foucault (2019) em sua obra *História da Loucura*, que analisa não somente a internação de loucos em asilos, manicômios e hospitais psiquiátricos, mas também as normas de conduta aplicadas a esses sujeitos internados. Assim, Foucault compreende que há um processo de formação ideológica, por parte do Estado ou outrem que interna, de modo que é a partir desse processo que se funda um conjunto de práticas institucionais médicas, como o ato de medicalizar, que leva o sujeito à institucionalização. Esse aspecto faz do hospital uma ferramenta poderosa de dominação.

Apesar do primoroso trabalho de Michel Foucault, a obra contempla o velho continente. Maria Clementina Pereira Cunha (1986) e Roberto Machado (1978) se destacam nos estudos sobre a institucionalização na perspectiva brasileira. Os hospitais do eixo Rio -

São Paulo e o cotidiano dessas instituições foram alvos, respectivamente, dos historiadores. A relação entre o sanitarismo e higienismo no processo de institucionalização dos sujeitos nas entidades do Rio de Janeiro e São Paulo demonstram a ideia do ordenamento e regramento social a partir de um viés moral. Portanto, o pensamento moral vigente de um terminado espaço e/ou grupo ditou por tempos a forma pela qual os pacientes seriam tratados. Esse fato, obviamente, não é excluído da instituição que é cenário em todas as fases da vida de nossa personagem. Contudo, esses trabalhos não contemplam as histórias de vidas dos agentes históricos submetidos à ditas instituições, mas acabam por trazer um panorama geral do que seria a institucionalização desses indivíduos.

Interessante notar também que o processo de institucionalização de Dalila se iniciou no momento do seu nascimento, uma vez que dentro dos muros do Hospital Allan Kardec ela nasceu e passou grande parte da vida. Nessa perspectiva, a institucionalização de crianças também tem importância no nosso trabalho. Damos destaque, então, aos trabalhos de Pilotti e Rizzini (1955), que analisam a assistência à infância no Rio de Janeiro, incluindo os asilos de órfãos da Santa Casa e a “roda dos expostos”. No início do século XX, várias tentativas ocorreram para o controle dos menores de idade, entre elas o Código de Menores de 1927 e as inúmeras escolas profissionalizantes. Obviamente, assim como nossa personagem, a maioria das crianças alvo dessas políticas eram aquelas oriundas de famílias empobrecidas:

O mito criado em torno da incompetência das famílias das classes empobrecidas para criarem seus filhos faz emergir uma violenta intervenção do Estado, levando os juristas a delegarem para si próprios o poder de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgassem uma família inadequada para uma criança (Pilotti; Rizzini, 1995, p. 25).

Ainda que nossa personagem seja uma dessas crianças afastadas da família na primeira metade do século XX, nos parece que ela não vivenciou o “trauma” desse afastamento, pois sempre compreendeu sua vida atrelada a dita instituição.

É por isso que nos relatos de Dalila é interessante notar sua leitura da própria vida como sendo uma criança muito desejada e recebida com carinho antes mesmo do seu nascimento. Sobre o assunto, ao falar dos preparativos para seu nascimento, como cuidados com a vestimenta, Dalila escreveu:

É curioso que mesmo nascendo nas dependências de um hospital cujo os cuidados eram destinados aos doentes da mente e fruto de um relacionamento que, aparentemente, não era feliz, Dalila construiu uma narrativa na qual sua chegada ao mundo foi muito esperada e

desejada. Ainda que Dalila descreveu o desejo muito mais atrelado à D. Maria, ela não deixou de destacar o interesse do caseiro sobre o cuidado com a criança prestes a nascer:

Outro fato curioso é que mesmo afetada por questões de loucura, Dalila descreveu que no momento do seu nascimento, sua mãe foi curada, mesmo que por alguns instantes:

Sr. Francisco ao chegar no local onde chamavam por seu nome ficou perplexo ao ver D. Ernestina, a doente mais furiosa, transformada em uma mulher calma, implorando que a desamarrasse; mais que depressa Sr. Francisco desamarrou-a, deixando-a em liberdade (...) e sem esperar dentro de poucos instantes nascia uma forte menina em companhia dele [o caseiro] e auxílio de algumas doentes melhores que estavam naquele salão (Dalila, s/d., p. 3-4).

A cura de D. Ernestina foi momentânea, somente durante o processo em que estava ao lado de sua filha, pois logo após ter afastada a criança, a paciente voltou a apresentar o quadro de raiva. Após o nascimento de Dalila, o caseiro levou a criança até sua esposa para que esta cuidasse da criança. Nos escritos de nossa personagem, D. Maria estava dormindo e sonhava com o choro de um bebê e quando foi acordada pelo esposo rogou para que aquela criança recém-nascida à sua frente não fosse fruto dos seus sonhos. Recuperada do seu estado quase que sonâmbulo, D. Maria, acalentou a criança e a deixou e seus aposentos indo de encontro com o esposo para saber se este precisava de ajuda.

Antes mesmo de chegar no salão no qual o parto havia acontecido, D. Maria começou a ouvir barulhos e gritos:

[...] correu, abriu a porta e viu seu esposo lutando com D. Ernestina que numa fúria terrível já tinha rasgado toda camisa de Sr. Francisco, que procurava acalmá-la sozinho, pois os outros doentes melhores tinham corrido de medo ao ver a fúria daquela pobre mulher que sem saber o que falava pedia a filha para matar, pois “aquilo” era pedaço de Avelino, seu esposo (Dalila, s/d., p.4).

É nítido, portanto, que, segundo Dalila, a sua presença e/ou ausência era capaz de modificar as emoções e ações das pessoas a sua volta. Explica-se: D. Maria casada a algum tempo não tinha filhos e este era motivo de tristeza para ela, Dalila aparece como a criança que ela sempre desejou; já com D. Ernestina, a criança prestes a nascer fez com que a mulher saísse de seu estado patológico, mas depois de afastada, sua mãe voltou ao quadro doentio e queria até matá-la.

Quando pensamos que Dalila dará atenção, em suas memórias, para o fato de sua mãe biológica querer matá-la logo após seu nascimento, somos surpreendidos, pois ela narra a preocupação do casal para com a alimentação da criança que não poderia ser amamentada

pela mãe. Segundo Dalila (s/d. p. 5): “D. Maria disse ao esposo que não se aborrecia com o trabalho com que a criança poderia dar, pois ela faria qualquer sacrifício imensamente satisfeita pois a criança estava sã e salva, ela cuidaria com todo amor e carinho daquela menininha que parecia ser dela e de mais ninguém”.

A história segue. Na manhã seguinte ao acontecimento, 06 de maio de 1927, o diretor do Asilo, José Marques Garcia, chega ao estabelecimento e logo é noticiado sobre o nascimento da criança que ocorrera na madrugada. Depois de conversar com o casal de caseiros, o diretor decide novamente escrever para Pitangueiras a procura da família de D. Ernestina e informar o nascimento da criança, descrita por Dalila como “filha da casa”, na esperança de que este fosse um motivo para que Sr. Avelino, o esposo da interna, fosse ao encontro da esposa abandonada e, conseqüentemente, de sua filha.

Alguns dias depois de enviada a carta, o irmão de D. Ernestina aparece em uma visita para levar a interna a um hospital mais próximo da cidade em que viviam. O irmão relata que Sr. Avelino havia fugido da cidade e nada havia informado sobre a internação de Ernestina. Ao ser indagado sobre a recém-nascida, o rapaz diz que não há possibilidade de levá-la nessa viagem, mas que em outra oportunidade voltaria para buscá-la.

A pedido do diretor do Asilo, D. Maria levou a criança para que o tio a pudesse conhecer e na presença de Ernestina que não estava tão furiosa e não reconhecera menina, ficou decidido que a criança ali ficaria:

Depois que D. Ernestina falou uma porção de coisas que não entendiam, ela tirou a menina dos braços do irmão, cena que assustou todos, principalmente D. Maria, mas tranquilizaram logo após a doente num momento passageiro de calma, beijou a menina e entregou-a a D. Maria pedindo que cuidasse bem dela, não sabia de quem era, mas uma criancinha era muito bonitinha e merecia ser muito feliz (Dalila, s/d. p. 10).

Mais uma vez nos chama atenção o fato de que a presença de Dalila fez com que, ou ajudou para que, Ernestina saísse do seu quadro psíquico-patológico.

Ficou decidido, então, que a criança ficaria sobre os cuidados do casal de caseiros do Asilo. Sr. Emídio, irmão de Ernestina, comentou que não tinha intenção de ficar com a criança pois era pobre e não poderia dar a ela uma boa vida e que seus irmãos nada iriam querer com a pequena, uma vez que odiavam a irmã por ter se casado com Avelino e entendiam que ela seria um pedaço do “traste” que havia fugido. Antes que fossem embora, a criança foi registrada, fato que preocupou D. Maria, mas ela ficou tão feliz com a oportunidade de ter a criança que nem ligou para isso.

Talvez o que Emídio queria mesmo era mais um braço para a “lida” na fazenda.

Dalila foi registrada sob a filiação de D. Ernestina e Sr. Avelino, contudo não foi com eles que ela cresceu, não foram eles que a levaram para a escola, a ensinaram a ler e escrever, deram o que comer e se dedicaram na sua educação, esses pequenos cuidados do cotidiano foram feitos pelo casal de caseiros, D. Maria e Sr. Francisco. Ainda assim, não há documentos oficiais de tutela da criança por parte do casal. Dalila estava a mercê do tempo, poderiam seus pais biológicos ou familiares voltar a qualquer momento e levá-la ou poderiam seus pais adotivos morrer e a deixarem sem ter para onde ir.

História de Vida e Instituições Totais

Tributárias do conhecimento e da vivência do século XIX, as instituições de alienação fundadas no século XX transformaram-se, para muitos de seus internos, em “instituições totais”.

Instituições totais é o termo utilizado para designar um espaço restrito, independentemente de seu tamanho físico, nos quais o interno vive em tempo integral isolado do corpo social externo e ali desenvolve todas as suas atividades cotidianas, ou seja, é o único local que ele conhece como residência, trabalho, lazer, correção, educação, enfim, sociabilidades várias: “Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, com diferentes autoridades e sem um plano geral” (Goffman, 2001, p. 17).

O problema das instituições totais é que os indivíduos perdem a administração da própria vida, ficando sujeitos às decisões externas a si mesmos, rotinizadas e que são sempre tomadas no coletivo. Em outras palavras: as instituições totais aniquilam a identidade:

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (Goffman, 2001, p. 17-18).

Nas instituições totais, os internos deixam de ser pacientes, pois sofrem o processo de institucionalização.

Institucionalizado é, de modo geral, o interno que não se reconhece mais longe da Instituição que o abrigou e/ou recolheu, não demonstrando e resistência à falta de individualidade, nem mesmo reconhecendo para si mesmo um passado ou um futuro fora daquele local. A institucionalização é apontada por especialistas e até mesmo por pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais como o resultado mais cruel das instituições de alienação para doentes mentais dos séculos XIX e XX.

Nesse ponto as perguntas que nos cabem são: a) seria Dalila institucionalizada?; b) se a institucionalização é um fator cruel na vida do interno por que Dalila sempre registou o Asilo Allan Kardec de forma positiva?; e c) seria Dalila o exemplo de que a institucionalização não acabou com a vida de todos os que foram institucionalizados? As respostas às perguntas não é tarefa fácil.

No que Dalila chamou de diário ela narrou suas memórias de infância que além de discorrer sobre seu dia-a-dia também privilegiou, no limite, o cotidiano do Hospital. No texto ela explicou que brincava apenas com a mãe (a caseira do hospital) que era muito ciumenta e a pajem, "uma doente que sarou e não tendo ninguém por ela, morava no hospital junto com os enfermeiros". Os parágrafos do dito diário seguem justificando que ela não tinha amigos da mesma idade, mas a memória se torna feliz quando a autora insiste que era por "amor e zelo extremos dos pais que se preocupam com ela". Em entrevista, ela afirmou que tinha todos os brinquedos que desejava, mas na autobiografia menciona apenas duas bonecas, sendo "uma que chorava". Ela se lembra ainda que brincava "solta pelo pátio" e que as senhoras ali residentes faziam-lhe roupinhas e bonequinhas de pano. E insiste: "olha que coisa, elas eram mais pobres que doentes porque tinham acesso às tesouras e agulhas.... de que outro modo faríamos as roupinhas para a boneca?" (Dalila, 2018, s/p.).

Dalila cresceu junto com o hospital, que ganhava cada vez mais e mais acomodações disponíveis e que, na década de 30 do século XX, já contratava diversos funcionários para ajudar o casal de caseiros/enfermeiros com os cuidados cotidianos.

Fica-nos, portanto, a indagação: seria possível institucionalizar alguém que não está recluso às dependências de uma instituição total?

Com o tempo, os pais adotivos de Dalila resolveram se mudar do asilo, seja pelo avançar da idade ou para, conforme ela preferiu informar, "cuidar melhor da educação e do cotidiano da filha":

Tinha papai e mamãe três casas situadas na Praça João Mendes, casas estas feitas antes de eu ter nascido, construídas em terrenos do Asilo e sendo de uso fruto deles e em suas faltas pertenceriam ao asilo, foi assim o trato que fizeram ao construírem a casa nos terrenos do Asilo (Dalila, s/d., p. 16).

Dalila narrou que foram para uma dessas casas:

E assim fomos nós para uma delas, mãezinha escolheu a maior, paizinho assim que avisou o inquilino este mudou-se logo e nós mais que depressa fomos para a nova morada, as outras duas casas ficaram os mesmos inquilinos, pois os aluguéis eram boa renda para papai (Dalila, s/d., p. 17).

Mudaram de casa, Dalila crescia, ia à escola pública central, também perto de onde moravam. “A mãe fazia costura e crochê para vender, o pai fazia trabalhos de marcenaria”. Ambos, é claro continuavam a prestar serviços no Hospital. No final de semana, escreveu Dalila, “passeávamos sempre, íamos no Asilo”, que então já era Casa de Saúde Allan Kardec (Dalila, s/d.).

Chamou-nos a atenção como os dias de lazer também são descritos por Dalila como no ambiente da instituição, bem como que não há nenhuma referência em suas memórias de sobre pessoas fora do universo da Instituição. Certamente haviam outras crianças na escola, mas não ocuparam espaço importante na vida dela para merecerem menção no seu diário.

Ela descreveu de alguns natais, embora a periodização de suas narrativas seja um pouco confusa:

Eu vivia coberta de amor e carinho pelos meus adorados pais. Todo natal íamos passar no Asilo junto à todos (...). Naquele ano de 1937 como de costume fomos ao Asilo, onde papai e mamãe ajudavam no gostoso almoço que faziam para todos em geral, eu aproveitava para brincar e estar junto das doentes que eu tanto gostava, já grande levava balas e eu mesma repartia com elas, levava petecas e entrava para o pátio e era de admirar todos ficar (eu) ali entre elas sem juízo e não ter medo; sim delas nunca temi pelo contrário gostava de estar ali pois nada me faziam; ali tinha doentes de toda idade, mocinhas, senhoras de idade, etc, as que estavam furiosas não ficavam no pátio, ficavam fechadas em quarto. E as que no pátio estavam, todas brincavam (...) só não brincavam comigo as que a doença não permitia...(...) assim passava (eu) horas esquecida. Aquele natal foi de muita alegria (Dalila, s/d., p. 24-25).

Dalila prossegue falando de "abacaxis amarelinhos", do sabor das frutas! Mas porque ela se lembraria especialmente desse natal? Ela explica: foi nesse dia, no final da tarde, que sua mãe adotiva deu os primeiros sinais da doença que a mataria alguns meses depois.

Após a morte da mãe, Dalila ficou com o pai, o caseiro, que também faleceu em breve. Ela ficou sob os cuidados do padrinho, José Marques Garcia, diretor do Hospital. Dalila

narrou que antes de morrer seu pai pediu para que Sr. José Garcia a levasse de volta para o hospital:

Não tinha nem quatro meses que mamãe tinha desencarnado, quando passou papai a fazer recomendações a padrinho sobre mim, dizia ele que sabia que não suportava muito a vida sem mamãe e por isso pedia a padrinho que em sua falta olhasse por mim, pedia ele que não me levasse para parte alguma, a não ser de volta ao asilo, pois era o lugar que mais gostava, a não ser nossa casa (Dalila, s/d., p. 29).

É interessante notar que Dalila, mesmo vivendo longe da instituição, passava grande parte dos seus dias nas dependências do Asilo, o que gerou nos pais e, conseqüentemente, nela certo sentimento de segurança para com o estabelecimento. Dalila, a “filha da casa” como foi chamada ao nascer, voltaria a viver nas dependências do Allan Kardec.

Sr. José Marques Garcia levou Dalila de volta ao Casa de Saúde após a morte do pai: “Voltei ao asilo levada por padrinho, as aulas da escola tinham findado e eu tirara o diploma, mas não dei a menor importância... nada para mim servia... nada tinha alegria...” (Dalila, s/d. p. 28). No Asilo ela ficou “aos cuidados” de D. Rosa, uma enfermeira que morava no hospital, desde que ali foi para procurar ajuda para o seu marido que “sofia de mal do cérebro”. Com a morte rápida do marido, não tinha recursos para sobreviver e ficou por ali mesmo, hospedada/internada na casa de Saúde de Saúde Allan Kardec. Dalila passou a chamar D. Rosa de “madrinha”.

Dalila descreveu sua madrinha como bondosa e que adorava costurar. Ela era conhecida de seus falecidos pais e, por isso, compreendia a dor da perda de pequena órfã. A enfermeira colocou a jovem para dormir em seus aposentos.

Foi com D. Rosa que Dalila aprendeu vários dos serviços da então Casa de Saúde Allan Kardec. Logo após a morte de seus pais, José Garcia perguntou a garota se ela queria continuar os estudos. Seu pai teria deixado renda para tal finalidade e o diretor prometeu ajudar nas despesas caso fosse necessário. Dalila não aceitou. Ela explica que sua tristeza pela perda dos pais era tão grande que pouco se interessava pelos afazeres da vida, mas “queria ficar ali junto aos doentes” (Dalila, s/d., p. 30). O diretor em nada insistiu, mas pediu para que a enfermeira, D. Rosa, ensinasse Dalila corte e costura.

Dalila descreveu seus dias após a morte de seu pai dizendo que “ficava no sobrado no quarto que dava saída para uma pequena área, lia e olhava revistas ou adorava as nuvens como de costume, outras vezes ia para o pátio ficar junto com as doentes” (Dalila, s/d., p. 30). É curioso como Dalila a todo momento busca refúgio com os internos do hospital, talvez pelo

fato de crescer ali e ter intimidade com as essas pessoas ou até mesmo por de certa forma se identificar com esses sujeitos “presos” a uma instituição de alienação.

Os dias passaram e a tristeza de Dalila foi vencida pela rotina do hospital. Ela começou ajudando na cozinha, como copeira e logo estava ajudando até os enfermeiros com o trato dos doentes. Dalila não era funcionária nem paciente, mas era uma interna. Goffman (2001, p. 84-85) chama atenção para determinados serviços que “não fazem parte de um esquema oficial da instituição” e, no limite, são realizados por alguns internos, uma vez que “admita-se que o tempo de trabalho dos internados tem pouco valor para eles e está sujeito às ordens da administração – por exemplo, jardinagem, pintura de casas, limpeza, tomar conta das crianças”. O autor segue explicando que esse tipo de característica em instituições totais faz parte de um esquema no qual “as restrições comuns fazem com que, geralmente, fiquem [os internos] contentes, ao romper, dessa forma, as distâncias entre eles e a equipe dirigente”.

A linearidade dos fatos narrados por Dalila em seu diário é um pouco quanto confusa, mas tudo indica que ela ficou entre três ou cinco anos sob os cuidados de D. Rosa, já que ela deixou o emprego de enfermeira no hospital e começou a trabalhar como viajante para arrecadar fundos para diversos hospitais.

Quando Dalila tinha quinze anos de idade quando o diretor da Casa de Saúde, seu padrinho, foi a óbito, em junho de 1942. Dalila descreveu que “assim que chegou a notícia no asilo foi um grande abalo, todos os doentes choravam e clamavam. O asilo parecia ter posto de luto e ninguém quis comer nesse dia. As doentes furiosas que gritavam e xingavam ficaram silenciosas, só se ouvia exclamações e choros” (Dalila, s/d., p. 32). A morte do diretor da instituição não fez com que as atividades ali se encerrassem, então logo elegeram um novo diretor, Sr. José Russo. A vida de Dalila continuou igual, trabalhando e compartilhando a vida com os internos do Allan Kardec.

Nessa altura da vida, o cotidiano de Dalila era administrado a partir do cotidiano do hospital. A personagem narrou que aos quinze anos, já mocinha, tinha como amigas as doentes e enfermeiras do Allan Kardec, de modo que as crianças de sua idade que frequentavam o asilo, seja por visitas e/ou acompanhando trabalhos voluntários, diziam “ter muita pena” de Dalila, de vê-la “fechada ali, sem sair para passear em parte alguma”. É nesse ponto que Dalila apresenta uma característica muito comum em sujeitos institucionalizados, pois ela segue sua narrativa dizendo que não se importava com as falas de outrem, já “tinha se acostumado naquela vida”, não se “lembrava se existia jardim, cinemas ou outras diversões”. É nítido que Dalila compreendia sua história atrelada ao cotidiano do

hospital, suas tarefas diárias não passavam de atividades exercidas em prol dos serviços asilares/hospitalares.

Dalila narrou também que em dias de visita, ao ter contato com crianças de sua idade, muitas vezes foi confundida com uma interna doente da entidade.

Assim cresceu Dalila: em volta de doentes da mente, pessoas abandonadas, enfermeiros sem ter para onde ir e pessoas que ora ou outra o tempo cuidava de tirar de sua vida.

Foi também no Hospital Allan Kardec que Dalila conheceu Benedito Antônio, rapaz com quem ela se casaria logo após fazer dezesseis anos de idade. Benedito era filho do novo caseiro da instituição, era ele carroceiro do asilo e almoçava todos os dias junto aos funcionários. Dalila nessa época, um pouco antes dos seus dezesseis anos, servia o almoço dos doentes e dos funcionários. Foi ali que se encantou e trocou as primeiras palavras com seu futuro marido.

Benedito Antônio já a conhecia a tempos, chegou a conhecer seus pais e tinha até uma irmãzinha que havia estudado junto a Dalila. No Natal de 1942, o rapaz foi até o Allan Kardec em passeio com as irmãs e aproveitou a oportunidade para entregar um envelope para Dalila. Segundo ela, “corri para meu quarto e fechei a porta aflita, abri o envelope para ver o que tinha; que bonito... um lindo postal, tendo um coração e abrindo este tornava-se uma flor, tendo no centro um casal de namorados de mãos dadas” (Dalila, s/d., p. 35).

Foi na virada do ano de 1942 para 1943 que Dalila encontrou com Benedito Antônio nos corredores do hospital e ali conversaram sobre seus sentimentos. O rapaz dera a Dalila um novo cartão, enquanto a jovem entregara uma foto sua. Depois de verificada a reciprocidade dos sentimentos:

[...] apertando forte a minha mão perguntou-me – você quer se casar comigo? – eu demorei um pouco a responder (...) fiz um ar de rir e ele aflito tonou a perguntar, então eu respondi que sim, como se alguém me oferecesse um doce que eu gostava. (...) Ele sabia que era criança boba que não sabia o que era o amor, mas confiante de que com o tempo viesse amá-lo muito para o resto da vida (Dalila, s/d., p. 36).

E foi assim que Dalila se tornou noiva, sem muito entender o que isso significava, dentro dos muros do Allan Kardec. Para oficializar o noivado, Benedito Antônio pediu a permissão então diretor da Casa de Saúde, Sr. José Russo, visto que Dalila tinha apenas quinze anos de idade, não tinha família e era uma “interna” do hospital, não como os doentes que lá estavam, mas era Dalila uma pessoa sob responsabilidade do Allan Kardec. O diretor

consentiu com o noivado e a felicidade daquele momento logo foi vencida pelo cotidiano da instituição. A comemoração se deu trabalhando, foram todos os funcionários do hospital, homens e mulheres, colher milho e fazer pamonha aos doentes:

[...] começaram a dar palpite de brindarmos todos (...) cada um falava uma coisa, por fim Sr. João que tomava conta da horta e do armazém disse [que] o melhor é irmos na horta, que mais parecia uma roça grande, apanhar milho verde para fazer pamonha e repartir no dia seguinte com todos os doentes, apoiei a opinião e assim fizeram. Trouxeram cinco sacos de milho. O enfermeiro trouxe cinco doentes boas para ajudar. Assim, todos reunidos numa folia enorme fomos dando andamento nas pamonhas (Dalila, s/d., p. 38).

O que os chama atenção é a naturalidade como o cotidiano de Dalila é narrado, por ela mesmo, sempre atrelado ao cotidiano do hospital. Seu noivado é marcado pelos serviços comuns da instituição, bem como é dado certo protagonismo a figuras que circundam aquele mundo, sejam os funcionários que fazem parte da lida cotidiana, sejam os doentes internos. Essa proximidade entre internos e funcionários faz parte do processo de institucionalização, segundo Goffman (2001, p. 85):

Além dessas maneiras incidentais de cruzar a fronteira, toda instituição total parece criar um conjunto de práticas institucionalizadas – seja espontaneamente, seja por imitação – através das quais os internos e a equipe dirigente chegam a ficar suficientemente perto para ter uma imagem um pouco mais favorável do outro e a identificar-se com a situação do outro. Tais práticas experimentam solidariedade, unidade, e compromisso conjunto com relação à instituição, e não diferença entre os dois níveis.

29 de maio de 1943 foi a data escolhida para o casório. O dia tão aguardo foi de muito sol, Dalila se levantou cedo e “como de costume” ajudou “a repartir o café para os doentes” (Dalila, s/d., p. 42-43). Foi mais um dia qualquer. Dalila e Benedito Antônio não chamaram convidados, exceto os funcionários do hospital e os parentes do esposo.

Sobre o dia do casamento, Dalila (s/d., p. 43) escreveu:

Me vesti de noiva no asilo, antes de sair, em vez de me despedir dos meus pais, porque não os tinha mais, fui ao portão do pátio me despedir dos doentes que eram toda minha família, foi muito triste (...) chorei muito por ouvi-los a clamarem minha saída, depois fui conduzida pelo brado do meu padrinho [Sr. José Russo] até o portão de saída onde esperava o automóvel (...) ouvi grandes comentários (...) achavam bonito, mas triste, sair do asilo de loucos, como diziam, uma moça vestida de noiva (...).

Dalila casou-se e seu dia, como mencionado em suas palavras, foi marcado pela presença do Hospital Allan Kardec: seja pelo fato de ela se arrumar na instituição, seja pela

sua despedida e consolo da falta dos pais ser com os doentes, seja pelos convidados serem funcionários dali ou até mesmo pelos comentários que ouvira sobre ser “bonito e triste” uma noiva que sai de um “asilo dos loucos”. A verdade é que a instituição atravessou todas as fases de sua vida até então. E continuaria assim pelo resto de sua vida.

Considerações Finais

A problematização do conceito de “institucionalização” tomou por base parte da vida de Dalila e seu contexto. Assim, a especificidade da nossa personagem, bem como a interferência do contexto ou do meio como aspectos alteradores e explicativos das singularidades dela, assim como seus caminhos traçados nos revela que mesmo sem ser paciente e formalmente funcionária, Dalila teve a vida atravessada por uma instituição total, o Hospital Psiquiátrico Allan Kardec. Seria então Dalila uma mulher institucionalizada?

A resposta não é simples. A vida de Dalila esteve atrelada ao Hospital Allan Kardec antes mesmo de seu nascimento. Desde o momento em que D. Ernestina, abandonada pelo esposo, adentra os muros da instituição, Dalila esteve ligada ao asilo. Mesmo depois de sair dali com seus pais adotivos, ela é forçada a retornar devido a morte destes. Sem familiares e ainda criança, a única estratégia, possivelmente involuntária, foi transformar aquela instituição no seu lar. Foi ali que Dalila cresceu, fez amigos, dedicou-se a um trabalho e conheceu o seu grande amor. Foi ali que Dalila aprendeu a cozinhar, costurar e, mais do que isso, foi por conta de instituição que, no limite, Dalila aprendeu que família, carinho e afeto podem surgir com seu nascimento, mas também podem ser construídos ao longo da vida.

Obviamente, parte da história de vida de Dalila aqui apresentada não foi um conto de fadas. Ao longo da narrativa a personagem nasceu em um hospital para doentes da mente e não em uma maternidade, ela foi abandonada pela mãe que não estava saudável psicologicamente, foi abandonada pela família biológica, perdeu seus pais adotivos, se separou daquela que a acolheu quando voltou ao hospital, viu partir aquele que ela chamava de “padrinho”. Fato é que o único personagem constante na vida de Dalila foi o Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, afinal ela era “a filha da casa”.

Fontes

Impressas

SANTOS, Dalila Pereira dos. **Meu diário**. Franca, 2024.

Orais

SANTOS, Dalila Pereira dos. **Entrevista** cedida à Marcia Pereira da Silva. Acervo Histórico da Fundação Espírita Allan Kardec (FEAK), 2018.

Referências

BARROS, José D.'assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos históricos**, v. 15, n. 1, p. 317-343, 2011, p. 317. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6798378>>. Acesso em: 05 out. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 20 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 189.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo**. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LOBATO, Monteiro. **Memórias da Emília**. São Paulo: Globo, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: História Oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, v. 3, 2009. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/26>>. Acesso em: 21 set. 2025.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Universitária Santa Úrsula, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do 'indizível' ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (org.). **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, p. 14-43, 1988.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **História Oral**, v. 4, p. 73-83, 2001. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/36/30>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, Igor Moraes da. **Louco ou Obsedado? Psiquiatria e Espiritismo no Brasil (1883-1927)**. Curitiba: Appris, 2024.

Educação e Ensino de História

Ditadura civil-militar e censura: uma proposta de aula-oficina

Civil-military dictatorship and censorship: a proposal for a workshop-based lesson

Danilo de Vasconcellos Ferreira,¹ UFPEL

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de aula-oficina como possibilidade metodológica para o ensino de História no contexto do ensino médio brasileiro. Tal proposta foi elaborada e aplicada no contexto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em pesquisa de mestrado defendida no ano de 2021. A proposta fundamenta-se nos pressupostos da didática da história, especialmente nos conceitos de consciência histórica (Rüsen, 2006, 2015) e competência narrativa (Rüsen, 2015), articulando-os à metodologia de aulas-oficina descrita por Barca (2004). O objetivo central é promover o desenvolvimento das competências narrativas dos estudantes, utilizando fontes históricas diversas, com ênfase em letras e canções abordados como documentos históricos de seus respectivos períodos e contextos.

Palavras-chave: Consciência histórica; Aula-oficina; Didática da história; Ditadura militar.

Abstract

The present article aims to present a workshop-class proposal as a methodological possibility for the teaching of History in the context of Brazilian high school education. This proposal was developed and implemented within the Graduate Program in History at the Federal University of Rio Grande (FURG), as part of a master's research project defended in 2021. The proposal is grounded in the assumptions of history didactics, especially the concepts of historical consciousness (Rüsen, 2006, 2015) and narrative competence (Rüsen, 2015), articulating them with the workshop-class methodology described by Barca (2004). The main objective is to promote the development of students' narrative competences, using diverse historical sources, with an emphasis on song lyrics and music, approached as historical documents of their respective periods and contexts.

Keywords: Historical consciousness; Workshop-class; History didactics; Military dictatorship.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de aula-oficina como possibilidade metodológica para o ensino de História no contexto do ensino médio brasileiro. A proposta foi elaborada e aplicada no contexto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em pesquisa de mestrado defendida no ano

¹ Professor de História no Instituto Federal Sul Riograndense (IFSUL), doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Especialista em Mídias na Educação pelo Instituto Federal Sul Riograndense (IFSUL), licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e licenciado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (UNIP). Membro do grupo de pesquisa HEDUCA (UFPEL). E-mail: danilofrk@gmail.com.

de 2021. A proposta fundamenta-se nos pressupostos da didática da história, especialmente nos conceitos de consciência histórica (Rüsen, 2006) e competência narrativa (Rüsen, 2015), articulando-os à metodologia de aulas-oficina descrita por Barca (2004a).

O objetivo central da presente proposta é promover o desenvolvimento das competências narrativas dos estudantes, utilizando fontes históricas diversas, com ênfase em letras e canções como documentos históricos de seus respectivos períodos e contextos. A manipulação de fontes históricas variadas pelos alunos, mediadas pelo professor, auxiliando na problematização do contexto histórico e das fontes, visa ampliar a percepção a respeito da História por parte dos estudantes.

Propõe-se dessa maneira a construção de uma experiência didática que problematize o tema “Música e Censura no Contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”, explorando a relação entre produção cultural, censura e memória social. A proposta busca favorecer a articulação entre passado, presente e futuro, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e historicamente conscientes.

Fundamentação teórica da presente proposta de aula-oficina

O referencial adotado para a presente proposta de aula-oficina parte das contribuições da didática da história, em especial da obra de Jörn Rüsen. Sua origem vincula-se aos debates didáticos e historiográficos ocorridos na Alemanha, a partir de autores como Klaus Bergman e Jörn Rüsen. No Brasil, Luis Fernando Cerri, Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão C. de Rezende Martins são alguns dos nomes ligados a essa corrente teórica, por terem desenvolvido relevantes reflexões e contribuições nesse campo, no contexto brasileiro.

Conceito essencial na teoria da didática da história, a consciência histórica é, segundo Rüsen, o “fundamento da ciência da história”, descrita como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (Rüsen, 2010, p. 57). De tal modo, podemos entender que a consciência histórica, na concepção aqui adotada, tem a função de uma bússola, que através das experiências e interpretações do passado serve para orientar as ações cotidianas do tempo presente e no tocante ao porvir. Essa perspectiva humanista se expressa também na preocupação de Rüsen (2006) em vincular a aprendizagem histórica à orientação para a vida prática, prevenindo a formação de identidades não razoáveis e refratárias ao diálogo democrático (Cerri, 2011).

Outro conceito essencial é o de competência narrativa, definido por Cerri (2011) como a competência específica da consciência histórica. A narrativa constitui-se como a forma pela qual o sujeito orienta-se no tempo, compreendendo a si e ao mundo. Nesse sentido, o uso de fontes diversas, e no caso da presente proposta, canções, busca-se possibilitar ao estudante elaborar suas próprias narrativas históricas, inserindo-se em processos de leitura crítica do passado.

No âmbito da cultura e da música, Napolitano (2001) destaca a articulação entre linguagem musical, aspectos técnicos e representações históricas e sociais, enquanto Prado (2016) evidencia a música como via para revisitar o passado e construir olhares críticos sobre sociedade e identidade. Abud (2005) reforça a importância da utilização de fontes musicais como documentos que expressam interpretações e tensões de seu tempo. Desse modo, propõe-se uma abordagem metodológica que busque problematizar o passado, utilizando canções como fontes históricas, jornais do período e documentos políticos, como documentos da censura, para que se possa realizar, junto aos estudantes, uma reflexão sobre o período histórico abordado, neste caso, a ditadura civil-militar (1964-1985).

Metodologia

A aula-oficina proposta intitula-se “Música e Censura no Contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)” e sugere-se que seja desenvolvida em etapas, que visam favorecer a análise de múltiplas fontes, a problematização de conteúdos e o desenvolvimento da competência narrativa dos estudantes. A estrutura geral segue os princípios descritos por Barca (2004a), articulando questionários diagnósticos, contextualização histórica, uso diversificado de fontes e momentos de debate.

O conceito de aula oficina de Barca (2004) é suporte fundamental para o desenvolvimento da presente proposta. A definição baseia-se em paradigmas educacionais fundamentados na compreensão de que o aluno é agente de sua formação, com ideias prévias e experiências diversas, e o professor é posto como investigador social e organizador de atividades problematizadoras, explorando múltiplas fontes, com vistas a instrumentalizar uma compreensão contextualizada do passado, com base em evidências disponíveis, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma orientação temporal, capazes de traduzir numa interiorização da relação entre passado e presente, problematizando o futuro (Barca, 2004).

A utilização da música como fonte insere-se dentro das perspectivas metodológicas já citadas, e visa a rememoração do passado através de diferentes fontes, mas com foco na

canção e nas narrativas percebidas através das letras das composições do período. A música, abordada enquanto uma narrativa, quando contextualizada pode se tornar um elemento formador de uma memória coletiva, constituindo elemento semelhante ao que Pollak (1992) definiu como “acontecimentos vividos por tabela”, experienciados por um grupo ou coletividade, conferindo relevo capaz de transmitir sensação de pertencimento, mesmo aqueles que não tenham vivido determinado contexto histórico.

Em obra referencial nos estudos de música e história no Brasil, mesmo não se tratando da temática música e história em sala de aula, porém referencial primordial devido as possibilidades apontadas, Napolitano (2001) alerta para uma série de cuidados que se deve ter ao se trabalhar com a música enquanto fonte de pesquisa historiográfica:

A aquisição de conteúdo específico, através de uma pesquisa bibliográfica básica, neste caso, é condição fundamental para uma boa seleção documental. Este cuidado, aparentemente banal, mas nem sempre observado, pode garantir a pertinência das escolhas para muito além do gosto e/ou das preferências excessivamente pessoais. Uma canção que, aparentemente, achamos sem interesse estético ou sociológico, pode revelar muitos aspectos fundamentais da época estudada (Napolitano, 2001, p. 65).

É importante que a análise da canção enquanto fonte também se faça de maneira completa, isto é, partindo do pressuposto de que a canção é composta por dois parâmetros fundamentais: letra e música. A análise isolada de um dos elementos pode levar a uma compreensão parcial, limitada ou equivocada da canção enquanto fonte.

Para o desenvolvimento da aula oficina aqui proposta “Música e Censura no Contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”, sugere-se como fontes: documentos da censura; um trecho do áudio da reunião que institui o Ato Institucional n. 5², tido como o mais duro entre os AI’s até aquele período; páginas de jornais censuradas pelos órgãos governamentais; o relato do músico e compositor Caetano Veloso, no qual descreve sua prisão e sua ida para o exílio; canções da jovem guarda e do tropicalismo, visando trazer parte do universo cultural do período e enfatizar o surgimento de uma indústria cultural de massa no Brasil; a canção “Ouro de Tolo”, de Raul Seixas censurada pela ditadura, e a canção “E a Revolução”, do músico e compositor Nei Lisboa, cujo irmão fora membro da luta armada, tendo sido vitimado pelos agentes da repressão naquele contexto.

Sobre a utilização de jornais (digitalizados) como fonte, explora-se a possibilidade apontada por Valle e Santos (2014) em seu potencial de ampliar o entendimento de objetos

² O áudio sugerido pode ser encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=XXvkr1is8BA>. Acessado em 11 de setembro de 2021.

que necessitam de contextualização histórica para sua devida compreensão, pois seu uso pode conferir a dimensão do tempo a compreensão social. A proposta é que se utilize de jornais censurados durante a ditadura civil-militar (1964-1985), para que se possa desencadear possíveis debates sobre direitos humanos, liberdade e democracia.

Para o desenvolvimento da atividade sugere-se a aplicação de um questionário pré-oficina e outro pós-oficina, com o intuito de dimensionar os efeitos da atividade. Entre as perguntas, deve-se buscar relacionar o passado e o presente. Segundo a teoria de Rüsen (2006), a consciência histórica nos fornece elementos para a compreensão do presente e orienta nossas ações para o futuro. Nesse sentido, a atividade deve buscar ampliar os referenciais a respeito do que fora a experiência ditatorial vivida no país entre 1964 e 1985, possibilitando aos estudantes, através do manejo de fontes históricas, o desenvolvimento de uma criticidade a respeito das experiências autoritárias e de uma formulação própria sobre o período histórico abordado, confrontando a crescente onda de revisionismos baseados na omissão e distorção a respeito da ditadura-civil militar (1964-1985).

Em relação ao uso das canções/letras como fonte no desenvolvimento da aula oficina, são fundamentais as contribuições de Napolitano (2001), Prado (2016) e Abud (2005). Napolitano (2001) aponta para a possibilidade de se utilizar a letra de uma canção e seu sentido histórico-cultural, relacionando o sentido assumido dentro de seu contexto sonoro. Já Prado (2016) coloca a música como um caminho possível para se revisitar e interpretar o passado, buscando a construção de um olhar sobre si mesmo e a sociedade, evidenciando permanências e rupturas.

Deve-se ter clareza de que uma aula-oficina apresenta dinâmicas próprias, influenciadas pelo perfil dos estudantes das turmas nas quais ela está sendo aplicada. Além do mais, a participação e reflexão apresentadas pelos estudantes podem fazer com que seja necessário rever e reorientar as propostas iniciais. Sugere-se a seguinte estrutura, de acordo com as possibilidades e recursos disponíveis (Quadro 1):

Quadro 1 - Estrutura das aulas-oficinas

Etapas	Finalidade
Aplicação de um questionário pré-oficina	- Verificar a compreensão dos estudantes sobre os temas que serão desenvolvidos, bem como captar elementos que possam servir como ponto de partida para reflexões durante a oficina; - Prospeccionar as fontes de informação dos alunos sobre os temas abordados.
Apresentação dos conceitos fundamentais e contextualização histórica	- Instrumentalizar os estudantes para que possam desenvolver suas reflexões e análises
Utilização de fontes variadas (múltiplos recursos)	- Evidenciar e Problematizar aspectos da aula proposta
Estímulo ao debate através de um tema central com base nas fontes apresentadas	- Trazer os alunos para a discussão estimulando o desenvolvimento de competências históricas e narrativas.
Encerramento e aplicação de um questionário pós-aula oficina	- Estimular a reflexão e o desenvolvimento de competências narrativas, bem como possibilitar a autocrítica sobre a proposta e o alcance da mesma.

Fonte: Ferreira (2021).

Fontes e materiais didáticos sugeridos

- Documentos dos órgãos de censura da época, facilmente encontrados na internet;
- Trechos de discursos governamentais, como por exemplo os votos dos ministros e do presidente Artur da Costa e Silva quando da implantação do ato institucional n. 5;
- Jornais censurados, com textos substitutivos (ex.: *O Estado de S. Paulo* publicando “Os Lusíadas” em espaços censurados);
- Fotografias de manifestações estudantis e culturais (marcha dos 100.000, marcha da minissaia);
- Trechos de documentários (como *Narciso em Férias*);
- Capas de discos e elementos estéticos da Jovem Guarda e da Tropicália;
- Relatos de artistas sobre repressão e exílio;
- Letras e gravações de canções, como “Calhambeque” (Roberto Carlos), “Tropicália” (Caetano Veloso), “Partido Alto” (Chico Buarque), “Ouro de Tolo” (Raul Seixas) e “E a Revolução?” (Nei Lisboa).

Documentos sugeridos

Documento 1 - Capa do Jornal do Brasil de 14 de dezembro de 1968, publicada no dia seguinte ao AI-5, com a manchete “Ontem foi o dia dos cegos”



Fonte: Capa do Jornal do Brasil de 14 de dezembro de 1968.

Documento 2 - Exemplar do O Estado de S. Paulo mostrando versos de Os Lusíadas ocupando o espaço de uma matéria vetada pela censura durante a ditadura militar

Julio de Mesquita Neto recebe Pena de Ouro

Os Lusíadas
Canto Primeiro

Luiz de Camões

Continuação

As terras munda, pôs em continente;
Do leste que Lusa pranteada havia
Echou vãos de vides, e do que distam
Os de Vênus quomodo nuda encliam.

30 Contendo abrigamento, perguntavam,
Pela Ártica legas, disse vintem,
Quem eram, de que terra, que buscavam,
Ou que parais do mar corrido tinham.
Os fortes Lusitania lhe tornavam
As dicções repetas que convinhavam:
"Os Portuguezes, somos do Ocidente,
Imos buscamos as terras do Oriente."

31 De mar temos corrido e navegado
Toda a parte do Atlântico e Cálido,
Toda a costa Africana rodeado,
Elevou esta e terras temo vista.
Dum Rio potente somos, láo amado,
Tua querida de todos e hesquita,
Que não tu largo Mar, com lida frente,
Mas no lago entrarmos de Aqueducto.

32 E, por munda reu, buscamos indamos
A terra Oriental que o Indu rega;
Por ele o mar remoto navegamos,
Que só dos Indu fozas se navega.
Mas já radeo parece que salhamos
(de entre vós a verdade não se nega)
Quem nós, que terra é esta que habitais,
Ou se tendes da Índia alguns sinais."

33 "Somos (em dos Indu Rio termos)
Estrangeiros na terra, Lei e radei;
Que os pópulos são aqueles que erem
A Nática, sem Lei e sem Indu."

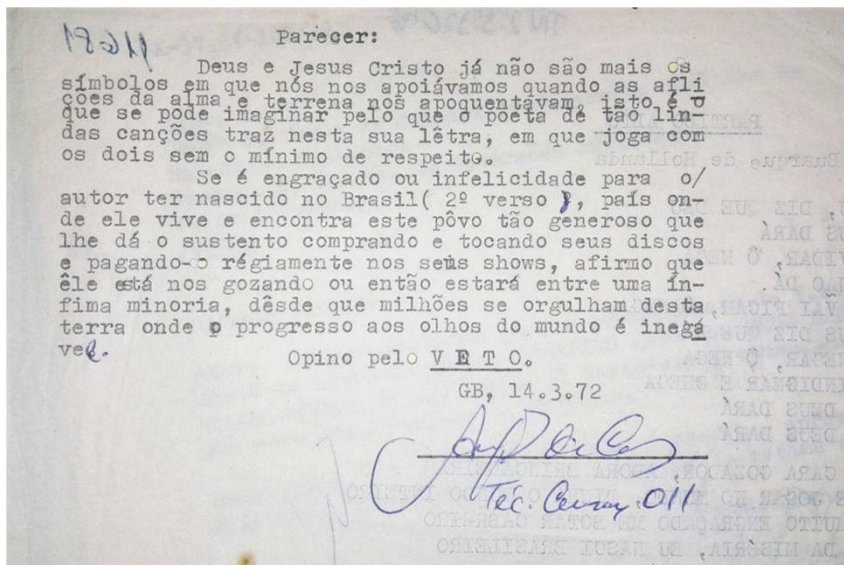
Ao receber a Pena de Ouro, Julio de Mesquita Neto lembra a solidariedade da imprensa ocidental

STANLEY AP

Desentendimento
Campanha revela

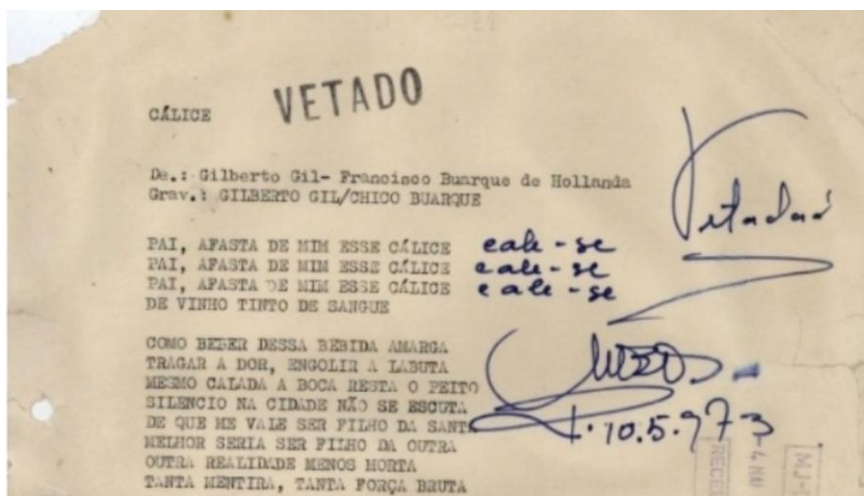
Fonte: Estado de São Paulo. 4 de setembro de 1974.

Documento 3 - Documento da censura federal com parecer sobre a canção Partido Alto de Chico Buarque de Holanda, determinando a censura da mesma



Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas>. Acesso em: 19 jan. 2020.

Documento 4 - Documento da censura federal com parecer sobre a canção “Cálice” de Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil, determinando a censura da mesma



Fonte: Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=http://www.gov.br/memoriasreveladas>. Acesso em: 19 jan. 2020.

Os documentos acima sugeridos, utilizados durante a aula-oficina proposta como fontes históricas, apresentam um grande potencial de problematização e discussão com os estudantes, podendo servir como base para abordagens acerca de temas como liberdade artística, direitos humanos e liberdade de expressão durante a ditadura civil-militar.

Canções sugeridas

Algumas das canções sugeridas buscam propiciar contrastes: de um lado, manifestações culturais de caráter comercial ou conciliatório, como *Calhambeque*, na interpretação de Roberto Carlos; *Esse é um país que vai pra frente*, interpretada pela banda Os Incríveis; de outro, produções estéticas contestadoras que entraram no radar da repressão (Napolitano, 2004) como *Tropicália* de Caetano Veloso, *Ouro de Tolo* de Raul Seixas e *Pra não dizer que não falei das flores* de Geraldo Vandré³. A proposta é que os estudantes relacionem as canções ao contexto político e social, refletindo sobre permanências e rupturas entre passado e presente.

Sugestão de dinâmica da oficina

1. **Início** – aplicação do questionário diagnóstico e retomada de conteúdos sobre o golpe de 1964 e os governos militares iniciais, acompanhados de imagens de manifestações nacionais e internacionais em 1968.
2. **Censura institucional** – audição de trechos da reunião governamental que instituiu o AI-5, seguida de análise de jornais censurados.
3. **Produção cultural** – apresentação dos movimentos da Jovem Guarda e da Tropicália, com fotos, capas de discos e audição das canções selecionadas, destacando tensões estéticas e políticas.
4. **Testemunhos e repressão** – exibição de trechos de *Narciso em Férias* e apresentação de listas de músicas censuradas, problematizando os critérios arbitrários da censura.
5. **Debate provocador** – análise da canção “Ouro de Tolo” (Raul Seixas) como exemplo de crítica social, estimulando interpretações dos estudantes.
6. **Reflexão e encerramento** – audição de “E a Revolução?” (Nei Lisboa), que relaciona memórias da ditadura a desafios contemporâneos, seguida de aplicação do questionário final para avaliação das aprendizagens e percepções.

Considerações finais

A proposta de aula-oficina apresentada busca articular os pressupostos teóricos da didática da história e da consciência histórica ao uso de fontes musicais e culturais no ensino da Ditadura Civil-Militar brasileira. A partir da análise de canções e de documentos censurados, pretende-se estimular os estudantes a desenvolver competências narrativas que lhes permitam interpretar criticamente o passado e suas repercussões no presente.

Além de possibilitar o contato com múltiplas fontes visando desenvolver as competências da consciência histórica entre os estudantes, a oficina visa contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de dialogar com diferentes perspectivas. Nesse sentido, reafirma-se o papel da história escolar não apenas como transmissora de

³ Link de uma lista de canções que podem ser utilizadas nesse contexto, incluindo todas acima citadas: <https://open.spotify.com/playlist/6BXWnz88D0XMBWCRcMffSX?si=6d79272992a54e56>.

conteúdos, mas como campo de formação cidadã, comprometida com princípios humanistas e democráticos.

A utilização de diferentes fontes, disponibilizadas e analisadas com os estudantes no desenvolvimento das aulas oficina, partindo do pressuposto de Barca (2004), tende a potencializar a percepção dos mesmos. Os materiais produzidos pelos estudantes através dos questionários pré e pós oficina tem como potencial auxiliar no desenvolvimento das competências narrativas dos estudantes traduzindo-se na habilidade interpretativa Cerri (2010), traduzida na habilidade de se processar aquilo que foi aprendido.

Ainda, utilizando-se do referencial teórico da didática da história e do conceito de consciência histórica em Rüsen, a utilização de fontes e a análise de um período como o que foi abordado nas atividades desenvolvidas, um período traumático e marcadamente antidemocrático, serviu como base para aquilo que Cerri (2011), descreve como a “prevenção de identidades não razoáveis”, isto é, caminhou no sentido de reforçar princípios humanísticos e democráticos, que caminhem no sentido de uma formação cidadã.

A atividade será considerada satisfatória se houver participação e reflexão por parte dos estudantes. A produção de suas próprias narrativas, por meio das respostas nos questionários propostos, permitirá avaliar as possíveis apropriações possibilitadas pela atividade.

Cabe ainda salientar que a prática pedagógica é um processo em permanente desenvolvimento. A atividade aqui apresentada pode e deve ser aprimorada e adequada de acordo com cada realidade e com as múltiplas possibilidades de temas e conceitos a serem abordados no universo do ensino de História e das demais Ciências Humanas. A presente proposta visa apontar um caminho metodológico com base nos referenciais apresentados, não se tratando de uma fórmula ou receita, uma vez que são múltiplas as possibilidades de abordagens que fazem uso da canção e de fontes variadas em sala de aula.

Referências

- ABUD, Kátia Maria. Registro e Representação do cotidiano: a música popular na aula de História. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, set./dez. 2005.
- AZAMBUJA, L.; SCHMIDT, M. A. Aprendi a pensar que música também é história: perspectivas da Educação Histórica. In: BARCA, I. (Org.). **Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização**. Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2011, p. 202-222.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação para uma educação de qualidade. **Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**, Braga, Centro de Investigação em Educação

(CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, p. 131 – 144, 2004b.

BARCA, Isabel. **O pensamento histórico dos jovens**. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho, 2000.

BARCA, Isabel. Os jovens portugueses: ideias em História. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação. Santa Catarina, v. 22, n. 2, jul./dez. 2004a.

BERGMAN, K. A História na reflexão Didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.19, p.29-42, 1990.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, O. Para uma definição de didática da história. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CERRI, L. F. **Ensino de História e consciência histórica**. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FERREIRA, Danilo de Vasconcellos. **O Som do Tempo**: música e consciência histórica através de aulas oficinas. 2021. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2021.

MORAES, José Geraldo Vince de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 203-221, mar. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. P. 59. 1ª Ed. São Paulo: Contexto. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume /Fapesp, 2001.

OLIVINDO, Mário Sérgio. Ensino de História e Memória: Usos do Passado e os Desafios do Historiador e do Professor. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017. Brasília, DF: ANPUH, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michel. **Estudos Históricos**. [S.n.], Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200 -2021, 1992.

PRADO, D.P; MARTINEZ, P.H. **Ensino de História**: Alguns caminhos, trilhas possíveis. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

RÜSEN, J. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão, **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 07-16, jul./dez. 2006.

RÜSEN, J. **História viva**. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, J. **Razão Histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado**. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Editora UFPR, 2015.

SCHMIDT, Maria A. M. S. Cultura histórica e aprendizagem histórica. **Revista NUPEM** (on-

line), Rio de Janeiro, v.6, p. 31-50, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVERIANO, J.; MELLO, Z. H. de. **A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras**. São Paulo: Editora 34, 1997.

SILVEIRA, Matheus. A história da Jovem Guarda, movimento que marcou os anos 60. In: **Letras.com**. [S.l.]: Letras.com, 2021. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/blog/historia-da-jovem-guarda/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

TEMPO negro. Temperatura sufocante”: a atualidade de Alberto Dines, morto nesta terça aos 86 anos. In: **Diário do centro do mundo**. São Paulo: Diário do centro do mundo, 2018. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/tempo-negro-temperatura-sufocante-a-atualidade-de-alberto-dines-morto-nesta-terca-aos-86-anos/>. Acesso em: 05 set. 2021.

Representações sobre bruxarias no Programa de Residência Pedagógica: uma prática em sala de aula

Representations of witchcraft in history education: a classroom practice

Larissa Azevedo da Silva,¹ UFPel

Sofia Giglio Pires,² UFPel

Resumo

O presente trabalho possui como objetivo relatar e analisar uma prática pedagógica realizada durante o Programa de Residência Pedagógica (PRP), programa nacional de formação de professores, que teve como objetivo o aperfeiçoamento de licenciandos focados em experiências práticas dentro de escolas-campo. A presente análise reflete sobre as estratégias de desenvolvimento das competências leitoras e as aprendizagens históricas alcançadas pelos estudantes, assim como pensar sobre questões relacionadas a diferentes representações sobre a bruxaria durante o tempo. O projeto realizado pelo PRP da subárea de História da UFPel, na edição 2022/2024, objetivou a reflexão teórica e a atuação prática, aliada a pesquisa para estratégias de ensino e aprendizagem de história, criação e aperfeiçoamento de recursos didáticos e o desenvolvimento das competências leitoras de estudantes.

Palavras-chave: Ensino de história; Habilidades leitoras; Bruxarias.

Abstract

This paper aims to report and analyze a pedagogical practice carried out during the Pedagogical Residency Program (PRP), a national teacher training program, which aimed to improve the skills of undergraduate students through practical experiences in field schools. This analysis reflects on the strategies for developing reading skills and the historical learning achieved by students, as well as considering issues related to different representations of witchcraft throughout history. The project, carried out by the PRP in the History sub-area of UFPel, in the 2022/2024 edition, aimed at theoretical reflection and practical action, combined with research into teaching and learning strategies for history, the creation and improvement of teaching resources, and the development of students' reading skills.

Keywords: History teaching; Reading skills; Witchcraft.

Introdução

O Programa de Residência Pedagógica (PRP), possuía como uma de suas atribuições a inserção de alunos da licenciatura dentro do contexto das escolas-campo selecionadas e a vivência prática da sala de aula. Nos anos de 2022 e 2024 os alunos/residentes participaram

¹ Mestranda em História; Integra o grupo de pesquisa HEDUCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6053524075920321>. Email: larissalupa11@gmail.com

² Mestranda em História; Integra os grupos de pesquisa HEDUCA e CEIHE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1465402307518620>. Email: s.giglio.pires@gmail.com

de formação ofertada pela coordenação do programa na área de história, na qual foram realizadas discussões teóricas sobre o aperfeiçoamento das habilidades leitoras (Solé, 1998) dos estudantes do ensino básico nas aulas de história. As leituras e discussões realizadas sistematizaram questões relacionadas ao contexto escolar e as práticas de leitura em sala de aula, especialmente ao que se refere às práticas de ensino de história. Nesse momento os residentes se apropriaram de leituras como: Manke, 2019; Rocha, 2010; Massone, 2007 e Solé, 1998,³ para que assim, a partir das leituras e discussões em sala de aula, construíssem suas oficinas destinadas à escola-campo.

A partir dessa experiência que envolveu a formação teórica e o exercício da prática no contexto escolar, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência de realização de uma aula-oficina voltada ao desenvolvimento das habilidades leitoras dos estudantes nas aulas de História, utilizando-se da literatura como fonte para a criação de narrativas e para a construção de empatia com os sujeitos históricos estudados.

A prática de ensino foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora dos Navegantes, que está situada no Bairro Navegantes Dois, na cidade de Pelotas. A escola foi fundada em 07 de agosto de 1989, pelo decreto de número 33.280, assinado pelo governador do estado do Rio Grande do Sul no período, Pedro Simon, conta com 287 alunos divididos em 13 turmas, a turma escolhida para a realização da oficina foi o nono ano do ensino fundamental, que inclui alunos com faixa etária entre 14 e 17 anos. Os estudantes da escola vivem, em maioria, no bairro em que a escola está localizada e fazem parte da comunidade, onde hoje se localiza o bairro Navegantes se localizava a chamada Vila dos Agachados, hoje com área de 678.392,13⁴ Foi criado a partir da iniciativa de expansão da prefeitura de Pelotas na década de 1970 e abrange em sua área uma grande parcela da periferia da cidade de Pelotas, e mesmo estando localizado próximo ao centro da cidade, o bairro possui dificuldades de acesso ao sistema de saneamento básico e segurança.

A comunidade⁵ em torno da escola, segundo relatos da gestão da escola, é uma comunidade muito carente, não apenas em aspecto financeiro, mas também de atenção governamental e políticas públicas, ainda segundo a gestão o trabalho realizado com a comunidade, e, portanto, com as famílias dos estudantes, é um trabalho social necessário. No

³ Os textos aqui relatados foram escolhidos, a partir daqueles disponibilizados na disciplina que mais se alinham com os autores do artigo.

⁴ III Plano diretor/ Prefeitura Municipal de Pelotas, ano 2008.

⁵ O termo "comunidade" não pretende ter aqui um significado sociológico mais rigoroso. Neste artigo, estamos utilizando-o para significar tão-somente (e por falta de expressão mais adequada) o conjunto de pais/famílias que, ou por residirem no âmbito regional servido por determinada escola, ou por terem fácil acesso físico a ela, são usuários efetivos ou potenciais de seus serviços.

entanto, não houve especificações de como esse trabalho era realizado e qual era a resposta da comunidade. Em conversa com os moradores, que possuem algum comércio próximo a escola, percebeu-se um certo deslocamento entre a escola e os moradores que vivem em torno da escola, mas também um interesse da população local em saber o que ocorre dentro dos portões da escola, os comerciantes locais inclusive ofereceram para o grupo de residentes o fornecimento de alimentação para os dias em que estivessem na escola.

A escola-campo possui como diagnóstico do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)⁶ a nota 3.88⁷, o índice avalia escolas de educação básica em um sistema de notas de 0 a 10 a partir de um sistema cruzado entre aprendizagens de português, matemática e também do fluxo escolar. Nesse sentido, compreendemos que, não somente a partir deste diagnóstico, mas também com diferentes informações relatadas por estudantes, corpo docente e diretoria, a escolha de trabalhar com a leitura e escrita nas aulas de História era fundamental, afinal, buscava-se integrar os conhecimentos adquiridos na academia e nas formações como licenciandos com os diagnósticos feitos na escola.

Compreendemos, nesse sentido, que para a realização de aulas significativas um caminho que leve em consideração as características da comunidade escolar é frutífero. Para aprender História é necessário que os estudantes disponham de habilidades interpretativas, integrando-as com sua própria leitura de mundo, para tanto é necessário um diálogo que para Freire (1987) é uma:

[...] exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (Freire, 1987, p. 45).

Nesse horizonte os conhecimentos produzidos em sala de aula são construídos em conjunto entre aluno e professor, ambos sendo então, educandos do processo de aprendizagem. Ainda para Freire (1987):

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca (Freire, 1987, p. 33).

⁶ Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

⁷ <https://qedu.org.br/escola/43102026-esc-est-ens-fun-nossa-senhora-dos-navegantes/ideb>

Para que os estudantes interpretem as narrativas nas aulas de História, compreendemos a necessidade de um trabalho com diferentes modos de ler em sala de aula, integrando diferentes gêneros literários, escritos e apropriações desses materiais dentro das aulas de História.

Literatura e aula de História

A literatura pode ser encontrada em diferentes sociedades letradas e possui relações com a historiografia. A expressão literária pode ser “uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época” (Borges, 2014, p. 98). Nesse horizonte, a produção de literatura está condicionada ao recorte temporal em que foi produzida, e aos acontecimentos de seu tempo (Vieira, Peixoto, Khoury, 2007) e pelo período histórico em que estão inseridos os leitores e os autores das obras (Freitas, 1986). Estas questões podem ser analisadas como fontes dentro das aulas de História. Para Chalhoub e Pereira é possível historicizar a fonte literária “seja ela conto, crônica, poesia ou romance, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social” (Chalhoub; Pereira, 1998, p.7). Para isso o professor pode analisar diferentes aspectos da fonte literária, entre elas o suporte em que o texto está localizado, as apropriações feitas sobre a obra, tanto no período em que a mesma foi produzida, quanto em outras épocas em que a mesma tenha circulação, também é possível ao professor de história\historiador analisar a vida do autor, suas possíveis motivações para a escrita de uma obra e o período histórico em que o mesmo está inserido. Também é possível analisar, no decorrer do tempo, como a obra é recebida pelos diferentes leitores, os escritos sobre o tema, como as resenhas e críticas e também os números das vendas em determinados períodos, observando assim o aumento ou diminuição da comercialização das obras e, mais recentemente, o número de downloads. também é possível pensar no caso de escritos que abordam de forma mais explícita temas relacionados à História, isto é, a “apropriação pela Literatura da temática da História” (Freitas, 1989, p. 112-113), como nos chamados romances históricos.

A utilização da literatura nas aulas de História pensada por Bittencourt (2004) trata em como ela pode ser trabalhada nas aulas de história como um documento escrito em que é possível analisar diversos fatores, entre eles a forma que é escrito e o suporte material utilizado. A literatura, dessa maneira, pode ser vista como uma fonte explícita do saber histórico ou como introdutora de um tema histórico. A literatura também pode “(...) auxiliar o professor na difícil tarefa de estimular o imaginário do aluno na aprendizagem da história”

(Xavier, Cunha, 2010, p. 641). Para Pesavento (2006), o imaginário é um sistema produtor de ideias e imagens que possui duas formas de observar o mundo: a racional e a conceitual. Nesse sentido, a literatura pode ser um caminho de acesso a esse imaginário e as manifestações da consciência histórica.

O uso da literatura nas aulas de história se apresenta como um caminho frutífero para a construção de sentidos durante as aulas e também para inspirar a construção de narrativas pelos educandos. A narrativa histórica pode ser compreendida como “(...) um procedimento mental básico que dá sentido ao passado com a finalidade de orientar a vida prática através do tempo” (Rüsen, 2006, p. 15). Além disso, a produção de narrativas propicia a produção de fontes e a investigação sobre as motivações, impressões, preconceitos e conhecimentos prévios que podem ser observados na consciência histórica dos/as estudantes, através da investigação empírica.

Habilidades leitoras nas aulas de história

O ato de ler faz parte do ambiente escolar, esse que se constitui como um espaço de aprendizagem de habilidades de leitura e escrita, no Brasil existe um quadro de leitores escolares que não compreendem de fato aquilo que está escrito, segundo Haddad e Siqueira (2016) “O analfabetismo entre a população de jovens e adultos no Brasil é persistente na sociedade brasileira, tem causas históricas e reflete problemas estruturais” (Haddad e Siqueira, 2016, p. 3). Nesse sentido, para Manke (2019), é necessário desenvolver estratégias para a compreensão leitora no espaço escolar, de modo que o aluno construa significados no texto e se torne um leitor ativo, e se aproprie do conteúdo histórico de modo que as aulas de história tenham significado efetivo para sua formação. Como alternativa para trabalhar a escrita e a leitura nas aulas de História, é possível se apropriar do conceito de desenvolvimento das habilidades leitoras como pensado por Solé (1998), nele a autora propõe estratégias de leitura para a sala de aula. Para Solé (1998) o desenvolvimento das habilidades leitoras e o desenvolvimento de estratégias para o mesmo, auxiliam os educandos a “(...) interpretar e compreender autonomamente os textos escritos” (Solé, 1998, p. 17).

Para Solé (1998) os leitores apresentam diferentes objetivos quando buscam a leitura do texto escrito, são eles: a leitura para a obtenção de informações precisas, que possui como característica a seletividade por determinada informação e o desprezo por outros conteúdos presentes. Nesse movimento, o leitor busca a informação que necessita sem dar atenção ao contexto geral do trabalho, abandonando o texto assim que coleta a informação que considera

necessária. Outro objetivo da leitura é o de seguir instruções. Isso significa que o leitor busca no texto "saber como fazer" (Solé, 1998, p. 127), tarefa que possui uma função clara. Para alcançar esse objetivo, é preciso compreender o que está sendo lido, de modo que sem isso, a finalidade não pode ser cumprida. Outra finalidade da leitura é a obtenção de informações de caráter geral, para a qual se procura "saber do que se trata o texto" (Solé, 1998, p. 128). Existe também a leitura para aprender, na qual busca-se ampliar o conhecimento sobre um assunto específico, assim como obter informações que possam contribuir para esse aprendizado. Nesse processo é preciso fazer escolhas sobre o percurso e as informações obtidas. Solé indica ainda que existe a leitura por prazer, onde a experiência possui um caráter pessoal e pode ser dotada de diferentes significados. Além dos objetivos descritos por Solé (1998), podemos incluir os processos de leitura e escrita (de narrativas históricas) como fonte para as aulas de História. Por meio do desenvolvimento das habilidades leitoras e da identificação das características das narrativas históricas, é possível verificar quais sentidos e experiências estão presentes na constituição dos lugares e narrativas representados pelos estudantes.

Tratando do exercício de leitura e escrita em sala de aula, é necessário dar atenção a algumas estratégias que podem auxiliar os educandos na apropriação das narrativas, Isabel Solé (1998) concebe algumas estratégias de leitura que podem ser utilizadas em sala de aula. A primeira delas é a compreensão do que a leitura aciona no aluno leitor, nesse processo de interação entre o texto e o sujeito que está lendo. Um desses mecanismos ativados pela leitura é o dos conhecimentos prévios do leitor, que traz para o texto um universo de informações que influenciam a interpretação do que está sendo lido. A interpretação é profundamente afetada pelo ambiente no qual o sujeito está inserido, pelo período em que vive, por sua história, sua comunidade e os objetivos da leitura (Solé, 1998). Para uma leitura crítica, é necessário que o leitor faça perguntas ao texto, em um exercício de indagação. Nesse sentido, o professor pode realizar questionamentos que orientem a leitura e auxiliem o aluno em seu percurso, além de trazer o significado de palavras desconhecidas, fomentar a criação de hipóteses e acompanhar a leitura dos alunos. A leitura pode ser realizada de modo silencioso, oral, individual ou em grupos. O aluno, por sua vez, pode apresentar questionamentos que incluam sua perspectiva, experiências anteriores e outros aprendizados.

Uma sequência didática para o desenvolvimento das habilidades leitoras nas aulas de história

No ano de 2022 o grupo de residentes, embasados em leituras oferecidas no decorrer do primeiro módulo do Programa de Residência Pedagógica, contaram com seminários que possuíam como um de seus objetivos o trabalho com o desenvolvimento da habilidade leitora durante as aulas de história da Educação Básica, já que compreendemos que o professor de história possui, como uma de suas atribuições, o desenvolvimento da leitura e da escrita Massone (2007) e que esse desenvolvimento de estratégias para a compreensão leitora, no espaço escolar, são essenciais “para o processo de construção de significados do texto e para a atuação ativa do aluno leitor.” (Manke, 2019, p. 289), os estudos teóricos também contaram com professores visitantes e produção de uma sequência didática que seria aplicada em uma oficina dentro da escola-campo. Para um trabalho com o desenvolvimento das habilidades leitoras foram utilizadas, em conjunto com a temática para a aula de história, as estratégias de leitura pensadas por Isabel Solé (1998).

A sequência didática que produzimos teve um total de cinco aulas, em que nós residentes, incluimos nas práticas as leituras e discussões realizadas anteriormente. No período em que realizamos as observações das aulas, o professor preceptor havia realizado uma votação na escola para que os alunos contassem sobre seus temas favoritos dentro da historiografia e suas áreas de interesse e de curiosidade; assim, o tema escolhido para as aulas-oficina (Barca, 2006), levou em consideração a escolha dos alunos da escola-campo baseada em suas preferências pessoais e curiosidades sobre o campo da história e suas particularidades.

O ano escolhido para a realização das atividades, foi o nono ano do ensino fundamental, a turma possuía vinte e um alunos que frequentavam a escola e trinta alunos na lista de chamada, a turma também contava com 62% de alunos que se identificavam como homens e 38% de alunas que se identificavam como mulheres, a maioria dos estudantes morava no bairro da escola, a turma também contava com 75% de alunos que se diziam negros e negras.

O tema votado pelos alunos do nono ano do ensino fundamental foi a bruxaria, partindo desse ponto, e do período de imersão que tivemos dentro da escola durante o período de observação, os residentes escolheram uma abordagem que demonstrasse o contexto histórico, as diferenças de culturas, sociedades e localidades, assim como as mudanças de representação, demonstrando assim suas semelhanças e singularidades. A oficina teve como

objetivos a investigação da consciência histórica Rüsen (2015) e o desenvolvimento das habilidades leitoras (Fronza, 2014).

As oficinas ocorreram em cinco aulas de 50 minutos cada, as quais contaram com diferentes objetivos que se integravam ao trabalho com as habilidades leitoras, também foi solicitado aos educandos que anotassem em seus cadernos suas dúvidas, principais questões e interesses em cada aula, para o auxílio da tarefa de fechamento das oficinas.

A primeira aula, chamada “Bruxarias pelo mundo: Lendas de Bruxas no Brasil” teve como objetivo a compreensão sobre as relações entre bruxarias em diferentes sociedades, suas construções, preconceitos e apagamentos, localizando historicamente a construção de lendas e crenças das sociedades tradicionais brasileiras, a metodologia usada para a realização dessa aula contou com uma aula expositiva dialogada, sobre sociedades tradicionais brasileiras e suas crenças em relação às bruxas, após esse momento foi realizado um debate acerca dos conhecimentos dos estudantes sobre a temática. Após a aula foi solicitado que os educandos elaborassem uma pesquisa em casa sobre as figuras da Cuca e da Matinta Perera e que dividissem seus resultados na aula seguinte.

Para esse encontro partiu-se da ideia de incluir durante as aulas de história discussões que permeiam a vida dos estudantes, para tanto foram levados como exemplos lendas que existem no Brasil, a partir dessas informações os educandos colocaram suas experiências sobre as temáticas, relacionando-as com séries que assistiam e principalmente lendas contadas por seus familiares. Os estudantes também relacionaram as lendas sobre a Cuca e a Matinta Perera com suas práticas religiosas e de crenças, principalmente relatando histórias advindas de religiões de matriz Africana. Um dos debates realizado nesse momento foi sobre o preconceito religioso que os alunos afirmaram perceber na sociedade Brasileira, nesse horizonte concordamos com Santos (2010) quando diz que:

Embora a liberdade de consciência e de crença seja um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão conforme a Constituição Brasileira, bem como o livre exercício dos cultos religiosos, os organismos de implementação de políticas públicas educacionais continuam desconsiderando a existência de religiões de matrizes africanas no Brasil (Santos, 2010, p. 48).

A segunda aula, chamada “Bruxarias: Introdução ao tema” possuía como objetivo a compreensão e apropriação dos processos de construção da bruxaria e da figura da bruxa, associando as histórias da Cuca e da Matinta Perera com a figura da bruxa e reconheçam historicamente suas pluralidades de interpretações, a metodologia foi a análise, em conjunto

com os educandos, de suas pesquisas sobre as bruxarias no Brasil. Após a análise foi organizado um debate que contava com questões norteadoras, são elas: “Quais são os personagens principais dessa História?”; “Quem são os vilões dessa História?” e “Vocês conhecem outras histórias que tenham bruxas envolvidas?” Após o debate foi realizada uma aula expositiva dialogada sobre as bruxas e como eram construídas na Europa, preconceito religioso, as inquisições do final da Idade Média e início da Idade Moderna.

O segundo encontro se alinhou com os conteúdos solicitados pelo professor preceptor sobre a idade média, nesse momento foi realizado um movimento de desmistificações de visões e preconceitos sobre o período, esse trabalho foi realizado a partir da necessidade de tratar uma história da idade média que contemple uma visão mais ampla sobre o período, buscando assim acompanhar a historiografia sobre o período. Para Chepp e Pereira (2015) “é preciso considerar que há uma Idade Média contada na escola que remonta, ainda hoje, uma leitura iluminista e preconceituosa em relação ao medievo” (Chepp e Pereira, 2015, p.948). Os materiais utilizados para uma aula focada na figura da bruxa da idade média foram produzidos e divulgados na conta do *Instagram* pelo pólo interdisciplinar de estudos do medievo e da antiguidade da UFPel.

A terceira aula intitulada “Bruxarias pelo mundo: A bruxa e o feminismo.” possuía como objetivo a compreensão dos processos de construção da bruxaria e da figura da bruxa (Alexander; Russell; 2008), associando a história do feminismo e as apropriações feitas pelo movimento feminista (Federici, 2017). Nesse sentido, os alunos compreenderem conceitos como os de apropriação política, e também os aspectos discutidos nas aulas anteriores, nessa aula foi acrescentado a história dos panteras negras e das feministas negras, focando também nos preconceitos sociais e de raça, a metodologia usada para essa etapa da oficina contou com uma aula expositiva dialogada sobre bruxaria e feminismos, focando nas demandas das feministas e suas apropriações sobre a figura da bruxa, assim como um debate, fomentado pelos alunos, sobre as desigualdades sociais, preconceitos (Collins, 2000) e tradições das comunidades negras no Brasil (Costa, 2005).

A quarta aula intitulada “Bruxarias pelo mundo: A construção de Histórias” possuía como objetivo que os educandos tivessem a compreensão e apropriação dos processos da construção das bruxarias e da figura da bruxa, associando as lendas debatidas durante as aulas e o conhecimento histórico construído até aqui. Como metodologia para essa aula os residentes levaram livros relacionados a bruxarias para que os alunos observassem as diversas representações da literatura sobre as bruxas, após a socialização dos livros foi solicitado aos

educandos que escrevessem suas histórias de bruxas, para a realização dessa tarefa foi orientado que os escritos localizassem o período histórico em que a personagem vivia, se a personagem se identificava como bruxa ou era a sociedade que a via dessa maneira, qual localidade dessa personagem e sua rotina.

Os estudantes, nesse encontro, produziram diferentes narrativas a partir do tema gerador, em suma todos os alunos escreveram a partir da perspectiva de uma mulher que estava sofrendo alguma forma de perseguição social, mesmo que durante a explicação da atividade tenha sido colocado a possibilidade de ser realizado em perspectivas diversas. A seguir serão apresentados alguns trechos escolhidos para melhor ilustrar a avaliação. Para proteger a identidade de nossos alunos escolhemos identificá-los como “Estudante A, B e C”.

A estudante A associou as figuras de Joana D’Arc a da bruxa, a partir da escrita de um diário, conectando, assim, as inquisições no final da idade média e início da Idade Moderna e a cultura popular sobre queima de bruxas.

Trecho I diário de Joana D'arc:

“Querido diário, hoje as vozes e as visões vieram até mim novamente. Dizem que é chegada a hora de agir em nome do nosso senhor e salvar a França das mãos dos ingleses.”.

Trecho II diário de Joana Darc:

“... Estou aqui vestida de armadura, não para liderar com bravura cega, mas com a força de deus, vejo os olhares curiosos e céticos dos homens ... que no fundo enxergam em mim apenas uma camponesa”.

O estudante B optou por criar um grimório de bruxas, nele o estudante escreveu receitas, feitiços e também observações de sua personagem. Nesta produção o estudante identifica sua personagem como alguém com vontade de auxiliar sua comunidade, mas sendo incompreendida dentro desse ambiente foi perseguida.

Trecho I Grimório das bruxas:

Receita para fazer comida para todos:
Perna de rato
Vela
Alecrim
Tomate

Trecho II Grimório das bruxas:

“Hoje meus vizinhos queimaram minha casa, para eles sou uma pessoa má, agora não tenho onde morar e vou entrar na floresta, estou triste porque só queria amigos”.

A estudante “C” escolheu escrever sobre uma bruxa brasileira na época contemporânea, nessa história a personagem escreve um diário contando seus dias como uma bruxa adolescente que precisa se integrar em um mundo que não compreende as práticas de bruxaria.

Trecho I Diário de uma bruxa adolescente:

“Bom dia diário, hoje tive que ir até a escola, foi bom porque vi minhas amigas, porém gostaria que elas me conhecessem de verdade, será que um dia vou poder contar meu segredo? Depois da escola fui voar na minha vassoura para descansar meus pensamentos”.

Trecho II Diário de uma bruxa adolescente:

Oi diário, contei para minha melhor amiga que sou uma bruxa, mas agora ela ficou muito estranha comigo, ninguém me convida para nada, queria que todos entendessem que sou igual a todo mundo só tenho algo diferente. Agora fico sozinha na sala de aula, mas não fico triste diário porque sei que o preconceito com as bruxas vai diminuir e um dia vou encontrar outras como eu por aí [...].

Acreditamos, a partir da análise das narrativas, que as apropriações realizadas foram diversas e bastante particulares, nelas cada educando escolheu um caminho de criação baseado em suas preferências pessoais e referências do universo particular. No entanto, todos os escritos demonstraram a compreensão dos temas propostos e uma integração entre o conteúdo estudado e os conhecimentos prévios dos estudantes, consideramos dessa maneira, que nossos objetivos foram atendidos.

Na quinta aula denominada “Bruxarias: Hora do conto” teve como objetivo a socialização das produções feitas pelos educandos, a metodologia para a realização dessa aula contou com a socialização dos alunos em forma de hora conto, deste modo os alunos trabalharam sua produção também de forma oral, lendo suas histórias para os residentes e colegas, notando assim os resultados de sua escrita, leitura e pesquisas.

Nesse encontro os estudantes atingiram uma nova dimensão da construção de leitura e escrita em sala de aula, se em um primeiro momento houve uma leitura silenciosa, agora o escrito passava para uma apropriação oralizada. Para Massone (2018), esse movimento faz parte de um universo de trocas que possui a leitura como seu objeto central, a leitura oralizada foi escolhida, nesse sentido, a partir de uma tentativa de compartilhar os escritos dos alunos e também criar espaço para que aquele trabalho de criação narrativa fosse também celebrado no ato de compartilhar com o grupo, esse esforço parte-se da ideia de propiciar momentos em que os estudantes e professores integrem diferentes formas de apropriação do texto escrito.

Após a aplicação da oficina foi observado pelos residentes que a produção de escrita de contos sobre bruxaria dos educandos demonstrou compreensão sobre os processos históricos discutidos em aula, por meio da apropriação da temática relacionando-a com suas experiências pessoais e a comunidade em que estão inseridas, assim como sua faixa etária. Desse modo foi possível observar quais eram os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o tema, as movimentações da consciência histórica (Rüsen, 2015) e o desenvolvimento de um trabalho que se apropria da literatura para o desenvolvimento das competências históricas e leitoras.

O envolvimento ativo dos alunos possibilitou uma troca de saberes entre a turma e os residentes, fazendo com que as oficinas obtivessem resultados satisfatórios, respondendo aos objetivos, integrando a disciplina de história, e o conhecimento desenvolvido dentro da academia, com os saberes que circulam no ambiente em que os educandos estão inseridos, incluindo suas famílias, circulação nos meio digitais e tecnologias, seu consumo nas mídias, formando assim, um trabalho que relacionou diferentes apropriações sobre a História.

Os residentes no desenvolvimento da oficina e sua aplicação, perceberam a necessidade de integração entre os conteúdos a serem desenvolvidos com a cultura escolar (Barroso, 2012) e discussões que envolvessem a interseccionalidade de gênero e raça (Hooks, 2019) para que exista uma verdadeira construção de conhecimento como prática de liberdade (Freire, 1967).

Considerações finais

Um trabalho com a literatura dentro do ensino de História pode ser um campo de possibilidades para as aulas de história e a formação de estudantes do ensino básico como sujeitos críticos, nesse sentido um ensino de história aliado a análise e escrita de narrativas ficcionais pode contribuir para a construção de uma história escolar significativa, onde os conteúdos estudados não são descolados da vida prática dos educando ou de suas comunidades, percebendo assim também, os movimentos da consciência histórica dos alunos e do docente.

Com a realização das oficinas ofertadas ao longo do programa de residência pedagógica tivemos a possibilidade de uma maior integração dentro da escola-campo e com o ensino público, integrando as leituras feitas dentro da universidade com a experiência na sala de aula, construindo em conjunto com os educandos o conhecimento histórico e buscando trabalhar as habilidades leitoras. Assim, pensamos ser necessário um trabalho que seja feito

com toda comunidade escolar para a realização de um projeto que contemple a vida dos estudantes, suas preocupações e curiosidades, a forma com que a vida é vista por esses alunos, as disciplinas escolares, a academia, e as vivências do ambiente escolar.

Referências

- ALEXANDER, Brooks; RUSSELL, Jeffrey B. **História da bruxaria**. São Paulo: Aleph, 2008.
- BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. In: **Para uma educação de qualidade:** atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED); Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131–144.
- BARROSO, João. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola**. Princípios gerais da administração escolar, v. 1, p. 181–199, 2012.
- CHEPP, Bruno; MASI, Guilherme; PEREIRA, Nilton Mullet. O potencial pedagógico da Idade Média imaginada. **Revista do Lhiste**, v. 2, n. 3, p. 948–968, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge and the politics of empowerment**. 2. ed. (Perspectives on gender). Nova York: Routledge, 2000.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil:** dinâmica de uma intervenção política. Labrys, estudos feministas / Études féministes, jan./jul. 2005.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 406 p.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRONZA, Marcelo; RIBEIRO, Renilson Rosa. Aulas de História: a formação de alunos leitores de mundo na contemporaneidade. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 21, n. 2, p. 304–317, jul./dez. 2014. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/4303/2829. Acessado em: 27 jun. 2023.
- HADDAD, Sergio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 2, 2016. DOI: 10.47249/rba.2015.v1.81. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/81>. Acessado em: 25 nov. 2024.
- HENRIQUE, Rosalina Albuquerque. **Em cena a lenda amazônica:** a Matinta Perera. Linha Mestra, v. 10, n. 30, p. 503–508, 2016.
- HOOKEs, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- MANKE, Lisiane Sias. Leitura em aulas de História: práticas e possibilidades de ensino-aprendizagem. **Educação**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 287–297, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/28677>. Acessado em: 7 nov. 2024. DOI: 10.15448/1981-2582.2019.2.28677
- MASSONE, Marisa; NUÑEZ, Sonia. Los profesores de Historia como profesores de lectura y escritura. In: **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**, 2007, San Miguel de

Tucumán. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-108/279.pdf>. Acessado em: 26 nov. 2025.

MASSONE, Marisa R. Mutaciones de los materiales y las prácticas de lectura en la enseñanza de la Historia hoy. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 133–157, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/469>. Acessado em: 29 nov. 2025. DOI: 10.20949/rhhj.v7i14.469

MASSONE, Marisa R. Prácticas de lectura de documentales en la historia escolar. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 12, n. 26, 2023. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/1036>. Acessado em: 29 nov. 2025. DOI: 10.20949/rhhj.v12i26.1036.

ROCHA, Helenice Aparecida B. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 121–142, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTOS, Erivaldo P. **Formação de professores e religiões de matrizes africanas**: um diálogo necessário. 1. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

A Lei 10.639/03: os movimentos negros e os desafios das relações étnico-raciais na educação

The law 10.639/03: black movements and the challenges of ethnic-racial relations in education

Matheus Goulart Tanhote,¹ UFPel

Resumo

Este artigo discute a Lei 10.639/03 como resultado das lutas históricas do Movimento Negro e analisa os desafios contemporâneos para a efetivação das relações étnico-raciais na educação brasileira. Argumenta-se que a escola é um espaço estratégico de disputa simbólica e política, no qual o racismo estrutural se manifesta tanto na organização curricular quanto nas práticas pedagógicas e relações cotidianas. Destaca-se que a educação antirracista implica reconhecer a centralidade da população negra na constituição histórica do Brasil e promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade como fundamento da justiça social. Conclui-se que a efetivação da lei depende do compromisso político e pedagógico das instituições e de sua articulação com saberes produzidos pelas comunidades negras.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; Movimento Negro; Lei 10.639/03; Educação Antirracista.

Abstract

This article discusses the Law 10.639/03 as a result of the historical struggles of the Black Movement and analyzes the contemporary challenges for the implementation of ethnic-racial relations in Brazilian education. It argues that school is a strategic space for symbolic and political dispute, in which structural racism manifests itself both in the curriculum organization and in pedagogical practices and everyday relationships. It is emphasized that anti-racist education implies recognizing the centrality of the Black population in the historical constitution of Brazil and promoting pedagogical practices that value diversity as the foundation of social justice. It is concluded that the implementation of the law depends on the political and pedagogical commitment of institutions and their articulation with knowledge produced by black communities.

Keywords: Ethnic-racial relations; Black Movement; Law 10.639/03; Anti-racist education.

Introdução

O debate acerca das relações étnico-raciais na educação brasileira constitui um dos campos mais significativos de disputa epistemológica na contemporaneidade. Longe de ser um tema restrito ao currículo ou ao calendário escolar, trata-se de uma questão que atravessa a

¹ Mestrando na Universidade Federal de Pelotas, pesquisador na área de História. Desenvolve pesquisas sobre práticas pedagógicas antirracistas, com ênfase nas relações étnico-raciais e o Movimento. E-mail: mgoulart930@gmail.com

própria formação da sociedade brasileira e evidencia o modo como hierarquias raciais foram historicamente construídas, naturalizadas e reproduzidas. A escola, nesse contexto, desempenha um papel central, por se configurar como espaço de socialização, de produção de identidades e de consagração de determinados saberes em detrimento de outros.

Dessa forma, é necessário compreender o racismo como uma estrutura, o que implica reconhecer que ele organiza instituições, práticas pedagógicas, expectativas de desempenho e formas de subjetivação. Assim, a educação não é neutra, e pode tanto reforçar desigualdades quanto constituir-se em um espaço de transformação e enfrentamento. Por essa razão, o Movimento Negro, como aponta Domingues (2007), percebe desde o pós-abolição na escola um dos principais territórios de luta e um território de direito, articulando a afirmação da população negra como sujeito histórico e político, com a crença de que a escolarização e a formação para a diversidade podem gerar frutos em prol da luta contra as discriminações raciais.

É nesse cenário que se insere a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica. A aprovação da lei representa um marco no reconhecimento institucional das demandas do Movimento Negro por justiça cognitiva e reparação histórica, ao mesmo tempo em que evidencia que as questões relativas à cultura e à história afro-brasileira não eram contempladas pelos currículos escolares, surgindo a necessidade de uma legislação que tornasse esse ensino obrigatório.

A inclusão desses conteúdos curriculares vai além da luta de um movimento social e representa o reconhecimento de que homens e mulheres negras produziram e continuam a produzir cultura, tanto na África quanto no Brasil, oferecendo uma ampla gama de possibilidades de abordagem sobre esses temas. Nesse sentido, Bersani (2017) nos pontua que a análise da Lei 10.639/03, por sua vez, representa um instrumento da via institucional e porque por ela foi negligenciado. Assim, pretende-se demonstrar que o racismo, enquanto elemento constitutivo da estrutura social brasileira, é também estruturante das relações sociais e se faz presente no direito à educação.

Portanto, mais de duas décadas após sua promulgação, a implementação da lei ainda se encontra marcada por tensões, resistências e desigualdades, revelando a persistência do eurocentrismo no campo do saber e nos currículos escolares, bem como a insuficiência da formação docente voltada à Educação das Relações Étnico-Raciais. Deste modo, este artigo discute a Lei 10.639/03 como resultado das lutas políticas do Movimento Negro e analisa os principais desafios enfrentados pelas escolas na efetivação de práticas educativas antirracistas.

Por meio desta abordagem, busca-se dialogar acerca das formas pelas quais a lei pode ser compreendida e aplicada, bem como das possibilidades que emergem quando ela é implementada de modo transformador e inscrita em um projeto de mudança institucional, curricular e epistemológica. Nessa perspectiva, sua aplicação pode atuar no rompimento com a lógica colonial e na afirmação da centralidade da experiência negra na constituição da sociedade brasileira. Logo, por corresponder a uma estrutura social, o racismo não se restringe ao plano da consciência, pois, como nos aponta Souza (2021), a estrutura é intrínseca ao inconsciente, desse modo, ao vivenciar o racismo nos mais variados espaços, a sociedade contribui para que a subjetividade de negros e negras dialogue constantemente com processos de discriminação e de inferiorização de si e de outros sujeitos negros.

Com isso, o racismo, enquanto princípio organizador como nos indica Grosfoguel (2019), transcende o âmbito institucional, estando presente nas configurações sociais da sociedade e operando de forma a manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, tal dinâmica revela-se como um mecanismo que sustenta e perpetua o atual estado das coisas. Trata-se, de um elemento estrutural do Brasil que organiza e atravessa todas as relações sociais, gerando processos de desigualdade e inferiorização e o campo educativo não constitui exceção. Dessa forma, abre-se o diálogo para reconhecer os movimentos das pessoas negras em prol de uma educação equânime, que valorize a diversidade brasileira como ponto de partida para o reconhecimento e a valorização das diferenças, incorporando-as curricularmente aos processos de ensino e aprendizagem.

O Movimento Negro como sujeito político e produtor de conhecimento

Inicialmente, pode-se pontuar que o movimento das pessoas negras no contexto brasileiro possui uma longa trajetória histórica de resistência e elaboração intelectual. Neste texto, compreende-se o Movimento Negro como “as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (Gomes, 2017, p. 23). Para a autora, essa definição possibilita incluir nessa categoria grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos, desde que tenham como objetivo a superação do racismo e da discriminação racial, bem como a valorização e a afirmação da identidade de sujeitos negros na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a definição proposta não se limita a uma retomada romântica do passado afro-brasileiro e africano, mas constitui uma tomada de posição política, que pode se

articular a outras lutas, como as anticoloniais, anticapitalistas, anticapacitistas e anti-LGBTfóbicas. Dentro deste contexto, Andrews (1991) pontua que, desde o século XIX, por meio de clubes sociais, irmandades religiosas negras, jornais impressos, associações de ajuda mútua e escolas comunitárias negras, desenvolveram-se projetos voltados a assegurar à população negra condições de acesso ao letramento, à profissionalização e à formação humanística. Esses espaços constituíram verdadeiros centros de produção de consciência racial e de crítica às desigualdades estruturais.

Junto a isso, Andrews (1991) afirma que após a abolição da escravatura e a Proclamação da República no Brasil, em 1889, o novo sistema político não assegurou nenhum tipo de ganho material ou simbólico à população negra recém-liberta, concluindo que essa parcela da sociedade foi marginalizada. Nesse contexto histórico, marcado por novas configurações políticas e formas de trabalho, pode-se concluir que, para reverter o quadro de exclusão social no início da República, os libertos e seus descendentes deram início aos movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando, inicialmente, grupos constituídos por grêmios, clubes e associações em diferentes estados do país.

Dessa maneira, Leite (1992) nos afirma que os primeiros passos do Movimento Negro, ao longo do século XX, observa-se a institucionalização e ampliação de sua visibilidade nacional, especialmente com a criação da Frente Negra Brasileira em 1931, e do Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias Nascimento em 1944, que se consolidou como um marco da articulação entre cultura, política e educação. Nesse cenário, a imprensa negra alternativa surge como uma importante ferramenta de disseminação do pensamento sobre a situação da população negra, bem como de “informações que não se obtinha em outra parte” (Leite, 1992, p. 33).

As associações negras também desempenharam papel fundamental em todo o país, ao aglutinar e difundir o pensamento político e social sobre as principais pautas de luta e debate da população negra em âmbito regional. No Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Pelotas, Loner (1999) conclui que houve a formação de 53 associações negras entre os anos de 1888 e 1929, um número expressivo, que reflete o caráter organizacional e a força coletiva da população negra da região. São movimentos de sujeitos negros, inconformados com a situação de perpetuação de desigualdade racial e falta de oportunidade na nova sociedade após Proclamação da República, assim jornais pontuaram mazelas que afetam a população negra no âmbito da educação, habitação, trabalho e saúde. Com essas articulações

com a imprensa e grupos se conseguiu pensar soluções e estratégias concretas para o problema racial no Brasil.

Neste período, segundo Fernandes (1978), o movimento negro já organizado se dava sem o caráter explicitamente político, com um plano definido e projeto ideológico mais amplo. Sendo o que representa um salto quantitativo no Movimento Negro é a criação da Frente Negra Brasileira, em 1931, uma das primeiras organizações negras com reivindicações no âmbito político, que se constituiu como a entidade negra mais importante do país naquele período, possuindo delegações em diversos estados brasileiros. A organização desenvolveu um notável nível de estruturação, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviços médicos, cursos de formação política, de artes e ofícios, e publicar o jornal *A Voz da Raça*.

Dentro deste contexto histórico, Domingues (2007) aponta que em 1936, a Frente Negra Brasileira transformou-se em partido político, com o propósito de unificar as forças das pessoas negras. Entretanto, com a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, o movimento foi levado à clandestinidade, assim como outras organizações políticas. Ainda assim, “nessa fase, a luta pela afirmação racial passava pelo culto à Mãe-Preta e uma das principais palavras de ordem era a defesa da Segunda Abolição” (Domingues, 2007, p. 108).

No âmbito regional, Domingues (2007) destaca a atuação do grupo União dos Homens de Cor (UHC), também conhecido como Uagacê, fundado por João Cabral Alves na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 1943, com o objetivo declarado de elevar o nível econômico e intelectual da população negra para sua plena inserção na vida social e administrativa do país. A entidade possuía uma estrutura organizativa complexa, com diretoria nacional composta por diversos cargos e departamentos, e expandiu-se rapidamente, estabelecendo sucursais ou representantes em pelo menos dez estados brasileiros na segunda metade da década de 1940, atuando inclusive em diversos municípios do interior.

Suas ações incluíam debates na imprensa, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, cursos de alfabetização, atividades de voluntariado e participação em campanhas eleitorais. No início da década de 1950, Domingues (2007) pontua que seus dirigentes alcançaram visibilidade nacional, chegando a ser recebidos pelo presidente Getúlio Vargas, ocasião em que apresentaram reivindicações em defesa da população negra. Ainda que não tenham sido as únicas organizações existentes no período, tanto a Frente Negra Brasileira quanto a União dos Homens de Cor foram as que

conquistaram maior visibilidade e alcance, com ações que ultrapassaram fronteiras regionais e inspiraram mobilizações em diversos estados do país.

Dessa forma, a repressão instaurada após 1964, durante o período da ditadura militar, “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade” (Gonzalez, 2020, p. 113). Nesse contexto, Gonzalez (2020) observa que, ao longo da década de 1970, novos movimentos ligados à cultura negra começaram a se proliferar na região sudeste do Brasil, em estreito diálogo com os processos de libertação dos países africanos e com o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos ambos ressoando no país e articulando-se com pautas locais. A autora destaca que um dos marcos desse início de década foi a criação, no Rio Grande do Sul, do Grupo Palmares, em 1972, que propôs a transferência das comemorações do 13 de maio para o dia da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. Tal iniciativa simboliza uma mudança significativa na memória coletiva e na política de celebração da história negra no Brasil.

Durante esse período, Gonzalez (2020) e Domingues (2007) concluem que o país vivia um contexto de forte cerceamento das discussões públicas sobre questões sociais e a temática racial não constituiu exceção. O debate sobre o racismo foi praticamente banido do espaço público, o que dificultou a superação do desmantelamento do Movimento Negro, que sofreu com o isolamento político, a repressão da ditadura e o esvaziamento das organizações anteriores. Um marco na história das lutas da população negra no Brasil durante a ditadura militar ocorreu em 1978, quando “com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado” (Domingues, 2007, p. 112). Esse movimento se distingue dos anteriores por sua capacidade de integrar novas pautas e metodologias de luta. Pois segundo Gonzalez (2020), o diferencial do Movimento Negro Unificado estava em reconhecer a interligação dos sistemas de opressão, articulando a luta contra a discriminação racial à luta pela inserção social da população negra, especialmente no campo do trabalho.

Anteriormente, a integração racial constituía a pauta central das mobilizações, enquanto o Movimento Negro Unificado incorporou de forma inédita a articulação entre raça e classe como eixo fundamental de sua agenda política. Para Gonzalez (2020), esse é o aspecto que distingue o Movimento Negro Unificado das experiências anteriores, como a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Dessa forma, o Movimento Negro Unificado, consolida a crítica ao mito da democracia racial e denuncia o racismo como eixo estruturante da sociedade brasileira, questionando o papel tanto da sociedade quanto do

Estado na reprodução dessa ordem social. A partir desse momento, intensifica-se a formulação de propostas de intervenção direta no campo social e institucional, que culminam, nas décadas seguintes, na elaboração de políticas de reparação e reconhecimento entre elas, a Lei 10.639/03.

Dessa forma, se torna fundamental compreender que tal legislação não resulta de uma concessão estatal, mas de décadas de pensamento, luta e mobilização negra. Nesse contexto, podemos concordar com Gomes (2017), ao afirmar que o Movimento Negro deve ser reconhecido como sujeito político, por atuar na transformação da ordem social como sujeito produtor de saberes, por elaborar teorias, interpretações e práticas próprias e como agente de transformação pedagógica, por propor práticas educativas antirracistas que instituem currículos e políticas públicas voltadas à superação das discriminações na Educação Básica e no Ensino Superior.

Com esse panorama da luta organizada, ultrapassa-se a simples identificação dos grupos aqui citados, pois a luta pela igualdade racial transcende a criação da Frente Negra Brasileira e do Movimento Negro Unificado. A historiografia evidencia que, desde a vinda forçada de africanos ao Brasil, homens e mulheres negras formularam formas de resistência e estratégias de luta em defesa de seus ideais, como aponta Reis (1996). Entretanto, o objetivo recai em destacar o caráter coletivo e organizado dessas ações, compreendidas enquanto movimento social que dialogou e ainda dialoga com o Estado e com a sociedade brasileira.

Logo, torna-se evidente que houve articulações entre sujeitos e grupos negros em diferentes momentos históricos. Em especial, “isto permite afirmar que o movimento negro contemporâneo já acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma tradição de luta que atravessa praticamente todo o período republicano” (Domingues, 2007, p. 122). Assim, Gomes (2021) pontua que a questão racial deve ser incorporada ao campo educacional, configurando-se como uma tarefa essencial do processo formativo. À medida que assumimos esse compromisso, compreendemos que o país é racista e que necessita de um posicionamento efetivo para a transformação de sua realidade. A educação, portanto, não é apenas um espaço em que o Movimento Negro reivindica direitos, mas também um campo no qual ele produz saberes e disputa sentidos.

Dessa maneira, dialogar sobre as questões raciais na escola não é tarefa simples, pois envolve subjetividades, pontos de vista e posicionamentos pessoais sobre o tema. No entanto, trata-se de uma discussão de extrema relevância, uma vez que, nesse processo educativo, “estão em jogo a formação de identidades raciais, desde a infância, construídas no contexto de

racismo. Mexendo com os processos complexos de formação das identidades sociais, raciais, com as hierarquias de poder” (Gomes, 2021, p. 449). Nesse sentido, a luta dos movimentos negros se insere de forma articulada no campo educacional, dialogando diretamente com as políticas de ações afirmativas.

A Lei 10.639/03 e suas Diretrizes: fundamentos históricos, políticos e pedagógicos

A promulgação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica, constitui um marco relevante na consolidação de políticas de combate ao racismo nas instituições de ensino. Entretanto, sua compreensão requer o reconhecimento de que essa legislação não emerge de forma espontânea do Estado, tampouco resulta de uma política de inclusão neutra ou desinteressada. Trata-se de uma conquista histórica, fruto da atuação persistente do Movimento Negro, que percebeu a educação como um campo estratégico de disputa por reconhecimento, reparação e transformação social.

Como já mencionado, a população negra organizada teceu lutas em diversos campos, como o da educação, da saúde e das condições de trabalho. À medida que o campo educacional passou a ser tensionado por essas demandas, tornou-se evidente a ausência, até então, de um reconhecimento efetivo da história e da cultura afro-brasileira nos processos formativos. Ao longo do século XX, Domingues (2008) pontua que a educação se consolidou como uma das principais reivindicações do Movimento Negro, ao reconhecer que o analfabetismo e a exclusão das escolas oficiais representavam sérios obstáculos para que negros e negras alcançassem inserção no mundo do trabalho em condições de igualdade.

Em um primeiro momento, Domingues (2008) pontua que acreditava-se que a inclusão da população negra no sistema educacional poderia resultar em melhores condições de vida, abrangendo aspectos como moradia, saúde e outras necessidades básicas, dimensões centrais para a sociedade brasileira da época, mas de acesso particularmente restrito à população negra. Dessa forma, devemos reconhecer que o Movimento Negro denunciou o caráter eurocêntrico do currículo escolar brasileiro, evidenciando a invisibilização da participação negra na formação histórica, cultural e política do país. Essa exclusão não se configurava como mero déficit de conteúdo, mas como expressão de um projeto de sociedade que busca reiterar hierarquias raciais e naturalizar a desumanização de corpos negros.

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 representa, de um lado, o reconhecimento oficial do racismo como problema estrutural da sociedade brasileira e, de outro, a afirmação de uma

prática que reivindica a centralidade da história e da cultura afro-diaspórica na constituição do Brasil, enriquecendo o processo educacional e dialogando com múltiplas formas de expressão cultural. A lei, enquanto instrumento formador, atua “proporcionando aos docentes maior consciência pedagógica, didática e teórica no trato com a questão racial e às situações de racismo na escola” (Gomes, 2021, p. 438).

Entretanto, fica evidente que existiram movimentos históricos que antecederam a lei, desde o pós-abolição, quando associações negras articularam projetos educacionais voltados à afirmação de uma concepção de humanidade negada pelo regime escravista. Essas iniciativas demonstram que, muito antes de sua formulação jurídico e estatal, a educação de cunho antirracista já ocupava lugar central nas lutas negras. Assim, pautas do movimento transformaram-se em políticas educacionais, como expressam o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01/2004, posteriormente ampliados pela inclusão da temática indígena com a Lei nº 11.645/08.

Desse modo, pode-se reconhecer que as reivindicações históricas dos movimentos negros e negras se materializam em políticas públicas que compreendem o fator racial como estruturante da sociedade brasileira. Em articulação com legislações federais, deliberações do Congresso Nacional e decisões do Supremo Tribunal Federal, tais medidas reconhecem a desigualdade racial no país e possibilitam ações concretas voltadas à valorização da diversidade e à promoção da justiça social. Dessa forma, Gomes (2017) afirma que esses movimentos estatais e normativos reconhecem as questões raciais como fator determinante na estrutura social brasileira, mas é o movimento negro que reinterpreta essas questões em um sentido de ressignificação, agregando valor ao que antes fora negado e tomado como motivo de discriminação.

De tal forma, podemos concordar com Gonçalves e Silva (2000), ao afirmarem que a sociedade brasileira não teria alcançado esse nível de mobilização se não fosse a histórica luta do Movimento Negro, o que nos permite compreender a radicalidade de sua atuação como força capaz de, por meio de tensões, promover alargamentos significativos nas estruturas sociais do país. Embora nem sempre se obtenha a erradicação efetiva do racismo, o movimento possibilita o devido tratamento a crimes de racismo, e à medida que fomenta um debate público mais amplo em diferentes camadas sociais. Na medida em que o movimento social ilumina o debate emancipatório em diversos campos da sociedade, como o educacional, suas ações têm como foco a população negra, que historicamente tem sido a principal afetada pela exclusão e pela desvalorização de seus saberes e expressões culturais.

No entanto, suas pautas não se restringem exclusivamente às pessoas negras, pois, ao evidenciar as desigualdades, a falta de acesso à habitação, à saúde e à escolarização, o movimento propõe a construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e justa para todos os grupos sociais. Nesse sentido, “o movimento negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e o Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais” (Gomes, 2017, p. 38). Tais lutas adentram campos complexos à medida que, historicamente, o movimento aperfeiçoa suas pautas e estratégias de enfrentamento com vistas à superação do racismo.

Fica posto que essa luta e a valorização promovida pela Lei 10.639/03 nos colocam diante de um desafio, que é compreender as relações de diversidade, desigualdade e as múltiplas faces das relações étnico-raciais no Brasil, sempre com o compromisso de ampliar a análise e a reflexão sobre o papel do Estado e as possibilidades de um processo educativo que dialogue com os atores políticos locais. Trata-se de uma tarefa que exige articular a produção de saberes aos contextos e dinâmicas regionais, buscando romper com o eurocentrismo ainda predominante na educação brasileira e em nossa sociedade capitalista. Esse percurso aponta para uma educação concebida como processo de humanização, capaz de possibilitar a construção de identidades e a afirmação de sujeitos políticos engajados na produção de mudanças concretas, tanto no campo simbólico quanto nas práticas sociais; algo possível apenas por meio de uma educação que valorize o “outro” para além do sujeito europeu e branco.

Ao longo do século XX e início do XXI, conforme destaca Domingues (2007), grupos como o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado consolidaram uma crítica contundente ao mito da democracia racial, demonstrando que a violência simbólica e institucional produzida pela escola e por outras instâncias sociais reforça desigualdades raciais. Tais processos evidenciam que, de harmoniosa, a convivência entre negros e brancos nada tem, pelo contrário, são marcadas por tensões históricas em que negros, indígenas, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos subalternizados buscam afirmar-se como sujeitos de direito em uma sociedade que transforma a diferença em marcador de inferiorização. Como pontua Silva (2002), essa dinâmica, ao impossibilitar a criação de identidades para além do padrão branco, demarca fronteiras e distinções, definindo quem é incluído ou excluído de determinados grupos sociais.

Esses debates em torno daqueles que historicamente ficaram à margem pavimentaram o caminho para políticas educacionais voltadas ao reconhecimento do racismo e das desigualdades sociais como problemas públicos. Nesse processo, o Movimento Negro e outros coletivos sociais assumem papel central, atuando como agentes de transformação que tensionam o Estado e a sociedade civil na formulação de leis, pareceres, resoluções e demais medidas voltadas à construção de uma realidade mais justa e plural. Como resultado, a Lei 10.639/03 constitui uma medida concreta de efetivação de um debate proveniente do campo social, pois a iniciativa de incluir as temáticas sobre história e cultura afro-brasileira e africana na educação se apresenta como “um passo para a compreensão da formação do Brasil e da contribuição que os africanos deram ao país, mas também pode ser um instrumento utilizado no combate ao racismo” (Bersani, 2017, p. 391).

Essa perspectiva revela a possibilidade de promover, no ambiente escolar, o debate sobre a diversidade étnica e cultural que caracteriza o Brasil, reconhecendo-o como um país plural em todos os seus aspectos. Para que a lei se torne efetiva, foi necessário o surgimento de fundamentos político-pedagógicos que orientassem sua aplicação, definindo o papel de cada ente federativo e as metas a serem articuladas para sua implementação. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (CNE/2004) ampliam o escopo da Lei 10.639/03 ao propor uma reconfiguração do currículo escolar que não se limite à mera inclusão de novos conteúdos, mas que envolva a reformulação dos princípios que orientam a seleção, a hierarquização e a legitimação dos saberes escolares.

Como observa Gomes (2017), é nesse momento que o Movimento Negro articula conhecimentos científicos e saberes produzidos nas comunidades negras, promovendo uma reflexão mais profunda sobre o papel da escola como instituição responsável pela transmissão e socialização do conhecimento. Essa articulação permite pensar como a educação pode contribuir para o reconhecimento da diversidade e para a formação de sujeitos comprometidos com a superação das desigualdades raciais.

Nesta proposição, evidencia-se que a Lei 10.639/03 implica a desarticulação da colonialidade do saber, conceito que, conforme Quijano (2005), remete à persistência de hierarquias epistemológicas que privilegiam o conhecimento europeu como universal e o único científico, relegando os saberes de outras comunidades à condição de inferiores ou não legítimos dentro do campo do conhecimento científico, branco e eurocentrado. Por isso, à medida que se reconhecem a história e a cultura afro-brasileira e indígena, promove-se uma mudança significativa no campo do saber, avançando para além da dimensão teórica. Nesse

sentido, “a lei atua como uma mudança no estudo da História do Brasil, eis que aí reside a possibilidade de se desconstruir o olhar eurocêntrico sobre o país, estabelecendo uma perspectiva diferente do que se viu no âmbito da educação brasileira” (Bersani, 2017, p.391).

Portanto, a lei demanda a abertura da escola à pluralidade de matrizes civilizatórias, cosmologias e formas de conhecimento produzidas no continente africano e na diáspora afro-brasileira. Nesse horizonte, Gomes (2017) aponta que essa luta não cessou com a conquista da lei, pois o debate permanece atual, sendo retomado, por exemplo, no Estatuto da Igualdade Racial, de 2010, que aprofunda a temática e estabelece diretrizes complementares à Lei 10.639/03 e à Lei 12.288/10. Somado a isso, o texto base da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em novembro de 2013, que destacou a fragilidade na implementação da lei, dialogando com os planos e programas em vigor e questionando a mobilização institucional necessária para a efetivação de medidas que assegurem sua aplicação de forma coerente e fidedigna.

Dessa forma, a urgência de promover a plena efetivação da referida lei decorre da “negligência histórica de exclusão que se propaga na lógica conteudista educacional, o que merece ser reformulado nas políticas públicas atinentes à educação” (Bersani, 2017, p.397). Neste contexto, a efetivação da Lei 10.639/03 representa uma oportunidade concreta de contribuição para a promoção de uma educação orientada pela formação cidadã. Para tanto, enquanto sociedade e sujeitos comprometidos com a compreensão da realidade brasileira, é necessário reconhecer os desafios estruturais que permeiam a implementação dessa legislação.

Dentro deste contexto, se, por um lado, a lei constitui um avanço normativo incontestável, por outro, sua execução revela contradições e limitações: a ausência de formação docente adequada, a resistência de setores conservadores e a compreensão da lei como medida eventual têm contribuído para uma aplicação fragmentada e superficial. Dessa forma, a efetivação da Lei 10.639/03 permanece condicionada à capacidade das instituições educacionais de reconhecerem o racismo como estrutura constitutiva da sociedade brasileira. Portanto, “a negligência do Estado na aplicação das diretrizes previstas na Lei 10.639/2003 retrata que o campo da formulação e implementação de políticas públicas não está dissociado do racismo” (Bersani, 2017, p. 394).

Desafios contemporâneos nas relações étnico-raciais na educação

Podemos pontuar que, graças à mobilização do movimento negro, a questão racial passou a ocupar um lugar na sociedade brasileira, ainda que, em muitos casos, esse

reconhecimento se dê a partir de um viés negativo. As conquistas expressas nas legislações e nas políticas de cotas sociorraciais nas universidades, bem como nas cotas raciais em concursos públicos, trouxeram as questões afro-brasileiras para o centro do debate social. A implementação dessas políticas públicas culminou em transformações profundas na organização social e no imaginário coletivo acerca da população negra, pois o “Estado e suas instituições, assim como cidadãs e cidadãos brasileiros, foram provocados a conhecer e compreender mais profundamente a realidade da população negra no contexto do racismo” (Gomes, 2025, p. 19).

Outrossim, fica posto que o racismo não se manifesta apenas em episódios de discriminação explícita, mas também nas formas sutis de invisibilização, silenciamento e deslegitimação de saberes e sujeitos. À medida que o Estado reconhece a necessidade de compreender as desigualdades e pensar, junto aos grupos afetados, possibilidades de superação, cria-se um ambiente propício para negar de forma aberta a ideia de que no Brasil não havia racismo.

Dessa forma, o enfrentamento educativo do racismo exige compreender como ele opera na materialidade das relações escolares, na seleção curricular e nas expectativas de aprendizagem. Grosfoguel (2019) aponta que a ideia de colonialidade estabelece o racismo como uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e das relações de dominação, revelando como ele organiza, desde dentro, as hierarquias presentes no trabalho, na educação, nas relações de gênero e de sexualidade. Inserida nessa lógica de construção de sujeitos tidos como superiores e inferiores, a própria Lei 10.639/03, muitas vezes, não é plenamente reconhecida, o que contribui para a manutenção de uma estrutura de ensino colonial e eurocêntrica.

Com isso, a permanência da epistemologia eurocêntrica no currículo escolar brasileiro mantém-se ancorada na valorização da história e da cultura europeias como pilares de civilização, progresso e racionalidade. Essa centralidade do conhecimento resulta na marginalização de outras matrizes de pensamento, especialmente as africanas, afro-brasileiras e indígenas. Nesse sentido, Santos (1996) aponta que todo projeto emancipatório está assentado em um perfil que abriga um conflito epistemológico, o qual serve para desestabilizar modelos historicamente consolidados e dominantes. Ao direcionar o olhar para aqueles que, no passado, foram considerados dominados ou invisibilizados, é possível realizar um trabalho orientado pela igualdade. Consequentemente, o autor destaca que é nesse

contexto que pode emergir uma relação mais justa e equitativa, capaz de nos oferecer a possibilidade de perceber o mundo em sua diversidade e pluralidade.

Com isso, Carneiro (2023) ressalta que o processo de escolarização pode conduzir à autonegação racial, sendo esse apagamento um mecanismo de produção de inferiorização simbólica que molda a autoimagem, os projetos de vida e as possibilidades de reconhecimento. Descolonizar o currículo, portanto, implica reconfigurar o lugar da África na história da humanidade e ultrapassar as limitações impostas pela formação inicial oferecida nas universidades, bem como pelos suportes institucionais, muitas vezes insuficientes. A dimensão crítica da educação antirracista tende, assim a partir de uma ação consciente e politicamente situada, não sendo neutra, pois pode gerar conflitos ao deslocar privilégios e hierarquias históricas de nossa sociedade. Contudo, “o desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação” (Santos, 2002, p. 23).

No caso do desconforto e da ação diante da realidade, a formação docente inicial e continuada, aliada a uma consciência racial crítica, constitui-se como elemento decisivo para um projeto emancipatório de sociedade. É preciso reconhecer que as instituições educacionais permanecem como fortes mantenedoras de lógicas racistas, na medida em que a diversidade não é tomada como ponto de partida para a compreensão da realidade brasileira. A partir de uma formação comprometida com essa perspectiva, podem-se delinear caminhos para a efetivação da Lei 10.639/03 e para a construção de uma agência coletiva de enfrentamento ao racismo, compreendendo que esse processo não se destina apenas a educadores negros, mas envolve toda a comunidade escolar, em consonância com uma legislação que torna obrigatória sua implementação.

Desse modo, a educação antirracista requer a formação de uma consciência racial crítica, capaz de identificar, problematizar e enfrentar o racismo institucionalizado. Essa formação implica transformar as concepções de mundo que orientam o trabalho pedagógico, como pontua Gomes (2021), que frente ao racismo muitas vezes nos colocamos em uma posição de indignação discursiva, quando, na verdade, é necessário um processo de descolonização da sociedade e da educação que se traduza em prática. Portanto, o combate e a superação do racismo configuram um movimento inicial de descolonização das mentes e da sociedade, exigindo uma tomada de posição frente a si e aos outros, com vistas à construção de práticas que desestabilizem a lógica racista presente em nossos processos de socialização e formação.

Podemos notar que o racismo se manifesta de forma institucional e como experiência cotidiana nas escolas, assumindo expressões que variam desde a tolerância ao insulto racial até a produção de expectativas diferenciadas de desempenho. O combate ao racismo não pode restringir-se a ações pontuais, mas requer uma revisão profunda das práticas institucionais, dos critérios de avaliação, da gestão escolar e das relações entre estudantes, famílias e educadores. Nesse sentido, Gomes (2021) nos pontua que o racismo faz com que as desigualdades e estruturas sociais assimétricas levem à percepção de sujeitos negros como inferiores e não humanos, ao serem tratados como tais, tornam-se passíveis de violações e até mesmo de extermínio.

Nesse complexo contexto brasileiro, as práticas pedagógicas antirracistas e as experiências de resistência assumem papel fundamental, pois a “recusa ao racismo é um dos elementos que contribui para a sua naturalização” (Gomes, 2021, p. 444). Trata-se do que Gonzalez (2020) denomina racismo por denegação, em que a negação da existência do racismo revela o quanto ele é persistente e estrutural no Brasil. Por isso, é necessário romper com a imobilidade diante das desigualdades evidentes na sociedade brasileira, reconhecendo que a educação é, historicamente, racista e desigual. Cabe, portanto, a nós, educadores e educadoras, refletir sobre os fenômenos históricos, sociais e políticos para além de uma lógica branca e de dominação. Torna-se evidente que a implementação da Lei 10.639/03 somente se efetiva quando articulada a processos contínuos de formação docente, escuta comunitária e reorganização curricular.

Dentro deste contexto, “historicamente, uma das estratégias do racismo diante da construção da identidade negra tem sido estereotipá-la, invisibilizá-la e fragmentá-la” (Gomes, 2025, p. 23). Sendo assim, afirmar-se negro e negra constitui um processo identitário e político de extrema relevância para a luta antirracista, sendo essa afirmação um passo essencial para superarmos a imobilidade diante das questões raciais. Trata-se de construir-se como sujeito crítico, capaz de questionar e enfrentar as práticas discriminatórias por meio de ações concretas voltadas à emancipação e ao antirracismo. Desse modo, o movimento negro tem se constituído como uma força política de caráter emancipatório e antirracista, à medida que propõe debates sobre pertencimento, reparação e igualdade racial.

Dessa forma, a indignação diante da violência racial e do apagamento da história e da cultura afro-brasileira não deve restringir-se à denúncia, pois precisa transformar-se em ação, mobilização e construção de novas possibilidades de existir no mundo. Tal movimento implica revisar as narrativas ditas oficiais, evidenciar o protagonismo negro na história e

reivindicar uma educação que valorize a diversidade presente no Brasil e no mundo. Desse modo, ao articular a Lei 10.639/03 à histórica luta do movimento negro, compreende-se que não se “pode abrir mão de inserir a memória, história, patrimônio, cosmovisão, autopercepção, tradições, corporeidades e processos educativos da população afro-brasileira ao propor eixos centrais das políticas públicas a serem realizadas” (Gomes, 2025, p. 30).

Considerações finais

Dessa forma, a análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu reconhecer que a Lei 10.639/03 constitui um marco fundamental na luta contra o racismo na educação brasileira. Ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, a lei rompe, ainda que parcialmente, com a lógica eurocentrada que, por muito tempo, orientou a organização curricular e a produção do conhecimento no espaço escolar. No entanto, sua efetivação não pode ser dissociada da trajetória histórica do movimento negro, cuja atuação persistente evidenciou o caráter estrutural do racismo e reivindicou a escola como espaço estratégico para a construção de novas formas de ensinar, aprender e reconhecer outras histórias e culturas.

A implementação da lei tem avançado em diversos contextos, mas ainda se encontra marcada por tensões e desigualdades que revelam a permanência da colonialidade no campo do saber, bem como a dificuldade das instituições escolares em reconhecer o racismo como princípio organizador das práticas educativas. Como discutido, a transformação proposta pela educação das relações étnico-raciais exige não apenas a introdução de novos conteúdos, mas também a revisão das bases epistemológicas e pedagógicas que sustentam o projeto educativo brasileiro. Nesse sentido, as legislações e resoluções que orientam a valorização da diversidade são instrumentos fundamentais para o fortalecimento de práticas comprometidas com uma educação verdadeiramente antirracista.

Portanto, torna-se evidente que a efetivação da Lei 10.639/03 somente se realizará plenamente quando acompanhada de políticas de formação docente contínua, revisão curricular, diálogo com os saberes produzidos por populações historicamente invisibilizadas e participação ativa de sujeitos comprometidos com um projeto educativo voltado à construção de uma nação mais justa e igualitária. Tais medidas exigem um compromisso político, institucional e pedagógico que reconheça a educação como campo de disputa e de possibilidade de transformação social, articulado a uma postura ética, pessoal e profissional

por parte dos educadores e educadoras que atuam em uma sociedade marcada por desigualdades históricas.

Em suma, reafirma-se que a construção de uma educação antirracista implica reconhecer a centralidade da população negra na constituição histórica e cultural do Brasil, bem como desenvolver práticas pedagógicas que rompam com as hierarquias raciais historicamente naturalizadas. Podemos afirmar, que lutar pela implementação plena da Lei 10.639/03 é dar continuidade à luta histórica do movimento negro pela democratização do conhecimento e pela construção de uma sociedade verdadeiramente plural, equânime e capaz de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo e enriquecedor de sua própria identidade.

Referências

- ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)". **Estudos Afro-asiáticos**, n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p. 32.
- BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 380-397, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 517-534, 2008.
- FLORESTAN, Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Ática, 1978.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 16, n. 4, p. 12–33, 2025.
- GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 2021.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, n. 15, p. 134-158, 2000.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- GROFOQUEL, Ramon. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROFOQUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Leite, José Correia. **E disse o velho militante**: depoimentos e artigos. Organizado por Cuti, São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

Loner, Beatriz Ana. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em Revista**, n. 5, Pelotas/RS, 1999.

Quijano Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO; 2005.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, n. 28, p. 14-39, 1996.

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma pedagogia do conflito In: SILVA, Luiz Eron da. AZEVEDO, José Clóvis. SANTOS, Edmilson dos Santos (Orgs.). **Reestruturação Curricular**: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre, Sulina/SME, 1996.

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: impertinências. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 65-66, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.